



Sílvia Andreia Mateus Roque

DAS REVOLUÇÕES POR CUMPRIR ÀS RESISTÊNCIAS (IM)POSSÍVEIS JOVENS E PERCURSOS DE VIOLÊNCIA EM EL SALVADOR E NA GUINÉ-BISSAU

Tese de Doutoramento em Relações Internacionais, Política Internacional e Resolução de Conflitos, orientada pelo Professor Doutor José Manuel Pureza, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Setembro de 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Sílvia Andreia Mateus Roque

Das revoluções por cumprir às resistências (im)possíveis

Jovens e percursos de violências em El Salvador e na Guiné-Bissau

Tese de Doutoramento em Relações Internacionais na especialidade de Política Internacional e Resolução de Conflitos apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Doutor

Orientador: Professor Doutor José Manuel Pureza

Coimbra, Setembro de 2014

Aos que nunca chegaram a ser o que são

Aos que ainda têm esperança

Agradecimentos

Esta tese não poderia existir sem a disponibilidade e a generosidade dos muitos e das muitas jovens que, em El Salvador e na Guiné-Bissau, partilharam comigo as suas experiências, pontos de vista, desilusões e esperanças. Ainda que não possa aqui nomeá-los, o meu primeiro agradecimento só pode dirigir-se a eles e elas.

Agradeço ao meu orientador, José Manuel Pureza, não só pela compreensão e cumplicidade e pelo esforço permanente de me retirar dos períodos de indecisão e de se entusiasmar com os momentos de progressão, mas também por, há já quase quinze anos, desde que iniciei a Licenciatura em Relações Internacionais, despertar e incentivar a busca de caminhos não ortodoxos e a crítica como princípio intrínseco da reflexão e do conhecimento.

À equipa do Programa de Doutoramento e de Relações Internacionais da Faculdade de Economia agradeço o ambiente de amizade, os debates, os comentários e as sugestões de leitura. Agradeço em particular à Paula Duarte Lopes e à Teresa Almeida Cravo, pelos comentários a alguns dos capítulos da tese, pelos choques produtivos e pela amizade.

Ao Centro de Estudos Sociais, agradeço o acolhimento e, em especial, à equipa da Biblioteca Norte/Sul, Maria José Carvalho, Acácio Machado e Ana Correia, a enorme disponibilidade e a resposta pronta e sempre afável aos meus pedidos.

Esta tese não teria com certeza este conteúdo sem a troca permanente de ideias, textos, experiências, sem a partilha de princípios, interesses e aspirações, acompanhadas pelo prazer da amizade e das catarses e, por isso, quero agradecer àquelas que são, cada uma à sua maneira, e em diferentes períodos deste longo percurso, também um pouco co-autoras desta tese: a Joana Vasconcelos, a Rita Santos, a Katia Cardoso, a Tatiana Moura, a Ana Larcher Carvalho, a Sofia José Santos, a Carla Afonso, a Mónica Rafael Simões e a Sara Araújo.

Na Guiné-Bissau, quero agradecer ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas da Guiné-Bissau, em especial ao seu director Mamadu Jao, pelo acolhimento. Ao Alfredo Handem, ao Suaré Balde, à Aissatu Forbs Djaló, ao Toneca Silá, ao Miguel de Barros, ao Mamadu Baio, ao Abdulai Jau, à Vanda Medeiros e ao Fodé Mané pela ajuda e companhia preciosas na realização do trabalho de campo. E ainda, à Sara Negrão, à Catarina Laranjeiro, à Filipa

Silva, à Cristina Roça, ao Diogo Cabral, à Margarida Madureira, à Susana Costa e à Mariana Tandler, pelo apoio emocional, a amizade e os momentos de evasão.

Em El Salvador, agradeço à Sol Yañez o privilégio desta amizade construída, as terapias de choque e as lições de história e psicologia social. Agradeço ainda à organização Homies Unidos, à Fundación Quezalcoatl, à Fundación para el Desarrollo Juvenil, à Rosa Anaya e ao Edgardo Monge pela disponibilidade e o apoio prestado no trabalho de campo. E a Irantzu Mendía, Maria Silvia Guillén, Juan Carlos Mejía, Noelia Ruíz Gomez, Héctor Nuñez González e Ana Ruth Serrano por me fazerem sentir em casa, pela amizade e pelas aprendizagens constantes.

Quero ainda agradecer a alguns investigadores com os quais me cruzei no âmbito de vários projectos e que contribuíram (mais com certeza do que imaginam) para a minha reflexão em torno destes temas, em particular, ao Ulrich Schiefer, ao Lorenzo Bordonaro e ao David Sogge.

Agradeço ainda ao Carlos Guerreiro, pela ajuda gráfica, e à Marisa Borges, pela paciência com as minhas eternas dúvidas técnicas.

Por fim, agradeço às minhas famílias, com um pedido de desculpa pelo tempo e atenção roubados e pela intempestividade dos últimos meses.

À Ana Camilo, à Cristina Azevedo e à Marta Peça pela presença constante da amizade e em particular à Ana Camilo, pelo apoio “técnico” na elaboração desta tese e pelas várias sessões de *babysitting*.

Aos meus pais, José e Júlia Roque, por me incentivarem a ser quem sou e pela visão, esforço e sacrifício que permitiram este meu percurso académico, e à minha irmã, Filipa, por estar sempre quando e onde eu não pude estar.

Ao Stéphane, pela paciência, generosidade, apoio e acumulação de tarefas mas sobretudo por me instigar a curiosidade e pela inspiração, pelas muitas das ideias presentes nesta tese, pela partilha de percurso, inquietações e esperanças, por se manter vivo, no meio de tanta acomodação, desinteresse e inércia, e por me estimular a manter-me viva também.

E à Clara, pelas ideias suspensas em canções de embalar e por me ensinar o que são realmente prioridades.



A presente investigação foi desenvolvida com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia através de uma Bolsa de Doutoramento (SFRH / BD / 36589 / 2007), parcialmente apoiada pelo POPH/ESF



Resumo

Esta tese questiona as perspectivas acadêmicas e as práticas internacionais dominantes sobre contextos de pós-guerra, defendendo que estas se encontram centradas num pensamento binário que diferencia como categorias e períodos antinômicos guerra e paz, político e criminal, reprodução e resistência. Argumenta-se que esta visão redutora impede a compreensão da complexidade das relações, continuidades e mimetismos entre lógicas e períodos da guerra e a paz. Isto porque as perspectivas dominantes das Relações Internacionais, e mesmo dos Estudos da Paz e dos Conflitos, tendem, a ignorar múltiplas violências quotidianas assim como os percursos de produção de margens sociais e políticas e as suas reconfigurações ao longo da história; tendem, ao mesmo tempo, a veicular visões estereotipadas dos grupos nas margens do poder, nomeadamente os jovens de países e sociedades periféricas, e a constituí-los como ameaças para a segurança internacional, ignorando o sofrimento localizado e os percursos concretos de reprodução das violências; tendem ainda a secundarizar o papel de dinâmicas e actores internacionais na produção da violência, assim como a negligenciar uma análise das dinâmicas de resistência e de não-violência no quotidiano, privilegiando-se uma análise do comportamento dos actores formalmente entendidos como políticos. Pelo contrário, adopta-se nesta tese uma perspectiva alternativa de análise a partir de dois contextos distintos: El Salvador e Guiné-Bissau. Partindo das experiências e percepções de jovens não privilegiados, em contextos urbanos marcados por adversidades constantes, questiona a utilidade e pertinência dos enquadramentos de reflexão e de intervenção baseados na identificação entre pós-guerra, pós-crise e pós-violências e revela a permanência e incrustação da guerra, da crise e da violência no quotidiano. As vivências quotidianas de violência, de sofrimento e de impossibilidades nestes contextos reflectem fragmentos de guerra na paz, assim como fragmentos de resistência na reprodução da violência e da dominação. Reflectem, ainda, uma genealogia das violências e da distribuição do poder à qual não são alheios actores e políticas internacionais. Esta análise leva-nos assim a reconsiderar a distinção rígida entre velhas e novas violências, entre violência política e não política, entre actores políticos e não-políticos, entre agressores e vítimas, entre grupos mais e menos relevantes, entre local e internacional.

Palavras-chave: pós-guerra, violências jovens, El Salvador, Guiné-Bissau

Abstract

This thesis challenges the prevailing academic perspectives and international practices regarding post-war contexts. It sustains that these perspectives are based on a binary thinking that establishes opposite categories and periods such as war and peace, political and criminal, reproduction and resistance. This limited outlook, it is argued, prevents the thorough comprehension of the relations, continuities and mimesis that connect the periods and logics of war and peace. Therefore, mainstream International Relations and even some Peace and Conflict Studies perspectives tend to ignore the multiple forms of everyday violences as well as the processes of production of social and political margins and their reconfiguration throughout history. At the same time, these perspectives tend to propagate stereotyped views of the groups at the margins of power, namely of youngsters in peripheral countries and societies, and portray them as threats to international security, ignoring local suffering and the particular paths through which violences are reproduced. Furthermore, they also tend to overlook the role of international actors and dynamics in the production of violence and neglect the examination of the dynamics of resistance and non-violence in everyday life, privileging instead an exploration of the behaviour of formal political actors. Conversely, this thesis adopts an alternative analysis approach, examining two distinct contexts: El Salvador and Guinea-Bissau. Drawing upon the experiences and perceptions of non privileged youth, in urban contexts characterised by continuous adversities, it questions the utility and the relevance of academic and intervention frameworks that tend to equate post-war with post-crisis and post-violences and rather reveals the permanence and pervasiveness of war, crisis and violence in everyday life. In these contexts, everyday experiences of violence, suffering and impossibility reveal fragments of war in peacetimes as well as fragments of resistance in the midst of violence reproduction and domination. Furthermore, these everyday violences reveal a genealogy of violences and of power distribution, which are also influenced by international actors and policies. Finally, this analysis leads us to reconsider the rigid distinctions between old and new violences, political and non-political violence, political and non-political actors, perpetrators and victims, more relevant groups and less relevant groups, the local and the international.

Key-works: post-war, violences, youth, El Salvador, Guinea-Bissau

Lista de Acrónimos

- AMSS – Área Metropolitana de San Salvador
- ANDES – Asociación Nacional de Educadores Salvadoreños
- ANEP – Asociación Nacional de la Empresa Privada
- ARENA – Alianza Republicana Nacionalista
- B18 – Barrio Dieciocho
- CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
- CDHES – Comisión de Derechos Humanos de El Salvador
- CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
- CEMGFA – Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas
- CIA – Central Intelligence Agency
- CPDJS – Coordinación para la Paz, Dignidade e Justicia Social
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- ECOMOG - Economic Community of West African States Monitoring Group
- ERP – Ejército Revolucionario del Pueblo
- EUA – Estados Unidos da América
- FA – Forças Armadas
- FBI – Federal Bureau of Investigation
- FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia
- FDR – Frente Democrático Revolucionario
- FECCAS – Federación Cristiana de Campesinos Salvadoreños
- FESPAD – Fundación de Estudios para la Aplicación del Derecho
- FLACSO – Faculdade Latino Americana de Ciencias Sociales
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FMLN – Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional
- FUSADES – Fundación Salvadoreña para el Desarrollo Económico y Social
- FPL – Fuerzas Populares de Liberación
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- ILAP – Inquérito Ligeiro para a Avaliação da Pobreza
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas da Guiné-Bissau
- INJUVE – Instituto Nacional de la Juventud
- IUDOP – Instituto Universitario de Opinión Pública

MS13 – Mara Salvatrucha
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
ONUSAL – Missão de Observadores das Nações Unidas em El Salvador
ORDEN – Organización Democrática Nacionalista
PAE – Programa de Ajustamento Estrutural
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCN – Partido de Conciliación Nacional
PDC – Partido Democrático Cristiano
PIB – Produto Interno Bruto
PIR – Polícia de Intervenção Rápida
PNC – Policia Nacional Civil
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRID – Partido Republicano da Independência para Desenvolvimento
PRS – Partido de Renovação Social
RI – Relações Internacionais
RSS – Reforma do Sector de Segurança e Defesa
SOCOMIN – Sociedade Comercial Industrial
UCA – Universidad Centroamericana José Simeón Cañas
UCB – Universidade Colinas de Boé
UE – União Europeia
UES – Universidad Nacional de El Salvador
UNIOGBIS - United Nations Integrated Peace-Building Office in Guinea-Bissau
UNODC – United Nation Office on Drugs and Crime
UNOGBIS – United Nations Peace-Building Support Office In Guinea-Bissau
UNOWA – United Nations Office for West Africa

Índice

Agradecimentos	v
Abstract.....	xi
Lista de Acrónimos.....	xiii
Capítulo 1 – Introdução	- 1 -
1.1. Pontos de partida: tema, justificação e problemática	- 1 -
<i>Pós-guerra, peacebuilding e a reprodução da violência</i>	- 1 -
<i>Jovens nas margens e percursos de violência</i>	- 4 -
1.2. Em movimento: percursos teóricos, metodológicos e sócio-geográficos.....	- 7 -
<i>Entre disciplinas, entre escalas</i>	- 7 -
<i>Entre Bissau e San Salvador: estudos de caso</i>	- 9 -
1.3. Plano da tese	- 14 -
Capítulo 2 – Violência, margens e Relações Internacionais.....	- 17 -
Introdução	- 17 -
2.1. A violência das ausências: a mitologia do internacional, a centralidade da guerra e a ilusão da paz.....	- 18 -
2.2. A violência das representações: percursos pós-Guerra Fria	- 24 -
2.3. Desconstruindo fronteiras: margens e violência nas RI.....	- 31 -
2.4. A violência das políticas: a crítica da governação global da paz liberal	- 42 -
Capítulo 3 – Violências e seus percursos: uma análise a partir do quotidiano.....	- 51 -
Introdução	- 51 -
3.1. Violência estrutural e sofrimento nas margens.....	- 53 -
3.2. Violência simbólica e consentimento	- 61 -
3.3. Violências do quotidiano, <i>continuum</i> e mediação	- 67 -
3.4. Jovens e violência colectiva: reproduções e indefinições.....	- 72 -
3.5. Percursos complexos: reprodução, resiliência e resistência	- 80 -
Capítulo 4 – El Salvador e a genealogia das violências: mundos em mutação e gerações de revolta	- 89 -
Introdução	- 89 -
4.1. Liberalismo, democracia <i>cafetalera</i> e governos militares: controlando e reprimindo o espectro índio e comunista.....	- 91 -
4.2. As múltiplas guerras em El Salvador: eliminando guerrilheiros, padres e apoiantes subversivos.....	- 101 -
4.3. Pós-guerra e neoliberalismo: combatendo <i>maras</i> e <i>pandillas</i> , controlando as margens.....	- 108 -
Capítulo 5 – “Poucas pessoas conseguem chegar a ser o que são”: gangs, violência (e) política para além da guerra e da paz.....	- 119 -
Introdução	- 119 -
5.1. Gangs, pós-guerra e política	- 122 -
5.2. Fragmentos de resistência.....	- 126 -
5.2.1. “Uma pessoa entra porque quer”: agência, representação e co-produção ..	- 127 -
5.2.2. <i>Vacil</i> , respeito e lealdade: liberdade, igualdade, fraternidade?.....	- 132 -
5.2.3. “Gosto do <i>vacil</i> , gosto do respeito e quero ter isso tudo!”: fragmentos feministas	- 139 -
5.2.4. “Como vou desejar que o meu sangue sofra o que eu sofri?”: redenção, resistência e transmissão da violência	- 143 -
5.3. Ética da violência, poder soberano e a reprodução das margens.....	- 150 -

5.3.1. “Nós desejamos a morte a quem a merece”: em torno da ética da violência e seus impactos	- 151 -
5.3.2. “Quando alguém se mete na <i>pandilla</i> não se mete a ser feliz”: perspectivas críticas a partir de dentro.....	- 153 -
5.3.3. “No bairro não há putas”: a reprodução das margens entre lógicas de guerra e de “paz”	- 157 -
5.4. Fragmentos de guerra, espelhos de violência e reconhecimento	- 166 -
5.4.1. Mano Dura e Mano Amiga – repressão, contra-subversão e populismo	- 167 -
5.4.2. Tréguas e reconhecimento de actores políticos: reminiscências da guerra?.....	- 172 -
5.4.2. Para além das tréguas e do reconhecimento: pós-guerras permanentes.....	- 175 -
Capítulo 6 – Guiné-Bissau e a genealogia das violências: das resistências bifurcadas à resiliência como fatalidade.....	- 177 -
Introdução	- 177 -
6.1. A colónia inóspita e “rebelde”: alianças, resistências e percursos de guerra.....	- 178 -
6.2. A (re)produção do Estado e do poder pós-colonial: a caminho da guerra de 7 de Junho	- 187 -
6.3. Pós-guerra: a crise permanente e a resiliência como fatalidade.....	- 199 -
Capítulo 7 – “Ainda és criança, podes ter esperança”: jovens, violências e resistências (im)possíveis	- 211 -
Introdução	- 211 -
7.1. Jovens numa espiral de crises	- 216 -
7.1.1. “A situação dos jovens aqui, na Guiné, é só ficar sentado”: vitimização e estagnação	- 220 -
7.1.2. <i>Si ka pudi ku si família, i ka matchu</i> : masculinidades, crise económica e transformações sociais	- 223 -
7.2. Gerindo possibilidades mínimas em enclaves sociopolíticos	- 227 -
7.2.1. “Eu conformo-me com a minha pobreza”: a partilha do sofrimento e a internalização da violência.....	- 228 -
7.2.2. “O pai é presidente, a mãe é primeiro-ministro, os filhos são deputados”: múltiplas vias do controlo social inter- e intra-geracional	- 232 -
7.2.3. “A única solução é a emigração, seja por canoa, seja por avião! ”: sobreviver ao enclave	- 237 -
7.2.4. “Guerra para quê? ”: memória, resistências e a infrapolítica da paz	- 240 -
7.3. Da legitimidade e visibilidade das violências	- 242 -
7.3.1. Artur	- 242 -
7.3.2. “Vida de gang antes era uma coisa organizada”: bandidos não são gangs ..	- 245 -
7.3.3. Militares, polícias e vigilantes: as confusas fronteiras da (i)legitimidade ..	- 248 -
7.3.4. A “preocupação” internacional: securitização, controlo e simulacro	- 253 -
Conclusões	- 259 -
<i>Pós-guerra: o visível, o invisível e o imprevisível</i>	- 259 -
<i>Heranças de guerra: semelhanças e especificidades</i>	- 260 -
<i>Jovens como actores políticos e resistências (im)possíveis</i>	- 261 -
<i>O peso da organização e do controlo sociais</i>	- 262 -
<i>O internacional e a reprodução da violência</i>	- 263 -
Referências bibliográficas.....	- 267 -

Capítulo 1 – Introdução

1.1.Pontos de partida: tema, justificação e problemática

Pós-guerra, peacebuilding e a reprodução da violência

Entre as décadas de sessenta e oitenta do século passado, dois pequenos países periféricos foram palco de intensas reconfigurações sociais e políticas que desembocaram em longas guerras. El Salvador e Guiné-Bissau estiveram, por isso, durante algum tempo, na agenda mediática e política internacional. Os combatentes destas guerras, assim como os seus objectivos, eram vistos ora como produto de persuasão ideológica nefasta e de dinâmicas terroristas, ora como inspiração e modelos de acção de libertação dos seus povos por via da luta de classes e da descolonização. Em comum, estas duas guerras têm o facto de ambas terem sido guerras revolucionárias. Ambas vistas, pelo menos por uma parte dos actores e movimentos locais e internacionais, como guerras justas, com objectivos legítimos, e ambas animadas por agendas de transformação social, económica e política. Neste período histórico, os ímpetus revolucionários nas periferias eram relativamente aceites e justificados e a Guerra Fria providenciava financiamento e suporte ideológico às diferentes partes em conflito.

Com o final da Guerra Fria, estes dois países começaram a desaparecer da cena mediática, política e estratégica internacional, por diferentes motivos. Em El Salvador, a chegada a um impasse militar, a pressão internacional e a compreensão do desajustamento da cruzada ideológica que mantinha o conflito levaram a um Acordo de Paz (1992) e o país começou a ser apresentado como caso de sucesso das primeiras intervenções das Nações Unidas em situações negociadas de final de conflito armado. Na Guiné-Bissau, pelo contrário, o processo de despolarização internacional contribuiu para a diminuição dos recursos internacionais injectados e o país começava a ser alvo da condicionalidade económica e política, progressivamente afastado das agendas dos doadores internacionais e cada vez mais encarado como um cenário de corrupção e fracasso endémicos.

Ao mesmo tempo, na década de noventa, um amplo leque de estudos e políticas internacionais foram pensados, produzidos e implementados com o objectivo de “construir” ou “consolidar a paz” e “resolver conflitos”; uma verdadeira indústria foi

desenvolvida com o objectivo da resolução de problemas das e nas margens dos centros de poder nas relações internacionais (Pureza e Cravo, 2005); não faltaram cada vez mais considerações sobre as mudanças das características das guerras e das ameaças à segurança internacional (Kaldor, 2001), bem como se difundiu a noção de que a paz é mais do que a ausência de guerra e devem ser envidados esforços de longo prazo e em vários sectores para a sua consolidação (Boutros-Ghali, 1992); os discursos internacionais integraram também progressivamente a necessidade dos actores locais participarem na definição das políticas de *peacebuilding*, de desenvolvimento e de segurança e de delas se apropriarem.

No entanto, a análise e a compreensão das dinâmicas de violência, para além da guerra, nomeadamente dos seus tortuosos percursos em contextos de pós-guerra no longo prazo (isto é, para além dos primeiros cinco a dez anos normalmente encarados como tal), não acompanharam em complexidade e profundidade esta explosão de estudos e intervenções de *peacebuilding*. Isto sucedeu, em parte, devido ao consenso pós-político (Mouffe, 1998; Žižek, 2008) que se gerou nos anos noventa em relação à análise da violência e, em particular à violência nas periferias, como argumentarei. Esta análise ficou marcada por uma síndrome pós-revolucionária e pós Guerra Fria que remete ora para a invisibilidade e irrelevância (Smith, 2004), ora para a criminalização e despolitização (Dillon, 1999) as experiências e os percursos de sofrimento e de violência de vastas populações que não se encontram em países declaradamente em guerra ou num período de imediato pós-guerra.

No entanto, no final da década de noventa, em El Salvador, começou a vislumbrar-se um cenário de violência persistente e este passou a ser considerado um dos países mais violentos do mundo nas décadas seguintes; e, na Guiné-Bissau, teve lugar um conflito militar (1998-1999) que, apesar de curto e circunscrito, levou o país a uma situação de estagnação económica e política, prolongando indefinidamente o impacto e o fantasma da guerra e transformando o país num dos casos internacionalmente assinalados como um Estado “falhado” (Rotberg, 2003). A atenção internacional, mediática, política e académica, manteve-se, porém, extremamente escassa, emergindo esporadicamente, subordinada, no entanto, à preocupação com eventuais efeitos de contaminação externa provocados pela instabilidade nos dois países, como a sua inserção nas rotas do comércio internacional de drogas e nas redes de crime organizado ou como o seu potencial de produção de candidatos à emigração.

Quando olhamos para a gravidade das expressões de sofrimento social (Kleinman *et al.*, 1997) e de violência constitutivos do quotidiano de milhares de salvadorenhos e guineenses, o termo pós-guerra aplicado a qualquer um destes países soa a artificial ou, no mínimo, a irónico. Isto não significa que falemos de períodos e experiências exactamente iguais na guerra e na paz. Significa sim que, independentemente dos altos e baixos do interesse internacional de que são alvo, as sociedades e os países que atravessaram conflitos armados, por mais que sejam apresentados como bons exemplos, não ficam imunes à, nem livres de violência. Esta é uma afirmação relativamente consensual. No entanto, os percursos e as experiências concretas da produção da violência são pouco aprofundados, mesmo no âmbito dos estudos sobre paz e conflitos, fundamentalmente porque a guerra continua a ser o fenómeno e a referência central de análise, especificamente nas Relações Internacionais, como veremos.

Assumindo, aqui, como ponto de partida, que “a violência se reproduz a si mesma” (Scheper-Hughes e Bourgois, 2004:1), procurarei, num primeiro momento, explorar percursos específicos de violências e, em particular, o peso de heranças de guerra, na configuração das sociedades. A violência assume diferentes percursos nos períodos pós-guerra, conforme as sociedades e configurações políticas específicas, ou ainda conforme o tipo de guerra que atravessaram. Em alguns casos, a violência directa, visível pode aumentar, noutros pode diminuir, mas não se trata apenas de uma questão quantitativa e visível. As relações entre guerra, pós-guerra e violências não são relações mecânicas ou necessariamente de causa-efeito, embora, muitas vezes, estas se possam intuir. Ao mesmo tempo, a violência não surge apenas com a guerra, muitas vezes são histórias de violências que desembocam, num momento preciso, numa guerra, mas não necessariamente.

Proponho-me, assim, discutir a seguinte questão: como é experienciada a violência pelas sociedades pós-guerra, no longo prazo? Esta questão subdivide-se ainda da seguinte forma: quais são os percursos da violência no período “pós-guerra”? Como é a violência (re)produzida e experienciada no quotidiano? Devem estas violências quotidianas ser entendidas como novas, numa espécie de *reset* social e político? Ou existem relações entre guerra e paz? Que violências e que relações entre a guerra e a paz são (in)visibilizadas sob a capa do termo pós-guerra? Que tipo de paz foi construída? Que influência tem essa construção nos percursos concretos da violência? E que papel têm actores e agendas internacionais nestas configurações?

Jovens nas margens e percursos de violência

Neste quadro complexo, de pós-guerra sem fim aparente, de representações globalizadas das ameaças nas periferias e de negligência perante o sofrimento localizado, mas também de revoluções localizadas por cumprir, os jovens emergem como actores centrais a ter em conta. Quer porque são o rosto visível da violência pós-guerra em El Salvador, quer porque precisamente, contra todos os estereótipos comuns sobre os jovens africanos, não o são na Guiné-Bissau. Os jovens surgem, aqui, não como uma categoria fixa, pré-definida ou um grupo homogéneo e inalterado ao longo tempo, mas associados à noção de geração que atribui a um conjunto de indivíduos uma localização social num processo histórico específico, potenciando experiências e representações comuns (Mannheim, 1998).

Assim, em contextos onde o autoritarismo, a desigualdade e a injustiça não desapareceram com as revoluções e se intersectam com as condições de precariedade, incerteza e estagnação partilhada por tantos jovens contemporâneos à escala global (cf. Comaroff e Comaroff, 2000; Bauman, 2005; Mbembe, 2013: 24), interessa-me perceber as condições, percursos e representações da violência e as possibilidades de emergência de micro-resistências em relação a situações de dominação e violência estrutural. Interessa-me também perceber como uma herança revolucionária e bélica tem influência nos percursos concretos e nas representações da violência e da resistência, estabelecendo pontos de contacto e analogias entre diferentes períodos e entre diferentes tipos de actores.

Dizia Gilles Deleuze que “todas as revoluções fracassam” mas que “isso nunca fez com que as pessoas não se tornassem revolucionárias”. Para o filósofo, a questão essencial a colocar não é por que as revoluções falham mas sim “como e porquê as pessoas se tornam revolucionárias”, considerando ainda que “nas situações de tirania e opressão”, “a questão dos homens [...] é efectivamente a do Devir revolucionário, porque não há outra coisa que possa ser feita”¹ (Deleuze, 1988). Este entendimento do sofrimento, da injustiça

¹ Excerto transcrito do documentário no original: *Toutes les révolutions foirent. Tout le monde le sait [...] Que les révolutions échouent, que les révolutions tournent mal, ça n'a jamais [...] fait que les gens ne deviennent pas révolutionnaires! On mélange deux choses absolument différentes... Les situations dans lesquelles la seule issue pour l'homme c'est de devenir révolutionnaire [...] c'est la confusion du Devenir et de l'Histoire [...] Les historiens, ils nous parlent de l'Avenir de la révolution, l'Avenir des révolutions... Mais c'est pas du tout la question ! Alors, ils peuvent toujours remonter aussi haut pour montrer que si l'Avenir a été mauvais, c'est que le mauvais était déjà là depuis le début, mais le problème concret, c'est : comment et pourquoi les gens Deviennent-ils révolutionnaires [...] L'affaire des hommes, dans les situations*

e da violência como propulsores de violência alarga-se a outros tipos de acção colectiva não revolucionária, como vários tipos de violência colectiva juvenil, nomeadamente a existência de gangs, associada também a algum tipo de revolta embora esta não seja vista como política (cf. Wieviorka, 1997; Briceño-Léon, 2002; Žižek, 2008: 73).

As questões que coloco nesta tese inspiram-se, de alguma forma, na afirmação de Deleuze. Por um lado, é importante perceber, não por que as pessoas se tornam revolucionárias, mas por que aderem a grupos e dinâmicas violentas, para além da guerra e da revolução. Por outro lado, sabemos que, mesmo em contextos de opressão ou tirania, nem todos se tornam revolucionários, como nem todos aderem a propósitos violentos. Isto é, o sofrimento social gera percursos de violência e não-violência muito distintos. É necessário não cair no puro determinismo. É, por isso, igualmente importante, para além da reprodução da violência, avaliar percursos e possibilidades de resiliência, resistência e gestão não-violenta de heranças e contextos de guerra e de violência estrutural.

Assim, pretendo explorar a relação entre sofrimento, (im)possibilidades e violência e compreender, com base nas experiências de jovens específicos, como e porquê em dois contextos de pós-guerra periféricos, contextos de profunda marginalização ou empobrecimento de grande parte da população, contextos supostamente favoráveis ao surgimento do desespero, do sentimento de injustiça e da violência, nomeadamente entre os jovens urbanos, a expressão da violência colectiva juvenil é tão diferenciada.

A segunda grande questão desta tese diz, assim, respeito às formas como os jovens em particular experienciam a violência e se constituem como parte de integrante dos seus percursos, quer como vítimas, quer como perpetradores. Que questões devem ser consideradas para entender quando o sofrimento gera violência ou gera resiliência não violenta? Para onde direccionam os jovens o seu sofrimento, angústia e frustrações? Em que medida percursos concretos de violência e não-violência podem ser entendidos como percursos de resistência? E de que forma o contexto de revoluções por cumprir condiciona os percursos de violência pós-guerra e pós-revolucionários? Devemos concordar com uma análise pós-política da violência que remete para a mera apatia e alienação as experiências

de tyrannie, d'oppression, c'est effectivement le Devenir révolutionnaire, parce qu'il n'y a pas d'autre chose à faire. Quand on nous dit après "Ah, ça tourne mal", tout ça: on ne parle pas de la même chose. C'est comme si on parlait deux langues tout à fait différentes : l'Avenir de l'histoire et le Devenir actuel des gens, c'est pas la même chose.

dos jovens contemporâneos? Ou devemos repensar os conceitos e práticas de resistência e da política, face a novos mundos pós-revolucionários?

Tendo em conta os dois blocos de questões colocadas, argumentarei que as visões e práticas internacionais dominantes sobre contextos de pós-guerra, centradas num pensamento binário que diferencia como categorias e períodos antinómicos guerra e paz, político e criminal, reprodução e resistência, tendem a ocultar ou despolitizar múltiplas violências quotidianas, ignorando os percursos de produção de margens sociais e políticas e as suas reconfigurações ao longo da história, bem como algumas continuidades entre a guerra e a paz; tendem, ao mesmo tempo, a veicular visões estereotipadas dos grupos nas margens do poder – local como internacional – e a constituí-las como ameaças para a segurança internacional, ignorando o sofrimento localizado e os percursos concretos de reprodução da violência; tendem, ainda, a ignorar o papel de dinâmicas e actores internacionais na produção da violência, assim como a negligenciar uma análise das dinâmicas de resistência e de não-violência no quotidiano, privilegiando-se uma análise do comportamento dos actores formalmente entendidos como políticos.

Pelo contrário, pretendo demonstrar que uma análise centrada, por um lado, na história e na genealogia das violência e do poder e, por outro lado, nas vivências de violência e sofrimento no quotidiano e na perspectiva de actores não dominantes revela os fragmentos de guerra que existem na paz (Sylvester, 2011), assim como os fragmentos de resistência que existem na reprodução da violência e da dominação. Esta análise leva-nos ainda a reconsiderar a distinção rígida entre velhas e novas violências, entre violência política e não-política, entre actores políticos e não-políticos, entre agressores e vítimas, procurando romper hierarquias de interesse, atenção e cuidado (Butler, 2009: 1; Biswas e Nair, 2010:2) entre populações, grupos e indivíduos à escala global.

Pretende-se, assim, contribuir para questionar a utilidade e pertinência dos enquadramentos de intervenção baseados na identificação entre pós-guerra, pós- crise e pós-violências, reflectindo sobre a permanência e incrustação da guerra, da crise e da violência no quotidiano. Este contributo parte dos contextos, olhares e práticas de quem é (supostamente) intervencionado e não de uma análise de discursos políticos, documentos de intervenção ou do olhar de quem intervém.

1.2. Em movimento: percursos teóricos, metodológicos e sócio-geográficos

Entre disciplinas, entre escalas

As Relações Internacionais são a área disciplinar central no meu percurso académico e, em particular, os Estudos para a Paz. Apesar de ter feito uma incursão interdisciplinar pelos Estudos Africanos no mestrado, foi no âmbito da primeira área disciplinar que desenvolvi a presente investigação. No entanto, ao longo do meu percurso, senti necessidade de alargar o leque de leituras a áreas como a História, a Sociologia e sobretudo a Antropologia. Apesar da grande inspiração inicial encontrada na literatura dos Estudos para a Paz, dos Estudos Críticos das RI e dos Estudos Feministas, que desenvolverei no capítulo seguinte, esta necessidade acentuou-se ao longo do percurso por não encontrar resposta suficiente a questões teóricas e metodológicas que me ia colocando; não deixando, porém, de estar profundamente persuadida da adequação e da pertinência da inclusão do meu tema de estudo nesta mesma área disciplinar. Embora não acredite nas virtudes de uma circunscrição disciplinar rígida e esteja perfeitamente convencida das vantagens de abordagens interdisciplinares, julgo necessário frisar esta inquietação uma vez que ela é responsável pelos percursos concretos da investigação.

Assim, como desenvolverei no capítulo seguinte, as Relações Internacionais centram-se na guerra (ou na paz) como fenómenos de referência mas não tanto na violência e nos seus percursos. Não é muito comum encontrar uma leitura centrada em grupos ou indivíduos que não estiveram directamente envolvidos na guerra, tarefa deixada para a História. Tendo em conta que a maior parte dos estudos, mesmo dedicados a *Area Studies*, são feitos sobretudo com recurso a informantes que encaixam da definição formal de actores políticos e que correspondem, na maior parte dos casos, a elites, também não são muitos aqueles, à excepção de alguns estudos feministas (Enloe, 1989; 2000; Stern, 2006; Moura, 2010), que se centram nas experiências do quotidiano, em contextos infra-estatais e de grupos nas margens dos centros de poder, como os e as jovens com baixo estatuto social, visto como tarefa da Antropologia.

A proliferação de estudos sobre jovens que se verificou na última década na Antropologia teve também algum eco nas Relações Internacionais, mas de forma bem definida e pouco complexa. Assim, os jovens surgem na literatura académica, e cada vez

mais nas declarações políticas e relatórios de *intelligence* e alguma pesquisa *policy-oriented*, como peões do terrorismo, do crime organizado e das guerras internas (Kaplan, 1994; Collier e Hoeffler, 1998; 2004; Urdal, 2006). Ao mesmo tempo, as RI mantêm-se um pouco afastadas de estudos com uma forte componente empírica situada num contexto específico e numa escala microsocial, a qual procurei desenvolver neste trabalho, embora esteja consciente da manutenção de algumas limitações, só possíveis de colmatar com o recurso aos métodos etnográficos.

A dimensão internacional não é, nesta tese, algo separado ou isolável. As relações e desconexões entre a reprodução da violência e as representações e intervenções internacionais sobre a violência nas margens e periferias estão impregnadas no quotidiano, no dia-a-dia dos actores (cf. Bayart, 1989:14; Sylvester, 1994:6; Farmer, 2004:308). Ao mesmo tempo, não menosprezo o valor da compreensão da história, das permanências e continuidades, assim como das dinâmicas sistémicas que também produzem semelhanças e diferenças entre os contextos. Proponho, assim, uma análise que conjuga os fluxos históricos e sistémicos com uma visão mais circunscrita, um *zoom* sobre o quotidiano das sociedades contemporâneas e, em particular, dos jovens urbanos, procurando reflectir a partir das lógicas distintas de cada contexto.

Não procuro encontrar verdades absolutas ou relações de causa-efeito mecânicas e inquestionáveis, centro-me em processos não-lineares, analogias, representações, interpretação de experiências dos actores (Tickner, 2005: 2-3). Não julgo possível a neutralidade perante a observação da violência e do sofrimento mas também não tenho a pretensão paternalista de “dar voz aos sem voz” (Spivak, 1988). Procuro, a partir de uma posição claramente privilegiada, de alguém que não vive permanentemente em contexto de adversidade e impossibilidades, e a partir dos relatos de jovens concretos, não relatos “puros” e aceites como verdade inquestionável mas como relatos confusos e inevitavelmente interpretados, em última análise, por mim, questionar e deslegitimar a reprodução social e política da violência, seguindo um princípio, muito simples, de construir conhecimento a partir das vidas das pessoas concretas (Tickner, 2005: 4). Assim, apesar de ter como aspiração última a de contribuir para a transformação social e política e de partir do princípio que “a investigação deve partir das vidas dos grupos não privilegiados de forma a conseguir um conhecimento mais objectivo da realidade social” (Harding, 1991: 124), não posso deixar de salientar como foi difícil tentar garantir um

equilíbrio entre a não internalização da violência e a culpabilização das vítimas e a não romantização das vidas, experiências e posicionamentos dos meus interlocutores (cf. Bourgois, 2001). Ao mesmo tempo, não creio que um posicionamento crítico nos deva conduzir à busca de receitas fáceis ou que a urgência de agir nos leve à tentativa de resolução antes da compreensão dos problemas (Žižek, 2008). Acredito que a desmistificação de alguns estereótipos e uma análise crítica dos impactos reais das instituições e políticas na produção de violência nas vidas das pessoas são já um passo determinante para alguma transformação.

Entre Bissau e San Salvador: estudos de caso

Para além de se encontrarem em latitudes muito próximas, não há, à primeira vista, qualquer relação, semelhança ou proximidade entre El Salvador, banhado pelo Pacífico na América Central, e a Guiné-Bissau, na costa atlântica africana. Nem na sua pequenez estes dois países são comparáveis: El Salvador (o país mais pequeno do continente americano) tem cerca de seis milhões de habitantes, enquanto a Guiné-Bissau não chega aos dois milhões. Além disso, basta olhar para os indicadores mais comuns (e até mais superficiais) de avaliação da situação dos países para constatar as discrepâncias socioeconómicas: actualmente El Salvador é considerado um país de desenvolvimento humano médio, ocupando o 107º lugar do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), enquanto a Guiné-Bissau se encontra no 176º lugar, entre os países mais pobres do mundo; já a esperança média de vida nos dois países tem uma diferença de 24 anos (48 anos na Guiné-Bissau e 72 anos em El Salvador) e o PIB *per capita* oscila entre os 1000 dólares (Guiné-Bissau) e os 5915 (El Salvador) (UNDP, 2013). Isto, claro, para além das diferenças óbvias das formações e estruturas sociopolíticas e culturais.

As diferenças entre os dois países e as diferentes sociedades (ou povos) são notórias mas não é nelas que pretendo concentrar-me, tal como não pretendo comparar simetricamente duas realidades tão distintas. Nessas diferenças incluem-se as histórias particulares de cada país, povos e sociedades na vivência da violência, da guerra e da paz. Assim, como defende Stake, a análise de estudos de caso deve ter como “objectivo primário” compreender esse mesmo caso específico e não outros casos, já que “não se trata de uma investigação por amostragem” (Stake, 2007: 20).

É, no entanto, possível, após a compreensão aprofundada de cada caso, destacar as semelhanças produzidas pela sua inserção periférica no sistema-mundo ou na economia-mundo capitalista, numa perspectiva histórica e sistémica ampla (Wallerstein, 2004), na evolução e transformação da hegemonia e das formas de exploração e controlo ao nível global (Hardt e Negri, 2000), assim como na experiência histórica comum de guerras revolucionárias, semelhanças essas que atribuem sentido e coerência a um enquadramento teórico e metodológico comum a dois estudos de caso autónomos.

O trabalho de campo realizado nos dois países obedece a uma matriz comum mas com algumas diferenças de abordagem, grupos envolvidos e guiões de entrevistas, assim como de duração. Os jovens urbanos em posições sociais não privilegiadas, sobretudo concentrados nas respectivas capitais, estão no centro da investigação e, por isso, as entrevistas realizadas com jovens constituem, em ambas as cidades, o núcleo central, de exploração e análise qualitativa. Em ambos os casos, procurei usar ainda lentes específicas de género (Peterson, 1999: 36), isto é, ter uma leitura das dimensões sexuadas das relações entre juventude e violência. Os guiões das entrevistas semi-estruturadas realizadas com os jovens em ambos países eram bastante flexíveis, de modo a adaptar aos casos concretos, mas seguiram tópicos comuns: percepções e experiências do que significa ser jovem; conhecimento das dinâmicas históricas da guerra e o significado de pós-guerra; experiências e percepções de violências nas esferas pública e privada. No caso das entrevistas individuais incluía-se também uma parte de relato biográfico e questões relacionadas com os momentos-chave de percursos de adesão ou recusa em relação a práticas violentas.

No entanto, dentro de cada estudo de caso, surgem outros estudos de caso. As especificidades de cada contexto, quer em termos temáticos, quer em termos de operacionalização de um trabalho de campo circunscrito no tempo e em meios, levaram a que tanto os grupos centrais em análise como os métodos adoptados variassem um pouco.

Em El Salvador, o trabalho de campo foi conduzido em dois períodos diferentes. Em 2007, realizei a minha primeira viagem ao país, no âmbito de um projecto de investigação², com o qual colaborava por ter vários pontos de cruzamento com o meu pré-projecto de tese, que me permitiu fazer uma primeira visita exploratória através do apoio financeiro para a viagem e estadia. Este primeiro período teve a duração de dois meses e

² *Estratégias de guerra contra mulheres em contextos de não-guerra*, coordenado por Tatiana Moura e financiado pela Fundação Ford.

contei com a colaboração, entre outros, da organização Homies Unidos³ de El Salvador, numa primeira fase. Em 2009, regressei o país, ao abrigo de uma bolsa mista, financiada pela FCT, tendo sido recebida na Universidad Centroamericana José Siméon Cañas (UCA), sob a supervisão de Sol Yañéz, Professora de Psicologia com vasta experiência no acompanhamento psicossocial de vítimas da guerra e colaboradora de organizações de direitos humanos e movimentos pela memória, verdade e justiça. Este período teve a duração de três meses e contei com o apoio, mais uma vez, de várias organizações e indivíduos, nomeadamente da Direcção Geral de Centros Penais, Fundación Quetzalcoatl⁴ e da Fundación para el Desarrollo Juvenil⁵.

O grupo central de entrevistas para análise mais aprofundada foi realizado com membros de gangs. Sobre estas darei mais detalhes no capítulo 5. Este núcleo central de entrevistas foi complementado e posto em diálogo com outros núcleos de entrevistas que realizei. Um primeiro conjunto de entrevistas procurava explorar a dimensão das vivências e impactos da guerra no longo-prazo. Entrevistei, por isso, alguns ex-guerrilheiros, líderes de organizações de direitos humanos e de familiares de vítimas e desaparecidos. Um segundo conjunto de entrevistas foi realizado com jovens que não se encontravam envolvidos em gangs, tanto individuais, como de grupo, para entender, de forma mais abrangente, a situação dos jovens no país e não apenas daqueles envolvidos nos gangs. Um terceiro grupo de entrevistas foi realizado com dirigentes e técnicos governamentais e não-governamentais e peritos que trabalham no domínio da segurança, da violência e mais concretamente com jovens e gangs (incluindo, a polícia).

Além disso, pude acompanhar, por breves períodos, o trabalho de duas ONG na área de reabilitação e prevenção da violência, respectivamente Homies Unidos e Quetzalcoatl, assisti a seminários sobre várias temáticas relacionadas com juventude e violência e a reuniões de organizações também sobre vários destes temas. Além da recolha bibliográfica, procedi ainda à recolha sistemática de notícias, nos principais jornais em papel e on-line, assim como pude efectuar, na biblioteca da UCA, uma pesquisa de jornais das décadas de 1970 e 1980 de modo a melhor compreender o espírito do tempo e os tipos de violências que eram, então, noticiados. Apesar de grande parte desta recolha oral e

³ Organização orientada para a reabilitação e reinserção de membros de gangs e gerida por antigos membros.

⁴ Organização direccionada para o trabalho com presos no âmbito da saúde, apoio psicossocial, intervenção artística e educativa que tem vindo a alargar o seu trabalho para outros públicos.

⁵ Organização que trabalha com jovens em vários domínios de formação.

bibliográfica não estar directamente expressa ou citada na tese, ela constitui a base da reflexão mais aprofundada sobre as experiências dos membros de gangs e um acervo considerável para aprofundamentos futuros.

As minhas primeiras visitas à Guiné-Bissau realizaram-se em 2006 e 2007 (quatro visitas de aproximadamente um mês cada), no âmbito da realização da minha dissertação de mestrado em Estudos Africanos e da inserção da mesma no projecto *Peacebuilding Processes and State Failure Strategies*⁶. Foi a partir deste primeiro trabalho (mais dedicado à análise do papel dos actores internacionais na (des)construção da paz) que surgiu o interesse em aprofundar o tema, centrando-me em novas questões, na minha tese de doutoramento. Já neste âmbito, o trabalho de campo foi conduzido ao longo de vários períodos em Bissau, entre 2008 e 2010, num total de nove meses, com financiamento da FCT, tendo sido acolhida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas e pelo então Director, Mamadu Jao. Aliei à elaboração da tese a colaboração em projectos de investigação relacionados com a temática, no âmbito da minha inclusão no Núcleo de Estudos para a Paz do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra⁷. Estes projectos permitiram-me colaborar com muitas pessoas e instituições com as quais aprendi muito. Os dois últimos, em particular, permitiram-me ter uma visão mais abrangente do país, para além da sua capital, tendo realizado entrevistas nas várias regiões da Guiné-Bissau, nomeadamente nos seguintes centros urbanos: Bafatá, Bissorã, Buba, Bubaque, Canchungo, Catió, Gabú e Quinhamel.

Neste caso, uma vez que já estudava o país há algum tempo, as entrevistas de contextualização foram substituídas por conversas informais de seguimento da evolução política, económica e social e pelo acompanhamento de jornais, blogues e sites noticiosos. O núcleo central de entrevistas – focado nos jovens – revelou-se muito mais abrangente do que em El Salvador e também sobre estas falarei mais no capítulo 7. Para além deste amplo núcleo, realizei ainda entrevistas semi-estruturadas com peritos, académicos, organizações locais e internacionais que trabalham nas áreas da juventude, *peacebuilding* e violências; incluindo agentes estatais, polícias e juízes.

⁶ Coordenado por José Manuel Pureza e financiado pela Fundação Ford.

⁷ Foram estes, o projecto *Trajectórias de contenção e disseminação da violência: um estudo comparado entre Bissau e Praia*, coordenado por José Manuel Pureza e financiado pela FCT; o projecto *A Cooperação Portuguesa e o Reforço da Segurança Humana em Estados Institucionalmente Frágeis*, coordenado por José Manuel Pureza e Mariano Aguirre e financiado pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento; e a ainda o estudo de mapeamento das violências contra mulheres na Guiné-Bissau, coordenado por mim e financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

A metodologia seguida é essencialmente qualitativa já que me interessava aceder às experiências vividas e às percepções dos entrevistados. Existem, no entanto, diferenças de conteúdo e aprofundamento nas informações conseguidas através de entrevistas individuais e colectivas. As primeiras permitem maior aprofundamento de experiências de vida pessoais devido à privacidade, enquanto as segundas potenciam uma recolha de maior diversidade de opiniões e percepções em curto espaço de tempo, assim como podem dar azo a discussões interessantes entre pontos de vista divergentes. Cada um destes métodos tem também limitações. As primeiras porque dependem da empatia criada com a entrevistadora e da disposição de quem é entrevistado e representam sempre uma informação contada e não observada pela investigadora. As segundas enfrentam o risco ora de conformação das opiniões a uma opinião dominante, ora de polarização de opiniões e conflito, para além de não permitirem aprofundar experiências pessoais. Estes riscos e limitações podem ser mitigados consoante uma boa orientação e facilitação das entrevistas; no caso das entrevistas de grupo, procurando uma composição dos grupos sem hierarquias claras, sem grandes diferenças de idade, estatuto económico ou social (Kitzinger, 1995). Penso que consegui contornar relativamente estas limitações, que nunca são totalmente eliminadas, mas é certamente também face a estas que a análise das entrevistas deve ser lida, e para isso chamarei a atenção quando julgar necessário.

As línguas utilizadas durante as entrevistas foram o espanhol, em El Salvador, e o português e o crioulo, na Guiné-Bissau. As entrevistas foram transcritas por mim e através de serviços prestados por nativas das línguas em questão e depois revistas. Por motivos de espaço, os excertos citados na tese surgem já traduzidos, embora tivesse preferido mantê-los no original. A tradução foi feita, no entanto, com o maior cuidado para manter os traços de oralidade e garantir a maior fidelidade possível ao original.

A análise das entrevistas foi realizada com a preocupação de responder às questões de partida da investigação mas também de deixar emergir temas inicialmente não previstos, isto é, seguindo um tipo de análise mista⁸, de acordo com a tipologia avançada por Maroy (1995: 119-122). O tratamento das entrevistas foi realizado manualmente, sem recurso a programas específico, através da leitura transversal, da sua organização temática,

⁸ Significa que existe uma grelha prévia de análise mas que esta pode ser alterada conforme o que deriva do material em análise.

seguida de leitura aprofundada das entrevistas mais complexas e posterior interpretação e confronto com a literatura, notas pessoais e restantes entrevistas.

1.3. Plano da tese

Para além da presente introdução, esta tese encontra-se dividida em seis capítulos e conclusões gerais.

Numa primeira parte, exploram-se as principais linhas teóricas que informam a análise dos estudos de caso. Assim, no capítulo 2 faz-se uma leitura do estado da arte do estudo da violência e do lugar das margens sociais e políticas nas Relações Internacionais e das suas implicações teóricas, epistemológicas e ontológicas para o posicionamento da autora. No capítulo 3, analisarei o conceito de violência, centrando-me na pluralidade dos entendimentos sobre a mesma, no aprofundamento da ideia de reprodução das violências no quotidiano e na reflexão sobre a pluralidade de percursos dos jovens face ao sofrimento e à violência estrutural.

Na segunda parte, dedicar-me-ei à análise do estudo de caso de El Salvador. Num primeiro momento (capítulo 4), procuro salientar similaridades entre causas, manifestações e representações de violência nos períodos de guerra e nos períodos pré e pós-guerra, ao mesmo tempo que analiso as suas especificidades. No capítulo 5, contraponho à inicial análise histórica, uma análise centrada nas percepções e experiências dos actores, chamando a atenção para a necessidade de pensar a violência dos gangs para além da sua criminalização.

A terceira parte da tese diz respeito ao caso da Guiné-Bissau. No capítulo 6 analisarei a genealogia das violências visíveis e invisíveis e a sua relação com a distribuição do poder económico e político. Ao mesmo tempo, procurarei traçar um retrato das reacções à violência e à dominação, por parte das margens sociais e/ou políticas. Pretendo contextualizar as dinâmicas de resistência e resiliência dos actores sociais e as suas possibilidades face às turbulências causadas pela luta pelo poder político e económico e pela sua posição no sistema capitalista global. No capítulo 7 analisarei a partir experiências quotidianas e da perspectiva dos jovens as condicionantes estruturais e os processos de mediação social que fazem da violência uma rara opção e possibilidade de afirmação e de ultrapassar as condições de estagnação social.

Termino com as conclusões gerais da tese, procurando, sempre que possível, estabelecer linhas de análise comuns aos estudos de caso e reflectindo sobre a importância das mesmas para as Relações Internacionais e concretamente para os Estudos sobre Paz e Conflitos.

Capítulo 2 – Violência, margens e Relações Internacionais

Introdução

Nenhuma pessoa empenhada na reflexão sobre a história e a política pode permanecer alheia ao enorme papel que a violência tem tido nas relações humanas, e é à primeira vista bastante surpreendente que a violência tenha sido destacada tão poucas vezes para ser objecto de uma consideração especial (existe obviamente extensa literatura sobre guerra e conflitos armados, mas lida sobretudo com as formas de infligir violência e não com a violência em si) (...) isto demonstra até que ponto a violência e a sua arbitrariedade foram consideradas dados adquiridos e, portanto, negligenciadas; ninguém questiona ou examina aquilo que é óbvio para toda a gente.⁹ (Arendt, 1970 [1969]: 8).

Apesar da volumosa produção no âmbito das Relações Internacionais desde o ano em que Hannah Arendt constatava a escassez de estudos sobre violência¹⁰, a afirmação da autora continua relativamente actual no que diz respeito à forma como esta disciplina secundariza conceitos, práticas e condições plurais de violência. Reflexões sobre o conceito e as práticas da violência têm sido deixadas para outras disciplinas como a Sociologia, a Antropologia ou a Filosofia. Isto é revelador não apenas da divisão em “zonas de influência” entre várias disciplinas (que tendem, apesar de tudo, a esbater-se) mas também de problemáticas centrais da disciplina (que estão, aliás, na origem de vários debates) como o que é considerado como unidade ou escala apropriada de análise ou o que é considerado político – isto é, normalmente relacionado com o Estado – e, por isso, relevante.

Isto não quer dizer que a violência esteja ausente das Relações Internacionais. Quer dizer, antes, como desenvolverei no primeiro ponto deste capítulo, que a sua análise tendeu a circunscrever-se a determinados fenómenos, em particular à guerra, à qual se opõe o conceito de paz; e que as abordagens à violência (sobretudo da guerra) se baseiam

⁹ Tradução livre da autora. No original: *No one engaged in thought about history and politics can remain unaware of the enormous role violence has played in human affairs, and it is at first glance rather surprising that violence has been singled out so seldom for special consideration (there exists, of course, a large literature on war and warfare, but it deals with the implements of violence, not violence as such) (...) this shows to what an extent violence and its arbitrariness were taken for granted and therefore neglected; no one questions or examines what is obvious to all.*

¹⁰ Hanna Arendt escreveu esta afirmação num contexto descrito por Williams como o “imperialismo metodológico da revolução behaviorista”, ao situar a emergência dos realistas clássicos nas Relações Internacionais como reacção a este domínio e com base na crítica da possibilidade de a política poder ser “totalmente racional ou totalmente compreendida pelo racionalismo científico” (Williams, 2013: 651). Arendt critica os estudos estratégicos que tentam imitar os métodos das ciências naturais e fazer projecções, chamando-lhes *pseudo-science* e frisando o seu carácter especulativo, inútil e perigoso, ao dar a entender que controlam os acontecimentos sem contar com a imprevisibilidade da acção humana e da política (Arendt, 1970 [1969]: 6-7).

fundamentalmente em perspectivas de “resolução de problemas” (Cox, 1983; Brown, 2013) que prescrevem receitas para a paz e desenham modelos de gestão da conflitualidade (e não da violência) e da política internacional, com base numa perspectiva restrita e não ancorada nas realidades sociais específicas da violência, bem como em determinadas representações dos lugares, actores e causas da violência – e que promovem, também elas, violência. Esta violência não é, porém, reconhecida enquanto tal por grande parte dos actores da política internacional (incluindo nas aplicações locais ou nacionais das suas formas globalizadas). Assim, a violência surge ora enquanto noção dependente e em segundo plano, ora enquanto fenómeno a refrear através de técnicas, estratégias e instituições: em qualquer dos casos o conceito de violência é escassamente problematizado e, muitas vezes, dado como adquirido, naturalizado, como aponta Arendt.

A falta de uma análise aprofundada e multidimensional da violência é, em si, reveladora de uma violência inerente à produção do conhecimento, que exclui múltiplas experiências e expressões da violência, assim como diferentes locais, indivíduos, grupos e conhecimentos e está intimamente relacionada com a forma como se analisam, integram, representam as periferias e as margens nas RI. Como explica Boaventura de Sousa Santos, a propósito do pensamento moderno ocidental, que caracteriza como abissal:

Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o "outro" (Santos, 2007: 71).

No entanto, como veremos nos pontos seguintes, numa disciplina cada vez mais vasta, englobando cada vez mais temas e percorrendo caminhos epistemológicos diversos, há, com certeza, vários contributos que trazem para o centro da discussão a produção das nas margens na ordem internacional assim como apontam para a necessidade de uma análise atenta às múltiplas formas da violência.

2.1. A violência das ausências: a mitologia do internacional, a centralidade da guerra e a ilusão da paz

A disciplina foi inventada em resposta à guerra, em especial a Primeira Guerra Mundial, e a guerra continua a ser o enfoque que a define. Isto não significa que a guerra não seja uma característica fundamental para ser entendida, significa apenas que esta é privilegiada enquanto forma de violência e que a disciplina escolhe não observar outras formas. Assim,

as Relações Internacionais tendem a ignorar os conflitos dentro dos Estados, a não ser que estes ameacem a sobrevivência do objecto referente da disciplina, o Estado.¹¹ (Smith, 2004: 506).

A guerra, não a violência, é uma preocupação central das Relações Internacionais (Smith, 2004; Pureza e Moura, 2005; Shepherd, 2009; Sylvester, 2013). Esta preocupação central encontra-se nas origens da disciplina como ao longo da sua história: é de notar como as alterações no *status quo* da disciplina, a afirmação e descrédito de diferentes correntes ou perspectivas e a actualização do pensamento sobre o “internacional”, estão profundamente relacionadas com as diferentes expressões da guerra, nos séculos XX e XXI¹². Desta preocupação central decorrem outras preocupações: por um lado, a preparação e condução da guerra e os seus instrumentos – que se traduz numa impregnação das RI pela “linguagem estratégica” (Aslhey, 1996: 240) – e o debate sobre o recurso racional e legítimo à mesma (envolvendo o direito internacional) e, por outro lado, a necessidade de compreensão das causas da guerra e dos conflitos e de eliminar ou limitar a guerra à escala internacional (desenhando instrumentos e modelos de organização e intervenção para esse efeito). Neste contexto, a paz emerge também como preocupação fundadora, entendida de forma diametralmente oposta à guerra, gerando uma dicotomia – guerra/paz – que não deixa espaço para a consideração da pluralidade da violência, dicotomia esta que foi, é certo, vastamente criticada, como veremos, mas não totalmente ultrapassada.

O carácter fundador desta dicotomia está relacionado com o tipo, a escala e a localização de questões julgadas matéria de análise na disciplina, assim como com o tipo de perguntas que se colocam e as assumpções epistemológicas que as informam¹³. Estas fronteiras foram definidas fundamentalmente pelas influências do “*pater* realismo” e da

¹¹ Tradução livre da autora. No original: “*The discipline was effectively invented in response to war, notably the First World War, and war remains its defining focus. My point here is not that war is not a central feature to be understood, only that it is privileged as a form of violence, and the discipline chooses not to see other forms. Thus, International Relations tends to ignore conflicts within states, unless they threaten the survival of the discipline’s referent object, the state*”.

¹² No final da Primeira e Segunda Guerras Mundiais, perspectivas liberais tiveram, pelo menos temporariamente, algum peso, com a criação de organizações internacionais, já o período da Guerra Fria é visto normalmente como dominado pelo realismo, seguido do “triumfo” liberal dos anos 90, quando se começa a olhar de outra forma para as guerras internas, período a que o 11 de Setembro de 2001 veio pôr fim, conotado com um ressurgimento do realismo ou mesmo uma junção de ambos num consenso liberal-realista.

¹³ Sobre a importância da formulação das questões em detrimento da obsessão com as respostas ver Tickner (2005).

“*mater* liberalismo”, recorrendo à sugestiva analogia familiar das RI proposta por Agathangelou e Ling (2004a). Apesar das diferenças entre realistas e liberais, assim como entre realistas e entre liberais, o que interessa aqui destacar é a centralidade comum que é atribuída ao Estado (e, em particular, a certos Estados) como referente de análise de relações inter-estatais e da política internacional e as consequências dessa centralidade na demarcação de fronteiras (epistemológicas e metodológicas mas sobretudo ontológicas) e na produção – para alguns, na imposição (Ashley e Walker, 2008) – de exclusões teóricas, empíricas e políticas.

No imaginário do *pater* realismo¹⁴ existe uma acentuada falta de preocupação com o que acontece dentro dos Estados, dividindo-se a realidade (e a humanidade) entre esferas interna e externa (Smith, 2004:510). “O poder desta separação define praticamente a disciplina de Relações Internacionais” e a “permanência do realismo como a sua ortodoxia” (Buzan, 1996: 53). Os Estados são definidos *a priori* como entidades unitárias, representantes dos interesses nacionais e soberanos na criação e aplicação de leis (Dunne, 1997: 114) e detentores do monopólio da violência legítima, quando inspirados por Max Weber¹⁵, como é o caso de Morgenthau (1993). As formas como os Estados surgem e se constroem através da criação de ameaças justificativas e da violência dirigida tanto a inimigos externos como internos (Tilly, 1985); as ameaças que estes constituem para as suas próprias populações (Booth, 1995; Sylvester, 2006) ou a historicidade (Mann, 1996) e especificidades da construção e ação dos Estados em diferentes partes do mundo (Bayart, 1989; 2004; Ayoob, 2002; Sørensen, 2009), não são problematizadas, assim como o não é

¹⁴ Como outras correntes, o realismo teve (tem) várias vidas e é heterogéneo. Existem várias categorizações das diferentes perspectivas realistas. A mais comum é a que diferenciação entre realismo clássico (sendo um dos principais representantes Hans J. Morgenthau mas também Jonh Herz, E.H. Carr ou Reinhold Niebuhr) de realismo estrutural ou neo-realismo (sendo Kenneth Waltz o autor mais citado) (Dunne, 1997; Buzan, 1996). Existe ainda quem diferencie realismo ofensivo (que defendem que “a anarquia compele necessariamente as grandes potências a competir”) do defensivo (para os quais “a guerra é raramente proveitosa e resulta antes de factores internos de distorção como o militarismo ou o hipernacionalismo”) (Walt, 1998:37). Apesar de frequentemente conotados com uma postura positivista, conservadora e militarista, vários autores lidos como realistas, sobretudo aqueles ligados ao realismo clássico, têm sido “reabilitados” de forma a demonstrar a complexidade dos fundamentos filosóficos e políticos das suas análises e as suas preocupações com a transformação da ordem internacional (Williams, 2004, 2013; Booth, 2008; Scheuerman, 2010), assim como são de destacar as críticas proferidas a várias pulsões militaristas e ofensivas por parte das grandes potências (cf. Morgenthau, 1993: 11). No entanto, para o tipo de análise aqui empreendido, julgo ser possível juntar perspectivas tão distintas partindo das leituras críticas sobre as mesmas, não me referindo às diferentes perspectivas normativas mas antes às perspectivas ontológicas e à leitura dominante que tem sido feita das mesmas, culminando em consequências normativas.

¹⁵ “O que é um “Estado”? (...) o Estado moderno só pode, afinal, ser definido sociologicamente a partir de um recurso específico, que lhe é próprio, como de qualquer associação política: a violência física. (...) não se pense, naturalmente, que a violência é o meio normal ou único de que o Estado se serve (...) mas sim o meio que lhe é específico.” (Weber, 2000:16).

o carácter “profundamente paradoxal” da soberania (Ashley e Walker, 2008: 348). À luz destas perspectivas os ditos Estados “fracos” são considerados a excepção e os “fortes” a norma, pela qual se rege a política internacional; tampouco se questiona a necessidade de hegemonia (Buzan, 1996: 54), ela é uma evidência.

Além disso, o que acontece em Estados ditos “fracos” e sociedades periféricas é duplamente invisibilizado a não ser que ameace as grandes (ou médias) potências e as elites (transnacionais e locais). Os indivíduos ou a subjectividade, os discursos, as representações sociais não existem enquanto sujeitos ou matéria de análise realista, resultando uma imagem das relações internacionais extremamente circunscrita às políticas externas das grandes potências ou às formas como actores individuais (Estados) lutam para conseguir poder e hegemonia (e, para alguns, até conseguir alcançar uma paz negativa e sempre ameaçada), sendo tudo o resto acessório ou não existente.

Este problema de circunscrição da matéria e da escala das Relações Internacionais tem consequências também na riqueza e complexidade das explicações oferecidas pelos realismos para as guerras. Estas encontram-se fundamentalmente em leis universais, abstractas e numa natureza quase imutável – seja a natureza humana (Morgenthau, 1993) ou a anarquia do sistema internacional (Waltz, 1979). Deste modo, a violência (=guerra) seria natural, sempre latente, e não produzida ou construída socialmente, ao contrário da sua inibição, isto é, as instituições que a previnem, regulam, gerem (Crawford, 2009). Resta, por isso, gerir o potencial de violência dos Estados, sem aprofundar as origens e impactos situados das guerras, sem, muitas vezes, sequer mencionar a violência. Quando uma perspectiva higiénica¹⁶ das (R)elações (I)nternacionais impera, o estudo da violência não pode ter lugar, por isso, estuda-se a guerra sem se estudar a violência (Jabri, 2007). Quando mesmo a violência da guerra é invisibilizada por uma retórica legitimadora – os Estados não usam violência: “usam a força”, “protegem seus interesses e a sua população”, “aumentam o seu poder”, “defendem-se das ameaças”, procedem a “intervenções humanitárias”; as experiências de vitimação são retratadas como “danos colaterais” ou “não intencionais” - e se ignora a problemática da representação,

A política da representação, isto é, como a linguagem é usada para representar a realidade da guerra e o uso da violência, é central para qualquer interpretação da guerra e da violência. Separar estes dois conceitos é muitas vezes sanear a guerra da violência que a

¹⁶ Ken Booth descreve a “ordem higiénica do neo-realismo” é “uma manifestação do ‘escape do real’ do sujeito/matéria das relações internacionais, uma vez que as relações internacionais são tudo menos uma ordem higiénica” (Booth, 1995:105).

constitui; que o objectivo da guerra é causar directamente dano aos inimigos. A violência associada à guerra deve por isso ser entendida de forma a salientar as distinções discursivas entre guerra e violência; que tanto o uso dos dois termos separadamente como a sua associação são fruto de uma decisão política¹⁷. (Jabri, 2007: 11).

... o que dizer em relação às violências da paz? Embora as perspectivas liberais ou pluralistas¹⁸ possam considerar com maior alcance questões, actores, dinâmicas internas e transnacionais¹⁹, estas são tidas em conta fundamentalmente em relação à forma como condicionam a acção do Estado na cena internacional ou afectam o seu funcionamento e segurança. Os Estados permanecem como unidades de análise, no entanto os seus interesses são analisados em termos de cooperação, busca de harmonia e normas partilhadas, em lugar da luta pelo poder, embora não o descartem (Keohane e Nye, 1977). No entanto, as suas versões dominantes, nomeadamente o neo-liberalismo, acabam por dar continuidade à centralidade do Estado. Isto é, ao querer demonstrar que a cooperação supera a competição entre Estados, aceitam uma orientação estatocêntrica das relações internacionais, assim como a hegemonia – mesmo que vista como “benevolente” (Richmond, 2008: 36) – como necessária à ordem, ignorando as assimetrias de poder dentro dos regimes internacionais (Little, 1996: 81-82). Apesar disto, permanece, sobretudo nas vertentes mais idealistas ou cosmopolitas, uma preocupação latente com os indivíduos e as responsabilidades dos Estados perante os mesmos, preocupações estas traduzidas no desenvolvimento de um sistema de protecção de direitos humanos ao nível

¹⁷ Tradução livre da autora. No original: *The politics of representation, how language is used to represent the reality of war and the use of violence, is central to any rendition on war and violence. To separate these two concepts is in many ways to sanitise war of its constitutive violence; that war's aim is direct injury against those deemed the enemy. The violence associated with war must hence be understood in terms that highlight discursive distinctions between war and violence; that there is a politics involved in using the two terms separately and in highlighting the association between them.*

¹⁸ Dunne (1997: 148-159) diferencia três variedades de liberalismo e suas actualizações (neo): a) (neo)internacionalismo: inspirado em leituras de Kant, Bentham e Cobden com expressões actuais em Michael Doyle e Francis Fukuyama e que se concretiza em várias versões da tese de paz democrática; b) (neo)idealismo: com raízes no pensamento de Hobson e W. Wilson e com expressões actuais em Held, Archibugi e Falk, caracterizados pela preocupação com a construção democrática da cena internacional e o papel da sociedade civil e movimentos sociais; c) (neo)institucionalismo: também conhecido como pluralismo ou neoliberalismo: com primeiras expressões em Hobson, Mitrany e Burton um pouco desvirtuadas pelo pensamento mais actual de Keohane e Nye, corrente que desemboca num mimetismo com o neo-realismo, perdendo a vertente normativa assumida, e que se centra em conceitos como interdependência e transnacionalismo. Outros autores não diferenciam as correntes idealistas do internacionalismo (Jabri, 2007; Little, 1996). Dunne (1997: 148) chama ainda a atenção para a grande diversidade de perspectivas sobre as causas da guerra e sobre como responder/reagir à guerra.

¹⁹ Alguns prestam atenção a bastante mais actores para além do Estado (organizações internacionais, ONG, movimentos sociais, empresas transnacionais, grupos de interesse e, cada vez mais, grupos considerados terroristas), bem como ao papel das normas e instituições.

internacional (Richmond, 2008: 33) e em propostas de democratização global e cosmopolita (Archibugi e Held, 1995; Falk, 1998).

Também as explicações dominantes para as guerras ou sua ausência se tornam mais pobres, baseando-se em perspectivas parciais da guerra e da paz. Segundo as várias versões das teses da paz democrática/liberal/capitalista, as causas das guerras inter-estatais encontram-se fundamentalmente no autoritarismo e na autarcia económica. A promoção da paz, da ordem e, eventualmente, da justiça, passa pela proliferação de governos liberais (Doyle, 1986) e pela expansão do livre mercado, pela interdependência económica e pela integração dos mercados financeiros (Gartzke, 2007). Estas teses, juntamente com a assumpção da obsolescência da guerra enquanto *major war* (Mandelbaum, 1998), muito popular nos anos 1990, não só remetem para a insignificância as ditas “pequenas” guerras – as guerras civis, internas, revolucionárias – como levam a que estas sejam vistas como sinónimo de atraso, formas imorais e anacrónicas de relação social (Burchill, 2005: 60), resultantes do comportamento iliberal e irracional dos actores internos ou locais (Duffield, 2001; 2007).

No fundo, o ADN das Relações Internacionais está marcado por perspectivas baseadas na assumpção da singularidade do “internacional” e na diferenciação da acção dos Estados interna e externamente, acção esta determinada fundamentalmente (para os realistas) ou em grande parte (para os liberais/pluralistas) pelo funcionamento e natureza do sistema internacional e leis abstractas e julgadas universais. Por outras palavras,

Em termos vestefalianos, o ‘internacional’ é um espaço ‘frágil’ de interacção estratégica, habitada por diplomatas, soldados e capitalistas, para parafrasear Raymond Aron. A teoria contemporânea das RI adicionou ONG e ‘normas’, entre outras entidades, mas o conteúdo do espaço internacional continua reduzido quando comparado com os espaços domésticos.²⁰ (Barkawi e Laffey 2002: 110).

De modo geral, este tipo de Relações Internacionais caracteriza-se por uma “falta de curiosidade” (Enloe, 2004) em relação ao conteúdo e às dinâmicas das relações sociais, políticas e económicas que subjazem às relações internacionais e que não questionam.

As perspectivas das Relações Internacionais centradas no estudo de ordens não questionadas e inalteráveis ou pouco alteráveis acabam por analisar sobretudo os “instrumentos” e as estratégias de gestão (formal, inter-estatal) da violência e não os

²⁰ Tradução livre da autora. No original: *In Westphalian terms, the ‘international’ is a ‘thin’ space of strategic interaction, populated by diplomats, soldiers and capitalists, to paraphrase Raymond Aron. Contemporary IR theory has added NGOs and ‘norms’, among other entities, but the contents of the international remain compared to domestic spaces.*

contextos de produção/reprodução da violência ou a sua representação. Tampouco estão interessadas nos sujeitos que experienciam ou resistem à violência. Isto porque procuram sobretudo encontrar relações de causa-consequência ou testar hipóteses e não questionar conceitos, práticas e fronteiras ou entender como as vidas concretas e comuns são afectadas por ou afectam a ordem e a política internacionais.

Embora, no plano da influência académica, a disciplina de Relações Internacionais se tenha tornado “um vasto terreno de campos”, sendo os campos as diversas correntes, que se auto-constituem como “unidades funcionais equivalentes”, sem grande relação entre si, e onde a tendência dominante não é a da oposição entre os mesmos mas antes a ignorância, a falta de consideração do conhecimento que é produzido noutros campos, não podendo, por isso, falar-se de correntes marginais ou dominantes (Sylvester, 2010: 608); considera-se, aqui, que existe, no entanto, no plano da influência política, da capacidade de instituição de ideologias, de senso comum (cf. Kertzer e McGraw, 2012) e de práticas e de apropriação de correntes e vozes marginais e dissonantes, um domínio de certas (não todas) perspectivas liberais e realistas face a outro tipo de reflexões.

Neste sentido, quando fenómenos, dinâmicas e actores que, estando tradicionalmente fora do pensamento e ontologia dominantes, começam a ser demasiado visíveis para não serem tidos em conta, acabam por ser enquadrados e explicados com base em dois pressupostos essenciais: o da sua novidade e o seu carácter não-político ou apolítico, como veremos.

2.2. A violência das representações: percursos pós-Guerra Fria

As experiências, lógicas e representações da violência, assim como as maneiras de a estudar, são historicamente situadas (Wieviorka, 1997:5). Como outros períodos na história, o final da Guerra Fria é visto frequentemente como um marco de transformação, ruptura e novidade nos processos políticos, económicos e sociais, internacionais como locais, e a reflexão directa ou indirectamente associada à violência não é excepção. Estas reflexões constroem-se num contexto específico, em que, pelo menos num período de uma década, se assumem como dominantes perspectivas (neo)liberais sobre a guerra, a paz e o funcionamento da ordem internacional. É também o contexto em que as perspectivas que consideram que a violência pode ter um carácter ou potencial transformador, libertador,

criativo e produtivo (Fanon, 2004) são quase proscritas no mundo ocidental perante a desilusão com as independências e as lutas revolucionárias e pela política do consenso liberal (Mouffe, 1998; Balibar, 2001; Žižek, 2008). Todos estes processos contribuem para camuflar as muitas outras formas de violência, para além da violência directa, visível e vista como política.

Alguns dos percursos dominantes de representação da violência colectiva nas margens no período pós-Guerra Fria dizem respeito à ênfase colocada nos aspectos vistos como novidade (estabelecendo, de forma mais ou menos evidente, rupturas históricas e de escala) em detrimento dos aspectos de continuidade ou mimetismo e, como defenderei a seguir, esta ênfase está profundamente ligada com outros percursos de análise da violência e das margens do sistema internacional.

Nos anos noventa, vários estudos se centraram na novidade das características das guerras contemporâneas (van Creveld, 1991; Kaplan, 1994; Collier e Hoeffler, 1998; Kaldor, 2001). As “novas” guerras teriam uma natureza predominantemente intra-estatal, assentes em dinâmicas de privatização da violência e de erosão da soberania dos Estados; seriam mais violentas e dirigidas sobretudo contra a população civil; além disso, seriam motivadas por razões identitárias, culturais e religiosas, e diluiriam as distinções modernas entre política e economia, público e privado, com a multiplicação de actores internacionais e transnacionais implicados; ao mesmo tempo seriam acompanhadas por uma crescente “informalidade” e criminalização da economia que as sustenta (Kaldor, 2001). Independentemente do valor do trabalho de Mary Kaldor, em particular, no que diz respeito à descrição de características da guerra que analisa com mais profundidade (Bósnia) e do facto de chamar a atenção para questões essenciais nas causas e na condução das guerras, como o papel da economia política transnacional (Booth, 2001: 163), várias leituras críticas apontam problemas associados ao pensamento sobre estas guerras (Kalyvas, 2001; Duffield, 2001; Booth, 2001; Duffield e Waddell, 2006; Chan, 2011).

É na suposta novidade das “novas” guerras que radica a maior parte das críticas: essa assumpção de novidade não só revela um viés extremamente eurocêntrico (Chan, 2011) e historicamente pouco denso (Kalyvas, 2001) como torna excepcionais traços que fazem parte recorrente das guerras (Booth, 2001; Kalyvas, 2001; Duffield e Waddell, 2006). Assim, a distinção entre “novas guerras”, guerras tidas como “criminosas, despolitizadas, privadas, predatórias” onde o uso da violência é “sem sentido e gratuito” ao

contrário das “velhas guerras civis”/internas, consideradas “ideológicas, políticas, colectivas, e até nobres”, em busca de “mudanças sociais”, e “disciplinadas” (Kalyvas, 2001:100-102) não é comprovada em muitos sentidos: no sentido de serem supostamente mais violentas e afectarem mais a população civil (Kalyvas, 2001: 114; Chan, 2011:5); no sentido do seu carácter intra-estatal e da participação de entidades que não os Estados (Booth, 2001: 164; Duffield e Waddell, 2006); no sentido de a novidade apagar uma genealogia das guerras, suas condições históricas e continuidade com outras guerras (Chan, 2011).

Para além da questão da novidade, interessa destacar que a representação das causas das guerras contribui definitivamente para diferenciar as novas guerras das periferias das velhas guerras centrais através de um critério de legitimidade que tem origem das percepções sobre o que é considerado político, assim como nas abordagens metodológicas utilizadas para analisar, em particular, as guerras que sucederam nos anos 1990 na África Ocidental. Estas são guerras que alguns tratarão de classificar como pré-modernas, bárbaras e irracionais e resultado da cultura (Kaplan, 1994), tese à qual Paul Richards chamou a do “novo barbarismo”; ou serão ainda reduzidas ao tema da “ganância” dos líderes e da pilhagem; a guerra seria, neste caso, percebida como resultado de questões meramente económicas e relativas aos lucros da economia de guerra para líderes criminosos, seria mais uma questão de “greed” do que “grievances” (Collier e Hoeffler, 1998; 2004).

Estas explicações foram já vastamente criticadas, no campo da Antropologia, mas também da Ciência Política, sob pontos de vista teoricamente diferentes mas concordantes em duas críticas fundamentais: a operação de despolitização da violência que encerram e a sua falta de complexidade e de ancoragem em realidades específicas. Isto é, falta-lhes uma leitura da guerra e da violência através de significados e práticas sociais, económicos e políticos mais vastos, não reduzida a monoexplicações e ao estabelecimento de causalidades, e que ultrapassem a simples equação entre violência e cultura ou violência e criminalidade (Richards, 1996; 2004; Duffield, 2001: 131-132; Kalyvas, 2001: 103; Vigh, 2006; Hoffman, 2006; Cramer, 2006).

As posições anteriores tenderiam, portanto, a minimizar a importância quer das *grievances*, quer do significado da violência e da política, sem entender verdadeiramente os contornos das formações políticas nas periferias (Duffield, 1998: 3; Richards, 1996;

2004). Neste sentido, Duffield e Waddell (2006: 12-16) defendem que assistimos não tanto a uma mudança na natureza dos conflitos violentos mas sim a uma deslegitimação das lideranças em conflito. O contexto de confronto da Guerra Fria enquadrava e dava legitimidade aos líderes dos grupos em confronto. Com o fim dessa camuflagem ideológica e estratégica, o conflito [violento] passou a ser visto como ilegítimo.

A questão da legitimidade ou justificação da violência é necessariamente variável de acordo com os posicionamentos valorativos, ideológicos, conceptuais e experienciais tornando quase impossível uma análise “objectiva” da violência. Sem desvalorizar à partida as tomadas de posição contra a violência ou a necessidade de eliminação das guerras, é, porém, necessário ter em conta o peso das considerações sobre a racionalidade, a previsibilidade (e também os lugares) onde a violência é vivida, e suas consequências sobre o que é considerado político:

A consciência política moderna não é aterrorizada por todos os tipos de violência. Basta vestir uns milhões com o uniforme errado: cidadãos e patriotas celebrarão a sua morte como o fim dos inimigos. As guerras mundiais são disto prova suficiente. Aquilo que aterroriza a consciência política moderna não é a violência *per se*, mas antes a violência que não faz sentido. É a violência que não é revolucionária nem contra-revolucionária, a violência que não pode ser esclarecida pela história do progresso, que parece não fazer sentido para nós. A violência que não é esclarecida do ponto de vista paradigmático ou revolucionário é considerada sem sentido.²¹ (Mamdani, 2002: 1-2).

A violência não considerada como guerra justa ou com objectivos claros de poder, não articulada em tornos dos objectivos que se consideram legítimos é essencialmente vista como criminal, irracional ou bárbara. No entanto, apesar de se centrarem na novidade, a maior parte dos autores reproduz e tem como referência o quadro de análise da Guerra Fria sobre o que é considerado político, como foi já assinalado (Kalyvas, 2001: 99; Hoffman, 2006): a definição do político está estreitamente relacionada com o Estado (seja na sua dimensão militar, política ou económica) e a sua naturalização como forma de organização das sociedades, assim como numa ideologia/crença que conduz e/ou manipula os actores.

Com a maior visibilidade das guerras internas e a percepção dos efeitos internacionalizados das mesmas, cresceu também, nos anos noventa, a intervenção de actores internacionais em contextos de guerra e de pós-guerra e consolidou-se a referência

²¹ Tradução livre da autora. No original: *The modern political sensibility is not horrified by all violence. Just put millions in the wrong uniform: citizens and patriots will celebrate their death as the end of enemies. The world wars are proof enough of this. What horrifies modern political sensibility is not violence per se, but violence that does not make sense. It is violence that is neither revolutionary nor counterrevolutionary, violence that can not be illuminated by the story of progress, that appears senseless to us. Not illuminated paradigmatically, nonrevolutionary violence appears pointless*

às virtudes de uma receita de paz liberal (Duffield e Waddell, 2006: 13-14). Ao mesmo tempo, a progressiva despolitização e criminalização da violência colectiva conduziu ao enraizamento de uma divisão do mundo entre zonas propensas à violência (Das e Kleinamn, 2000; Woodward, 2000) e zonas de paz; passando o Sul global a ser visto como fonte de “instabilidade internacional”, “de conflitos, actividade criminal e terrorismo” e simultaneamente o “subdesenvolvimento” visto como “perigoso” (Duffield, 2001: 2). Vários autores procuraram já desconstruir esta retórica, demonstrando como os liberalismos e as zonas de paz convivem com a guerra, o imperialismo e práticas iliberais (tortura, vigilância, etc.) nas relações com as periferias (externas mas também internas). Isto é, desvelam a associação intrínseca entre liberalismo e imperialismo e a permanência de guerras imperiais; entre estes, Tarak Barkawi e Mark Laffey questionam a separação estanque entre zonas de paz (liberais, centrais) e zonas de violência (iliberais, periféricas), veiculada pelas teses da paz liberal/democrática, chamando a atenção para as relações de dominação, acomodação e resistência entre zonas que desafiam essa divisão (Barkawi e Laffey, 1999: 407). No entanto, apesar das vozes críticas, perante a frequente associação entre o final da Guerra Fria e a expansão de uma zona de paz liberal cujos limites seriam atribuídos ao iliberalismo dos actores e às configurações políticas das zonas de guerra, e perante os processos de desideologização e despolitização da violência nas margens, saiu reforçada a associação entre as periferias e a violência, oscilando a representação desta associação entre a “hipervisibilização ameaçadora” (da violência directa) e a “invisibilização negadora” (das violências indirectas, da reprodução das violências) (Pureza, 2013: 203).

É neste contexto que, muitas vezes em estreita associação com o conceito de “novas” guerras, se multiplicam também as análises que têm como referência central a noção de Estado “falhado” (Rotberg, 2003), aplicado sobretudo, mas não só, a vários contextos africanos, nomeadamente a Guiné-Bissau. Uma grande parte da literatura a este respeito contribuiu para a consolidação das representações das periferias como lugares de caos, desgovernança e violência auto-infligida. No entanto, vários problemas emergem desta mesma literatura. Em primeiro lugar, a banalização do conceito e a sua utilização enquanto categoria *a priori* para definir as mas variadas situações – isto é, para definir as periferias – e partindo do princípio de que existe um modelo ou uma concretização de Estado universal (Spanger, 2000). Em segundo lugar, pela leitura orientada pela negativa

(o que falta ao Estado), olhando eventuais fenómenos de colapso como desvios, anomalias e novidades de uma ordem inter-estatal normal, e secundarizando leituras que colocam a ênfase nas dinâmicas históricas, nomeadamente as continuidades do colonialismo, que são social e politicamente situadas e que se focam na normalidade de diferentes configurações políticas, económicas e sociais (Chabal e Daloz, 1999; Chabal, 2002: 38; Bayart, 1989; 2004). Em terceiro lugar, pela internalização das causas e ausência de análise do papel do internacional, nomeadamente das políticas de *statebuilding*, no processo de configuração violenta da organização social, económica e política das sociedades, onde a esfera internacional é percebida como externa. Os Estados “fortes” e as organizações internacionais seriam os principais responsáveis pela garantia da paz, segurança e ordem, perpetuando a divisão e a relação hierárquica entre a esfera internacional e a nacional (local).

Ao mesmo tempo, também na década de 1990 começou a desenhar-se uma agenda de investigação, neste caso a partir sobretudo da América Latina, centrada na análise da “nova” violência e nas suas expressões nas grandes cidades, enfim, de uma violência dispersa e atomizada (Wieviorka, 1997). O tema da violência urbana ganhou um peso considerável em vários tipos de agenda de investigação, quer mais académica, quer mais virada para as propostas de políticas, face a cenários considerados como de violência endémica (Moser e McIlwaine, 2004) ou crónica (Adams, 2011).

Esta novidade da violência é encarada através dos seus contextos históricos e geográficos específicos. Trata-se da violência pós-ditatorial e, no caso da América Central e de El Salvador mais concretamente, pós-guerra que adquire maior relevância e visibilidade no contexto de uma progressiva (e paradoxal) democratização dos regimes latino-americanos, uma violência também pós-ideológica que se dispersa pela sociedade (Kruijt e Koonings, 1999; Koonings e Kruijt, 2004; Briceño-Léon, 2002; Santos, 2002).

A análise desta violência urbana não diz respeito apenas à criminalidade. Diz respeito a fenómenos mais vastos e disseminados de que são vítimas sobretudo os pobres urbanos de todo o mundo (Winton, 2004), tendo como pano de fundo contextos de violência estrutural e de demissão do Estado da garantia da segurança das camadas menos privilegiadas e mais discriminadas da sociedade, cuja expressão em violência directa se identifica normalmente com a economia violenta do comércio de drogas, a existência de

grupos violentos como gangs ou grupos de vigilantes, bem como a violência policial e institucional, e a violência sexuada (Winton, 2004; Santos, 2002; Moura, 2010).

Embora entre esta literatura se encontrem contributos de grande valor, a ênfase que alguns estudos colocam na questão da novidade não está isenta de problematização. Tratar-se-á antes, como escreve Wacquant (2008:13) num outro contexto, de “um velho problema num novo mundo”? Para além da diversidade de contextos que pode ser encontrada na designação América Latina, refiro-me aqui mais concretamente a dois tipos de leitura sobre a violência.

Um primeiro que diz respeito à sua caracterização não tanto como meramente criminal, como as “novas” guerras, mas como fundamentalmente socioeconómica, urbana, e pós-política (Moser e Rodgers, 2005: 4-5; Koonings e Kruijt, 2007a: 1-2; Briceño-Léon, 2002; Wiewiorka, 1997). Embora alguns aspectos desta análise não estejam necessariamente errados, a compartimentação da violência entre política e não-política e a sua localização em contextos precisos podem conduzir à invisibilização de processos mais vastos de reprodução da violência – como a ligação entre urbano e rural ou lógicas supra urbanas e transnacionais. Também o facto de ser uma violência fora de enquadramento ideológico conhecido não significa que não tenha um significado político, como aliás sublinham outros autores que utilizam o termo guerra para frisar essa leitura (Rodgers, 2009; Moura, 2010). Em segundo lugar, as abordagens que justificam o olhar internacional sobre a violência em contextos de não-guerra em termos de “constrangimentos ao desenvolvimento” e “custos da violência” (Moser e Bronkhorst, 1999:5) acabam, por vezes, por justificar o pensamento sobre as margens e periferias como zonas de caos e turbulência e subdesenvolvimento necessitadas de intervenção externa, esquecendo como muitas das violências estão relacionadas com expressões de “capitalismo de rua” (Wacquant, 2008: 121) e alimentam o funcionamento “normal” de uma ordem e de Estados neo-liberais (Harvey, 2007). Assim, embora alguma desta literatura tenha a grande virtude de perverter a tradicional separação entre zonas de guerra e de paz (Dowdney, 2005; Rodgers, 2009; Moura, 2010) e ainda a de introduzir, na agenda política internacional, algumas questões até então vistas como meramente internas, ela tem uma expressão muito ténue na literatura no domínio das Relações Internacionais.

Embora o 11 de Setembro de 2001 tenha introduzido novas dinâmicas de guerra e violência, que analisarei mais à frente, ele não alterou as representações das periferias e

margens violentas que foram sendo construídas ao longo da década de 1990, pelo contrário, aprofundou-as, como veremos.

2.3. Desconstruindo fronteiras: margens e violência nas RI

Para a *mainstream* [das RI], política e economia são áreas separadas da actividade social e assim a disciplina é capaz de excluir do seu âmbito uma variedade de questões relacionadas com poder, violência, morte e a distribuição dos recursos. Desta forma, enquanto a morte num conflito armado entre Estados faz parte das Relações Internacionais, a morte pela economia ou pelo mercado não já não faz²² (Smith, 2004: 505).

Um enfoque sobre a guerra e a paz pode negligenciar a política da violência do quotidiano: as violências dos interregnos de tempo que a política internacional não reconhece nem como guerra nem como paz e as violências inerentes aos tempos de paz que são ignoradas no estudo da guerra²³ (Shepherd, 2009: 208).

Vários olhares sobre as Relações Internacionais questionam directa ou indirectamente as dicotomias que foram sendo apontadas – entre internacional e interno, entre económico e político, entre macro e micro, por exemplo – considerando assim escalas e dimensões de análise fundamentais para a compreensão mais plural da violência.

Comecemos pela atenção votada à produção de desigualdades, sofrimentos e violências que afectam de forma desigual e desfavorável as periferias e as margens do sistema internacional e não estão necessariamente relacionadas com a guerra. Tendo como base o contributo primordial e original (ainda que indirecto) do marxismo no pensamento sobre a violência, considero centrais noções como exploração, dominação, alienação e desigualdades enquanto quase-sinónimos do conceito de violência. As análises das RI denominadas estruturalistas²⁴, por exemplo, têm como contributo original analisar não tanto os momentos de violência excepcional e inter-estatal (guerra) mas antes, ainda que não a chamem assim, a violência normalizada, produzida pelo modelo económico e político e pelo conflito de classes e que desfaz a ilusão de separação entre uma esfera interna e externa (Richmond, 2008:59) e entre uma esfera socioeconómica e uma esfera

²² Tradução livre da autora. No original: *In the mainstream [of IR], politics and economics are separate areas of social activity, and thus the discipline is able to exclude from its consideration a multitude of issues dealing with power, violence, death, and the distribution of resources. In this way, while death in state-to-state armed conflict is part of International Relations, death by economics, or by the market is not.*

²³ Tradução livre da autora. No original: *(...) a focus on war and peace can neglect to take into account the politics of everyday violence: the violences of the in-between times that international politics recognises neither as 'war' nor 'peace' and the violences inherent to times of peace that are overlooked in the study of war.*

²⁴ Refiro-me às abordagens da dependência e sistema-mundo.

política (Balibar, 2009a:113) na reprodução da violência. Contribui-se, assim, para desconstruir as fronteiras entre a violência que conta e a que não conta nas Relações Internacionais, como denuncia a citação de Steve Smith. Isto não significa que tornaram a violência objecto de estudo primordial mas que abrem portas à sua consideração transpondo noções relacionadas – como relações de exploração e opressão – para a produção de desigualdades na esfera internacional.

As teorias da dependência (Frank, 1966; Amin, 1972) mostram um mundo para além das grandes potências, visibilizando as periferias e as consequências desiguais do funcionamento da economia capitalista, e introduzem nas Relações Internacionais “uma agenda que enfatiza questões de justiça e igualdade, e não de ordem e controlo” (Tickner, 2001: 29). Defendiam que, ao contrário do previsto por Marx, o capitalismo não é uma força de progresso em toda a parte do mundo e denunciam o neo-imperialismo ou neo-colonialismo assente no subdesenvolvimento das periferias em benefício do centro (e semi-periferias) do sistema-mundo, bem como a matriz ocidental universalizante subjacente ao marxismo clássico, a qual pode ser também encarada como um projecto de dominação e assimilação (Linklater, 2005: 124).

As análises do sistema-mundo reforçam a ideia de o que se passa dentro das unidades do actual sistema-mundo (nomeadamente a violência) é produto do funcionamento da economia-mundo capitalista, caracterizada pela acumulação incessante do lucro (Wallerstein, 1991). A permanência e estabilidade deste sistema são garantidas ainda pelo sistema inter-estatal²⁵ (Chase-Dunn, 1981; Wallerstein, 1996), pela geocultura (Wallerstein, 1996; 2004) e pela existência de uma potência hegemónica (Wallerstein, 1996). A lógica da geocultura é particularmente relevante para este tema uma vez que atenua um pouco a tendência economicista das análises inspiradas no marxismo. Esta é definida por Wallerstein como “um conjunto de ideias, valores e normas que foram vastamente aceites em todo o sistema e que constrangeram a acção social” (Wallerstein,

²⁵ Segundo Chase-Dunn (1981) o sistema inter-estatal é o lado político do capitalismo e não um sistema autónomo, o capitalismo depende das instituições do sistema inter-estatal que estão associadas ao processo de acumulação do capital. Já Wallerstein explica que, uma vez que um mercado capitalista não pode nunca ser um mercado inteiramente livre nem um mercado inteiramente fechado. É necessário algo intermédio, isto é, um mercado parcialmente livre, que necessita da ideia de ‘soberania’ e da sua delimitação geográfica num sistema de Estados que é a única estrutura que pode garantir a persistência deste tipo de mercado. Assim o capitalismo e o sistema de Estados moderno não são invenções históricas separadas mas dois lados da mesma moeda. Um dos interfaces cruciais das estruturas económicas capitalistas com os Estados reside na perpétuo ajustamento da força de trabalho disponível, relocalizada e barata (Wallerstein, 1996: 89).

2011: XVI) e que, no contexto do sistema-mundo moderno, foi extremamente influenciado pelo que chama o liberalismo centrista (Wallerstein, 2011: XIII).

Segundo Wallerstein, esta geocultura surgiu a partir de ou como reacção à ideia cada vez mais aceite, após a Revolução Francesa, da normalidade da mudança política e da soberania popular, ou seja, a ideia de democratização, a qual representava um sério perigo para a sobrevivência da economia-mundo capitalista. Assim, como resposta a este perigo, desenvolveram-se três processos institucionais: a) a invenção das ideologias (conservadorismo, liberalismo e radicalismo/democratas), tendo-se tornado dominante o liberalismo (sobretudo após o esmagamento da Comuna de Paris), através de uma estratégia baseada na política do consenso, na apologia da mudança racional e cuidadosa e numa dosagem coerente de reformas; b) a reconstrução do sistema de conhecimento e o triunfo do cientismo, incluindo a organização das ciências sociais como forma de manipulação do mundo social com vista a reformas políticas e sociais e também a uma repressão mais eficaz; c) e a domesticação dos movimentos anti-sistémicos, através da integração política despolitizada das “classes perigosas” pelo sufrágio, o Estado do bem-estar e o patriotismo (Wallerstein, 1996: 93-98).

O autor defende ainda que esta geocultura foi construída em torno de uma antinomia simbiótica – por um lado, a ambição do universalismo, por outro lado, a institucionalização do racismo e do sexismo – de forma a manter as hierarquias e a ordem necessárias à manutenção da economia-mundo capitalista ameaçadas por uma ideia democrática radical. O racismo e o sexismo não se constituem como violações do princípio da universalidade uma vez que a sua institucionalização e naturalização impedem a comparação entre sexos, povos ou raças, e permitem a integração de força de trabalho com um estatuto inferior (Wallerstein, 1996: 97-98), criando margens dentro das margens. Introduce-se, assim, nas abordagens estruturalistas, a problemática da heterogeneidade das margens ou dos grupos excluídos do poder económico (e político), tema este bastante mais desenvolvido pelas teorias feministas e pós-coloniais, e que é fundamental para uma análise das diferentes formas de violência e de como diferentes grupos as experienciam. Também Galtung chama a atenção para esta heterogeneidade das margens, com a sua teoria estrutural do imperialismo – “o mundo é constituído por nações do centro e da periferia; e cada nação tem, por sua vez, o seu centro e as suas periferias” – e para as

limitações de um perspectiva marxista-leninista centrada sobretudo nas formas económicas do imperialismo (Galtung, 1971:81-82).

A noção de geocultura de Wallerstein aproxima-se, de certa forma, da leitura Gramsciana das RI, elaborada de forma mais proeminente por Robert Cox, através de uma reflexão em torno do conceito de hegemonia, da consideração das dimensões culturais e ideológicas de poder e da desconstrução do Estado como referente abstracto, quase exclusivo e unitário das relações internacionais. Este conceito amplo abre caminho para a compreensão da manutenção da ordem liberal mas também das possibilidades de resistência no âmbito da sociedade civil (Cox, 1983). Chamando a atenção para a relação entre dominação e consentimento, Cox analisa a produção da hegemonia não como um atributo de um Estado ou potência, mas antes como o processo de normalização, naturalização ou falta de questionamento de uma certa ordem resultante de uma “combinação de poder material, ideologia e instituições” (Cox, 1983: 155). A análise da violência é indirecta mas oferece oportunidades de leitura diferentes nomeadamente a forma como determinados tipos de violência são normalizados e como o uso da violência pode ser uma forma, ainda que inconsciente, de desafio às normas hegemónicas (Roberts, 2010: 32-3).

A conceptualização mais aprofundada da violência na esfera das Relações Internacionais surge, sem dúvida, com a transformação operada por Johan Galtung, no seio dos Estudos para a Paz – e que aprofundarei no capítulo seguinte. Embora o conceito central para Galtung seja o conceito de paz, por oposição à visão dos estudos para a paz baseada na resolução de conflitos (Terriff *et al.*, 1999: 69), este autor chama a atenção para a pluralidade da violência e para a importância de um olhar que vá para além da guerra e da violência interpessoal. Questiona ao mesmo tempo a escala de análise, as diferentes dimensões e expressões da violência e as relações entre as mesmas. A influência de Galtung é extensa no âmbito de alguns campos das RI, como é o caso dos estudos críticos de segurança (Booth, 2008; Roberts, 2010) ou dos estudos feministas (Tickner, 1992; 2001).

Também o conceito de segurança humana, em particular, assenta numa agenda de consideração indirecta de múltiplas formas de violência, analisadas em termos de inseguranças. A segurança humana é, em geral, entendida como resultado da fusão de um conjunto de ideias sobre desenvolvimento e segurança que dá prioridade à segurança das

pessoas em relação à dos Estados (Duffield e Wadell, 2006: 1) e que identifica o subdesenvolvimento, a pobreza e a discriminação como ameaças fundamentais à segurança e liberdade humanas. Apesar dessa alteração de escala são, no entanto, poucos os estudos que questionam as fontes de reprodução internacional da violência ou ainda que se dediquem a uma análise empírica em contextos e com sujeitos concretos: a sua utilização ocorre sobretudo ao nível dos instrumentos de regulação internacional, numa base prescritiva e não analítica ou crítica. Para muitos, a segurança humana, mesmo enquanto enquadramento de actuação internacional, não passaria de uma retórica (Paris, 2001; Chandler, 2008), construída no contexto de um projecto difuso de paz liberal e de intervenção bélica justificada pelo discurso dos direitos humanos, como nos casos do Afeganistão ou do Iraque (Duffield e Wadell, 2006; Pureza, 2009).

O pensamento de Galtung acabou também por ser integrado na própria agenda liberal (Richmond, 2008: 68) e institucionalizado por via da Agenda para a Paz das Nações Unidas (1992). A dimensão crítica dos Estudos para a Paz foi degenerando, face à apropriação por uma indústria de “resolução de conflitos” e “construção da paz” (Pureza e Cravo, 2005) que se funda na replicação de prescrições ditas liberais e não no seu questionamento. Podemos dizer que, se Galtung avançou com uma definição de paz que era simultaneamente centrada na violência e no conflito (e sua transformação) (Galtung, 1996: 9), a maior parte da atenção dos Estudos sobre Paz e Conflitos foi sendo dirigida para a análise dos conflitos e dos instrumentos de gestão e transformação dos mesmos (Richmond, 2008: 97-98; Freire e Lopes, 2008: 19), em lugar da análise da violência, e de forma cada vez mais tecnicista e despolitizada (Jabri, 2006).

Juntamente com Galtung, o diverso pensamento feminista sobre as Relações Internacionais é responsável, pela maior aproximação aos conceitos (e práticas) de violência enquanto preocupação central da disciplina, através de reflexões que colocam a violência em domínios que vão para além da guerra, da excepção e do desvio e ainda para além de uma visão do Estado como unidade de análise. Olhando, por exemplo, para o trabalho daquelas que são provavelmente as mais citadas autoras feministas das RI, percebemos que, embora a violência não seja um conceito aprofundado, ele é indirectamente central, seja por referência à sua multidimensionalidade e ao questionamento das noções tradicionais de segurança (Tickner, 1992), seja através da

análise das extensões da guerra na política e nos tempos de “paz” (Elshtain, 1987; Enloe, 1989).

O contributo indirecto dos pensamentos feministas para a análise da violência como fenómeno complexo e plural consiste na múltipla “transgressão de fronteiras” conceptuais, epistemológicas e metodológicas enraizadas na disciplina (Peterson, 1992) e na viabilização de novos sujeitos, nomeadamente aquelas que se encontram nas margens da política internacional, retirando o palco aos tradicionais protagonistas: militares, diplomatas, homens de negócios, políticos. Perguntando “onde estão as mulheres” e “quais as suas experiências”, as feministas revolucionaram a análise das Relações Internacionais (Ackerly e True, 2006: 242). E não o fizeram apenas por chamarem a atenção para a sua dimensão sexuada²⁶ mas também por abrirem a disciplina às narrativas e experiências de grupos excluídos, invizibilizados e silenciados e ao desvelar das dinâmicas e estratégias que assim os mantêm:

Nenhum indivíduo ou grupo social se encontra nas ‘margens’ de uma qualquer teia de relações [...] sem que outro indivíduo ou grupo tenha acumulado poder suficiente para criar o “centro” noutra lado. Para além da sua criação, existe também a rotina anual e diária de manutenção da margem onde esta se encontra e do centro onde está agora. É mais difícil para aqueles no alegado centro ouvirem as esperanças, medos e explicações daqueles que estão nas margens, não por causa da distância física [...] mas porque são necessários muitos recursos e acesso para ser “ouvido” quando e onde é importante. Consequentemente aqueles que se encontram nas margens tendem a ser aqueles considerados “silenciosos”. São imaginados como tendo vozes que simplesmente não podem ser ouvidas de longe ou retratados como faltando-lhes linguagem e capacidade de articulação ao mesmo tempo.²⁷ (Enloe, 1996: 186).

Como lembra Christine Sylvester, o trabalho pioneiro de Cynthia Enloe consistiu em que se desistisse de “pensar que as relações internacionais são constituídas por estados

²⁶ Os feminismos têm em comum a análise da forma como as relações, representações e construções sociais com base no género, as masculinidades e feminilidades ou as vivências de mulheres e homens, marcam, influenciam, constroem as dinâmicas e políticas ao nível internacional e vice-versa. No entanto, “não se trata de estudar apenas e exclusivamente mulheres e género. Tal como os Estados, o conflito, as instituições, a segurança ou a globalização não podem ser estudados sem uma análise de género, o género não pode ser estudado sem analisar estes assuntos e conceitos”, advertem Ackerly *et al.* (2006: 4). Tradução livre da autora, no original *feminism is not about studying women and gender exclusively. Just as states, conflict, institutions, security, and globalization cannot be studied without analyzing gender, gender cannot be studied without analyzing these subjects and concepts.*

²⁷ Tradução livre da autora. No original: *no individual or social group finds themselves on the 'margins' of any web of relationships (...) without some other individual or group having accumulated enough power to create the 'centre' somewhere else. Beyond its creation, too, there is the yearly and daily business of maintaining the margin where it currently is and the centre where it now is. It is harder for those at the alleged centre to hear the hopes, fears and explanations of those on the margins, not because of physical distance (...) but because it takes resources and access to be 'heard' when and where it matters. Consequently, those who reside at the margins tend to be those deemed 'silent'. They are imagined either to have voices that simply cannot be heard from so far away, or they are portrayed as lacking language and articulateness altogether*”.

sem povos, sociedades abstractas, princípios de ordenação estáticos ou até teorias sobre os mesmos” e se começasse “a olhar para as muitas pessoas, lugares e actividades da política internacional do quotidiano”²⁸ (Sylvester, 2003: 3). Enloe havia defendido que “o pessoal é político e internacional” (Enloe 1989: 195-200), isto é, que as vidas quotidianas de mulheres e homens moldam a esfera internacional e vice-versa. Ao afirmar que as formas como os indivíduos (e não necessariamente “personalidades”) afectam e são afectados pelas RI/política global são relevantes, redefine-se o que conta/deve contar como “política internacional” ou “relações internacionais”. As feministas rompem as divisões entre o micro-social e a macro-política, entre indivíduos, grupos e Estados, entre interno e internacional, entre privado e público, entre centros e periferias; divisões que são encaradas como violentas e promotoras de segregação, de sofrimento e, no limite, de morte (Agathangelou e Turcotte, 2010:50).

Uma grande parte das perspectivas feministas caracteriza-se ainda por uma enorme inovação do ponto de vista metodológico. De modo geral, as feministas preferem a fluidez à rigidez de fronteiras e escalas e os seus trabalhos estabelecem pontes (relações) com outras disciplinas e seus métodos, navegando entre a etnografia, os dados estatísticos, a análise de discurso, a análise histórica ou as histórias e narrativas de vida (Tickner, 2005; Ackerly *et al.*, 2006). Esta inovação metodológica tem consequências e é ao mesmo tempo orientada por preocupações ontológicas e epistemológicas: as RI e as ri são encaradas como lugar de centralidade do humano, das experiências e representações de pessoas concretas como contraponto ao estatocêntrico, institucional e abstracto universal. Analisam-se fundamentalmente relações sociais e políticas, que se encontram incorporadas nas relações internacionais (Sylvester, 1994: 6), e a introdução do género como “lente” de análise (Peterson, 1999), sobretudo se considerado em conjunto com outras categorias, dá densidade ao estudo das RI, atribui (novo) sentido à vida social e política (Sjoberg e Via, 2010:4) e questiona as relações de poder muito para além das equações realistas, liberais e mesmo marxistas/estruturalistas. Valoriza-se a subjectividade e a diversidade das experiências (e não apenas a procura de regularidades), as percepções que as pessoas têm do Estado, da guerra, da paz ou da segurança, os impactos das ideologias e práticas de

²⁸ Tradução livre da autora. No original: *Enloe asked us everywhere to give up thinking that international relations consisted of peopleless states, abstract societies, static ordering principles, or even theories about them, and begin looking for the many people, places, and activities of everyday international politics.*

representação sobre as vidas das pessoas, bem como as formas que estas encontram de lhes resistir ou de lhes sobreviver, contrapondo-as às versões oficiais que as invisibilizam.

Do ponto de vista das elaborações concretas sobre violência, poder-se-ia resumir (simplificando) o seu contributo desta forma: “elas vêem as muitas formas que a violência e a opressão podem assumir” (Enloe, 1993: 65). As perspectivas feministas permitiram “olhar para além da obsessão da disciplina com a guerra” (Shepherd, 2009: 208), já que a transgressão de fronteiras abarca também aquelas artificialmente desenhadas entre a guerra e a paz. Asseguram-nos, assim, que a oposição entre guerra e paz é artificial e que o conceito de “pós-guerra”, associado a uma ruptura temporal da violência e encarado como sinónimo de pós-militarização ou de pós-violências, são problemáticos e ilusórios e não espelham as conexões permanentes entre guerra e paz (Enloe, 1993; Moser, 2001; Cockburn, 2001, 2010; Shepherd, 2009; Moura, 2010; Sylvester, 2011). No fundo, aprofundam a reflexão em torno da diferenciação entre violência directa, estrutural e cultural, proposta por Galtung (Santos, 2011:7), dando-lhe rostos (e género), já que, mesmo no campo nos Estudos para a Paz, ainda nos anos 1980, frequentemente não se incluíam as mulheres nos grupos afectados pela violência estrutural, por exemplo (Sylvester, 2010: 607).

Enloe elucida-nos, por exemplo, sobre as várias formas de militarização das sociedades, em tempos de paz, através e para além da política formal e da actuação militar: turistas, artistas, trabalhadoras de *maquiladoras*, mães, activistas participam na tarefa diária de construção e desconstrução de sociedades e de políticas globais injustas e militarizadas, pelas quais são afectadas (Enloe, 1989; 1993; 2000). Outras também chamam a atenção para o *continuum* entre violências normalizadas e violências extraordinárias, entre violência sexuada e violência política e para o papel que jogam masculinidades/feminilidades, relações e ideologias de género na sustentação de vários tipos de violência (Cockburn, 2001; Moser, 2001; Moura, 2010). Cynthia Cockburn defende que:

[...] as relações de género patriarcais predis põem as nossas sociedades para a guerra. Elas são uma das forças motrizes que perpetuam a guerra. São uma das causas da guerra. Obviamente, isto não quer dizer que o género seja a única dimensão de poder implicada na guerra. Não se pretende diminuir a importância conhecida de factores económicos (em particular o capitalismo em constante expansão) nem de antagonismos entre comunidades

étnicas, Estados e blocos (em especial a instituição do Estado-nação) enquanto causas da guerra.²⁹ (Cockburn, 2010: 140).

Isto significa que se reconhece, em primeiro lugar, que eventuais semelhanças entre guerra e paz não as tornam equivalentes. Isto é, que apesar de existirem lógicas, dinâmicas e estratégias de guerra em tempos de paz, estas são postas em prática com fins eventualmente diferentes. Por exemplo, ainda que a violência sexual seja uma permanência da guerra e da paz, a lógica de actuação, a escala, os seus actores e objectivos diferem: a violação conjugal é distinta da violação como arma de guerra (Enloe, 1993: 65), tal como em contextos de guerra também há uma pluralidade de formas e objectivos de violência sexual (Enloe, 2000: 108; Baaz e Stern, 2009).

Em segundo lugar, significa que existe uma conjugação de condições (não apenas a mobilização de hipermasculinidades³⁰ militaristas e agressivas e de feminilidades subalternas) que favorecem a utilização da violência directa (ou a sua recusa), e que a violência sexuada e algumas representações de género são geradas por e sustentam ao mesmo tempo outros projectos hegemónicos – estruturas de poder ao nível global, regional e nacional, que vão desde a ordem neoliberal e complexos militares a novas e velhas formas de colonialismo – que geram e justificam vários tipos de violência (Enloe, 2000; Agathangelou e Ling, 2004b; Nayak e Suchland, 2006).

Um olhar feminista e uma lente de género são fundamentais para compreender as experiências da violência directa como também as formas da violência subtil e normalizada – a violência das representações, dos discursos, das instituições. Neste sentido, Laura Shepherd (2007; 2008; 2010) tem desenvolvido uma crítica dos discursos sobre género, segurança e violência, difundidos através de documentos internacionais oficiais, como a Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou os programas de

²⁹ Tradução livre da autora. No original [...] *patriarchal gender relations predispose our societies to war. They are a driving force perpetuating war. They are among the causes of war. This is not, of course, to say that gender is the only dimension of power implicated in war. It is not to diminish the commonly understood importance of economic factors (particularly an ever-expansive capitalism) and antagonisms between ethnic communities, states and blocs (particularly the institution of the nation-state) as causes of war.* (Cockburn, 2010: 140).

³⁰ Hipermasculinidade refere-se a uma “masculinidade de reacção”, sendo diferente de “masculinidade da tradição” – ou masculinidade hegemónica – e “surge quando os agentes da masculinidade hegemónica se sentem ameaçados ou postos em causa, precisando de ampliar, exagerar ou, pelo contrário, distorcer a sua masculinidade tradicional” (no original: “*arises when agents of hegemonic masculinity feel threatened or undermined, thereby needing to inflate, exaggerate, or otherwise distort their traditional masculinity* (Agathangelou e Ling, 2004b: 519). Isto significa, ainda, que a masculinidade hegemónica não necessita, na maior parte do tempo, da utilização da violência directa/visível para se afirmar (ela sustenta-se através da sua normalização e aceitação).

Desmobilização, Desarmamento e Reintegração, chamando a atenção para os significados atribuídos, as representações que lhes subjazem, as inclusões e exclusões que as constituem, frisando o papel do “internacional” na invisibilização e na reprodução de dinâmicas de violência. Esta análise tem como objectivo desvelar as implicações políticas, materiais e práticas das representações, isto é, de quem é definido como vítima (mulheres) ou agressor (homens), de quem é definido como protector (homens, comunidade internacional) ou protegido (mulheres, países do Sul) (Shepherd, 2007). A autora defende que, não sendo as representações apenas descritivas, mas também normativas, elas veiculam também dinâmicas de (des)legitimação, (des)valorização e de reconhecimento; estas dinâmicas têm actuado, por exemplo na desconsideração das violências do quotidiano nas Relações Internacionais (Shepherd, 2010:156).

Ao mesmo tempo, têm também sido frisadas as conexões e tensões entre as práticas e as representações da violência sexuada e o reforço de estereótipos em relação às margens/periferias/Sul/Oriente retratadas como “primitivas”, “selvagens” (Baaz e Stern, 2009) e expoentes do patriarcado, onde a violência contra as mulheres é um lugar-comum (Agathangelou, 2002) remetido para localizações precisas, isto é, para causas locais e respostas (i.e. salvação) externas (Shepherd, 2006; Whitworth, 2005),

As construções dominantes de violência global nas RI são explicadas através de construções estáticas sobre geografia que territorializam o local onde se situa a violência e as pessoas que são as vítimas, os seus perpetradores e os seus protectores. Como exemplo, citemos os discursos dos ‘direitos das mulheres e direitos humanos’, que têm um enfoque no abuso das ‘mulheres’ nas regiões do ‘Segundo’ e ‘Terceiro mundo’ em África, na Ásia, na América Latina, no Médio Oriente e na Europa de Leste. Nestes discursos, as regiões ‘EUA’, ‘Canada’ e ‘Europa Ocidental’ são territórios de protecções e de direitos; os destinos geográficos de asilo são os Estados do Norte. Em suma, a localização geográfica condiciona a relação e o acesso de cada pessoa aos direitos e protecções do Estado [...] Tais discursos omitem frequentemente as relações de poder e as estruturas de desigualdade que tornam possível a reivindicação de direitos através da regulação nacional e da ‘cidadania’ internacional.³¹ (Agathangelou e Turcotte, 2010: 44-45).

Omite-se, assim, a produção da violência através da ocultação, normalização e legitimação (nomeadamente através dos discursos que legitimam a guerra) de “hierarquias

³¹ Tradução livre da autora. No original: *Mainstream IR constructions of global violence are explained through static constructions of geography that territorialize where violence is and who are the victims, perpetrators and protectors. Take, for example, the discourses of ‘women’s rights as human rights,’ which are focused on the abuse of ‘women’ in the ‘Third’ and ‘Second World’ regions of ‘Africa,’ ‘Asia,’ ‘Latin America,’ ‘Middle East,’ and ‘Eastern Europe.’ In these discourses, the regions of the ‘U.S.,’ ‘Canada’ and ‘Western Europe’ are territories of protections and rights; the geographical destinations of asylum are Northern states. In short, geographical location conditions one’s relationship and access to rights and state protections [...] Such discourses often elide the power relationships and structures of inequality that make rights claims possible through the regulation of national and international ‘citizenship.’*

estruturais de desejo”, isto é, da manutenção e gozo dos privilégios pelas elites, mesmo que à custa da insegurança da maioria nas margens e periferias³² (Agathangelou e Ling, 2004b: 519-520); ou ainda, através de uma grande “variedade de práticas de ‘colonização’ que estrutura globalmente as relações de poder e a resistência a essas práticas” (Chowdhry e Nair, 2002: 12).

Várias autoras, identificadas como feministas pós-estruturalistas e pós-coloniais (Sylvester, 2003; Shepherd, 2007; Agathangelou e Ling, 2004a, 2004b; Chowdhry e Nair, 2002), chamam a atenção para as diferenciações entre mulheres (e entre homens) desconstruindo um potencial sujeito colectivo universal e homogêneo, notando a diversidade de experiências, significados e performances do sexo e do género, como, aliás, várias autoras africanas já vinham explicando (Amadiume, 1987; Okome, 2001; Oyewumi, 2002; Bakare-Yusuf, 2003), e chamando a atenção para a problemática da representação e da utilização das vozes marginalizadas e subalternizadas como reforço da sua marginalização, subalternização (Spivak, 1988) e estereotipagem – ie. “a produção da ‘Mulher do Terceiro-Mundo’ como um sujeito monolítico” (Mohanty, 1988:61).

Recentemente, aprofundou-se ainda a investigação sobre masculinidades³³, acentuando a sua pluralidade e separando-a de manifestação corporal sexuada – isto é, a masculinidade é analisada não apenas em relação aos homens mas também às mulheres, às instituições, às tecnologias - e mostrando como estruturam e são estruturadas masculinidades hegemónicas (ou lutando pela hegemonia) na política e instituições internacionais e no pensamento militar e neoliberal (Hooper, 2001); e como estas vivências e construções são também influenciadas por dinâmicas de vitimação ou resistência à violência sexuada (Munn, 2008).

Assim, as periferias e as margens foram sendo incluídas no estudo das Relações Internacionais, quer de um ponto de vista macro e sistémico, quer de um ponto de vista micro e, através desta reflexão sobre as periferias e as margens, abriu-se espaço para uma compreensão mais ampla das múltiplas violências produzidas na interacção entre local e internacional.

³² “A violência assegura o controlo exercido pelas elites através dos três eixos de poder: classe-raça-género. O desejo motiva-a”. (Agathangelou e Ling, 2004b: 519).

³³ ³³ Masculinidades refere-se ao ‘conjunto de normas, valores e padrões comportamentais que expressam de forma explícita ou implícita expectativas sobre as formas como os homens devem agir e representar-se perante os outros’ (Miescher e Lindsay, 2003: 4).

2.4. A violência das políticas: a crítica da governação global da paz liberal

Muita, senão a maior parte, da violência extrema que somos conduzidos a discutir é o resultado de uma preferência política cega pelo “consenso” e pela “paz”, para não falar da implementação de políticas de lei e ordem a uma escala global.³⁴ (Balibar, 2001: 15).

A obliteração da violência do internacional nas análises dominantes das RI é algo que merece particular atenção. A minha proposta de leitura da violência das políticas centra-se num conjunto amplo, e não necessariamente coerente ou centralizado, de mecanismos dirigidos às periferias e margens do internacional, consideradas como formas de supostamente eliminar, controlar ou prevenir a violência, idealizadas, implementadas ou anunciadas por uma vasta gama de actores que compõem o amplo espaço de um sistema de governação global.

Entendo por sistema de governação global uma complexa teia de interligações entre actores, fluxos, instituições, políticas e práticas que desempenham um papel na relação entre centros e periferias com o objectivo (declarado) de desenvolver, pacificar as segundas através de intervenções – directas ou indirectas – dos primeiros, com a colaboração de actores periféricos mas normalmente também centrais face ao seu contexto (isto é, um sistema que tem vários níveis de funcionamento). Não é um sistema imutável, nem tem um único centro de decisão e, tal como apontado por vários autores que se baseiam na física pós-Newtoniana, a análise de sistemas situa-se ao nível das interligações e não das partes que o constituem, sendo a analogia mais corrente a de um organismo (Duffield, 2001: 9-10; Dillon e Reid, 2000). Os sistemas caracterizam-se pela flexibilidade e pela capacidade de auto-regeneração, pela capacidade de criarem uma imagem de si próprios e fazê-la corresponder àquilo em que se quer acreditar; o sistema de governação global cria a sua própria realidade, consoante as necessidades de reprodução, é um sistema autopoietico (Dillon e Reid, 2000; Schiefer, 2005).

Este sistema de governação global tem-se constituído através do discurso legitimador da paz liberal. É necessário frisar que o termo liberal pode ter vários entendimentos. Alguns dirão que os princípios orientadores e os mecanismos de governação global nada têm a ver com liberalismo. Na verdade, a noção de liberal é

³⁴ Tradução livre da autora. No original: *Much, if not most, of the extreme violence we are led to discuss is the result of a blind political preference for “consensus” and “peace”, not to speak of the implementation of law and order policies on a global scale*

também ela continuamente reconstituída. A esse propósito, parece-me fundamental este esclarecimento de Dillon e Reid:

A genealogia da governação global liberal é muito mais variada e diversa do que poderia deprender-se da sua reivindicação pública quanto à sua herança Kantiana [...] Nem o capitalismo, nem o liberalismo, nem a ciência são simplesmente aquilo que proclamam ser, ou aquilo que noutros tempos terão dito ser. Cada qual sofreu mutações locais e globais de uma forma dramática, tal como demonstram estudos sobre a história da ciência, a história da economia e a genealogia da governação. Estas dinâmicas não são devidamente apreendidas pela aplicação e operação das distinções liberais clássicas entre público-privado, civil-militar, nacional-internacional, científico-industrial e conhecimento-poder. Mas são antes combinadas de forma obscura nos complexos militares-industriais-científicos globalmente dinâmicos das chamadas sociedades em rede e economias baseadas no conhecimento das sociedades liberais contemporâneas, que tornam problemáticas as reivindicações democratizantes da sociedade civil tanto quanto os efeitos pacificadores do direito cosmopolita.³⁵ (Dillon e Reid, 2000).

A violência do internacional pode ser analisada à luz da hipótese imperial avançada, entre outros, por Barkawi e Laffey (1999). Para estes autores, a emergência de uma eventual “zona de paz” não advém da natureza liberal dos seus membros (Estados liberais), ela própria funda-se em dinâmicas pouco liberais ou pacíficas, dinâmicas imperiais que incluem a utilização da violência contra aqueles que contestam o liberalismo hegemónico, assim como em dinâmicas de resistência na periferia que contribuem para a transformação social e política no centro (dando como exemplos os impactos do processo de descolonização ou da guerra do Vietname nas sociedades ocidentais). Os mesmos autores privilegiam uma abordagem transnacional da utilização da violência e da coerção, recusando a falsa separação interno/externo e as lógicas de análise realistas e liberais centradas nos Estados como unidades de análise das RI. Esta lógica imperial assentaria num projecto ocidental de ordenação internacional baseado na proliferação de democracias de mercado, sendo um projecto ideológico, institucional e coercivo de produção de espaços e sujeitos liberais e de contenção de desafios e resistências – se no “coração” liberal a estratégia mais utilizada é o policiamento, fora deste coração, a coerção militar e outras formas informais de apoio (mercenários, apoio militar) foram e são mais comuns (Barkawi

³⁵ Tradução livre da autora. No original: “*The genealogy of global liberal governance is thus much more varied and diverse than its public claims to a Kantian heritage especially would imply [...] Neither capitalism, liberalism, nor science are simply what they proclaim themselves to be, or what they were once said to be. Each has mutated locally and globally in dramatic fashion as studies in the history of science, the history of economics, and the genealogy of governance indicate. Neither are such dynamic enterprises effectively held to account through the application and operation of the classic liberal distinctions between public-private, civil-military, national-international, scientific-industrial, and knowledge-power. Rather, they are obscurely combined in the globally dynamic military-industrial-scientific complexes of the so-called network societies and knowledge-based economies of contemporary liberal societies that problematize the democratizing claims of global civil society as much as they do the pacifying effects of cosmopolitan law*”.

e Laffey, 1999: 413-422). Também Hardt e Negri (mesmo privilegiando uma linha de análise mais centrada na biopolítica) também caracterizam o *Empire* como um poder unitário que mantém a paz social e produz as suas verdade éticas e para os manter pode usar a força, guerras justas, externamente dirigidas contra os bárbaros e internamente contra os rebeldes (Hardt e Negri, 2000: 10).

Nesta hipótese imperial está também subjacente a questão central em vários autores de inspiração foucauldiana que reside na análise da relação intrínseca entre o liberalismo e a guerra e no questionamento da definição e localização tradicionais do poder, da soberania e da política. Defende-se que se trata de um sistema que procura manter a ordem global através de uma complexa teia de intervenções assentes na “problemática liberal da segurança” (Duffield, 2007; Jabri, 2006), isto é, numa relação que se baseia na combinação de dispositivos de poder soberano³⁶, poder disciplinar³⁷ e biopoder³⁸.

Assim, enfatizam-se as múltiplas e complexas formas e expressões do poder, partindo do princípio que este não é algo que se possui ou concentra num determinado indivíduo/grupo/instituição (ideia associada à noção tradicional de soberania) mas algo que “circula”, que atravessa a sociedade, que “se exerce em rede” ou em “cadeia”, sendo os indivíduos “sempre pontos de passagem”, podendo “suportá-lo ou exercê-lo” (Foucault, 2006: 43); e que se expressa nas mais variadas localizações, instituições e formas e cujo exercício é necessariamente estratégico.

Os mecanismos e dinâmicas de governação global incorporam, assim, o poder de “tirar a vida e deixar viver”, como os monarcas europeu da Idade Média; o poder de “fazer viver e deixar morrer” dos Estados modernos (Foucault, 1976: 178-181) e, ainda, o poder associado ao controlo do desvio e à normalização efectuada pela instituições, através da internacionalização das políticas públicas que têm como objectivo declarado diminuir a violência visível (Duffield, 2002), dando a impressão de que estão a “combatê-la”.

³⁶ O poder centralizado atribuído pela lei, inicialmente divina, equivalente ao poder do soberano ou do Estado, que é fundamentalmente um poder de “apropriação” (*droit de prise, de prélèvement*) (cf. Foucault, 1976: 179).

³⁷ Emergiu no século XVII e é um poder exercido sobre os indivíduos, é a domesticação do corpo-como-máquina, que está baseado nas instituições (escola, exército, sanatórios, prisão etc.) e que se exerce através da organização do espaço, dos horários e do comportamento, com a ajuda de mecanismos de vigilância, e através de micro-poderes despersonalizados e descentralizados (cf. Foucault, 1976: 183).

³⁸ Poder que emerge a partir do século XVIII, um poder massificado sobre o homem enquanto espécie, sobre o corpo-espécie, e que opera através da biopolítica, que se refere ao fenómeno de apoiar e promover a vida através medidas reguladoras que actuem ao nível das populações através de mecanismos de regulação indirecta das mesmas (estatísticas, estimativas, etc.) (cf. Foucault, 1976: 183-191).

Michel Foucault desconstrói radicalmente a ideia de progresso civilizacional e civilizatório da modernidade. Em primeiro lugar, ao afirmar que “os massacres se tornaram vitais” (Foucault, 1976: 180), chama a atenção para o facto de este novo poder de fazer viver, de gestão da vida, não ter, no entanto, como consequência a diminuição da violência,

Pelo contrário, tal cuidado da vida de uns traz consigo, de maneira necessária, a exigência contínua e crescente da morte em massa de outros, pois é apenas no contraponto da violência depuradora que se podem garantir mais e melhores meios de sobrevivência a uma dada população (Duarte, 2008:2).

Em segundo lugar, ao inverter a célebre máxima clausewitziana, sugerindo que “a política é [antes] a guerra continuada por outros meios”, o autor conclui que, deste modo,

O poder político teria por papel reinscrever perpetuamente essa relação de força [em que se funda o poder e que tem origem na guerra] por meio de uma guerra silenciosa, e reinscrevê-lo nas instituições, nas desigualdades económicas, na linguagem, nos corpos” (Foucault, 2006: 30).

Assim, lógicas de guerra estariam impregnadas na paz, tal como a “pré-modernidade” faria parte da modernidade, já que, na realidade, ao contrário da leitura feita por Hobbes, a guerra nunca chegou a desaparecer:

Ao rejeitar a subordinação da guerra à política, que constitui a atitude chave da soberania moderna, Foucault boicota potencialmente todas as realizações e princípios que se apoiam em fundamentos tais como liberdades civis, democracia, Estado de direito, republicanismo, paz civil e a possibilidade de progresso³⁹. (Neal, 2004: 376).

Na sua leitura de Foucault, e tentando responder às questões levantadas em *É preciso defender a sociedade* (2006) sobre “a relação entre os discursos da guerra e da estratégia e a organização do poder moderno”, Julian Reid, defende que o liberalismo e a guerra estão de tal modo interligados que não é apenas através da violência directa e excepcional ou em relação às periferias externas, mas também em tempos de paz, no quotidiano, e na governação global para a paz que esta relação se perpetua. Segundo o autor, o funcionamento quotidiano e normal das sociedades liberais está já organizado de acordo com a guerra, através da impregnação do modelo estratégico de poder⁴⁰ nas relações sociais e de governação (Reid, 2003:2-4).

³⁹ Tradução livre da autora. No original: *In rejecting the subordination of war to politics, which constitutes the key modern sovereign move, Foucault potentially undermines all the achievements and principles that rest on those foundations: civil liberties, democracy, the rule of law, republicanism, civic peace, and the possibility of progress.*

⁴⁰ Considerando a estratégia como algo para além da versão limitada a uma forma instrumental e racional de relação entre Estados e analisando a estratégia imbuída nas relações entre Estado e populações.

Uma leitura atenta às análises foucauldianas das RI não significa ignorar a dimensão geopolítica da utilização da força; significa chamar a atenção também para as formas de governo e controlo global, onde a violência directa é, muitas vezes, desnecessária ou normalizada e descentralizada – isto é, a utilização da força e a lógica [de dominação] territorial, não estando excluídas, não são as principais vias de imposição e exclusão de modelos económicos, políticos e sociais (Hardt e Negri, 2000; Duffield, 2001; 2007), operando o controlo sobretudo através da hegemonia, do consentimento, e dos mecanismos de governação baseados na biopolítica e no biopoder em que as decisões políticas – de distribuição do financiamento, por exemplo, por sectores ou áreas geográfica – não provocam directamente a morte mas deixam morrer. Isto é, significa entender que políticas aparentemente benignas não são apenas paliativos mas que encerram em si a perpetuação de uma ordem social internacional injusta e desigual.

Este sistema, cada vez mais complexo na sua constituição, tem uma longa história e percurso. Podemos começar pelos percursos do colonialismo e pelo desenvolvimento de modelos e esquemas de governo para controlar as sociedades indígenas oscilando entre a conquista territorial e eliminação física e os esquemas de contra-subversão, baseados na diferenciação entre civilizados e indígenas, modernidade e tradição (Mamdani, 1996; Mbembe, 2001; Duffield, 2007). Destaco ainda três momentos essenciais no percurso de evolução destes dispositivos de gestão e controlo.

Em primeiro lugar, nos anos 1950 e com as independências, este sistema renovou-se através do aprofundamento daquilo que é chamado a ajuda ao desenvolvimento, criada a partir do IV Ponto da doutrina lançada em 1949 pelo Presidente Truman, visto como o momento da invenção do desenvolvimento, isto é, o momento em que se criou também a noção de subdesenvolvimento, encarado como o lado negro, o estádio anterior, ou o estado de natureza e a institucionalização do acto de desenvolver alguém (outros) através da exportação de tecnologia e superioridade (Rist, 1996: 115-132; Escobar, 1995: 3-4). A ideologia do desenvolvimento foi sendo progressivamente alterada, passando da modernização, à abordagem das necessidades básicas, até ser contaminado pelo neoliberalismo, com a implementação do Programas de Ajustamento Estrutural, e pela condicionalidade política, sendo depois substituídos pela concentração em torno dos conceitos de boa governação e *statebuilding*, até chegarmos à ideologia da resiliência (Rist, 1996; Escobar, 1995; Chandler, 2013). Mais ou menos em cada nova década, novas

receitas vão sendo formuladas perante o falhanço das anteriores, demonstrando a sua capacidade de permanente auto-criação, de adaptação ideológica, política e técnica, independentemente dos resultados das suas prescrições. Tal como exemplificam Dillon e Reid:

A condicionalidade política, pode dizer-se a título de ilustração, é um mecanismo através do qual as formas de vida que sustentam complexos políticos emergentes são persuadidas a assumir a adaptabilidade política que lhes é exigida pela governação global liberal no processo de as pacificar de modo não ser continuamente perturbada por elas. Dessa forma, [a governação global liberal], não precisa de examinar como as suas próprias práticas fermentam a turbulência que tanto deplora.⁴¹ (Dillon e Reid, 2000).

Em segundo lugar, destaco a Agenda para a Paz (1992) de Boutros Ghali e, em particular também o seu ponto IV, que diz respeito à noção de *peacebuilding* ou construção e consolidação da paz que viria a fixar, no âmbito das Nações Unidas, modelos padronizados de intervenção em contextos de (pós)-guerra. É de destacar que esta agenda surge num contexto de triunfalismo perante a hipótese da paz liberal e dos princípios do internacionalismo liberal no contexto pós Guerra Fria. Esta é uma matriz que alia o discurso da responsabilidade de proteger e do cosmopolitismo com operações fundamentalmente de controlo e de contenção das margens e periferias “desgovernadas”, “caóticas” e “ameaçadoras”, perante as quais se desenvolve um “desejo de governar” – *the will to govern* (Duffield, 2001; 2002), o mesmo desejo presente nas dinâmicas coloniais (Duffield, 2007; Darby, 2009). Este projecto que une os complexos do desenvolvimento, da segurança e do humanitário é assim definido por Duffield:

A paz liberal é diferente: é uma relação de governação não-territorial, mutável e em rede [...] É o poder através do controlo e da gestão dos sistemas e redes não territoriais [...] a governação global liberal, no entanto, não é uma forma imperial de poder. Não é baseada na coerção mas sim nos princípios liberais de cooperação e parceria⁴². (Duffield, 2001: 34; 125).

Preconiza-se assim, a transformação progressiva das sociedades e das suas disfunções em sociedades modernas, liberais, de mercado, estáveis, como a melhor forma de resolução e prevenção de conflitos violentos, esquecendo que a própria dinâmica de

⁴¹ Tradução livre da autora. No original: *Political conditionality, one might say by way of illustration, is a device by which the contending life-forms of emerging political complexes are "persuaded" into assuming that political adaptivity that global liberal governance requires of them in the process of pacifying them so that it is not continually disturbed by them. That way, too, it does not have to examine how its very own practices ferment the turbulence that it so much deplors*

⁴² Tradução livre da autora. No original: *Liberal peace is different: is a non-territorial, mutable and networked relation of governance (...) It is power through control and management of non-territorial systems and networks (...) liberal global governance, however, is not an imperial form of power. It is not based upon coercion but on the liberal principles of cooperation and partnership.*

transformação das sociedades e o processo de modernização provoca conflitos e se constitui como violência (Escobar, 1995; Kothari e Harcourt, 2004). Deste modo, “a paz liberal contém em si as estruturas emergentes da guerra liberal” (Duffield, 2001:15). A “receita” em si produz, muitas vezes, mais violência⁴³ (Duffield, 2001: 194) e reforça as desigualdades (Duffield, 2007).

Claro que a eficácia e a implementação real destes ensejos estão muito longe de serem concretizadas (Duffield, 2002: 1050); no entanto, Duffield analisa sobretudo discursos e imaginários e não tanto políticas e resultados concretos e questiona precisamente a noção de modernidade veiculada por estes discursos: é uma noção falsa que ignora a existência de múltiplas modernidades, nomeadamente aquilo que chama a “modernidade reflexiva e resistente do desenvolvimento real” – isto é, a violência e o desenvolvimento nas periferias são formas reflexivas de adaptação e sobrevivência aos impactos da globalização liberal e aos seus processos de inclusão/exclusão (Duffield, 2002: 1055), são formas de modernização não liberal e “formas normais de vida para muitas pessoas” e não são necessariamente violentas (Duffield, 2002: 1058). O autor refere-se, em particular, ao funcionamento e cruzamento complexo do que é chamado, em diferentes contextos, economia informal, *shadow economies*, ou redes de sobrevivência – processos do quotidiano que não conhecem uma divisão estanque entre guerra e paz (Duffield, 2002: 1059).

Em terceiro lugar, vários autores consideram que o 11 de Setembro de 2001 constitui também o início de uma nova direcção deste projecto, no sentido de se assistir a uma forte reactivação do poder soberano – o poder de tirar a vida, o poder de apropriação – de forma não excepcional mas quase permanente (Agamben, 2005). Vivienne Jabri imprime particular ênfase à transformação operada através dos discursos e práticas da “guerra ao terrorismo” que impregnaram a política global de uma “matriz de guerra”⁴⁴. Isto é, lógicas de guerra, de excepção e de emergência tornaram-se normais, sendo introduzidas nas rotinas sociais e políticas, accionadas numa teia complexa de lugares e actores (Jabri, 2006). A leitura de Giorgio Agamben vem, assim, chamar a atenção para reemergência da

⁴³ Não contribuíram as reformas económicas e a liberalização dos mercados promovidas pelas instituições financeiras para facilitar a comercialização paralela de recursos e o abastecimento das novas guerras, tendo o ajustamento estrutural encorajado a expansão e internacionalização da economia paralela?

⁴⁴ Um conjunto de práticas difusas que assentam tanto na violência directa, no poder disciplinar e no biopoder e que, ao mesmo tempo, têm como alvo específico o outro tipificado em termos culturais e raciais e instanciam uma ampla série de operações com impacto na sociedade como um todo” (Jabri, 2006: 52).

violência directa, prerrogativa da excepção soberana, como forma de controlo transnacional, que Foucault teria secundarizado na sua análise.

A afirmação da “guerra ao terrorismo” como matriz global de actuação (Jabri, 2006;2007) tem impactos em vários domínios, nomeadamente nas políticas públicas de países em paz, como é visível nas semelhanças e interligações que tem com a “guerra às drogas”. Trata-se, em última análise, de lógicas de uma guerra global localizada e internalizada (Duffield, 2007) para conter eventuais resistências e reacções violentas, isto é, exprimem-se em lógicas de contra-subversão, tornando difícil a penetração de princípios emancipadores e neutralizando eventuais resistências.

As abordagens à violência das margens passam essencialmente por três vias, que não se excluem necessariamente: repressão, controlo e negligência. Isto é, para além da lógica rotineira do controlo, exercido através da legitimidade das boas intenções, da aparente neutralidade das instituições, do consentimento e da sedução; existem ainda as vias repressivas, normalmente dirigidas aos actores mais visíveis e com menos poder e aos efeitos e não às causas da violência (Agamben, 2014) e que constituem, muitas vezes, apenas um simulacro de acção que reproduz mais violência, como por exemplo, as medidas de tolerância zero contra as drogas e o crime (Wacquant, 2008: 34); e existe a via da negligência, quando as formas da violência não ameaçam a reprodução do sistema e, por isso, se direcciona a actuação para a manutenção da resiliência das populações por via de um “império em negação” (Chandler, 2006).

É também esta violência que os jovens reproduzem, face à qual resistem ou se adaptam. Como bem lembra Richmond, o projecto de paz liberal está em crise quase desde as primeiras intervenções nos anos noventa (Richmond, 2012: 115). Embora a literatura crítica das suas operações seja extremamente vasta, esta mantém-se, por um lado, focada em contextos de elevada intensidade da intervenção (casos de administrações transitórias, protectorados ou forças de interposição ou intervenção militares, exemplos Timor-Leste, Kosovo, República Democrática do Congo, Iraque, Afeganistão); e, por outro lado, precisamente devido às auto-limitações de escala e de metodologia, ela continua pouco atenta às dinâmicas que Richmond denomina como “infra-política da construção da paz”, isto é, “as formas de agência crítica e muitas vezes resistente através das quais os indivíduos e as comunidades se mobilizam para a paz, de maneira escondida e fragmentada, em termos contextuais e não meramente externos” (Richmond, 2012: 116).

A presente tese pretende contrariar estas duas tendências em dois sentidos. Em primeiro lugar, centrando-se em contextos onde a presença internacional é aparentemente menos intensiva ou visível mas onde não deixam de ser projectadas várias interligações deste sistema, em alguns caso até centrais para a configuração da violência. Em segundo lugar, olhando para além da política e dos actores políticos formais, isto é, não descurando dinâmicas e actores micro-políticos que quotidianamente constroem a paz e a guerra. Para isso, é fundamental dar um passo atrás no percurso desta tese para aprofundar conceitos de violência, chamando a atenção para as suas múltiplas expressões, as eventuais relações entre as mesmas e a importância de uma abordagem mais centrada no quotidiano.

Capítulo 3 – Violências e seus percursos: uma análise a partir do quotidiano

Introdução

O perigo está em fazer com que as definições de violência pareçam demasiado perfeitas e acabadas – já que a realidade nunca o será⁴⁵. (Robben e Nordstorm, 1995: 4)

A violência (...) pode ser tudo e nada; legítima ou ilegítima; visível ou invisível; necessária ou inútil; desprovida de sentido e gratuita ou absolutamente racional e estratégica (...) não podemos dizer que "sabemos" exactamente o que é a violência. "Ela" não pode ser prontamente objectivada e quantificada sob a forma de uma "check list" com critérios positivos para definir qualquer acto específico como violento ou não⁴⁶. (Scheper-Hughes e Bourgois, 2004: 2).

“A violência pode ser tudo e nada”, afirmam Nancy Scheper-Hughes e Philippe Bourgois na introdução à sua indispensável antologia que percorre diversos conceitos e experiências de violência em períodos de guerra e de paz. Não se pretende, por isso, neste capítulo, chegar a uma definição de violência acabada ou universal, já que esta tarefa seria, como Galtung já prevenia necessariamente insatisfatória (Galtung, 1969: 168). Embora existam manifestações materiais, físicas, visíveis de violência, esta é sempre percebida, experienciada e definida de forma subjectiva. Num texto em que procura defender a necessidade de estudar a violência de forma situada, segundo a perspectiva e entendimento dos sujeitos e contextos concretos e não como tema de análise em si, Donald Donham chama-nos a atenção para duas dificuldades relevantes do estudo da violência. Em primeiro lugar, a violência é sempre culturalmente definida e, portanto, os limites do consentimento e da legitimidade das práticas violentas diferem de sociedade para sociedade; em segundo lugar, o simples facto de se falar de violência implica já à partida uma condenação e a adopção da perspectiva das vítimas, já que são raros os casos em que a violência é vista como algo positivo (Donham, 2006: 18-22). Também Charles Tilly chama a atenção para as dificuldades do estudo da violência:

Em qualquer caso, a palavra “violência” surge quase sempre com uma bagagem de reprovação. A distinção entre interacções sociais violentas e não-violentas depende

⁴⁵ Tradução livre da autora. No original: *the danger lies in making definitions of violence appear too polished and finished – for the reality never will be.*

⁴⁶ Tradução livre da autora. No original: *Violence (...) can be everything and nothing; legitimate or illegitimate; visible or invisible; necessary or useless; senseless and gratuitous or utterly rational and strategic (...) we cannot say that now we “know” exactly what violence is. “It” cannot be readily objectified and quantified so that a “check list” can be drawn up with positive criteria for defining any particular act as violent or not.*

habitualmente de uma fronteira moral, ou pelo menos torna activa essa fronteira moral [...]. Designar um fenómeno como violência virtual significa condená-lo, significa afirmar que danifica algo que é valioso ainda que não produza destruição física no curto-prazo. Como consequência, todas as tentativas por parte das ciências sociais de delimitar, descrever, classificar e explicar a violência pública geram controvérsia⁴⁷. (Tilly, 2000:4)

Este autor centra-se, por isso, nas formas mais visíveis e materiais da violência interpessoal, e mais especificamente na violência colectiva (Tilly, 2000; 2003). No entanto, o facto da violência poder ser tudo e de estar em toda a parte (Kleinman, 2000:238) não deve chegar para demover-nos de analisar as suas múltiplas configurações, expressões e impactos, sobretudo, precisamente, os menos visíveis, embora isto não signifique descurar a sua dimensão directa, material e o sofrimento causado; não devem tampouco demover-nos as complexas dimensões ético-moral e subjectiva da análise da violência; pelo contrário, estas devem ser problematizadas e não ocultadas, sob pena de se postular uma análise enganadoramente fria e neutra da violência. Parece-me que é, assim, importante assumir, como o faz Balibar, que o conceito de violência desafia e desconstrói a possibilidade de separação entre objectividade e subjectividade (Sauvêtre e Lavergne, 2010: 225-227).

Nas suas acepções mais imediatas e correntes, a violência é encarada sobretudo como algo excepcional, desviante ou perturbador da ordem ou ainda como algo necessariamente observável, com implicações físicas, materiais. Estudar a violência significa, porém, necessariamente estudar violências, no plural, já que são diversas as suas formas, nem todas elas visíveis ou visibilizadas e, portanto, nem sempre consideradas como tal e, por isso, naturalizadas ou normalizadas. Isto é, nem toda a violência corresponde a um acto, agressão, física e material, assim como nem toda a violência releva do domínio da excepção, do desvio e da ruptura da ordem, isto é, nem toda a violência é directa (Galtung, 1969), aberta (Bourdieu, 1976) ou subjectiva (Žižek, 2008); pelo contrário, muitas formas de violência dependem essencialmente do funcionamento regular e visto como normal das ordens sociais, económicas e políticas no quotidiano, tal como nos é lembrado por conceitos como violência estrutural (Galtung, 1969; Farmer, 2004) ou

⁴⁷ Tradução livre da autora. No original "*In any case, the word "violence" almost always arrives with baggage of disapproval. The distinction of violent from non-violent social interactions usually depends on a moral boundary, or at least activates one (...) To call a phenomenon virtual violence is to condemn it, to claim that it damages something valuable even if it produces no physical destruction in the short run. As a consequence, every social scientific attempt to delimit, describe, classify, and explain public violence generates controversy*" (Tilly, 2000:4).

sistémica (Žižek, 2008), violência cultural (Galtung, 1990), violência simbólica (Bourdieu, 1976) ou violência(s) do quotidiano (Scheper-Hughes, 1997; Kleinmam, 2000).

Destacarei, em seguida, alguns dos contributos mais relevantes destes conceitos no sentido em que explicam e interpretam percursos de normalização e reprodução das violências e, por isso, da sua invisibilização. Trata-se, no fundo, de percorrer, necessariamente de forma incompleta e, por isso, apenas *entreabrindo* a caixa de Pandora⁴⁸, os vários entendimentos da violência, para além das violências visíveis, mas em relação com as mesmas. Propor aqui uma análise centrada no quotidiano significa precisamente frisar o permanente diálogo entre visibilidade e invisibilidade, significa olhar para as violências que se produzem na vida dita normal por oposição às violências excepcionais e delimitadas da guerra.

3.1. Violência estrutural e sofrimento nas margens

Começamos pelo conceito talvez mais polémico. Embora tenha raízes na teologia da libertação e na denúncia do colonialismo (Farmer, 2004; Bourgois, 2001), o conceito de violência estrutural foi desenvolvido e aprofundado na academia por Johan Galtung, no âmbito dos Estudos para Paz, nos anos sessenta do século passado. Este autor desenvolveu um extenso trabalho de conceptualização da violência⁴⁹, das suas diferentes formas e da relação entre as mesmas, sendo esta conceptualização apresentada como um ponto de partida para a análise da violência e não como uma definição acabada, tal como não o é a tipologia das violências traçada neste texto de acordo com seis eixos de diferenciação⁵⁰, também ela concebida como parcial e aberta.

⁴⁸ Referência a “Opening the Pandora’s box of invisible violence”, subtítulo utilizado por Bourgois (2009:18).

⁴⁹ Num texto de 1969, Galtung contribui de forma substancial para uma ampliação e complexificação de uma eventual definição de violência, defendendo que “a violência está presente quando os seres humanos são condicionados de tal maneira que as suas realizações mentais e somáticas ficam abaixo das suas realizações potenciais” (Galtung, 1969: 168). Vinte anos mais tarde, actualiza-a: “Considero a violência como insultos evitáveis contra as necessidades humanas básicas, e de maneira geral contra a vida, e que reduzem o nível real da satisfação das necessidades abaixo do que seria potencialmente possível” (Galtung, 1990: 292). Ambas as definições se baseiam numa diferenciação fundamental entre “o potencial (o que pode ser) e o real (o que é permitido ser)” (Pureza, 2013: 201).

⁵⁰ São eles: 1) a distinção entre violência física e psicológica; 2) a distinção entre uma abordagem positiva e negativa da influência (mencionada na definição de partida, é o ponto menos claro da sua abordagem e mesmo descartado pelo autor no final); 3) a distinção entre a violência em que existe um objecto violentado e em que este não existe; 4) a distinção, mais relevante para o autor, entre violência em que existe um sujeito que age, desempenha uma acção (violência directa, violência pessoal) e em que este não existe (violência

Inicialmente, o contributo fundamental de Galtung consiste na diferenciação entre violência directa e violência estrutural e na afirmação da possibilidade e da necessidade de estudar ambas expressões de violência, assumindo uma postura claramente normativa tendente à eliminação das mesmas. Esta dimensão consiste na consideração de que existem “ordens sociais altamente inaceitáveis” (Galtung, 1969:168) ou, como Farmer, inspirado pela teologia da libertação, diria “estruturas sociais pecaminosas” (Farmer, 2004: 307), que colocam em causa o potencial de realização dos seres humanos, impondo-lhes privações e sofrimentos desnecessários e evitáveis.

A definição mais simples de violência estrutural consiste em considerá-la como aquela violência que não é exercida por um *actor* identificável que comete um *acto* violento, considerando-se, portanto, como violência indirecta, “violência que é produzida pela estrutura” social (Galtung, 1969:170-171). A violência estrutural pode ter efeitos físicos como psicológicos⁵¹; pode ser intencional mas não o é obrigatoriamente⁵²; pode ser manifesta ou latente, e é passível de ser observada – e mesmo medida (Galtung e Hoivik, 1971). Isto porque a violência estrutural se revela na injustiça social, nas desigualdades de acesso e uso do poder e recursos, assim como das possibilidades de sobrevivência e de realização pessoal:

A questão importante aqui é que se as pessoas morrem de fome quando tal é objectivamente possível evitar, então comete-se uma violência, independentemente de existir uma relação clara sujeito-relação-objecto [...] numa sociedade em que a esperança de vida é duplamente superior nas classes mais altas em relação às classes mais baixas, é exercida violência mesmo que não existam actores concretos que possam ser directamente acusados de atacar outros, como quando uma pessoa mata outra.⁵³(Galtung, 1969: 171).

Claro que, para muitos, esta definição de violência é demasiado lata e normativa, concebendo-se como violência aquilo que seria a configuração natural, normal, das

indirecta, violência estrutural); 5) a distinção entre violência intencional e não intencional; 6) a distinção entre violência manifesta/observável e violência latente (Galtung, 1969: 169-172).

⁵¹ “ Violência que actua ao nível do corpo e a violência que actua ao nível da mente” (Galtung, 1969: 169); “uma estrutura violenta deixa marcas não apenas no corpo humano mas também na mente e no espírito” (Galtung, 1990:294).

⁵² Galtung distancia-se, no texto de 1969, da análise marxista, preferindo não usar o termo exploração (que substitui por injustiça social) por a achar demasiado conotada com uma interpretação política (presume-se, da luta de classes) que também a interpretaria como necessariamente intencional, ao contrário do que defende (Galtung, 1969:171). No entanto, em textos mais recentes retoma o termo (Galtung, 1990; 1996).

⁵³ Tradução livre da autora. No original " *The important point here is that if people are starving when this is objectively avoidable, then violence is committed, regardless of whether there is a clear subject-action-object relation (...) in a society where life expectancy is twice as high in the upper as in the lower classes, violence is exercised even if there are no concrete actors one can point to directly attacking others, as when one person kills another*" (Galtung, 1969: 171).

sociedades e que não pode ser analisada em relação a uma configuração potencial, desejável, a qual seria considerada apenas no domínio moral e subjectivo mas não científico. Nesse caso, apenas a violência que “se mostra”, que é percebida enquanto tal pelas suas vítimas, que se apresenta como dinâmica e como ruptura da normalidade, é entendida enquanto tal, e não aquela violência que é “silenciosa”, que “não se mostra”, que é essencialmente “estática”, que não é necessariamente reconhecida pelos “objectos” da violência (Galtung, 1969:173), que é um processo (Galtung, 1990: 294).

As formas mais relevantes de violência estrutural seriam a repressão – em termos políticos – e a exploração – em termos económicos (Galtung, 1996: 2). Estas formas latas de violência estrutural assumem diferentes expressões (estruturais e directas), de acordo com a sua intensidade e os mecanismos que a produzem, bem como com a classe social, a raça ou o género, assim como podem produzir violência directa como reacção, tentativa de superação ou resistência às mesmas sob a forma de criminalidade, guerra, revolução.

Além disso, independentemente das reacções directas de violência que eventualmente podem provocar, as diferentes formas de violência estrutural produzem privação e sofrimento: “não há razão para pensar que a violência estrutural provoca menos sofrimento do que a violência pessoal” (Galtung, 1969:172). A noção de violência estrutural tem, assim, o potencial de explorar as origens e os vectores da distribuição desigual do sofrimento humano (Farmer, 1996). O médico e antropólogo Paul Farmer desenvolveu um quadro de reflexão sobre este conceito que define como “*a view from below*” (Farmer, 1996), isto é, para além da análise estruturalista de Galtung, desenvolve uma abordagem etnográfica da violência estrutural, procurando as suas expressões quotidianas e microssociais. Defende que as inúmeras “tragédias” do dia-a-dia, “pobreza, crime, acidentes, doença, morte”, “etnograficamente visíveis”, e que afectam, sobretudo, as populações pobres, desfavorecidas, nas margens do poder económico e político, não são “produzidas localmente” pelas próprias (Farmer, 2004: 301), pela sua cultura, a sua agressividade ou a sua incapacidade, mas por processos muito mais vastos e etnograficamente invisíveis, que necessitam de uma análise que seja simultaneamente sistémica⁵⁴, histórica e biográfica (e que considere vários eixos de identidade social: género, etnicidade, estatuto económico e social, etc.) (Farmer, 1996; 2004), para ganharem o

⁵⁴ Segundo o próprio “é uma abordagem comprometida com a demonstração etnográfica da incrustação das estruturas sociais e económicas historicamente criadas [e transnacionais] que determinam a vida tão dramaticamente no limite da vida e da morte” (Farmer 2004: 312).

destaque merecido na análise da reprodução das violências. Farmer parece ter uma visão intencional e política da violência estrutural, insurgindo-se contra as análises da violência que “culpam as vítimas” e centrando a análise na produção de sofrimento através da economia política global e da ideologia dominante, cuja expressão mais recente assume contornos neoliberais⁵⁵.

A base da matriz de análise é económica, materialista e histórica, por oposição a culturalista. Económica porque, embora factores como o género ou a raça tenham um papel importante na distribuição do sofrimento e da violência, Farmer considera, à semelhança de Leonardo e Clodovis Boff, os quais cita, que “a riqueza e o poder protegeram frequentemente as mulheres, os gays e as minorias étnicas do sofrimento e dos resultados adversos dos assaltos à dignidade”, ou seja, nenhum dos factores ou pertenças antes citados pode ser suficiente na explicação da violência e do sofrimento. É materialista, segundo o próprio, não no sentido marxista puro, uma vez que recusa o economicismo e presta também atenção aos aspectos simbólicos, mas porque os resultados da “violência estrutural – morte, ferimentos, doença, subjugação, estigmatização, e mesmo o terror psicológico – encontram o seu “percurso final” no material” (Farmer, 2004:308). A violência estrutural está, assim, incorporada nas experiências dos indivíduos, tendo reflexos que podem ser analisados mesmo ao nível biológico. É não apenas histórica mas “historicamente profunda”, não se trata da história recente e superficial mas daquela que une, no caso de Farmer, uma análise da distribuição da violência, da doença e da brutalidade que afecta os Haitianos contemporâneos à memória da economia da escravatura (Farmer, 1996; 2004). Defende ainda que o “apagamento da história” é provavelmente um dos métodos mais utilizados pelos “arquitectos da violência estrutural” (numa referência à intencionalidade e racionalidade inerentes à mesma), já que é parte essencial do “processo de des-socialização necessário ao surgimento de relatos hegemónicos” (Farmer, 2004: 308). Num dos comentários ao artigo de Farmer precisa-se, no entanto, que o “apagamento da memória social” não é tanto um processo de des-socialização mas antes precisamente um “tipo de socialização que serve o capitalismo de consumo” baseado no esquecimento das vidas dos

⁵⁵ A economia neoliberal é definida como a “constelação de ideias prevalecente (e por vezes contraditórias) sobre comércio, desenvolvimento e governação”, estando no centro deste modelo “um mercado baseado na competição” mas sobretudo uma ideologia “que replica (reproduz) as desigualdades”, que está menos preocupada em “reparar a pobreza e as desigualdades sociais” do que “em geri-las”, e que tem ainda como apoio o racionalismo científico universalizante e a arrogância das potências ocidentais de se auto-proclamarem como polícias do mundo e detentoras do monopólio da violência legítima (Farmer, 2004: 313).

outros e do seu sofrimento e que os desumaniza, ao mesmo tempo que impede a reacção face a este sofrimento (Kirmayer, 2004: 321).

Tanto para Galtung como para Farmer, o vector essencial de manifestação da violência estrutural encontra-se, portanto, nas desigualdades e nas injustiças socioeconómicas, sendo aqueles e aquelas que mais sofrem quem se encontra nas margens do poder económico (e, por conseguinte, político):

Milhões de pessoas que vivem em circunstâncias semelhantes podem esperar ter destinos semelhantes. O que estas vítimas, no passado e no presente, partilham não são atributos pessoais ou psicológicos – uma vez que não partilham cultura, língua ou raça. O que partilham, sim, é a experiência de ocupar o lugar mais baixo da escada social em sociedades não igualitárias.⁵⁶(Farmer, 1996: 2).

Os autores que utilizam este conceito estão normalmente comprometidos com uma agenda de emancipação social, procuram identificar mecanismos que garantem a reprodução das desigualdades e sofrimentos a estas associados para os combater, com um posicionamento ético que se traduz numa “opção preferencial pelos pobres” herdada da teologia da libertação (Farmer, 1996; Bourgois, 2001) ou, de forma mais ampla, pelos grupos e indivíduos marginalizados e com poucas possibilidades de alterar o seu estatuto e destino social. Segundo Paul Farmer, a violência estrutural é “*structuring*” (ideia que retira da noção de *habitus* de Bourdieu como uma “estrutura estruturante”), no sentido em que “restringe a agência das suas vítimas”, ao determinar “como os recursos – comida, medicamentos, e até afecto – podem ser distribuídos e experienciados” e que faz parte de uma “socialização para a escassez” (Farmer, 2004: 315).

A violência estrutural, numa acepção mais intencional, exprime-se ainda ou é mediada através do que Patrick Chabal chama “a violência da negligência”, isto é “a falha deliberada de governos e agentes do Estado de cumprir os seus deveres de modo a beneficiar da desordem e miséria” (Chabal, 2009:153), por oposição à violência da brutalidade e da repressão aberta, embora estas estejam muitas vezes associadas (Farmer, 1996; Chabal, 2009).

O conceito de violência estrutural não está isento de críticas. Não me refiro aqui à apologia de uma suposta neutralidade científica mas à necessidade de precisar e reflectir

⁵⁶Tradução livre da autora. No original *Millions of people living in similar circumstances can expect to meet similar fates. What these victims, past and present, share are not personal or psychological attributes--they do not share culture, language, or race. Rather, what they share is the experience of occupying the bottom rung of the social ladder in inequalitarian societies.*

sobre alguns dos seus aspectos, sem por isso descartar a sua utilidade e a sua pertinência. Estes aspectos são apontados, muitas vezes, pelos próprios autores que utilizam o conceito e reúnem-os aqui em dois grandes tipos de problemas: o problema da operacionalidade e o problema da parcialidade.

Em primeiro lugar, no que diz respeito à sua operacionalidade, nem sempre é clara a distinção entre violência directa/interpessoal e indirecta/estrutural – já que, como precisado pelo próprio Galtung, existem elementos estruturais na violência pessoal e vice-versa (Galtung, 1969: 177) – ou ainda a relação entre ambas. Em relação à questão da distinção, em primeiro lugar, é verdade que a própria definição de violência estrutural implica já alguma forma de violência directa e sofrimento, mesmo que não seja percebido por todos enquanto violência ou que as suas origens históricas e sistémicas não sejam reveladas, ela está incorporada nas experiências, como assinalado anteriormente, e, nesse sentido, o conceito de violência estrutural exprime ao mesmo tempo causa e efeito. A relação entre violência estrutural e directa deve ser vista de forma complexa e de acordo com a análise de experiências e percursos específicos. Não existe uma relação automática de causa-efeito entre uma e outra. De facto, dependendo da utilização que lhe é dada, a noção de violência estrutural pode “ignorar que as estruturas são reproduzidas e mudadas nas práticas sociais dos agentes em actuação” e que a relação entre estrutura e violência directa “é mediada pela acção” (Robben, 2008: 88). Pretende-se, assim, evitar uma lógica determinista de explicação da violência e da manutenção do *status quo* (Bourgois e Scheper-Hughes, 2004: 318), isto é, recusa-se a ideia de que não há espaço para a imprevisibilidade da acção ou para a resistência à violência.

O contributo fundamental do conceito de violência estrutural consiste, porém, na contextualização das práticas sociais: a violência directa e visível é influenciada por – e não automática ou exclusivamente gerada por – outras formas de violência que são menos visíveis. O seu potencial visibilizador e “des-normalizante” ao passar de uma análise da violência ao nível individual para as formas como as sociedades produzem a violência (Heggenhougen 2004:320) compensa a sua eventual falta de operacionalidade.

Como defende Žižek, é fundamental analisar a violência sistémica ou objectiva⁵⁷, a violência inerente a este estado de coisas “normal” que é o contexto no qual surge a violência subjectiva como perturbação de um estado aparentemente pacífico. Ainda que a

⁵⁷ Que diferencia da violência subjectiva (directamente visível, exercida por agente claramente identificável) e da violência simbólica (encarnada na linguagem) (Žižek, 2008: 9-10).

primeira seja invisível “é nela que se sustenta a normalidade do nível zero contra aquilo que percebemos como sendo objectivamente violento; [esta violência objectiva] é a contrapartida de uma violência subjectiva (demasiado) visível, daquilo que parecem ser explosões irracionais de violência subjectiva” (Žižek, 2008:10). Não devemos esquecer que esta violência sistémica que, na sua forma capitalista, já “não pode ser atribuída a indivíduos concretos e às suas más intenções (Žižek, 2008: 20). Não deixa de ser o que Balibar define como uma “violência extrema”,

Existe violência extrema em fenómenos de massas tais como o extermínio ou o genocídio, a escravatura, a deslocação de populações, os empobrecimentos arbitrários e maciços que resultam da vulnerabilidade a "catástrofes naturais", fomes e epidemias (em relação aos quais falamos precisamente de níveis de sobrevivência). Mas existe também violência extrema na administração de sofrimento moral ou físico que é estritamente individual, de sofrimento dirigido à integridade física ou auto-estima, ou seja, contra a possibilidade de defender e assegurar a *dignidade* própria de cada um [...] Existe extrema na brutalidade e subitaneidade de acontecimentos traumáticos, catástrofes violência que trazem a morte, a deslocação, a sujeição ao poder de um superior. Mas existe também violência extrema na repetição indefinida de determinadas dominações habituais que se situam no limite invisível ou indiscernível da violência porque, aparentemente, estas formam parte dos fundamentos da sociedade ou da cultura⁵⁸ (Balibar, 2009b: 11).

O conceito de violência estrutural pode e deve ser complementado por outros que nos ajudem na interpretação e reflexão sobre percursos concretos e diferenciados de violência estrutural (e de poder) (Bourgois e Scheper-Hughes, 2004: 318). O conceito de violência estrutural deve ser enquadrado numa análise que consiga “captar a heterogeneidade, a complexidade e as contradições das vidas daqueles que se encontram nas margens, a “simultaneidade da produção dos caos e da ordem” na vida quotidiana (Green, 2004: 320) e o papel de actores e instituições específicos neste processo de (re)produção – e não me refiro apenas ao Estado (actor/instituição que permanece, no entanto, central na maior parte das análises); e que consiga diferenciar várias formas, expressões e graus de dominação e violência:

Podemos adoptar "uma abordagem profundamente materialista" na antropologia do sofrimento sem recorrer a uma noção que ameace terminar a investigação no preciso momento em que esta deveria começar, ou seja, distinguindo várias espécies de violência e

⁵⁸ Tradução livre da autora. No original: *There is extreme violence in such mass phenomena as extermination or genocide, enslavement, the displacement of populations, the massive assorted pauperizations that arise from vulnerability to "natural catastrophes," famines, and epidemics (with regard to which we speak precisely of thresholds of survival). But there is also extreme violence in the administration of physical or moral suffering that is strictly individual, of wounds directed against bodily integrity or self-respect, that is, against the possibility of defending and insuring one's own dignity (...). There is extreme violence in the brutality and suddenness of traumatic events, catastrophes that bring death, displacement, subjection to the power of a master. But there is also extreme violence in the indefinite repetition of certain habitual dominations at the invisible or indiscernible limit of violence because, it seems, they are part of the very foundations of society or culture".*

diferentes estruturas de dominação de forma a detectar as ligações dinâmicas entre violência e diferença em vez de amalgamar tudo numa mesma categoria capaz de gerar mais calor moral do que luz analítica.⁵⁹ (Wacquant, 2004: 322).

Em segundo lugar, é necessário problematizar a parcialidade do conceito, isto é, a localização do sofrimento e violência nas margens, o que significa também problematizar o conceito de margens. É necessário algum cuidado para, por um lado, não romantizar os grupos excluídos ou marginalizados e, por outro lado, não naturalizar a violência como característica inevitável e natural dos mesmos (Bourgois, 2001), ou seja, não transformar uma análise da “normalidade” ou da “normalização” da violência em reforço da sua naturalização e aceitação social e política (Roque e Cardoso, 2012: 295). A difícil análise da mediação entre a violência estrutural e a violência directa, o papel do agente face à estrutura, a problemática da reprodução da violência por quem também a sofre são questões que exigem permanente reflexão e discussão académica e estão longe de suscitar consensos. Um dos aspectos essenciais a ter em conta é que a violência estrutural expressa-se para além da desigualdade social de classe e é reproduzida pelas suas vítimas (Bourgois, 1996; 2001) ou, como alertam os autores já citados:

Temos que estar preparados para ver aquilo que não esperamos e aquilo que não queremos – independentemente das nossas féis políticas e armaduras teóricas [...] incluindo como as vítimas se tornam em algozes e como esse processo esconde entendimentos locais das relações de poder estruturais.⁶⁰ (Bourgois e Schepers-Hughes, 2004: 318).

É necessário analisar várias escalas e expressões da reprodução da violência, nomeadamente aquelas que promovem uma reprodução da ordem e da dominação e das desigualdades e também de novas e velhas margens, assim como o consentimento das margens em relação à violência, algo que o conceito de violência estrutural não explica, uma vez que se centra na análise da violência como algo que as margens sofrem e não tanto naquela que praticam, reproduzem ou à qual resistem.

⁵⁹ Tradução livre da autora. No original: *One can adopt “a deeply materialist approach” to the anthropology of suffering without resorting to a notion that threatens to stop inquiry just where it should begin, that is, with distinguishing various species of violence and different structures of domination so as to trace the changing links between violence and difference rather than merging them into one catchall category liable to generate more moral heat than analytical light.*

⁶⁰ Tradução livre da autora. No original: *we have to be ready to see what we do not expect and what we do not want—irrespective of our political faiths and theoretical armature (...) including how victims become victimizers and how that hides local understandings of structural power relations.*

3.2. Violência simbólica e consentimento

O conceito de violência simbólica foi (re)elaborado por Pierre Bourdieu em vários momentos da sua extensa obra e faz parte de uma crítica mais vasta aos modos e dinâmicas de dominação e de uma reflexão sobre os processos de socialização e reprodução social, juntamente com outros conceitos fundamentais como ‘*habitus*’, ‘campo’ ou ‘poder simbólico’ (Jackson, 2009). O conceito surge na análise dos modos de reprodução social e dominação na sociedade cabila, na Argélia colonial (Bourdieu, 1976; 1994) tal como é aplicado na análise das sociedades modernas ocidentais, sobretudo a França, dando maior centralidade ao papel do Estado, particularmente nos campos da educação ou da cultura, na reprodução das hierarquias sociais e da dominação (Bourdieu e Passeron, 1970; Bourdieu, 1979), ou ainda no âmbito da análise da dominação masculina (Bourdieu, 2002). A violência simbólica, assim descrita por Bourdieu, no contexto da análise da sociedade cabila:

Violência suave, invisível, não reconhecida enquanto tal, tanto escolhida como imposta, violência da confiança, da obrigação, da fidelidade pessoal, da hospitalidade, do dom, da dívida, do reconhecimento, da piedade, de todas as virtudes [da] moral da honra.⁶¹ (Bourdieu, 1976:128).

... é diferenciada da violência aberta (Bourdieu, 1976:127), visível, perceptível. A violência aberta, física ou económica (material), é um modo elementar ou básico de dominação, menos económica e eventualmente menos legítima (do ponto de vista colectivo e conforme o contexto) do que a violência simbólica (Bourdieu, 1976: 128; Schepers-Hughes, 1997:471). Esta é mais “refinada” (Bourdieu, 1976 :128), é “a forma suave e discreta que toma a violência quando a violência aberta é impossível” (Bourdieu, 1976 :131). É, portanto, uma violência invisível mas também eufemística já que é disfarçada, dissimulada, tomada, até, por afecto ou generosidade.

A dominação e a violência simbólica operam através do que Bourdieu chama *méconnaissance*. Este conceito implica ao mesmo tempo o não reconhecimento da origem e das estruturas da dominação, como o reconhecimento dos grupos e indivíduos dominantes e da própria dominação, isto é, a sua legitimação. Este processo é possibilitado pela coincidência entre estruturas mentais e sociais que fazem uma certa ordem social

⁶¹ Tradução livre da autora. No original: *Violence douce, invisible, méconnue comme telle, choisie autant que subie, celle de la confiance, de l'obligation, de la fidélité personnelle, de l'hospitalité, du don, de la dette, de la reconnaissance, de la piété, de toutes les vertus en un mot qu'honore la morale de l'honneur.*

parecer natural⁶². Significa, assim, que os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, através de assumpções pré-reflexivas, fazendo-as parecer naturais “porque a sua mente está construída de acordo com estruturas cognitivas que emergem a partir das estruturas do mundo” (Bourdieu e Wacquant, 1992: 168), a violência simbólica é, assim, naturalizada pelo *habitus* dos dominados⁶³. Esta forma de dominação só é possível e mantida porque os participantes não conseguem vê-la como é: um acto de dominação, interessado (Bourdieu, 1976:130). Assim, a violência simbólica, é definida na sua forma mais simples como “a violência que é exercida sobre um agente social com a sua cumplicidade” (Bourdieu e Wacquant, 1992: 167). No entanto, isto não implica uma cumplicidade consciente ou voluntária,

O efeito da dominação simbólica (sexual, étnica, cultural, linguística, etc.) é exercido não na lógica pura do conhecimento consciente mas na obscuridade das disposições do *habitus* no qual estão impregnados os esquemas de percepção e apreciação [...] Esta submissão não é de modo algum uma "servitude voluntária" e esta cumplicidade não advém de um acto consciente e deliberado; é em si mesma o efeito de um poder que está inscrito de forma duradoura nos corpos dos dominados, sob a forma de esquemas de percepção e disposições (para respeitar, admirar, amar, etc.).⁶⁴ (Bourdieu, 2000: 170-171).

Não sendo a submissão consciente ou voluntária, a violência simbólica é também a mais eficaz forma de dominação porque é exercida “pela ordem das coisas”, não necessita de “mecanismos de persuasão” (Bourdieu e Wacquant, 1992: 168) ou de imposição; tampouco implica uma intencionalidade por parte dos dominantes, também eles agindo de acordo com o *habitus*.

Além disso, a violência simbólica não se exerce apenas ao nível das representações ou da comunicação, ela está inscrita nos e é feita através dos corpos, através de um processo de naturalização de divisões aparentemente naturais, um processo de

⁶² Esta correspondência entre estruturas mentais e sociais ou a ideia de incorporação automática das estruturas sociais, revela a influência de Durkheim no seu pensamento, a este propósito ver Mauger (2006:89) e Wacquant (2008: 197).

⁶³ O conceito de *habitus* é assim definido por Caria, a partir da interpretação das menções dispersas de Bourdieu em *Esboço de uma teoria da prática*: “um conjunto de esquemas pré-reflexivos (disposições) de percepção, apreciação e antecipação que foram produzidos no agente social. Estes esquemas são o resultado de um trabalho de inculcação pela prática (ver fazer e fazer acompanhando os que sabem fazer) em que o agente social interioriza, de modo sistemático e coerente, as estruturas de relações de poder, a partir do lugar e da posição que nelas ocupa, e exterioriza em práticas as disposições (os esquemas pré-reflexivos estruturados) que antes interiorizou” (Caria, 2002: 137).

⁶⁴ Tradução livre da autora. No original: *The effect of symbolic domination (sexual, ethnic, cultural, linguistic, etc.) is exerted not in the pure logic of knowing consciousnesses but in the obscurity of the dispositions of habitus, in which are embedded the schemes of perception and appreciation [...] This submission is in no way a 'voluntary servitude' and this complicity is not granted by a conscious, deliberate act; it is itself the effect of a power, which is durably inscribed in the bodies of the dominated, in the form of schemes of perception and dispositions (to respect, admire, love, etc.).*

incorporação e aprendizagem da dominação através do corpo (Bourdieu, 2000: 141). De modo geral, a violência simbólica, seja a do machismo, do colonialismo ou do racismo, diz respeito a processos de valorização e desvalorização implícita de características (ou mentalidades) tidas como naturais (primitivo, feminino, trabalhador, negro, Árabe, são alguns dos exemplo) e que justificam a superioridade ou inferioridade de determinados grupos em relação a outros e que acabam por “reverter causa e efeito, culpando as vítimas ao responsabilizar a sua natureza pelas desapropriações, mutilações e privações que lhes são infligidas” (Bourdieu, 2000: 73). De certa forma, Bourdieu apresenta, assim, “a dominação [e a violência simbólica] como um processo de inculcação de uma inferioridade identitária” (Braud, 2003:34) mas também de ajustamento entre expectativas e oportunidades:

Através das disposições do *habitus* (elas próprias ajustadas, na maior parte das vezes, às posições dos agentes) as expectativas tendem universalmente a ser grosseiramente adaptadas às possibilidades objectivas [...] Somos sempre surpreendidos ao ver o quanto os desejos das pessoas se ajustam às suas possibilidades, os seus desejos à sua capacidade de os satisfazer; e ao descobrir que [...] o desejo de ter mais [...] é a excepção⁶⁵ (Bourdieu, 2000: 216).

Neste sentido, pelo seu carácter não consciente, a dominação parece ser dificilmente revertida e as dinâmicas de transformação social surgem como secundárias na obra de Bourdieu – é aliás a crítica mais recorrente à sua obra, como veremos mais à frente. Ao mesmo tempo, não são tanto as relações entre formas de violências – isto é, por exemplo o potencial de transformação da violência simbólica em violência aberta ou a sua relação com a violência estrutural – que mais interessam ao autor. No entanto, em *La Domination Masculine*, o autor precisa que o adjectivo “simbólica” não significa que a violência não seja “real” ou “efectiva” ou que seja meramente espiritual, perspectiva que seria, de acordo com o autor, “própria a um materialismo primário” (Bourdieu, 2002: 54). Para o autor, a violência simbólica e a violência aberta coexistem: ambas funcionam de modo a permitir a reprodução da ordem social e estão relacionadas, não são contraditórias, “podem coexistir na mesma formação social e até na mesma relação”, nomeadamente nas relações familiares ou de parentesco (Bourdieu, 1976: 127). A violência estrutural está subjacente na sua obra mas não tem o lugar de destaque. Há, no entanto, em *Méditations*

⁶⁵ Tradução livre da autora. No original: *through the dispositions of habitus (themselves adjusted, most of the time, to agents' positions) expectations tend universally to be roughly adapted to the objective chances (...) One is always surprised to see how much people's wills adjust to their possibilities, their desires to the capacity to satisfy them; and to discover that (...) the desire to have more (...) is the exception.*

Pascaliennes, duas referências relevantes à violência estrutural e suas consequências directas, o sofrimento e a violência directa, e que são concomitantes com uma crítica das possibilidades de resistência:

Pensamos, obviamente, sobretudo com base no trabalho de Michel Foucault, na normalização exercida através da disciplina das instituições. Mas estaria errado negligenciar a pressão ou opressão, contínua e muitas vezes não notada, da ordem natural das coisas, dos condicionamentos impostos pelas condições materiais da existência, pelas insidiosas injunções e 'violência inerte' (segundo Sartre) das estruturas económicas e sociais e dos mecanismos através dos quais se reproduzem. A maior parte das injunções sociais graves são dirigidas não ao intelecto mas ao corpo, tratado como um 'bloco de memória'. ⁶⁶(Bourdieu, 2000: 141).

E a ilusão populista que é hoje alimentada por uma retórica simplista de 'resistência' tende a consagrar um dos efeitos mais trágicos da condição dos dominados - a tendência para a violência que é gerada através da exposição prematura e constante à violência. Existe uma *lei da conservação da violência*, e toda a investigação médica, sociológica e psicológica demonstra que a negligência do tratamento durante a infância (em particular, relativamente a violência física exercida pelos pais) está significativamente relacionada com uma alta probabilidade do uso da violência contra os outros (muitas vezes os próprios companheiros), através do crime, abuso sexual e outras formas de agressão, e também contra si próprio, especialmente através do alcoolismo e da dependência das drogas. É por esta razão que, se pretendemos verdadeiramente reduzir estas formas de violência visível e visivelmente repreensível, não existe outra forma de o fazer que não seja reduzir a quantidade generalizada de violência que não é notada nem punida, a violência exercida todos os dias em famílias, fábricas, oficinas, bancos, escritórios, estações de polícia, prisões, e mesmo hospitais e escolas, e que é, em última análise, o produto da 'violência inerte' das estruturas económicas e dos mecanismos sociais retransmitida pela violência activa das pessoas. ⁶⁷ (Bourdieu, 2000: 233).

Nestes excertos, Bourdieu chama a atenção para a reprodução das violências, que sintetiza numa expressão polémica ⁶⁸, a "lei de conservação da violência", a qual significa

⁶⁶ Tradução livre da autora. No original: *One thinks, obviously, especially after the work of Michel Foucault, of the normalization exerted through the discipline of institutions. But it would be wrong to underestimate the pressure or oppression, continuous and often unnoticed, of the ordinary order of things, the conditionings imposed by the material conditions of existence, by the insidious injunctions and 'inert violence' (as Sartre puts it) of economic and social structures and of the mechanisms through which they are reproduced. Most serious social injunctions are addressed not to the intellect but to the body, treated as a 'memory pad'.*

⁶⁷ Tradução livre da autora. No original: *And the populist illusion which is nowadays nourished by a simplistic rhetoric of 'resistance' tends to conceal one of the most tragic effects of the condition of the dominated - the inclination to violence that is engendered by early and constant exposure to violence. There is a law of the conservation of violence, and all medical, sociological and psychological research shows that ill-treatment in childhood (in particular, beatings by parents) is significantly linked to increased chances of using violence against others in turn (often one's own companions in misfortune), through crime, sexual abuse and other forms of aggression, and also on oneself, especially through alcoholism and drug addiction. That is why, if we really want to reduce these forms of visible and visibly reprehensible violence, there is no other way than to reduce the overall quantity of violence which is neither noticed nor punished, the violence exerted every day in families, factories, workshops, banks, offices, police stations, prisons, even hospitals and schools, and which is, in the last analysis, the product of the 'inert violence' of economic structures and social mechanisms relayed by the active violence of people..*

⁶⁸ Ver a este propósito (entre outros) o debate entre Philippe Bourgois e Leigh Binford na revista *Ethnography* (Bougois, 2001; 2002; Binford, 2002).

que a violência simbólica impede a compreensão da e a resistência à violência estrutural (a violência inerte das estruturas económicas e mecanismos sociais) que, por sua vez, cria as inúmeras violências directas do quotidiano.

Esta “lei” é, no fundo, o equivalente ao “triângulo das violências” de Galtung (1990:294). Para além da diferenciação entre violência directa e estrutural, Galtung desenvolveu ainda o conceito de “violência cultural”, isto é:

Aqueles aspectos da cultura, a esfera simbólica da nossa existência – exemplificados pela religião e a ideologia, a linguagem e a arte, ciência empírica e formal [...] – que podem ser usados para justificar ou legitimar a violência directa ou estrutural [...] a violência cultural faz a violência directa e estrutural parecer certa – ou pelo menos não errada⁶⁹. (Galtung, 1990:291).

Este tipo de violência é definido como “invariante”, como uma “permanência”⁷⁰, e depende também de um mecanismo (psicológico) de internalização (Galtung, 1990: 294; 292). No entanto, Galtung parece ter uma visão mais intencional e política da violência cultural (do que Bourdieu em relação à violência simbólica) e, embora reconhecendo o processo de consentimento e cumplicidade (reprodução da violência) por parte dos dominados – “[o povo] vive exposto à avalanche normativa de poder cultural que faz dele, a um tempo, um carrasco aquiescente e uma vítima bem treinada” (Galtung, 2005: 68) - na sua visão surgem também representações dos mesmos como vítimas dos vários tipos de violência exercidos pelas classes ou castas dominantes, visão que é ainda pontuada pela possibilidade de consciência, resistência e mudança (ainda que controlada) de uns poucos dominados:

O povo. É ele o recipiente da violência directa, excepto por altura de uma ou outra convulsão, quando tenta inverter o sentido do poder. Habitado a fazer as guerras dos que lhe estão acima, é ele a vítima, seja na qualidade de soldado, seja enquanto civil, como sucede com cada vez mais frequência nas actuais condições pós-modernas. É ele a vítima das mãos invisíveis que comandam os mercados, mas também, em certos casos, o beneficiário. (Galtung, 2005: 67-68).

Além disso, Galtung assume como central na sua obra a relação entre as diferentes formas de violência e não exclui a associação, por vezes ténue, da violência cultural com a dominação agressiva, punitiva e repressiva, ao mesmo tempo que não exclui uma dimensão

⁶⁹ Tradução livre da autora. No original: *Those aspects of culture, the symbolic sphere of our existence – exemplified by religion and ideology, language and art empirical science and and formal science [...] – that can be used to justify or legitimize direct or structural violence [...] cultural violence makes direct and structural violence look, even feel, right – or at least not wrong.*

⁷⁰ Por oposição ao evento – violência directa – e ao processo – violência estrutural.

consciente e intencional da dominação, através da análise da ideologia, da religião ou da ciência.

Se a noção de violência simbólica e alguns dos seus aspectos aqui destacados são extremamente pertinentes para a análise da reprodução das violências e têm a vantagem de desconstruir uma dicotomia simplista entre material e simbólico, e, em última análise, entre vítima e agressor⁷¹, não estão porém isentos da necessidade de algum confronto crítico. Michael Burawoy critica o foco de Bourdieu nos aspectos pré-reflexivos, não conscientes da dominação, quase negando a possibilidades de reconhecimento da dominação pelo dominados e negligenciando o autoconhecimento dos actores; e, além disso, excluindo da sua análise as formas de dominação pela força, repressivas, e a forma como se relacionam com a violência simbólica (Burawoy, 2011). Este autor procura pôr em diálogo perspectivas que, sendo semelhantes à de Bourdieu, no sentido em que procuram explicar a reprodução da dominação e a violência pelos processos de legitimação (materiais e simbólico), não desprezam totalmente as dimensões em falta em Bourdieu. Entre estes destaca-se o conceito gramsciano de hegemonia. Este filósofo italiano diferenciava a hegemonia exercida através da sociedade civil, e definida como:

O consentimento “espontâneo” dado pelas massas à direcção geral imposta à vida social pelo grupo dominante fundamental; este consentimento é “historicamente” causado pelo prestígio (e conseqüente confiança) de que o grupo dominante goza devido à sua posição e função no mundo da produção⁷² (Gramsci, 1999: 145).

da dominação directa e do poder coercitivo, exercido através do “sociedade política”, o aparato de Estado, que “disciplina os grupos que não ‘consentem’ activa ou passivamente (Gramsci, 1999: 145). É um conceito, em alguns aspectos, semelhante ao de violência simbólica, recusando também o materialismo primário e o economicismo, e que

⁷¹ A sociologia de Bourdieu caracteriza-se por uma ambição de fazer eclodir as separações entre material e simbólico, entre agente e estrutura, entre liberdade e constrangimento, entre coerção e consentimento, entre imposição extrema e impulso interino, e ainda entre corpo e espírito (Bourdieu, 2000:253-254) ou, dito de outra forma, por uma postura que tenta superar as insuficiências da “física social”, “objectivismo” ou “estruturalismo”, por um lado, e da “fenomenologia social” ou “subjectivismo”, pelo outro, dando origem à sua “praxeologia social”, que combina uma abordagem estruturalista com uma abordagem construtivista (Bourdieu e Wacquant, 1992:7-11). Como destaca Mauger, analisando semelhanças e diferenças face ao pensamento dos clássicos Durkheim, Marx e Weber, Bourdieu não é “o primeiro ou o único” autor a “sublinhar a adesão ou contribuição dos dominados à sua própria dominação”; a novidade estaria na forma como o conceito de violência simbólica: “esbate as fronteiras entre o material e o espiritual, a força e o direito, o corpo e o espírito” (Mauger, 2006: 90).

⁷² Tradução livre da autora. No original: *The “spontaneous” consent given by the great masses of the population to the general direction imposed on social life by the dominant fundamental group; this consent is “historically” caused by the prestige (and consequent confidence) which the dominant group enjoys because of its position and function in the world of production.*

analisa a dominação como operando através de meios consensuais e culturais e da criação da ilusão de a todos beneficiar, mas que se diferencia por levar em conta possibilidades de resistência e de transgressão, assim como por combinar a análise do consentimento e da força ou dominação directa mas que, no entanto, peca, segundo o autor, pelo optimismo exagerado em relação a estas possibilidades (Burawoy, 2011: 170).

Ao mencionar este conceito semelhante, não pretendo recusar que exista uma dimensão pré-reflexiva da dominação e do consentimento, mas antes questionar o seu carácter absoluto e perene. Isto é, o não reconhecimento não é algo que não possa ser alterado necessariamente, assim como o reconhecimento da dominação e da violência associada não está reservado a um pequeno grupo de intelectuais iluminados. As fronteiras entre consciência e não consciência, entre reprodução voluntária e involuntária da violência são demasiado ténues para serem desenhadas sem referência a mundividências, contextos histórico-culturais e sujeitos concretos. E mesmo assim, nunca temos acesso a toda “a verdade” daqueles e daquelas que interpretamos.

Além disso, seria importante retomar a questão do sofrimento, que Bourdieu considera com maior profundidade na obra colectiva *La misère du monde* (Bourdieu *et al*, 1993). As consequências da violência simbólica são perceptíveis nos relatos que deixam transparecer processos de auto e hetero discriminação, auto e hetero desvalorização e sofrimento. Mesmo que não se identifiquem as suas origens, as suas razões, os seus mecanismos, a violência simbólica provoca também sofrimento e este sofrimento pode ter um papel decisivo na tomada de consciência, pode ter como consequência a auto-destruição das suas vítimas ou pode, ainda, gerar uma violência não dirigida, aparentemente irracional, contra novas vítimas. Mas trata-se aqui de hipóteses e não de leis universais.

3.3. Violências do quotidiano, *continuum* e mediação

O conceito de violência do quotidiano (*everyday violence*) está profundamente relacionado com os dois conceitos antes analisados, confundindo-se, muitas vezes, com os mesmos: a violência do quotidiano é resultado, expressão, incorporação da violência estrutural e simbólica nas práticas e rotinas institucionais e sociais (Scheper-Hughes, 1996;1997; Bourgois, 1996; Kleinman, 2000). A violência do quotidiano tem múltiplas

formas e expressões e, por isso, também se tratam de violências, no plural, muitas vezes sobrepostas e experienciadas pelos mesmos indivíduos ou grupos. Apesar da diversidade, quero destacar os dois eixos de expressão das violências do quotidiano que emergem da literatura.

Em primeiro lugar, a violência do quotidiano é uma violência-reflexo: é a violência exercida por indivíduos ou grupos (de alguma forma) marginalizados contra eles próprios ou os seus próximos e íntimos como reflexo das violências estruturais, simbólicas, institucionais e políticas de que são vítimas.

Nancy Scheper-Hughes definiu-a como “a violência implícita, legítima, organizada e rotineira de determinadas formações sociopolíticas estatais” (Scheper-Hughes 1997: 471) – em lugar de formações estatais, prefiro utilizar apenas a expressão formações sociopolíticas, uma vez que outras formas de organização sociopolítica podem estar em causa. A sua preocupação central centra-se nas condições que permitem a adesão das pessoas comuns à violência política e institucional de que são, ao mesmo tempo, vítimas directas ou indirectas, reproduzindo-a, em versões semelhantes ou diferentes, através da activação do “potencial humano de desumanização, de despersonalização” dos outros; activação essa que é promovida por condições estruturais e políticas específicas. A autora pretende, na sua obra, perceber como é que as vítimas de violência económica, política e institucional colaboram com os “crimes de paz”⁷³ perpetrados pelo “Estado, polícia, militares ou grupos étnicos”, por exemplo, ou seja, como se levam a cabo as “pequenas guerras e genocídios invisíveis” do quotidiano (Scheper-Hughes, 1996; 1997). Estas violências constituem, muitas vezes, um espécie de processo de auto-extermínio, que corrobora as consequências do sofrimento estrutural, simbólica e directamente infligido e são dirigidas contra os próprios ou os seus próximos e não contra as estruturas, instituições ou grupos que estão na origem do sofrimento, das privações ou da violência (Bourgois, 1996; Bourgois *et al* 2004).

Por outro lado, sendo reflexo, não diz respeito apenas a expressões do sofrimento e de consentimento dos mais desfavorecidos face à violência mas compreende-os à luz de processos de mimetização, normalização e rotinização de expressões de violência institucional e política, com agentes e políticas concretos. Isto é, procura também entender como os agentes e as instituições que deveriam proteger ou assistir os indivíduos e grupos

⁷³ *Peacetime crimes*: é uma expressão que a autora utiliza com base no trabalho de Basaglia sobre o tratamento institucional dos doentes mentais na Itália pós-guerra.

económica e socialmente vulneráveis, contribuem antes para a perpetuação da violência (escolas, hospitais, igrejas, política, ONG, etc.). A ‘normalização’ da violência política não é indiferente para analisar outros padrões de violência (Winton, 2004) considerada como ‘não política’. No meu entender, o conceito de violência do quotidiano vem desafiar a diferenciação entre violência social e política, revelando a sua artificialidade. A violência política é insidiosa, não é necessariamente repressiva, pode ser também suave e disfarçada de boas intenções, nem é necessariamente (mas também é) dirigida a grupos plenamente identificáveis. Recuperando a referência a Patrick Chabal, a violência política é tanto a violência da negligência como a da brutalidade, e sua utilização regular e arbitrária resulta num processo de desumanização, cujos impactos se sentem nos corpos, nos valores e na ordem social (Chabal, 2009: 153-154).

Exemplificando, e usando os dois lados do espelho: é a violência da “limpeza social”, levada a cabo por polícias, milícias, esquadrões da morte e da racialização da criminalidade e encarceramento, como é o consentimento popular em relação às mesmas ou os excessos de violência vigilante; como descreveu Schepers-Hughes, é a violência do não cuidado ou da negligência, por parte das mães que deixam de investir (emocional e materialmente) nos seus filhos mais jovens, “deixando-os” morrer à fome, para deixar viver os mais velhos, como são os rituais das instituições que legitimam esta violência, prescrevendo às mães potentes tranquilizantes ou oferecendo caixões gratuitos mas não alimentos (Schepers-Hughes, 1996: 891). É a reprodução de “regimes localizados de terror” (Rodgers, 2006: 322) pelos gangs urbanos, como é a violência autodestrutiva dos seus membros e o abandono pelo Estado de largas franjas da população (Bourgois, 1996; Bourgois *et al.*, 2004).

As suas expressões são, assim, mais ou menos consensuais (com maior ou menor adesão voluntária), mais ou menos burocráticas (com maior ou menor intervenção do Estado e organizações modernas, consoante os contextos), mais ou menos repressivas (com maior ou menor grau de violência directa: pode ir do extermínio dirigido à violência doméstica). Mas estas são invisíveis apenas porque tomadas como normais, aceites, já que podem perfeitamente ser observadas (Schepers-Hughes, 1997: 474). Uma são encaradas como formas necessárias de controlo e paz social (limpeza social, milícias, vigilantes, encarceramento como política repressiva), outras são encaradas como violência social ou tidas como reflexo da imoralidade e patologia dos indivíduos (violência doméstica e

sexual, violência juvenil, gangs). A noção de violência quotidiana, apesar de contígua à de violência simbólica, desenvolve melhor a relação entre consentimento e as formas abertas da violência e da dominação, incluindo o ressurgimento da tortura como meio legitimado de controlo social, sob as mais diversas formas, no nosso tempo (Scheper-Hughes: 1997: 471).

“Para os socialmente vulneráveis, cada dia é um estado de emergência”, diz-nos Bourgois, lembrando Walter Benjamin (Bourgois, 2009: 20). Esta emergência permanente é reflexo de sistemas político-económicos que produzem continuamente – tanto de forma centralizada e consciente como dispersa, fluida e inconsciente – grupos excluídos e desumanizados, atravessando os interstícios das experiências sociais, fazendo com que os excluídos reproduzam (sobre os seus/suas próximos/as e eles próprios) a violência de que são vítimas e a internalizem como produto das suas características pessoais (Bourgois, 1996; 2001). Revelam-se tanto no domínio da morte como no domínio da vida (Robben, 2008:82). Produzem continuamente vidas menores e descartáveis e o consentimento da violência em relação às mesmas, porque estas nunca são “vividas nem perdidas no mais amplo sentido” (Butler, 2009: 1). Produzem mortes “previsíveis, naturais, cruéis mas demasiado habituais” (Scheper-Hughes: 1997: 483). Produzem “zonas cinzentas” dispersas de traição mútua, diz Bourgois, recorrendo a Primo Levi (Bourgois, 2009:24). Produzem a diferenciação entre vítimas “merecedoras” e “não merecedoras” da sua sorte (Scheper-Hughes, 2008: 80). E produzem micro-estados de excepção quotidianos desencadeados, não por um poder soberano centralizado, mas por múltiplas micro-entidades soberanas pulverizadas nos interstícios da vida social, como sugere Megan Mackenzie (2011), a partir de uma leitura crítica de Giorgio Agamben.

As violências do quotidiano são, assim, expressões rotineiras das violências extraordinárias (genocídio, guerra, revolução), podendo encontrar-se *semelhanças e ligações* – “cadeias, espirais, espelhos, *continuum* de violências” (Scheper-Hughes e Bourgois, 2004) – entre justificações, técnicas, motivações e mecanismos de sobrevivência em situações de violência extraordinária e de violência ordinária, desconstruindo-se, assim, as fronteiras entre guerra e paz (Scheper-Hughes, 1997: 473-475). Isto não significa que todas as violências sejam iguais em intensidade, escala, motivação, significados ou consequências (Mackinnon, 1994; Robben, 2008). Ou ainda que exista uma relação directa causa-efeito entre todas as violências da paz e da guerra. A violência não se reproduz

sozinha ou por si mesma. Ela tem impactos diferentes em termos de sofrimento, reproduz-se em contextos específicos, através de actores e representações específicas, os quais podem também evitar essa reprodução (Robben, 2008). A ideia de *continuum* significa que, para entender as violências extraordinárias não é necessário pensar em termos de excepção mas que muitas repostas podem ser encontradas nas violências rotineiras e nos mecanismos sociais que as permitem (Scheper-Hughes, 2008a:85-86). Significa também que é necessário deixar de pensar “a crise e o trauma como fenómenos momentâneos e particularizados e passar a uma compreensão de estados críticos como contextos generalizados”, isto é, é preciso entender não como nos adaptamos, lidamos ou ultrapassamos a crise mas antes “como vivemos *na* crise” permanente (Vigh, 2008: 8).

O conceito de violências do quotidiano oferece ainda uma explicação para o facto da violência visível parecer situar-se ou concentrar-se essencialmente nas margens: porque ela é resultado da concentração do sofrimento social⁷⁴ infligido pela violência invisível e pelas configurações sociopolíticas específicas nas margens. No entanto, “onde quer que o poder oriente as práticas – isto é, em toda a parte – existe violência”, sustenta Arthur Kleinman (2000:238). Este autor salienta que, embora os efeitos da violência sejam mais drásticos para aqueles que se encontram na base da pirâmide social, as violências do quotidiano não são específicas de uma classe ou dos materialmente desfavorecidos, analisando vários casos do que chama “variedades burguesas” das violências do quotidiano. As expressões e efeitos das violências do quotidiano e sua relação com a violência estrutural e simbólica não são universais, não se verificam da mesma forma em contextos – culturais, sociais – distintos. Veja-se, por exemplo, a análise de Jonina Einarsdottir (2004), centrada numa região da Guiné-Bissau, que demonstra que a negligência materna, como resultado das privações estruturais, observada por Scheper-Hughes numa região do Brasil, não é um facto universalizável (nem a autora assim o pretende), estando dependente, entre outras condições, da influência das concepções culturais e éticas específicas – sobre as relações de género, o casamento ou o parentesco, neste caso (Einarsdottir, 2004: 7). Também nesse sentido, Kleinman defende que as violências do quotidiano devem ser encaradas como “múltiplas, normativas (e normais), como o resultado da interacção entre representações culturais em transformação,

⁷⁴ Sofrimento que é resultado de “feridas sociais devastadores que a força social inflige na experiência humana” (Kleinman *et al.* 1999).

experiência social e subjectividade individual”, experienciadas tanto colectiva como subjectivamente (Kleinman, 2000: 238).

3.4. Jovens e violência colectiva: reproduções e indefinições

A operacionalização do conceito *jovem* é sempre um exercício extremamente complexo e que pressupõe ultrapassar, pelo menos, dois problemas recorrentes. Por um lado, a abordagem biológica, definida pela idade, é limitada e não se aplica a todas as culturas e sociedades da mesma forma. Por outro lado, a ideia de jovem enquanto uma categoria homogénea, consolidada, ignorando-se as diversidades de género, classe, etnia ou religião deve ser contrariada (Pais, 1990; Durham, 2000).

Deborah Durham propõe, assim, o conceito de *social shifter* para destacar o carácter volátil, relacional e variável da categoria *jovem* (Durham, 2000:116). Os jovens possuem identidades fragmentadas, são actores de fronteira, ambíguos, híbridos – “entre o local e o global, o rural e o urbano, a tradição e a modernidade” (De Boeck e Honwana, 2000: 11), entre “o hegemónico e o subalterno, o centro e as periferias” (Nilan e Feixa, 2006: 2). No entanto, considera-se, neste trabalho que, apesar destas diferenças, da complexidade e da necessidade de analisar os contextos específicos em que se encontram, existem dinâmicas no domínio das representações, no domínio das condições de vida e no domínio das práticas sociais, que aproximam jovens tão distantes como os de Bissau e de San Salvador.

No domínio das representações, os jovens são vistos ora como problema, ora como panaceia (Comaroff e Comaroff, 2000), tanto no seio das sociedades em que vivem como nas considerações sobre estabilidade e segurança internacionais. No entanto, estas visões são duas faces da mesma moeda. Os jovens são vistos como um problema, sobretudo os que se integram numa larga maioria de margens sociais, não privilegiadas, porque associados à frustração, à agressividade, à impulsividade, à revolta, à manipulação, ao desvio e à delinquência e, por isso, transformados em “demónios populares” (Cohen, 2011). Esta representação constitui também, ela própria, uma forma de violência, no sentido do que afirmava Michel Wieviorka:

A violência não é somente um conjunto de práticas objetivas: ela é também uma representação, um predicado que, por exemplo, grupos, entre os mais abastados, atribuem eventualmente, e de maneira mais ou menos fantasmática, a outros grupos, geralmente entre os mais despossuídos (Wieviorka, 1997: 7).

Os jovens são, ao mesmo tempo, uma panaceia porque no seu controlo e/ou repressão reside, para muitos, a solução que permite a manutenção de uma ordem neoliberal e de uma paz negativa pouco transformadora (Rogers, 2010); mas são também, muitas vezes, depositários das esperanças de mudança no imaginário social, conotados com o sonho, o futuro, a esperança e as possibilidades em aberto, como alguns dos meus interlocutores em Bissau e em San Salvador também referiram quando pedia uma definição do que é ser jovem. Estas possibilidades em aberto, e as expectativas a elas associadas, revelam-se, porém, bastante diminutas na vida quotidiana.

Assim, no domínio das condições e do estatuto socioeconómico, cada vez mais jovens em todo o mundo partilham esta condição paradoxal de estarem ao mesmo tempo inseridos e serem afectados pelas operações do capitalismo global mas de essa inserção se fazer sobretudo por via da exclusão ou pelas vias informais, algumas delas ilegais (Wacquant, 2008:121; Jeffrey e Dyson, 2013); ao mesmo tempo que estão também excluídos de redes de protecção social dos Estados (Mbembe, 2013: 24), impedidos de ultrapassar longos processos de estagnação ou de suspensão social (Honwana, 2014: 19), e enfrentando cada vez mais o peso das incertezas nas suas vidas (Jeffrey e McDowell, 2004).

No domínio das práticas sociais, constroem-se identidades, culturas e expectativas comuns aos jovens, hibridadas com as práticas específicas de cada contexto em permanente mutação. De entre estas semelhanças são normalmente destacadas o papel do consumo como força homogeneizante, a força da produção cultural e dos seus símbolos globalizados, como o rap e o hip-hop, ou ainda as vivências e culturas de rua (Nilan e Feixa, 2006).

Os jovens surgem, aqui, não como uma categoria fixa, pré-definida ou um grupo homogéneo e inalterado ao longo tempo, mas associados à noção de geração. Segundo o trabalho fundador de Karl Mannheim sobre as gerações, ainda que estas não possam ser vistas como grupos sociais concretos⁷⁵, elas constituem uma localização social comum, à semelhança da posição de classe, baseada na evolução biológica mas não reduzida à mesma:

⁷⁵ Definido como a “união de um número de indivíduos através de laços desenvolvidos naturalmente ou conscientemente pretendidos” (Mannheim, 1998:165)

O facto de se pertencer à mesma classe e o facto de se pertencer à mesma geração ou grupo de idade têm em comum o seguinte: ambos dotam os indivíduos que os compõem de uma localização comum no processo social e histórico e, assim, também os limitam a um conjunto específico de experiências potenciais, predispondo-os para certos modos de pensamento e experiência específicos, e para um tipo característico de acção histórica relevante.⁷⁶ (Mannheim, 1998: 168).

Isto não significa que todas as pessoas de uma mesma geração tenham exactamente as mesmas experiências mas que têm o mesmo potencial de participação nos e de serem afectados por processos sociais e históricos comuns (Mannheim, 1998: 183). Mas esta localização social não é única e total; ela interage com outras formas de localização social (classe, cultura, género), assim como, em cada geração existem tanto potenciais de reprodução e como de resistência e transformação da ordem social⁷⁷.

Apesar das especificidades da cada contexto e da diversidade “de modos de vida dos jovens [...] dos seus infinitesimais mecanismos, das estratégias e táticas quotidianas” (Pais, 1990: 164) plurais, considero aqui a noção de geração, em relação com o posicionamento socioeconómico e sócio-geográfico, como algo que nos permite unir experiências, de algum modo semelhantes, de gerações consideradas supérfluas (Mbembe, 2013: 24), descartáveis (Giroux, 2003; Bauman, 2005), gerações que nascem e vivem em pleno neoliberalismo. Nestes casos concretos, em contextos onde os seus pais e avós viveram também o colonialismo, as ditaduras, as guerras e as revoluções.

Em contextos onde o autoritarismo, a desigualdade e a injustiça não desapareceram com as revoluções, esta condição, que não se restringe aos jovens de países menos ou não industrializados, acentua-se, porém, nas periferias, como a Guiné-Bissau ou El Salvador, tornados enclaves sociopolíticos de onde quase todos querem partir, embora muito poucos o consigam. A noção de enclave sociopolítico surge da confluência de duas ideias fundamentais. Em primeiro lugar, da ideia da juventude como um período cada vez mais longo e indeterminado, um período de espera alargado perante as impossibilidades de aquisição de existência social (Vigh, 2006; Honwana, 2014). Em segundo lugar, da acentuação destas condições em certos países e cidades, especialmente marcados pela precariedade, pelas dificuldades económicas permanentes e pela negligência política, quer

⁷⁶ Tradução livre da autora. No original: *The fact of belonging to the same class, and that of belonging to the same generation or age group, have this in common, that both endow the individuals sharing in them with a common location in the social and historical process, and thereby limit them to a specific range of potential experience, predisposing them for a certain characteristic mode of thought and experience, and a characteristic type of historically relevant action.*

⁷⁷ Para uma síntese e problematização das correntes teóricas dominantes na sociologia da juventude e nomeadamente do conceito de geração, ver Pais (1990) e ainda Feixa e Leccardi (2010).

de modo mais generalizado, como na Guiné-Bissau, quer de modo a promover largas franjas excluídas e marginalizadas, como em El Salvador.

Ao mesmo tempo, considero a noção de geração como um útil ponto de partida para cruzar com as diferentes experiências e representações da violência, nos seus contextos e enquadramentos históricos específicos. Estes contextos históricos específicos influenciam, também, o entendimento da política e os percursos de eventuais resistências à dominação e à violência estrutural. Influenciam eventualmente diferentes direcções da violência colectiva, em particular dos jovens.

A guerra é normalmente vista como a expressão máxima de dinâmicas de violência colectiva e a principal preocupação no período pós-guerra consiste geralmente em evitar o reacendimento desta violência colectiva directamente relacionada com as partes beligerantes – embora outras formas de violência visível tenham vindo a ganhar espaço nas análises sobre os problemas dos contextos pós-guerra. Charles Tilly define a violência colectiva como episódios que “infligem danos físicos em pessoas e/ou objectos”, que “envolvem pelo menos dois perpetradores” e que “resultam, pelo menos em parte, de uma coordenação entre as pessoas que levam a cabo esse dano”, ou seja, “é uma definição que exclui a acção puramente individual, danos não materiais, acidentes e efeitos indirectos e de longo prazo destes danos” e, embora assuma diferentes formas e não haja “leis universais” que a determinem, podem ser analisadas “causas similares em diferentes combinações e contextos” (Tilly, 2003:3-4). Em períodos de paz, várias formas de violência colectiva podem constituir uma preocupação, desde os grupos de *hooligans*, aos associados ao crime organizado, passando por movimentos e revoltas sociais e políticas.

Entre os actores mais visibilizados das múltiplas expressões da violência colectiva estão os gangs juvenis ou grupos armados cujas fileiras são maioritariamente constituídas por jovens do sexo masculino normalmente, mas nem sempre, com estatuto socioeconómico não-privilegiado. Estudos de referência indicam que os gangs são fenómenos quase universais e encontrados ao longo de diferentes períodos históricos, assumindo diversas expressões, actividades e níveis de institucionalização, assim como maior ou menor interpenetração com dinâmicas políticas e de transformação social (Thrasher, 1963; Hobsbawn, 1959; Hagedorn, 2008a).

Esta diversidade de configurações é frequentemente salientada: surgem tanto em contextos de guerra como de paz, têm expressões urbanas ou rurais, uns estão mais

relacionados com dinâmicas localizadas, outros assumem um carácter mais transnacional, assumem diferentes níveis de organização, institucionalização e enquadramento justificativo, e relacionam-se de forma heterogénea com diferentes actores políticos e económicos e com fluxos económicos legais e ilegais (Richards, 1996; Tilly, 2003; Rodgers, 2006; Hagedorn, 2005; 2008; Dowdney, 2005).

Há, no entanto, algumas características que parecem unir os gangs juvenis ou ‘gangs de rua’ urbanos: são grupos cujas características estão de alguma forma baseadas no controlo territorial (relacionado com alguma forma de acesso a recursos); na construção de uma identidade, através de senhas e símbolos próprios; no uso da violência como forma constitutiva de integração e reconhecimento; na passagem por rituais de iniciação e por provas constantes de coragem, valentia e lealdade e de obediência códigos de honra (Thrasher, 1963; Zaluar, 1997; Kynoch, 1999; Santacruz-Giralt, 2005; Salo, 2006). Aliás, muitas destas características poderiam aplicar-se aos exércitos, guerrilhas, e grupos mais associados com a violência legítima, enquanto estes se associam à ilegitimidade e à criminalidade.

Na verdade, não são só os grupos mas os jovens em si (e mais especificamente os jovens pobres do sexo masculino e, consoante o contexto, conotados com determinado grupo étnico ou cultural) e o seu potencial de violência que são muitas vezes temidos e representados como ameaças a conter e controlar. Uma das expressões mais difundida deste temor e desta representação consiste na teoria do *youth bulge*⁷⁸, cujas limitações foram já apontadas⁷⁹. Porém, esta representação não é nova nem está totalmente desligada da realidade. Isto é, os jovens há muito que são considerados como uma potencial ameaça em terrenos férteis para o recrutamento, nomeadamente para as lutas pela descolonização ou para as guerrilhas revolucionárias e sempre estiveram nas frentes de combate. E são também vistos como aqueles com maior potencial de inquietação, revolta e/ou descontrolo.

⁷⁸ Consiste na ideia de que uma elevada percentagem de jovens do sexo masculino – considerados os principais perpetradores de violência – na composição demográfica de uma sociedade, em particular nas zonas urbanas, leva a uma maior probabilidade de fenómenos de violência nomeadamente sob a forma de “conflito armado, terrorismo e motins” (Urdal, 2006: 608), tese presente em textos com grande difusão como o de Robert Kaplan (1994).

⁷⁹ Marc Sommers sintetiza algumas das falhas desta teoria: o facto de alguns estudos encontrarem uma correlação entre as duas variáveis não significa que exista uma relação de causalidade entre as mesmas; ignora-se que a “a maior parte dos jovens homens” nestes contextos “nunca estiveram envolvidos em violência” (Barker and Ricardo 2006: 181); os estudos não se baseiam em qualquer trabalho qualitativo, não investigam as experiências e percepções dos jovens nestes países (teoria conotada com o Sul global, de modo geral, e África em particular); ignora-se o papel de outros actores na organização da violência (Sommers, 2011).

Como escreveram Jean e John Comaroff, os jovens são “significantes complexos, simultaneamente idealizações e monstruosidades, patologias e panaceias” (Comaroff e Comaroff, 2000:92). Fora do espectro ocidental e industrializado, onde outros aspectos relacionados com os jovens são analisados, o tratamento do tema ‘juventude’ tem quase sempre estado associado a aspectos negativos e ‘problemáticos’ e ao seu potencial de violência e destabilização nos mais variados contextos, nomeadamente em África (Abbink, 2005: 2; Seekings, 2006) e na América Latina (Oettler, 2011).

Não creio, porém, que estudar o tema *jovens-e-violência* seja à partida sinónimo de tratar os jovens como grupo problemático. Não me parece que o medo dos estereótipos nos deva induzir pura e simplesmente a deixar de estudar a violência. Há, sim, que contextualizar as formas de reprodução social e política da violência, acentuando a ‘normalidade’⁸⁰ quer dos jovens que usam a violência, quer dos jovens que não a usam, evitando a lógica dos ‘casos positivos’ vs. ‘casos negativos’ e a individualização das causas da violência.

Em contextos urbanos e em países industrializados, as condições estruturais da formação de gangs e da criminalidade a estes associada são têm como pano de fundo a desigualdade e a exclusão sociais, o abandono pelo Estado de largas franjas da população e, mais especificamente, processos de violência urbana infra-estrutural (Koonings e Kruijt, 2004; Rodgers e O’Neill, 2012). São ainda vistos como resultado de discriminação e guetização racial e étnica e da integração informal das lógicas capitalistas (Hagedorn, 2008; Wacquant, 2008), ou ainda como espaços privilegiados de expressão de hipermasculinidades (Bourgois, 1996). Noutros contextos, o surgimento de grupos armados é visto como expressão de uma “crise de juventude” resultante de uma “crise do Estado patrimonial” (Richards, 1996: 34) e considera-se a revolta dos jovens (neste caso referente à guerra na Serra Leoa) como um resultado da crise da hierarquia e solidariedade patrimonial e do descontentamento dos jovens com a sua posição social – nomeadamente a possibilidade de obtenção de terra e mulheres e com a fuga ao trabalho escravo (Richards, 2004: 1-14) – e com os sistemas de redistribuição de recursos dominados pelos mais

⁸⁰ Segundo Seekings (2006:1), a tendência para a análise problemática dos jovens foi paralela à pouca produção sobre as vidas dos jovens ‘normais’. No entanto, refere que, cada vez mais, talvez esta tendência também “tenha aberto espaço para os investigadores estudarem os mundos quotidianos dos jovens normais, sem que isto signifique negligenciar os rápidos processos de mudança introduzidos pela urbanização, pela diluição das sociedades agrárias, pela expansão da educação, pelas mudanças nas relações de parentesco, pelas novas oportunidades económicas e pela globalização cultural”

velhos, revelando uma vontade de emancipação e reconfiguração da organização social (Richards, 1996; Fithen e Richards, 2005).

Existem, assim, várias formas de analisar a emergência de gangs e grupos armados. Algumas centram-se mais em questões estruturais e processos macrossociais (desigualdades, modelos de urbanização, discriminação e configurações políticas) (Koonings e Kuijt, 2004), outras adoptam perspectivas microssociais, procurando entender as condicionantes, as experiências e os percursos dos actores que se envolvem em grupos violentos (Vigh, 2006; Hoffman, 2006), e outros ainda centram-se nas dinâmicas de intermediação entre as condições estruturais e os percursos individuais, em termos de controlo e organização social e política da violência (Richards, 1996; Savenije e Van der Borgh). Briceño-Léon). Qualquer uma destas perspectivas oferece contributos valiosos para a compreensão das dinâmicas de reprodução da violência, sendo que, em particular as duas últimas, não se excluem necessariamente. Alguns autores tentam desenhar modelos integrados de análise que incluam as diferentes perspectivas. Briceño-León propõe um modelo sociológico baseado na sistematização de acordo com três dimensões de análise: a dimensão estrutural, factores que originam a violência; a dimensão mesosocial: factores que fomentam e não são estruturais, mais conjunturais; e a dimensão microssocial, nível individual factores que facilitam (Briceño-León, 2005: 1633). Já num outro contexto, não especificamente analisando os gangs mas a adesão das pessoas propósitos violentos colectivos, fala de uma combinação entre causas disposicionais, situacionais e sistémicas (Zimbardo, 2007:7). Procuo, nesta tese, fazer referência às diferentes dimensões e perspectivas, como aliás, já ficou patente nos pontos anteriores deste capítulo, no entanto, não procuro desenhar um “novo modelo” de entendimento sobre esta problemática. Pretendo centrar a minha reflexão em torno de quatro questões específicas.

Assim, em primeiro lugar, assumo como ponto de partida para a análise da adesão dos jovens a grupos ou dinâmicas violentos que esta é uma “violência-espelho”, tal como entendi a noção de violência do quotidiano. Isto é, ela surge como resultado de privações, sofrimento, frustração e violência institucional. Alguns sugerem ainda que a violência surge de uma desconexão entre expectativas e possibilidades na sociedade de consumo globalizada (Briceño-León, 2002). Há que considerar, porém, que uma eventual desconexão entre expectativas e possibilidades e a insatisfação dos jovens com o seu estatuto social, assim como a configuração da organização e do controlo social não levam

necessária e automaticamente à adopção de comportamentos violentos⁸¹; assim como não levam à adopção de comportamentos violentos por todos; ou tão pouco explicam por que este tipo de associações existe nuns contextos e não noutros. Outros referem-se à adesão dos jovens a estes grupos como resultado de uma busca de reconhecimento ou existência social, sendo transversal a ideia de que as privações ou frustrações não se fazem sentir apenas em termos económicos, de sobrevivência ou acumulação de recursos, mas também no plano social e simbólico (Bourgois, 1996; Kynoch, 1999; Glaser, 2000; Vigh, 2006). Os gangs oferecem estatuto, poder e respeito a quem se sente (ou foi) excluído, marginalizado, desvalorizado ou violentado, mas também oferecem outras tantas vezes a diversão, a adrenalina, a liberdade da rua e das drogas e todas estas motivações são associadas à procura de respeito e valorização, num contexto de discriminação ou desvalorização colectiva. Muitas vezes num contexto onde impera a “maldição de ser pobre no seio de uma sociedade abastada” e onde o “consumo se tornou condição *sine qua non* da dignidade social” (Wacquant, 2008:30). No entanto, embora emergjam, muitas vezes, como forma de contornar o controlo social, tornam-se também eles formas de controlo e de exercício do poder e da violência que reproduzem as desigualdades (Rodgers, 2004). Uma dimensão ainda com pouca visibilidade diz respeito à participação das raparigas nos grupos violentos e em acções violentas, estando-lhes quase sempre reservado, nos estudos e nos *media*, o papel de vítima ou de acompanhante, sem vontade própria (Moura, 2010). Fundamentalmente a questão “o que leva as pessoas (neste caso, jovens) a mobilizar-se ou a não se mobilizarem violentamente” não tem uma resposta simples ou universal. A complexidade da conjugação de factores, assim como a imprevisibilidade da acção humana e da interacção social, faz com que, ao falar de causas ou factores que conduzem à violência colectiva, estejamos sempre no domínio da probabilidade e não da certeza. Assim, mais do que uma relação causa-efeito, pretendo avançar com uma leitura alternativa das motivações, experiências e consequências da mobilização e da violência.

Em segundo lugar, porém, há que precisar que estes grupos, que alguns autores designam como “organizações de integração perversa” (Zaluar, 2004), como um tipo de seitas (Richards, 2006) ou como associações centradas na reprodução de “rituais violentos” (Tilly, 2003), não se caracterizam exclusivamente pelo uso da violência, embora ela seja

⁸¹ A relação entre desigualdades e violência não é automática, como vimos e como atestam outros estudos, e está mais relacionada com o tipo de desigualdade do que com a sua amplitude (Cramer, 2003).

comum. O grau de extensão da violência depende, muitas vezes, do tipo de organização ou institucionalização. Se, em alguns casos, os gangs se aproximam mais a subculturas juvenis, associados à pequena delinquência (Nilan e Feixa, 2006), noutros encontram-se mais institucionalizados e associados a redes de crime organizado (Hagedorn, 2005). Mas, sobretudo, pretendo analisar os gangs à luz das suas expressões e significados políticos menos visíveis.

Em terceiro lugar, é importante frisar que “compreender o ponto de partida não permite compreender o ponto de chegada, nem a trajectória”, como nos diz Michel Wieviorka (2004: 41-42). Isto significa que, perante a abundância de estudos focados nas causas da violência, começa a ser cada vez mais premente perceber mais sobre a trajectória e o ponto de chegada. Isto significa colocar-se outras questões. Em primeiro lugar, por que e como se mantêm estes grupos? Por que assistimos, por vezes a um recrudescimento da violência e a uma transformação das características dos grupos? e qual o papel de actores formais locais e internacionais nestes processos?

Em quarto lugar, por outro lado, o protagonismo problemático dos jovens não tem necessariamente uma expressão real: a maior parte dos jovens que são vítimas da crise económica e social prolongada no mundo não recorre à violência como forma de superação desse estatuto, a não ser que essa violência seja organizada para algum propósito (Richards, 2005: 4), seja a guerra ou uma actividade envolvendo elevado risco, como o tráfico de drogas ou armas. Mesmo em países ou zonas urbanas onde a criminalidade é elevada, é normalmente uma pequena franja da sociedade e da juventude que acaba por se envolver em actividades violentas (Zaluar, 2004; Jutersonke *et al.*, 2009). Importa, assim, perceber por que razões, em determinados contextos, aparentemente favoráveis à sua proliferação, estes grupos não surgem ou surgem de forma esporádica como fenómenos efémeros.

3.5. Percursos complexos: reprodução, resiliência e resistência

Como vimos até agora, a violência é plural, e também as suas lógicas, o que significa que é necessário partir de um pressuposto essencial: o da diversidade, complexidade e não linearidade dos percursos concretos dos actores, quer enquanto

perpetradores, quer enquanto vítimas de violência. Proponho, aqui, alguns pontos de referência para a análise dos estudos de caso.

Em primeiro lugar, reconhecendo que o sofrimento, o desespero e o descontentamento podem ser fermento de violência, é necessário também perceber que, provavelmente na maior parte das vezes, não o são: “a violência está presente em cada um de nós tal como o seu oposto – a rejeição da violência” (Scheper-Hughes e Bourgois, 2004: 2). Isto leva-nos a indagar quais os percursos e as formas de indivíduos e grupos viverem ou sobreviverem às, entre e através das múltiplas violências comuns e excepcionais, visíveis e invisíveis que os afectam. Estes percursos não são, mais uma vez, exclusivos, opostos e lineares: a violência convive com a não-violência e as possibilidades de rejeição da violência não são sempre as mesmas em qualquer circunstância para toda a gente.

Em segundo lugar, uma das vias da compreensão da não-violência ou não reacção à violência invisível foi a explorada anteriormente com a noção de *méconnaissance* e de ajustamento das expectativas às possibilidades: significa que a violência simbólica pode ser tão eficaz que é possível controlar o surgimento de várias expressões de violências directas. Mesmo que reconhecida enquanto tal, a violência infligida pela dominação, pelo desespero, pelas privações e pelas impossibilidades pode antes levar a alguma letargia, à consolidação de ordens sociais e políticas baseadas na sobrevivência do dia-a-dia através de mecanismos de gestão da escassez que não contemplem a violência (Kirmayer, 2004).

Ao mesmo tempo, é necessário ter em conta não apenas a vulnerabilidade de determinados grupos e indivíduos mas também a sua capacidade de resiliência, já que a “natureza humana é tanto frágil como resiliente” (Scheper-Hughes, 2008: 42). Em contextos onde as “crises se tornam permanentes” e os traumas “são repetidos”, o modelo generalizado de análise das consequências da violência com base no modelo clínico (e individualizado) do Transtorno de *Stress* Pós-traumático não faz sentido, defende Scheper-Hughes (2008, 36-37). Pelo contrário, a autora encontra no seu trabalho no Brasil e África do Sul, diversas “tácticas de resiliência” através das quais as pessoas respondem, atribuem significado e sobrevivem a eventos e processos traumáticos⁸². A resiliência pode ser ainda encarada, não apenas como uma capacidade dos indivíduos mas também de grupos ou

⁸² Entre os quais, formas de normalização e aceitação da morte; o encarar a sobrevivência como forma de prolongar a memória dos que partiram; atribuir um significado sagrado ou político à sua experiência (recusando a sua representação como meras vítimas); as lógicas de “desenrascanço” e instrumentalização entre as quais o sexo transaccional ou o humor negro (Scheper-Hughes, 2008: 42-50).

sociedade, capacidade de ultrapassar ou adaptar-se às adversidades ou choques que ponham em causa a sua sobrevivência, os seus modos de vida, a ordem social (cf. Temudo e Schiefer, 2003).

Por último, se, por um lado, as perspectivas sobre violência antes apresentadas pretendem ir contra a lógica de culpabilização das vítimas, por outro lado, estas desconstroem também a divisão estanque entre vítima e perpetrador e colocam a tónica nos condicionamentos impostos à acção mas também nas possibilidades de manobra dos indivíduos. Como afirmam Robben e Nordstorm:

Para demasiadas pessoas por todo o mundo, a violência é uma realidade demasiadamente humana. Tal inclui vítimas de violência mas também os seus autores, eles próprios apanhados na espiral de conflitos que as suas acções colocaram em movimento mas que já são incapazes de controlar [...] o quotidiano da guerra é uma corrente inacabável de preocupações sobre a próxima refeição, o próximo passo, a próxima investida. A iminência da acção caracteriza não apenas a guerra mas qualquer forma de violência. Existem poucas receitas sociais sobre como lidar e sobreviver em situações violentas.⁸³ (Robben e Nordstorm, 1995:3)

Assim, mais importante do que identificar relações causa-efeito, é fundamental perceber como os actores sociais se movem (navegam) em contextos de violência e adversidade (terrenos instáveis e em permanente mutação) (Vigh, 2006), assumindo tanto papéis de vítimas, como de perpetradores de violência, numa complexa interacção entre escolhas, possibilidades e constrangimentos; como os indivíduos marginalizados, subordinados, nas margens podem ser “agentes activos que alternadamente usam diferentes tácticas nas suas tentativas de lidar com os desafios e explorar as oportunidades produzidas” (Utas, 2005: 406) pela violência, pela marginalização, pela crise permanente.

Vários autores (Bayart, 1981; Honwana, 2000; Utas, 2005) utilizam a diferenciação entre táctica e estratégia avançada por Michel de Certeau para caracterizar as acções e cálculos que os grupos subordinados utilizam para gerir as circunstâncias que lhes são impostas, as quais são mobilizadas dentro do espaço ‘inimigo’, as tácticas; por oposição às estratégias que são cálculos (ou manipulações) que relevam de agentes de poder, capazes de gerar espaços próprios e relações face a alvos e ameaças exteriores (de Certeau, 1990: 67-63). No fundo, trata-se de tentar perceber como encontram as suas próprias formas de

⁸³ Tradução livre da autora. No original: *For too many people everywhere in the world, violence is an all too human reality. This includes the victims of violence but also the perpetrators who themselves are caught in spiralling conflicts that their actions have set in motion but that they can no longer control (...) the everydayness of war is a never ending stream of worries about the next meal, the next move, and the next assault. The immediacy of action characterizes not only war but any form of violence. There are few social prescriptions on how to cope and survive in violent situations.*

lidar com ou ultrapassar os obstáculos que lhes são impostos por ordens sociais, dinâmicas sociais e instituições (injustas, desiguais, hierárquicas, violentas); entender quais as expressões da sua agência táctica, isto é, “quais as respostas dos indivíduos no curto-prazo em relação à estrutura social”, sendo a agência “não algo que se possui ou não, mas antes algo que se mantém em relação ao um campo social e que está dependente de situações específicas”, e que não exclui a concomitância com a vitimização ou a vitimização como táctica de representação⁸⁴ (Utas, 2005: 407).

No entanto, uma abordagem centrada na “agência” de grupos desfavorecidos, marginalizados ou “sem poder”, tem também sido objecto de críticas. Segundo Patrick Chabal, as abordagens cada vez mais populares que enfatizam a centralidade do conceito de agência correm o risco de se tornar “a nova ortodoxia” dos nossos tempos (Chabal, 2009: 7-11). Segundo este autor, o conceito que “é normalmente entendido como acção dirigida, intencional e auto-reflexiva”, “surge de um longo e antigo debate acerca da respectiva importância da estrutura e do indivíduo” (Chabal, 2009: 7) e tem as suas vantagens, como já vimos, mas corre também alguns riscos devido à sua ambiguidade. O facto de ter sido apropriado pelos discursos desenvolvimentista e neo-liberal, colocando a responsabilização pelo subdesenvolvimento e pela insegurança ao nível dos indivíduos, constitui um desses riscos. Também Catherine Mackinnon aponta para os perigos das abordagens que se centram na agência como o ‘poder’ dos sem poder poderem negligenciar as formas como a dominação é operada e do sofrimento causado pela violência concreta (Mackinnon, 2000: 701-702). No entanto, a maioria dos autores está consciente desta potencial cooptação.

Henrik Vigh desenvolve ainda o conceito de navegação social⁸⁵, analisando como os jovens se movem em contextos de adversidade e acabam por ser forçados ou optarem por encontrar formas de sobreviver a uma “moratória social” e a um lugar social “confinado” (Vigh, 2006: 89; 112), recorrendo, se necessário a “escolhas radicais” (Vigh, 2006: 112), isto é, à utilização da violência e a participação em conflitos

⁸⁴ Para conciliar vitimação e agência, Mats Utas elabora o conceito de *victimcy* “como uma forma de auto-representação através da qual a agência pode ser exercida sob circunstâncias incertas e inibidoras (...) para descrever a agência da auto-representação como uma vítima (...) e como é utilizada como uma táctica entre outras” (Utas, 2005:408).

⁸⁵ Para Henrik Vigh, navegação social não é sinónimo de agência mas antes a interface entre agência e as forças sociais (Vigh, 2006: 12-15).

Resiliência, agência e navegação social, tal como utilizados na literatura aqui apresentada, não dizem respeito à possibilidade de revolta e/ou transformação social consciente mas apenas à forma de contornar ou viver através ou apesar das ordens sociais. A maior parte dos autores aqui citados (Farmer, Bourdieu, Bourgois, Wacquant) desconfia abertamente do conceito de resistência, conotado com a manipulação ideológica dos dominados e a romantização da sua acção e potencial libertador, ocultando a reprodução da violência e da dominação pelos dominados (Bourgois, 2001;2002;2009).

A ideia de resistência é problemática porque nos remete para a sua relação com o poder, a política e a violência.

Foucault sugere que existem diversas formas através das quais é possível resistir ao exercício do poder e defende que a resistência se desenvolve paralelamente ao poder uma vez que assim que surge uma relação de poder, existe sempre uma possibilidade de resistência. Não se trata de uma oposição binária entre poder e resistência mas da sua permanente coexistência e mutação no espaço e no tempo. Existe sempre a possibilidade de resistência independentemente da intensidade da opressão exercida. A uma microfísica do poder soma-se uma microfísica das resistências. Isto significa que não se trata de analisar formas e lugares de resistência pura e inequívoca – se é que sequer existem – mas antes de analisar “pontos, nós”, lugares de micro-resistências que surgem e se desvanecem ao mesmo tempo que se (re)produzem novos poderes e dominações:

[Resistências] possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, concertadas [planeadas], rasteiras, violentas, irreconciliáveis, sem hesitações para transigir, interessadas ou sacrificiais [que] não podem existir se não no campo estratégico das relações de poder⁸⁶. (Foucault, 1976: 126).

Ao mesmo tempo, as possibilidades de resistência são limitadas pelo condicionamento económico e político das margens e da sua sobrevivência, as formas de resistência são, muitas vezes, dissimuladas, não baseadas no confronto, e implicam mais formas de desconexão, afastamento, subversão face ao poder, o que é, muitas vezes, confundido com passividade e alienação, mas que são expressões de “infra-política” do quotidiano (Scott, 1985; 2009).

⁸⁶ Tradução livre da autora. No original: (...) *possibles, nécessaires, improbables, spontanées, sauvages, solitaires, concertées, rampantes, violentes, irréconciliables, prompts à la transaction, intéressées ou sacrificielles [...] ne peuvent exister que dans le champ stratégique des relations de pouvoir.*

A ideia de resistência é ainda mais criticada quando associada a contornos violentos e visto como não políticos. A perspectiva de que a violência tem um carácter ou potencial transformador, libertador, criativo e produtivo apenas camuflaria as muitas outras formas de violência, reproduzidas por movimentos anti-coloniais, guerrilhas, etc. Este pensamento e estas práticas associados à violência baseiam-se no princípio de que a “violência não é verdadeiramente uma escolha mas antes um constrangimento/obrigação” (Balibar, 2009a:121). Assume-se que, perante a violência institucionalizada e normalizada que só cede perante uma violência maior, todos os meios são justificados (Fanon, 2004: 23). Trata-se, assim, de uma justificação da violência (e da guerra) mas não necessariamente alheia ao potencial mimético da violência, isto é, à reprodução da violência pelos oprimidos (Fanon, 2004) e pelos libertadores/libertados (Scheper-Hughes e Bourgois, 2004: 1;18). De acordo com Balibar “o problema principal que subjaz a uma visão teológica e filosófica marxista de conversão da violência em justiça não está tanto na escolha entre reforma e revolução, mas antes em como ‘civilizar a revolução’, problema este que determina também a possibilidade de civilizar a política e o Estado” (Balibar, 2009a: 100).

É como reacção a este tipo de justificação da violência (e não só) que Arendt (1970) se dedica a uma reflexão na qual critica a ideia de que a violência possa criar poder, uma vez que, considera, esta é precisamente a antítese do mesmo, a revelação da ausência de poder. Ao contrário do poder, não se aplica à violência a noção de legitimidade, uma vez que esta é um meio e não um fim em si; pode, no entanto ser justificada (dependendo do seu fim). Arendt adverte ainda: “a violência não promove causas, nem a história ou a revolução, nem o progresso nem reacção; mas pode servir para representar as injustiças (*grievances*) e dar-lhes atenção”; deste modo, reconhece que “pedir o impossível para conseguir o possível nem sempre é contraproducente” mas “ a violência, ao contrário do que os seus profetas defendem, é mais a arma da reforma do que da revolução” e corre-se assim o risco de “introduzir a prática da violência do corpo político” (Arendt, 1970: 79-80). No entanto, considero que, ainda que a violência gere mais violência e que a violência “bem intencionada” degenera em mais dominação, as aspirações e as motivações primeiras dos indivíduos devem ser lidas a partir do seu contexto e não do processo que se desenrolou posteriormente (cf. Deleuze, 1988).

Existe uma necessidade de repensar uma definição demasiado restrita e *a priori* de certas dinâmicas de violência como violência não-política ou apolítica. Devemos ter em conta que o facto de não se conseguir ver o significado na violência, não significa que este não exista (Hoffman, 2006). Isto significa que o que se considera não-ideológico não é necessariamente sem sentido ou sem significado. Embora este significado possa não ser politicamente articulado, ele é socialmente situado (Vigh, 2006: 28), tem origem em configurações políticas específicas (Scheper-Hughes, 1997) e tem impactos na reconfiguração da ordem sociopolítica, gerando, muitas vezes, formas de soberania social, para além do Estado (Rodgers, 2004). Ao mesmo tempo, a violência pode ser vista como uma das formas da busca de reconhecimento enquanto actor político, ainda que de forma confusa e sujeita a múltiplas interpretações, isto é, como uma forma de discurso, de articulação e como uma forma de política que aqueles normalmente silenciados utilizam para se fazerem notar (Hoffman 2006: 3-7; Enloe, 1996). Isto não significa, por exemplo, analisar a violência dos gangs de forma e equivalente à da guerrilha, como veremos, significa abrir espaço para analisá-la, pelo menos, como uma violência híbrida, ao mesmo tempo política e criminal (Briscoe, 2013).

Reconhecendo, assim, as dificuldades do conceito de resistência, parece-me, porém, que ele não deve ser totalmente descartado mas antes enquadrado, isto é, não utilizado de forma a produzir uma espécie de “*feel good ethnography*”⁸⁷ ou numa lógica de redenção teleológica da humanidade (Mitchell, 2007) – mas antes investigando as dinâmicas e as possibilidades não apenas de resiliência e navegação mas também de resistência às violências invisíveis e à dominação, sejam estas violentas ou não, sejam estas duráveis ou não e sem esquecer as contradições inerentes que associam resistência com a criação de novas relações de dominação; analisando os fragmentos de resistência que existem na reprodução à semelhança dos fragmentos de guerra que existem na paz (Sylvester, 2011).

Como foi sendo apontado, a ideia de reprodução das violências coloca-nos perante desafios complexos. A violência gera sempre violência? A violência estrutural produz sempre violência directa? É impossível escapar à violência? Como se explicam as diferenças de percursos individuais e colectivos face à violência invisível? E como é que indivíduos, grupos, sociedades vivem ou sobrevivem com, através e entre violências,

⁸⁷ Estudos que exaltam sempre os casos positivos e de sucesso e a possibilidade de superação das condições adversas (Bourgois, 2009: 229)

nomeadamente a violência da guerra? Reflectindo sobre estas perguntas, tentarei traçar os (sinuosos e não lineares) percursos nos diferentes estudos de caso.

Se a relação entre violências visíveis parece, algumas vezes, óbvia ou elementar (por exemplo, a violência como auto-defesa ou a replicação da violência íntima ou familiar por quem a sofreu), o mesmo não é garantido para a relação entre violências invisíveis e visíveis. Retomando a noção da caixa de Pandora, é necessário ter em conta as infinitas expressões, combinações, relações entre violências (Bourgois, 2009). A dominação, marginalização, exploração e o sofrimento não produzem automaticamente reacções ou reproduções violentas por parte de quem as sofre; nem as eventuais reacções à desconexão entre expectativas e possibilidades seriam as mesmas em todos os contextos ou para todos os grupos e indivíduos.

As expressões de violência visível e interpessoal variam entre individuais e colectivas, assim como “no grau de coordenação e na extensão do dano causado” (Tilly, 2003:13-15), têm lógicas internas (individuais ou colectivas) distintas e obedecem a diferentes ideologias e motivações. Além disso, na sua dimensão colectiva, têm durações distintas e diferentes graus de adesão. Isto significa que a análise da violência dos gangs juvenis, das milícias ou de grupos de vigilantes, de grupos de crime organizado, de grupos racistas, da violência sexuada, da violência doméstica, de protestos e movimentos sociais, sendo condicionada por contextos muitas vezes partilhados de violência estrutural não é intermediada pelas mesmas dinâmicas sociais, culturais, políticas ou institucionais. Não são intermediadas pelas mesmas configurações sociopolíticas – formas de colonialismo interno e externo, formas de controlo social institucionalizado ou não ou autoritarismo, por exemplo –, pelas mesmas representações culturais ou, até, pela mesma memória histórica (Binford, 2002).

A violência reproduz-se, como vimos, na intermediação entre a ordem social e os actores. Por isso, falar de um triângulo das violências ou do *continuum* de violências pode ser um ponto de partida para a reflexão mas esta necessita sempre de ser situada através de representações, discursos, percepções individuais e colectivas, assim como nas práticas e políticas sociais, económicas e institucionais. Estudar aqueles considerados “os mais vulneráveis a tornarem-se vítimas e perpetradores de violência” (Bourgois, 2009:37) significa ainda ter em conta a heterogeneidade e a desigual distribuição da violência nas margens, tendo em conta o estatuto social, económico, mas também o sexo ou a idade, por

exemplo (Bourgois, 2009: 28). Significa poder reconhecer e interpretar representações e práticas de “violência, libertação [reação] e opressão” em coexistência (Bourgois, 2002:226) e não como processos ‘puros’ e unívocos.

Capítulo 4 – El Salvador e a genealogia das violências: mundos em mutação e gerações de revolta

Introdução

A violência convertia tudo em destruição e morte porque tais são os despropósitos daquela ruptura da plenitude tranquila que acompanha o primado da lei⁸⁸. (Comisión de la Verdad, 1993: 124).

(...) o uso do terror está profundamente enraizado na história Salvadorenha desde os dias da conquista espanhola, através do massacre repetido dos rebeldes indígenas e mais tarde dos revolucionários de esquerda, continuando com o estabelecimento dos esquadrões da morte nos anos 1960 com fundos da Aliança para o Progresso dos EUA e culminando nos anos 1990 com listas de morte computadorizadas, fornecidas por conselheiros militares norte-americanos, dólares e equipamento⁸⁹. (Bourgois, 2002: 226).

Ao contrário do que afirmava a Comissão de Verdade sobre as potencialidades estabilizadoras do “primado da lei”, cerca de vinte anos após o final do conflito armado (1980-1992), El Salvador era considerado um dos países mais violentos do mundo (Geneva Declaration, 2011: 53). Esta expressividade da violência é frequentemente atribuída às actividades dos gangs, conhecidos como *maras* ou *pandillas*, e falar de *maras* e *pandillas* em El Salvador – e na América Central – tornou-se quase sinónimo de falar da Mara Salvatrucha (MS13) e do Barrio Dieciocho ou Eighteen Street (B18)⁹⁰, gangs que se estabeleceram em El Salvador no final dos anos 1980, inícios de 1990, e sobre os quais me alongarei mais à frente. Para já, pretendo chamar a atenção para o seguinte: na verdade, a afirmação inicial retirada do Relatório da Comissão de Verdade não ignorava apenas o futuro da violência mas também o seu passado. Como salienta Bourgois, na contrastante citação inicial, a história do país não parece revelar uma plenitude tranquila mas antes a recorrência do terror. Procuro, assim, salientar similaridades entre causas, manifestações e representações de violência nos períodos de guerra e nos períodos pré e pós-guerra, ao mesmo tempo que analiso as suas especificidades.

⁸⁸ Tradução livre da autora. No original: *La violencia todo lo convertía en destrucción y muerte, porque tales son los despropósitos de aquella ruptura de la plenitud tranquila que acompaña el imperio de la ley.*

⁸⁹ Tradução livre da autora. No original: (...) *the use of terror is deeply engrained in Salvadoran history from the days of the Spanish conquest through the repeated massacre of indigenous rebels and later leftist revolutionaries, continuing with the establishment of death squads in the 1960s with US Alliance for Progress funds and culminating in the 1990s with computerized death lists facilitated by US military advisors, dollars and equipment.*

⁹⁰ Segundo as autoridades, contam com cerca de 16 mil membros em El Salvador, sendo 62% da MS13 e 38% do B18 (Savenije, 2009: 6).

Algumas destas similaridades estão relacionadas com a posição periférica de El Salvador no sistema-mundo. Segundo Alastair White, esta posição não é recente, ela inscreve-se antes num longo período histórico: verificou-se em relação às “grandes civilizações pré-colombianas”, assim como, depois, no seio do “império espanhol” (White (2001: 16-17)⁹¹. Esta condição periférica, e mais concretamente a sua relação com os Estados Unidos da América (EUA), influenciou, como veremos, a história de violência directa, de repressão e de resistência, de guerra e de paz em El Salvador. Destacarei, por isso, alguns pontos de contacto entre os picos de utilização da violência e dinâmicas e acontecimentos económicos e políticos extra-nacionais.

No entanto, esta influência não explica tudo, como bem afirmou James Dunkerley,

A política centro-americana não pode ser devidamente entendida como uma simples reflexão do poder norte-americano. No entanto, também não é possível entender as questões regionais sem uma referência clara às políticas de Washington, independentemente de quão secretamente tenham sido formuladas ou desajeitadamente tenham sido implementadas.⁹²(Dunkerley, 1993: 22).

Para entender os percursos de violência antes, durante e após a guerra que estalou no final do século XX, é necessário ter em conta, em primeiro lugar, as dinâmicas de construção do Estado e do sistema político e económico e especificamente a evolução da política interna em relação às margens sociais; isto é, a forma como diferentes grupos vão ganhando ou perdendo poder, transformando a ordem social e originando novas reivindicações ou novas cumplicidades e consentimentos.

A adesão à violência por parte daqueles e daquelas que constituem as margens sociais e políticas e a constituição de diferentes grupos que usam a violência para os mais variados fins são produtos de ordens económicas e políticas específicas e espelham, na maior parte das vezes, as formas como a violência estrutural e a repressão operam nas margens sociais. Isto significa, como tinha referido, que os gangs são “um velho problema num mundo novo” (Wacquant, 2008: 13).

⁹¹ A este respeito nota o autor que, em 1770, não havia uma única escola em San Salvador, estando as universidades mais próximas situadas na Guatemala e na Nicarágua, tal como não havia jornais distribuídos; e só em 1785 San Salvador teve “direito” à presença de um funcionário imperial de elevado nível, um intendente, continuando, no entanto, a dependência em relação à Guatemala, a qual desagradava cada vez mais aos fazendeiros e às elites locais, produtoras de índigo (corante têxtil), já que todo o comércio tinha que passar pelos comerciantes monopolistas na Guatemala (White, 2001: 52-54).

⁹² Tradução livre da autora. No original: *Central American politics cannot be properly understood as a simple reflection of US power. Yet neither is it possible to comprehend regional affairs without close reference to Washington's policies, however secretly these may be formulated or clumsy their implementation..*

Neste capítulo, traçarei um retrato de diferentes mundos, de diferentes contextos históricos e dos lugares das margens, desde o século XIX. Se as elites, internas e externas, vão alterando as suas estratégias de poder e controlo; também as margens sociais e políticas vão adaptando as suas tácticas de sobrevivência, de adaptação ou de contestação e resistência. Pretendo frisar que em cada um destes mundos existem diferentes possibilidades de afirmação e existência social assim como diferentes formas de organização e incentivo à violência por parte das margens, nomeadamente dos jovens – às quais, aliás, nem todos aderem.

Ainda assim, podemos falar de diferentes gerações de revolta, gerações estas constituídas tanto pelos corpos revoltosos, como pelas narrativas que fazem reviver os seus espíritos, presentes no imaginário colectivo e utilizadas de forma contrastante por diferentes actores. A produção da violência opera tanto no domínio do real como do imaginado, constituindo-se as margens como ameaças ao *status quo* que é necessário controlar ou reprimir.

4.1. Liberalismo, democracia *cafetalera* e governos militares: controlando e reprimindo o espectro índio e comunista

O imediato período pós-independência⁹³, que vai de 1821 a 1871, é normalmente caracterizado, do ponto de vista político, económico e institucional, como um período de lutas e conflitos entre liberais e conservadores⁹⁴, tendo-se saldado por uma presença mais constante no poder dos primeiros (González, 2002: 29-30). A partir de 1871, consolida-se o domínio dos princípios liberais, lançando-se as bases para a organização económica e política do poder, que se manteria até à década de 1920, período também conhecido como

⁹³ A independência da América Central como um todo data de 1821 mas a data que marca a independência de El Salvador é 1838.

⁹⁴ As diferenças entre uns e outros consistiam em três eixos fundamentais: i) os privilégios e o peso da Igreja no Estado, sendo os liberais a favor da divisão de poderes e da submissão do poder religioso ao civil e os conservadores favoráveis a uma unidade indissolúvel dos interesses da nação e dos clericais; ii) a realização de eleições e o voto popular, defendida pelos liberais, contra a primazia da tradição e da hereditariedade do poder político defendidos pelos conservadores; iii) o tipo e função das propriedades agrícolas: embora ambos concordassem no grande valor da terra como garantia de riqueza, diferiam na abordagem, para os conservadores, o tamanho da propriedade, independentemente das actividades produtivas, era proporcional ao poder do seu proprietário, para os liberais, a terra tinha valor enquanto espaço de produção e de geração de rendimentos para a fazenda pública, não tendo sentido a existência de grandes espaços senhoriais não produtivos (González, 2002: 29-30).

a época da reforma liberal, (White, 2001: 103; Mahoney, 2001: 228). Estas reformas podem ser resumidas em três pontos essenciais.

Em primeiro lugar, a propriedade da terra era a principal fonte de riqueza e de estatuto. Progressivamente foi sendo introduzida a cultura do café e mantida uma economia baseada na grande exportação agrícola⁹⁵, o café tornou-se o eixo central da distribuição do poder económico e político; foram criadas leis contra a vagabundagem ou ociosidade para garantir que a população rural fosse forçada a trabalhar para os proprietários agrícolas por salários muito baixos, ao mesmo tempo que foram eliminadas as terras comunais através de um programa de privatização da terra (White, 2001:104; González, 2002:31). Mahoney, comparando as reformas liberais levadas a cabo nesta época nos vários países da América Central, define as políticas levadas a cabo em El Salvador (e na Guatemala) como relevando de um liberalismo radical, por oposição ao liberalismo reformista (Costa Rica) e ao liberalismo frustrado (Nicarágua e Honduras). Este teria desarticulado “as estruturas comunais de propriedade da terra”, promovido “uma rápida expansão agrária capitalista” e ameaçado “directamente a sobrevivência de longo-prazo das comunidades camponesas e dos pequenos produtores”; o autor defende ainda que estas divergências explicam em larga medida as diferentes evoluções dos regimes políticos que se desenvolveram no século XX em cada um dos países (Mahoney, 2001: 222;228).

Em segundo lugar, a formação do Estado liberal significou a formação de um Estado mínimo, regendo-se pelos princípios do “*laissez-faire, laissez-passer*” e da não intervenção do Estado no domínio económico, tendo como modelo o desenvolvimento económico da Grã-Bretanha (principal aliada comercial até 1913), esperando-se que o desenvolvimento manufactureiro surgisse espontaneamente do livre mercado (o que não veio a acontecer, mantendo-se o país dependente das exportações agrícolas ainda durante a grande parte do século XX) (White, 2001: 110-112). No entanto, os interesses das elites proprietárias eram garantidos pela ocupação da Presidência e do Governo, de forma mais consistente a partir de 1886, com a constituição do que foi chamada uma “democracia *cafetalera*” (González, 2002:30-33). Apesar da instituição do voto, as eleições eram frequentemente falseadas e as “escolhas” não incluíam indivíduos fora da oligarquia; do ponto de vista social, as reformas foram mínimas, com a excepção, entre 1894 e 1911, da

⁹⁵ No entanto, segundo Lauria-Santiago (1999), só na década de 20-30 do século XX o sistema económico e político assumiu realmente o carácter oligárquico, *cafetalero*, repressivo e orientado para exportação, e não antes, verificando-se alguma autonomia camponesa na gestão da terra.

ampliação do sistema de escolas públicas (mas apenas primárias “porque não era aconselhável educar as massas para além disso”), de acesso à saúde e umas poucas obras públicas (White, 2001: 111).

Em terceiro lugar, sempre existiram movimentos, acções, formas de resistência, quase sempre aplacadas de forma brutal (White, 2001: 84-87). Ao longo do século XIX ocorreram algumas rebeliões, com destaque para aquela liderada por Anastasio Aquino, em 1833, motivada pelo pagamento de tributo e pelo recrutamento forçado da população índia. A exposição pública da cabeça de Aquino foi uma das demonstrações de violência extrema do poder, as quais não cessariam ao longo do século XX. Também no final do século XIX, o confisco das terras comunais deu azo a várias revoltas de camponeses (1880, 1885, 1898), que incluíam o corte das mãos aos juízes que decidiam sobre a divisão e privatização das terras (Lauria-Santiago, 1999: 497). Vários autores chamam a atenção para a necessidade de matizar a narrativa dominante que coloca as revoltas como resposta à privatização das terras sem ter em conta a política local e as próprias divisões dentro das comunidades indígenas (Lauria-Santiago, 1999; Ching e Tilley, 1998).

Ainda como consequência destas turbulências, foram sendo criadas as instituições repressivas do Estado - *Guardia Civil* em 1867 e *Guardia Nacional* em 1912 - de modo a garantir a protecção dos “interesses dominantes face aos cidadãos e não dos cidadãos face aos delitos”, nomeadamente as reformas de privatização da terra (Costa, 1999: 30-31). De acordo com Mahoney: “os líderes ascendiam ou caíam em função do seu sucesso em constituir aparatos militares e burocráticos capazes de vencer inimigos e mobilizar seguidores” (Mahoney, 2001: 233).

Com a expansão económica e o processo de urbanização, também no contexto urbano (do final do século XIX até à terceira década do século XX) foram sendo tecidas complexas teias de controlo das margens que incluíam a acção de um conjunto de instituições policiais, de reclusão, médicas ou educativas, as quais, agindo em nome da caridade como da repressão procuravam controlar “*vagos, pordioseros y prostitutas*”, com a cumplicidade e consentimento dos “trabalhadores decentes” (Alvarenga, 1997: 4-5).

Estes processos de construção do Estado salvadorenho desenrolaram-se durante um período de disputa da hegemonia regional pós-independências, entre a Grã-Bretanha e os EUA, na qual a América Central jogou um papel importante. As duas potências desenvolveram estratégias que influenciaram os processos económicos e políticos da

região, nomeadamente, a travagem dos processos de unificação dos países da América Central, por parte da Grã-Bretanha, de modo a impedir a formação de um Estado e de uma economia mais poderosos e com maior poder negocial.

No início do século XIX, a Grã-Bretanha era a principal aliada comercial da região e representava ainda, como já mencionado, o modelo económico a seguir (White, 2001). Aliás, uma parte significativa do investimento inicial no café foi feita por banqueiros e famílias inglesas – que permaneceram ligados à constituição da oligarquia (Armstrong e Rubin, 2001: 16). Já os EUA foram progressivamente adaptando a doutrina Monroe⁹⁶ de modo a conseguir o controlo da região, tendo-se sobreposto à Grã-Bretanha no início do século XX.

Não possuindo grandes riquezas minerais, nem uma posição geográfica fundamental para o comércio das mesmas, os diferentes governos de El Salvador foram gerindo a relação com o gigantesco vizinho, por um lado, gratos e atraídos pela “diplomacia do dólar” – incluindo empréstimos (com elevados juros) para a construção dos caminhos de ferro e investimentos na transformação do café (Armstrong e Rubin, 2001: 28) – por outro lado, desconfiando dos possíveis usos da doutrina Monroe e orgulhosos por não serem uma “república das bananas”, já que as empresas como a United Fruit Company nunca assentaram no país, ao contrário do que sucedeu nos países vizinhos (Gould e Lauria-Santiago, 2004: 207). Se os governos e as elites foram equilibrando atracção e resistência, já outras camadas da população manifestaram-se regularmente contra a “intervenção política, militar e económica dos EUA na região”, mesmo antes da revolta de Sandino contra a presença dos EUA na Nicarágua (1927-1933), tendo-se espalhado amplamente o “fervor anti-imperialista” no país (Gould e Lauria-Santiago, 2004: 207).

No início do século XX, e particularmente na década de vinte, com a dinastia Meléndez-Quiñonez no poder (1914-1927), El Salvador parecia o mais “prometedor” país

⁹⁶ Articulada pela primeira vez em 1823, pelo Presidente dos Estados Unidos, James Monroe, passou por várias “vidas”, interpretações e usos. Inicialmente estava relacionada com a defesa do continente americano face às investidas europeias, sendo o seu slogan mais conhecido “a América para os Americanos”. No entanto, foi progressivamente adquirindo o papel de justificação e legitimação da intervenção dos EUA no resto do continente e de garantia da hegemonia norte-americana, opondo-se ao projecto unificador de Simón Bolívar. Em 1904, Roosevelt defendeu o papel de polícia do hemisfério para os EUA e propôs um reforço da doutrina Monroe que lhe permitiria intervir na América Central e Caribe sempre que se detectassem movimentos de independência, destabilizadores da região, com este pretexto foram enviados marines, nas décadas seguintes, a Cuba, República Dominicana, Haiti e Nicarágua (Hilton, 1998; Erikson, 2008: 58; Armstrong e Rubin, 2001: 27-28).

centro-americano (Gould e Lauria-Santiago, 2004: 5), tornando-se um dos principais exportadores de café do mundo e vivendo um período de uma certa estabilidade e fraca contestação política interna – devido sobretudo aos rendimentos do café mas também a dinâmicas complexas de clientelismo, repressão, cooptação e manipulação eleitoral que garantiam o apoio das classes médias urbanas (Gould e Lauria-Santiago, 2004: 34).

No entanto, apesar de terem conseguido evitar uma intervenção armada e a ocupação externa, obcecadas pelos “livre comércio” e pelos ganhos do café, e com os lucros aplicados sobretudo em bancos e investimentos nos EUA e na Europa e não no próprio país e na sua industrialização (Gould e Lauria-Santiago, 2004: 6), as elites *cafetaleras* acabaram por construir uma economia e um Estado economicamente vulneráveis e dependentes do exterior, com um padrão económico pouco diferente do tempo do império espanhol (White, 2001: 204). Essa escolha acabaria por fomentar o aprofundamento da resistência e da revolta internas, as quais, mais tarde, viriam a ser combatidas, a todo o custo, com recurso a financiamento externo.

Em 1931, com o golpe de Estado liderado pelo General Maximiliano Hernandez Martínez, inaugura-se um novo período, que vai até 1979, durante o qual todos os governos de El Salvador foram ocupados por militares, sozinhos ou em associação com as elites económicas e políticas (White, 2001: 120). No entanto, 1932 é a data que marca simbolicamente o início deste processo de militarização do poder político e das suas instituições, assim como da criação da mitologia da permanência e ressurgência dos espíritos revoltosos e seus carrascos. A este propósito escreve o poeta Roque Dalton:

Todos nacimos medio muertos en 1932/sobrevivimos pero medio vivos/cada uno con una cuenta de treinta mil muertos enteros/que se puso a engordar sus/intereses /sus réditos/y que hoy alcanza para untar de muerte a los que siguen naciendo/medio muertos/medio vivos. /Todos nacimos medio muertos en 1932. /Ser salvadoreño es ser medio muerto/ eso que se mueve/es la mitad de la vida que nos dejaron./Y como todos somos medio/muertos/los asesinos presumen no solamente de estar totalmente vivos /sino también de ser inmortales./Pero ellos también están medio muertos/y sólo vivos a medias (Excerto do poema “Todos” de Roque Dalton).

“*La matanza*”, o maior massacre conhecido da história de El Salvador, sucede após a crise de 1929, e como consequência, em parte, da mesma. Em apenas 72 horas foram assassinadas entre 10 e 30 mil pessoas, sobretudo nas zonas ocidental e central do país (zonas de produção de café e com a maioria da população identificada como indígena), como resposta à rebelião, iniciada entre 22 e 23 de Janeiro, e levada a cabo por camponeses, com o apoio de organizações como o Partido Comunista. Não existe um

consenso sobre o papel dos diferentes grupos (e das identidades) na organização da rebelião e nas consequências da sua repressão. Apesar de ter ficado na história oficial o papel essencial do Partido Comunista na organização das revoltas, alguns autores recusam atribuir demasiada relevância à organização comunista urbana e escolarizada porque, por um lado, esta ideia esteve na origem dos discursos anti-comunistas e de construção de uma imagem da “natureza” passiva, ignorante e manipulável dos camponeses e indígenas e, por outro lado, porque esta ideia de não-agência dos índios e a sua vitimização e subalternização oculta o facto de muitos índios e camponeses serem também eles comunistas (Gould e Lauria-Santiago, 2004). Outros defendem que existiram duas sublevações simultâneas (Pérez, 1991).

As origens das revoltas, e do massacre que lhes sucedeu, estão relacionadas com um conjunto de transformações verificadas no final dos anos 1920 e inícios de 1930: a crise económica mundial que levou à descida dos preços do café e dos salários, o aumento do descontentamento dos trabalhadores rurais e o endurecimento da repressão sobre as manifestações, a decadência dos “magnatas do café” e da dinastia Meléndez-Quiñonez e a realização, pela primeira vez, de eleições livres (1931) com a vitória de Arturo Araújo, cujas reformas prometidas nunca chegaram a ser implementadas; a crescente organização da revolta e da resistência, quer do ponto de vista das comunidades indígenas, quer do ponto de vista das organizações de influência comunista (Gould e Lauria-Santiago, 2004; Armstrong e Rubin, 2001; White, 2001).

A importância deste momento de terror revela-se ainda no seu efeito fundador e mítico para diferentes posicionamentos sociais e políticos:

Para os ricos, 1932 foi a noite escura dos seus piores temores. Daí em diante, a oligarquia cederia às forças armadas a responsabilidade de governar El Salvador [...] Para os operários e camponeses, 1932 era uma recordação demoníaca da qual não se atreviam a mencionar a existência⁹⁷. (Armstrong e Rubin, 2001: 37).

Nas narrativas nacionalistas dominantes, *la matanza* surge como o momento último dos Índios, o episódio que finalmente os levou à extinção. É portanto um momento de perda e de gestação, da criação da nação *mestiza* moderna, e de uma unidade nacional imaginária fundada no trauma colectivo, na violência fundamental e na perda originária⁹⁸. (Peterson, 2007: 60).

⁹⁷ Tradução livre da autora. No original: *Para los ricos, 1932 fue la noche oscura de sus peores temores. De allí en adelante la oligarquía cedería a las fuerzas armadas la responsabilidad de gobernar El Salvador (...) Para los obreros y campesinos, 1932 era un recuerdo demoníaco que no se atrevía a mencionar su existencia.*

⁹⁸ Tradução livre da autora. No original: *“In dominant nationalist narratives, la matanza appears as the Indian’s last moment, the episode that finally pushed Indians out of existence. It is thus a moment of loss and*

A noção de que 1932 significou o fim das comunidades indígenas, que teriam até abruptamente abandonado os seus trajes e a sua língua (Armstrong e Rubin, 2001: 37), propagou-se e é hoje verdade irrefutável no senso comum e mesmo em alguns textos académicos, como verifica Peterson (2007). No entanto, alguma investigação histórica dissonante afirma que esta constatação será exagerada e defende que a repressão não foi especificamente dirigida de acordo com padrões étnicos nem com a intenção de eliminar as comunidades indígenas, as quais se teriam mantido igualmente numerosas e visíveis, através da manutenção de formas de organização como as *cofradías*, após o massacre (Ching e Tilley, 1998). No entanto, para além da questão indígena, este momento é tido como fundamental no controlo das resistências políticas, de modo mais amplo, pelo medo que incrustou na sociedade: foi aliás na região mais afectada pela repressão que se verificou menor implantação das guerrilhas nos anos setenta (Armstrong e Rubin, 2001: 37).

Do ponto de vista do imaginário colectivo, a revolta e o massacre surgem, no entanto, também como acontecimentos de referência para uma noção cíclica da história, patente nesta citação de entrevista:

Este povo tem uma tradição de luta muito forte. É tão forte que Farabundo Martí, que é o dirigente da insurreição indígena camponesa de 1932, hoje volta a tomar corpo num partido político, que é o FMLN, a Frente Farabundo Martí... Foi tão forte a luta de 1932 que encarnou agora num partido político que hoje está no governo (Entrevista com ex-dirigente guerrilheiro, San Salvador, 2009).

Nela, o entrevistado refere-se à encarnação de Farabundo Martí, sugerindo que o massacre dos corpos não evita a permanência dos espíritos revoltosos. Também, ao analisar o lugar da “fantasia na constituição do político e do real”, Peterson realça a centralidade da noção da encarnação e os mitos do regresso da figura do ‘índio’, como um “espectro cujos aparecimentos e desaparecimentos não são facilmente controlados, cujos significados não são facilmente contidos” (Peterson, 2007: 60), ideia que retomarei mais à frente.

Os anos de governo de Hernández Martínez (1931-1944) foram marcados essencialmente por uma aliança com a oligarquia conservadora ligada à posse da terra,

of generation, of the creation of the modern mestizo nation, and an imaginary of national unity that is in turn founded on a collective trauma, foundational violence and originary loss”.

pelos entraves à industrialização, e ainda por uma relação conturbada com os EUA⁹⁹. Já nos anos 50, foram levados a cabo alguns processos com vista à modernização da economia e à industrialização¹⁰⁰: começa, nessa altura, a desenhar-se a imagem (interna e externa) de El Salvador como exemplo de desenvolvimento e contenção do comunismo (Armstrong e Rubin, 2001; González, 2002). Em 1960-61, o General Lemus foi deposto por um grupo de jovens oficiais que pretendia fazer reformas importantes e que tinha bastante apoio popular. No entanto, esta experiência durou apenas três meses, acabando com um golpe levado a cabo por vários coronéis, liderado pelo Coronel Rivera, rapidamente reconhecido (e apoiado financeiramente) pelo recém-eleito Presidente Kennedy de modo a fazer de El Salvador o campo de ensaio da sua Aliança para o Progresso¹⁰¹ (Armstrong e Rubin, 2001: 45-49).

Esta política norte-americana marca a viragem no seu relacionamento com El Salvador, onde o envolvimento era até então modesto quando comparado com os outros países centro-americanos. O investimento norte-americano passou de 19,4 milhões em 1950 para 45 milhões em 1967, tendo 44 multinacionais aberto ali sucursais, e sendo este investimento acolhido por Rivera com grande entusiasmo (chegando a utilizar a imagem da Aliança para o Progresso na bandeira do Partido de Conciliación Nacional (PCN) que entretanto fundou) (Armstrong e Rubin, 2001: 52).

⁹⁹ Apesar de ter sido admirador dos regimes fascistas europeus, depois de 1941 o General posicionou-se ao lado dos EUA. Isto porque, com a 2ª Guerra Mundial, foi obrigado a apostar nos recursos locais e a rever a sua política anti-industrialização que favorecia a oligarquia produtora de café, chegando a desenvolver-se uma pequena indústria com base na plantação de algodão. Os EUA saudaram o seu novo aliado e contribuíram com transferências de armas. Mas os oligarcas começaram a temer o poder demasiado personalizado do General, bem como a sua loucura, tendo preparado um golpe, entretanto descoberto e reprimido. Com a economia paralisada, no contexto de uma greve geral, e a morte de um estudante de origem norte-americana, que levou o embaixador dos EUA a pedir justificações, o General abaria por renunciar e sair do país em 1944 (Armstrong e Rubin, 2001: 41-43).

¹⁰⁰ Com governo do Coronel Osório (que chegou ao poder em 1948 através de um golpe mas o “legitimou” em 1950 através de eleições) ganhou terreno a oligarquia empreendedora, pró-industrialização. Durante o seu governo (e os seguintes) apostou-se na atracção de investimento externo, na diversificação de culturas (algodão e gado), na construção de infra-estruturas modernas, assim como se tentou absorver a classe operária urbana nascente, com a organização de sindicatos controlados (embora os camponeses permanecessem sempre marginalizados) (Armstrong e Rubin, 2001: 45-46).

¹⁰¹ Programa de novo relacionamento com a América Latina baseado em três apostas: no campo militar, a contra-subversão; no plano económico, o capitalismo; e na dimensão política, a procura de uma terceira via entre a revolução de esquerda e as ditaduras militares de direita, que, em El Salvador, foi representada pela Democracia Cristã (Montgomery, 1989: 3-7). Defendia-se a realização de algumas reformas (tributária, laboral, agrária) para conter a revolta mas acabou por se consubstanciar sobretudo através de ajuda militar (Armstrong e Rubin, 2001).

Segundo González, os governos militares não eram propriamente oligárquicos, porque os seus membros não pertenciam às famílias que compunham a oligarquia, mas eram ditaduras militares que beneficiavam a oligarquia, a qual influenciava a história do país para além da sua presença efectiva directa nos órgãos do poder político (González, 2001: 39). No trabalho de Bataillon, esta relação entre militares e oligarquia surge como uma relação conturbada, destacando-se os conflitos entre alguns sectores militares modernizadores e o conservadorismo da oligarquia e as cedências que os primeiros iam realizando face aos sectores populares, sobretudo através de práticas clientelares (Bataillon, 2008: 23). Por sua vez, White afirma que, neste período, alguns sectores nas classes dominantes privilegiavam uma contenção das revoltas por via repressiva, enquanto outros tendiam a favorecer algumas concessões no domínio económico e político, e que os vários governos militares foram caindo mediante a gestão que faziam destas duas estratégias e a forma como agradavam a determinados grupos privilegiados, ou seja, eram depostos, ora por demasiada repressão, ora por fazerem “demasiadas” concessões, na perspectiva das classes dominantes (White, 2001: 115). No entanto, segundo o mesmo autor, os resultados das tensões e decisões políticas eram determinados por acontecimentos externos não controlados por estas classes, como as flutuações no preço internacional do café, o grau de conscientização política dos cidadãos e a política dos EUA para a América Latina (White, 2001: 116). Estas condicionantes são, de facto, decisivas para entender a segunda metade do século XX em El Salvador e, de forma mais ampla, na América Central e mesmo na América Latina.

Durante a década de 1960, a situação no campo era de escassez de terra e alimentos, piorada pela diversificação de culturas de plantação (algodão e cana de açúcar) e a mecanização, que levaram ao aumento do desemprego (Armstrong e Rubin, 2001: 53). A estratégia de substituição de importações dos anos cinquenta não dava resultados já que o mercado interno era insuficiente e a população não tinha poder de compra para sustentar a indústria¹⁰². A solução desta situação passaria, em parte, pela reforma agrária e a Aliança para o Progresso também o sabia (e até defendia). No entanto, tocar a terra sempre permaneceu um tabu em El Salvador, mesmo se a embaixada dos EUA via a pobreza rural

¹⁰² A estrutura económica parecia não se alterar de modo suficiente, por exemplo, o café, que representava 89% das exportações em 1950, passou a representar 43,5 em 1963 (abaixo de 50% desde 1883 pela 1ª vez) mas essa melhoria era ainda assim ilusória já que quando consideradas as exportações apenas para fora da América Central estas exportações representavam ainda 69.3% do total (White, 2001:157).

como o “calcanhar de Aquiles” do país (Armstrong e Rubin, 2001: 50-51). Porém, conter militarmente futuras Cubas parecia mais importante do que esperar a consolidação de uma “terceira via” (Montgomery, 1989: 8-10), a qual já começava a ganhar forma, com a criação do Partido Democrata Cristiano em 1961.

Deste modo, para garantir o modelo contra-subversivo, em lugar da reforma agrária, foi criada, pelo General Medrano, conhecido como “Chele”¹⁰³, a ORDEN (Organización Democrática Nacionalista), a qual se ocupou de inúmeros assassinatos, desaparecimentos e perseguições, sobretudo nas zonas rurais, apoiada por esquadrões da morte, nomeadamente o Mano Blanca, com conhecimento de Kennedy, o apoio da CIA e o treino dos Green Berets (Montgomery, 1989: 8-9). O recrutamento para esta organização, realizado nos sectores rurais, baseava-se na distribuição de favores, numa lógica clientelar e não ideológica, que permitia uma pequena elevação do estatuto económico dos seus membros, que eram sobretudo camponeses pobres (Bataillon, 2008:100; Armstrong e Rubin, 2001: 79).

Ao mesmo tempo, fruto das transformações e tensões sociais que a modernização económica dos anos cinquenta havia favorecido (Bataillon, 2008: 82-137), das influências da teologia da libertação e dos ecos da revolução cubana (Armstrong e Rubin, 2001: 55-57), foram sendo criadas organizações e movimentos de protesto e resistência, como a FECCAS (Federación Cristiana de Campesinos Salvadoreños), em 1965, e a ANDES (Asociación Nacional de Educadores Salvadoreños), em 1968.

A manutenção desta aliança oscilante entre militares e oligarquia duraria formalmente até 1979 mas manter-se-ia até ao final da guerra. El Salvador é tido como o país da América Latina onde os militares ocuparam um lugar decisivo no aparelho de Estado e na governação por maior período de tempo, funcionando sobretudo como intermediários das elites conservadoras, apesar de, em alguns momentos, terem funcionado como força modernizante.

¹⁰³ Palavra usual para designar pessoas de pele clara.

4.2. As múltiplas guerras em El Salvador: eliminando guerrilheiros, padres e apoiantes subversivos

Com o governo do general Romero, a ORDEN intensificou as suas actividades e assistiu-se à promulgação da Lei de Defesa e Garantia da Ordem Pública que justificava as prisões arbitrárias. Na década de 1970, os movimentos de contestação consolidaram-se mas aumentou também a repressão. O breve interregno da guerra de 1969 contra as Honduras não foi suficiente para fazer esquecer os problemas económicos, sociais e políticos. Em 1977, Jimmy Carter inicia uma nova abordagem na política externa norte-americana, pressionando o governo do General Romero em nome da defesa dos direitos humanos, cuja violação era denunciada em relatórios da Organização dos Estados Americanos (OEA) (Armstrong e Rubin, 2001: 104-107). Esta pressão, no entanto, durou pouco e abrandou mediante uma mera limpeza de imagem pelas autoridades salvadorenhas que continuaram a repressão.

Com a ofensiva final sandinista, em 1979, na vizinha Nicarágua, mais uma vez a urgência de conter eventuais movimentos comunistas foi mais forte do que a defesa dos direitos humanos. Também nesse ano, um grupo de jovens militares derrubou o General Romero, iniciando um período de reconfigurações políticas, mais uma vez com a interferência dos EUA. Até às eleições de 1982, sucederam-se três juntas de governo mistas (militar-civil), nas quais progressivamente foram perdendo peso o militares e os civis mais progressistas, que não controlavam a direita conservadora (civil, militar e paramilitar¹⁰⁴). Apesar da ascensão à Presidência da Junta de Napoléon Duarte, líder do Partido Democrata Cristão, e de uma primeira tentativa de reforma agrária (considerada insuficiente pelos movimentos insurgentes), o controlo político-militar pela linha dura de extrema-direita, cujo rosto principal era Roberto D'Aubuisson¹⁰⁵, apologista do mais profundo dos terrores, era evidente. Em 1980, é criado o partido ARENA, uma projecção dos interesses das elites mas que, até ao final da guerra, iria conseguir uma progressiva suavização de imagem.

Não será possível aqui explorar toda a complexidade da confluência de factores que levaram à eclosão e à manutenção da guerra em El Salvador. Tarefa, aliás, dificultada

¹⁰⁴ Ainda que a ORDEN tenha sido oficialmente abolida em 1979, continuava a operar.

¹⁰⁵ Autor moral do assassinato de Monsenhor Romero, fundador do partido ARENA, líder dos esquadrões da morte.

quando temos em conta que se trata, na realidade, de analisar múltiplas guerras, múltiplas estratégias e actores envolvidos. Para além dos confrontos entre a guerrilha e o exército, é necessário pensar a guerra em El Salvador também como projecção da Guerra Fria, é necessário ter em conta a coexistência entre repressão, projectos contra-subversivos¹⁰⁶ e tentativas de resolução pacífica dos conflitos, assim como é necessário não esquecer as lógicas de mobilização e purgas internas das guerrilhas - não isentas da reprodução do poder e da violência; e ainda os impactos de uma guerra dirigida aos civis nas zonas de implantação da guerrilha.

Adopto, assim, uma óptica de leitura destas guerras centrada na adesão das margens, das “não-elites” (Mason e Krane, 1989) à violência, sobretudo à violência revolucionária. Convém frisar que as margens sociais, as “não-elites”, aderiram também à violência contra-revolucionária, assim como os movimentos revolucionários eram internamente heterogéneos e liderados por uma elite oriunda da classe média urbana e com maior nível de formação, ainda que alguns deles tivessem também origens rurais e num estrato social mais desfavorecido.

A explicação mais usual para a guerra diz respeito à situação de extrema desigualdade na distribuição e exploração das terras e do trabalho rural e baseia-se na ideia de um confronto de classes (Midlarsky e Roberts, 1985). Esta perspectiva remete-nos para as estratégias económicas e políticas que vimos anteriormente. No final dos anos sessenta e início dos anos setenta, a situação económica e social não era de progresso e desenvolvimento; pelo contrário, se a situação era difícil nas cidades, no campo era insustentável, com uma parte da população sem ter sequer o suficiente para comer (Armstrong e Rubin, 2001: 57; 71). No entanto, este ponto de vista é insuficiente, uma vez que não explica por que, face a tantos contextos de desigualdade, injustiça e descontentamento, a revolta e a revolução não surgem frequentemente; assim como não explica por que razão nem todos os camponeses ou trabalhadores rurais aderiram à revolução. Wickham-Crowley contesta a narrativa da luta generalizada das massas em El Salvador, contrapondo-o ao contexto da Nicarágua, explicando o seu insucesso na tomada do poder com base, por exemplo, na adesão popular à mensagem populista do PDC, uma

¹⁰⁶ A partir do golpe de Outubro de 1979 os militares abandonam a gestão directa do Estado para os grupos económicos voltarem ao poder directo, emergindo três projectos sociopolíticos distintos: o contra-insurgente (Forças Armadas, Partido Democrata Cristiano e EUA), o projecto insurgente (guerrilhas, FDR-FMLN) e o projecto de direita (ARENA; FUSADES e ANEP) (González, 2002: 41).

alternativa menos radical à aliança oligarquia/militares, na tradição de clientelismo da direita salvadorenha, no fundo, na divisão das classes populares entre vários projectos políticos (Wickham-Crowley, 1989: 516)

Uma segunda explicação diz respeito ao nexó repressão-reacção-protecção, isto é, aqueles que se encontravam nas margens aderiram à guerrilha como resultado da repressão do Estado, exército e paramilitares, ora para se vingarem, ora para se protegerem (Mason e Krane, 1989). Nas palavras deste protagonista:

As pessoas radicalizaram-se porque a resposta da direita em El Salvador, do líder da direita aqui, Roberto D'Aubisson, ele defendia que morto o cão acabava-se a raiva, isso seria a morte dos dirigentes do movimento social e acabava-se a luta social e mataram um bispo como o Monsenhor Óscar Arnulfo Romero, mataram padres, mataram professores, mataram camponeses e a luta social aqui não se terminou. Era como se se lhe desse mais força (Entrevista com ex-dirigente guerrilheiro, San Salvador, 2009).

Esta explicação está associada ainda à da percepção da imutabilidade do sistema político – isto é, à resiliência do autoritarismo e à permanente recusa de democratização – face à crescente contestação pacífica, traduzida na constatação da inutilidade da via eleitoral. Alguns acontecimentos foram decisivos na preparação da guerra que se seguiria. Em primeiro lugar, as eleições de 1972 foram um momento charneira. A oposição uniu-se na Unión Democrática Nacionalista propondo José Napoleón Duarte (*ex-alcade* de San Salvador, com grande prestígio e apoio popular) para presidente e, apesar de ter ganho as eleições, acabou por, através da fraude eleitoral, ser declarado vencedor o PCN, com Arturo Armando Molina como Presidente. Uma parte da oposição, apoiada por militares, ainda tentou organizar um golpe mas foi derrotado; Duarte foi preso, torturado e exilado. Em segundo lugar, foram criados os primeiros movimentos guerrilheiros, as Fuerzas Populares de Liberación (FPL) em 1972 (resultantes de uma cisão dentro do Partido Comunista que continuava a defender a via pacífica) e o Ejército Revolucionário del Pueblo (ERP), em 1971. Em terceiro lugar, em 1975, ocorreu um outro momento decisivo: o massacre de estudantes da Universidade de El Salvador (UES) que se manifestavam contra a invasão da universidade pelo exército. A partir desse momento expandiu-se a convicção de que só restava como solução a luta armada e surgiu o Bloque Popular Revolucionario, um agrupamento de organizações populares que seria a base de apoio das guerrilhas (Armstrong e Rubin, 2001:66-67).

Uma terceira explicação atribui particular relevância à influência das ideologias e experiências internacionais e aos apoios externos, na época, quer de um lado, quer do outro

(Hufford, 1985; Montgomery, 1989). Naturalmente esta explicação não é suficiente mas também não é negligenciável. O seguinte excerto de entrevista ilustra bem algumas das condições que levaram grande parte de uma geração a aderir à luta armada em El Salvador:

Aqui havia um conflito de esquerda entre luta pacífica e eleitoral e luta armada. Então, o grupo dos que tínhamos 20 anos nessa época, inspirados pela revolução cubana, pelo exemplo de Che Guevara, pelo Vietname, estávamos convencidos de que aqui se tinha que fazer a luta armada, que aqui já chegava de andar em eleições, andar nesse tipo de coisas que serviam para nada porque não se respeitava a vontade popular, porque havia fraude; que aqui o que tinha que se fazer era pegar nas armas e dar a volta a isto tudo, este é o espírito que nos moveu a todos, a toda uma geração, porque foi uma geração de jovens; não fomos poucos, porque não foi um grupito, era uma geração e essa era uma geração influenciada pelos anos setenta os que começámos a primeira geração de guerrilheiros. Depois juntou-se outra geração já nos anos setenta (74,75) que era a geração do movimento social. Aqui organizaram-se frentes sociais muito grandes de professores, de estudantes universitários, de camponeses, teve também uma influência muito grande, depois do Concílio Vaticano II e depois da conferência de Medellín, a igreja popular com base no princípio de que cristianismo e revolução não têm contradição, de que é perfeitamente possível alguém cristão também ser revolucionário, que lute pela mudança. Isso em El Salvador teve uma força muito grande [...] também o exército, a guarda chegava às comunidades, aos casarios, e matavam as pessoas que andavam de noite. Então, as pessoas tiveram que refugiar-se na montanha, primeiro sem armas, para se defender da possibilidade de que os matassem (Entrevista com ex-dirigente guerrilheiro, San Salvador, 2009).

Como demonstra este protagonista, a guerra em si não era uma opção inicialmente para todos os movimentos de contestação. Vários opositores e críticos ao regime também se opunham e criticavam a violência, nomeadamente Monsenhor Romero. O Arcebispo tentou, até à sua morte, provocar uma alteração pacífica do regime através do apelo cristão aos militares e dos apoios e projecção internacionais (Bataillon, 2008:211-245). É verdade que a teologia da libertação se espalhou na década de setenta pelas comunidades rurais, através da acção educativa de vários padres seus seguidores mas não era seu objectivo mobilizar para a guerra, era antes a de mobilizar as pessoas para a organização comunitária e para a ideia de que tinham direitos e dignidade:

Para a maior parte dos seus praticantes, a teologia da libertação não tinha nada a ver com a tomada de poder do Estado mas com a desmistificação das explicações dominantes sobre as fontes da riqueza e da pobreza. Desafiar a ala conservadora da igreja católica no El Salvador rural também implicava desafiar a fraca hegemonia exercida pelo Estado, tendo em conta o papel histórico da igreja na socialização política.¹⁰⁷ (Binford, 1999: 8).

¹⁰⁷ Tradução livre da autora. No original: “*For most of its practitioners, liberation theology was not about seizing state power, but it did demystify long-standing supernaturalist explanations of the sources of wealth and poverty. Challenging the conservative wing of the Catholic church in rural El Salvador also involved challenging the weak hegemony exercised by the state, given the church's historic role in political socialization*”.

No que diz respeito aos apoios oriundos do contexto de Guerra Fria, existem várias provas de que a guerra foi mantida pela administração norte-americana que, tal como a extrema-direita salvadorenha, se recusava a encontrar uma saída política (Montgomery, 1989; Stokes, 2003). Segundo Stokes (2003), a representação criada pela administração Reagan da revolta salvadorenha como um braço da intervenção soviética no continente pode ser refutada com provas históricas e serviu apenas propósitos estratégicos de obtenção de apoio popular ao financiamento de um regime de terror. O FMLN¹⁰⁸ recebeu apoio soviético, cubano e nicaraguense, mas muito mais modesto do que o avançado pela propaganda norte-americana.

A estratégia norte-americana, em 1980, é caracterizada como uma *janus-headed policy* (Montgomery, 1989: 12), ou seja, era uma estratégia de contra-subversão baseada em duas frentes distintas: por um lado, apoiava-se a prossecução de reformas económicas e sociais (de forma a apropriarem-se das bandeiras da esquerda, propondo a reforma agrária e a nacionalização da banca), aliadas a uma transição democrática (eleições que decorreram em 1982), tendo ainda como objectivo ressuscitar a oposição centrista criada nos anos 60 (PDC); por outro lado, procurava ajudar e controlar a repressão através da melhoria ou reconstrução da instituição militar, considerada pouco profissional e caótica.

No entanto, esta estratégia estava claramente desfocada dos interesses e exigências de um movimento revolucionário cada vez mais forte. Além disso, não tinha em conta que internamente a preocupação dos seus aliados se centrava na eliminação da esquerda e não da extrema-direita porque esta estava umbilicalmente ligada a sectores do poder militar e económico. No seio da direita militar e da oligarquia acreditava-se que um golpe de extrema-direita aliado a um eventual massacre (relembrando 1932) iria resolver a situação, deixando-os governar sem interferência. Se os EUA impediram este cenário, não impediram os massacres dispersos que se seguiriam, com a sua ajuda directa ou indirecta. A administração Carter acabou por abrir caminho à humanitariamente desastrosa administração de Reagan, a quem interessava apenas e só a eliminação do FMLN (Montgomery, 1989: 18).

¹⁰⁸ Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional, criado em Novembro de 1980, como braço armado do FDR (Frente Democrático Revolucionário, constituído por partidos políticos e organizações populares), resulta da junção de cinco movimentos de oposição armada: Fuerzas Populares de Liberación (FPL), Ejército Revolucionário del Pueblo (ERP), Resistência Nacional (RN), Fuerzas Armadas de Liberación

Embora a primeira grande ofensiva do FMLN (ingenuamente denominada como “ofensiva final”) tenha ocorrido em Janeiro de 1981, o ano de 1980 é oficialmente reconhecido como o ano de início da guerra e dos combates. Durante esse ano, vários acontecimentos vieram também consolidar os propósitos da luta armada e dar reconhecimento internacional às exigências do FDR-FMLN, que ainda nesse ano realizou uma ronda diplomática por vários países de modo a ganhar apoios internacionais. O assassinato de vários líderes do FDR-FMLN, o assassinato de Monsenhor Romero¹⁰⁹ e a violação e assassinato de um grupo de freiras norte-americanas mostraram ao mundo a verdadeira face da repressão e do terror que, naquela altura, significava uma média de dez assassinatos por dia (Armstrong e Rubin, 2001: 138).

A guerra teve, como avançado pela Comissão de Verdade (1993: 140), várias fases¹¹⁰, com diferentes intensidades e tipos de violência a prevalecer, assim como distintas abordagens pró ou contra negociações, mas, de modo geral, foi extremamente violenta. Massacres da população civil e bombardeamentos nas zonas rurais e de localização da guerrilha, que deram origem às terríveis *guindas*, fugas das população que duravam dias e noites, sem comida ou bebida, acabando, muitas vezes, com o refúgio nas Honduras, outras vezes, com a morte ou captura pelo exército (Bourgois, 2001). Nas cidades, assassinatos de membros e dirigentes de organizações de massas aconteciam também diariamente; inúmeros raptos enchiam as prisões clandestinas onde se praticavam todo o tipo de torturas e execuções sumárias (Comisión de la Verdad, 1993; Martínez, 2008). Segundo a Comissão da Verdade, “a instauração da violência de maneira sistemática, o terror e a desconfiança da população civil” são as características essenciais do período que vai de 1980 a 1983; este é também o período em que se registaram mais mortes e violações de direitos humanos (Comisión de la Verdad, 1993). 1981 foi um dos anos mais sangrentos: foi o ano da criação do Batalhão Atacatl¹¹¹, do massacre do Rio Lempa e do massacre de El Mozote. Neste último, o exército eliminou brutalmente toda a população do lugar e arredores, incluindo as crianças, que foram, aliás, a maior parte das vítimas encontradas. Estima-se que cerca de mil pessoas tenham sido assassinadas. Uma sobrevivente, Rufina Amaya, conseguiu depois relatar os acontecimentos dessa noite, após ter perdido quase

¹⁰⁹ No dia 24 de Março de 1980, o Arcebispo foi assassinado por um franco-atirador enquanto ministrava uma missa no hospital La Divina Providencia. A Comissão da Verdade deu como provada a autoria moral (Roberto D’Aubisson) e material do crime.

¹¹⁰ A Comissão destacou quatro períodos distintos: 1980-1983; 1983-1987; 1987-1989; 1989-1991.

¹¹¹ Um dos batalhões especializados na eliminação da guerrilha treinados pelos EUA.

toda a sua família e ver desaparecer toda uma comunidade. A descrição do massacre é impressionantemente semelhante à de outros massacres ocorridos em outros lugares e períodos históricos, e é reveladora das formas concretas de incrustação do terror permanente numa sociedade. Foi este tipo de actuação financiada pela administração Reagan (1981-1989) e pela sua fúria anti-comunista (Bourgois, 2001), concretizada através da política conhecida como KiSSSS (*keep it simple, sustainable, small and salvadorean*)¹¹² e de um apoio económico que, entre 1980 e 1989, terá ultrapassado o apoio “a qualquer outra nação, excepto o Egipto e Israel” (Bourgois, 2001: 4), sendo dois terços desta ajuda aplicados na área militar (Montgomery, 1989: 6-7). Leigh Binford analisa a inutilidade desta estratégia repressiva: “o massacre em El Mozote evidencia o quanto um governo perdeu a sua capacidade de distinguir potenciais apoiantes de prováveis adversários” (Binford, 1996: 96). Isto é, era uma estratégia que provocava efeitos precisamente opostos ao pretendido: uma maior adesão popular à guerrilha. William Stanley explica este grau extremo de violência indiferenciada com base na concepção, também desenvolvida por Charles Tilly, de um modelo de *protection-racket*. Isto é, tendo sido agraciados com o controlo do aparelho de Estado pelas elites agroexportadoras para protecção dos seus interesses, os militares precisavam de demonstrar a sua utilidade na manutenção do *status quo*, exagerando e, até, inventando, ameaças onde elas não existiam, atraindo, assim, também mais recursos para as suas actividades e para a sua manutenção (Stanley, 1996).

O FMLN também foi responsável por violações de direitos humanos, embora apenas 5% das queixas apresentadas à Comissão digam respeito a actos graves de violência praticados pelo movimento guerrilheiro, como o assassinato de vários *alcades*, execuções extrajudiciais (nomeadamente de membros julgados como traidores, sendo um dos casos mais conhecidos, e ainda hoje impune, o do poeta Roque Dalton), raptos, recrutamento forçado ou ainda a disseminação de minas anti-pessoais. Embora não haja conhecimento de violência massificada indiscriminada do FMLN contra as populações civis, verificaram-se alguns casos – extorsão, roubo, violação – normalmente punidos pelas chefias das guerrilhas, as quais, aliás, impunham um forte controlo social através de rigorosas regras de comportamento nas suas zonas de intervenção (Binford, 1999). No entanto, é preciso realçar que, apesar da sua mensagem revolucionária e dos seus projectos de transformação

¹¹² Baseada na formação/reconstrução da instituição militar, supostamente para subordiná-la ao poder civil, o que nunca aconteceu, e para eliminar o FMLN, chegaram também alguns militares a participar activamente nos combates, ao pilotar aviões, por exemplo (Montgomery, 1989: 19-21).

social, os movimentos guerrilheiros eram também espaços e grupos de reprodução do poder – quer interna quer externamente - nomeadamente, como salienta Binford, “nas suas estruturas estavam inscritos o sexismo, o paternalismo e o verticalismo” (Binford, 1999: 31). Isto é, a hierarquia e o comando. No final da guerra, vários e várias simpatizantes criticaram estas permanências na cultura política do FMLN, tendo-se constituído movimentos sociais autónomos, como é o caso do movimento feminista Las Dignas (Herrera, 2006).

A 11 de Novembro de 1989, o FMLN lança a maior ofensiva do conflito (a segunda “ofensiva final”) sobre San Salvador, como reposta à continuação das perseguições e assassinatos políticos. É neste contexto que, cinco dias mais tarde, ocorre o “acto final de um comportamento delirante” que tinha tomado conta da instituição armada (Comisión de la Verdad, 1993: 127): seis padres jesuítas, sua empregada e a filha desta, são assassinados, por membros do batalhão Atacatl, na UCA (entre eles o Reitor – Ignacio Ellacuría - e o Vice-Reitor – Ignacio Martín-Baró), após uma já longa campanha mediática que os acusava, particularmente a Ellacuría, de apoio aos “comunistas”. Neste ano, reconhece-se a impossibilidade de uma vitória militar por qualquer das partes (Comisión de la Verdad, 1993: 154) e iniciam-se as negociações entre o FMLN e a administração Cristiani (1989-1994).

Os Acordos de Paz são assinados a 16 de Janeiro de 1992 em Chapultepec (México) mas já desde Julho de 1991 se tinha instalado a Missão de Observadores das Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL) com o apoio do Conselho de Segurança. Os doze anos de guerra deixariam como herança cerca de oitenta mil mortos e um milhão e meio de refugiados e deslocados (Comisión de la Verdad, 1993). Mas não só, como veremos.

4.3. Pós-guerra e neoliberalismo: combatendo *maras* e *pandillas*, controlando as margens

“*Another war falls out of fashion*”: escreveu-se a propósito do final da guerra em El Salvador (The Economist, 1992: 40). Esta afirmação é reveladora da sustentação que a Guerra Fria proporcionou ao conflito salvadorenho e do pensamento sobre a natureza em transformação das guerras que se imporia na década de 1990. A violência ficou fora de

moda e a sua utilização, fora dos enquadramentos ideológicos conhecidos, tornou-se incompreensível.

1992 é ainda o ano de eleição de Bill Clinton, alterando o padrão de intervenção internacional norte-americana, e da Agenda para a Paz, lançada por Boutros Boutros-Ghali, onde se propõe um novo enquadramento internacional da resolução dos conflitos e de promoção da paz. No período entre 1988 e 1994, triplicou o número de missões de paz das Nações Unidas (Van der Borgh, 2010). El Salvador tornava-se, assim, mais uma vez, laboratório de experiências, desta feita das políticas de consolidação da paz.

O núcleo duro do pacote pós-conflito, numa forma embrionária, seria depois replicado noutros países¹¹³, pelas Nações Unidas, como o modelo de reconstrução pós-guerra consistiu: a) na realização de eleições (1994), com a manutenção de ARENA no poder (até 2009) e formalização do FMLN como partido, tornando-se o principal partido de oposição; b) na desmilitarização da polícia e sua profissionalização, bem como na reestruturação do poder judiciário; c) na investigação, limitada, de abusos de direitos humanos, levada a cabo pela Comissão da Verdade, seguida por uma amnistia geral; d) na desmilitarização e desarmamento do FMLN; e) no prosseguimento do ajustamento estrutural acordado em 1990-91; f) numa reforma da terra com resultados bastante limitados; g) e na implementação de uma força das Nações Unidas – ONUSAL – para verificar o andamento dos acordos de paz e de algumas das medidas aqui enumeradas (Paris, 2004: 122; Luciak, 1999: 43).

Para muitos, este processo foi um sucesso. No entanto, actualmente existe um consenso alargado sobre a fragilidade da paz conseguida em El Salvador, também caracterizada como uma “paz sem justiça” (Wolf, 2011), constatando-se que o final da Guerra Fria não trouxe a paz à América Central (Pearce, 1998).

Isto significa que, apesar da contenção do conflito armado e da transferência de uma parte dos conflitos para a via parlamentar, o contexto de fundo de mobilização para a guerra – a exclusão dos ganhos do desenvolvimento económico e a não distribuição dos recursos – não foram substancialmente alteradas (Van der Borgh, 2010), embora tenham ganho novos contornos, como veremos. No entanto, como afirma Binford:

As guerras civis são, quando muito, sobre abrir espaço político para o desenvolvimento de alternativas às relações sociais capitalistas. Elas não resolvem as contradições que lhes deram origem, mas a ruptura dos mercados capitalistas, a fuga dos senhores da terra e a

¹¹³ Missões anteriores: Namíbia (1989), Nicarágua (1991), Angola (1991).

eliminação da maior parte dos sinais do aparelho de Estado podem constituir um campo fértil para a experimentação social¹¹⁴. (Binford, 1999: 30).

Sucedeu, em El Salvador, que esta abertura do espaço político não foi tão profunda de modo a alterar as possibilidades de uma vida decente para grande parte da população. Assim como o não foi para garantir verdade, memória e justiça às vítimas ou para dissipar de forma importante as heranças autoritárias. E estas lacunas estão intimamente relacionadas com algumas das dinâmicas que levaram ao fim da guerra.

Como apontado por vários autores, uma das razões que explica o redireccionamento de ARENA para uma solução negociada da guerra encontra-se na transformação interna sofrida. Isto é, a liderança de Alfredo Cristiani representa “um triunfo da ala modernizadora da oligarquia, e estes novos actores não vinham necessariamente do núcleo historicamente preponderante das catorze famílias” (Velásquez, 2009). Ao mesmo tempo, no final da guerra, a estrutura económica tinha-se alterado profundamente no sentido da sua terciarização (González, 2002: 42). A agricultura perdeu o peso que tinha na economia, várias famílias da elite deixaram o país, algumas investiram no estrangeiro ou dedicaram-se a novas actividades e surgiram também novos actores, beneficiando para tal de um vasto programa de liberalização e de privatização que resultou fundamentalmente na criação de monopólios financeiros (Dunkerley, 1993:6; Wood, 2001:864; CPDJS, 2007:53-58; Velásquez, 2009). Velásquez descreve este processo como a passagem “das 14 famílias aos 8 grupos económicos”, um processo através do qual, apesar de novos elementos serem admitidos na partilha do poder político e económico, a estrutura do poder pouco se altera: “a mudança da ideologia e mesmo a composição dos detentores de poder não trouxe uma mudança significativa na estrutura básica de poder, a não ser torná-la ainda mais concentrada” (Velásquez, 2009).

As políticas económicas pós-guerra (iniciadas ainda durante a guerra) contribuíram para a permanência de um dos índices de desigualdade mais elevados na América Latina (Paris, 2004: 125). Segundo Pearce a condicionalidade para a paz (*peace conditionality*), introduzida em El Salvador pelas instituições internacionais, teve duas grandes falhas. Primeiro, a inflexibilidade das instituições no que diz respeito à disciplina fiscal dificultou

¹¹⁴ Tradução própria da autora. No original: “Civil wars are, at best, about opening up political space for the development of alternatives to capitalist social relations. They do not resolve the contradictions that gave rise to them, even though the disruption of capitalist markets, flight of landlords and elimination of most signs of the state apparatus may provide a fertile field for social experimentation”.

o arranque do processo de reconstrução, atrasou significativamente a execução e pôs em causa o sucesso dos programas, impedindo a redistribuição de rendimentos. Em segundo lugar, não houve qualquer pressão para mobilizar o governo de El Salvador no sentido da distribuição mais justa dos recursos internos, nem políticas que garantissem a permanência do investimento estrangeiro (Pearce, 1998: 601).

Os programas de ajustamento estrutural, iniciados em 1991, levaram, como em outros países, à limitação dos serviços públicos, ao condicionamento das fontes de emprego (Hume, 2004: 4), às privatizações e abertura de mercado, processo que incluiu a agricultura, e a progressiva aposta nas *maquiladoras*. Apesar de terem contribuído para algum crescimento económico e reduzido a inflação, os programas não foram acompanhados por políticas de redistribuição ou políticas sociais, fazendo do empobrecimento e da precariedade as realidades de grande parte da população salvadorenha (CPDJS, 2007). O processo de adopção do dólar como moeda corrente veio ainda acentuar as desigualdades (Velásquez, 2009).

Assim, a emigração, apesar das terríveis condições em que é feita em muitos casos, surge como a melhor das hipóteses de melhorar o nível de vida, muitas vezes à custa da perda dos laços familiares, e é responsável pela manutenção e sobrevivência de uma parte significativa dos salvadorenhos, o que levava um dos meus entrevistados a questionar: “em cada dez salvadorenhos, sete querem ir embora [...] como se pode construir um país onde setenta por cento da sua população quer ir embora?”¹¹⁵. Por ano, migram cerca de 70 mil pessoas e as remessas dos emigrantes são a primeira fonte de divisas no país, sendo, portanto, uma das fontes de sobrevivência mas também de demissão dos governos, que acabam por beneficiar de e até fomentar estes fluxos de pessoas e de dinheiro (Revelli, 2004; Gammage, 2006).

Outra característica do processo de transição, que favoreceu largamente a manutenção do *status quo*, foi a opção por uma política de apagamento da memória, pela impunidade, sobretudo por parte de ARENA mas também, em certa medida, por parte do FMLN. Negligenciaram-se, assim, os efeitos duradouros da guerra como o impacto psicossocial, as consequências nas capacidades de organização e coesão das comunidades (Yañez, 2002; Silber, 2004; Hume, 2008; Binford, 2010). Alguns aspectos importantes das recomendações da Comissão de Verdade nunca foram cumpridos: estabelecer um Fórum

¹¹⁵ Entrevista com líder de uma associação de estudantes da Universidade Nacional de El Salvador, San Salvador, 2009.

de Verdade e Reconciliação, erguer um monumento nacional às vítimas (que veio a ser realizado através dos esforços da sociedade civil), um dia nacional em memória das vítimas e o julgamento dos responsáveis por violações de direitos humanos (CDHES, 2005).¹¹⁶ Uma lei de amnistia foi anunciada um dia antes da divulgação do Relatório da Comissão de Verdade. Ainda hoje, familiares de vítimas buscam justiça e verdade, alguns ainda com esperança de encontrar os seus entes queridos – como no caso de milhares de crianças desaparecidas e vendidas para adoção no país e no estrangeiro.

Ao mesmo tempo, apesar da formal democratização do sistema político, por via de eleições e reformas institucionais, nomeadamente no que diz respeito à dimensão da justiça e da segurança, com a desmilitarização do aparelho de Estado, o autoritarismo não desapareceu. Há quem caracterize o sistema político do período pós-guerra como “autoritarismo eleitoral” (Wolf, 2009). Os traços autoritários revelam-se nos mais distintos campos: da segurança à educação, dos partidos políticos às igrejas e, de modo geral, na sociedade (Hume, 2004; Silber, 2004; Cruz, 2006a; CPDJS, 2007; Wolf, 2009). Esses traços autoritários não são irrelevantes, como veremos, para entender os percursos da violência no período pós-guerra.

Assim, o contexto político e económico é percebido como tendo sofrido poucas alterações. No entanto, houve algumas mudanças na constituição das elites, suas actividades e *modus operandi* assim como na produção de grupos excluídos e marginalizados. Vários estudos caracterizam o período pós-guerra como um período de desilusão, frustração e conformação (Silber, 2004; Binford, 2010). Uma análise feita por várias organizações, por altura dos 15 anos dos Acordos de Paz, caracterizava o período como uma passagem da esperança à desesperança (CPDJS, 2007). Já num inquérito realizado aquando da celebração dos 21 anos dos Acordos juntos de jovens entre os 15 e os 29 anos, 46% respondia que sentia que os mesmos acordos não se tinham cumprido, a maior parte justificava esta posição devido à continuidade da violência e ainda 13% dizia que quase não houve alterações (INJUVE, 2013: 11).

Desigualdades, injustiças e exclusões que afectam as margens da sociedade continuam a enviar cada ano milhares de salvadorenhos para os EUA: já não são refugiados, são imigrantes “ilegais”. Continuam igualmente a produzir mão-de-obra barata para o sistema capitalista global: já não são camponeses obrigados a arrendar um pedaço

¹¹⁶ Mas a própria Comissão teve falhas, por exemplo, não foi feita qualquer referência à violência sexual, que foi bastante comum.

de terra e explorados pela oligarquia *cafetalera*, mas sim as trabalhadoras das inúmeras *maquiladoras* ou são jovens que se inserem em redes ilícitas e perigosas. Continuam a produzir grupos violentos, mas não são o exército ou as guerrilhas, são os gangs ou os grupos de crime organizado. Corpos sem vida, desmembrados, continuam a surgir, nas ruas, com a luz do dia: já não são necessariamente opositores políticos (embora ainda acontecesse recentemente), são as vítimas de crimes quase nunca investigados, normalmente atribuídos aos gangs. Centenas de famílias choram e procuram os seus desaparecidos: não são universitários nem camponeses comunistas e guerrilheiros, são jovens acabados de sair dos colégios e liceus, sem qualquer razão aparente¹¹⁷. As *maras* e *pandillas* são frequentemente apontadas como as principais responsáveis por esta situação e é sobre estes actores que pretendo debruçar-me.

A complexidade do estudo das *maras* e *pandillas* reside não apenas na complexidade do estudo da violência e das actividades ilegais que lhes estão associadas mas também no facto de estarem em permanente mutação, de não se tratarem de grupos homogéneos e de terem sido produzidas e se terem desenvolvido num espaço transnacional ou translocal. Isto é, são permanentemente produzidas numa combinação de dinâmicas e características que advém tanto dos contextos específicos de cada grupo e subgrupo local, como de uma transposição e adaptação de subculturas e práticas urbanas globalizadas, cooptadas por redes de crime organizado de forma e em intensidade muito variável (Cruz e Portillo, 1998; Zilberg, 2004; 2007; Lara, 2006; Cruz, 2009).

Assim, se, desde os anos 1990, MS13 e B18 se tornam protagonistas de uma série de acções e representações da violência, do medo e da insegurança no país, estes não são fenómenos de origem apenas salvadorenha. Ambos surgiram, em diferentes décadas, em Los Angeles, Califórnia, EUA. Não há consensos sobre as datas exactas de surgimento das mesmas mas Lara situa o surgimento do B18 nos finais dos anos 1960 e o da MS13 em inícios dos anos 1980 (Lara, 2006: 77; 80). São dois entre muitos outros gangs que proliferaram e dividiram a cidade de Los Angeles ao longo do século XX mas têm uma raiz comum: resultantes de longos processos de exclusão social e discriminação dos Americanos de origem Mexicana¹¹⁸ e imigrantes latinos e do apadrinhamento e manipulação da Mexican Máfia – La Eme – para venda de drogas e outras actividades ilícitas (Lara, 2006).

¹¹⁷ Ver artigo de Jaime López e David Marroquín (2012) “Por temor nadie quiere hablar de desaparecidos”.

¹¹⁸ Aqueles que se encontravam nos territórios anexados pelos Estados Unidos ao longo do século XIX.

No entanto, estas não são as primeiras nem as únicas expressões de grupos de jovens associadas à delinquência. Assim, conhecem-se, pelo menos desde a década de 1960, *pandillas juvenis* em El Salvador, embora as suas características e formas de actuação se tenham alterado (Cruz e Portillo, 1998; Savenije, 2009). Tampouco são as únicas expressões de associações que desempenham funções na complexa rede de indivíduos e grupos que exercem actividades ilegais (Carranza, 2005: 34).

Existem pelo menos duas versões sobre eventuais diferenças entre estes dois grupos. Um delas indicia que a MS13 tenha surgido ou se tenha aprofundado com uma reivindicada identidade salvadorenha (ao contrário do B18, que albergava membros de sobretudo de origem Mexicana, mas não só) e num contexto em que os centro-americanos recém-chegados eram alvo de discriminação, pelo sotaque e modos considerados atrasados. Por outro lado, a MS13 também surgiria de um grupo distinto em termos de estilos de vida, estando associada a grupos de “roqueiros”, que se distinguiam pelo seu gosto pelo *heavy-metal*, o que explicaria também a frequente associação entre esta e cultos satânicos (Lara, 2006). No entanto, inicialmente estes gangs não eram inimigos. Os motivos da guerra entre os dois são obscurecidos por uma história oral difusa e confusa mas estarão relacionadas com as lógicas de ocupação territorial dos diferentes bairros para controlo da venda de drogas e outros negócios (Lara, 2006; Savenije, 2009; Martínez e Sanz, 2012). Há quem diferencie entre *pandilla* e *mara*, afirmando que a primeira seria um grupo de carácter local e a segunda um agrupamento transnacional e mais organizado (Rodgers e Muggah, 2009:5). Durante o meu trabalho de campo não consegui perceber essa diferença, nem se essa questão seria actualmente relevante, apenas pude constatar que a palavra *mara*, para além dos seus usos quotidianos sem relação com os gangs¹¹⁹, está mais associada à MS13, e não é pronunciada pelos membros do B18, enquanto *pandilla* é usada tanto por uns como por outros¹²⁰.

Estes gangs começaram a ganhar visibilidade e a consolidar-se em El Salvador nos anos 1990 à medida que chegavam, deportados dos EUA, alguns dos seus membros. Embora a política de deportação tenha começado no final do mandato de Reagan (1988), intensifica-se com a administração Bush, em 1992, após os motins originados em torno do

¹¹⁹ Em El Salvador a palavra *mara* tem um sentido mais vasto, significa grupo de pessoas, normalmente referindo-se a amigos ou familiares.

¹²⁰ Aliás, nenhum deles pronuncia o nome do outro, utilizando-se por vezes designações pejorativas como *los Mierda Seca* para os MS, normalmente referindo-se-lhes apenas como *ellos* ou *los contrarios*.

caso Rodney King (Lara, 2006: 109; Demoscopia, 2007: xiii). Se é certo que membros de gangs desempenharam um papel relevante nas pilhagens e distúrbios, há também quem defenda que estes acontecimentos foram usados como pretexto para intensificar uma política de limpeza social face aos imigrantes latinos, já antes iniciada, e que atingiria o seu pico em 1996 (Lara, 2006:117).

Esta política teria consequências graves para os países da América Central e, em particular, para El Salvador. Os deportados chegavam a um país abalado por doze anos de guerra que, para alguns, era estranho, onde não existiam estruturas sociais nem políticas para os integrar, e onde se tornaram modelos interessantes de diferentes e mais modernos estilos de vida – *la vida loca, la calle* –, onde também reproduziram e até acentuaram a guerra entre os dois gangs e de onde, muitas vezes, pretendiam sair, arriscando um regresso ilegal aos EUA. Progressivamente, estes dois gangs foram crescendo e aglutinando ou eliminando as *pandillas* locais e até associando alguns dos estudantes que participavam nos confrontos entre *barras* estudantis¹²¹.

No entanto, há que realçar que, se estes deportados “serviram como agentes de cruzamento cultural e de contacto social através das fronteiras” (Cruz, 2009: 2), as razões pelas quais os jovens salvadorenos continuaram a integrar-se são muito mais complexas e provêm de dinâmicas também locais (Cruz e Portillo, 1998; Cruz, 2009; Hagedorn, 2008b). É de frisar, no entanto, que as possibilidades de divisão entre uma esfera puramente local e uma esfera global são questionáveis, sendo por isso preferível falar de uma co-produção em diferentes sentidos, não só dos grupos, identidades e actividades como também de reconfiguração dos espaços (urbanos), das suas fronteiras e da política do quotidiano (Zilberg, 2004).

Progressivamente, aos conflitos entre estes dois gangs vieram juntar-se conflitos e divisões internas, dando origem a uma diversificação da identificação dos grupos. Por exemplo, o B18 dividiu-se em duas facções: *Revolucionarios* e *Sureños* (Sanz e Martínez, 2011). No capítulo 5 analisarei com maior detalhe algumas destas transformações ocorridas na constituição e actividades dos gangs, assim como algumas das suas causas e impactos.

¹²¹ Grupos de estudantes que frequentemente se confrontavam - inicialmente em contextos de encontros desportivos - tendo-se desenvolvido uma rivalidade entre Institutos Técnicos e Nacionais que levou os confrontos para a rua. Sobre o fenómeno das *barras* estudantis ver Savenije e Beltrán (2005).

Importa aqui frisar que, apesar das suas múltiplas identidades e pertenças, os gangs são um fenómeno estreitamente (mas não estritamente) associado aos desafios colocados aos jovens, em contextos urbanos caracterizados pela exclusão, pelas desigualdades sociais e à vivência de múltiplas violências quotidianas, sentidas nas famílias, nas comunidades e noutras instituições (Cruz e Portillo, 1998; Liebel, 2002; Savenije, 2009). Os jovens são também os mais afectados pela violência directa, nomeadamente os jovens do sexo masculino entre 15 e 24 anos, os quais têm dez vezes mais probabilidades de morrer assassinados do que outros grupos (Santacruz-Giralt, 2005: 353).

Assim, de acordo com outros estudos, a idade média de entrada nos gangs ronda os 15 anos (Cruz e Portillo, 1998; Santacruz-Giralt *et al.*, 2001). Entre os membros por mim entrevistados, a média de entrada é de 14-15 anos para os homens e de 13-14 anos para as mulheres. No entanto, como pude constatar pela diversidade de percursos que me foram narrados e que outros estudos revelaram, não é raro que os primeiros contactos, simpatias e relações de proximidade se desenvolvam a partir dos 11 anos de idade – numa fase crucial de passagem para a adolescência e de todas as incertezas e necessidade de pertença que esse período implica (Carranza, 2005:26). Ao mesmo tempo, em alguns casos, o envolvimento é um pouco mais tardio, por volta dos 18-20 anos. Neste caso, muito provavelmente, as relações de afinidade e colaboração podem não passar por uma adesão formal ao gang ou a adesão pode ser resultado de uma estada e socialização no contexto prisional ou de uma vontade de vingança (por exemplo, pela morte de um familiar ou amigo).

Por outro lado, não existe uma idade de saída, aliás, a noção de saída do gang não é considerada ou não é enunciada enquanto tal. No discurso oficial dos gangs, como aprofundaremos no próximo capítulo, os seus membros não saem do agrupamento, algo visto como traição, apenas se retiram da vida activa, processo que referem como *calmarse* ou desactivar-se. A vontade de seguir este processo surge normalmente após a constituição de uma família ou a passagem por um centro prisional, no entanto, na verdade, uma grande parte dos membros é assassinada ou detida para a vida, com sentenças que podem chegar a setenta e cem anos. O facto de estarem *calmados* não impede, porém, que se reactivem mediante as necessidades e ordens recebidas para esse efeito, como vários mencionaram.

Apesar de, no que diz respeito ao seu poder de atracção e mobilização, as *pandillas* estarem profundamente relacionadas com a juventude e mais concretamente com a

adolescência, estes são actualmente grupos transgeracionais, encontrando-se entre aqueles que sobreviveram às duas últimas décadas, os veteranos, pessoas que rondam os quarenta anos ou mais e que estão, uma grande parte, detidos; existindo já famílias com diferentes gerações de *pandilleros*. Também, apesar de maioritariamente constituídos por membros do sexo masculino, estima-se que pelo menos um terço seja do sexo feminino – questões que explorarei também mais à frente.

São ainda grupos que se desenvolveram fundamentalmente em espaços urbanos, tendo raízes no centro de San Salvador como nos bairros marginais de toda a Zona Metropolitana, mas que acabaram por se dispersar por quase todo o território nacional, ainda que continuem mais concentrados nesta área (Carranza, 2005: 6). Com a aplicação das políticas Mano Dura – sobre as quais falarei no capítulo seguinte – parece-me ainda que a dispersão se acentuou nas zonas rurais e periurbanas, devido à necessidade premente de se esconderem, de se tornarem menos visíveis e acessíveis. Os gangs estão divididos em *clickas*, pequenos subgrupos, as quais estão “territorialmente misturadas umas com as outras, pelo que o seu campo de controlo ou domínio não transcende a unidade das colónias [bairros]”, isto é, “difícilmente se encontrará uma só pandilha controlando um município inteiro” (Carranza, 2005: 7).

O que é também comum a estes agrupamentos é a sua origem socioeconómica. Provenientes de uma classe média-baixa e baixa, com uma média de escolarização, porém, acima do esperado mas com elevado abandono escolar (Cruz e Portillo, 1998; Santacruz-Giralt *et al.*, 2001), trata-se raramente de jovens que vivessem em contextos abastados, atravessando normalmente bastantes dificuldades económicas, mas não necessariamente vivendo na miséria – que existe por exemplo no espaço rural. Podem até encontrar-se alguns membros ou simpatizantes com nível de *bachiller* e até estudos universitários.

Os membros destes gangs reivindicam a sua pertença de forma visível e através de marcas corporais, como as tatuagens, e modos de vestir específico, que aliás lhes deram bastante visibilidade e provocaram alguma estranheza; reclamam, pelo menos numa primeira abordagem, fortes vínculos de solidariedade e companheirismo entre eles; usam códigos de comunicação particulares e têm regras, códigos internos e rituais de iniciação para provar que merecem ser membros do gang e que são capazes de aguentar o tipo de vida que os espera (Cruz e Portillo, 1998: 20). Esta visibilidade e a reivindicação identitária levaram, aliás, a que se tornasse muito mais fácil usá-los como bodes

expiatórios numa espiral de reprodução do medo e da insegurança e contribuíram para uma progressiva estereotipagem e desumanização, sendo representados pelos poderes político, económico e mediático como criminosos sem escrúpulos e demoníacos (Martel, 2006; Wolf, 2008).

Sem negar o seu envolvimento em crimes e o uso da violência e crueldade ou a possibilidade da existência de alguns casos de psicopatia entre os membros de gangs¹²², é fundamental, porém, olhar para os gangs como produto de ordens sociais específicas, e não apenas das características negativas de alguns indivíduos; como geradores de outras dinâmicas para além da violência, isto é, de identidades, pertenças e organização social; e tentar entender os seus significados políticos.

É necessário ir para além do retrato a “perto e branco”, o qual tem “muito pouco a ver com a vida real, as actividades e sobretudo os motivos e percepções dos jovens sobre eles mesmos e a maneira como se organizam” (Liebel, 2004: 86). Ao mesmo tempo, os gangs têm tanto de real como têm de fantasmagórico, juntando-se às narrativas – quer conservadoras, quer progressistas – baseadas nas figuras dos indígenas, dos guerrilheiros, dos subversivos que frequentemente vão assombrando o país ou se vão rebelando face à organização social e política.

Assim, o velho mundo da destituição dos camponeses e do esmagamento das aspirações de democratização e redistribuição, de governos militares e oligárquicos, das articulações ideológicas e apoios da Guerra Fria, deu lugar a um novo mundo da urbanização, da emigração em massa e do desenvolvimento baseado em remessas e nas *maquiladoras*, de autoritarismo disfarçado, de promoção do consumo como expressão da cidadania e de impunidade generalizada – quer face aos crimes de guerra, quer face à corrupção. Este novo mundo é também um mundo de paradoxos: ao mesmo tempo que as fileiras dos gangs são engrossadas por aqueles e aquelas que recusam ser os “novos servos” (Velásquez, 2009) dos novos poderes económicos, estes acabam por servir uma agenda de manutenção do *status quo* e de reforço da marginalização e das desigualdades.

¹²² É necessário esclarecer que esses casos serão escassos, como comprovado por alguns estudos realizados noutros contextos (Valdez *et al.*, 2000).

Capítulo 5 – “Poucas pessoas conseguem chegar a ser o que são”: gangs, violência (e) política para além da guerra e da paz

Introdução

Matarem a Yasmín, lembrás-te dela? A própria pandilha, matou-a. Por uma questão de traição. Deram a ordem e as companheiras de cela mataram-na. Queimaram-lhe o cabelo, um horror. Quando os guardas lá chegaram, já estava morta há muito. Cheiraram queimado, mas não ligaram muito... Quando lá chegaram, já não puderam fazer nada. E, claro, ninguém é culpado. Dizem que teria um namorado da mesma pandilha que a testou. Sacava-lhe informação e ela falava, confiava nele. E ele denunciou-a (Reprodução de uma conversa informal com uma funcionária prisional, San Salvador, 2009).

Sim, lembro-me da Yasmín. Entrevistei-a, em 2007, na prisão de Ilopango, onde cumpria pena por roubo. Lembrei-me dela e tive que procurar a transcrição da sua entrevista. Queria ter a certeza.

Tenho vinte e quatro anos. Sou *pandillera*. Não posso dizer que me sinta orgulhosa de o ser porque não é verdade. A vida tem-nos preparadas várias coisas... Quando tinha onze anos, os meus pais separaram-se. O meu pai levou dois filhos, a minha mãe levou três, e eu fiquei com a minha avó. Eu era a filha do meio. A minha avó tinha uma banca de *tortillas*, ela mandava-me vender *tortillas*, o que me tornava difícil estudar. Não tinha recursos. Com o pouco que vendia, lá íamos sobrevivendo. Eu juntei-me com um rapaz aos onze anos e meio. Conheci uma senhora, ela ajudou-me muito, o filho dela era *pandillero*. Comecei a andar com ele. Os problemas começaram a afectar a minha vida. Eu fazia muitas coisas para *salir adelante* [progredir, avançar, melhorar] com os meus irmãos. Mas, então, o meu pai levou-os. Aos onze anos e meio juntei-me com ele. Ele tinha dezassete anos. Ao fim de um ano começou a bater-me, a levar mulheres para casa, e quando ele me batia eu só chorava (...) Os meus avós ajudaram-nos muito mas eles também tinham as suas necessidades. E quando já não tínhamos medo das pessoas, então, começámos a roubar, eu era a única rapariga, íamos roubar nos autocarros. Quando tinha doze anos, andávamos a roubar e, quando nos metemos numa casa, vimos um homem que começou a bater-nos. Eles saíram a correr, tinham já dezoito anos. E eu fiquei. Ele bateu-me, abusou de mim e eu comecei a apanhar aquele ódio bem grande, mas tão grande, em relação às pessoas e só pensava “porque acontecem estas coisas???”. Regressei onde costumávamos encontrar-nos, o meu companheiro de vida estava a beber, estava drogado, e eu já não aguentava a droga, nem os problemas dele. Nesse dia ficou chateado porque eu não quis ter relações. E a partir daí comecei a cheirar cola. As pessoas já não olhavam para nós da mesma maneira, começaram os problemas, marginalizavam-nos. Eu precisava da minha mãe mas nunca estive com ela e quando mais necessitei dela ela não ajudou (...) No meu caso, o meu pai e a minha mãe, por sua vontade, nunca estiveram presentes (...) Às vezes os pais dizem “Ah! Eu tenho o meu filho num colégio, tem dinheiro, tem tudo!”: é mentira, porque não lhe dão a confiança, a amizade, e quando os filhos se perdem em *pandillas* perguntam “porque fizeste isso?” Mas naquele momento em que teve um problema não estavam lá para ele. E o que é que fazem os amigos? “toma esta droga” ou “toma esta pastilha” que te vai relaxar e quando se apercebe já é viciado. E os pais nunca estão, ainda mais se és mulher, não te entendem, os pais devem semear algo, para que quando os filhos cresçam não possam apontar-lhes nada. Sempre disse aos jovens que não é bonito andar nas *pandillas*. Mas as pessoas pensam que sim, é bonito. Sobre tudo aos adolescentes. A minha primeira missão foi matar alguém. Cumprí a missão mas não a matei, só lhe entrou uma bala no olho, era uma contrária (...) Aos catorze anos fui para a Guatemala. Passei por muitas coisas. Tinha prometido às minhas irmãs que as ia *sacar adelante* [ajudar]. Mas a *pandilla* perseguia-me sempre. Voltei da Guatemala, procurei uma igreja, comecei a ser a evangélica. A minha mãe dizia-me “tu és cristã de

mentira! Tens que ser católica porque católica é o que Deus quer”, então saí dessa igreja porque ela me meteu muitas coisas na cabeça e comecei a consumir muitas drogas, comecei a prostituir-me. O que ganhava era para ajudar os meus irmãos (o meu pai não me falava), o que ganhava dava-lhes porque queria que os meus irmãos estudassem. Comecei a trabalhar dia e noite. Comecei a vender drogas. Eu defendia os menores porque não queria que se perdessem. Dava-lhes de comer, eu tinha 14 anos e era uma mãe para os meninos. Mas quando estava metida nas drogas não conseguia sair, eu queria *salir adelante* mas nunca o pude fazer porque nunca tive apoio, sempre lutei contra o vento, contra a maré, nunca pude ser o que queria, talvez me faltasse algo, não sei o quê. Estamos numa realidade muito dura sobretudo quando se está no meio de tanto conflito. Quando batemos em alguém dizemos: “assim vai aprender” mas é mentira porque suficientes já são os golpes que levamos da vida (...) neste país não há muitas oportunidades, poucas pessoas conseguem chegar a ser o que são, agora até para fazer limpezas pedem o *bachillerato* [12º ano]. Uma mulher tem cinco filhos, não lhe dão trabalho, é o que tem que fazer, lançar-se na prostituição. E ainda há quem lhe chame a “vida alegre” (...). Antes de vir para aqui engravidei, mas eu não sabia, sempre tive a vontade de ter um filho mas quando já estivesse noutra nível, para que o meu filho não sofra o que eu sofri, porque é muito duro aguentar a fome, dormir nos parques, aguentar frio, ver que as pessoas passam com comida e nós ali deitados no chão; um dia fui ao centro penal ver o meu companheiro de vida, e não sabia que estava grávida, eu já estava a sair e apanharam-me e bateram-me numa rixa, os da *mara* contrária, e só senti dores e comecei a sangrar e como não sabia que estava grávida, fui ao hospital e disseram-me que tinha tido um aborto e eu fiquei muito mal. A minha reacção foi bárbara e disse para mim que a vida já não tinha sentido. Disse-Lhe: “Senhor, tu passas-te comigo!” O que eu mais queria, já o tinha perdido. Eu acreditava muito em bruxaria, magia negra, praticava isso, era uma forma de sobreviver. A minha mãe tem um centro, em parte eu aprendi porque desde pequena via como fazia, houve um tempo em que sobrevivi graças a isso, se uma pessoa me fazia mal, eu também lhe ia fazer. A mim, as coisas da vida iam-me tornando bem dura porque antes eu era humilde e simples, os golpes da vida iam-me tornando dura e dura, e então cheguei até ao extremo de matar. Foi muito duro porque uma pessoa actua em defesa própria mas isso ante os olhos de Deus é pecado. Mas eu já não me ficava perante ninguém, desde que perdi o bebé, sobretudo se alguém me fazia algum reparo, eu reagia logo com violência. Não tenho namorado. Ninguém que me espere, ninguém que me visite. Estou aqui por roubo, há três anos, tenho uma pena de dez. Nestes três anos ninguém me visitou. Não sei como está a minha família. Quando eu liguei à minha mãe ela disse-me “tu estás presa, não tens por que ligar-me, para mim tu estás morta há muito tempo”, e isso é bem duro, e eu respondi-lhe “que se passa consigo? Você sempre me virou as costas” e ela: “se o meu marido se dá conta que estás presa, deixa-me”. As minhas irmãs não dizem nada, as duas mais pequenas já estão acompanhadas, elas já têm a sua vida. Uma delas disse-me, “tu nunca foste o que nos prometeste, por que nos abandonaste?”, elas pensam que as deixei por gosto, por minha vontade (...) Elas sentem que as desiludi porque eu lhes dizia que íamos estar as três juntas mas separámo-nos todas. Mas não quero que elas sejam o que eu sou porque nesta vida sofre-se muito, só nós sabemos, quando se anda tatuado, olham-nos de lado, a sociedade marginaliza-nos, discrimina-nos, as portas fecham-se, não permitem que demonstremos que podemos mudar, discrimina-se tanto só por se trazer uma tatuagem (...) Quando sair daqui espero não voltar a andar entre eles. Estes anos ensinaram-me que posso superar-me e que as pessoas que não ajudam o fazem por sua vontade, ou seja, aprendi muitas coisas e pedi a Deus que a mentalidade que tenho agora não mude quando saia daqui, para poder lutar e avançar... (Yasmín, 24 anos, Ilopango, 2007).

As suas palavras ecoam: “poucas pessoas conseguem chegar a ser o que são”. No seu caso, os obstáculos foram muitos. Yasmín nasceu em El Salvador, em 1983, durante uma intensa guerra civil. No entanto, não foi esta a guerra que viveu intensamente. Membro do B18 desde 1994, um dos anos mais violentos após o final do conflito armado (Briceño-León e Zubillaga, 2002: 13), Yasmín iniciou, então, um caminho repleto de desencontros com a violência, a desilusão e a marginalização, caminho este pontuado por momentos de esperança de, como muitas vezes repetia, poder *salir adelante*, de poder vir a

ser “o que realmente era”. Este percurso culminaria, no entanto, com sua morte às mãos das suas companheiras de cela e de gang, algumas delas provavelmente com um percurso de vida semelhante. Encontrou a morte apenas três anos antes de uma trégua entre *pandillas* (2012) lançar uma ténue esperança de paz em El Salvador. Tinha 26 anos.

A memória de Yasmín impôs-se como uma fonte central e inultrapassável para entender os complexos percursos de uma parte significativa dos jovens no período pós-guerra, ecoando permanentemente na escrita desta tese, por mais versões que dela ensaiasse. O percurso de Yasmín é uma prova da necessidade de pintar retratos que vão para além da absoluta monstruosidade e da absoluta inocência dos membros de gangs; da necessidade de reconhecer que tanto as possibilidades do bem como do mal estão presentes em todos nós (Zimbardo, 2007: 5).

Para além do relato de Yasmín, que me tocou particularmente, muitos outros mostram, em diferentes medidas, esta necessidade, e muitos inspiram sentimentos contraditórios. São relatos heterogêneos, marcados ora pelo silêncio e incómodo, ora por uma atitude de desafio, ora pela tentativa de sedução, com diferentes posicionamentos, mais e menos críticos em relação aos grupos de que fazem parte, como em relação à sociedade em que vivem.

Os relatos que aqui analiso provêm de um conjunto de trinta e quatro entrevistas, realizadas em dois momentos diferentes, em 2007 e em 2009, com membros de gangs, e que se distribuem da seguinte forma: no que diz respeito ao gang a que pertencem, vinte e duas das entrevistas são com membros do B18, onze com membros ou simpatizantes da MS13, e uma entrevista com um membro de outro gang¹²³; em relação ao sexo das pessoas entrevistadas, catorze são homens e vinte são mulheres¹²⁴; as idades oscilam entre os 18 e os 38 anos, sendo que a maior parte tinha entre 20 e 27 anos de idade¹²⁵; no que toca à sua

¹²³ As razões desta desproporção prendem-se com o facto de inicialmente me ter sido concedida autorização para realizar entrevistas apenas em prisões com membros do B18, algo que procurei depois matizar, solicitando autorização específica para entrar em prisões com membros da MS13. No entanto, tendo passado mais tempo nas primeiras, acabei por não conseguir recuperar e alcançar o mesmo número de entrevistas.

¹²⁴ As razões desta desproporção dizem respeito ao facto de, em 2007, apenas me ter sido concedida autorização para realizar entrevistas na prisão exclusivamente feminina (Ilopango) mas também ao meu interesse específico em aprofundar os relatos de mulheres, as quais assumem na maior parte dos estudos sobre gangs papéis secundários.

¹²⁵ Em 2007 procurei realizar também entrevistas com menores de idade mas, por um lado, não considerei válidas aquelas que consegui realizar porque não foram realizadas com um grau de confidencialidade adequado e, por outro lado, quando tentei ingressar a um centro de detenção de menores, deparei-me com um motim que me impediu de levar a cabo as entrevistas nesse dia como nas semanas seguintes. Depois, em 2009, tendo em conta as dificuldades éticas relacionadas com a realização de entrevistas com de menores de idade, decidi não inclui-los.

relação com a pandilha, no momento da entrevistas, apenas cinco eram membros desactivados, três eram pessoas que, apesar de terem um relação de proximidade, não eram membros formais da *pandilla*, e todas restantes foram realizadas com membros activos; de entre estas entrevistas, duas são entrevistas de grupo, uma com membros do sexo masculino, outra com membros do sexo feminino, tendo sido realizadas em contexto de rua. A maior parte das entrevistas foi realizada nas prisões de Ilopango, Quezaltepeque, Sensutepeque e Chalatenango¹²⁶, excepto as de cinco membros desactivados¹²⁷ e as duas colectivas¹²⁸. Todos os nomes que constam neste trabalho são fictícios, apesar de nem todos terem pedido anonimato¹²⁹.

Como vimos antes, os gangs em questão e os seus membros não estão relacionados com uma ideologia política pré-determinada, nem se diferenciam em termos de aproximação partidária ou mesmo de origem social, apesar de, por vezes, surgirem nos discursos (dos próprios mas também de terceiros) algumas diferenciações. No entanto, isto não significa que não sejam actores políticos.

5.1. Gangs, pós-guerra e política

Existem diversos estudos sobre a violência pós-guerra e os gangs, em particular, em El Salvador. Logo nos anos noventa, quando estes grupos emergiam e ganhavam maior visibilidade, vários investigadores começaram a dedicar-se à análise das causas do seu surgimento e desenvolvimento, bem como às suas características e actividades (cf. Argueta *et al.*, 1992; Smutt e Miranda, 1998; Cruz e Portillo, 1998). O IUDOP¹³⁰ foi particularmente fértil na produção sobre o tema, lançando um estudo de referência (Cruz e

¹²⁶ Por razões práticas e de segurança: era muito difícil aceder aos membros dos gangs em contexto de liberdade uma vez que viviam escondidos e que para chegar aos mesmos teria que passar por organizações que nem sempre garantiam condições para um trabalho de investigação. Além disso, a questão da segurança foi também considerada. No entanto, a experiência nas prisões – sobretudo naquelas que passei mais tempo – deu-me a oportunidade de conversar com funcionários e observar algumas rotinas às quais não teria acesso.

¹²⁷ Realizadas através de uma colaboração com a organização Homies Unidos.

¹²⁸ Realizadas através de uma colaboração com funcionários de uma Alcaldia da Zona Metropolitana de San Salvador.

¹²⁹ É de notar que a escolha dos e das participantes foi feita ora pelos técnicos, ora pelos próprios (aqueles que se voluntariaram), de acordo com pedidos da minha parte. Nos casos em que mantinha uma boa relação com os funcionários pude ainda conversar com eles para analisar diferentes perfis, noutros casos não tive essa oportunidade e a minha visita era encarada como uma perturbação à rotina, e os meus pedidos mal compreendidos por isso eram o mais vagos possível, interessava que fossem membros de gangs, sobretudo jovens, mas de ambos os sexos.

¹³⁰ Instituto Universitario de Opinión Pública da UCA.

Portillo, 1998), um inquérito de opinião realizado junto de cerca de mil membros de gangs e com a participação de alguns deles na equipa de investigação¹³¹, o qual serviria de base a actualizações (Santacruz-Giralt *et al.*, 2001), aprofundamentos qualitativos e comparativos, incluindo a análise de cidades dos países vizinhos (ERIC *et al.*, 2001, 2004a, 2004b; Cruz, 2006b). Outros estudos foram sendo produzidos por investigadores ligados à UCA (Carranza, 2005). José Miguel Cruz tem ainda actualizado o seu trabalho em relação às transformações sofridas pelos gangs (Cruz, 2009; 2012). No âmbito da FLACSO¹³², destaca-se também o trabalho de Win Savenije, com outros investigadores, sobre matérias de exclusão social e violência na Área Metropolitana de San Salvador, imprimindo particular ênfase à constituição de diferentes expressões de violência juvenil (Savenije e Andrade-Eekhoff, 2003; Savenije e Van der Borgh, 2004; Savenije e Beltran, 2005; Savenije, 2009).

Existe, assim, uma vasta literatura que explora a confluência de várias condições ou factores que propiciaram o surgimento e/ou desenvolvimento dos gangs, bem como as suas práticas, com diferentes metodologias e níveis de análise, e que nos permitem traçar um retrato muito fidedigno da reprodução da violência. No entanto, não existe consenso no que diz respeito às lentes específicas que pretendo usar. Refiro-me, em primeiro lugar, à lente das relações entre a violência e os actores da guerra e a violência e os seus actores do período pós-guerra. E, em segundo lugar, à consideração do que é considerado político.

Alguns autores procuram encontrar relações entre a guerra e a violência pós-guerra. Estas relações são tanto directas como indirectas. São salientadas “as sequelas do conflito armado”, possibilitando a criação de uma série de condições como “a cultura de violência, a debilidade institucional dos sistemas policiais e de justiça e a disponibilidade de armamento” (Cruz, 1997). A guerra terá servido de “estímulo e de guarda-chuva” ao que Martin-Baró denominava como violência “delincente”, “facilitando o acesso a armas”, “aprofundando a corrupção” e a “impunidade” e fomentando “o desemprego e o desespero” (Martin-Baró, 2008: 360). O mesmo autor esclarece ainda que, perante a gravidade e o horror da guerra, esta violência “delincente” era remetida para segundo plano ou invisibilizada. Além disso, acrescenta-se a desilusão e a frustração das esperanças

¹³¹ Esta colaboração daria origem à constituição da organização Homies Unidos em El Salvador, uma instituição composta por *pandilleros calmados* dedicada à reabilitação e reinserção dos membros de gangs, a qual tem também um escritório em Los Angeles, onde nasceu.

¹³² Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.

de alteração política e económica, surgidas com o final da guerra, face à manutenção da exclusão socioeconómica:

Os tratados de paz resolveram o problema da marginalização política, mas na realidade não foram capazes de resolver os problemas da exclusão socioeconómica. O Estado salvadorenho viu-se limitado na sua capacidade de integrar todos os sectores na rota do desenvolvimento e do cuidado. A existência e a dinâmica das *pandillas* juvenis em El Salvador, tal como de outros fenómenos de delinquência, sugerem a presença da necessidade de recuperar um espaço social perdido através da violência, por parte de alguns sectores populacionais ¹³³ (Cruz, 1997).

Mas há também algumas relações mais directas como o facto de algumas *pandillas* (anteriores ao crescimento do B18 e MS13) terem colaborado com a guerrilha nas zonas urbanas (Liebel, 2002); como a presença de ex-guerrilheiros e de ex-soldados em *pandillas*, e em práticas criminais de modo geral, assim como uma eventual transmissão de conhecimentos e técnicas de guerra (Cruz, 1997). Estes factores podem de facto ter contribuído, pelo menos, para o aumento do grau de violência utilizado.

Também relevantes, mas difíceis de medir, são os impactos psicossociais e de (des)estruturação económica e social trazidos pela guerra. Massacres, torturas, desaparecidos, uma estratégia de terra queimada e de terror generalizado deixam consequências que se sentem “nos corpos, nas mentes e na ordem social”, já que “as consequências do trauma em massa afectam não apenas os indivíduos mas também grupos sociais e formações culturais” (Suárez-Orozco e Robben, 2000: 1) e geram uma desorganização e fragmentação social importantes, com consequências que perduram no tempo, como a normalização da violência no quotidiano (Beristain *et al.*, 1999:21; Hume, 2008: 72). Acresce a isto uma herança de polarização do discurso político e de objectificação e demonização do Outro (Martel, 2006; Hume, 2007).

Apesar disto, é certo que não podemos analisar a violência pós-guerra, nomeadamente a violência dos gangs, como resultado exclusivo e directo da guerra (Savenije e Van der Borgh, 2004; Hume, 2008). Há que referir que já antes do conflito armado El Salvador apresentava uma das mais elevadas taxas de homicídios da região (Cruz e González, 1997: 1). Ao mesmo tempo, os gangs obviamente não surgem apenas

¹³³ Tradução livre da autora. No original: “*Los tratados de paz resolvieron el problema de la marginación política, pero al final no fueron capaces de resolver los problemas de exclusión socioeconómica. El Estado salvadoreño se vio limitado en su capacidad de integrar a todos los sectores en el rumbo del desarrollo y la atención. La existencia y dinámica de las pandillas juveniles en El Salvador, tanto como de otros fenómenos del orden delincencial, sugieren la presencia de la necesidad de algunos sectores poblacionales de recuperar un espacio social perdido a través de la violencia*”.

em países que atravessaram guerras. É frequente a comparação entre El Salvador e os países vizinhos para desqualificar o peso da guerra: na vizinha Nicarágua, que atravessou uma guerra, os gangs são mais escassos e menos violentos; já na vizinha Honduras, que não atravessou qualquer guerra interna, os gangs também se desenvolvem e, nos últimos anos, as Honduras ultrapassam El Salvador no número de homicídios¹³⁴. Hagedorn sugere, no entanto, que estas diferenças entre os países também podem estar relacionadas com as diferenças na intensidade e no destino da emigração. Isto é, enquanto houve uma migração em massa – cerca de 400 mil pessoas – de El Salvador para Los Angeles, onde se encontravam gangs que adquiririam um carácter mais transnacional, a maior parte dos refugiados Nicaraguenses dirigiu-se a Miami, onde os gangs se mantiveram de carácter local (Hagedorn, 2008b). Mas, como veremos no capítulo 5, não é suficiente analisar apenas o contexto de emergência dos gangs; é também essencial ter em conta as formas como se vão transformando e o papel das políticas de reposta nessas transformações. É necessária uma abordagem dinâmica e diacrónica, quase constante, para acompanhar as suas modificações.

Em suma, uma análise destes percursos de violência numa pura lógica de causa-efeito, por reduzir a complexidade e até imprevisibilidade dos fenómenos sociais, e em particular da violência, a uma leitura mecanicista e estática, deve ser questionada. Para colmatar algumas estas dificuldades, alguns autores preferem centrar-se nas dinâmicas de exclusão social e abandono governamental e nos mecanismos de intermediação entre a exclusão e a violência directa; nestes mecanismos incluem-se as frustrações geradas pela exclusão que conduzem à agressividade; a normalidade da violência na interacção quotidiana e, por último, a presença de organizações sociais perversas, como os gangs (Savenije e Andrade-Eekhoff, 2003; Savenije e Van der Borgh, 2004).

No entanto, neste caso, os gangs são vistos como algo “anormal” (perverso) e não como resultados – normais – de complexos percursos de práticas e representações individuais e colectivas. Além disso, os gangs são vistos como inquestionavelmente não políticos, uma vez que não seguem qualquer ideologia política reconhecida.

Apesar do enorme contributo dado pelo estudos antes mencionados, considero mais interessantes as abordagens que não definem *a priori* fronteiras entre actores e violências

¹³⁴ Estas chamadas de atenção são extremamente pertinentes, mas a estas há que juntar a problemática utilização das estatísticas, concentradas sobretudo nos homicídios, como fonte de análise da violência, devido à sua baixa fiabilidade e às dificuldades de comparação (Huhn *et al.*, 2006).

legítimos e ilegítimos, entre o que é político e o que não é, entre o passado e o presente, entre a realidade e a sua construção e mitologia (DeCesare, 1998; Bourgois, 2001, 2002; Zilberg, 2007; Rodgers, 2004;2009; Martel, 2006). Assim, proponho-me analisar os percursos da violência pós-guerra a partir da desconstrução destas fronteiras e através do recurso à analogia entre violências e seus actores.

A partir da análise das motivações para entrar no gang e das apreciações que fazem em relação ao seu funcionamento, às possibilidades de reabilitação e em relação às conexões com outros actores, defendo aqui que, para além de serem produto de determinadas ordens sociais e políticas, como vimos no capítulo anterior, os gangs são ainda actores políticos em sentidos distintos mas não independentes. Em primeiro lugar porque, apesar de vistos sobretudo como formas de alienação, se podem vislumbrar fragmentos de resistência nas motivações, percursos e auto-representação dos seus membros. E, em segundo lugar, porque se constituem como actores soberanos, grupos que produzem (des)ordem social e reconfiguram as relações sociais no quotidiano assim como são, ao mesmo tempo, produto e produtores de políticas específicas em interacção com outros actores políticos formais e informais. Pretendo questionar um pensamento monolítico sobre guerra/paz e reprodução/resistência, chamando a atenção para os fragmentos de guerra que existem na paz (Sylvester, 2011), assim como para os fragmentos de resistência que existem na reprodução da violência e da dominação.

5.2. Fragmentos de resistência

Gangs e guerrilhas não são actores equivalentes. Não são o mesmo tipo de associação, são guiados por objectivos distintos, nomeadamente nas suas relações ou reivindicações face ao poder político, e não empregam os mesmos tipos de meios violentos. Além disso, enquanto a guerrilha é vista como produto ou expressão de um movimento de resistência à violência estrutural, económica e política, os gangs são vistos sobretudo como reprodutores dessa violência e da ordem social dominante. Isto acontece devido a duas diferenças fundamentais: os alvos da violência e os seus discursos justificativos. As guerrilhas visam o poder político e os indivíduos e grupos poderosos, sustentando-se numa argumentação com base na classe social e/ou liberdades políticas e articulando as aspirações das margens a uma transformação social; já os gangs visam

outros gangs, concorrentes e inimigos, mas acabam por exercer também violência contra os seus próprios membros e as suas próprias comunidades. Numa perspectiva orientada pela classe social ou pela geração, de certa forma, o conflito entre os gangs poderia ser visto como uma forma de auto-destruição ou de auto-extermínio: trata-se de violência suicida e não de violência libertadora, como era, em parte, encarada a da guerrilha. De alguma forma, a participação em gangs poderia até assemelhar-se mais à participação dos jovens no exército e dos camponeses nos esquadrões da morte, durante a guerra do que propriamente à participação na guerrilha. No entanto, o que é comum a qualquer uma destas instituições é a ténue fronteira entre recrutamento forçado e consentido.

Neste ponto pretendo fundamentalmente demonstrar que, tal como as guerrilhas foram, também, espaços de reprodução da dominação (e até da violência), quer entre os seus membros, quer face às populações com quem conviviam (Herrera, 2006; Bourgois, 2001; Binford, 1999); também os gangs não são apenas espaços de destruição e reprodução de uma ordem económica e sociopolítica injusta e violenta – o que, em geral, realmente são – mas também espaços onde alguns ideais, discursos e práticas de resistência podem ser encontrados.

Analisando as entrevistas que conduzi, percebi precisamente que poderia juntar alguns fragmentos de resistência à dominação e à violência estrutural, quotidiana e política, alguns traços de atitudes contestatárias (Liebel, 2002). Estes são certamente fragmentos, pedaços ambivalentes e devem ser lidos com muito cuidado. Muitas vezes, estes jovens resistem de formas que os levam a novas formas de dominação e violência – quer como vítimas, quer como perpetradores. Trata-se também, muitas vezes, de resistências imaginadas, recriadas, por um trabalho que concilia os desafios de reconstituição da memória, a necessidade de autojustificação e uma vontade de auto-representação. Isto é, nem sempre se trata apenas do que realmente se passou mas também do que se desejava que se tivesse passado. Nem sempre se trata apenas do que se pensa mas também do que se acredita que os outros querem ouvir.

5.2.1. “Uma pessoa entra porque quer”: agência, representação e co-produção

Alguns desses fragmentos dizem respeito à forma como as pessoas entrevistadas não só demonstram a sua agência em campos adversos (Utas, 2005) como também a

reivindicam, frisando as suas escolhas como resultado de uma vontade própria e da sua autonomia. Isto é, recusam apresentar-se como “recipientes vazios” das vontades e ideias de outros, preferem apresentar-se como agentes que “têm as suas próprias ideias” e uma “estratégia vital própria” (Liebel, 2004: 86). Assim, a maioria contextualiza o momento de adesão ao gang nas suas trajetórias de vida, falam de abandono ou violência familiar, da influência dos pares, da necessidade de resposta a alguma agressão, por exemplo, mas aquele preciso momento de escolha é deles e delas:

Aí o que interessa é o que cada um quer, uma pessoa entra porque quer, não é por falta de amor nem nada disso, é assim porque a pessoa quer que seja assim. (Sandra, 20 anos).

Eu e os meus amigos começámos a andar com as *pandillas*, mas eles não queriam que me metesse nisso (...) porque diziam que eu estava habituada a outro tipo de vida, que eu não ia aguentar, que não sabia nada disso. (Elizabeth, 24 anos).

A minha mãe chorava, decidi ir-me embora de casa para estar com o meu *homeboy*, porque pelo facto de ser *pandillera* nunca a tratei mal, eles a mim deram-me tudo, se eu fui para a rua é porque eu quis, e não como os outros que não têm família. (Carmen 1, 26 anos).

A minha má cabeça fez-me andar nas ruas e agora vir parar aqui, na prisão... e eu digo para mim própria que não mereço ver os meus filhos. Às vezes dizemos que Deus nos castiga mas não é Deus que nos castiga, somos nós próprios que nos castigamos, somos nós que perdemos tudo por causa das nossas acções. (Carmen 2, 28 anos).

Realmente as minhas motivações foram questões minhas, problemas pessoais que eu tinha com a outra *pandilla*. No meu caso, bom, alguns companheiros sim, tiveram problemas familiares, os meus pais também se separaram, mas isso foi quando eu era muito pequeno, não influiu em nada na minha vida de *pandillero*. (Pedro, 30 anos).

Assim crescemos, na rebeldia desde pequenos, aconselharam-nos, não ouvimos conselhos, fugimos de casa e é assim que temos que pagar. (Rafael, 27 anos).

Meti-me na *pandilla* por loucura minha... Digamos, não foi por problemas familiares, porque muitos dizem “ah a minha mãe, o meu pai”, não. Eu comecei a andar nas *pandillas* porque quando estava no colégio vieram uns companheiros e comecei a relacionar-me com eles, e gostei disto (Roberto, 27 anos)

Claro que esta reivindicação pode ser ainda problematizada, estando sujeita a várias interpretações. Em primeiro lugar, nem toda a gente a faz (embora sejam poucos, sobretudo quem não pertence formalmente ao gang) e nem sempre são coerentes ao longo da entrevista – o que é normal, tendo em conta que reflectem sobre as suas acções e as suas acções não são coerentes, isto é, noutros momentos podem surgir outro tipo de justificações, normalmente ligadas com o ambiente familiar, como podemos ver, por exemplo, no discurso de Alex,

Nunca tivemos o calor de alguém, alguém que estivesse connosco, que nos perguntasse como nos sentimos, o que queríamos. Mas também não lhes deito a culpa a eles [os pais] ou à minha avozita, ela aconselhava-nos... mas creio que foi talvez isso que me afectou, não me arrependo de ser *pandillero*, simplesmente talvez tenha sido isso que me afectou. (Alex, 23 anos).

Em segundo lugar, como também já apontado, esta ideia de que os *pandilleros* e as *pandilleras* aconselham os e as aspirantes a não se envolverem, pintando uma vida difícil e exigente pode funcionar precisamente como estímulo, “negar-lhes o acesso desperta mais interesse no grupo” (Carranza, 2005: 25), torna a sua pertença ainda mais valorizada porque demonstra que, apesar de todas as dificuldades, se está disposto a arriscar, que se é destemido.

Em terceiro lugar, é também certo que estas afirmações podem ser vistas como expressões de um “sujeito que não conhece os limites sociais” e reclama esta “independência” como forma de construção de uma “identidade hipermasculina ou da insubmissão incondicional” para “negar qualquer proximidade ou conexão com o feminino, outro nome da docilidade” (Zaluar, 2009: 562). Convém, no entanto, assinalar que esta atitude não é exclusiva dos homens, as mulheres entrevistadas também procuram afirmar esta autonomia, ainda que essa possa ser entendida como uma masculinização, isto é, valorização do seu carácter e do seu percurso.

No entanto, o que quero aqui frisar é o seguinte: nenhum destes relatos pode ser encarado como um discurso “verdadeiro” e “objectivo” que transmite a “realidade dos factos” (Robben e Nordstrom, 1995:12). Há que ter em conta que também os e as jovens que entrevistei tinham os seus próprios interesses de representação. Têm, perante mim, uma estrangeira interessada nas suas histórias, nas suas vidas, que julgam irrelevantes, a possibilidade de taticamente se auto-representarem, e escolhem, quase sempre, não representar-se como vítimas – pelo menos neste preciso momento das suas vidas.

Além disto, há que frisar que as pessoas que entrevistei não são já as mesmas que se envolveram no gang, as mesmas que praticaram crimes, são essas mas também outras, recriadas pela estada na prisão, pelos problemas que foram tendo ao longo da vida por pertencer ao gang, pelo interesse mediático e académico em tornos deles. Aliás, as questões de representação foram algumas vezes tocadas directamente, quer como aviso ou pedido para que eu não reproduzisse o tipo de tratamento que lhes é dado frequentemente, quer demonstrando que as questões de representação não são apenas individuais e

espontâneas mas que existe também uma reflexão colectiva mais ampla sobre estas questões:

Pedro: Não é que nos proibam de falar do que nós fazemos ou vivemos ou sobre o que pertencemos, mas realmente a grande maioria – e vais-me desculpar se falo por outros – mas, a grande maioria, sim, vêm fazer umas entrevistas que são mal direccionadas e digamos que só escolhem o que eles querem apresentar num canal de televisão, dentro de uma revista ilustrativa e coisas assim... só retiram o que eles querem e não o que realmente se expressa. Nesse sentido, vários preferem “não, e eu para que vou a isso, se no final não vão dizer o que eu penso mas o que eles querem que pense...”.

Sílvia: E isso, a ti, já te aconteceu?

Pedro: Sim, já aconteceu, a grande maioria, isso é mais com os canais por cabo mas, pela experiência que temos, a grande maioria dos que vêm do estrangeiro sempre vai vendo outro tipo, conhecer-nos, apresentar-nos à sociedade desses países e dizer-lhes “olhe, este *muchacho*, este é o estilo de vida actual e esta é forma que pensam neste momento”. Já os daqui dizem “estes sempre foram *pandilleros* e não vão deixar de ser *pandilleros*, sempre vão estar dentro da delinquência”. São conceitos diferentes. (Pedro, 30 anos).

Sílvia: Queres fazer-me alguma pergunta a mim?

Alberto: Sim, tudo isto é uma ajuda sempre para nós, nós agradecemos que possa contar connosco. Não sei se em algum momento, quando algum companheiro, não sei se não lhe quis responder, e penso que, para isto, não há problema nenhum; não sei se alguém lhe faltou ao respeito, se sim, mil desculpas também, de antemão, e agradecer porque são pessoas que querem ajudar-nos (Alberto, 26 anos).

Óscar: Sabe que quando eu estava livre, andava lá uma rapariga com uma câmara a tirar-nos fotos que ia levar para outro país.

Sílvia: Sim? E a ti, tiraram-te fotos?

Óscar: Tiram-me umas fotos, sem camisa e levaram-nas para outro país.

Sílvia: Sim. E que tal?

Óscar: Lá tenho familiares, nos Estados Unidos, lá falam de coisas, dizem que saímos numa página na internet.

Sílvia: Mas eu não tiro fotos.

Óscar: Porquê?

Sílvia: Porque não é o meu objectivo, tirar fotos das pessoas.

Óscar: Só assim, andar gravando...

Sílvia: Sim. Porquê, tu gostas que te tirem fotos?

Óscar: Não... no dia em andava livre, nesse dia levaram-nos a um balneário, *bah*, da parte desses, que lhe estava a dizer ...

Sílvia: Projóvenes?¹³⁵

Óscar: Isso, Projóvenes, levaram-nos a um balneário e tiraram-nos fotos, uma que era de Espanha, sim, de Espanha, eram, levaram-nas para lá e meterem na internet, e lá saíram em vários países...

Sílvia: E isso parece-te bem? Gostas de sair em...

Óscar: Não.

Sílvia: Não gostas? Então por que tiraste a foto?

Óscar: Não, por que não sabia, sim, tiraram-ma e isso era para um estudo...

Sílvia: Se tiras uma foto para algo tem que ser...

Óscar: Dizem-me: “para uns estudos lá, não sei quê”, disseram-me, “está bem”, tiraram a vários *muchachos* de tatuagem na cara, e ali nos disseram já quando nos tinham tirado que o iam passar em vários países na internet... não gostei que gozassem comigo [...] muita propaganda nos fazem!

Sílvia: Não gostaste disso?

Óscar: Não.

¹³⁵ Programa público, financiado pela União Europeia, de prevenção da violência e reinserção de *pandilleros*.

Sílvia: Hum, se fosse outro tipo de informação, gostarias?

Óscar: Talvez, se me pediram isto para um estudo, “bem, está bem, não há problema”, mas os problemas aqui connosco... quando eu estava livre vários jovens chegavam, de vários países, tiravam fotos para o estudo, bah, para ver em que podiam ajudar-nos e tudo isso, e assim que nos tiravam as fotos iam pô-las na internet...

Sílvia: Não era para estudo, nem para...?

Óscar: Não, a ver para que era...

Sílvia: Pois...

Óscar: Sim, está lixado, mas agora ajudamo-la a si, pois... (Oscar, 24 anos).

Nestes casos concretos, estamos perante pessoas que perceberam também que existe um poder de representação que, embora não possam controlar totalmente, procuram, cada vez mais, influenciar. Neste sentido, por exemplo, é interessante notar que o B18 conseguiu, durante algum tempo, projectar-se de forma menos negativa do que a MS13 para terceiros – passando uma imagem menos violenta, menos irracional e com mais princípios, algo que aliás me comentava um dos entrevistados da MS13. Este tinha percebido que a outra *pandilla* estava a capitalizar simpatias e que eles, entre outras coisas, por não terem dominado as questões de comunicação, não quererem falar e dar entrevistas e se mostrarem mais fechados e secretos, ficavam com uma pior imagem. Esta questão da representação e a tentativa de controlar a produção de informação sobre os gangs era também uma das questões recorrentes no tempo que passei com a ONG Homies Unidos. Além disso, numa das prisões que passei mais tempo, apesar de não ter procurado entrevistar líderes dos gangs, fui chamada por um deles, que desejava ser entrevistado, depois de se ter informado sobre os meus propósitos. Fui considerada uma pessoa de confiança mas, ao mesmo tempo, a minha actividade estava assim controlada. Apesar das diferentes vontades, possibilidades e capacidades dos meus interlocutores para controlarem a informação que passavam, considero que existe, neste sentido, uma co-produção do objecto/sujeito de estudo, apesar de o poder final de representação ser fundamentalmente meu.

Essa co-produção verifica-se também no cuidado muitas vezes demonstrado em assinalar que são pessoas como as outras, que são seres humanos, que têm sentimentos, que a sua existência não se resume à violência ou à delinquência:

Sílvia: Que tipo de coisas pode levar alguém a ser discriminado em El Salvador?

Osmín: As tatuagens, as pessoas que são viciadas em drogas, a homossexualidade, às vezes vêm uma pessoa tatuada e já imaginam muitas coisas, um homem matador, violador, habilidoso e *toda la onda*, e talvez não seja assim. (Osmín, 24 anos).

Carlos: Há pessoas que andam nisto por ir alucinar, quanto mais o fazem mais tatuados andam mas talvez o coração deles é melhor... eu tive companheiros que andam todos

tatuados, e até podem ter a cara verde e grande coração... até os obrigam a fazer maldades e há pessoas que não têm e fazem coisas más...

Sílvia: Ou seja, que há pessoas boas e más?

Carlos: *Cabal!* Em grupo sempre há pessoas que se prestam a fazer o mal e outros que não [...] em algumas ocasiões, quando andava lá fora, convidava companheiros “ façamos tal coisa” e eles diziam-me que não, “ não posso, porque tenho que fazer tal coisa”, diziam-me e às vezes só ficava assim a vê-los, talvez zangado, com a arma na mão, um louco bravo, dizia-lhes: “por que não podes? vais comigo e vais comigo”. (Carlos, 23 anos).

Há gente que pensa que nós não temos coração, há mais que pensam que não temos sentimentos, mas sim, temos sentimentos e temos coração. (Ruth, 21 anos).

Nós, se a uma pessoa lhe cai a casa, nós tiramos a camisa e agarramos numa pá e se for possível ajudá-la, ir cortar paus, ver o que for preciso para a casa, para que a pessoa veja que nós também somos seres humanos e temos coração. Nós podemos ajudar as pessoas quando mais necessitam e assim, como eles dizem, então, eles também passam a ver a nossa realidade. (Membro de um gang em entrevista colectiva em liberdade, Município da AMSS, 2007).

Como temos o mau, também temos o bom, mas, sim, temos também que ter um pouquinho, é que somos delinquentes, também gosto da delinquência, é como um dom que temos, então, mas, quer dizer, há coisas que não são tão graves e discriminam-nos de uma tal maneira [...] antes de sermos *pandilleros* somos seres humanos. (Júlia, 29 anos).

Recusam assim uma plena identificação entre ser *pandillero* e ser anormal, perverso ou necessariamente violento. Esta aspiração à humanização tem que ser entendida num contexto mais vasto que aprofundarei no último ponto deste capítulo, de progressiva desumanização operada pelos poderes político e mediático, e não apenas como forma de sedução ou auto-desresponsabilização já que, de modo geral, não negam a sua participação em actos que eles próprios julgam como repreensíveis. Muitas vezes caracterizam-se eles próprios como delinquentes, embora estabeleçam as suas próprias fronteiras entre uma má e uma menos má delinquência.

5.2.2. *Vacil*, respeito e lealdade: liberdade, igualdade, fraternidade?

Existe algum consenso em relação à impossibilidade de afirmar que a pobreza gera directamente violência (Zaluar, 2004:24; Koonings e Kruijt, 2007a:5; Cramer, 2009). A mobilização dos jovens para integrar gangs não pode ser vista apenas como forma de geração de recursos, embora existam diferenças contextuais que tornam esta segunda questão mais ou menos relevante. Os ganhos financeiros não devem ser negligenciados como motivação para entrar no gang. A *pandilla* acaba por oferecer também outras

oportunidades de negócio, redistribuição e sobretudo de “consumo ostensivo” mas não necessariamente de enriquecimento, ou pelo menos, não para todos (Rodgers, 2007: 79).

No entanto, não são as necessidades financeiras as mais apontadas, pelos próprios membros, para entrar no gang. Neste sentido as entrevistas que realizei vão encontro de estudos anteriores (Cruz e Portillo, 1997; Santacruz-Giralt *et al.*, 2001). Raros são aqueles que, como Carlos e Alex, assumem uma íntima relação entre a pertença ao gang, a criminalidade e a obtenção de recursos materiais:

Carlos: Um psicólogo perguntava-me por que fazia o mal, então. “Porque roubas, porque fazes coisas más,” então, como eu lhes dizia, às vezes não é que as queira fazer mas por andar em grupo e querer ser mais do que os outros, vamos fazer as coisas. “Mas, porque roubas se não tens nenhum vício? Porque roubas?”, perguntava-me um Juiz de Menores de La Unión, “não tens vícios, só quero que me respondas a esta pergunta: por que roubas?”, e eu dizia, “a mim nada me dá medo e eu não quero trabalhar”.

Sílvia: Não querias?

Carlos: Não queria trabalhar, andava no mal lá fora, não quero trabalhar por obrigação de manter, ter as minhas coisas, sapatos, roupa, camisa, dinheiro, colares... tenho que roubar. (Carlos, 23 anos).

Alex: Cada merda, ali fora, oiça-me, lá fora, gosto de ter dinheiro, andar *vacilando*, vestir-me bem e ir a todos os lugares. Para andar nisso é preciso dinheiro, bah, e se depois não trabalho nem nada, onde vou buscar o dinheiro?

Sílvia: E nunca trabalhaste?

Alex: Não gosto.

Sílvia: Não gostas de trabalhar?

Alex: Não.

Sílvia: Mas se nunca trabalhaste, talvez não saibas se....

Alex: Por isso nunca trabalhei, não gosto, não gosto, que alguém me diga “faz isto e aquilo”, não, melhor o dinheiro fácil.

Sílvia: E achas que te dá mais liberdade?

Alex: É melhor e gosto disso, então... (Alex, 23 anos).

No entanto, esses recursos não se destinam a conseguir bens vulgarmente considerados como de primeira necessidade, são bens que permitem ter alguma relevância e estatuto social entre pares e nas comunidades mas por cuja obtenção não estão dispostos a sacrificar a liberdade face ao que entendem como exploração laboral. Os membros dos gangs não se encontram necessariamente em situação de pobreza extrema mas encontram-se destituídos de possibilidades que vão além de trabalhos mal pagos, irregulares e precários ou desprezados, como mencionava Alex e como também confirma Osmín:

Sílvia: E com o que ganhavas, não te chegava para viver?

Osmín: Sim.

Sílvia: Então, não precisavas de roubar?

Osmín: Eh... quando não tinha trabalho, sim.

Sílvia: Ou seja, que o trabalho nem sempre o tinhas...

Osmín: Não. Porque às vezes o trabalho acaba.

[...]

Osmín: Também trabalhava com eles, o meu avô tinha uns terrenos e ensinou-me um pouco disso mas o trabalho assim do campo não me agrada, fazem-se bolhas e tudo isso, mas sempre o ia ajudar porque não tinham quem os ajudasse, os meus outros primos iam trabalhar, tinham trabalho, e só eu e um tio o ajudávamos e o meu primo, mas esse só aos Sábados e Domingos (Osmín, 24 anos).

Encontram-se destituídos de visibilidade, de uma existência social valorizada e respeitada:

Acho que é para chamar a atenção, usar calças descaídas, camisas largas, querem chamar a atenção das pessoas, talvez porque nunca lhes deram carinho, amor. Uma pessoa quer ser vista, que as pessoas a vejam “estou aqui, olhem para mim” e então faz-se qualquer coisa (Yasmín, 24 anos).

Mesmo que os ganhos simbólicos sejam, muitas vezes, indissociáveis da obtenção de recursos, não se resumem aos mesmos. A procura de respeito e de poder estão associadas à necessidade de demonstrar permanentemente coragem e valentia:

Carlos: Eu dizia que por fazer o mal só sete anos me podem pôr porque era menor de idade, não importava matar dez ou matar cinco, de qualquer forma, sete anos me vão pôr. E metia-me onde queria, fazia o que queria, o que eu gostava era de me rir quando fazia o mal, era o gosto que sentia quando chegava ao pé dos companheiros e dizer-lhes “agora mesmo acabo de matar a fulano”, “ah, morreu fulano”, e entre todos dão-te o respeito. [...] Quando estava aí fora, andava a roubar, a fazer coisas más, às vezes emocionamo-nos, cremos que somos mais, como lhe estava a explicar, cremos que somos mais que os outros, que somos mais fortes e mais ferozes.

Sílvia: o que significa, para ti, o poder?

Carlos: Ser grande!

Sílvia: E achas que tinhas poder, quando estavas lá fora?

Carlos: *Cabal*, porque fazia o que fazia, e o que fazia, conseguia, o que queria, fazia. Queria meter-me num bairro, digamos, muito perigoso ou algo desse estilo. Eu fazia-o, sem sequer pensar que me podiam matar aí nesse lugar. (Carlos, 23 anos).

Assim, “a *pandilla* constitui um grupo social que produz regularmente dois tipos de conduta: confrontos agressivos e soluções materiais e/ou simbólicas para os seus membros” (Feixa e Canelles, 2007: 22). Em alguns casos, a pertença ao gang permite ainda reagir ou vingar experiências de violência e discriminação, sobretudo em contexto familiar e de proximidade:

Pois, eu criei-me num lugar sem pai, a mim ofereceram-me quando era pequena. E era muito difícil encontrar a minha mãe, ou seja, ela não queria saber de mim. E quando a conheci já tinha quase 13 anos e comecei a falar com ela e tudo. Mas nessa altura eu não sentia carinho por ela. Agora, sim, dá-me muita alegria, é ela que vem ver-me, é a que está presente em tudo. Mas, sim, criei-me num lugar sem gente que fosse família de sangue. Vivia com uma senhora que era como a minha avó, mas não era a minha avó, avó de criação. Então, aí maltratavam-me [...] Eles eram donos de uma loja onde vendiam essas coisas para cultivo e assim. Eu tinha como uns seis anos, talvez. Punham-me a trabalhar, em grande voltas, maltratavam-me, não me davam comida. Sofri muito. Por isso me tornei muito simples, porque eu não era como sou agora. Agora até mudei bastante. Estou mais tranquila, mas antes era bem violenta. Tudo me enervava, tudo me incomodava, ou seja,

nada me parecia como era, só como eu via. Mas não era assim. Quando eu era pequena era muito diferente mas, talvez por tanto maltrato, me tornei como sou agora. (Julia, 29 anos).

E nessa altura ocorreu à minha mãe e ao meu pai, o meu próprio pai, fazer uma troca. Que eu fosse viver com o meu pai. E eu “como? se nem o conheço?”, apenas uma vez o vi em pessoa, “não o conheço!”. E ele estava casado com outra senhora e como ele sempre teve boas condições económicas, eh... crê-se da alta sociedade. E eu a viver num lugar pobre, é uma grande mudança. Mas, pronto, à força fizeram a mudança. Tiraram-me do colégio e inscreveram-me numa escola pública. A minha mãe com grande sacrifício tinha-me num colégio e ele foi inscrever-me na escola pública e dizia que era da “alta sociedade”... porque, sim, ele tinha dinheiro [...] e então apresentava-me como a criada da casa. Á frente dos seus amigos. Porque tinha vergonha, porque eu sou mais morena do que eles, porque à mesa, à hora de nos sentarmos à mesa, eu não sabia pegar nos talheres como a gente da alta sociedade que comem todos assim... então, ele batia-me na cabeça [...] e a minha mãe nunca me tinha batido [...] e começava a dizer que a minha mãe era lixo, que eu era lixo, todos os dias, dia e noite me chamava “lixo”. Eu cumprimentava-o e ele dizia “lixo”, assim me respondia ele. Então comecei a pensar “mas o que é que eu fiz?”. Uma vez perguntei-lhe por que me maltratava assim, “se eu o que quero é gostar de si, eu nunca tive um pai e quero saber o que é ter um pai”. Tinha dez anos ainda e ele começou “mas se tu és lixo, tu és um bastardo, és um bastardo, bastardo, bastardo” e batia-me na cabeça. “E nem penses em querer ir ver a tua mãe porque é lixo... vais-te esquecer do mundo de lixo em que vivias”, e tudo era lixo, só ele era perfeito. Era assim que ele dizia, ela era perfeito [...] Eu ia visitar a minha mãe aos fins-de-semana. Cada quinze dias deixava-me ir visitá-la. E cada vez que eu chegava de ir visitá-la tinha que tomar banho e desinfetar-me e meter água fervida na boca porque vinha do lixo. Sim, era bem terrível para uma menina de dez anos... vivendo isso... e eu dizia à minha mãe: “olhe que já não aguento, ele maltrata-me”, “mentiras, filha, mentiras” [...] Então, comecei a criar um ódio, começou a crescer-me joio no coração... “um dia vão-me pagar”, “vão-se arrepender do que me estão a fazer”! Porque eu não minto, eu não, não dizia mentiras. Era tão inocente. Mas eu bem disse “algum dia mas vão pagar”. (Mariana, 26 anos).

No entanto, as razões mais apontadas para o interesse e vontade de integrar as *maras* e *pandillas* estão relacionadas com aspirações de pertença e inclusão e com práticas e valores de construção identitária. Desde logo, as *pandillas* constroem-se por oposição aos outros, aos contrários, através de uma série de justificações diferenciadoras mas sobretudo através do conflito permanente. E, embora, para quem observa, esta guerra entre *pandillas* possa parecer absurda, ela tem alicerces profundos na construção dos grupos como entidades de pleno direito, assumindo uma forma quase mitológica e, portanto, de difícil desconstrução, mesmo quando se dão conta de algumas incoerências:

Sílvia: Qual é a razão da disputa entre as duas *pandillas*?

Alex: Ah! Já sabes qual é...

Sílvia: Não.

Alex: Ah! Porque somos inimigos...

Sílvia: Sim, mas por que são inimigos?

Alex: Talvez por poder, por vários poderes, de território, de *transe* [negócio] de droga. (Alex, 23 anos).

Luís: Por sistema de bairro. Por exemplo, se eu vivo num bairro e você vive noutra e eu venho querer mandar em si, então você não se vai ficar, e aí tem que haver rivalidade, é assim que se dá a rivalidade entre os bairros... (Luís, 24 anos).

Yasmín: Esse ódio surge porque se matam um aliado meu, é lógico que isso me magoe, então vingamos a morte deles assim, é como um ciclo vicioso, eu mato-te, tu matas-me, é assim. (Yasmín, 24 anos).

Sílvia: Qual é o motivo do confronto entre *pandillas*?

Roberto: Quando comecei na *pandilla*, eu sabia que eles eram os contrários de nós... lá em Los Angeles, sempre queriam por veneno aos salvadorenhos, ou seja, os mexicanos, mexicanos, lá... os salvadorenhos eram *golpeados*, jogavam os salvadorenhos contra nós, as *pandillas* contra nós, e começámos a formar a nossa própria *pandilla*, começámos a evoluir, a evoluir, *bah*, e já sabes como é, não? (Roberto, 33 anos).

Luís: Alguns dizem que MS significava *mara* satânica e que era pelo diabólico, outros diziam que era *mara* salvadorenha, porque nasceu aqui... mas não, *verdad*? Nasceu também em outros países. (Luís, 24 anos).

Embora possa parecer estranho falar de ideologia, neste contexto, a verdade é que esta palavra é utilizada frequentemente pelos próprios para designar o seu estilo de vida e as suas rotinas. O *vacil*, *la vida loca*, a vida das ruas, do qual faz parte o confronto com outros gangs e a conquista de território, mas não só, surge várias vezes conotado com a liberdade:

Sílvia: Mas, em que acreditam?

Pedro: Na nossa própria libertinagem, no nosso estilo de vida, eh, quisemos ter isto. O quê? A nossa própria liberdade, a nossa própria ideologia. (Pedro, 30 anos).

Alicia: Bom, talvez, sim, gosto de como funciona a *pandilla*, mas talvez me tenha metido nisso porque às vezes os pais querem ter-nos muito controlados e uma pessoa precisa de um pouco de liberdade e por isso saí de casa, conhecia-os, comecei a gostar do *vacil*, como dizemos, e assim foi como me meti na *pandilla*. (Alicia, 26 anos).

Este apelo da experiência da rua, onde dependem deles próprios, está relacionada com os desafios colocados aos adolescentes na construção da sua identidade e afirmação de um percurso autónomo, escapando assim ao controlo familiar e das instituições, como a escola, e, em muitos casos, ao autoritarismo e conservadorismo embrenhados nas instituições. Na rua encontram novos espaços de diversão, adrenalina e convivências, isto significa passar tempo com os amigos, consumir drogas (mas nem sempre), roubar, prestar provas de resistência, valentia e lealdade e desafiar os contrários. Estas vivências da rua funcionam como parte do processo de passagem à idade adulta, de socialização e aprendizagem para a vida e conferem-lhes reconhecimento e valor, em particular aos homens, garantindo-lhes prestígio e sucesso junto das mulheres:

A ideologia da *pandilla* é o *vacil* nada mais... como, como no *vacil* da *pandilla*, saem um monte de raparigas, querem conhecer-te, querem saber como é o teu vício, e há algumas que te perguntam, assim de verdade, se já mataste [...] talvez pensem que nós, como a

nossa vida é o *vacil*, elas pensam que conosco se vão sentir bem [...] talvez porque são curiosas e gostam de saber como é a vida do *pandillero*, elas imaginam os *vaciles* que nos damos, talvez droga, cerveja, *smirnoff*, *guaro*, coisas assim, andar em bailes, andar em discotecas. Ou seja, aquele que anda na rua tem a mente mais desperta, vai dar-se conta de muitas coisas e não é como um miúdo que está em sua casa e a mamã lhe diz “ah, filho, faz isto, anda, vai às compras” ou “mamã, tenho fome”. Miúdos, sem experiência, talvez não sabem nada da vida e talvez nós possamos saber através das experiências vividas, porque nós conhecemos a realidade. Há que ver para crer. (Osmín, 24 anos).

Carlos: Há pessoa que, digamos, pessoas trabalhadoras, como companheiros civis que trabalham e tudo e vemos que [elas] não se juntam com alguém assim, às vezes procuram mais relacionar-se com pessoas como nós, e até eu fiquei admirado, nesse aspecto...

Sílvia.: E por que achas que isso acontece?

Carlos: Talvez seja porque andamos mais bonitos ou porque andamos em coisas, porque temos mais valor [coragem], não sei, no meu caso até fiquei surpreendido, sim. (Carlos 23 anos).

No entanto, este *glamour*, associado aos *pandilleros*, é também cada vez mais posto em causa, já que uma grande parte vive actualmente na prisão ou permanentemente escondido:

Sílvia: Sempre tiveste várias [namoradas]?

Jorge: Umas quantas, quando somos mais jovens arranjam mais, mas agora, neste tempo, “puta”, quando era da *mara*, elas gostavam...

Sílvia: Porquê?

Jorge: Porque gostavam na nossa vida e do nosso ambiente.

Sílvia: E agora já não?

Jorge: Para os que estão lá fora a vida já não é como antes, é bem diferente. (Jorge, 33 anos).

A pertença à *mara* ou *pandilla* é também associada a aspirações de maior igualdade e horizontalidade nas relações. Assim, quando a pergunta é feita directamente, quase todos afirmam que não existe hierarquia, que são todos iguais, ou que cada um tem a sua voz, “não importa que seja pequeno ou grande”, “mulher ou homem”. Ao longo da conversa, porém, acabam quase sempre por reconhecer que, uma vez que cada um se ganha o seu respeito, este está dependente das provas dadas individualmente, assim como podem existir diferenças baseadas no sexo e na idade (e também nas funções que desempenham, mas isso quase não é referido nas entrevistas).

Fundamentalmente, apesar das críticas que alguns e algumas possam ter ao funcionamento do gang, como veremos mais à frente, o gang é encarado sobretudo como uma família, muitas vezes a família a que não se teve a sorte de pertencer: “a *pandilla* sempre será a minha família, e sempre vão ser os meus irmãos, o irmão que nunca tive”, dizia Mariana. Estabelecem-se, assim, laços fraternos e de solidariedade, constitui-se uma família de quem se recebe apoio e protecção:

Entrevistado 1: Não há problema, aqui todos nos damos bem todos, nós somos uma família, aqui tratamo-nos como irmãos. Se uma rapariga não tem comida, nós ajudamo-la, nós vivemos em família, irmãos, agora se ela gosta de algum, tudo bem, mas aqui criamo-nos como irmãos, seja mulher, criança, homem, somos todos iguais, para nós não há diferença, somos uma família, se temos 1 dólar, desse dólar vamos comer todos, se temos uma *tortilla*, essa *tortilla* vamos partilhar...

Entrevistado 2: Aqui há uma irmandade, cada um de nós tem o respeito, pelas nossas veias corre sangue azul, somos príncipes e elas são as nossas princesas, têm o mesmo sangue. (Entrevista colectiva em liberdade, Município da AMSS).

Uma família que substitui as outras e que se funda no amor ao grupo, um amor sacrificial, um amor também ele construído de sangue: *por mi madre vivo, por mi barrio muero*, diz-se. A existência desta família depende, de facto, da demonstração permanente de lealdade, de uma ética de defesa da honra colectiva e de um esquema perpétuo de vingança:

Nós sempre tivemos uma guerra contra a outra pandilla mas, eh, o porquê... nem eu lhe saberia dizer porque tudo começou. Mas, na realidade, sempre nos mantivemos e eu estou disposto e sei que se a outra *pandilla* fez algum mal a alguém que era 18, e eu sei que essa pessoa representava isso, eu tenho que encontrar uma maneira, somos uma família, eu tenho que ver como o defendo. Nesse sentido, nós criamos esse conceito, que nós defendemos os nossos, o nosso, até mesmo se chegar a qualquer extremo, por isso é que estamos vários aqui onde estamos e perdemos a nossa própria realidade por defender aquilo em que acreditávamos [...] Sempre nos mantivemos, nunca dissemos “não, eu já não”, porque é um código, uma ética, um certo valor [coragem], porque dizemos “se eu vou pertencer a algo tenho que permanecer”, e isso não quer dizer que eu não vou ajudar outra pessoa, tenho que ser fiel ao meu conceito porque, digamos, se alguém é católico, é porque acredita nisso, já se vem um evangélico é porque acredita nessa religião, se nós pertencemos a isto é porque acreditamos em algo e quisemos pertencer a algo. (Pedro, 30 anos).

As motivações individuais para aderir a grupos que utilizam a violência são diversas e dependem da interacção entre cada percurso pessoal e as condições estruturais. Uma análise mais centrada nas condições estruturais, apesar de extremamente útil, esconde, no entanto, esta multiplicidade de percursos.

No caso das motivações dos guerrilheiros e guerrilheiras e dos seus e das suas apoiantes, existem poucos estudos centrados nestas dimensões mais pessoais. Jocelyn Viterna procurou colmatar esta lacuna, elaborando um estudo sobre as motivações das mulheres que se envolveram na guerrilha, em El Salvador, e descobriu que, para além daquelas cujo percurso se aproximava mais das razões apontadas pelos estudos de índole mais estrutural – isto é, a adesão aos ideais e objectivos de luta pela justiça, igualdade e democratização e a resposta ou reacção à repressão que as afectou directa ou indirectamente – havia também um grupo em cujos percursos se destacava a busca de

adrenalina e emoção, de um lugar familiar e de conforto ou ainda uma impossibilidade de seguir outro caminho (Viterna, 2006).

O que pretendo destacar, no caso dos gangs, é que apesar de aparentemente serem apenas fruto da alienação dos jovens, do individualismo e do consumismo, são também expressão de aspirações de construção identitária e comunitária, vectores de realização de aspirações e ideais de organização da sociedade, ainda que não pelas vias formais e legitimadas – partidos, associações ou movimentos sociais. São, em parte, também, culturas juvenis, “micro-sociedades” que, apesar de não pretenderem opor-se directamente à ordem estabelecida, a desafiam permanentemente (Rocha, 2008). Neste sentido, a sua identidade não se esgota na violência ou na delinquência, como já haviam apontado outros estudos (Cruz e Portillo, 1998; Santacruz-Giralt *et al.*, 2001; Feixa e Ferrándiz, 2005; Feixa e Canelles, 2006:21), embora o papel da violência e as transformações que têm ocorrido nas *pandillas* não sejam de negligenciar.

5.2.3. “Gosto do *vacil*, gosto do respeito e quero ter isso tudo!”: fragmentos feministas

O peso numérico das mulheres na guerrilha nos anos 1980 – cerca de 30 a 40% (Luciak, 2001: 47) – deu azo a vários estudos que pretendiam entender esta revolução na composição dos grupos de contestação política na América Latina face às décadas anteriores (Lobao, 1990; Mason, 1992). No entanto, apesar de também cerca de 20 a 40% dos membros de gangs em El Salvador serem do sexo feminino¹³⁶, a participação das mulheres nestes grupos tem sido marginalizada e minorizada.

Este (aparente) paradoxo no interesse votado às experiências das mulheres que integram gangs está relacionado com a questão da diferença de legitimidade associada à acção e objectivos dos diferentes grupos. Quando as mulheres se envolvem em grupos violentos em contextos de guerra, seja em exércitos, seja em grupos de guerrilha, é muitas vezes com base num pacifismo inerente que são retratadas nas práticas e discursos políticos e mediáticos. São remetidas para papéis de apoio (secundarizados) ou de cuidadoras (Enloe, 2000) e a sua participação é quase sempre entendida como um prolongamento das suas funções tradicionais, mesmo quando elevadas ao estatuto de

136 Diferentes estimativas em Santacruz-Giralt e Eastman (2001); Demoscopía (2007); Savenije (2009).

heroínas primordiais, sustentáculos das lutas e projectos nacionalistas ou revolucionários. Nestes casos, a própria violência exercida pelas mulheres é justificada pelo seu suposto pacifismo “natural”: as mulheres são violentas para alcançar a paz. Os estudos realizados sobre os aspectos mobilizadores da participação das mulheres na guerra civil em El Salvador, nas suas diversas vertentes¹³⁷, tendem, em geral, a corroborar esta narrativa heróica, sobre-humana, anti-violência, colocando a tónica na adesão ideológica das mulheres a objectivos de justiça social e à revolução ou na resposta à agressão do exército (Lobao, 1990; Mason, 1992; Luciak, 2001; Ibañez, 2001; Shayne, 2004; Herrera, 2006).

Quando a violência das mulheres é exercida fora de um enquadramento ideológico justificativo, ela é também abordada do ponto de vista da excepcionalidade, em dois sentidos diferentes.

Em primeiro lugar, no sentido de serem invisibilizadas (Moura, 2007): são tidas como meras “acompanhantes”, membros secundários e apoiantes, mas não membros centrais e activos dos gangs, assim como as fundações sexuadas da violência dos gangs (feminilidades, masculinidades e a relação entre estas) também não parecem ser relevantes. Em segundo lugar, no sentido de serem hiper-visibilizadas (Utas, 2005; Sjoberg e Gentry, 2007) como exemplos de um “desvio” de género, sendo a violência por elas praticada vista como irracional ou anormal. Tornam-se parte de uma imagética que as revela como expressões de feminilidades perversas: são “*bad girls*” que se afastam dos papéis pacíficos esperados, desprovidas de “feminilidade”, cuja ligação aos gangs se explica sobretudo por via da sexualidade e da hiperssexualização dos seus actos (Laidler e Hunt, 2001; Moore e Hagedorn, 2001); ou são ‘monstros’, hiper-agentes, ainda mais assustadoras e vorazes do que os homens no seu desempenho da violência (Sjoberg e Gentry, 2007:12; Utas, 2005: 405-406). Em suma, retira-se-lhes a feminilidade, a normalidade e a humanidade (Sjoberg e Gentry, 2007: 12).

Assim, não podem ser os modelos que a permanente associação entre mulheres e pacifismo oferece. Nesse sentido, alguns estudos e activismos feministas têm um papel contraproducente ao reforçar essa associação, recusando olhar os fragmentos feministas que emergem da análise dos relatos destas jovens – ainda que ambíguos, incompletos ou incoerentes. São esses fragmentos que pretendo analisar, centrando-me em duas dimensões.

137 Enquanto guerrilheiras, membros das organizações de massas ou de sobreviventes (familiares de presos e desaparecidos) ou ainda enquanto civis com funções de apoio pontual nos bastidores.

Em primeiro lugar, estas jovens reclamam um lugar em actividades e espaços predominantemente masculinos e masculinizados, correndo o risco de se encontrarem numa situação de dupla discriminação social, e tal como os homens tendem a não se apresentar como vítimas, e a reclamar a sua autonomia e as suas escolhas. Além disso, respeito, poder, vingança, coragem, prazer, liberdade e adrenalina são noções que raramente se encontram associados às motivações e experiências das mulheres nos gangs, ou às feminilidades, nos estudos sobre gangs em El Salvador. Relatos como os de Mariana e Cármen seriam, assim, vistos como excepções:

Entretanto, comecei a conhecer raparigas que estudavam no mesmo instituto que eu e que eram *pandilleras*. E pensava: “gosto de como as respeitam”, de tudo que elas faziam, de como chegavam bem pintadas, com as calças tombadas e até eu baixava a cara quando elas passavam porque lhes tinha respeito. Toda a gente lhes tinha respeito e medo. Ninguém lhes podia dizer nada. E isso era o que eu queria para me vingar de quem me tinha feito mal. E então, pensei, “bem, se eu já atiro pedras¹³⁸, também posso fazer mais, vou demonstrar a todos que sou mais do que eles e vou ter poder” [...] Eu quero ser *pandillera*”, dizia-lhes “gosto da diversão, gosto do respeito e quero ter isso tudo” [...] Doía-me tudo dos pontapés que levei [ritual de iniciação]. Mas levantei-me, sacudi-me, toquei na cara que estava cheia de sangue, do nariz, da boca, sacudi o uniforme e pus-me a rir. “Hey e tu porque te ris? Estás contente com a carga de porrada que te deram?” “Sim!”. Há muitas pessoas que se levantam a chorar, a queixar-se da dor, “eu estou feliz, estou alegre” [...] depois fui para casa, lavei o uniforme manchado de sangue. Nessa altura, a comunidade onde vivia era do [gang rival], e pensei “E que me importa? Vão-me pagar por tudo, odeio-os”. Eu quando era pequena não tinha mesmo medo de nada, nada! (Mariana, 26 anos).

Estava louca pelo meu bairro, eu dizia “dou a vida pela *pandilla*”, tinha quinze anos quando entrei, apaixonei-me por um 18, e com o tempo decidi integrar-me na *pandilla*, ele não queria, ele dizia que me amava, mas apanhou-se uma psicose porque, diziam os outros, “nós respeitamos uma *homegirl*, não uma civil”, por isso me meti e quando me *brinqué* [inicie] ele já não queria nada comigo, mas pensei “vou demonstrar-lhe que, sim, posso” e comecei a fazer coisas, primeiro deram-me uma missão para ver até onde podia chegar, eu olhava para os meus companheiros feridos, porque eu fui a primeira *homegirl*, a única fêmea entre trinta e três homens, não havia mais mulheres [...] eu fazia o mesmo que os homens. Fazia o que me diziam. Eu não parava, dizia sempre “eu vou convosco”. Eles diziam “não, tu ficas”, mas eu queria mostrar-lhes que merecia o respeito. (Cármen 1, 26 anos).

Quando se trata de analisar as motivações das raparigas para aderir a estes grupos, é acentuada a busca da suposta protecção (face a outros grupos ou face a familiares, por exemplo), quer física quer económica (Liebel, 2002; Santacruz-Giralt *et al.*, 2001). No entanto, muitas delas, não só têm outras motivações e atitudes, como fazem questão de

¹³⁸ Referência aos confrontos estudantis.

demonstrar que são tão fortes e corajosas como os homens, ora desafiando conscientemente os estereótipos de gênero:

Sílvia: Há actividades que as mulheres não podem fazer?

Ana.: Muitas coisas, não sei, como trabalho de homens pesado, como dizer, o uso de armas, eles pensam que só eles podem usá-las.

Sílvia: Mas tu também usavas?

Ana: Às vezes, o emocionante é mesmo fazer o contrário e demonstrar-lhes que também posso. (Ana, 26 anos).

Ora remetendo-se a elas próprias para um lugar de excepção, demarcando-se das outras mulheres, consideradas também como concorrentes, e identificando-se mais com os homens.:

Gostava mais de andar com eles, porque há mais *vacil*. As mulheres, às vezes, cortam-se, nós, mulheres, somos um bocado *chambrositas* [coscuvilheiras, que arranjam complicações], só havia problemas porque aquela tinha mais atenção, não queríamos que chegasse outra mulher de outra parte, porque quando tínhamos dinheiro nos mandavam trazer comida e se viam as outras nem se lembravam de nós. (Elizabeth, 24 anos).

Sou bastante varonil, a minha onda é lá fora com os homens, damo-nos bem, às vezes discutimos um pouco mas tudo tem solução. (Carmen 1, 26 anos).

Também a sua permanência no gang está muitas vezes relacionada com a possibilidade que este lhes oferece de uma certa liberdade, quando a apreciação das suas experiências é sobretudo positiva, como revela Júlia:

Eu gostava da rua. Porque tenho liberdade para fazer o que quero. E também, agora estou aqui e estou, mas sempre, sempre a pensar na minha vida na rua. Ou seja, porque estar na rua não é só fazer o mal, às vezes, para muita gente, é isso, mas não é assim. Na rua aprendes muitas coisas e as pessoas que estão do outro lado não vêem mais nada, só o mal que se faz, mas não sabem porquê nem de onde vêm, nem para onde vão, então há que aprender o que davam, o carinho. Talvez não lhes importe, mas a eles sim. Aprendem a entender, a rua é um lugar valioso como talvez nenhum outro, talvez nem mesmo a tua família [...] Afastaram-me de muitas actividades mas eu sempre procurei uma maneira de os ajudar porque sei tudo o que temos que passar. Fome, frio... às vezes temos que ver como manter os nossos filhos. E assim inclusive eu, antes de vir para aqui, sempre traficava, gostava do dinheiro, como te digo, então, gostava de estar metida em negócios de coca, de *mota* (cannabis) [...] Podes não acreditar mas eu vivia bem, como uma rainha, Deus! [...] Sou livre. Eu sempre gostei de ser liberal. Sempre digo que desde que eu me sinta bem, se os demais não gostam de se sentir bem com o que a mim me faz sentir bem, lamento. Mas, primeiro eu, segundo eu, terceiro eu. E sempre eu. [Ser liberal significa] Em, tudo. Na minha vida, no sexo, com as minhas filhas. Decido eu mas elas também decidem. Não sou só eu que decido por elas. Lembra-te que os nossos filhos são uma parte muito importante da nossa vida e se eu sou liberal, elas também. Eu gosto de, de vez em quando, fazer o que e mim me parece bem, ou seja, sentir-me bem. Há gente que não se sente bem, por má sorte, mas se me sinto bem não me interessa a opinião de outras pessoas. (Júlia, 29 anos).

Júlia deixa entrever uma segunda dimensão, mais pessoal, que revela as aspirações, em concreto, das jovens mulheres, a uma maior liberdade e a relações mais igualitárias,

neste caso, das relações amorosas; assim como demonstram, algumas vezes, uma emancipação sexual que lhes é negada tanto pela forma como a sociedade, de modo geral, encara a sexualidade das mulheres, como quando são tratadas apenas como um objecto sexual – nas práticas dos gangs e nas representações externas. Outras entrevistadas explicam porque preferem relacionar-se com *pandilleros*, em lugar de *civis*:

Há muitas diferenças entre os homens civis e os *pandilleros*. Os *pandilleros* tratam-te melhor por causa do que são e do que passaram. (Marta, 37 anos).

Sílvia: Por que achas que as mulheres gostam dos *pandilleros*?

Elizabeth: Porque talvez seja um luxo, talvez gostem de vê-los tatuados, porque eles fazem qualquer coisa, e é mais emocionante, ou até, a saber como serão na cama. E alguns que são detalhistas, que as levam a comer, elas sentem-se, talvez, como parte das *pandillas*. (Elizabeth, 24 anos).

Eu gosto dos homens como eu. Aborrecem-me os outros. [...] Como te explico? Olha, eu sou uma pessoa exigente, em muitas coisas, no sexo, na comida, na maneira de relacionar-me, em tudo. Então, muita dessa gente [*civis*] não me vai entender a mim. Eu sou muito difícil de entender. E, não, não me chamam a atenção. (Julia, 29 anos).

Eles têm uma maneira muito diferente de enamorar as raparigas. Porquê não sei... porque são espertos, são... são bem sedutores, entendes? Têm uma forma bem diferente de tratar as raparigas. Porque são carinhosos, ligam aos detalhes, não todos, claro, mas a maioria sim [...] eles sabem que respeitar uma mulher é algo sagrado. E, além disso, eles são perigosos e tudo, sim, mas se, digamos, convivesses com eles, “amo-te muito...”, confessam. Não é como dizem que são pessoas muito diferentes: são brincalhões, crianças completas, meninos que gostam de se sentir mimados, então, há muitas mulheres que se enamoram quando já os conhecem, com o tempo. (Mariana, 26 anos).

Se é verdade que a análise da participação das mulheres nos gangs (e nas guerrilhas e nos exércitos) é valiosa no sentido de questionar a unicidade dos sujeitos colectivos (homens e mulheres) e de desconstruir a relação imediata e exclusiva entre mulheres e vitimação ou pacifismo, é também verdade que não é pelo simples facto de participarem, ou de terem armas, ou até mesmo de, em alguns casos, desafiarem conscientemente a ordem de género, que a discriminação deixa de existir ou que a violência sexuada diminui. O facto de romperem com algumas noções tradicionais de feminilidade não significa que não entrem em domínios sexuados saturados de poder, também ele sexuada (Utas, 2005; Sjoberg e Gentry, 2007), como veremos mais à frente.

5.2.4. “Como vou desejar que o meu sangue sofra o que eu sofri?¹³⁹”: redenção, resistência e transmissão da violência

¹³⁹ Jorge, 33 anos.

A luta guerrilheira é uma amante muito possessiva que não permite outros amores além da luta revolucionária. A família, os estudos... qualquer outro interesse é secundário: o mais importante é fazer a revolução. Todos estivemos dispostos a morrer, a mim não me calhou, sorte... A outros amigos sim, mais valiosos do que eu. Mas eu considero-me um sobrevivente de uma geração com muita sorte porque nós fomos herdeiros de toda essa revolução que existiu nos anos sessenta e setenta e é isso que nos dá às pessoas da minha geração que estamos vivos uma grande vitalidade, riqueza, juventude. Somos herdeiros dessas tradições (Entrevista com ex-dirigente guerrilheiro, San Salvador, 2009).

Nós por amor andamos na *pandilla*, entende? Por amor ao bairro, porque vimos morrer muita gente (Alex, 23 anos).

Nós desperdiçámos a nossa juventude. Há bastantes coisas que deixamos de fazer, famílias que abandonámos por pertencer a outra família, mas sempre nos mantivemos. (Pedro, 30 anos).

De entre todos os entrevistados e as entrevistadas, foram poucos os que afirmaram que não pretendiam ou não gostariam de se desactivar, isto é, de deixar de fazer parte activa da *pandilla*. Ao contrário daqueles que dedicaram o seu amor à revolução, o amor ao gang, afinal, não lhes traz o reconhecimento e a valorização que imaginavam, traz a morte, os ferimentos, o sofrimento, o rancor, a tristeza e, muitas vezes, o desprezo e abandono da família.

Isto significa que também quase todos se arrependem do percurso que iniciaram, mesmo que assumam também, ao mesmo tempo, ora a impossibilidade de alterar o seu percurso, ora a enorme dificuldade que poderão ter para levar uma vida fora da *pandilla* – devido às suspeitas que pode levantar dentro do gang, à falta de emprego, à rejeição e desconfiança da sociedade, à possibilidade de virem a ser presos por crimes ainda não denunciados, ao risco que correm de ser mortos pelos contrários e até à sua própria incapacidade de se adaptarem a uma vida civil:

Sílvia: E que tens que fazer para mudar?

Osmín: Assistir a uma religião e trabalhar, isso é o mais viável.

Sílvia: E assim já não tens que continuar?

Osmín: Não, já não.

Sílvia: Mas com os contrários continua...

Osmín: Esse é o problema. Porque sempre vão querer matar-me, mas se andar em lugares que não têm nada a ver... porque que vou andar a fazer em lugares assim, não é? Eu não tenho nada que fazer aí. (Osmín, 24 anos).

Sílvia: E que farás, quando saíres daqui?

Alex: Olhe, eu até lhe posso dizer, agora, que talvez, saindo daqui, vou procurar uma igreja, vou trabalhar, vou a criar a minha família, vou isto e aquilo, mas não sei, pois, se a minha vida é a *pandilla*, não sei o que vou fazer...

Sílvia: Nunca te vais *calmar*?

Alex: Não sei...

Sílvia: Não sabes

Alex: Não sei...

Sílvia: E porquê?

Alex: Porque continuo activo e se sair sempre me vão querer matar...

Sílvia: Hum, mas nunca pensaste em não ser activo?

Alex: Não, nunca me passou pela cabeça.

Sílvia: Não. E mesmo estando aqui, sabendo tudo o que de mal te pode acontecer, não te ocorre...?

Alex: Não. É um pacto, é um pacto. A minha vida é a *pandilla*. A minha família. Todos somos uma só família, todos no chão, todos na cama, não é como dizem aí os jornais. Nós somos todos irmãos, entendes? Tocam a um, tocam a todos. (Alex, 23 anos).

A única coisa que tenho na cabeça é ir-me embora de El Salvador, aventurar-me por outros lados... e mudar a minha forma de vida por outros lados... porque, se me for embora, noutros lados já não vou ter os mesmos perigos, que a *mara* contrária me persiga e me vão chamar para mais um confronto... Aqui é o meu bairro, o Centro, se vou para outro lado, a cinco *quadras* mais abaixo daqui... já não posso, tenho que ver por onde posso passar, por onde não posso. Esse é o problema das *maras*, é preciso ter cuidado com os passos que se dão... (Luís, 24 anos).

No primeiro caso encontram-se sobretudo aqueles e aquelas que cumprem longas penas de prisão e que oscilam entre a aceitação de uma penitência merecida e o desespero e apatia causados pelo seu internamento prisional:

Quando vêm cursos em que nos inscrevemos para ir a esses seminários a mim não me chama a atenção isso, eu já estou convencida de que estou *penada* [a cumprir pena efectiva] e que vou cumprir estes anos todos, e que, se Deus me permitir viver estes anos na prisão, está bem, se não, que me permita que algum dia saia daqui, mesmo que já seja velha, hei-de sair [...] Bem, mas, de que serve arrepender-me se já estou neste lugar, onde já não se pode fazer nada? Eu reflecto sobre muitas coisas e em mim me fecho e choro e escondo a minha cara onde ninguém me veja e ponho-me a pensar em tudo o que fiz, fiz muitas coisas que... se não tivesse andado nisto, muito bem estaria [...] há momentos em que não quero ver ninguém, não quero ver ninguém e fecho-me mentalmente, não queria ver ninguém e quando me levanto e me falam sou bem impulsiva... queria muitas vezes, em vez de dizer-lhes “não fales comigo”, dar-lhes um murro [...] há momentos em que me animo e há momentos em que me sinto assim frustrada. Por isso às vezes não saio da cela, há noites que não durmo, às vezes não durmo a noite toda e quando chegam a despertar eu ainda estou acordada e não durmo durante o dia, volta a anoitecer e acontece o mesmo... e eu penso que isso me altera os nervos. (Carmen 2, 28 anos).

O relato de Cármen, como outros menos explícitos, leva-nos ainda a reflectir sobre os impactos da violência nas histórias individuais, como o intenso stress a que estão sujeitos e suas consequências no relacionamentos com outros (companheiros, família, civis) ou ainda a (im)possibilidade de se libertarem de um pesado legado de violência e da sua normalização e eventualmente de múltiplos traumas. Como pode alguém superar os danos provocados pela execução e observação de e vitimação por actos de violência extrema como alguns relatam?

Sílvia: Qual foi o acto de violência que mais impacto te causou?

Pedro: Pois, o mais impressionante que vi foi uma cena de morte que me impressionou demasiado.

Sílvia: Porquê?

Pedro: É por... como foi feito, porque foi feito com demasiada violência, demasiada, demasiada... Demasiada ênfase em causar dano a essa pessoa.

Sílvia: E como foi?

Pedro: Realmente nunca, nunca pude ver fixamente o corpo da vítima porque me dava tipo medo, deu-me uma sensação de... de dizer, “bem, o que é isto? por que foi isto assim?” Não saberia dizê-lo por outras palavras, não sei nem como dizê-lo mas, sim, impressionou-me muito porque é verdade que uma pessoa é delinquente mas também tem sentimentos e tem, até certo grau de dizer “não, isso não posso fazer, nem eu poderia fazer algo assim”...

Sílvia: E por que razão se fazem esse tipo de coisas?

Pedro: Talvez gostem, talvez gostem de ver muito sangue ou dá-lhes um tipo de superioridade, não sei dizer...

Sílvia: Não sabes de onde surge isso?

Pedro: Não, não saberia dizê-lo, depende... porque eu não me considero uma pessoa tão violenta. Sim, fiz coisas más mas nunca de uma maneira tão, tão forte. (Pedro, 30 anos).

Sílvia: Qual o acto de violência mas grave que viste e que mais te tocou?

Carlos: O que eu vi de mais grave na minha vida foi matar alguém assim tirando parte do seu corpo e talvez a pessoa viva a chorar, que se lhe arranque dedo por dedo...

Sílvia: Mas tu, já o fizeste?

Carlos: Não, não o fiz mas vi... e mesmo que quisesse impedi-lo, não se pode.

Sílvia: E por que se faz isso? Por que não matam alguém de um só tiro e têm que esquartejá-lo?

Carlos: É demasiado ódio, é já ter demasiado ódio. São pessoas a quem mataram um companheiro [...] digamos, vem da rivalidade, se os rivais me matam um *homie*... a mim, por exemplo, uma vez tive um caso, mataram um companheiro que nos meus braços ficou, dois tiros, e o meu *homeboy* ainda me agarrou a mão e nas minhas mãos morreu. Apenas lhe disse, quando estava assim: “assim como esses te apanharam, assim os vou apanhar” e assim o fiz, na maldade em que andava, assim o fiz... a única coisa má foi que o fiz em frente da sua mãe, foi a única coisa má. (Carlos, 23 anos).

E como se supera o facto de ver morrer quase todos os seus companheiros? Como se adaptam a um quotidiano onde a morte, o sofrimento, o sentimento de raiva como de culpa são constantes?

E imagina que onde vivíamos éramos uns quarenta e dois, só aí onde eu viva na colónia, e estamos sete presos, todos os outros morreram. (Rafael, 27 anos).

A resposta até agora tem sido sobretudo através da penitência, da via espiritual, através da busca de Deus e da redenção:

Você sabe que algum dia uma pessoa muda, *bah*, acima de tudo, gosto de ouvir as coisas de Deus, mas você sabe que, como continuo a repetir que algum dia Deus toca o coração de uma pessoa e ela muda, entende? Pode ser num instante, pode ser um instante em que você pode agarrar as coisas de Deus. (Oscar, 24 anos).

Primeiro Deus, tenho fé e esperança em Nosso Senhor Jesus. Não somos perfeitas mas, como lhe digo, primeiro Deus, não tarda muito Deus fará em mim um obra e vou mudar, não sei quando mas vou mudar, no momento não posso dizer, sair da *pandilla* não, mas sim procurar um pouco de Deus. (Carmen 1, 26 anos).

A integração numa igreja ou culto tem sido colocada, pelas *pandillas*, como condição para *calmarse*. Embora nem todos o façam necessariamente convictos da força da sua fé, esta condição tem fornecido às igrejas evangélicas que proliferam em El Salvador a oportunidade de ganharem “mais almas”. Segundo Rocha, os jovens encontram no fundamentalismo das mesmas, outra “fonte de identidade”, sendo o seu percurso “muito útil à lógica do fundamentalismo” das igrejas uma vez que “representa a etapa pecaminosa à qual se segue a conversão e a salvação eterna” (Rocha, 2000).

Face ao desinteresse por parte de poderes públicos e à dificuldade das organizações da sociedade civil em trabalhar com eles, na realidade, quase não há alternativas:

Pedro: A religião, eh, demasiada religiosidade, sim também gera bastante apatia para muitos...

Sílvia: Ah sim, tu és religioso?

Pedro: Sim, sou crente mas não sou religioso...

Sílvia: Mas vêm muitas igrejas aqui.

Pedro: Sim, vêm várias igrejas.

Sílvia: E que pensas disso?

Pedro: Gosto disso, porque desde que sou pequeno fui educado desta maneira, o respeito pelas igrejas e pelo que representam, não é por serem evangélicos que falam de outro Deus, de outro Cristo, todas as religiões falam do mesmo.

Sílvia: Mas eles, o que é que dizem?

Pedro: Quem?

Sílvia: O que vêm dizer as igrejas?

Pedro: As igrejas sempre vieram com o objectivo de evangelizar, a grande maioria, se calhar nós vivemos bem graças a eles, pela ajuda que dão as igrejas, se nos encontrássemos numa prisão que não aceitasse a entrada das igrejas, talvez não nos chegaria a nós próprios a bênção, como dizemos...

Sílvia: Mas não há outras organizações que vêm?

Pedro: Realmente dentro do que é esta prisão, custa bastante que outro tipo de organizações entrem, mais que tudo, é a parte religiosa que nos apoia. (Pedro, 30 anos)

Isto significa, por exemplo, que, nas prisões, existiam visitas regulares destas igrejas, para as quais a porta estava sempre aberta, enquanto algumas organizações não religiosas encontravam (pelo menos nesta época) inúmeros entraves à sua actuação. Embora algumas (raras) conseguissem executar programas de apoio psicossocial, como no caso da Fundação Quetzalcoatl, este era prestado numa base não continuada devido às dificuldades de inserção no sistema prisional bem como à irregularidade do financiamento. Se é certo que as igrejas prestam um apoio que outros, incluindo o Estado, não prestam, também é verdade que estas se centram na transformação individual e que enraízam a noção do mal como resultado das características pessoais, do pecado ou da possessão pelo Demónio. E, no entanto, do ponto de vista dos percursos individuais, muitos membros de gang navegam entre estas possibilidades e impossibilidades de transformação e reconversão, alguns deles com algum sucesso, já que conseguem reconstruir laços de

confiança, encontrar empregos, abandonar o uso de drogas (cf. Brenneman, 2012). Encontram as suas próprias formas de “construção da paz”, individual e espiritual, negadas pelos dispositivos governamentais existentes (ou a falta deles).

Uma acção centrada nos dispositivos disciplinares, que vão desde o controlo religioso até às dinâmicas prisionais, não oferece, no entanto, a possibilidade de transformação social e política necessária a uma diminuição da violência. Embora alguns indivíduos aproveitam para estudar e aprender ofícios enquanto vivem na prisão, a ideia de reabilitação e reinserção constitui mais um simulacro, aliás patente nas elevadas reincidências, e a passagem pelo sistema prisional parece reforçar, muitas vezes, a sua criminalização. Não só porque na prisão se encontram num ambiente privilegiado para a reprodução dos esquemas de funcionamento do gang mas também porque quando saem não encontram muitas alternativas. Mesmo o apoio psicológico prestado deixa muito a desejar. Como pode apenas um(a) psicólogo(a) atender realmente centenas de pessoas? E como podem ser alteradas as próprias percepções dos reclusos sobre si próprios, quando vários funcionários do sistema penitenciário apenas reproduzem o discurso do pecado, os tratam como demónios e recusam a possibilidade de mudança, como pude verificar?¹⁴⁰

A única forma que lhes resta, na maior parte dos casos, é resistir à transmissão inter-geracional da violência através dos filhos. Os filhos são a sua fonte de esperança, de possibilidade de projecção no futuro mas também da sua própria redenção, aos quais negam a adesão ao gang:

Quando alguém pertence ao bairro diz: “eu morro pelo meu bairro”, está disposto a dar a vida mas hoje, que estou presa, percebi várias coisas. Hoje, sim, sinto amor pelos meus filhos, tive os meus filhos e deixei-os com a minha família, mesmo quando vinham aqui eu recusava vê-los. A mim só a minha *pandilla* [me interessava]. Agora estou aqui, não vou saber nada deles, a gente dizia-me “muda, tenha fé em Deus, os teus filhos vão gostar de ti”. Eu disse ao meu filho que não se meta com pessoas que não lhe vão trazer nada de bom, e digo-lhe que sou um espelho disso, que o que traz a rua é o cemitério, os hospitais, a prisão, esta não é a primeira vez que estive na prisão. Fiz o que fiz na *pandilla*, não discrimino a minha raça, aprecio-os muito, mas já não continuaria no mesmo (Carmen 1, 26 anos).

[Eles] protegem-me, aconselham-me, os que me orientam quando tenho dúvidas, grande trabalho, verdade? Até agora sempre me aconselham e felicitam-me porque já me *calmei*, e também pelas minhas filhas. E, para minhas filhas, eles são os seus tios. E respeitam as

¹⁴⁰ Gostaria de exemplificar com duas conversas que mantive com funcionários prisionais em dois dos estabelecimentos. Num deles, a psicóloga responsável contava-me, muito indignada, que as internas mantinham entre elas relações sexuais e que, face a isto, que era o grande problema que surgia na prisão, a sua resposta profissional consistia em mandá-las rezar, pedir perdão e aguardar a redenção. Num outro estabelecimento, um funcionário municipal perguntava-me por que razão queria eu conversar com estas pessoas que eram nada mais do que a encarnação do demónio, tentando também evangelizar-me.

minhas filhas, gostam delas, e cuidam delas, e aconselham-nas : “você que não se meta com nenhum *pandillero*”, “não se torne numa *pandillera* porque isto não é vida para si”, “quer ter a vida da sua mãe?”, “quer ter a nossa vida?”, “você que não tenha nenhum namorado que seja *pandillero* porque veja a vida que levamos : a prisão, a morte e o hospital”, “você não quer ter um namorado *pandillero* e que depois seja morto como o seu pai, para que esteja a sofrer depois”, “olhem para a vossa mãe”, diziam-lhes [...] “você, estude e supere-se”. (Mariana, 26 anos).

Uma vez na minha vida fui feliz, foi quando tive o meu filho... Tanto que o desejei... e até agora não o vou abandonar... e medo, medo que me matem não tenho, porque sei em que me meti e seria ilógico ter medo e suplicar a alguém para não me matar quando sei o que eu já fiz... Hoje o bairro já se acalmou bastante porque muitos de nós optaram por *calmarse*, pelas nossas famílias... porque o bairro que hoje temos não é defender o bairro mais sim defender as nossas famílias... não é para matar, não é pelo controlo de um quarteirão, não é por drogas, todos nós nos *calmamos* pelas nossas famílias. Mudar toda a minha vida... que não aconteça nada ao meu filho... isto é o que mais desejo, trabalhar até onde possa... esta é a minha maior meta, não quero mais nada, não quero nada para mim, não quero um carro de luxo, não quero nada a não ser ver que o meu filho vai pelo caminho certo, que não sofra o que eu sofri, porque sofre-se bastante. (Luís, 24 anos).

Vou contar-te como é a minha filha. A minha filha chama-se X e é a coisa mais linda que tenho. Todos gostam da minha menininha, todos gostam dela. Mas X vem de um amor que fiz tanto, porque amava muito o meu marido. Amava-o e já há dez anos que morreu, e continuo a amá-lo. Por isso pus-lhe o nome X. É bonita. Vai à igreja [...] a minha filha é futebolista. Ela tem 11 anos. É futebolista, é boa a matemática, está metida em muitos grupos, num grupo de canto, de teatro. Está envolvida em muitas coisas, passa muito tempo a ajudar. Está num grupo tão lindo que se chama *ministerio niños pobres*. Chama-se assim. Ela está numa igreja e para mim é uma vergonha que ela o faça e eu não. Porque eu digo a muita gente que em vez de ser eu o exemplo para ela é ela que é um exemplo para mim. Mas é a verdade. E eu gosto muito dela. Eu falo com ela como com qualquer pessoa. Sinto-o. Digo-o, falo com ela sobre o seu período, que um dia terá um namorado, explicou-lhe tudo isso. Preciso de ser aberta com ela também. Entender porquê, preciso que ela tenha confiança em mim. Ter a confiança dela e dizer-lhe as coisas. Mas eu digo-lhe, que tenha um namorado mas que saiba quem é o seu namorado, porque ela não se pode esquecer quem é a mãe dela e que a amo tanto, mas tanto, que sou capaz de tudo por ela. E se algum dia me dou conta que um *cabrón* vem e, não sei, não tem cuidado com ela... [...] eu digo-lhe que se vai ter um namorado que procure um que a trate bem. Porque se me dou conta que a trata mal, sinto muito por ela, mas vou tratar de lhe tirar essa fraqueza. (Júlia, 29 anos).

No entanto, é também certo que, apesar destas micro-resistências projectadas, nem sempre podem controlar os impactos da violência nas gerações seguintes e nos seus próximos ou a reprodução da marginalização:

Sílvia: Pensas que esta luta das *pandillas* vai acabar um dia?

Osmín: Não, acho que não, acho que nunca...

Sílvia: Não, porquê ?

Osmín: Porque isto vem por gerações, como pode ver não vem de uma pessoa só, vem dos tempos e matou-se muita gente, mas sempre há *pandillas*, porque há gerações que se vêm integrando e são miúdos talvez mais loucos do que eu, todos querem mexer numa arma, querem saber o que é matar e toda esta onda, e fazem-no. (Osmín, 24 anos).

Desde que estou aqui, houve uma operação onde vivia, e chegaram a minha casa, bah, chegaram e agarraram a minha mãe pelo cabelo, bah, juro-te, pois, eu desespero por estar

fechado dentro de quatro paredes, sem poder fazer nada. Que fique claro, ninguém vai gostar que venham agarrar a sua mãe, assim, não lhe podem dizer nada, a realidade das coisas, a nossa mãe, que culpa tem de o seu filho ter sido assim? (Rafael, 27 anos).

A verdade é que um guarda [prisional] me fez um comentário bem estranho... vínhamos da clínica, com o menino, e ele fugiu-me para o sector dos homens, e eu fui buscá-lo, ele tem a mania de fugir, e então saiu a correr até quase à porta e um guarda disse-lhe: “espera, que quando tiveres 18 anos vais estar aqui”, ah, deu-me uma cólera que não imagina [...] eu digo que vou deixar o meu filho fazer o que quiser menos que se torne *pandillero* [...] porque se a mim não me mataram talvez o matem a ele (Marina, 21 anos).

Assim, se a conjugação entre amor e o sofrimento produz alguma resistência à continuidade da violência, não é certo que esta consiga sempre ter frutos. A socialização na violência, os traumas dispersos e não reconhecidos ou tratados, a reprodução inconsciente e as expectativas sociais, assentes também em processos de violência simbólica (e de internalização da culpa) constroem as possibilidades não violentas das novas gerações.

5.3. Ética da violência, poder soberano e a reprodução das margens

“Eles são rebeldes sem causa. Não se propõem a mudar o sistema, apenas querem deixar claro que cortaram com ele”, sugere José Luís Rocha (2008). Apesar dos fragmentos de resistência que até aqui apresentei, os gangs acabam por se constituir como grupos e espaços de reprodução de uma ordem social hierárquica e autoritária e dos seus valores hegemónicos e assumem-se como instituições com um poder quase absoluto, negando a liberdade individual. Espaços onde as regras de utilização da violência se reconstituem permanentemente e onde a crueldade tem vindo a ganhar cada vez mais peso. Num dos seus artigos sobre gangs na Nicarágua, Rodgers classifica-os como formas de soberania social, co-existentes com as formas estatais, com funções e representações de ordenamento social, que funcionam como um espelho “dos mecanismos biopolíticos” de marginalização e exclusão e “do accionamento de estados de excepção pelas elites” (Rodgers, 2006). No entanto, como veremos, os gangs em si, também accionam o seu poder soberano, de tirar a vida e deixar viver, também accionam permanentes micro-estados de excepção. Isto tanto do ponto de vista das suas relações com os civis como do ponto de vista interno, sobre os seus membros.

5.3.1. “Nós desejamos a morte a quem a merece”: em torno da ética da violência e seus impactos

É difícil perceber os múltiplos e vastos impactos da violência exercida pelos gangs através das estatísticas uma vez que estas se centram quase exclusivamente nos homicídios: El Salvador tem uma das taxas de homicídios mais elevadas no mundo, atingindo, em alguns anos, o lugar cimeiro nesta medição da morte. Sabemos, no entanto, através da investigação jornalística aprofundada, que são várias as formas de vitimação pelos gangs, que vão além da vitimação directa provocada pela guerra entre estes ou entre *clickas*, isto é, que afectam muito mais pessoas do que aquelas directamente envolvidas, que afectam, como lhes chamam, os civis. Estas formas vão desde a vitimação directa – violações, extorsões, roubos, homicídios, deslocamentos forçados¹⁴¹ – até às mais indirectas mas não menos profundas: isto é, a instauração de um clima de medo e terror permanente, não só derivado da acção directa dos gangs mas também da sua mediatização e das intervenções policiais regulares e a normalização da violência nas relações sociais (embora, possamos entendê-la também como uma causa e não apenas um impacto).

Assim, apesar de raramente se questionarem sobre a pertinência e justeza da sua acção contra os elementos do gang rival, a qual se foi tornando cada vez mais violenta, assumindo à partida que estes “merecem a morte”, a maior parte dos entrevistados garante que os seus códigos de conduta não permitem violentar os civis ou as famílias dos seus contrários. Normalmente também remetem a execução destas práticas para a outra *pandilla*, como forma de se diferenciarem moralmente, ou para uma nova geração ou facção dentro da sua própria *pandilla* – que seria mais violenta e menos enquadrada do ponto de vista ético. Nos seus relatos encontram quase sempre uma justificação para o exercício da violência contra civis, eles não os respeitaram ou ultrapassaram os limites da intromissão aceitável:

Eu respeitava-os e eles respeitavam-me a mim. Porque o respeito chama o respeito, e respeito é a paz, se eles me respeitam, não tenho por que meter-me com eles, vivo a minha vida e eles vivem a deles. (Osmín, 24 anos).

Nós estamos para cuidar da gente, não para lhe fazer mal. Por exemplo, nós não fazemos mal a ninguém, *bah*, que não mereça, se é civil, mas se alguém da sociedade se mete connosco, é nosso inimigo. (Alex, 23 anos).

¹⁴¹ O jornal digital El Faro tem produzido vários trabalhos de reportagem aprofundados sobre algumas destas dinâmicas. Alguns exemplos: “Yo violada” (Valencia, 2011); “La legión de los desplazados” (Valencia Caravantes, 2012); “La región de los que huyen” (Valencia Caravantes; Alvarado, 2014).

O problema que não articulam reside essencialmente no facto de serem eles os detentores do juízo supremo do que é considerado falta de respeito, intromissão ou agressão e de se constituírem como juízes e executores da pena que julgam acertada, ou seja, não questionam a sua legitimidade enquanto entidade soberana. Nestas faltas de respeito podem incluir-se não pagar o valor de uma extorsão, ser suspeito de ter amigos do outro gang ou de passar informações (às vezes apenas por se “atreverem” a frequentar a escola num bairro contrário), assim como a concorrência em negócios que levem a cabo. O secretismo dos grupos e o facto de viverem em permanente acosso, por parte de outros grupos (sejam gangs, bandas ou polícia), levam ainda a que decisões de vida e de morte sejam tomadas com maior frequência e dificilmente questionadas, sob pena do questionador de tornar suspeito de traição.

Em alguns relatos, apesar das diferenças na utilização da violência, projectam-se lógicas de protecção, mobilização e hegemonia semelhantes às utilizadas por actores estatais e guerrilhas:

Bom, a gente aí, dez ou onze da noite, a gente da nossa colónia, aí nós tratamos de que tudo esteja tranquilo, ninguém rouba, ninguém viola, ninguém mata aqui, nada de nada, *bah*, aí na nossa colónia cuidamos das pessoas. (Rafael, 27 anos).

Alex: Vivi em várias partes de El Salvador, andei bastante, se via uma senhora, *bah*, desta casa, é vizinha, pedia-lhe: “oferece-me comida?” Bem, comemos, vou tomar banho aí e assim, como é que vou depois roubá-la ou fazer-lhe mal? Se a polícia me procura ou outra coisa, ela esconde-me e tudo.

Sílvia: Ajudavam-te ?

Alex: Sim, boa gente, não me queixo. (Alex, 23 anos).

O problema é que nós gostamos de fazer o que queremos, isso, gostamos de fazer o que queremos, gostamos que a gente nos respeite, ou seja, o respeito ganha-se, não se força. (Marina, 21 anos).

Devemos ser os amigos do povo, entender os seus problemas profundamente, orientá-los e recrutá-los para a luta por todo lado. Deste modo, converteremos o nosso país num imenso mar de guerrilhas e de população organizada¹⁴² (excerto de documento da guerrilha citado por Binford, 1999: 23).

Esta lógica resulta, em alguns casos, num real apoio por parte de civis. No entanto, a grande maioria parece tratar-se de reacções baseadas no medo. Nesse sentido, muitas

¹⁴² Tradução livre da autora. No original traduzido: *We must be the people's friends, understand their problems in depth, orient them and recruit them to the struggle everywhere. In this way we will convert our country into an immense sea of guerrillas and organized people.*

vezes não é necessário o uso da violência física directa, basta a ameaça, declarada ou não, real ou imaginada.

5.3.2. “Quando alguém se mete na *pandilla* não se mete a ser feliz”: perspectivas críticas a partir de dentro

Embora a maior parte dos membros de gang faça um balanço negativo da sua experiência, esta perspectiva crítica dirige-se normalmente a dinâmicas externas à *pandilla*, isto é, diz respeito às consequências negativas do seu envolvimento no gang do ponto de vista das agressões e discriminações infligidas por outros (gangs, polícia, sociedade).

No entanto, apesar de serem raros, encontram-se também relatos de desencanto e crítica face ao seu funcionamento, às próprias lógicas dos gangs. O facto de serem relatos escassos pode ser explicado pelo sentimento de lealdade, pelo medo, pelo não reconhecimento das dinâmicas de dominação ou pelo facto de se encontrarem numa posição hierárquica confortável. Curiosamente, nem todos os membros desactivados mostraram uma perspectiva mais crítica. Muitos deles continuam até, por vezes, a justificar alguma violência, e encontram-se entre aqueles que remetem as críticas para os factores externos ou para a alteração dos princípios dos gangs, face a um passado idealizado.

Assim, parece-me que a assumpção de uma posição crítica depende, para além dos múltiplos factores individuais, do estatuto da pessoa envolvida e do seu capital social – por exemplo, ser esposa de um líder. Ambos podem ser postos em causa por, por algum motivo, não terem correspondido às expectativas e haver dúvidas acerca da sua lealdade. Isto num contexto em que pelo menos um dos gangs atravessou, nos últimos anos, purgas e divisões que parecem ter contribuído para uma enorme mortalidade.

Yasmín deve ter sido uma vítima dessa divisão. Foi assassinada por suspeita de ter traído a *pandilla*. Yasmín foi uma das pessoas mais críticas que encontrei. Provavelmente porque, num determinado momento, perdeu a sua protecção dentro do gang, do *palabrero* com quem se iniciou, e tornou-se vítima de abusos. No seu relato destaco a desilusão com a transformação da *pandilla* numa empresa de exploração:

Antes lutava-se por território, agora luta-se pelo poder, pelo dinheiro. Antes “recolhia-se” o dinheiro e dividia-se entre todos, partilhava-se, hoje não, cada um mete o dinheiro no banco, metade da *pandilla* está dividida entre o bom e o mau, e não se sabe quem é bom e quem é mau. Aqui manda uma *palabrera*, mas ela não segue ninguém, já não há uma liderança genuína [...] Naquele tempo não nos batiam tanto, agora tudo é pancada, põem-te a roubar, a matar e não são todos que gostam de fazer essas coisas, fazemo-lo porque é uma

regra da pandilha. Agora digo que isto é uma loucura, matar alguém só por território!? Isto não é meu, estou numa banca e logo vem outro! (Yasmín, 24 anos).

Yasmín também sabia, por experiência própria, como pode ser difícil desactivar-se. Após várias tentativas frustradas de afastamento, avaliava assim essa decisão:

É uma regra da *pandilla* que quem queira *calmarse* tem que procurar primeiro as coisas de Deus. Daí vêm os problemas, e já não é só pancada, é mesmo a morte, às vezes matam-te porque faltaste ao respeito à pandilha, marginalizam-te. Quando alguém quer mudar de vida tem que “tê-los bem no sítio”¹⁴³ para tomar essa decisão. Dificilmente este ciclo vai mudar, só Deus pode fazê-lo.” (Yasmín, 24 anos).

Já Luís, 24 anos, conseguiu *calmarse*, embora este processo seja sempre incerto e continue a exigir-lhe um cuidado e vigilância constantes, sobretudo para não ser assassinado. Luís afastou-se do gang porque num determinado momento, quando ele necessitava, o grupo lhe falhou, não o apoiou nem defendeu:

Comecei aos treze anos. Porque os amigos, os supostos amigos da *mara* [diziam] que aqui apoiamos-nos e tudo isso, vamos cuidar de ti, vamos dar-te aqui, pintaram-me bem a cena, bem original e no momento decisivo, quando me apanharam os *mareros*, nem um ficou por mim, isso também faz uma pessoa mudar. Normalmente, digamos, se vejo que estão a apanhar um *homie*, vou meter-me pois eu sei o que sou. Como vi que neste dia não havia ninguém por mim, fez-me pensar, por isso já me deixei de andar nas *maras*. (Luís, 24 anos).

Depois desse acontecimento, Luís passou a ser visto como um fraco, sendo considerado uma vergonha para o grupo, “matar ou morrer” parecem ser as únicas possibilidades:

Começaram a dizer que não tive... coragem, *pues*, para não dizerem uma má palavra. Que não tive a coragem de fazê-lo, que os deixou mal, ou seja, que já não os respeito e porque é assim, o respeito temos que o ganhar. (Luís, 24 anos).

E passou também a entender os conflitos dentro do grupo como ilógicos:

Por vezes nascem rivalidades por causa dos *apodos*¹⁴⁴, dos *apodos*! Porque conheci uns *homies* que andaram a porrada por um *apodo*, para ver quem ficava com ele [...] andou atrás dele para matá-lo, por um *apodo*... (Luís, 24 anos).

Explica ainda como, apesar de, por vezes, se sentir mal por praticar extorsões, esta prática se torna normal para a sobrevivência do grupo:

Não, isto é para nos mantermos...para o bairro... às vezes às lojas... Ou seja, com o exemplo que damos, a gente sempre dá... havia vezes em que pessoas que, quisessem ou não, tinham que pagar a sua parte... ou seja, fazia impressão pedir-lhes mas como é a lei do bairro...No momento, perdemos-nos com a adrenalina, com álcool, não nos importa nada, até nos podem dar com um ferro que não se sente nada. (Luís, 24 anos).

143 No original: “*tener los pantalones bien puestos*”.

¹⁴⁴ Alcinha. Nomes que são atribuídos uma vez iniciados no gang.

Luís explica, assim, que “quando alguém se mete na *pandilla* se mete a ter problemas, não se mete a ser feliz”, apesar da idealização inicial da vida louca.

A perspectiva de Francisco, 21 anos, é semelhante. Francisco não é membro de facto de nenhum gang embora tenha sido simpatizante de um deles e tenha estado envolvido em várias das suas actividades. Conheci-o porque participava nas actividades de um programa educativo para jovens. O seu relato é extremamente significativo do ponto de vista das razões que levam os jovens a envolver-se nos gangs, revelando a presença forte dos mesmos no seu contexto familiar e comunitário:

Digo-te, no início, a minha relação com as *pandillas*, mais que tudo, foi por amizade. Já na escola... estive numa escola pública onde havia gente de todas as classes sociais. Tinha amigos que eram *pandilleros* mas não me sentia atraído. Parecia que sobreviver era uma sorte. No princípio, não só a mim, mas a outros amigos, incluindo o meu irmão, ofereciam-nos dinheiro, roupas, saídas, não te vão andar a bater. Só isso é uma tentação para o jovem, hoje em dia. E além de dinheiro, eles ofereciam-te um lugar, ofereciam-te o que a tua família não te vai dar. No princípio, demonstravam ser uma família muito unida, protegida, que te dá apoio, que te dava ouvidos, mais que a tua própria família. (Francisco, 21 anos).

Francisco foi uma daquelas crianças e adolescentes que prestavam serviços de vigilância, entrando num processo de provas e missões menores que, muitas vezes, culmina na adesão formal ao gang:

Ou seja, tudo o que te dão, tu tens que pagar de volta. Não com dinheiro. Tem de se pagar de várias maneiras. Então, como lhe dizia, fazíamos espécies de reuniões às quais chegava um da *pandilla*: “tens que tomas conta desta zona, não deixes que ninguém da outra *pandilla* passe livremente na rua”. Então está bem, recebia assim uma zona. “Devem distribuir-se, dois por aqui, dois por ali, mostrar o bairro, observar o que se passa, quem entra, quem sai, de que lado vem, de que lado não, onde se encontram”, e tudo isso. Basicamente, controlar toda a zona. Davam-nos telemóveis. Com o passar do tempo, todos já se repartiam, olhavam para um carro estranho, paravam-no, chateavam-no, perguntavam de onde eram, faziam-nos sair do carro e tiravam-lhes as camisas. As pessoas ficavam despidas. Uma vez eram polícias. Eram dois. Já os tinham. O que fizeram não foi nada mais do que mandá-los sair e irem-se embora com o carro deles, mais nada. Não fizeram nada porque eram polícias. Pressupõe-se que atacar um polícia é dispensável. Mas muitas vezes acabava de outra maneira. (Francisco, 21 anos).

Francisco teve, no entanto, a sorte e o azar, de passar por uma experiência limite reveladora que o fez desistir desse percurso, revelando que, apesar das dificuldades, não é impossível travar o encantamento dos jovens, não é impossível quebrar o aparente ciclo de predestinação social, ao tornar-se cúmplice de um assassinato, aos dezassete anos enquanto participava numa festa:

Esta experiência foi a mais forte de todas. E o rapaz morreu. Infelizmente, sim, morreu. E eu fiquei assim. E, no fundo, senti um grande arrependimento, não muda nada, mas se não o tivesse feito... Fiz o que tinha que fazer mas é realmente assim. É assim. Foi muito forte, mas é assim. Nós realmente ficámos com medo, mas este medo não o mostrámos ao outro rapaz [membro formal do gang]. De repente, esta coisa de ter um líder que vês como um rei

que te vai proteger e que é como uma fortaleza, já não [...] Uma coisa forte que se passou e que desde então me fez reflectir, não quero morrer, não quero fazer isto. Porque ninguém me ajudará. (Francisco, 21 anos).

A partir desse momento, Francisco continuava a relacionar-se com o gang, sobretudo por medo e pela pressão que exerciam sobre ele, até que outro acontecimento se acrescenta à revelação:

Também sentíamos a pressão [de se tornarem membros de facto]. Sentíamos esta pressão. A cada momento, começávamos também a ver as diferenças. Supostamente, os *pandilleros* diziam-te: “olhem miúdos, integrem-se!”. Era a pressão, eu não me mexia. Por momentos, dava-nos vontade de sair. Houve um rapaz que morreu. Era tipo um colega da escola, então quando morreu, decidimos que não. Porque mesmo que eles digam venham por aqui, que quando querem sair, podem sair, tens a vida marcada e não vais sair... Isto foi bem, bem crítico, porque sabia que o tinham morto. Bom, eu encontrei-o uns dias antes, andava drogado e tudo... [...] No dia seguinte, estava na escola e, quando saí, vi que estava lá um tipo à espera de outros *pandilleros*, que supostamente eram líderes. Estavam numa zona muito perigosa, dominada pela *pandilla* contrária. Fui na mesma e chorei. Apanharam-no aqui. O aspecto dele era como... como se lhe tivessem arrancado o coração e tudo. Foi com uma 38, uma Uzzi de grande carga. (Francisco, 21 anos).

Foi assim que decidi afastar-se, o que, apesar de difícil, não foi impossível, aparentemente pelo facto de não ser ainda um membro formal:

Decidi que não queria fazer nada deste tipo. Não foi fácil para mim. Eles tiram-te a coragem. Então, decidi mudar, tinha que a encontrar [a coragem]. É verdade... Lembra-te que eu também me sentia intimidado. Não me sentia com este poder, porque tiram-te o poder, e discriminam-te, pressionam-te, mas eu ia aguentando tudo. Mas ao longo do tempo houve bastantes violências, e os outros anos foram de muita vigilância. No terceiro ano já me puseram como *renta* [pagamento, contribuições obrigatórias]. Uma vez, cercaram-me e disseram-me: “Isto são os teus sapatos, não são?” e disse o outro “Sim, não gostas deles?”. Descalçaram-me, a camisa, tudo. Se não podiam tirar-te dinheiro, intimidavam-te. Não faz mal. O tempo passou... e já lá vão cinco anos. (Francisco, 21 anos).

No entanto, nenhum percurso é definitivo. Francisco concentrava agora os seus esforços em arranjar uma bolsa para seguir estudos universitários, queria ser psicólogo. No entanto, continuava a viver em permanente sobressalto:

Eu digo que não [continuo a ter uma identificação], mesmo se há gente que diga que sim. De alguma maneira, sim. De alguma maneira, talvez. Voltar ou não voltar? Penso que já o teria feito. Aliás, há vezes em que estamos num momento em que te passam milhares de coisas na cabeça. Eu fico assim. Aliás, num momento, digo-te, fiz coisas de que me arrependo, mas já obtive o perdão, é assim. Sei em que situação estou. Como te digo, há coisas que se fazem e outras não. Por exemplo, dá-me medo andar na rua. Ao princípio, tinha sonhos e devaneios, ainda hoje, às vezes, volto a ter devaneios. Mas eu sou tipo optimista. Se nada deve acontecer, não acontece nada. Digo assim. Não vai acontecer nada. E não. Uma vez, encontrei uns *pandilleros*, que eram adversários, pararam-me e disseram-me: “De onde és?”. Foi por aqui, perto de onde vivo. [Pensei] “ainda não me mataram, é desta vez...”. Não me mexi, neste momento, não me mexi. Não o fizeram porque havia uma senhora que tinha visto. Não me aconteceu nada. Mas várias vezes, sim. Uma vez, dispararam contra mim, fiquei bem assustado, meti-me numa casa que não era minha. É destas coisas de que ainda tenho medo. Agora, já ando mais tranquilo. Sempre vai acontecer algo mas, até agora, não aconteceu nada. Tranquilo. (Francisco, 21 anos).

Apesar de existirem algumas possibilidades de afastamento, estes jovens continuam a movimentar-se em contextos adversos, em que a cada momento existe o risco de se tornarem, de novo, vítimas ou perpetradores.

5.3.3. “No bairro não há putas”: a reprodução das margens entre lógicas de guerra e de “paz”

Há muita violência dentro da *pandilla*. Física, moral, porque te dizem que não serves para nada, sexual. Não em todos os lados, mas às vezes, os chefes pensam que as mulheres mais jovens somos umas *pollas*¹⁴⁵, então temos que ir para a cama com eles, às vezes passa um e passa outro, isso eu vi-o dentro da minha *pandilla*, e também me aconteceu, sofri-o da parte da *pandilla* contrária quando era pequena. Um dia, ia ao mercado e eles agarraram-me na rua, bateram-me, violaram-me, fizeram-me o que queriam. Fazem isso porque é uma forma de demonstrar que são mais fortes que nós. Aos homens, matam-nos, às mulheres, violam-nas, para demonstrar que têm poder [...] Alguns deles dizem que as mulheres só servem para estar na cama, não todos, uns cinquenta por cento, porque pelo facto de serem homens sentem-se mais fortes, por isso dizem que as mulheres não servem para nada, que somos mais medricas que eles. Mas isso não é verdade. A verdade é que nós não queremos [fazer certas coisas]. Às vezes, dizem-nos que transportemos drogas, há muitas coisas que podemos fazer, eu distraía as pessoas enquanto eles se metiam numa prisão. (Yasmín, 24 anos).

Uma vez apanharam-me, da *pandilla* contrária, quando tinha uns catorze anos, sim, catorze anos, foi quando me violaram... Ou seja, iam violar-me a cinco. Porque apanharam-me a mim e mais uma miúda. E como a apanharam, eu pude ver como a agarravam e lhe fizeram tudo...e se quisesse ir embora, quando quis ir embora, apontaram-me a faca, e fiquei sem mexer, foi com a parte lisa da faca. Fiquei sem me mexer. Estava aflita, aflita pelo que me ia acontecer. E então, quando o outro tipo chegou, ele já me conhecia, e apreciava-me muito mesmo se era [da outra *pandilla*], apreciava-me muito porque era jovenzita e ele aconselhava-me a não andar nas *pandillas*, que na rua não ia encontrar nada de bom. Então ele disse aos outros, como era o chefe, que não iam tocar-me, que ia ser só para ele. E fez-me entrar na casa de banho e eu disse-lhe: “olhe, que estou grávida”, disse-lhe, com o medo...Tinha catorze anos. E ele disse-me “não, é melhor se estas grávida, mais à vontade vou”, dizia-me... quando chegou, tirou-me daí, levou-me para a casa de banho e então começou a fazer-me perguntas, e então ele ficou... mudou, mudou a sua forma de...já sob as drogas as coisas são diferentes... e disse que me ia tocar para ver se estava bem e, logo, penetrou-me e a mim, doeu-me e ele disse que eu estava bem. Então não me tocou mais, não me fez mais nada, é como dizem “meteu só a ponta”, e nada mais porque não me saiu sangue nem nada. Então ele saiu comigo, tirou-me daí e disse-me “vai-te embora”, disse-me. Vai-te embora daqui e desaparece porque senão estes loucos vão matar-te, e agarrou-me e abraçou-me, e tocava-me os seios para que digam que já... e perguntaram porque me deixava ir embora e ele respondeu: “eu disse que ela ia ser só para mim”, disse-lhes, “não para vocês”, disse-lhes, assim! E não me fizeram nada. [Eles fazem isso] de tão maus e porcos que são. Porque um homem não o faria. Um homem não faria o que eles fazem.

¹⁴⁵ Significa normalmente jovenzitas mas aqui tem também conotação de prostitutas, de serem encaradas como um mero órgão sexual.

Porque um homem para conquistar uma mulher, não o faz pela força, ao meu ver é assim. [A minha amiga] vi-a a quinze dias, mas andava pálida, não tinha vindo o período, não sabia se estava grávida, e muitas coisas, não é? Disse-me que andava aflita por isso, porque não sabia se estava grávida ou outras doenças, tantas doenças que existem, não é? (Patrícia, 24 anos).

A desigualdade entre os sexos é uma das características dos gangs, “não porque seja produto de subculturas criminosas e delinquentes” (Miller e Brunsom, 2000: 420) mas porque, como qualquer outro campo social, têm um sistema de poder baseado, entre outras dimensões, no género (Cockbrun, 2001: 16). Esta desigualdade estrutural (entre sexos e entre versões mais ou menos valorizadas de masculinidades e feminilidades) produz e é produto de violência sexuada e de lógicas de guerra (Cockburn, 2010; Peterson, 2010) que se encontram também subjacentes ao funcionamento, regras e valores dos gangs. Estas lógicas são muito semelhantes às de outros grupos ou instituições que exercem ou são fundados na violência, ainda que legitimada, como os exércitos, regulares ou irregulares.

As lógicas de guerra encontram-se, em primeiro lugar, na violência exercida entre gangs. A experiência de violação em grupo por membros do gang contrário, a que Yasmín e Patrícia foram sujeitas, não é um acto isolado. Outras raparigas entrevistadas relataram experiências semelhantes, vividas por elas ou por amigas (mesmo quando não eram membros de facto, apenas simpatizantes, ou moravam num bairro dominado pelo gang contrário).

A construção do “outro” (nunca nomeado, sempre designado como *contrário* ou com nomes injuriosos) torna-o inferior, desumanizado, objectificado e, portanto, alvo legítimo da violência (Peterson, 2010: 21). Apesar de menos vitimadas mortalmente, as mulheres são alvo de práticas de humilhação bem conhecidas que pretendem alcançar o grupo a que pertencem. A exaltação de características mais frequentemente associadas a demonstrações de hipermasculinidade (valentia, força, coragem) estimula a remissão da feminilidade (e das mulheres) para a passividade e a adesão a masculinidades que têm como objectivo demonstrar a sua superioridade e a fragilidade do inimigo. Esta lógica de actuação pode considerar-se ainda uma estratégia de guerra sexuada, no sentido de ser consciente, com intencionalidade e objectivos precisos (Moura e Roque, 2009), mas isto não significa que todas as violações (ou violência sexual em geral) sejam estratégias reflectidas ou que se tratem de práticas massificadas, tal como em contextos de guerra

também há uma pluralidade de formas e objectivos de violência sexual (Enloe, 2000: 108; Baaz e Stern, 2009).

A questão essencial, no entanto, é que, apesar da diferença das práticas, existe uma enorme fluidez e conexão entre lógicas de guerra e de “paz” (ou melhor, de não-guerra) na violência sexuada praticada pelos gangs ou pelos seus membros isoladamente.

Yasmín classifica a prática de violação para humilhação dos inimigos como uma forma de manifestar poder sobre “os outros”, mas revela ainda como várias práticas violentas sexuadas constituem também uma forma de controlo e hierarquização interna. Revela-nos, no fundo, processos de desumanização e coisificação dentro dos gangs e o seu carácter sexuado.

Já outras têm uma visão muito diferente da *pandilla*:

Pois, olha que há muita gente que tem essas dúvidas¹⁴⁶... e vá-se lá saber por que há muitas que dizem essas coisas, talvez estejam ressentidas, mas não sei porquê... pelo menos, pela minha experiência, do que eu vi, nas *pandillas*, ninguém te obriga a nada. Ou seja, eu tinha o meu namorado que era *pandillero* e a mim respeitavam-me. E se eu não queria ter namorado, ninguém me obrigava a ter relações com alguém. Graças a Deus. E àquelas que estavam à minha volta tão pouco... o seja, a cada uma lhe davam o seu respeito porque se eu gostar que se metam comigo, em qualquer lado vão fazê-lo, sejam *pandilleros* ou não, seja em que grupo for, entendes? Se tu te deres ao respeito, eles vão respeitar-te (Mariana, 26 anos).

Esta visão leva-nos a duas possibilidades de análise. Por um lado, é certo que existem diferentes experiências consoante o gang, a *clicka*, o perfil dos líderes mas também consoante o estatuto de cada rapariga dentro gang (que depende de muitos factores). Por outro lado, esta visão pode também revelar a normalização e interiorização da violência e da responsabilização das mulheres pela mesma, a violência simbólica que analisava Bourdieu. Estas práticas (que vão desde a violência psicológica, assente na desvalorização e nos insultos, até à violência sexual) conduzem a uma hierarquização do valor das mulheres dentro gang: aquelas que podem ser tratadas (quase) como contrárias (coisificadas e violadas), e aquelas que devem ser protegidas dos *contrários*. Como afirma Mariana, aquelas “que se dão ao respeito” e aquelas que não. No entanto, as formas de controlo e hierarquização (valorização) são mais complexas ainda: é que a mesma mulher

¹⁴⁶ Em resposta às minhas dúvidas sobre as exigências de natureza sexual dentro do gang.

pode estar nas duas situações, desconstruindo-se, assim, o mito de protecção do gang. A diferenciação entre o uso da violência contra as “nossas mulheres” pelos “outros” (não legítima) ou por “nós” (legítima) é central para a compreensão da desigualdade de poder com base no género na sociedade e não apenas nos gangs. Mo Hume chama também a atenção para esta diferenciação na sua descrição de como um jovem (não membro de gang) se mostra indignado com o uso da violência pelo gang contra a *sua* esposa, ao mesmo tempo que justifica e legitima o seu próprio uso da violência contra a mesma (Hume, 2004: 66).

A estrutura, as actividades e os centros de poder, nos gangs, são, em geral, dominados por homens, embora as mulheres participem cada vez mais e possam encontrar nichos de afirmação (Miller e Brunson, 2000: 421), tal como sucede nos exércitos (Enloe, 1989; 2000). Várias entrevistadas assumiram que, apesar de poderem existir líderes femininas, estas apenas dão ordens a mulheres: só os homens chegam a ser líderes de todos, independentemente do sexo. Uma parte das mulheres ocupa lugares considerados secundários, baseando-se numa divisão sexual do trabalho e na proibição de realizar determinadas tarefas (por vezes não lhes é permitido o uso de armas de fogo, devem dedicar-se ao transporte de drogas e armas); tal como nos exércitos, as tarefas vistas como femininas são desvalorizadas, acabando por identificar “feminização com desvalorização” (Peterson, 2010: 17). Ora, a desvalorização e a desigualdade podem gerar violência por diferentes vias: por via da legitimação da agressão face a alguém considerado inferior ou como forma de alcançar respeito e poder (Cockburn, 2001: 29; Kimmel, 2005).

A violência é uma forma intrínseca de integração e reconhecimento nos gangs. Exige-se a passagem por rituais de iniciação (espancamento durante tempo variável segundo o gang, para demonstrar que sabem defender-se e podem aguentar os golpes violentos) e por provas constantes de coragem, valentia, destreza e lealdade que funcionam tanto para homens como para mulheres. Alguma literatura (Santacruz-Giralt *et al.*, 2001; Liebel, 2002) garante que os rituais femininos poderiam ser alvo de escolha: aguentar o espancamento ou a prática conhecida como *el trencito*, que consistiria na manutenção de relações sexuais com vários membros do gang. Todas as entrevistadas de um dos gangs, mesmo aquelas mais descontentes, garantiram que, para entrar no gang, “não há opção”, todos e todas passam pelo mesmo ritual. Já no outro gang, parece ser diferente. A maior parte diz que essa prática existia mas garante que entretanto foi proibida. No entanto,

embora esta prática exista, ela não parece constituir uma prova real, um ritual válido de iniciação, sendo, muitas vezes, apenas uma forma de enganar algumas jovens para que se submetam (ou sejam submetidas) a essa prática, tal como indicado na literatura sobre gangs nos EUA (Miller e Brunson, 2000: 431) ou ainda uma prática de violação colectiva de “civis”.¹⁴⁷

Mais uma vez, saliento as dificuldades de analisar discursos sobre a prática de crimes, sobretudo quando pensamos nas questões de auto-representação implicadas¹⁴⁸. Nesse sentido, é de assinalar que, de forma extremamente recorrente e coerente, a violação surge, nos relatos dos homens entrevistados, como uma das piores práticas (de facto existente) e como algo que eles próprios nunca praticaram, sendo considerada pior do que o homicídio:

Sílvia: Que tipo de delitos cometeste, que queiras contar ?

Alex : De tudo, menos violação.

Sílvia: Porquê?

Alex: Porque não, sou filho de mulher, sou filho de mulher...

Sílvia: O que pensas dos companheiros que violam mulheres ?

Alex: Ah, bom, a gente que viola, sabe-se lá em que pensam eles, para mim não dá, pois, nós violar alguém, não, só matamos, roubamos, dizemos “qualquer coisa, mas violar não, nem pensar”. Bem, se eu gosto de uma mulher e que ela gosta de mim, sim poderá acontecer algo, mas pela força não, nada, nem a « comida » saberia bem, não? Saber a falsa, *verdad* ? (Alex, 23 anos).

Sílvia: Que tipo de coisas fizeste?

Osmín: Como roubar e fazer coisas, verdade...

Sílvia: Matar?

Osmín: Isso, como, deixa-me ver, há muitas coisas más...

Sílvia: Violar?

Osmín: Não, isso... Há muitas mulheres neste país, Santo Deus, há aproximadamente 50 % mais mulheres de que homens e pode ser que um seja feio e bom, mas, cada feio tem a sua graça, outra pessoa pode gostar de algo, talvez os seus olhos, o seu cabelo ou seja, algo. (Osmín, 24 anos).

Sílvia: E violações, já viste alguma vez?

Rafael: Não posso com violações, verdade, não porque tenho a minha mãe e não gostaria, e as minhas irmãs, e não gostaria que alguém lhes fizesse algo. (Rafael, 27 anos).

Mas que muitas vezes revela a incapacidade (impossibilidade) de mostrar o seu desacordo, sobretudo quando são mais jovens e necessitam ainda da aprovação dos outros:

Sílvia : Que tipo de delitos cometeste?

Jorge : Um pouco de tudo, menos violação, isso não, nunca concordei com isso.

Sílvia : Porquê?

Jorge : Porque nunca gostei que alguém que não quer, toda a vida por fazer, vão lhe fazer algo assim.

¹⁴⁷ Ver a crónica de Roberto Valencia, “Yo violada”, *El Faro*, 24/07/2011.

¹⁴⁸ Possivelmente o facto de eu ser mulher também terá influenciado algumas das respostas.

Sílvia : Mas já as viste acontecer?
Jorge : Sim, em certas ocasiões, vi.
Sílvia : E não fizeste nada ?
Jorge : Não, nada.
Sílvia : Porquê, não podias dizer nada?
Jorge : Talvez, por causa da idade que tinha, talvez
Sílvia : Eras miúdo?
Jorge : Claro eu via como os cabrões as pervertiam, talvez alguma em que faziam as violações porque talvez as poucas que havia estavam sob o efeito do álcool, da droga, era muito diferente, depois quando passava o efeito e que se lembravam do que tinha acontecido, mas isto eram coisas deles, eu não olhava, dizia-lhes, porque nunca fui a favor disto. (Jorge, 33 anos).

Isto não significa que a prática de “*regalar el amor*” ou “oferecer” serviços sexuais não exista de todo dentro dos gangs. Segundo Yasmín, seria uma forma de acesso dos chefes às raparigas mais jovens. Rosa explica ainda que, por vezes, os próprios companheiros podem oferecer as suas namoradas:

Sílvia: Mas as namoradas, não podem estar com outros ?
Rosa: A não ser que eles as ofereçam.
Sílvia: E podem recusar?
Rosa: Mesmo que não queiram, elas têm que o fazer. Elas devem fazê-lo porque o namorado as ofereceu. Outras vezes, são mesmo elas que o exigem...
Sílvia: Como?
Rosa: Sim... porque elas também gostam, *verdad*. Isso, às vezes é isso, às vezes gostam disso e assim. E não há escolha. Porque eu tenho uma amiga a quem dizia “olha, e porque o fazes com um e outro e o teu namorado oferece-te e tu como se nada fosse?”, “porque gosto”, “de certeza?”. “sim, gosto”, “porque era bem bonito, era bem bom e não sei quê”. E assim. E então eu tinha uma amiga que sempre me dizia isso. (Rosa, 18 anos).

Revelar estas práticas coloca-nos, porém, uma dupla dúvida, ética e política. Por um lado, há que entender as várias formas de posicionamento e relacionamento das raparigas com e nos gangs e disso faz parte reconhecer a diversidade de motivações e percursos das mulheres (como dos homens) mas também a maior probabilidade de vitimação por determinados tipos de violência, como a sexual (Miller e Decker, 2001). Por outro lado, é necessário estar consciente do risco de, por vezes, poder corroborar o sensacionalismo voyeurista em torno da vida sexual dos membros de gangs (Moore e Hagedorn, 2001: 3) que os define como grupos essencialmente masculinos de selvagens promíscuos, e as raparigas que a eles se juntam como meros objectos sexuais, merecedoras de pena ou de estranheza e desprezo.

Uma das formas de relativizar este estereótipo está na comparação com os exércitos (grupos não criminais, institucionalizados e supostamente seguindo regras de controlo da

violência): muitas instituições militares têm elevados níveis de violência sexual¹⁴⁹ e outras práticas discriminatórias (Via, 2010: 45). Esta violência sexual pode adquirir várias formas individuais e colectivas, pode ser uma forma de disciplinar as mulheres, de lhes demonstrar desagrado pelo envolvimento em papéis que não lhes estariam destinados, ou de demonstrar que se adere a uma masculinidade hegemónica quando se sente desvalorizado.

O que, sim, parece certo é que a honra e o respeito são objectivos que exigem um duplo caminho (e um duplo controlo) para as mulheres que integram gangs. Atingem-se, não apenas através de demonstrações de lealdade, valentia e coragem (como os homens), mas também de garantia de honra e respeitabilidade através do comportamento sexual, o qual garante também o respeito ao grupo como um todo (mais uma vez demonstrando a fluidez entre guerra e paz: por um lado, tal como no resto da sociedade, exigindo das mulheres os seus papéis “tradicionalis”; por outro lado, para conservar o grupo inviolável e reforçar a sua identidade).

O dito “*en el barrio no hay putas*” revela bem a natureza desse controlo e as regras sexuadas:¹⁵⁰ as mulheres não podem prostituir-se (embora algumas o façam e até beneficiem os seus companheiros, por exemplo, também membros de gangs); não podem relacionar-se (amorosa ou sexualmente) com *civis*, ao contrário dos homens, porque são vistas como facilmente manipuláveis e pondo em risco o grupo; existe, por vezes, dependendo da *clicka*, uma obrigação (tácita) de manter relações amorosas e/ou sexuais, incluindo o acompanhamento e manutenção da fidelidade quando os homens estão na prisão, mas não o contrário, assim como a expectativa de cumprirem com as tarefas domésticas mas, sobretudo, de cuidado das crianças:

Óscar : Porque elas são mulheres, isto fica bem a um homem, entendes.

Sílvia : Mas há mulheres *pandilleras*...

Óscar : Sim, há mulheres *pandilleras*.

Sílvia : E como te dás com elas ?

Óscar : Bem, eu, normal, entendes? Conversamos, mas uma mulher não é bem vista, por mais que seja *pandillera*.

Sílvia : Mas qual é a diferença ?

Óscar : Porque elas são mulheres, não sei. Digamos que é por isso, olhe é que a vida delas é diferente, é que elas podem ter filhos, entendes-me agora, então ter filhos, se a mamã é *pandillera* e se o papá é *pandillero*, sabe que não há nada de produtivo para as crianças, entendes-me.

Sílvia : Mas os filhos são também dos homens, não só das mulheres.

¹⁴⁹ Ver, por exemplo, o texto de Lucy Broadbent (2011), no *The Guardian*, que garante que uma soldado norte-americana tem mais probabilidades de ser violada por um colega do que ser atacada por fogo inimigo no Iraque.

¹⁵⁰ Sistematização de regras relatadas nas entrevistas.

Óscar : Não, por isso, mas elas são as que cuidam deles, aja. Sim, porque elas são mulheres, bom, do meu ponto de vista não é bom que uma mulher seja *pandillera*, mas queira-se ou não, algumas, por lei, são da nossa *pandilla* e o que está feito, feito está, pois, entendes-me ? Mas eu, do meu ponto de vista, não gosto que uma mulher seja *pandillera*, é um trabalho de homem.

Sílvia : Mas elas não matam, nem roubam?

Óscar : Podem ser atacadas por alguns inimigos de outra *pandilla* e uma mulher, a maneira como se defende, não é como os homens. (Óscar, 24 anos).

Osmín: sim, ou seja, sim gostava de andar com várias, porque dizia, deixo esta e tenho outra, deixo a outra e tenho outra. Assim.

Sílvia: Civis ou *pandilleras*?

Osmín: Civis.

Sílvia: Porquê?

Osmín: Porque se arranjo uma que seja da *pandilla*, *verdad*, seria assim ela *pandillera* e eu *pandillero*, e nenhum dos dois pode trabalhar, ou seja, sim, podemos trabalhar mas não nos dão trabalho em qualquer parte porque a sociedade discrimina-nos por causa das tatuagens, *verdad*?

Sílvia: E qual é a diferença ?

Osmín: A diferença entre uma civil e uma *pandillera*? A diferença é que se ando com uma pessoa da mesma *pandilla*, vão matar-nos aos dois, se tivermos filhos vão ficar órfãos de mamã e papá. (Osmín, 24 anos).

Mas, mesmo quando cumprem todas as regras de “bom comportamento”, demonstrando simultaneamente capacidade para ser membro do gang e manter-se como mulher honrada e cumpridora, a imagem dominante das mulheres é sempre a de maior fragilidade e fraqueza do que os homens:

Osmín: Na *pandilla* há coisas que, pois, é verdade, têm que fazer elas também, quase o mesmo do que nós, porque andam metidas no mesmo.

Sílvia: Elas fazem o mesmo então ?

Osmín: Certo.

Sílvia. Fazem as mesmas coisas ?

Osmín: Certo

Sílvia: Mas então qual é a diferença ?

Osmín: É que é mulher, nada mais. Não gostam de fazer tantas coisas... Porque há mulheres que têm medo.

Sílvia: E os homens não ?

A: Não há homens com medo...

S: Não há homens com medo?

A: Bom, há pessoas que sofrem do coração, há pessoas que sofrem dos nervos. (Osmín, 24 anos).

Parece, até, que algumas regras estão feitas de forma a impedir que as mulheres desafiem a superioridade masculina, como por exemplo as proibições de usar armas de fogo, de sair à noite, de lutar com homens e a suposta atribuição de actividades menos violentas (Miller e Decker, 2001: 132).

Além disso, as mulheres são associadas a problemas e tensões e delas é aconselhável desconfiar. Aliás, um dos “mitos fundadores” da origem da divisão e

confronto entre os dois gangs (ainda em Los Angeles) estaria relacionado com a luta por uma mulher. Seria, para muitos e muitas, por isso, necessário manter alguma distância e desconfiança em relação às mulheres que demonstram particular agressividade e que não evidenciam qualquer tipo de “fraqueza”. Estas são, por vezes, vistas como boas *homies* mas más companheiras para a vida privada, demasiado livres, promíscuas ou traiçoeiras, portanto, não correspondendo ao ideal de esposa pacífica e passiva:

Carlos: Eu não gostava de andar com alguém do meu grupo, deitar-me com as minhas companheiras

Sílvia: Não? Porquê?

Carlos: Não sei, talvez porque tinha medo de alguma doença ou algo, não, eu não, dizia-lhes, mais depressa procurava alguém que fosse civil.

Sílvia: E por que teriam alguma doença?

Carlos: Coisas que... por vezes... há pessoas que por sua vontade dormiam com vários companheiros ou por algo pensava que poderia estar doente, então, é melhor afastar-me, ui cuidado! Sempre fui um pouco reservado e exigente porque se não gostava de alguma não gostava, mas se gostava de alguém arranjava maneira de a conquistar mas não violentamente. (Carlos, 23 anos).

Osmín: Já não deixamos entrar mulheres.

Sílvia: Porquê?

Osmín: Não traz nada de bom, melhor andar só entre *vatos*, porque as mulheres só servem de enfeite, nada mais. Como uma jóia para a *pandilla*, coisas que são bonitas, servem para enfeitar, nada mais.

Sílvia: E porquê?

Osmín: Porque talvez haja problemas, como elas são *pandilleras* como nós, se elas já não querem estar com alguém, podem fazer amor com os que elas querem e não se pode fazer nada porque são da mesma *pandilla*.

Sílvia: E então, qual é o problema ?

Osmín: É que são artistas, que fazem amor com um e outro.

Sílvia: Como os homens?

Osmín: Sim...

Sílvia: E por que eles podem e elas não?

Osmín: Mas é que hoje, a geração de hoje, a mulher é mais artista que o homem, porque elas dizem que não podem ficar-se, dizem, bem, este tem outra mulher e eu tenho mais dois, para ir mais longe que o homem, são assim... Não, é que não são todas, mas a maioria agora... é raro achar uma mulher que seja de bom coração, que seja de bons sentimentos. E quando se encontram pessoas assim, é preciso saber valorizá-las, porque não se encontram mulheres em qualquer lugar. (Osmín, 24 anos).

Como salientado por Enloe (1993), dentro das margens existem também outras margens, ou seja, dentro dos gangs há vidas que interessam mais do que outras, e esta hierarquização segue, entre outras, lógicas sexuadas. Assistimos, assim, a uma permanente reprodução das margens através da reprodução da violência em várias escalas.

Olhar para violência dos gangs apenas como resultado de um “desvio geracional” à ordem pacífica ou como perpetrada por grupos de selvagens satanizados não parece ser suficiente. Há que entender os reflexos de um sistema político, económico e social, onde os

excluídos reproduzem (em escala micro, sobre os seus/suas próximos/as e eles próprios) a violência de que são vítimas e os valores dominantes na sociedade (Bourgois, 1996; 2001).

5.4. Fragmentos de guerra, espelhos de violência e reconhecimento

Nos anos noventa foi bastante difícil a guerra estudantil que se vivia em El Salvador. A partir daí as *pandillas* começaram a evoluir [...] começou-se a recrutar nos colégios, digamos desta maneira, tanto a *pandilla* rival como a nossa e o problema generalizou-se, ficou maior, ao não ficar-se pelos colégios mas já eram bairros inteiros, colônias inteiras, já não éramos estudantes, já pertencíamos à *pandilla*, é daqui que vem o conceito [...] Nos anos oitenta e noventa eram companheiros que vinham deportados dos Estados Unidos, outros vieram fazer o recrutamento para a *pandilla*, éramos vários jovens que eram a grande maioria dos que andavam na rua, que andavam, não tinham círculo social em que podiam ficar, estavam fora das suas famílias. A partir daí viemos nós, que somos uma geração mais avançada, com mais evolução, já ingressaram todos estes que fizeram da nona classe até ao *bachillerato*, vários dos que recrutaram têm *bachillerato*. Hoje, vem a geração de hoje, são os nossos filhos ou são os que se criaram connosco e que viram como realmente nós não nos criámos cheirando cola, fumando crack ou outra coisa parecida, que realmente criámos-nos na nossa própria forma de vida. (Pedro, 30 anos).

Era tipo uma aventura porque nos escondíamos para fumar um cigarro, uma coisa que nos serve para as recordações, porque já somos pouquitos porque a maioria estão mortos [...] então, recordamos isso, quando nos encontramos, recordamo-nos [...] de como nos escondíamos, fumávamos um cigarro, até entre vinte. Antes, em miúdos, estou a falar-te de dez ou onze anos, *pues*, isso era como tipo alguém que fuma drogas agora, *pues*, sabes, era tipo, não sei como dizer-te mas era tipo que infringíamos algo *pues*, porque naquela altura, *púchica!* Agora é algo normal [...] Nesse tempo saíamos da colónia e íamos para a escola, era tipo uma tradição passar por uma quinta e apanhar mangas e íamos para a escola de manhã. Então, com o tempo, íamos crescendo, então, íamos a uma escola que ficava numa zona que era da outra *pandilla*. Mas, de qualquer forma, nós falávamos com eles, porque eram nossos primos ou amigos nossos mas conforme fomos crescendo já eles, como éramos de outra colónia, já diziam: “estes miúdos já não!”. Roubavam-nos, metiam-se connosco [...] Já conforme íamos crescendo, os que eram da *mara* juntavam-nos e diziam-nos “vais fazer isto” e nós, às vezes, íamos. “Vão comprar cigarros, vão comprar uma gasosa”, coisas assim. Então nós, com o passar do tempo, íamos estando juntos porque antes não era assim como agora, antes não passava de pedras, cacetadas, era rara uma punhalada [...] a verdade, creio, é que o sistema tem mudado, *verdad*, porque tudo era uma aventura, um *vacil*, andarmos juntos, ajudando se alguém tinha um problema com outras pessoas mas pronto [...] Assim, com o tempo, o sistema foi evoluindo. Já a coisa foi ficando mais feia, às tantas já não podias andar na rua porque a polícia agarrava-te e por qualquer coisa, só por ter um MS ou por ter qualquer coisa da *pandilla*, já te prendiam [...] então, por muitas coisas fomos mudando. Assim que olhavam para nós, fugíamos logo porque já sabíamos que nos iam prender. Então isto foi-se tornando mais drástico, tudo era uma pressão [...] identificavam-te e levavam-te e eles diziam “por que fogem, se não têm nada?”, “e por que nos levam?” [...] então, não é por nada, porque nós sabemos quem somos, na verdade, e não somos nenhuns santos, mas também a polícia matou muitos nas ruas. Tudo começou como se estivesses num jogo, porque eram rivalidades entre colônias, mas com o tempo foi mudando, foram sendo coisas mais pessoais e, a partir daí, com o tempo, vieram as armas e tudo isso. (Rafael, 27 anos).

Como vimos antes, e como atestam os relatos de Pedro e Rafael, os gangs em El Salvador sofreram várias mutações ao longo da história. Também como refere Rodgers, no

caso da Nicarágua, os gangs passaram a promover uma “ordem social muito diferente”, formatando a vida social de forma “negativa”, pela força e violência arbitrária, e não de forma “positiva”, na protecção dos seus bairros e distribuição de rendimentos (Rodgers, 2006: 322). Também Wolf (2012) defende que a MS13 evoluiu de um tradicional gang de rua para um grupo com características de crime organizado. A maior transformação dos gangs ocorreu já nos anos 2000, em parte como resultado das políticas de “tolerância zero” (Savenije, 2009; Cruz, 2012). Assim, em lugar de pôr fim a uma guerra entre gangs, na última década, as autoridades e grupos semi-formais declararam, por sua vez, estar também em guerra contra os gangs, acabando por fomentar o grau e alargar o espectro da violência.

5.4.1. Mano Dura e Mano Amiga – repressão, contra-subversão e populismo

Em 2003, foi aprovada a lei *Antimaras*, que visava criminalizar a pertença a gangs *per se*, ou seja, o facto de se ser membro de um gang passou a ser motivo do crime de agrupamentos ilícitos. Esta lei agravou ainda os crimes para os indivíduos pertencentes a gangs e diminuiu a idade penal para estes casos, imputáveis a partir dos 12 anos (Carranza, 2005). Esta lei seria posta em prática através do Plano *Mano Dura* (2003) e *Super Mano Dura* (2004), anunciados em tom de cruzada pelo então Presidente de El Salvador. Este último inclui a participação activa de militares no âmbito da segurança pública. Na realidade, todos os jovens pobres e de comunidades marginalizadas passaram a ser alvo de assédio policial, com bastantes casos de maus-tratos, e o simples facto de usar tatuagem dava direito a prisão para investigação. No entanto, como mencionado a seguir, por Mariana, antes mesmo dessa cruzada ser declarada, já nos anos 1990, uma guerra, nunca declarada, se produzia na “sombra”: actuavam grupos de extermínio, dedicados à “limpeza social” (dos membros de gangs), tal como nos anos 1980, grupos semelhantes se dedicavam à “limpeza política” (dos guerrilheiros e seus apoiantes reais ou imaginários) (Martel, 2006), um renascimento da lógica defendida por D’Aubisson, “morto o cão, acaba-se a raiva”:

Isso de virem dizer que vão lutar contra a delinquência é mentira. Se criassem postos de trabalho, permitissem de verdade que trabalhemos, e não fosse só para ganhar fama, então, sim, poderia mudar [...] Isto é uma guerra. A diferença entre isto e a guerra que houve em El Salvador é que antes se lutava pela paz, pelos camponeses, agora seria lutar pelos direitos de nós próprios [...] Quando a polícia nos vê, diz: “estas são *pandilleras*, levem-nas para as esquadras durante seis dias!”. E uma pessoa nem fez nada, mas como não gostam de nós, já nos levam. Conheço muitas pessoas a quem bateram e até algumas que perderam bebés. Alguns até os matam [...] Não há justiça neste país porque a corrupção

está mesmo dentro deles. Deputados, pessoas da alta sociedade procuram-nos e dizem “faz-me um trabalho, mata este fulano porque não gosto dele”. Várias vezes fomos contactados para isso, chamavam-nos *sicarios*, diziam-nos: “mata este, rouba aquele”, a única coisa que não fazíamos era meter-nos com a família, com as crianças. Às vezes, pediam coisas assim: “quero que vão a casa dele e façam um tiroteio, matem toda a família para que aprenda, deixem-no vivo para que sofra vendo como morre a sua família”. Para mim isso é desumano, se tenho um problema com alguém vou livrar-me da cólera sobre ele e não com toda a família, não tem nada a ver. Isso acontece frequentemente. Por exemplo, se algum deputado do FMLN tem um problema com outro de ARENA, um de ARENA vem e paga para que deitem a culpa aos do FMLN, e nós, pasmados, seguimos. (Yasmín, 24 anos).

Uma boa parte [dos companheiros] foi morta por outros *pandilleros*, outros por grupos de extermínio, esses que agora ressuscitaram. Antes chamava-se Sombra Negra. Chegavam onde estávamos reunidos, tranquilos. De repente, alguém nos dizia: “hey! tenham cuidado que andam aí uns encapuzados, são paramilitares, Polícia Nacional, Polícia de *Hacienda*, andam a matar os *pandilleros*” [...] chegavam sempre em camionetas, vidros polarizados e procuravam-nos [...] só baixavam um pouco o vidro, sacavam as armas e começavam a disparar, umas vezes eram armas pesadas, outras vezes, armas curtas, e assim morreram muitos, outro ficaram feridos [...] os *Escuadroneros de la Muerte* ... ali estão os descendentes dos que mataram Monsenhor¹⁵¹ [...] eles o que querem é matar os *pandilleros*, porque para eles não existe reabilitação nem nada disso. O que eles querem é exterminar [...] antes a polícia servia para cuidar da comunidade, orientar a juventude, aconselhá-la (...) mas agora, que fazem? [...] desde que entrou esse governo com a sua onda de *Mano Dura*, e como estamos comprados pelos Estados Unidos, têm que fazer o que estes dizem [...] então, foi quando a PNC¹⁵² já começou com um nova ideologia, uma ideologia de extermínio para todos os que andem na rua, sobretudo os que estão tatuados. (Mariana, 26 anos).

Ao mesmo tempo, estas políticas eram extremamente publicitadas (e saudadas) por uma imprensa sensacionalista que caracterizava cada vez mais os *pandilleros* como a escória da sociedade, atribuindo-lhes a maioria dos actos violentos, antes mesmo de qualquer investigação. A necessidade histórica de construção de um inimigo por parte das elites no poder (quer político, quer económico) e a possibilidade de controlo social através da (re)produção do medo e da insegurança contribuíram para a progressiva desumanização dos gangs - representados pelos poderes político, económico e mediático como criminosos sem escrúpulos e demoníacos (Martel, 2006; Wolf, 2008). Em tempos de neoliberalismo triunfante, a insegurança tornou-se sinónimo de negócio lucrativo (Via, 2010). De facto, existia, até há pouco tempo, em El Salvador, um maior número de seguranças de empresas privadas do que de efectivos policiais, como aliás é corrente em toda a América Central (SAS, 2011).

¹⁵¹Referência aos Esquadrões da Morte, que actuavam desde a década de 1970 para eliminar (matar ou “fazer desaparecer”) opositores político e especificamente ao assassinato de *Monsenhor Óscar Romero*.

¹⁵²Polícia Nacional Civil. Criada depois da guerra integrando elementos de ambas as partes em conflito.

Os resultados não poderiam ser piores. O encarceramento da maior parte dos membros das *maras* e *pandillas* levou a um reforço da sua estrutura¹⁵³ e à modificação dos tipos de actuação. Se antes a violência se exercia sobretudo entre pandilhas e a sobrevivência era garantida pelos roubos e venda de droga, as novas formas de sobrevivência, como o sequestro, a extorsão e *sicariato*¹⁵⁴ (de que Yasmín nos dá um exemplo) são mais violentas e afectam ainda mais a população de modo geral (Savenije, 2009; Cruz, 2012). Mas não se trata aqui de um problema meramente nacional ou local. Apesar de, durante as últimas duas décadas, os gangs e os seus membros terem sido utilizados como bode expiatório para a legitimação de políticas repressivas e de um simulacro de contenção da violência; de terem sido ainda os actores visibilizados para esconder muitos outros processos e formas de violência e corrupção em El Salvador, como nos conta, aliás, Yasmín; de tudo isto permitir desresponsabilizar as autoridades e os partidos políticos da criação de políticas estruturais de prevenção da violência e de redução das desigualdades; e ainda, apesar de se ter contribuído para alimentar o pânico social e o sentimento de insegurança que, por sua vez, reforçam a aprovação popular de medidas securitárias; trata-se, tal como durante a Guerra Fria, da aplicação de internacionalizadas de suposto controlo da violência por elites nacionais ávidas de reconhecimento num contexto regional mais amplo. São políticas que resultam de “um legado de autoritarismo e da doutrina da segurança nacional mas o inimigo é agora o elemento marginal e criminoso e já não o opositor político esquerdista” (Koonings e Kruijt, 2007b: 18).

A “guerra às drogas” e as políticas de “tolerância zero” serviram, nas últimas décadas, de inspiração e apoio material aos governos centro-americanos, substituindo a matriz de relacionamento anti-comunista da Guerra Fria pela construção de um grande espaço securitário e de “criminalização da pobreza” no continente americano: estas políticas de *Mano Dura* seriam uma aplicação internacional do que Wacquant (2007: 203) descreve em termos nacionais, em relação aos EUA, como “o paradoxo penal do neoliberalismo”, que pretende implementar “mais Estado” nas áreas policial, judicial e prisional “para solucionar o aumento generalizado da insegurança objectiva e subjectiva” quando “é ela mesma causada por menos Estado” nas dimensões económica e social nos países ricos.

¹⁵³ Em apenas dois anos, mais de 30 000 membros de gangs foram detidos. No entanto, a taxa de homicídios aumentou drasticamente, de 40 para 62 por 100 000 de 2003 para 2006 (Cruz, 2012).

¹⁵⁴ Chama-se *sicario* a quem mata por encomenda.

Estas políticas podem ser consideradas um conjunto de mecanismos de regulação de populações marginais e julgadas como ameaças, nomeadamente do que se chamou “o jovem [homem] do bairro marginal [periférico]” (Briceño-León e Zubillaga, 2002: 23), cujas oportunidades de sobrevivência ou afirmação se limitam à emigração e à realização de actividades de geração de rendimentos rápidos (e ilegais). Nas suas versões mais extremas, estes mecanismos transformam-se em ideologias de extermínio ou de encarceramento de uma parte significativa da população em prisões sobrelotadas, com penas intermináveis e sem qualquer investimento na reabilitação. Apesar da violência dos gangs ser em grande parte auto-destrutiva¹⁵⁵, esta começou a ser vista como um problema não porque consista na autoflagelação e auto-aniquilação de gerações e, com elas, das suas famílias e comunidades, mas porque acabou por afectar as classes médias e pontualmente as abastadas (Briceño-León e Zubillaga, 2002: 29-34). Assim sendo, o que realmente está em causa nesta paz violenta, em última análise, é garantir a segurança dos centros do sistema da forma menos transformadora ou emancipadora possível, com o objectivo de manter o *status quo*, através de intensos esforços para desenvolver novas tácticas e tecnologias com o objectivo fundamental de perpetuar o controlo das classes abastadas (Rogers, 2010).

Isto aplica-se, também, à grande parte das políticas de prevenção da violência, as quais, muitas vezes, se limitam a suavizar a imagem repressiva das autoridades e a gerir e acalmar o potencial de violência das “classes perigosas”, funcionando, em parte, como programas de contra-subversão, sem quaisquer resultados visíveis. Foi o caso dos programas *Mano Amiga* e *Mano Extendida* que sofreram de grandes lacunas. A primeira, a falta de vontade política: estes programas não foram alvo da mesma determinação que continuava a sobrelotar as prisões de El Salvador, acabando por se constituir em simulacro de boa vontade. Exemplo disso é que alguns dos membros de gangs, que participavam em programas, podiam ser detidos durante a execução dos mesmos, provocando grande desconfiança em relação aos mesmos. Em segundo lugar, a centralidade dada à prevenção primária em relação à reabilitação e a recusa de tentativas de diálogo com os gangs não eliminou a atracção pelos gangs ou os recrutamentos mais ou menos forçados já que estes continuaram a ser a instituição mais próxima dos jovens nas comunidades. A sedução dos

¹⁵⁵ Em dois sentidos: em primeiro lugar porque membro de gang significa, à partida, diminuir drasticamente a sua esperança de vida; em segundo lugar, porque a violência é dirigida essencialmente a jovens oriundos dos mesmos bairros e da mesma classe social pela mera razão de pertencerem a um gang rival.

programas de prevenção não elimina, assim, a sedução dos gangs, se estes não forem de alguma forma integrados nos esforços. A terceira lacuna consiste na noção de que a violência dos gangs pode ser diminuída sem um projecto político integral. Os programas de prevenção não deveriam basear-se na realização de eventos desportivos e culturais desgarrados; a reabilitação, a formação profissional e a criação de empregos não podem ser vistos como algo que um projecto para vinte jovens em milhares pode resolver, nem a criação de microempresas como a solução, quando não se promove o emprego digno, apenas a emigração.

Significa tudo isto, enfim, que a guerra, em lugar de momento excepcional e de intensificação da violência, pode ser encontrada de forma difusa nas lógicas de gestão política “normal” (Mackenzie, 2011). Recupero, assim, a provocação de Michel Foucault, parece que “a política é a guerra continuada por outros meios”. Lógicas de guerra, de excepção e de emergência tornaram-se normais, sendo introduzidas nas rotinas sociais e políticas, accionadas numa teia complexa de lugares e actores (Jabri, 2006). A violência dos gangs e a resposta violenta à mesma deixam de ser uma excepção e alimentam-se mutuamente, incrustando o terror no quotidiano, nos corpos e nas mentes (Scheper-Hughes, 1997). Esta normalização da guerra nas políticas da paz e a geração de pânico e terror dificultam uma abordagem política e não apenas criminalizante dos gangs e da violência, como veremos em seguida.

Ao contrário do esperado, a administração de Mauricio Funes, eleito pelo FMLN em 2009, não alterou inicialmente este tipo de actuação repressiva e militarizada. O controlo e policiamento nos bairros da Zona Metropolitana de San Salvador foram entregues às Forças Armadas. Esta medida foi contestada por várias organizações da sociedade civil que trabalham na defesa dos direitos humanos ou na prevenção de violência e reinserção de membros de gangs (FESPAD, 2010). No entanto, perante a intensificação das actividades do tráfico de drogas, que se julgam cada vez mais relacionadas com os gangs, nos últimos anos, nos países da América Central, este tipo de opção reforçou-se, recorrendo-se mesmo à Brigada Anti-terrorista e ao FBI para treinar um recém-criado *Grupo de Intervención Antipandillas* (Ruíz e Marronquín, 2011).

5.3.2. Tréguas e reconhecimento de actores políticos: reminiscências da guerra?

Em 2012, a administração de Funes operou uma reviravolta histórica nas políticas dirigidas aos gangs. Vinte após os acordos de paz de Chapultepec, em 2012, os dois maiores gangs (e suas facções) declararam aderir a uma trégua que fez baixar os homicídios diários de cerca de 13 para 5 (Valencia, 2012). Apesar de ter inicialmente negado o seu envolvimento em negociações com gangs, que aliás diferia da linha mais repressiva dos discursos, a administração Funes viria a reconhecer esta alteração de agenda política que se traduziu mais tarde numa série de outras exigências¹⁵⁶, quase um autêntico programa de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração, em troca de melhorias nas condições de encarceramento, alteração das disposições de excepção que permitiam prisões arbitrárias, a retirada do exército das patrulhas nas ruas e ainda planos de reinserção e oportunidades de trabalho (Sanz e Martinez, 2012).

Apesar de também este percurso não ser linear e ter sofrido, entretanto, alguns revezes, como veremos no seguinte ponto, quero realçar o processo (ainda que incipiente) de politização da violência operado através desta estratégia – e que constitui, ao mesmo tempo, a sua força e sua fraqueza.

Numa entrevista recente, realizada após a declaração de tréguas entre os gangs e com a intenção de perceber este processo, um dos líderes da MS13 declarava que caso tivesse sido adolescente noutra época, se teria envolvido não no gang, mas sim, na guerrilha, para “combater as desigualdades”, já que, garante, estas estariam na origem da sua revolta (Canal 12, 2012). Também o líder mais visível do Barrio18 em El Salvador é conhecido pelas declarações “políticas” que presta aos meios de comunicação social (Martel, 2006), colocando a questão dos gangs numa agenda de direitos humanos e luta contra a exclusão social e a injustiça. Este definiu recentemente o gang como “um grupo social, uma larga fatia da população” resultante da “exclusão social, discriminação, falta de educação, falta de emprego e tratamento desigual pela lei” (Dudley e Pachico, 2013: 13).

Não interessa aqui confirmar ou refutar a veracidade ou honestidade destas afirmações mas explorar, de forma mais vasta, a necessidade e a pertinência destes líderes

¹⁵⁶ Estas incluem: “suspensão de todos os actos de violência e outros actos criminosos incluindo extorsão e venda de drogas; entrega voluntária de todos os membros de gang procurados por actos criminosos; entrega de todas as armas ilegais e explosivos; informação sobre a localização de cemitérios clandestinos; respeito pela liberdade de circulação dos membros de gangs; e fim dos desaparecimentos e recrutamento forçado (Whitfield, 2013: 11).

justificarem a violência exercida pelos gangs através de uma comparação com o passado da violência colectiva (vista como legítima ou justificada) em El Salvador, e como reacção a agressões por parte das entidades políticas e da sociedade. Um olhar simplista sobre os gangs como resistência organizada ao sistema político e económico ou como luta contra a exclusão e desigualdades representaria um erro e escamotearia as ligações e cooptações de que são alvo e que estabelecem com grupos ou indivíduos de partido políticos, polícia, redes de crime organizado, ou como são aliciados para as promessas neo-liberais do consumo infinito.

No entanto, até ao momento não houve pedidos de amnistia, e os gangs reconhecem que causaram um enorme dano ao país e à sociedade (Dalton, 2012) – ao contrário, diga-se, de alguns militares que, além de amnistiados, continuam a homenagear criminosos de guerra, contra as indicações da Presidência (Valencia Caravantes, 2013). No entanto, não é por acaso que estas questões surgem nos seus discursos.

Defendo aqui que a utilização do imaginário da guerra nos discursos dos líderes dos gangs deve ser vista como uma forma de articulação e de linguagem, de certo modo, de agência¹⁵⁷, que, no passado, não utilizaram ou que lhes foi negada. Esta possibilidade de articulação contribui para uma auto e hetero representação nova e uma ascensão destas margens a um estatuto que lhes permite serem ouvidas. Entendo por articulação a capacidade de formular discursos de legitimação de determinadas acções e de construir (material ou simbolicamente) uma agenda ou uma imagem que lhes seja mais favorável. As reivindicações e queixas das margens ou dos marginalizados continuam a necessitar de um enquadramento inteligível, coerente e legitimado politicamente para serem considerados: tudo o que a violência dos gangs não é.

Uma enorme diferença residiu precisamente na articulação de reivindicações e justificações, na capacidade de auto-representação, e no enquadramento ideológico dos actores da violência (algo que apenas recentemente parece mudar). De facto, mesmo a esquerda outrora revolucionária e as organizações sociais progressistas tiveram, nas últimas décadas, alguma dificuldade em compreender e responder a esta violência. Apesar das suas origens “populares” (nas camadas urbanas mais excluídas, mas não só, também na classe média baixa), não se trata aqui das “massas oprimidas” lutando colectivamente por

¹⁵⁷ Têm assim a possibilidade de taticamente se auto-representarem como vítimas de determinadas circunstâncias de distribuição de poder e de exercício da violência que justificariam as suas acções (Utas, 2005).

justiça social (Wieviorka, 1996: 6-7). Com a liberalização do sistema político e o final da Guerra Fria, a luta pela mudança do sistema económico e a resistência ao neoliberalismo enfrentaram vários processos de atomização, cooptação e neutralização: a violência dos pobres e excluídos urbanos ficou desprovida de enquadramento e apoio. A luta de classes foi substituída pela luta juvenil pela existência social face às (im)possibilidades de um futuro radioso prometido pelo imaginário do desenvolvimento e progresso global (Comaroff e Comaroff, 2000).

Assim, apesar das diferenças entre a violência da guerrilha (ou do exército) e a dos gangs, a herança da guerra entra nos discursos como forma de legitimação. Falar, hoje, de “tréguas”, “acordos de paz”, e do “tempo da guerra”, como o período antes da trégua, constituem processos miméticos de validação e reconhecimento dos gangs. Não se trata apenas de manipulação ou instrumentalização política, trata-se de colocar na agenda política e mediática e no imaginário social a marginalização como forma de violência em si, que produz mais violência. E isto tem também implicações práticas nas atitudes dos gangs e das autoridades, como contar com a mediação de membros da Igreja Católica ou a visita da Organização dos Estados Americanos ou de um mediador ex-guerrilheiro que diz ser escolhido pelos gangs porque apreciavam os seus livros sobre a guerra (Martinez, 2012).

Serão estes processos possíveis devido ao poder da alusão aos direitos, à desigualdade e à exclusão social face a um actual partido governante que simpatiza com este tipo de discurso?¹⁵⁸ É possível que ajude, sim. No entanto, parece ter jogado um papel essencial o reconhecimento do falhanço das políticas anteriores e a deterioração da situação de segurança no país. Com certeza, apesar das transformações de articulação, o seu reconhecimento, por parte das autoridades, sociedade e actores externos permanece oscilante. Temos uma administração que, tendo dado um enorme passo no sentido de garantir maior segurança física da sua população, teme as consequências eleitorais da “negociação com criminosos” e a perversão dos seus intentos (com crimes mais escondidos e alteração das lógicas de actuação) e cujo caminhos no trabalho de prevenção mais amplo da violência parecem não ser muito consistentes (cf. Sanz e Dada, 2013); temos uma sociedade traumatizada e com profundas dúvidas sobre esta estratégia; temos actores

¹⁵⁸ Claro que, para uma grande parte da população e para os partidos de direita (no poder desde o final da guerra até 2009) a questão da ilegitimidade não se alterou.

internacionais que apoiam (caso da OEA) e outros que recusam liminarmente esta linha de ação (caso da administração norte-americana) (Whitfield, 2013).

No entanto, começa a emergir globalmente um consenso que admite que as lógicas repressivas, de confronto, eliminação, desumanização e encarceramento têm claramente falhado na diminuição da violência e, por isso, uma nova abordagem parece emergir noutros países da América Latina: veja-se o cada vez maior questionamento da política de “guerra às drogas” por algumas autoridades (cf. Global Commission on Drug Policy, 2014).

5.4.2. Para além das tréguas e do reconhecimento: pós-guerras permanentes

Acontecimentos muito recentes, provocados em parte pela mudança de administração¹⁵⁹, levaram a um rompimento das tréguas e a um aumento dos homicídios (Martínez et al., 2014). Este passo atrás releva de duas dinâmicas essenciais. Por um lado, estas tréguas não poderiam ser encaradas como um fim em si mas apenas como os primeiros passos de uma viragem política profunda que incluísse uma abordagem estrutural da prevenção da violência nas suas diversas manifestações, bem como da reabilitação e reinserção dos membros de gangs; uma abordagem que retirasse as manifestações das desigualdades e da exclusão do âmbito da segurança militarizada e de excepção para o âmbito da prática política normal (Booth, 2007: 172; MacKenzie, 2011: 70). Se uma abordagem centrada na repressão, castigo e na suposta reconversão individual dos “pecadores, criminosos, desequilibrados e malcriados” (Rocha, 2000) não é suficiente face aos inúmeros desafios que se colocam aos jovens, e aos membros de gangs e suas famílias; uma abordagem centrada apenas no “cessar-fogo” e na diminuição/supressão das hostilidades também não augura sucesso. Isto significaria cair precisamente nos mesmos erros da transição pós-guerra.

Por outro lado, como bem chama a atenção José Miguel Cruz (2014), seria necessário estar preparado para os inúmeros desafios colocados por actores a quem a trégua não interessa e com enorme potencial de destabilização, desde o crime organizado aos opositores políticos. Apesar de tudo, não se pode escamotear a transformação ocorrida

¹⁵⁹ Em El Salvador, o mesmo Presidente não pode cumprir dois mandatos consecutivos (herança dos Acordos de Paz). Assim, apesar de o candidato apoiado pelo FMLN ter ganho as eleições em 2014, este já não é o mesmo. O novo Presidente de El Salvador é um antigo líder guerrilheiro Salvador Sánchez Ceren e o FMLN, que sempre teve uma relação conturbada com Mauricio Funes (que era um independente), tentar afastar-se do seu legado.

nos gangs. Infelizmente, é possivelmente demasiado tarde para muitos daqueles envolvidos na criminalidade. No entanto, só na base de um programa político alargado de transformação que questione as relações de dominação e desigualdades entre Estado e cidadãos, entre elites e pobres, entre homens e mulheres, entre velhos e jovens (Hume, 2008) se pode almejar uma redução da violência, para além da guerra e da paz. Esse programa deverá ter em conta que os gangs, as suas causas e os seus impactos se encontram integrados numa complexa teia de processos que necessitam de uma intervenção simultaneamente económica e psicossocial alargada.

A violência não é um tema fácil. A violência é confusa. Tentar dar-lhe sentido pode parecer a maior parte das vezes impossível, já que somos assaltados por inúmeras dúvidas éticas e políticas. Mas, por outro lado, esta dificuldade não deve impedir-nos de questionar ideias como a da separação clara entre violência política e violência criminal, social, juvenil ou sexuada. Os gangs são um fenómeno universal, cujas expressões concretas dependem do contexto específico em que se constituem e reconstituem e da interacção com outros actores – polícia, partidos políticos, crime organizado, instituições religiosas, grupos étnicos - são tanto formas de consentimento e reprodução, como de revolta e resistência nas margens (Hagedorn, 2008a; Rocha, 2000; 2008). A violência pós-ideológica não é necessariamente pós-política ou politicamente irrelevante, muitas vezes apenas revela a falta de discursos e estratégias articulados assim como a falta de lentes adequadas de análise.

Capítulo 6 – Guiné-Bissau e a genealogia das violências: das resistências bifurcadas à resiliência como fatalidade

Introdução

O sofrimento social não produz necessariamente fenómenos de violência colectiva visível e muito menos produz o mesmo tipo de fenómenos em toda a parte. No entanto, ele é, em si, relevante, não necessita de se transformar em ameaça ou em violência directa visível. Ele devasta milhares de vidas ignoradas das mais diversas formas, como já assinalámos. Para a imensa maioria dos jovens em Bissau, desemprego, pobreza, falta de acesso a educação de qualidade, ausência de cuidados de saúde, ausência de perspectivas de um futuro melhor e obrigações familiares nem sempre aceites vão-se acumulando com aparente abnegação. Inspirada pelas análises sobre as motivações dos jovens para enveredarem por actividades violentas como meio de adquirir algum poder, como forma de reacção e possibilidade de ultrapassar as condições de vida de marginalização e as desigualdades, como vimos nos capítulos iniciais, a questão que me intrigava era a seguinte: quais as razões para que a maioria dos jovens em Bissau, não se envolva em fenómenos de violência colectiva, gangs ou grupos armados, quando todas as condições parecem criadas para tal? Por que não se mobilizam de forma violenta? Em que medida o contexto de pós-pré-guerra quase permanente influencia esta dinâmica?

Para responder a estas questões, começarei por me centrar numa genealogia das violências visíveis e invisíveis e na sua relação com a distribuição do poder económico e político. Ao mesmo tempo, procurarei traçar um retrato das reacções à violência e à dominação, por parte das margens sociais e/ou políticas. Neste capítulo irei, assim, reflectir sobre os processos de reprodução e normalização, da “negligência” e da “brutalidade”, recuperando expressões de Patrick Chabal (2009), que têm afectado a grande maioria dos e das guineenses, em particular nos últimos quinze anos, mas com origens bem mais profundas. Ao analisar a normalização de algumas formas de violência não pretendo, no entanto, corroborar o imaginário recorrente do continente africano e, em particular, da Guiné-Bissau, como um caso perdido, imerso na guerra, na corrupção e na violência primitiva. Pretendo, pelo contrário, contextualizar as dinâmicas de resistência e resiliência

dos actores sociais e as suas possibilidades face às turbulências causadas pela luta pelo poder político e económico e pela sua posição no sistema capitalista global.

A história recente da Guiné-Bissau é indissociável da guerra, dos seus estilhaços e de uma insidiosa violência estrutural. Depois de várias décadas de resistências ao e colaborações com o domínio colonial e de uma longa guerra pela independência, o país não encontrou períodos significativos de estabilidade ou de desenvolvimento económico: seis anos depois da independência formal produziu-se o primeiro golpe de Estado (1980); quando contava apenas com uma década de existência como Estado independente, começou o Ajustamento Estrutural e, em 1998, a população seria forçada a sobreviver a um conflito militar que durou onze meses. Apesar de curto e circunscrito, as suas consequências são dramáticas e perduram até hoje: estagnação económica, instabilidade política e militar, incapacidade governativa tornaram-se a normalidade nas últimas décadas. 77% da população considera que as condições de vida se degradaram durante este longo pós-guerra (World Bank, 2006:27). O mesmo estudo do Banco Mundial afirma que as consequências do conflito, no que diz respeito às perdas económicas, podem ser consideradas superiores às do Ruanda após a catástrofe de 1994 (World Bank, 2006:49-50).

Esta história de violência está intimamente relacionada com diferentes dinâmicas de distribuição, aquisição e manifestação de poder político no sentido lato. Nesta história, necessariamente contada de forma parcial e simplificada, pretendo frisar as transformações e permanências na forma de integração e produção das margens sociais e nas suas formas de experienciar e lidar com a dominação, a repressão e as violências invisíveis. Mais uma vez, pretendo salientar a diversidade desta gestão da violência e do sofrimento, entre consentimento e adaptação e resistências, mais ou menos declaradas.

6.1. A colónia inóspita e “rebelde¹⁶⁰”: alianças, resistências e percursos de guerra

O território que é hoje a Guiné-Bissau foi, entre os séculos XVI e XIX, central para o comércio internacional (nomeadamente transatlântico) e algumas das suas regiões objecto de disputa entre as grandes potências europeias enquanto pontos estratégicos das

¹⁶⁰ Sobre esta designação ver Silva (1997: 21).

rotas comerciais¹⁶¹. No entanto, durante 450 anos, os portugueses viram “as suas ambições imperialistas bloqueadas” pela resistência dos chefes e nobres locais, os quais, embora fossem colaborando com os portugueses e permitindo a construção de fortes nas zonas costeiras, não permitiram a penetração no interior do território (Mendy, 2003: 37).

Os portugueses foram então confrontados com a existência de diversas formas de organização social e política, algumas delas com uma extensão e concentração do poder assinaláveis de que são exemplos o Reino de Bassarel¹⁶² (séculos XVII a XIX) e o Reino Mandinga de Kaabu (séculos XIV a XIX), reino vassalo do Império do Mali que dominava então a região e a quem os portugueses pagavam tributo para poderem comerciar nessas paragens; encontraram também povos e sociedades menos numerosos, como os Beafada, alguns pouco (ou nada) centralizados, como os Balanta, progressivamente “empurrados” para a zona costeira pelos avanços Mandinga e, mais tarde, Fula, na região (Lopes, 1987: 10; Cardoso e Ribeiro, 1987: 9; Forrest, 2003: 29-44; Mendy, 2003: 38).

Até ao século XIX, a principal actividade comercial desenvolvida pelos portugueses (e outros europeus) foi o tráfico transatlântico de escravos: “durante alguns períodos antes do século XVII”, a região correspondente à Guiné-Bissau chegou “a produzir mais escravos do que qualquer outra região em África” (Hawthorne, 1999: 104). À procura dos mesmos correspondeu uma crescente organização para a oferta por parte de diferentes povos ou indivíduos: a captura de escravos tornou-se umas das principais e das mais destrutivas actividades na região (Mendy, 2003: 38), “penetrando profundamente no tecido social” e oferecendo a possibilidade de pessoas já com poder mas também “nas margens da sociedade” adquirirem poder através da mesma, “colocando vizinho contra vizinho, aldeia contra aldeia, servo contra antigo dono” (Hawthorne, 1999: 117-118). Ao contrário do defendido por muitos historiadores, Hawthorne assegura-nos que não foram apenas os Estados ou grupos poderosos na região que se dedicaram à captura e venda de escravos mas também grupos ou indivíduos de sociedades “sem Estado”, sobretudo numa fase mais tardia, como forma de responder à necessidade de ferro, que os europeus trocavam por escravos ou marfim, e eventualmente também para construir armas com

¹⁶¹ A este propósito ver Brooks (1991) sobre as lutas pelo controlo da ilha de Bolama ou ainda os diferendos entre Portugal e França para controlo do norte da actual Guiné-Bissau e Casamança (Pélissier, 2001).

¹⁶² “Pertencente a Manjacos-Papéis e Brames. Este tinha sob sua dependência cerca de 26 pequenos chefados (sic)” (Cardoso e Ribeiro, 1987:9).

propósitos defensivos (em relação aos raides de que eram vítimas) ou ofensivos; entre estes povos encontravam-se os Bijagós e os Beafada (Hawthorne, 1999).

Entre os séculos XVI e XVIII surgiriam também importantes clãs de comerciantes locais, construídos através de casamentos e redes de parentesco, com origens diversas: portuguesa, nomeadamente judeus sefarditas, cabo-verdiana e provenientes dos povos originários (aliás, por via do casamento estabeleciam-se alianças com as linhagens locais que contribuía, muitas vezes, para o comércio de escravos); e que, não raras vezes entravam em conflito com os representantes da Coroa Portuguesa (Havik, 2002).

No âmbito do império colonial português, no entanto, a Guiné-Bissau permaneceria uma periferia estratégica mas pouco apetecível em relação a outros territórios, como Angola ou Moçambique, nomeadamente pela elevada mortalidade provocada entre os brancos. No entanto, a resistência anti-colonial que aí se desenvolveria no século XX foi central para a degenerescência do império português e do Estado Novo.

A acentuação da presença e do domínio territorial e político portugueses na Guiné, como em outras colónias, situa-se nos finais do século XIX¹⁶³. Ela responde à pressão exercida pelas grandes potências europeias na Conferência de Berlim (1884-1885), no sentido de uma partilha dos territórios africanos, e à exigência de demonstração de soberania efectiva, e que levou ao estabelecimento das fronteiras finais da Guiné em 1905. Está ainda relacionada com a necessidade de reconversão das actividades de exploração ditadas pelo fim do tráfico de escravos (ou a sua proibição formal nos finais do século XIX) e foi favorecida pelas alterações ao mapa político na região, com a decadência dos reinos dominantes e as guerras entre diferentes povos, nomeadamente entre Fulas e Mandingas (Cardoso e Ribeiro, 1987:9).

Esta presença ganhou intensidade ao longo do século XX. Segundo Eduardo Costa Dias, as três primeiras décadas do século XX ficaram conhecidas, na historiografia colonial, como “a idade de ouro” da colonização europeia em África, procedendo-se à subjugação militar dos povos e chefes resistentes e, ainda, ao desenvolvimento do conhecimento dos territórios, da malha administrativa e do estabelecimento de “quadros normativos de sujeição dos africanos” (Dias, 2006:99-100).

¹⁶³ Em 1879, após a derrota infligida pelos Felupes/Diola, como resposta à tentativa de ocupação e subordinação de Cacheu, foi decretada a separação entre a administração da Guiné e de Cabo Verde (Mendy 2003: 38-39).

Assim, entre 1879 e 1915, procura-se “desesperadamente provar a soberania” portuguesa, encontrando-se, no entanto, uma “intensa resistência” (Mendy, 2003: 41), sendo, por isso, um período de estado de guerra permanente, com inúmeras batalhas, como nos demonstra a detalhada obra de René Pélissier (2001), e que ficaram conhecidas como campanhas de “pacificação”. João Teixeira Pinto, denominado “o pacificador” da Guiné, juntamente com o seu exército mercenário, liderado por Abdul Indjai, acabaria por conseguir uma ocupação efectiva do território continental em 1915, mas apenas em 1936 conseguiram garantir o controlo dos Bijagós. Forrest descreve estas campanhas militares de submissão e de conquista do interior do território e das ilhas como a primeira fase de “terrorismo de Estado” – a segunda seria na década de 1960 como resposta à luta anti-colonial – que permitiria algum (mas não total) controlo do território e dos povos (Forrest, 2003: 85-141)

Se, nas primeiras décadas, a ocupação assumiu ainda privilegiadamente uma forma militarizada, mais tarde começou a desenvolver-se a administração civil e progressivamente estabeleceram-se mecanismos de controlo da população adstrita a cada zona geográfica (Dias, 2006: 100). Da panóplia legislativa então elaborada destacam-se: a) Carta Orgânica da Guiné (1917), que divide a população em nativos e não nativos, indígena e civilizada e que legaliza o trabalho forçado e estabelece mecanismos de identificação e controlo da circulação da população indígena; b) a substituição do imposto por cabeça pelo imposto de palhota (1903); c) a elaboração de um estatuto civil, político e criminal dos indígenas (6 Fevereiro 1929); d) os regulamentos sobre trabalho indígena (progressivamente alterados), com destaque para portaria de 1917 que institucionaliza o trabalho forçado (Dias, 2006: 106-109).

A Primeira República portuguesa lançaria, assim, as bases para o desenvolvimento repressivo do Estado Novo e do regime de indigenato (abolido formalmente em 1961), determinando o controlo das populações através de punição directa, executada administrativamente e sem recurso tribunais (Mendy, 2003: 48). Além disso, segundo Costa Dias, durante os anos 1920, começou também a delinear-se “a estratégia colonial que privilegiará durante décadas as alianças com chefes Fulas”, através de “uma política de aproximação ao chefe de território e não ao chefe de raça”, política esta diferenciada para cada grupo ou povo, promovendo sobretudo a aproximação aos muçulmanos em detrimento dos chamados animistas (Dias, 2006: 109-110).

No entanto, a administração colonial, entre 1900 e 1930, não era estável – em 30 anos, houve 20 governadores ou encarregados de negócios – e nela reinava a corrupção (Dias, 2006: 105-106). Esta tendência para a acumulação privada dos funcionários associava-se ainda à informalidade das trocas, às estratégias de sobrevivência dos camponeses para fugir aos impostos e aos preços baixos praticados. Foi com a emergência do Estado Novo em Portugal que ocorreram as primeiras dinâmicas significativas de burocratização do Estado e da sociedade; aumentou o controlo administrativo; centralizou-se o planeamento económico e monopolizou-se o comércio através da Companhia União Fabril e do seu intermediário, Casa Gouveia, o que significou ainda um incentivo às trocas clandestinas e à emigração; as forças sociais susceptíveis de oposição foram encorajadas a formar associações controladas (Galli e Jones, 1987: 33-52).

O modelo de exploração colonial na Guiné, nas suas diversas manifestações ao longo da história, não foi nunca baseado no desenvolvimento económico ou humano (como aliás não o foi na metrópole), não houve investimento em infra-estruturas ou na melhoria das condições de produtividade e de troca. A intervenção portuguesa na Guiné foi essencialmente mercantil, baseada, em grande medida, na exploração por aventureiros para benefícios próprios, inicialmente, e no controlo económico baseado na exploração comercial, desde o tráfico de escravos às produções agrícolas, mais tarde (Cabral, 1974a:18; Lopes, 1987:12). Com refere Cardoso, a Guiné era “a única das colónias portuguesas em África que era puramente de indigenato”, ou seja, a economia indígena era a base da estrutura económica (produziam, consumiam importações europeias, pagavam impostos), era uma “economia de resgate”, que se baseava na mera exploração da actividade existente, ainda que se tivessem desenvolvido algumas pequenas explorações agrícolas (pontas), propriedade sobretudo de cabo-verdianos (Cardoso, 1992: 40-43). Para além do controlo da produção agrícola e das receitas das exportações – sobretudo do amendoim – bem como as receitas do imposto de palhota, era esperado, desta colónia, que garantisse a importação de bens como vinho e têxteis, cuja qualidade nem sempre permitiu um escoamento face à concorrência de outros produtos trazidos pelos *djilas*¹⁶⁴ (Galli e Jones, 1987: 38).

Além disso, manteve-se a terra como propriedade colectiva, não se criaram empresas agrícolas e deslocações, como em Angola, e a exploração não estava no trabalho

¹⁶⁴ Comerciantes de longa distância.

directo mas, através do comércio, na diferença entre os preços e os valores dos produtos (Cabral, 1974a:18). Com este objectivo, foram sendo tecidas complexas teias de relações com os chefes africanos que realizavam o controlo ao nível local para a recolha de impostos e produtos agrícolas e fiscalização do trabalho forçado (Galli e Jones, 1987: 26). Ao mesmo tempo, a administração colonial era sobretudo ocupada por cabo-verdianos.

A economia estava virada para a exportação e manutenção das *praças* (centros urbanos) e o Estado marcado pela ausência de políticas sociais, como por exemplo no que diz respeito à educação, e pela exclusão das populações rurais e designadas como não civilizadas. O recenseamento de 1950 dava conta de que 99.7% da população era considerada indígena; sendo que apenas pouco mais de oito mil indivíduos eram considerados civilizados, dos quais apenas pouco mais de dois mil eram brancos (Silva, 1997: 26).

Após a 2ª Guerra Mundial, o trabalho forçado começou a ser substituído pelo trabalho assalariado. No entanto, este continuava a ser baseado em péssimos salários e condições e na mesma lógica de castigos, dando origem à revolta de Pindjiguiti em 1959, quando os trabalhadores do porto em greve foram massacrados pelas autoridades; um momento que viria a ser considerado como a grande reviravolta na organização do nacionalismo africano (Mendy, 2003: 46). Foram, no entanto, inúmeras as revoltas que ocorreram entre as décadas de 1920 e 1960, demonstrando que, apesar da colaboração de alguns indivíduos e de uma parte da população, as capacidades e vontades de resistência se mantinham, tanto as violentas e directamente dirigidas ao aparelho colonial, como as pacíficas e baseadas na desconexão face ao mesmo (por exemplo, fuga aos impostos, fuga ao trabalho forçado, boicotes, emigração para zonas remotas, queima das palhotas, etc.) (Dias, 2006:100; Mendy, 2003: 47; Forrest, 2003).

A política e ideologia colonial de assimilação, baseadas no racismo, na crença na superioridade dos europeus “civilizados” (Cardoso, 1992), e de organização de um sistema dual de cidadania¹⁶⁵, assente na desvalorização das sociedades e culturas africanas, acabaria formalmente em 1961, com o fim do regime de indigenato (todos foram declarados cidadãos) e reforçado em 1970 com o programa Guiné Melhor (um programa de contra-subversão criado pelo General Spínola), mas estas alterações não foram

¹⁶⁵ Respeitavam-se os costumes “locais” desde que não pusessem em causa a soberania portuguesa; não se procurava impor as leis europeias aos nativos mas para se ser considerado civilizado havia que abandonar os usos locais (Cardoso, 1992: 34-59).

suficientes para impedir o surgimento do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Foram, aliás, os assimilados revoltados que, nos anos 50, iniciaram este processo de organização em prol da independência do país (Silva, 1997).

A bifurcação da cidadania¹⁶⁶ e a criação de uma elite intermédia, composta por cabo-verdianos e assimilados, constituiu também a origem da bifurcação das resistências à dominação colonial. Por um lado, a imensa maioria explorada, auto-regulada, com poucos contactos com o sistema político dos colonizadores mas plenamente integrada no seu sistema coercitivo, através dos chefes tradicionais ou designados; por outro lado, as elites intermédias, com algum acesso à educação e integradas na administração pública, de onde surgiram os movimentos nacionalistas e a adesão ao pan-africanismo. Na década de 1960 estas diferentes expressões de resistências encontram-se e levam a cabo a guerra de descolonização. No entanto, esta bifurcação, ainda que venha a adquirir expressões mais complexas, não só não desapareceu como viria a condicionar os processos políticos e sociais até ao presente.

Embora o PAIGC, o mais importante, mas não o único, movimento de libertação, criado em 1956 e liderado por Amílcar Cabral, até ao seu assassinato, em 1973, tenha começado como um movimento urbano e por estabelecer um programa de negociações com vista a um processo de descolonização pacífico (Silva, 1997: 38; 44), a guerra acabaria por impor-se como única estratégia viável em 1961/63, orientando-se também para as zonas rurais. A esse redireccionamento não foi alheio o massacre de Pindjiguiti e a demonstração da total falta de abertura para a transformação política do poder colonial.

Apesar de surgir a partir de um círculo urbano e da elite ‘civilizada’ ou assimilada, o PAIGC conseguiu mobilizar vastas camadas da população, nomeadamente nas zonas rurais. No entanto, a mobilização dos camponeses não foi uma tarefa fácil ou óbvia (Lopes, 1987: 29-31). Forrest indica algumas das razões que ajudaram à mobilização dos

¹⁶⁶ Mahmood Mamdani analisa os processos de criação de Estados bifurcados. O autor considera que, para compreender a evolução política em África, é necessário ter em conta as formas específicas do poder estabelecidas durante o colonialismo. O Estado bifurcado é um sistema dual de governação, sendo o poder do Estado nas áreas urbanas liderado pelas instituições modernas, face a algo que o autor designa como uma “sociedade civil historicamente legitimadas pela linguagem universal dos direitos” onde a governação se fazia de forma directa e onde o domínio público estava separado do privado; e, nas zonas rurais, sendo o poder do Estado exercido através dos líderes tradicionais, intermediários do sistema de governo indirecto. Assim, através da co-optação das autoridades tradicionais o Estado colonial “codificou” ou “formalizou” a “tradição” e tornou-a a base das suas políticas, através da de uma interpretação selectiva da mesma e da sua cristalização. O instrumento de institucionalização foi o direito costumeiro e não foi criada uma sociedade civil com autonomia em relação ao Estado, tornando os rurais/tradicionais/indirectamente governados, súbditos em vez de cidadãos, sem possibilidade de participar em decisões de governação (Mamdani, 1996).

camponeses. Em primeiro lugar, o entendimento de que uma destruição do aparato do Estado colonial significaria a remoção de restrições como o trabalho forçado e os impostos. Em segundo lugar, lança a hipótese de uma “vingança histórica”, isto é, a continuação da resistência vencida durante o período do terror (1913-1915). Um terceiro factor, estreitamente ligado com o segundo, a memória social da resistência e dos seus sucessos, teria servido como apoio psicológico para a luta. Um quarto factor estaria relacionado com a possibilidade de aquisição de bens através dos Armazéns do Povo, trocados pelas produções locais, um sinal de compromisso do PAIGC para com uma alternativa à exploração económica. E, por último, uma adesão baseada na reacção ao terror colonial instaurado na década de 1960, com o bombardeamento das aldeias e dos campos de cultivo, incluindo o uso de napalm (Forrest, 2003:184-185).

Apesar do sucesso da mobilização, muitos permaneceram neutrais ou alinhados com as forças coloniais (Forrest, 2003: 184). É consensual que as linhas da mobilização, tanto do lado colonial, como do lado nacionalista, foram estrategicamente delineadas de acordo com estruturas sociais particulares¹⁶⁷, embora estas, como apontado por Forrest, não expliquem totalmente a mobilização – naturalmente, do lado da potência colonial existia ainda um enorme poder coercitivo, para além dos vários caminhos de violência simbólica, assim como, do lado dos colonizados, existia a aspiração à manutenção ou aquisição de privilégios por parte de determinados indivíduos ou grupos.

Assim, se os poderes coloniais utilizaram (ou tentaram utilizar, em alguns casos) sobretudo as alianças com chefes Fula, do lado do PAIGC, grande parte da força militar foi conscientemente mobilizada entre os Balanta, não só por não responderem à mesma organização hierárquica que outros povos seguiam mas também porque foram dos mais afectados pela violência colonial ou porque eram conhecidos pelas suas aptidões guerreiras, pelo menos em algumas das suas faixas etárias, em processo de transição para a idade adulta (Temudo, 2009:52). No entanto não foi apenas entre os Balanta que se recrutou ou que houve adesão para a guerra anti-colonial. Segundo Schiefer:

¹⁶⁷ Segundo a divisão dicotómica de Amílcar Cabral, as sociedades caracterizam-se por serem “horizontais e verticais” sendo as primeiras menos estratificadas socialmente, também referidas muitas vezes, algumas delas, como a Balanta, como sendo “sociedades sem Estado”, sem reconhecimento de autoridade central, apenas com estratificação etária, ou acéfalas (Hawthorne, 1999). Os povos regidos por formas de organização horizontal seriam os Balanta, Felupes, Baiotes, Beafada e o grupo Mancanha-Pepel-Brâme, embora, segundo alguns autores, os últimos dois grupos se aproximem cada vez mais de uma sociedade de classes como os Bijagós, os Fula e os Mandinga (Lopes, 1987: 14) ou ainda os Manjacos (Cabral, 1974: 85).

Nenhum grupo étnico declarou oficialmente guerra contra os colonialistas, embora muitos permitissem a mobilização dos seus jovens pelos movimentos independentistas, mas sempre fora das estruturas linhageiras” (Schiefer, 2012: 217).

Forrest também analisa a diversidade de alianças e estratégias de diversos grupos e indivíduos, consoante a sua localização e a sua história de relação com o poder colonial (Forrest, 2003). Apesar desta diversidade, é de frisar a interessante conjugação entre idade/geração e pertença ou identificação étnica que surge nos trabalhos de diversos autores. Segundo Marina Temudo, baseada no trabalho de Roy van der Drift, “uma das razões da forte adesão de jovens balantas logo na primeira fase da guerra anti-colonial teve origem na conjugação de dois factores: as tensões entre jovens e anciãos e o surgimento de novas possibilidades facultadas pelo mundo exterior” (Temudo, 2009:52). No entanto, Forrest frisa a complexidade das relações inter-geracionais: se, por um lado, a participação dos jovens pode ser vista como desafio ao poder dos mais velhos; por outro lado, pode também ser vista como a aceitação do mesmo – as alianças com anciãos balantas e o seu papel na mobilização dos jovens não são de descurar (cf. Forrest, 2003). Certamente, também entre outros grupos, como os Papel, muitos jovens viram na adesão ao PAIGC uma forma de garantir a futura “mobilidade social” e a possibilidade de “liderança” no Estado pós-colonial e de se identificarem com um novo projecto que rejeitasse o colonialismo mas também as formas ditas tradicionais de organização e distribuição do poder (Forrest, 2003: 190-204).

A aspiração de construção nacionalista, o trabalho de formação ideológica e o recrutamento multiétnico do PAIGC não impediram que o movimento se deparasse com divisões internas baseadas na bifurcação antes mencionada. Amílcar Cabral construiu um equilíbrio que se revelou, no entanto, muito frágil, em torno da aceitação ou recusa dos sistemas e princípios de organização ditos tradicionais e das suas implicações. A sua lógica pragmática consistia em aceitar o que era bom e rejeitar o que era nefasto; a modernização do país não se deveria fazer sem respeito pelo que existia, apenas devia recusar os seus aspectos negativos (Cabral, 1974b:187-226). Mas esta apreciação, além de pressupor sempre uma hierarquização dos tipos de sociedade, assumia também um carácter paradoxal, de difícil solução. Eram vivamente desaconselhadas práticas consideradas negativas e vistas como provenientes da ignorância e do atraso. No entanto, utilizavam-se as mesmas estruturas sociais como forma de mobilização, reconhecendo o seu papel

essencial. Esta diferenciação entre práticas ‘atrasadas’ e ‘tradicionais’ e práticas ‘modernas’ e ‘emancipatórias’, em alguns casos semelhante aos discursos coloniais “civilizadores”, subsiste, hoje, nos discursos e nas percepções populares, nomeadamente dos jovens, como veremos no capítulo seguinte.

Assim, enquanto os cabo-verdianos se encontravam nas posições de comando e diplomáticas, outros, nomeadamente a maior parte dos balantas, encontravam-se nas posições subalternas e de combate directo. A tensão entre “modernos”/”avançados” e “tradicionais”/”atrasados” assumiu proporções assinaláveis, dando origem ao Congresso de Cassacá (1964), organizado para travar os excessos cometidos contra as populações civis e as falhas na conduta dos segundos. Estas divisões teriam novas vidas e consequências ao longo das décadas seguintes, a começar eventualmente pela própria morte de Amílcar Cabral.

Apesar destas raízes de tensão e conflito, o PAIGC obteve enorme sucesso na condução militar e política da guerra, não só pelos vastos apoios internacionais à descolonização mas também, em particular, devido à imagem, discursos e posicionamento do seu líder. Esta guerra revolucionária anacrónica (no que respeita à origem da dominação) será talvez a que mais se aproxima a um eventual ideal de guerra justa. Nesta época e nos primeiros anos de independência viveu-se um período de “lua-de-mel” entre a Guiné e uma grande parte da dita comunidade internacional, que seria um breve o único interregno na imagem negativa da Guiné nas décadas seguintes (Cravo, 2012: 168-177). Assim como foi o único período em que a rebeldia e a resistência foram consideradas externamente como algo positivo.

6.2. A (re)produção do Estado e do poder pós-colonial: a caminho da guerra de 7 de Junho

Se não formos capazes disso, de estabelecer concretamente qual o caminho para podermos avançar na nossa terra, estabelecer concretamente uma política económica para a nossa terra então estamos a morrer, a cansar-nos, a ser feridos, a estragar a nossa vida para nada. (Cabral, 1974b: 172).

O Estado é o presente envenenado da libertação nacional.¹⁶⁸ (Hardt e Negri, 2000: 134).

¹⁶⁸ Tradução livre da autora. No original: *The state is the poisoned gift of national liberation.*

O objectivo principal da guerra foi a criação de um Estado independente, tendo-se construído uma organização de carácter estatal nas zonas libertadas, mesmo antes da independência (Lopes, 1987: 36). No entanto, a independência deveria ser política e territorial mas também económica. Cabral advertia já para os perigos do neocolonialismo e da criação de novas redes de dependência no âmbito da economia mundial (Cabral, 1974a: 30-32). Uma vez alcançada a independência política, ficaram por alcançar não só o difícil objectivo da autonomia, num contexto amplamente desfavorável de integração dos países africanos na economia internacional, como os objectivos do progresso, desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população.

Segundo Carlos Lopes, existiam, na altura da independência, duas hipóteses para a construção do Estado: a primeira seria a de alargar a experiência de governação e organização das zonas de libertação; a segunda a de se adaptarem ao existente aparelho colonial (Lopes, 1987: 72). A segunda hipótese parece ter vencido mas não sem integrar novos elementos. A herança colonial verificou-se em termos da mínima alteração do sistema económico e produtivo, assim como da organização da burocracia e do aparelho de Estado, mas também ao nível de mecanismos de reprodução social como a educação e a formação de quadros¹⁶⁹.

Isto não significa que o período pós-colonial seja exactamente igual ao anterior ou que haja apenas uma ocupação de velhas estruturas por novas pessoas. No entanto, é de frisar o aspecto mimético de algumas das características e dinâmicas de poder e dominação, que Achille Mbembe tão bem analisa na sua obra *On the Postcolony*. O autor refere-se às heranças deixadas pela “incondicionalidade do poder e o regime de impunidade” que caracterizaram o *princípio do comando*. Este baseava-se num regime de excepção que podia ser activado por um conjunto de agentes público-privados até à mais pequena escala e envolvia a criação de um regime de privilégios e imunidades assim como a não distinção entre governação e civilização, concebida também como um fardo e não um contrato (Mbembe, 2001: 26-35). Parte destes mimetismos têm como aspecto central a projecção do Estado como configuração quasi-universal e bem determinada das relações

¹⁶⁹ Em 1974 existiam na Guiné-Bissau 14 pessoas com diplomas universitários (Koudawo, 1996: 69). Apesar de o PAIGC ter criado nas zonas libertadas um sistema educativo “popular, dedicado à democratização do acesso ao saber” e “revolucionário” (Koudawo, 1996: 75) e apesar do esforço de alfabetização, nos primeiros anos de independência, a verdade é que a rede escolar portuguesa, caracterizada pela bifurcação e elitização, acabaria por suplantar a escola do PAIGC (Lepri, 1996: 96). Significa isto que a adaptação do ensino à sociedade e suas necessidades não aconteceu, antes se moldou o ensino aos modelos externos, baseados na aquisição de capacidades requeridas pela “camada dominante da sociedade” (Lepri, 1996: 99).

sociais e políticas, num contexto internacional de difícil sobrevivência e afirmação, e daí a evocação da expressão de Hardt e Negri, “o Estado como presente envenenado”. Mas, como Mbembe também clarifica, esta projecção do Estado não é apenas uma imposição, ela foi também apropriada, tanto do ponto de vista institucional, como do ponto de vista material e do imaginário social, por grande parte dos africanos (Mbembe, 2001: 40). No entanto, o processo de “indigenização” do Estado, ainda que varie de contexto para contexto, evidencia, para o autor, uma “cristalização do Estado como uma tecnologia de dominação” aplicada sobretudo por “vias autoritárias” que “negavam aos indivíduos direitos enquanto cidadãos” (Mbembe, 2001: 42). Por sua vez, Mamdani, defendia que, com a descolonização, se procedeu a uma des-racialização do Estado e da sociedade civil urbana mas que, porém, em relação à população rural, se verificou uma das duas tendências: nos Estados ditos “conservadores” mantêm-se formas próximas do *indirect rule* (despotismo descentralizado); enquanto os Estados radicais ou revolucionários substituem o despotismo descentralizado pelo centralizado. Em ambas as versões, a população rural permanece súbdita em vez de cidadã. Segundo o autor, as duas tensões específicas geradas pelo Estado Africano são as interétnicas e a divisão entre urbano e rural (Mamdani, 1996: 291). Estas apreciações são extremamente pertinentes para compreender a evolução histórica do país nas primeiras décadas de independência.

Na Guiné-Bissau, os primeiros seis anos de independência caracterizam-se por uma “forma rudimentar de socialismo africano”¹⁷⁰ (Forrest, 2002: 239) na qual a economia formal estava oficialmente nacionalizada e era gerida através dos Armazéns do Povo, uma cadeia de aproximadamente 120 lojas, e a SOCOMIN (Sociedade Comercial Industrial), uma agência governamental de importações e exportações que garantiria uma troca “justa” entre os produtos agrícolas e os produtos importados. Ao mesmo tempo, as tentativas de desenvolvimento industrial tiveram resultados muito fracos¹⁷¹, não conseguindo criar as sinergias necessárias entre o sector agrícola e o industrial, e a política agrícola revelou-se um fracasso, provocando o aumento das trocas informais: “em vez de tratar directamente

¹⁷⁰ Ao contrário de outros países, a Guiné-Bissau nunca foi declarada constitucionalmente marxista-leninista ou socialista, antes um “Estado democrático, anti-colonialista e anti-imperialista embora a estrutura do poder e as políticas não estivessem, em teoria, muito longe disso mesmo” (Mendy, 1996: 18).

¹⁷¹ Tal como avançado por Trajano Filho (1993:5) “a modernização e a industrialização foram o grande esforço e o grande fracasso do regime de Luís Cabral”. Lopes (1987: 78) atribui as causas deste fenómeno à necessidade de inserção da Guiné-Bissau no sistema capitalista e à necessidade de copiar modelos ocidentais, limitados para o contexto em causa, já que não teriam em conta a falta de preparação dos dirigentes, inclusive para receber e coordenar a ajuda, para desenhar e implementar políticas de desenvolvimento.

dos problemas nos campos de cultivo e de travar diálogo com os comerciantes nacionais, o governo preferiu trabalhar directamente com os credores e consultores internacionais” (Forrest, 2002: 240). Segundo Trajano Filho “a modernização e a industrialização foram o grande esforço e o grande fracasso do regime de Luís Cabral” (Trajano Filho, 1993:5). Já Carlos Lopes atribui as causas deste fenómeno à inserção da Guiné-Bissau no sistema capitalista e à necessidade de copiar modelos ocidentais, limitados para o contexto em causa, já que não teriam em conta a falta de preparação dos dirigentes, inclusive para receber e coordenar a ajuda, para desenhar e implementar políticas de desenvolvimento (Lopes, 1987: 78). Bissau tornou-se, cada vez mais, a grande consumidora de recursos, paralelamente ao crescimento dos assalariados e da burocracia. Acabou por se “desarticular as estruturas tradicionais de produção agrícola a artesanal no campo” (Cardoso, 1996: 16) sem, porém, as substituir por nada de novo.

O imediato período pós-independência (entre 1975 e 1980) traria também execuções e fuzilamentos daqueles considerados traidores e inimigos da construção da nação, sendo os principais alvos desta violência os Comandos Africanos (guineenses que fizeram parte do exército português) e alguns chefes tradicionais. Segundo Mamadu Jao, existia uma contradição entre os objectivos da independência e da construção da nação. Se, para atingir o primeiro, era essencial aproximação entre *gente da praça* e gente rural, garantindo o apoio dos chefes tradicionais para a luta armada; para atingir o segundo, era necessário, pelo contrário, acabar com estes poderes, combatendo os particularismos, sinónimos de atraso (Jao, 1996: 59-127).

A unidade proclamada antes da independência dizia respeito também a um projecto de Estado bi-nacional – Guiné e Cabo Verde – que acabaria por gerar grandes divisões e seria uma dos factores do golpe 14 de Novembro 1980, levado a cabo pelo Movimento Reajustador liderado por Nino Vieira. Procedeu-se depois à eliminação progressiva dos cabo-verdianos e considerava-se o golpe como uma “segunda independência” e a tomada do poder pelos guineenses “autênticos”, introduzindo ao nível do Estado e do sistema político uma tensão racial, que permanece latente¹⁷², ainda que nem sempre oficial. Lopes

¹⁷² São recorrentes na história recente momentos em que a distinção entre *burmedju* – mestiços – e *pretu nok* – seria o africano puro – foi usada como arma de combate político, como lembra Tcherno Djaló: 1991 foi um ano prolífico nesse sentido, aquando do II Congresso Extraordinário do PAIGC que abriria as vias da liberalização política (Djaló, 2000: 12). Outro exemplo, em 1999, é a tentativa de introduzir na Constituição um artigo que impedia a candidatura a Presidência de quem não descendesse de pai e mãe guineenses (Rudebeck, 2001: 37).

aponta ainda como razões do golpe de 1980 as contradições de classe e interesses em conflito perante a elite governante incapaz de manter um discurso coerente de estratégia (Lopes, 1987: 133-140) e Sigrist chama a atenção para a incapacidade do governo em lidar com a crise económica e alimentar (Sigrist, 2001: 71).

No plano internacional, a Guiné-Bissau começou a sua existência como Estado independente enquanto o maior receptor lusófono *per capita* de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (Chabal, 2002: 81), motivada pelos vastos apoios conseguidos internacionalmente em favor da luta anti-colonial. No entanto, de modo geral, a independência formal da Guiné-Bissau não correspondeu a uma independência real, do ponto de vista da autonomia do desenho de política económica e financeira. O que caracterizaria, segundo Patrick Chabal, este “típico exemplo oeste-africano” seria a rápida transformação do PAIGC num sistema neo-patrimonial de mobilização de uma rede clientelar (Chabal, 2002: 74). A consequência, a longo prazo, foi a perda gradual de relevância e legitimidade do PAIGC nas zonas rurais, traindo a natureza inicial da mobilização política (Chabal, 2002: 96). Se a concentração do poder era uma tendência antiga¹⁷³, o caminho para a personalização do poder e o culto do líder acentua-se e ganha novos contornos durante a governação do Presidente Nino Vieira¹⁷⁴. Ao mesmo tempo, a repressão adquire novas versões e a permanência no poder faz-se através da manutenção de um clima de medo e de rumores sobre pretensos golpes de Estado para justificar a eliminação de adversários políticos ou militares, e ainda através da recuperação do poder dos chefes tradicionais.

Da colonização e da luta anti-colonial herdou-se, ainda, a difícil distinção entre políticos e militares. Emergindo da luta de libertação, o sistema político sustentava a sua legitimidade na acção militar, nunca se autonomizando verdadeiramente. O golpe de 1980 deu lugar a uma acentuação, ainda que temporária, do papel dos militares, quando a ala conservadora militar, Movimento Reajustador, reforçou a vertente militar do Estado.

¹⁷³ Amílcar Cabral era adepto do centralismo democrático apesar dos seus perigos. A consciência destes mesmos perigos levou-o a considerar como hipótese pós independência, o “suicídio de classe” da pequena burguesia, solução que não poderia nunca ser considerada como realista. Na realidade, depois da independência, o partido tornou-se cada vez mais centralizado e menos democrático (Galli e Jones, 1987: 69).

¹⁷⁴ Com a revisão constitucional de 1983, quase se extingue o cargo de Primeiro Ministro e procede-se à acumulação das funções de chefia do Governo, da Presidência da República, do Conselho de Estado e de Comandante em Chefe das Forças Armadas (Cardoso, 1996: 35).

Enquanto o sistema político e económico tomava as vias da concentração do poder, a política externa da Guiné-Bissau, marcada pela política de Não-alinhamento (Chabal, 2002: 74), atingia o seu auge, mantendo, apesar da aparência de regime de inspiração socialista, alguma distância deste bloco, de forma a garantir simpatia no Ocidente. No entanto, a ajuda internacional tornar-se-ia a fonte essencial das receitas do Estado guineense, aumentando drasticamente o endividamento. Este endividamento e dependência progressivos são resultado de vários factores, internos e externos, que vão revelando a ineficácia da ajuda externa. Entre eles, a incapacidade de gestão dos recursos; a falta de políticas nacionais coerentes dirigidas à aplicação dos fundos no sentido do desenvolvimento nacional e não para servir apenas os interesses de determinados grupos; a errada orientação de projectos de grande envergadura e a falta de acompanhamento dos mesmos; e a diluição das responsabilidades de gestão dos recursos (Mukendi, 1993: 189-204; Temudo, 2005).

A Guiné-Bissau acabaria por estar implicada nas duas grandes vagas de condicionalidade, económica e política, cujos maus resultados foram o produto, por um lado, da manipulação das condicionantes pelas elites internas, e por outro lado, da cegueira das instituições internacionais e da ortodoxia das suas receitas, que acabariam por estar fundamentalmente interligadas com a deterioração do sistema político.

Do ponto de vista da condicionalidade económica, começou a ser implementado, na Guiné-Bissau, em 1983, o primeiro Programa de Estabilização económica e financeira seguido de um Programa de Ajustamento Estrutural a partir de 1987. Uma vasta literatura reúne um certo consenso em torno dos resultados destes programas e dos seus aspectos positivos e negativos, bem como dos resultados inesperados e os impactos sobre os vários sectores da economia e grupos sociais (Galli e Jones, 1987; Galli, 1989; Galli, 1990; Padovani, 1991; Tvedten, 1991; Forrest, 2003). Vários autores coincidem na identificação de alguns efeitos positivos na economia nos primeiros anos de implementação do PAE, com aumentos do PIB, maior dinâmica da actividade económica e aumento da produção agrícola (devido a liberalização dos preços) e da exportação da castanha de caju (Duarte, 1993: 268; Gomes, 1996: 51) Mas a mudança mais saliente e apreciada foi o aumento da disponibilidade e variedade de bens de consumo em lojas e mercados, particularmente nas áreas urbanas (Mendy, 1996: 42). No entanto, não se verificaram efeitos estáveis ao longo

do tempo. Estes programas, levados a cabo para supostamente imprimir maior eficácia e racionalidade de mercado à economia acabaram por revelar sobretudo perversidades¹⁷⁵.

Tal como afirmava Gomes (1996: 50) “o PAE não é um programa de desenvolvimento” e, assim, a lógica predominante era de curto prazo e de extracção¹⁷⁶. Segundo este e outros autores (Lopes, 2004), estes programas levaram ao predomínio de medidas de curto prazo que garantissem alguma conformidade com as exigências externas e permitissem a continuação do fluxo de recursos, sem que isso implicasse a existência de estratégias nacionais, regionais, locais de desenvolvimento ou sequer a presença do Estado na coordenação dos projectos fora de Bissau (Gomes, 1996: 53).

Apesar dos recursos externos introduzidos na educação e saúde, o acesso a estes serviços tornou-se cada vez mais difícil e mais caro (Padovani, 1991: 59; Monteiro e Martins, 1996). Em ambos sectores, apontam-se as causas da degradação à incapacidade de gestão e coordenação da ajuda (Monteiro e Martins, 1996; Paulo e Jao, 1996) mas é também de realçar o progressivo fosso entre os meios urbanos, sobretudo Bissau, e rurais no que diz respeito ao investimento do Estado, bem como a falta de planeamento e visão nacional das políticas: “a explosão da produção de caju convive com a queda da produtividade das bolanhas de arroz e os construtores de hospitais foram trocados pelos vendedores ambulantes de cloroquina” (Padovani, 1991: 59).

Um ano após a implementação do programa, os gastos com salários públicos foram reduzidos a metade (Padovani, 1991: 58). Isto implicou uma vaga de despedimentos e de congelamento de salários que contribuíram para o empobrecimento das famílias modestas nos centros urbanos; para a precarização e insegurança dos rendimentos: “poucas famílias conseguem ter resolvido na véspera os problemas básicos do dia seguinte” (Monteiro e

¹⁷⁵ As importações aumentaram e o financiamento do PAE foi conduzido para produtos alimentares e bens de consumo e veículos e não para investimento (Van Maanen, 1996: 34); assistiu-se a um descontrole do crédito, com a concessão de empréstimos incobráveis, resultando em expansão da liquidez e da base monetária, intensificação da procura e aumento da inflação (Padovani, 1991: 57) e, ao mesmo tempo, os critérios de atribuição dos mesmos fizeram com que os mais informados e aqueles com relações privilegiadas acabassem por ser necessariamente favorecidos, não tendo alcançado os produtores rurais, que continuaram afastados dos circuitos nacionais de crédito (Rodrigues Dias, 1996: 375); a sucessão de privatizações apressadas para financiar as despesas correntes provocou, em alguns casos, aumentos de preços e, além disso, ninguém previu que privatizar não significa necessariamente que a empresa passe a ser mais rentável (Van Maanen, 1996: 38). Na realidade, o “sistema de distribuição” das empresas foi feito com base nas redes clientelares e com sócios estrangeiros, já que poucos guineenses tinham possibilidade de investir e as despesas do Estado mantiveram níveis elevados (Padovani, 1991: 62).

¹⁷⁶ Exemplos disso são a progressiva desflorestação para exportação de madeira bem como a venda de licenças de pesca para pagamentos de juros dos empréstimos concedidos.

Martins, 1996:178). Isto é, uma base essencial de redistribuição, os canais formais do Estado, foi quase destruída.

Rosemary Galli defendia que a estratégia de liberalização adoptada desde 1986 não tinha grandes diferenças em relação aos períodos anteriores já que estas políticas actuaram no sentido de “minar uma economia” e que isto pode ser feito “através da força ou de incentivos comerciais”; a autora advoga que a acumulação não é possível porque se encontra condicionada por forte controlo da actividade agrícola e pela acumulação individual dos funcionários. Assim sendo, para compreender o insucesso das políticas e a preferência por estratégias alternativas dos camponeses, interessa analisar as “oportunidades materiais e interesses de diferentes grupos” – acesso a informação, crédito, materiais de produção, já que a inadaptação das sociedades à introdução do capitalismo resulta não tanto de tradições mas mais do esforço do Estado em controlar os camponeses e a produção e destes em fugir ao seu controlo. Esta análise é interessante uma vez que nos permite problematizar a linearidade e univocidade das consequências das políticas de liberalização da economia sobre o Estado. Se é certo que, por um lado, promoveram o quase-colapso das estruturas materiais e humanas do aparelho de Estado e da burocracia e permitiram ao Estado retirar-se da esfera dos sectores ditos sociais, por outro lado, parecem ter deixado campo aberto para a uma presença semi-privatizada e disseminada na economia através do seu controlo por parte dos funcionários e dos novos empreendedores que mantinham, muitas vezes, postos públicos (Galli, 1989: 91-93).

Uma vez que as políticas governamentais eram prejudiciais ou irrelevantes para a população rural (excepto quando aumentados os preços dos produtores), esta passou a gerir-se a si própria económica e politicamente (Chabal, 2002: 96). Assim, ao mesmo tempo que se destruí o aparelho de Estado, mas se dá novos poderes aos que a ele acedem, reforçaram-se dinâmicas ditas “tradicional” ou “informais” de funcionamento socioeconómico¹⁷⁷, simultaneamente assistindo-se a um reforço de dinâmicas sociais e económicas de âmbito plurinacional, à escala da sub-região, como o contrabando (Dias, 1993: 220). Estas dinâmicas actuam sob a forma de redes, transversais a outras formas de

¹⁷⁷ Galli defende que se os camponeses adoptaram uma lógica diferente da acumulação não foi devido à sua mentalidade “atrasada” ou “tradicional” mas, sim, devido à falta de investimento na agricultura (infra-estruturas, transporte e serviços necessários para tornar a agricultura produtiva). Viram-se, portanto, forçados a adoptar “estratégias de sobrevivência”, esforços para complementar rendimentos agrícolas, por exemplo, através da migração para Bissau ou sazonal para os países vizinhos (Galli, 1989: 91-92).

organização (aproveitando a abertura e fragilidade da fiscalização) e fazem “ a ponte entre institucional e informal, entre o político e o económico, entre a afectividade (laços familiares, de residência ou religiosos) e a racionalidade” (Dias, 1993: 222). Por esses motivos, dar-se-ia lugar ao aparecimento de novos actores preponderantes que cumpririam um papel alternativo ao do Estado. Assiste-se ao aparecimento de ONG, novos parceiros privilegiados dos doadores, e à reanimação da função da igreja católica, ajudada pela fraca intervenção social das instituições muçulmanas (Koudawo, 2001: 194).

Perante o insucesso das políticas, concluíram os doadores que era a falta de um sistema demoliberal que gerava o clientelismo e a corrupção. Neste sentido, o caminho do multipartidarismo na Guiné-Bissau acabou também por ser iniciado por imposição externa, embora existissem pressões internas para o fazer (Cardoso e Augel, 1996; Mendy, 1996). O processo de passagem ao multipartidarismo resulta da convergência dos objectivos dos vários grupos intervenientes neste processo. Aos doadores interessava melhorar a performance da sua “ajuda” e legitimar a continuação da mesma através do mecanismo, então em voga, de redesenhar o mapa político dos países em desenvolvimento à luz do modelo triunfante com o final da Guerra Fria; à ala do PAIGC no poder interessava mostrar sinais de abertura e de “bom aluno” das instituições internacionais de forma a continuar a captar recursos; à nova classe comercial e proprietária interessava um país mais liberal para acompanhar as reformas económicas; aos reformistas ou “dissidentes” interessava uma abertura política no próprio Partido do poder, tendo noção de que o seu carácter repressivo estava a minar as bases da sua legitimidade; aos partidos da oposição, mais ou menos formalizados, interessava a possibilidade de aceder ao poder e aos financiamentos para campanhas.

A preparação para as primeiras eleições multipartidárias demorou três anos, de 1991 a 1994, e as eleições confirmaram a permanência do PAIGC e de Nino Vieira no poder, a partir daí legitimado aos olhos da comunidade internacional. A passagem ao multipartidarismo viria a resultar numa operação de fachada e na criação de uma “democracia” dependente. Segundo Carlos Cardoso, a abertura política, iniciada no seio do PAIGC antes mesmo do multipartidarismo consumado, fez-se no intuito de dar uma imagem de pluralismo, não contando a ala conservadora que esta reflexão levasse realmente à perda de poder do PAIGC (Cardoso, 1996: 26). No entanto, vários investigadores (Koudawo, 2001; Rudebeck, 2001; Cardoso, 2004) assumem que os

resultados de 1994 não são resultado de um apoio inequívoco ao regime mas, antes, resultado das divisões na oposição e de um bom trabalho do governo para a neutralizar. Os e as guineenses acabariam por achar mais vantagens a retirar do sistema existente do que de uma oposição desconhecida. Na realidade, este movimento no sentido do pluralismo partidário, não tanto político, como demonstra Rudebeck (2001), já que dificilmente se encontram as diferenças entre partidos ao nível dos seus programas, representa a tentativa de substituição de um ideal traído (democracia revolucionária) por uma formalidade estéril que justificasse a ajuda internacional prestada (democracia liberal).

A erosão institucional progressiva, nomeadamente das instituições criadas para aumentar a participação popular – comités de tabanca e de comités de base – e o desaparecimento do Estado de várias áreas rurais¹⁷⁸ (Mendy, 1996:26; Rudebeck, 2004) tornou o apelo ao voto num acto artificial de contacto entre as elites de Bissau e os eleitores rurais. Apesar de tudo, sobretudo nas antigas zonas libertadas, o PAIGC continuava a ter bastante apoio, o que não significa que as pessoas estivessem contentes com a situação (Rudebeck, 2004: 8). As eleições não eram necessariamente uma oportunidade de mudança mas também, e até sobretudo, uma oportunidade de ganho imediato por via das relações clientelares: as relações que se estabelecem nas eleições são “muito mais do tipo patrão-cliente do que caracterizadas pela emergência de uma cidadania autónoma” (Rudebeck, 2004: 6).

Assim, assistiu-se ao nascimento de um sistema que servia relativamente bem os objectivos daqueles que ocupavam o poder, e, à partida, servia também o dos doadores interessados em ter parceiros “legítimos”. A partir deste momento tornou-se claro que sempre que os doadores pressionam a realização de eleições são eles a pagá-las. Mesmo que existam também pressões internas para a realização das mesmas, qualquer governo poderá desculpar-se com a falta de recursos.

Nas décadas de 1980 e 1990, à medida que a promessa do desenvolvimento e do progresso se foi esfumando, também as lutas internas pelo poder caminhavam na direcção de um lento colapso económico e político. O grau de dependência influenciou a direcção da governação, promovendo uma governação centrada nas exigências de doadores internacionais, bem como nas necessidades de apenas parte da população, sobretudo

¹⁷⁸ Rudebeck (2004) descreve a situação encontrada em Kandjadja: a loja passou para mãos privadas em 86, a escola fechou em 89 quando o governo deixou de ter ambições na educação pública (desde aí só escola Corânica), a estrada que conduzia a aldeia estava em piores condições em 2000 do que 1976.

urbana (Sigrist, 2001; Schiefer, 2001). De facto, pode dizer-se que os doadores se tornaram os “co-pilotos” da governação da Guiné-Bissau, a partir dos anos oitenta, através de uma forma consórcio, uma soberania compartilhada. Na realidade, os resultados não foram a “moralização” da despesa pública e a criação de dinamismo económico privado mas sim a descapitalização do Estado, a diminuição da qualidade do serviço público e a absorção de fundos com base clientelar para empresas sem qualquer sustentabilidade. O falhanço do modelo neo-liberal, com as suas fórmulas de austeridade para os serviços públicos, e o multipartidarismo abriram ainda vias de intensificação da luta violenta pelos recursos aos quais o controlo do Estado dá acesso no domínio político ou no sector de segurança.

É no seio deste sistema instável que viria a criar-se a guerra de 7 de Junho de 1998. Este conflito militar, que ocorreu entre Junho de 1998 e Maio de 1999, tem como causas imediatas a crise que eclodiu a 7 de Junho de 1998, na sequência de conflito gerado entre o Presidente Nino Vieira e o Chefe de Estado-Maior, Ansumane Mané. O segundo foi acusado pelo primeiro de venda de armas aos rebeldes de Casamança e demitido como forma de limpar a imagem do regime perante o vizinho Senegal que vinha de o aceitar, juntamente com a França, na economia da Zona Franco; investigações posteriores apontariam nome de Nino Vieira como participante do tráfico de armas. O conflito terminaria com a guerra de 6-7 de Maio de 1999, que resultou na queda do Presidente.

Apesar de começar como um conflito pessoal e de defesa da honra e da própria vida do General Mané, a crise acabaria por se prolongar mais do que se esperava inicialmente, desembocando em confronto bélico. Isso aconteceu, por um lado, devido à intervenção de tropas Senegalesas e Guineenses em apoio ao Presidente Nino Vieira e à acção camuflada da França, através destas, que levariam à perpetuação do conflito, fornecendo meios a um regime em declínio para continuar a guerra contra a sua população (van der Drift, 2000). Este facto levou também ao aumento do apoio social à Junta Militar. No entanto, como apontam vários investigadores, a guerra acabaria também por dar expressão a um descontentamento crescente em relação ao sistema político e à situação económica, referindo como fontes de mobilização anti-governamental, a liberalização política mal conduzida, o contexto de ajustamento estrutural ou ainda a incapacidade do Estado cumprir com as suas obrigações mínimas e imediatas, como seja o pagamento dos salários dos militares, ou mais complexas e de raiz estrutural, como a incapacidade de criar desenvolvimento económico (Jao, 2000; Viegas e Koudawo, 2000; Cardoso, 2000; 2004;

Forrest, 2002; Chabal, 2002). Koudawo vê aqui um resultado do falhanço da primeira (tentativa) de transição democrática, que seria uma espécie de incubadora do conflito, uma vez que o PAIGC só teria permanecido no poder devido à inexperiência da oposição, criando-se a partir daí uma forte desilusão face à “democracia” (Koudawo, 2001: 140). Outro dos factores importantes de mobilização tem a ver com o descontentamento dos antigos combatentes e com a discriminação de uma parte dos mesmos no acesso aos lugares e benefícios do poder. A não despartidarização das Forças Armadas bem como a incompleta conversão do PAIGC em partido civil e a sua inadaptação ao multipartidarismo são outros dos factores frequentemente avançados. Os militares assumem assim uma importância fulcral para o entendimento das evoluções políticas e económicas do país. Depois da guerra de 1998, existiria uma dupla dívida aos militares, acumulando-se à luta pela independência (Koudawo, 2001: 210).

Durante a guerra, a intervenção de actores externos assumiu várias características (Koudawo, 2000; van der Drift, 2000; Verschave, 2000; Jao, 2006): apoio militar¹⁷⁹; intervenções diplomáticas para resolver o conflito¹⁸⁰; mobilização e pressão contra a guerra dentro e fora do país¹⁸¹. Estas intervenções articulam-se em torno de governos, organizações multilaterais ou organizações e movimentos da sociedade civil. No entanto, a ajuda de emergência durante o conflito seria sobretudo providenciada pelos guineenses para os guineenses, com a recepção e manutenção dos refugiados urbanos pelas populações rurais, já que os combates se restringiram à capital (van der Drift, 2000; Temudo e Schiefer, 2003).

A guerra terminaria após os combates de 7 de Maio de 1999, resultando no exílio do Presidente Nino Vieira, em Portugal. Ao contrário do defendido por vários sectores sociais e políticos, não houve lugar a julgamento por crimes de guerra. No entanto, apesar do alívio e entusiasmo que marcam o fim dos confrontos bélicos, o final da guerra não traria paz e estabilidade à Guiné-Bissau.

¹⁷⁹ Do Senegal, Guiné Conacri e França ao lado presidencial; de Portugal à Junta militar.

¹⁸⁰ Portugal, CPLP, CEDEAO

¹⁸¹ Rede de Solidariedade com a Guiné-Bissau, no exterior, em contacto com uma célula de gestão da crise no país.

6.3. Pós-guerra: a crise permanente e a resiliência como fatalidade

É verdade, a situação agravou-se / Campo aqueceu / Amílcar Cabral herói maior /
Ontem assassinaram-te hoje os teus filhos muito sofrem / Quem podia imaginar
que com o tempo íamos abandonar a nossa terra / Onde defendemos com as armas
na mão e vencemos a guerra / Quando tomámos a independência pensávamos que
tudo ficaria melhor / Mas a vida da nossa gente é só canseira, anda a ser tirada
como se fosse flor¹⁸². (Grupo de rap N°PANS, Fidjus di Guiné, 2006).

São muitos os acontecimentos que, desde o final da guerra, marcaram o cenário político-militar guineense e que, durante muito tempo, alimentaram o fantasma do retorno da guerra. Apesar desta ameaça de guerra quase permanente, a violência mais visível circunscreveu-se quase sempre a perseguições e assassinatos entre agentes políticos e cúpulas militares. Não poderei debruçar-me sobre todos os acontecimentos nem todas as vítimas mais directas da instabilidade, no entanto, é bastante revelador que, desde o final da guerra, nenhum Presidente da República eleito¹⁸³ tenha terminado o seu mandato e que quase todos os Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) tenham sido assassinados.

O primeiro Presidente, Kumba Iala, foi deposto em 2003, por um golpe liderado pelo CEMGFA, General Veríssimo Correia Seabra. Na sequência destes acontecimentos, a União Europeia iniciou consultas de acordo com o artigo 96 do Acordo de Cotonou, previsto para avaliar situações em que está em causa o primado da lei e o sistema democrático, mas sem nem sequer chega a suspender a ajuda, considerando estes golpes como pacíficos e o processo de estabilização seguinte (com um governo e presidência de transição) como positivo (Mbangu, 2005). Antes disso, o próprio Kumba Ialá esteve implicado no assassinato do líder da Junta Militar, Ansumane Mané. Apesar de afastado, este líder político nunca deixou de ter influência nos destinos do país, proferindo amiúde declarações polémicas e ameaçadoras e tendo estado também envolvido em outros assassinatos e golpes de Estado. A sua governação ficou marcada por vários episódios

¹⁸² Tradução de Barros e Lima (2012:101) com ajustes da autora. No original: *Bardadi situason sta gravi / Kampu kinti / Amílcar Cabral erói mas garandi / Aonti bu matadu aós bu fidju na sufri kansera garandi / Kin ku pudi imajinaba kuma anós no na abandona no tera / Nde ku no firma ku arma na mon no nganha ki guera / kontra no toma independensia no pensa kuma tudu na sedu mindjor / Ma son kansera vida di djintis na tiradu suma flor.*

¹⁸³ Devido à contante instabilidade contam-se, além destas, cinco presidências interinas até ao golpe de Estado de 12 de Abril de 2012.

caricatos, acusações de corrupção e de manipulação étnica. Costa Dias refere-se mesmo a um processo de balantização do Estado e, sobretudo, da instituição militar (Dias, 2000).

O segundo Presidente, Nino Vieira, foi assassinado em 2009 – já em 2008 tinha sido alvo de uma primeira tentativa. Este regressou do exílio em Portugal, em 2004, para se candidatar à Presidência da República, sem autorização das autoridades nacionais, num helicóptero cedido pela República da Guiné. O seu regresso encontra-se envolto em polémica e desconfiança. No entanto, acabou por se legitimar ao vencer as eleições Presidenciais em 2005. As vinganças pessoais dominaram desde logo a sua governação, dispensando o governo saído das legislativas, liderado por Carlos Gomes Júnior, pouco tempo depois de chegar ao poder. Durante algum tempo, viveu-se uma situação insólita em que o PAIGC, vencedor das legislativas em 2004, se encontrava na oposição, sendo o governo apontado pelo Presidente composto por membros do PAIGC que se autonomizaram e que criaram um novo partido, o Partido Republicano da Independência para Desenvolvimento (PRID). Sabe-se hoje que o regresso de Nino Vieira foi acordado, entre outros, com Kumba Iala, e patrocinado pela União Africana. Este acordo continha já uma cláusula de distribuição de cargos ao PRS quando o Presidente alterasse o governo¹⁸⁴.

O terceiro Presidente, Malam Bacai Sanha, faleceu por motivo de doença, em 2012. A sua morte ocorreu pouco tempo antes do golpe de Estado de 12 de Abril e terá mesmo favorecido o desenrolar do mesmo, devido à ausência de um poder mediador entre os militares e o governo deposto por este golpe, acusado de solicitar uma intervenção militar externa, através das suas relações com Angola.

No que diz respeito às mudanças na cúpula militar, três CEMGFA foram assassinados. Para além de Ansumane Mané e Veríssimo Seabra, já referidos, também Tagma Na Waie conheceu esse destino, algumas horas antes do assassinato do Presidente Vieira. Já Zamora Induta, CEMGFA que substituiu Na Waie e que se julga estar envolvidos nas duas mortes, acabaria também por ser preso, torturado e exilado na sequência de um golpe de Estado semi-frustrado, em 2010, e que acabaria por se consumir totalmente a 12 de Abril de 2012, sob o comando do General António Indjai. Além disso, desde 2008, também o Almirante Bubo Na Tchuto, chefe da Armada, protagonizou vários

¹⁸⁴ Notícia Diário de Bissau, 8 de Novembro de 2006 « Koumba Iala denuncia o PR de não estar a cumprir o acordo assinado em Dakar » e notícia Kansaré, 7 de Novembro de 2006: “Kumba quer provocar eleições antecipadas”.

momentos de tensão e incerteza, tendo sido acusado de tentativa de golpe em 2008, motivo pelo qual se refugiou na Gâmbia, de onde voltou para se refugiar na sede das Nações Unidas em Bissau e de onde saiu livremente para, com o General Indjai, protagonizar o golpe de 12 de Abril. Bubo Na Tchuto foi entretanto alvo de uma captura hollywoodesca pelas autoridades norte-americanas por tráfico internacional de droga, encontrando-se detido nos Estado Unidos. Já o General Indjai permaneceu no seu posto durante algum tempo após as recentes eleições (2014), tendo sido entretanto exonerado pelo actual Presidente, João Mário Vaz, ao mesmo tempo que pende sobre ele a ameaça de um destino semelhante ao de Na Tchuto. As chefias militares têm estado permanentemente envolvidas na direcção dos destinos da Guiné-Bissau, constituindo-se não só como um poder paralelo ao civil, mas também como o poder político *de facto* (Dias, 2013).

No entanto, apesar da relevância destes acontecimentos, não podemos limitar a análise das dificuldades do período pós-guerra à acção de alguns militares ou à violência e actores mais visíveis. Interessa aqui, por um lado, analisar as principais implicações desta instabilidade e as dinâmicas que contribuem para a cristalização de um estado de pós-guerra permanente – isto é, a paz continua a ser vista como um objectivo a alcançar e não como um dado adquirido; e, por outro lado, frisar a necessidade de olhar para além destas dinâmicas concretas de modo a entender as múltiplas e profundas dimensões do sofrimento e da violência quotidianos, assim como a limitação das possibilidades de resistência ao *status quo*.

Assim, em primeiro lugar, é essencial situar esta turbulência militarizada nos processos históricos – sociais e políticos – antes apresentados. Isto significa que, apesar de existirem dinâmicas recentes que acentuam as tensões e conflitos pelos lugares de poder, como é o caso do acesso aos recursos do comércio internacional de drogas, esta turbulência inscreve-se na continuidade das lógicas de aquisição de poder, estatuto e recursos associadas ao controlo do Estado e de marginalização de determinados grupos. Um olhar atento sobre o passado político-militar guineense revela-nos a aceitação tácita dos métodos de eliminação e esquemas de vingança, favorecidos pela inexistência de qualquer tipo de punição formal dos culpados. Esta história de golpes é possível também porque a violência não tem sido punida, a não ser pela própria lógica de acesso ao poder. A impunidade revela a normalização dos métodos utilizados mas também a força do medo. Por outro lado, o desenrolar quase sempre dramático da ocupação do poder não impede que as lutas se

mantenham. Esta aparente contradição revela a complexidade das acções dos actores. A ocupação de lugares de poder, ainda que curta e sob constante ameaça, compensa enquanto dura, não apenas por uma questão de acesso a recursos mas também por uma questão de estatuto e de satisfação de uma rede de dependentes. Ainda que as críticas à corrupção sejam recorrentes entre a população, são também frequentes as ideias de que “é preciso aproveitar enquanto se pode”, “encher os bolsos”, “comer enquanto é a sua hora”, expressões, aliás, comuns em vários países e que expressam o que foi designado como a “política do ventre” (Bayart, 1989).

No entanto, estas dinâmicas de extracção e controlo de recursos por via do Estado não são novas. A dependência estrutural da ajuda externa e a utilização do Estado como via de enriquecimento pessoal, familiar e de grupo e a falta de redistribuição e de investimento produtivo e social não começaram com a guerra de 7 de Junho nem com o envolvimento no comércio internacional de drogas. Se a guerra parece ter aberto uma janela de oportunidade para novos actores se incluírem na luta pelos recursos, utilizando como narrativas justificativas a situação dos Combatentes da Liberdade da Pátria ou os ressentimentos étnicos, também é verdade que não são apenas militares que lucram com a instabilidade.

É importante ter em conta não só a conivência e envolvimento de vários políticos no comércio de drogas, como também uma longa história de um sistema político onde abundam exemplos de promiscuidade entre negócios privados e lugares de governação, uma história de partido único que, apesar de já não o ser, continua a produzir tiques de concentração do poder ou de falta de compromisso para com os cidadãos. Julião Soares Sousa insiste particularmente neste ponto. Este autor impele-nos a desconstruir a homogeneização recorrente dos diferentes grupos, como a relativizar o peso dos mesmos. Isto é, segundo o autor, “foi depois do conflito de 1998/99 que a sociedade castrense assumiu maior protagonismo na esfera nacional” (Sousa, 2012: 61). Evidencia ainda que, na história da Guiné-Bissau, os militares só ocuparam efectivamente o poder com o golpe de 1980 e considera que a interferência dos militares na instabilidade política e governativa deve ser analisada no contexto de uma histórica falta de visão ou de compromisso das elites, fala-nos das “traições” das autoridades face às populações e do funcionamento viciado do sistema político, baseado na impunidade, na concentração do poder (por via do regime Presidencialista) e na apropriação do Estado para interesses privados. Ao mesmo

tempo, chama também a atenção para a reconfiguração das próprias Forças Armadas que “a uma determinada altura, [deixaram] de controlar efectivamente as suas três componentes (Armada, Exército e Força Aérea), passando a ter autoridade apenas sobre um grupo ou facção” (Sousa, 2012: 63).

Também é importante ter em conta a questão da etnicidade. Não de uma forma simplista – associando os Balanta, como um grupo primordial e um todo homogéneo, à agressividade e à violência e a objectivos de poder, mas antes numa perspectiva complexa. Isto é, não podemos negar que a dimensão étnica joga um papel importante na mobilização de apoiantes por diferentes líderes e que especificamente, no seio das FA, existe um domínio balanta conseguido através de purgas internas e recrutamento intencional e descontrolado. Não podemos negar ainda que esta dimensão foi, muitas vezes, declaradamente utilizada em discursos de Kumba Iala ou de António Indjai, justificando a sua tomada do poder através da vingança dos excluídos. Mas, ao mesmo tempo, não podemos esquecer que esta dimensão tem muitas vias e cruzamentos. Por exemplo, o Partido de Renovação Social (PRS), tido frequentemente como um partido baseado na mobilização étnica é, desde a sua criação, mais do que isso, sustentando-se, também, no descontentamento de uma população urbana desfavorecida ou de jovens quadros sem oportunidade de acesso ao poder no âmbito do PAIGC, ainda guiado por esquemas de legitimidade baseados na participação na luta de libertação e na atribuição da *reinança* aos “homens grandes” (Cardoso, 1996: 55). Embora, com a governação de Kumba Ialá, muitos destes não-balantas se tenham afastado e a dimensão étnica ganhasse maior força actualmente, com a morte deste líder, talvez o partido ganhe de novo um poder de atracção semelhante. Além disso, a mobilização – política e militar – com base étnica não é exclusiva dos Balanta, como aliás comprova o estudo de Henrik Vigh sobre a mobilização dos jovens Papéis em torno de Nino Vieira. Para além do mais, é necessário ter em conta a heterogeneidade e a diversidade de tipos de identificação e mobilização étnica, isto é, não se pode assumir que existe um seguimento automático dos líderes ou até que não existam visões e lideranças em conflito, identificadas a partir de fora como pertencentes ao mesmo grupo (cf. Temudo, 2009:58).

Quanto à questão mais mediatizada do momento, o comércio internacional de drogas, devemos ter em conta que o contrabando, de drogas e não só, tem já uma longa história na zona da África Ocidental (Ellis, 2009), embora apenas recentemente tenha

ganho maior visibilidade, tornando-se um problema central nos discursos e relatórios das organizações internacionais a partir de 2005 (UNODC, 2007; 2008). Como explica Stephen Ellis, a novidade parece residir na alteração das rotas. A África Ocidental estava já há muito no mapa do trânsito da heroína da Ásia para os Estados Unidos e a produção de cannabis remonta, pelo menos, ao anos 1960, mas na última década, vários países da África Ocidental, e não apenas a Guiné-Bissau, tornaram-se pontos privilegiados de passagem da cocaína produzida na América Latina para a Europa (Ellis, 2009). As razões para esta alteração são muitas e residem tanto nas alterações da procura a nível global – diminuição nos EUA, aumento na Europa – como nas condições favoráveis encontradas nesta região – desde a geografia, passando pela fraca fiscalização e controlo e a conivência de algumas autoridades até à longa tradição de contrabando dos mais variados produtos (Ellis, 2009; Madeira *et al*, 2011). Ao invés de olhar para a questão do comércio de drogas como mero fruto da amoralidade e da ganância dos actores locais, este fenómeno tem que ser colocado em perspectiva sistémica e global e considerar os falhanços do sistema proibicionista e suas consequências nos países periféricos. Isto é, este comércio pode de facto ter aumentado a pressão pelo controlo de determinados postos e lugares de governação devido ao eventual aumento da escala de rendimentos que proporciona, pode ainda motivar o aumento da violência, pelo seu carácter ilegal, mas ele não é causa única nem estrutural da instabilidade na Guiné-Bissau.

Em segundo lugar, é preciso analisar os impactos cumulativos de uma crise pós-colonial quase-permanente, nomeadamente nos seus efeitos de normalização da “negligência” e da “brutalidade”, recuperando expressões de Patrick Chabal.

A capacidade de manutenção da ordem social, admirada já em textos da década de noventa¹⁸⁵, está associada a esta tradição de independência das populações fora do círculo de acesso ao poder e aos recursos do Estado. Neste contexto, há quem prefira falar da “irrelevância” do Estado mais do que do seu colapso (Bordonaro, 2009). Segundo Lorenzo Bordonaro, seria fundamental analisar a falta de consequências das alterações ocorridas na esfera política – entendida aqui de forma restrita como golpes de Estados, assassinatos políticos, lutas pelo poder – na vida quotidiana da população da Guiné-Bissau, sobretudo

¹⁸⁵ Em 1996, no contexto de análise das consequências da liberalização política e económica, J. Augel escrevia que apesar de todos os ataques a que foram sujeitos os sistemas político e económico, a situação social permanecia surpreendentemente sólida (Augel, 1996).

daqueles que se encontram nas margens do núcleo central. Assim, mais do que um processo de aprofundamento da ocupação do Estado por redes clientelares e de interesses particulares, assistiríamos hoje a um processo de transladação da real esfera política para áreas completamente externas, alheias ao Estado (Bordonaro, 2009: 36-37).

Apesar de poder ser visto como irrelevante, no sentido em que não provoca grandes alterações nos modos de vida das populações e na abertura do leque de possibilidades; e no sentido em que a maior parte da população demonstra, “um certo grau de desinteresse no Estado, o que deriva de uma atitude realista e pragmática” e não de um população “ignorante” (van der Drift, 2000: 43); não é irrelevante a dimensão do sofrimento e da normalização da violência gerados pela omissão do Estado no que respeita o desenvolvimento económico e a prestação de serviços sociais – incluindo os de segurança - mantidos na esfera da sociedade; tal como não é irrelevante a constante pressão para se operar uma conformação com as expectativas formais e procedimentais acerca do funcionamento do Estado e da governação, do ponto de vista internacional, mas também do ponto de vista interno.

No que respeita ao sofrimento humano, as consequências desta situação são extremamente graves. A violência económica, política e institucional silenciosa impressiona. Mais de 80% da população vive com menos de 2 dólares por dia (INE, 2011). Poucos têm acesso a água canalizada ou electricidade (INE, 2011). A Guiné-Bissau apresenta uma estrutura da população economicamente activa quase inalterada desde 1991, permanecendo essencialmente dependente da agricultura e baseada na quase mono-exportação da castanha de caju (Abreu, 2010). A deterioração progressiva das condições de vida elementares e o aumento da vulnerabilidade em termos de segurança alimentar perante a oscilação mundial dos preços de alimentos e combustível, levam ao engrossar as fileiras da economia informal, que não garante estabilidade nem suficiência dos rendimentos. A sobrevivência de uma parte das famílias deve-se a remessas de emigrantes, cujo valor parece ultrapassar o da ajuda externa¹⁸⁶, e à redistribuição por via da organização social, também ela cada vez mais ameaçada, aumentando a desconfiança e desfazendo-se alguns traços de reciprocidade e solidariedade (Lourenço-Lindell, 2002;

¹⁸⁶ Segundo um estudo do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, a Guiné-Bissau era o país onde o peso das remessas no PIB era mais elevado (48%), equivalendo a 148 milhões de dólares (*The New York Times*, 2007). Se este valor se compara com os dados do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, sobre a ajuda total ao país, verifica-se que as remessas são superiores ao valor da ajuda (CAD 2009).

Trajano Fillho, 2008; Schiefer, 2012). A falta de oportunidades e a estagnação económica levam à emigração dos jovens e a um cenário de fuga de cérebros preocupante. Ao mesmo tempo manter-se vivo é o maior desafio num país onde o sistema de saúde é mínimo, ineficaz, descapitalizado e sujeito a pagamentos ilícitos, o que resulta numa das mais baixas esperanças médias de vida do mundo – 49 anos (UNDP, 2013: 146).

Por último, deve salientar-se que todas estas dinâmicas se desenvolvem num país que é, desde o final do conflito, alvo da intervenção internacional dedicada à construção ou consolidação da paz e do Estado. No entanto, a sua pertinência, relevância e eficácia são questionáveis.

O Conselho de Segurança teve a sua primeira intervenção sobre a Guiné-Bissau através da Resolução 1216 (1998) a 30 de Novembro de 1998, logo após a assinatura dos acordos da Praia (26 de Agosto de 1998) e de Abuja (1 de Novembro de 1998). Nela pedia a implementação desses acordos, o regresso à normalidade, a retirada das tropas estrangeiras e a realização das eleições até Março de 1999. Apela ao papel fundamental da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), através do ECOMOG (Economic Community of West African States Monitoring Group), para restaurar a paz e preparar o terreno para as eleições. O ECOMOG ficou responsável por assegurar a segurança, nomeadamente nas fronteiras e garantir o acesso dos trabalhadores humanitários. A 6 de Abril de 1999 foi criado o UNOGBIS (*Post-Conflict Peace Building Office* na Guiné-Bissau através da Resolução 1233 (1999). O objectivo inicial era o de fornecer uma liderança e um quadro político para a harmonização das actividades das diversas agências da ONU na preparação das eleições e facilitar a implementação dos Acordos de Paz. O mandato do UNOGBIS, actualmente designado como UNIOGBIS, foi-se alargando em responsabilidades e no tempo. Em 2004, através da Resolução 1580 (2004) o Conselho de Segurança renovou o mandato do UNOGBIS por uma ano, de modo a formular uma estratégia de *peacebuilding* que fosse uma referência para todo o sistema das Nações Unidas, para os actores nacionais, para os parceiros regionais e internacionais, as instituições financeiras internacionais e a sociedade civil. Esse mandato inclui áreas tão vastas como: o encorajamento das autoridades para completarem a transição política dentro do calendário previsto, incluindo a realização de eleições presidenciais; a promoção de um diálogo político auto-sustentado, do primado da lei e dos direitos humanos; a identificação e desenvolvimento de

capacidades locais de prevenção e gestão de conflitos; a assistência na área da reforma do sector de segurança; a assistência na implementação do Programa das Nações Unidas sobre Armas Ligeiras; o trabalho com a equipa de país das Nações Unidas para mobilizar recursos e apoio político para o país.

O objectivo de associar cada vez mais as agendas da paz e segurança e do desenvolvimento era declarado pelo UNOGBIS. Esta estratégia assumia à partida que, apesar de a Guiné-Bissau não estar formalmente em guerra, também não gozava inteiramente de um ambiente pacífico, alertando-se para o risco de certos sectores da sociedade guineense recorrerem à violência se julgado necessário e, neste sentido, a grande ameaça era o sector militar. Apresentava-se sobretudo como um mecanismo de coordenação das acções dos diversos actores e de responsabilização política das Nações Unidas pela evolução da situação na Guiné-Bissau. No entanto, não é clara a sua capacidade de liderança nem a sua importância nas tomadas de decisão.

Neste pequeno país encontra-se uma miríade de actores governamentais, não-governamentais e intergovernamentais externos e internos, cada um com os seus interesses e estratégias, seguindo, muitas vezes, uma lógica de nicho de mercado (Jao, 2006: 15; Munro, 2005), com os conflitos que se geram entre os mesmos, de forma mais ou menos declarada, e que, tal como antes não promoveram o desenvolvimento, não promovem agora a segurança nem a construção do Estado. Mas funcionam como uma “máquina de geração de esperança” num ciclo sem fim de grandes expectativas, desilusão e falhanço (Nujiten, 2004: 51-52), onde as falhas vêm já com recomendações para novas (e falhadas) receitas.

A ideia de que só é possível “construir a paz através do desenvolvimento e o desenvolvimento através da paz” tem levado sobretudo à inacção. O contexto da Guiné-Bissau assemelha-se a tantos outros nos quais a produção de potentes enquadramentos de intervenção – Estados frágeis ou Estados falhados, consolidação da paz – não é tão relevante por produzir estratégias e políticas concretas que dêem resposta às necessidades da população e às questões políticas profundas mas por irem mantendo o país na agenda internacional, por contribuírem, por vezes, para projectos que funcionam como válvulas de escape e permitem a sobrevivência e a construção de clientelas por alguns grupos ou indivíduos, por se auto-justificarem através da imagem do caos consolidado na categoria de Estado falhado. A missão das agências internacionais é encarada, por expatriados e

decisores políticos nos seus países, essencialmente como um fardo e os insucessos sucessivos são remetidos, pelo menos oficialmente, para causas puramente internas. Para grande parte dos actores no sistema, o problema nunca está em como se opera a ajuda, nos seus fundamentos (porque vistos como inevitáveis e intrinsecamente positivos) mas sim na forma como as populações ou dirigentes locais não respondem ou não se adequam àquilo que seria, no seu entender, positivo, por falta de capacidades técnicas, por falta de apropriação e participação local. No entanto, muitas críticas à própria actuação internacional devem ser realçadas. Começando pela falta de coordenação e a competição entre actores; passando pelo baixo investimento real¹⁸⁷ e pela falta de conhecimento aprofundado das dinâmicas sociais e políticas até à despolitização operada pela invisibilização das tensões e relações de poder dentro das sociedades e à escala global, bem como o seu potencial de reivindicação e transformação política, neutralizadas por uma pseudo linguagem da ciência e da técnica (Nujitem, 2004: 53).

As reacções à instabilidade pautaram-se sobretudo pela pressão para uma rápida normalização, passando quando sempre pela aceitação do *status quo*, ainda que disfarçado pela via das eleições, e pela aceitação da impunidade. Em Dezembro de 2007, uma semana separou duas iniciativas aparentemente desconexas. Uma conferência de doadores, em Lisboa, para discutir e financiar o combate ao tráfico de droga na Guiné-Bissau e, uma semana antes, a aprovação por unanimidade, pela Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, de uma lei de amnistia aos crimes ou acções violentas cometidos contra instituições da República até 2004. Este último acontecimento não mereceu nos *media* internacionais grande atenção, contrastando com a onda de escândalo e consternação gerada pelas notícias e reportagens que ameaçam com a progressiva criminalização de um Estado “fraco” através do tráfico internacional de drogas. No entanto, estes dois acontecimentos fazem parte de um mesmo processo, do qual participam vários esquemas de governação – local e global – de um simulacro de construção da paz baseado num simulacro de construção do Estado e da democracia.

Na verdade, a população da Guiné-Bissau encontra-se refém do cruzamento de várias lógicas de actuação paradoxais. Assim, a dita comunidade internacional caracteriza o país como um Estado falhado e condena os golpes de Estado mas ao mesmo tempo acaba

¹⁸⁷ Vários chefes de missão das Nações Unidas apontaram para o facto de não haver orçamento para uma verdadeira missão de consolidação da paz (João Honwana, em entrevista à autora, 2006; ver também posicionamento de Ramos Horta (Lusa, 2013).

sempre por aceitar esse estado de coisas. Se idealmente teria que existir uma solução interna, pelo menos para a resolução da instabilidade governativa e militar, na verdade, parece, muitas vezes, que esta resolução apenas pode levar-se a cabo mediante uma intervenção internacional, uma vez que os civis são impotentes para alterar o poder das armas. No entanto, este tipo de intervenções militarizadas exige um investimento elevado e, ao mesmo tempo, sofre de várias limitações apontadas pela literatura crítica da paz liberal. Se o modelo intervencionista tem riscos elevados, o modelo da intervenção de baixa intensidade, que acaba por se traduzir em negligência, não tem tido melhores resultados. Enquanto isso, as velhas lógicas de apropriação, expropriação e destruição continuam a ter expressão na Guiné-Bissau – quer sob formas legais, quer ilegais. Refiro-me, em particular, às dinâmicas de exploração dos recursos minerais, como a bauxite e os fosfatos, que geram graves problemas ambientais e deslocação das populações; à destruição clandestina das florestas que coloca em causa a reprodução natural, cultural e espiritual das sociedades (Larcher, 2014); à ameaça da monocultura dos agro-combustíveis e à da pesca ilegal¹⁸⁸. Todas estas dinâmicas são operadas por elites, empresas e/ou governos ocidentais e países emergentes com os devidos sócios locais e, embora sejam menos visíveis e aparentemente de menor monta do que em outros países, fazem parte de um renascimento do *scramble for Africa*” (Fig, 2014).

Face a tudo isto, a resiliência social, vista externamente como positiva, assume-se sobretudo como fatalidade para aqueles que dela dependem e que tendem a retratar-se como uma “comunidade solidária de vítimas” (Kohl, 2010:9) sem grande possibilidade de alteração do seu destino social (cf. Vigh, 2008) e é neste contexto que devem ser lidas as experiências e as percepções dos jovens.

¹⁸⁸ Preocupações expressas por várias organizações e movimentos como o Fórum Nacional de Produtores da Guiné-Bissau, o Movimento Ação Cidadã e o Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC).

Capítulo 7 – “Ainda és criança, podes ter esperança”: jovens, violências e resistências (im)possíveis

Introdução

Aqui, muitas vezes, quando alguém te diz que és menino significa que ainda não és responsável, não tens experiência ou maturidade para fazer alguma coisa ou então alguém que é mais velho, que te dá conselhos, quer dizer que ainda podes ter esperança, como quem diz: “tem calma, ainda és criança, podes ter esperança”. Pode ser algo que ainda não deves fazer, por exemplo, se eu quero candidatar-me à presidência, vão dizer que eu sou menino, um jovem ainda tem que aprender muitas coisas, um adulto pode resolver mais, alguém que não tenha casa, nem mulher, nem filhos, nem responsabilidade não pode resolver as coisas... (Mussa, 27 anos).¹⁸⁹

Apesar da frequente associação entre juventude, esperança, futuro e possibilidades em aberto, para uma grande parte dos jovens no mundo e, em particular, em Bissau, o quotidiano está muitas vezes associado à desesperança e às impossibilidades permanentes. Como veremos, as duas associações não são mutuamente exclusivas e surgem nos discursos e perspectivas dos jovens em Bissau sobre as suas vidas. Este difícil equilíbrio entre possibilidades e impossibilidades, entre esperança e desesperança é essencial para entender percursos de violência e não-violência colectiva.

A análise da mobilização dos jovens Aguentas (jovens que participaram na guerra de 1998-99 ao lado das forças governamentais), feita por Henrik Vigh, indica que a participação dos jovens na guerra recente foi mais uma busca de ‘possibilidades’ pelos jovens e não tanto uma consequência de ‘hostilidades’. A mobilização estaria:

[...] relacionada com a luta para adquirir valor social e responder às obrigações sociais num contexto de possibilidades mínimas; os jovens urbanos não se mobilizam para lutar contra um Outro definido, para matar e morrer por uma causa ou pelo martírio, mas para ganhar acesso às redes patrimoniais que se apresentam em situações de conflito, enquanto os homens ‘grandes’ procuram proteger o seu controlo sobre os fluxos de recursos e capital.¹⁹⁰ (Vigh, 2009: 155).

Em tempos de paz formal ou pós-guerra permanente esta adesão à violência colectiva pode ainda ser concretizada através da integração das redes militares, que garantem algum estatuto, recursos e possibilidade de imposição pelo medo e a ameaça,

¹⁸⁹ Os nomes próprios aqui utilizados não são os nomes verdadeiros dos interlocutores.

¹⁹⁰ Tradução livre da autora. No original: *[...] is related to the struggle to gain social worth and meet social obligations in a situation of minimal possibility. Urban youth do not mobilize in order to fight against a defined Other, kill or die for a cause, or gain martyrdom on the battlefield. They mobilize in an attempt to gain access to the patrimonial networks that open up for their benefit in situations of conflict, as homi garandis, big men, seek to protect their control over resource flow and capital.*

mas cuja a imagem social se deteriora progressivamente, ou a outros grupos que exercem uma violência socialmente legitimada, como veremos mais à frente.

Procurei perceber, em primeiro lugar, como os jovens urbanos convivem com a violência estrutural, como se adaptam a um contexto em que as possibilidades de alteração de um sistema político e económico desfavorável são escassas e difíceis, onde a precariedade se transformou na normalidade. Ao mesmo tempo, inquietava-me ainda perceber se as transformações sociais operadas – num contexto em que a população sobrevive a décadas de instabilidade política e degradação económica, e perante a introdução de novas economias ilícitas, como o comércio de cocaína em larga escala – poderiam pôr em causa a tremenda resiliência da população guineense perante a decadência do Estado, a desestruturação induzida pelos conflitos político-militares e as condições económicas em que sobrevive. Até que ponto a degenerescência de traços de resiliência poderia dar azo a fenómenos de violência colectiva por parte dos jovens num contexto urbanizado? Até que ponto, os jovens podem “navegar” os terrenos da violência urbana, tal como alguns “navegaram” os da guerra? (Vigh, 2006).

Se alguns defendem que a violência surge de uma desconexão entre expectativas e possibilidades (Briceño-León, 2002), há que considerar que esta desconexão e a insatisfação dos jovens não levam necessária e automaticamente à adopção de comportamentos violentos: existem outras condicionantes relevantes. Coloco, assim, a ênfase na gestão pragmática dessas (im)possibilidades de existência e reconhecimento social, em termos de acesso a recursos como de valorização identitária (gestão essa que se apresenta como maioritariamente não violenta) e nos mecanismos de organização, apoio e perpetuação de grupos violentos.

Pretendi, durante o trabalho de campo, conseguir um retrato plural e lato da juventude, feito de vozes diversas e dispersas, procurando não delimitar, de forma demasiado rígida, o espectro da análise em termos de idade, zona geográfica ou pertença étnica. Este retrato geral foi pontuado por alguns retratos mais particulares, de modo a aprofundar percepções e práticas individuais relativas à normalidade quer do uso, quer de recusa da violência, conseguidos com algumas entrevistas individuais mais detalhadas.

O trabalho de campo foi conduzido ao longo de vários períodos em Bissau entre 2008 e 2010, num total de nove meses, no âmbito do projecto de tese mas também no de outros projectos de investigação, como já referi. Este trabalho consistiu fundamentalmente

na realização de entrevistas semi-estruturadas com jovens, quer individuais, quer de grupo. Nas primeiras incluem-se entrevistas com jovens detidos na 1ª Esquadra de Bissau, jovens envolvidos no consumo ou comércio de drogas, incluindo alguns dos residentes do centro de ‘reabilitação’ de Quinhamel, jovens com projectos pessoais associados à cultura, associativos, políticos. Nas segundas incluem-se entrevistas organizadas (com jovens universitários, estudantes de liceus, com membros de bancadas e associações) e entrevistas ‘espontâneas’ e informais com grupos de jovens em vários bairros relativamente centrais de Bissau (Militar, Ajuda, Bandim, Belém, Tchada, Luanda, Cupilum, Missira, Reno). Além disso, realizei de dois cursos de formação sobre este tema com membros de associações juvenis (formais e informais) que me ajudaram a consolidar o mapeamento das violências bem como das percepções e respostas dos próprios jovens aos fenómenos de violência, nestes encontros procurou-se aliar o processo de investigação a momentos formativos, partindo-se das experiências dos participantes. Ao longo trabalho, farei ainda referência aos resultados de inquéritos realizados sobre análise situacional de violência, no âmbito do projecto *Trajectórias de contenção e disseminação da violência: um estudo comparado entre Bissau e Praia*, realizado com a colaboração do Instituto Promundo¹⁹¹.

A realização do trabalho de campo revelou-se bastante mais difícil do que o esperado e, até, mais complexo do que no caso de El Salvador. Alguns dos motivos estão relacionados com falhas no planeamento da investigação¹⁹², outros estão relacionados com

¹⁹¹ Os inquéritos foram aplicados entre os dias 14 de Abril e 30 de Maio 2008 a 200 jovens habitantes de Bissau, entre os 14 e os 25 anos: (a) Estudantes nas seguintes escolas secundárias: Liceu Dr. Agostinho Neto, Liceu João XXI, Liceu Nacional Kwame N’Krumah; (b) Estudantes nos seguintes estabelecimentos de ensino superior: Universidade Amílcar Cabral e Universidade Colinas do Boé; (c) Jovens residentes nos bairros seguintes: Bairro Militar, Bairro de Quelele, Bairro de Reno, Bairro do Cupilum, Bairro de Cuntum, Bairro de Afia. Devido à inexistência de dados no momento da realização dos inquéritos, baseámo-nos em estimativas grosseiras para a definição da amostra, que foi orientada pelos seguintes elementos: segundo o Ministério da Educação (GIPASE) no ano 2005/2006 encontravam-se inscritos no ensino secundário em Bissau (7.º a 11.º ano) 35 923 alunos (sendo 20 282, homens e 15 641, mulheres); Segundo o MICS – Multiple Indicator Cluster Survey 2006 (da Secretaria de Estado do Plano), a percentagem de jovens entre 13 e 17 anos a frequentar o ensino secundário, em Bissau, era de 16,5%, sendo de 16,8% para rapazes e 16,2% para raparigas. Assumindo, como ponto de partida que existem cerca de 200 mil jovens em Bissau entre os 14 e os 25 anos, a amostra seria de 1%, ou seja, 200 inquéritos. Sendo 16% realizados em liceus e os restantes nos bairros, a jovens que não estudam. Assim sendo, definiu-se que dos 200 inquéritos: 32 seriam realizados em liceus: divididos em 3 liceus (10, 11 e 11 cada), a 6 estudantes de cada classe /ano, excepto 11.ª em que seriam 8. Em cada classe, 3 raparigas e 3 rapazes, excepto na 11.ª, em que seriam 4 raparigas e 4 rapazes. 168 seriam realizados nos bairros: com jovens entre 14 e 25 anos, que não estejam a estudar, divididos pelos Bairros: Militar, Cuntum, Reno, Afia, Quelele, Cupilum. Em cada um dos bairros foram realizados 28 inquéritos, sendo sempre metade rapazes e metade raparigas e tentando equilibrar as diferentes faixas etárias.

¹⁹² Apesar de ter tido aulas de crioulo, não consegui praticar o suficiente para ter um domínio completo da língua, o que levou a que apenas no final da investigação conseguisse realizar entrevistas sozinha na língua corrente. Algumas das entrevistas, entretanto, foram feitas em português (o que limitava a expressão dos

a natureza das perguntas de partida¹⁹³ e outras ainda com o próprio contexto de realização das entrevistas.¹⁹⁴ No entanto, estas dificuldades, embora coloquem em causa o aprofundamento de determinados aspectos, o que uma abordagem etnográfica poderia ajudar a colmatar, não comprometem a validade do retrato e das conclusões.

Mas quem são estes jovens de quem aqui se fala? Representam estes jovens, todos os jovens de Bissau? Podemos falar de ‘jovens de Bissau’ como um todo homogéneo? As idades dos entrevistados situam-se entre os 16 e os 35 anos, com uma clara predominância de participantes a partir dos 20 anos de idade. Na África Ocidental, como em outras partes do mundo, a juventude é vista como um período que pode durar entre 15 a 25 anos, dos 15 aos 30 ou dos 15 aos 35 anos de idade, de acordo com um estudo realizado em sete países desta região (Ismail *et al*, 2009). Os jovens entrevistados em Bissau confirmam esta mesma tendência e situam a juventude entre os 18 e 35 anos, para os rapazes, e a partir dos 14 ou 16 anos para as raparigas, uma vez que, segundo eles, “as raparigas com 14 ou 16 anos de idade já têm mentalidade de adulto, têm outro modo de vestir, já não vestem roupa suja e fora de moda, enquanto os rapazes nessa idade só pensam em comer, beber e ir à escola”¹⁹⁵.

A passagem das raparigas à idade adulta, pelo menos ao nível dos ideais, não necessariamente das práticas, está sobretudo dependente da sua capacidade reprodutiva, não ficando claro quando começa e acaba este período. Confirma-se, assim, que a categoria ‘jovem’ é aplicada de forma diferente para o sexo feminino e que a passagem da infância para a fase adulta é uma fase bastante mais curta para as raparigas. Os rapazes são vistos como jovens quando têm mais de 18 anos, confundindo-se com a maioridade legal oficial, e perseguem o objectivo de “ter um quarto independente e não viver com pessoas da

entrevistados), em crioulo (o que limitava a compreensão da investigadora e a fluidez das entrevistas) e algumas com recurso a intérpretes (que funcionavam bastante mal já que os intérpretes tendiam a resumir o que era dito ou a influenciar o entrevistado e, por isso, rapidamente abandonei o método). Além disso, algumas das dificuldades sentidas surgem da não antecipação da necessidade de adoptar métodos etnográficos e estadias de maior duração (a média de cada período foi entre três e quatro meses). A percepção desta necessidade revelou-se tardia face ao plano de trabalho (a conciliar com trabalho de campo em El Salvador, por exemplo) e financiamento da tese.

¹⁹³ Os sujeitos de análise eram quase ilimitados, tornando difícil focar a investigação num grupo específico. Ao mesmo tempo, o não funcionamento das instituições formais ou a sua manipulação dos discursos dos jovens tornam mais difícil realizar trabalhos de curto prazo.

¹⁹⁴ É extremamente difícil realizar entrevistas com alguma privacidade; não existem muitos espaços onde as pessoas se possam encontrar sozinhas, onde não passe alguém que meta conversa, etc. Além disso, muitas entrevistas foram gravadas em péssimas condições sonoras, na rua, dificultando a sua transcrição.

¹⁹⁵ Afirmações recolhidas em entrevistas colectivas e cursos de formação.

mesma idade”¹⁹⁶ mas não necessariamente para formar uma família. Uma boa parte dos jovens entrevistados adota esta perspectiva nas entrevistas, o que não significa que assim seja nas práticas sociais e perante os mais velhos, algo que os jovens reconhecem também, fazendo a diferença entre o presente e o passado (o tempo dos ‘velhos’). Como explica Alex de Waal, “os 18 anos como idade de fronteira são uma definição política”, introduzida progressivamente em sociedade não-ocidentais pelo “colonialismo”, a “educação religiosa” e as “convenções internacionais” mas é uma fronteira que permanece arbitrária uma vez que a passagem à idade adulta está relacionada com a possibilidade de desempenhar funções para as quais não há uma idade definida, como o casamento e a maternidade, para as mulheres, ou “a elegibilidade para lutar, o casamento, ou a aquisição de terras”, para os homens (De Waal, 2002: 14).

Esta delimitação serve apenas para situar a análise e não para definir juventude, uma vez que esta nos interessa não como um período biológico, mas sim como um ideal associado a determinados estatutos, expectativas e experiências comuns a indivíduos de grupos muito diversos. Não é só o sexo que diferencia os jovens entrevistados mas também a pertença e o grau de aceitação de regras de grupos étnicos e religiosos ou as diferentes organizações sociais em classes de idades, sujeitas a processos e rituais de passagem com algumas diferenças. Se, para alguns grupos, a necessidade de progressivo adiamento dos rituais de passagem, devido à guerra e às crises económicas, e a aquisição de uma certa autonomia dos jovens antes de passarem pelos mesmos¹⁹⁷ se tornaram já factos relativamente aceites e pacíficos; já a possibilidade de consolidação da passagem à idade adulta, através do casamento e da capacidade de sustentar uma família, parece ser cada vez mais tardia, muitas vezes apenas possível “de 40 anos para cima”¹⁹⁸.

Não era objectivo desta análise aprofundar diferenças étnicas ou religiosas. No entanto, uma diferenciação que surgiu com alguma frequência e que é relevante para este tema, como veremos mais à frente, é aquela que diz respeito aos jovens que estão no ou vêm do interior do país e vivem há pouco tempo em Bissau e os jovens vistos como essencialmente urbanos. Os primeiros são muitas vezes identificados como “menos

¹⁹⁶ As crianças normalmente dormem juntas numa mesma divisão.

¹⁹⁷ Como avançado por outros autores, durante a guerra de independência alguns grupos étnicos, nomeadamente os Balanta, foram obrigados a adiar os rituais, algo que acabou por acontecer também nas últimas décadas já que os rituais exigem recursos que muitas vezes as populações não têm (Temudo, 2006; Schiefer, 2012).

¹⁹⁸ Entrevista de grupo, INEP, 2008.

espertos”, pessoas que “não sabem como vestir-se”, “com menos formação”, e mais apegados às tradições¹⁹⁹. Os entrevistados identificam-se, de modo geral, sobretudo com os segundos, embora nem todos com a mesma intensidade. Alguns jovens, sobretudo muçulmanos, também se identificam de forma bastante entusiástica com o apego às tradições. Outra delimitação desta análise diz respeito ao facto de se centrar sobretudo em jovens do sexo masculino, pelo facto de serem os jovens do sexo masculino mais frequentemente associados à violência urbana e à violência colectiva, pelos motivos antes analisados.²⁰⁰

Refiro-me neste capítulo a jovens urbanos, habitantes de bairros relativamente centrais da cidade de Bissau, que seguem com distintas intensidades os preceitos e as regras das suas comunidades de origem e identificação mas que se deparam com as mesmas dificuldades económicas, de aquisição de um estatuto social respeitado e de passagem à idade adulta como forma de garantia de alguma autonomia. O único aspecto comum definido à partida foi o de procurar as vozes de jovens em posições sociais não privilegiadas, cujas possibilidades de alteração de estatuto económico e social são mínimas. Este posicionamento não os torna, no entanto, um grupo homogéneo, nem é esse o objectivo. Existirão, sem dúvida, inúmeras experiências, perspectivas e expectativas que não entram nesta análise.

7.1. Jovens numa espiral de crises

Se a tendência verificada na África Ocidental se confirmar em Bissau, a maior parte daqueles que chegam a esta cidade, oriundos de outras zonas do país, são jovens entre os 15 e 34 anos, sobretudo rapazes, embora o número de raparigas tenda a aumentar em relação ao passado (UNOWA, 2007: 46). De facto, não é difícil encontrar vários jovens que migraram para Bissau na esperança de encontrarem um emprego ou, sobretudo, de prosseguir os seus estudos, jovens estes que vivem da solidariedade familiar, muitas vezes dormindo em casa de uns, comendo em casa de outros, tendo que percorrer, às vezes, três

¹⁹⁹ Outros estudos na sub-região indicam esta mesma tendência nos discursos dos jovens, estando os jovens rurais conotados com uma juventude subserviente, conformista e passiva, enquanto os jovens urbanos são associados a uma juventude consumista, activa, assertiva, ou mesmo rebelde, o que, segundo os autores, seria uma das consequências da influência da ortodoxia neoliberal (Ismail *et al*, 2009: 2).

²⁰⁰ No entanto, incluo também algumas, poucas, entrevistas com jovens raparigas.

ou quatro quilómetros diários para poderem ingerir ‘um tiro’²⁰¹. Estas experiências de vida fazem parte da rotina de um dos países mais pobres do mundo, onde 80% da população considerada pobre tem entre 18 e 35 anos (PNUD, 2006: 11) e o desemprego formal afecta a maioria de população.

O crescimento populacional das últimas décadas, as más condições de habitação e o estado degradado das infra-estruturas são alguns dos elementos que caracterizam a cidade de Bissau²⁰². No entanto, a cidade, capital de um país não industrializado, é ainda hoje marcada pela forte presença da ruralidade nos seus diversos bairros, confundindo-se, nas suas margens, com as aldeias e campos circundantes, com uma larga fatia da população dos bairros periurbanos dedicada a actividades rurais²⁰³. Poder-se-ia aplicar, com excepção do núcleo urbano de herança colonial, o conceito de “aldeia urbana”²⁰⁴, isto é, “um conjunto de aldeias inter-relacionadas e aglomeradas que representam extensões das comunidades rurais num contexto urbano” (Muggah *et al.*, 2010: 11). Neste sentido, apesar de se constituir como um espaço diferente do resto do país, Bissau é ao mesmo tempo um espelho – parcial, é certo – do resto do país, na sua diversidade cultural e na manutenção de algumas regras e práticas das sociedades agrárias (Embaló, 2008).

Na sua vertente mais estrita, a insegurança não é necessariamente a primeira da extensa lista de queixas da população de Bissau mas também não é irrelevante. Se é verdade que, para um estrangeiro, Bissau é uma cidade relativamente segura, longe da insegurança (real ou imaginada) de outras capitais africanas e mundiais, é também verdade que, para os seus habitantes, a pequena criminalidade não é de descurar. Os relatos sobre Bissau como uma cidade calma, segura e pacífica começam a ser menos frequentes. A colocação de grades nas janelas e portas das casas, a generalização dos guardas e empresas

²⁰¹ “Um tiro” é a expressão que se utiliza para designar a única refeição diária a que grande parte dos habitantes de Bissau tem acesso.

²⁰² Dados do último censo (2009) revelam que Bissau conta hoje com quase 388 mil habitantes – numa população total de quase 1.521, ou seja, 26% da população total. A taxa de crescimento anual é de cerca de 4% entre 1991 e 2009. O país tem uma das taxas mais elevadas da África Ocidental de população que vive em bairros ou habitações sem condições mínimas, incluindo sanitárias (UNOWA, 2007:10), por exemplo, só 12,9% da população de Bissau tem a electricidade e de forma muito irregular (Governo da República da Guiné-Bissau, 2006).

²⁰³ “A maioria da população periurbana vive da agricultura como em qualquer aldeia nas zonas rurais. O que caracteriza aqueles agregados que vivem sobretudo da agricultura como os que dependem dos fluxos de trabalho na função pública e /ou serviços é o facto de nenhuma destas actividades garantir o suficiente para garantir a sobrevivência. Assim, a maior parte dos agregados está dependente de várias formas de geração de rendimentos e de consumo de diferentes membros do agregado de forma a garantir a sobrevivência ao longo do ano” (World Bank, 2006: 46).

²⁰⁴ Utilizado por estes autores para caracterizar a cidade de Díli (Timor-Leste).

de segurança nas casas abastadas e os inúmeros relatos de assaltos sobretudo em zonas comerciais (mercados) e durante a noite, nos bairros habitacionais, apontam para um número considerável de crimes contra a propriedade e para o aumento da violência associada aos mesmos.

Os dados que me foram fornecidos pelas polícias da Guiné-Bissau não são suficientemente fidedignos para traçar com precisão²⁰⁵ um retrato dos crimes e actos violentos na cidade de Bissau. No entanto, os profissionais da polícia entrevistados²⁰⁶ descrevem as queixas por homicídio como ‘bastante raras’. Em finais de 2009, por exemplo, a Polícia Judiciária encontrava-se a investigar menos de dez homicídios em Bissau, incluindo os homicídios do Presidente ‘Nino’ Vieira e do Chefe de Estado Maior, Tagme Na Waie, bem como de outros políticos, e dois casos que se julgam relacionados com tráfico de droga. As queixas mais comuns são as relacionadas com agressões e ofensas (corporais e verbais) e roubos e furtos. Estes dados coadunam-se com os tipos de violência mais frequentemente citados nas entrevistas, relacionados sobretudo com a violação de propriedade e o roubo²⁰⁷; seguem-se, com menor frequência, os abusos sexuais e a violência doméstica²⁰⁸; os insultos e avaliações morais negativas mas também o desemprego, a pobreza ou a corrupção.

“Guerra”²⁰⁹, abuso, imposição, insulto, corrupção, crime, delinquência, difamação ou agressão são alguns dos sinónimos de violência frequentemente avançados nas entrevistas. De acordo com o inquérito que co-coordenei, 87% dos jovens afirma ter presenciado, no último ano, algum tipo de violência no seu bairro, como brigas,

²⁰⁵ As grandes dificuldades de análise dos dados estão relacionadas com o seguinte: 1) os ‘dados’ estão espartilhados pelas diferentes polícias (Polícia de Ordem Pública e Polícia Judiciária, sobretudo) que não trocam informação; 2) apesar de se referirem ao país, sabemos que a maior parte dos actos é reportada em Bissau (ou Gabu, a segunda cidade) estando a Polícia Judiciária, por exemplo, ausente do resto do território, e, tendo a Polícia de Ordem Pública grandes dificuldades em termos de recolha de dados; 3) mudança nos tipos de registo e categorização na Polícia Judiciária não permitem comparar as queixas entre diferentes anos; 4) falta de cultura de recolha de dados, fraca formação dos polícias e sobretudo o facto de muitos crimes não chegarem sequer ao conhecimento da polícia ou, mesmo que cheguem, não serem reportados; 5) a coexistência de vários sistemas jurídicos, o do Estado e dos diferentes grupos étnicos e religiosos, faz com que o recurso ao primeiro nem sempre seja o mais eficaz e privilegiado, a este propósito ver Embalo (2008).

²⁰⁶ Entrevistas com agentes da Polícia Judiciária (2008;2009) e Polícia de Ordem Pública (2008).

²⁰⁷ Tipos de ‘violência’ mencionados: droga, vandalismo, roubo, crime, queimado, acto com faca, roubo de telemóveis, rapto, perda de vida, acto contra a propriedade e sem autorização.

²⁰⁸ Tipos de ‘violência’ mencionados: briga entre homem e mulher, violação de menor, adulto que viola crianças, violar irmãs, casamento forçado.

²⁰⁹ No crioulo, guerra não significa apenas conflito militar mas também se aplica a outros conflitos, discussões ou disputas do quotidiano, pode significar apenas briga.

espancamento e assaltos²¹⁰. No quadro da vizinhança e dos bairros, as queixas dizem respeito sobretudo a assaltos durante a noite, facilitados pela falta de electricidade, e durante períodos específicos – por exemplo, por necessitarem de dinheiro para as festas, oferecer prendas, etc. – e alguns bairros são considerados mais inseguros do que outros:

Lá é favela: Reno, Bairro Militar, Sintra. É favela mesmo. Só brutalidade, só bandidos criminosos. À noite, se você passar numa rua qualquer... Cuidado. Ninguém fala, toda a gente fica assim alerta. Ninguém fala, ninguém. Durante o dia só há problema de vez em quando, por exemplo, meses de Outubro, Novembro, Dezembro, tens que ter muita cautela. (Rui, 33 anos).

Há bairros perigosos para entrar, quer dizer, não é assim tão perigoso, mas as pessoas aproveitam essa escuridão que é Bissau para isso. (Lamine, 28 anos).

Há muitos bandidos aqui mesmo. Chegam só às oito horas. Se estiveres aqui o dia todo, quando saís, obrigam-te a parar e roubam-te tudo o que tens. Podem ficar-te com as coisas, bater-te, ferir-te, sobretudo das oito da noite às duas da manhã. (Entrevista com grupo de raparigas, Bairro de Belém).

Até agora o crime diminuiu mas sabemos que em Dezembro vai aumentar (Entrevista com grupo de bancadas, INEP).

No entanto, as ocorrências que consideram mais comuns dizem respeito a violência intra-familiar (53%)²¹¹. Como em toda a parte, a violência está presente no quadro mais restrito da família, um lugar de experiências quotidianas de violência para muitos jovens (Mbembe, 1985: 24), mais do que outros espaços. A maior parte dos jovens não são agressores mas antes e sobretudo vítimas e testemunhas de vários tipos de violência

Bissau é, assim, para os jovens (e não só) um espaço de múltiplas hibridações. Um espaço onde se projecta esperança e desesperança, onde as regras e práticas sociais condensam tanto do rural como do urbano, onde uma segurança relativa é revolvida por múltiplas violências visíveis mas, sobretudo, invisíveis. Estas violências reflectem a vivência de uma espiral de crises – crise de juventude, crise de masculinidade e crise económica – num cenário de “circunstâncias extenuantes” (Ugor, 2013) que se traduz em condições de subordinação, vitimização e sobretudo de estagnação social para a grande maioria dos jovens.

²¹⁰ 36% presenciaram brigas, 15% brigas com facas, 3% brigas com arma de fogo, 20% presenciaram um espancamento, 14% presenciaram assaltos.

²¹¹ 28% referiram ‘pais batendo nos filhos’ e 25% ‘marido batendo na mulher’.

7.1.1. “A situação dos jovens aqui, na Guiné, é só ficar sentado”: vitimização e estagnação

No que respeita ao estatuto predominante na sociedade, apesar da diversidade social e cultural do continente Africano, existe algum consenso na caracterização das sociedades pré-coloniais africanas quanto ao lugar de subordinação que ocupavam os jovens, assim como as mulheres, na hierarquia social (Bayart, 1981; Argenti 2002; 2007). Este posicionamento não decorreria tanto da idade biológica mas sim do seu peso económico. No que respeita ao sexo masculino, a passagem à idade adulta dependia da sua capacidade de ‘adquirir’ mulheres e ser responsável por uma família (Argenti, 2002: 125). Assim, os indivíduos tornavam-se adultos à medida que iam adquirindo poder e riqueza e não o contrário. Até lá deveriam contribuir com a sua força de trabalho para a produção familiar e colectiva. Essa passagem à idade adulta estaria, no entanto, dependente de uma série de outras variáveis que atribuem o estatuto como “laços de parentesco, redes sociais, conhecimento esotérico ou participação em sociedades secretas e organizações militares” (Argenti, 2007: 7-8). Nesse sentido, a noção de jovem confunde-se e sobrepõe-se muitas vezes com a noção de subordinado ou de alguém sem acesso ao poder (Argenti, 2007: 8). Esta tendência para a subordinação não diz respeito apenas às sociedades pré-coloniais. O tratamento por ‘tu’ e a utilização do termo ‘boy’ ou ‘rapaz’ foram aliás estratégias de imposição simbólica da hierarquia colonial, entre homens brancos e negros, espelhos da a subordinação e humilhação dos segundos (Miescher e Lindsay, 2003: 5).

No entanto, ao mesmo tempo, os esquemas de reprodução social alteraram-se com a criação dos Estados coloniais e pós-coloniais uma vez que, perante a necessidade de trabalho qualificado, a educação passou a ser um bilhete para a liberdade de alguns jovens homens que já não precisavam de “esperar metade da vida para adquirir estatuto”; depois da independência, porém, só uma pequena parte acedeu de facto aos postos de poder e acabou por se gerar uma dupla subordinação dos jovens: perante as gerontocracias rurais e perante o Estado moderno que, em muitos casos, adoptou a lógica rural para reduzir os jovens a crianças que devem obediência e gratidão aos líderes (Mbembe, 1985; Argenti, 2007). A linguagem do poder e da autoridade na família, aplicada às relações entre os líderes políticos (cuja figura máxima é o Pai da Nação) e os seus subordinados (Mbembe, 1985: 13), constitui uma característica das relações inter-geracionais e entre governantes e

governados, que se prolonga até ao presente, ainda que muitas vezes esbatida por alterações dos regimes políticos nas últimas décadas.

A representação dominante dos entrevistados do que significa ser jovem, por oposição a ser adulto ou criança, é a de alguém de quem se espera alguma maturidade que, possuindo já alguma autonomia, dentro da família, se encontra ainda dependente da mesma, sobretudo num contexto de escassez grave de emprego e de recursos, que tende a não ser reconhecido como interlocutor válido na tomada de decisões pelos mais velhos, embora possa contribuir, na medida do possível, para o sustento da família.

Se há algo constantemente poderoso na imagem que os jovens me tentaram passar é a sua auto-caracterização como despossados e como *koitadus*²¹², vítimas da pobreza, do desemprego, da degradação da educação e da falta de acesso às redes clientelares que garantem recursos e estatuto:

A situação dos jovens aqui na Guiné e no bairro, é só ficar sentado. Eu, graças a Deus, tive uma oportunidade, e vou à universidade. Senão ficam só sentados desde de manhã até de tarde sem fazer nada, emprego não há. Mas não é que não queiram oportunidade de vida, é que não há (Membro de Bancada, Bairro da Ajuda).

Aqui na Guiné-Bissau um jovem é alguém que faz 18 anos, tem um nível baixo, alguns têm a 7ª ou 6ª classe²¹³, outros nem sequer foram à escola. Para ir à escola é preciso ter meios. Precisas de caderno, precisas de caneta, precisas até mesmo de comer. Agora, se não tens estas coisas, até fome tens, não podes ler, não te saís bem na escola, porque estás fraco. Percebes? (Membro de bancada, Bairro do Bandim).

- Aqui sofre-se bastante para estudar, por causa da falta de meios. Avanças até que fazes a 7ª classe, às vezes com 20, 22 anos, a maioria. Na Europa com 18 anos os jovens fazem a 7ª, depois fazem uma formação, e depois desta formação têm filhos, logo têm a sua vida, filhos...mas aqui não há emprego. Às vezes vai vender-se na feira, para conseguir um bocado, outras vezes vai-se para um lugar onde alguém trabalha e ficas seu ajudante para aprender com ele.

- Mas mesmo para ser ajudante de pedreiro ou carpinteiro é preciso que seja da família, porque se não fores família não te põem lá...

- Nós estamos assim sentados todos os dias, ficamos aqui e não fazemos nada, mas queremos estudar, mas não há meios e não temos ninguém que possa financiar o estudo. (Membros de bancada, Bairro do Bandim).

Se a vitimização é uma constante dos discursos dos jovens, apontando-se as dificuldades nos percursos educativos e de emprego devido ao facto de pertencerem a camadas não privilegiadas da sociedade, a verdade é que as caracterizações que aqui vemos têm vindo a ganhar conotações bastante negativas, criando-se a imagem de certos

²¹² *Koitadesa* é uma expressão que significa pobreza mas também o sofrimento que lhe está associado. É muito comum nos discursos dos guineenses sobre a sua situação, não só dos jovens (cf. Kohl, 2010:9).

²¹³ Equivalente ao 10º e 11º ano no sistema português. Não existia 12º ano nos liceus, apenas o ano zero nas Universidades.

jovens como preguiçosos, irresponsáveis, não produtivos e mesmo delinquentes, noções estas internalizadas muitas vezes pelos próprios jovens:

O grande problema dos jovens é a falta de ocupação. Eu acho, essa é a minha leitura. Se os jovens estão ocupados a fazer alguma coisa não vão escapar para a rua. Temos dificuldades nos cursos para jovens, não há oportunidades de emprego para jovens. (Entrevista com jovens polícias).

A juventude deste bairro precisa de muito apoio. Há pouco banditismo neste país. Só que é preciso ter apoio. O governo precisa de dar apoio, precisa de ver a juventude. Fazem a 11ª e não tem trabalho, não têm ocupação, não têm nada. (Membro de Bancada, Bairro de Cupilum).

Esta auto-representação baseada na vitimação está relacionada com o denominador comum do que se convencionou chamar a ‘crise da juventude’: os jovens acabam os estudos, não têm emprego formal e não conseguem ter um lar independente (O’Brien, 1996: 57) e estariam assim “obrigados a continuar jovens” (Antoine *et al*, 2001). Esta ideia de suspensão foi ainda eficazmente traduzida na expressão *waithood* (Honwana, 2014: 19), já antes mencionada. Não sendo uma tendência meramente africana, algo a que são alheios muitos dos jovens entrevistados, dada a imagem idílica que alguns têm da vida na Europa, por exemplo, esta impossibilidade afecta diferentes partes do mundo e diferentes jovens em cada sociedade (Giroux, 2003). No entanto, a intensidade e as formas como estes problemas são vividos e ultrapassados, ou não, diferem bastante, tanto de sociedade para sociedade como dentro do mesmo espaço sociopolítico, ou seja: “alguns jovens estão mais perdidos do que outros, ainda que o contexto comum ou partilhado seja de marginalização” (O’Brien, 1996: 57).

Esta é uma problemática particularmente relevante no que respeita às redefinições das identidades e relações de género. Apesar de partilharem com os rapazes uma mesma representação como vítimas, a forma como essa vitimação afecta o estatuto das raparigas é distinta, uma vez que existem diferentes expectativas em relação aos papéis e estatutos de uns e de outras:

- Nós fizemos o 7º ano, não há trabalho, não há bolsas, as bolsas são difíceis.
- Ficamos aqui sentadas de manhã até à noite, sem nada para fazer. *Só djumbai*²¹⁴.
- Nós queremos formar-nos mas não temos dinheiro.
- Aqui para se ter dinheiro só podes vender, fazer comércio.
- Na Guiné, ou formas-te ou fazes o teu comércio para tentar ter dinheiro. Se não, não consegues nada.
- Sabes que a Guiné não está como a Europa. Não se desenvolveu como a Europa. Na Guiné se te formares, mas não fores das «boas famílias» que podem ajudar, se não estiveres

²¹⁴ *Djumbai* significa conversar, socializar.

a trabalhar, ficas dependente dos outros para ter apoio. Não é como na Europa em que te podes formar hoje que encontras logo o teu trabalho, que está garantido.

- Podes não te formar, que encontras trabalho em casa de uma pessoa, trabalhas lá e a pessoa paga-te. Mas se limpas para um preto como tu, não te paga. É melhor ficares sentada sem fazer nada.

- Mesmo para vender, é preciso que tenhas... como é que eu te posso explicar... Se fores mais velha, assim como se vai à *Baloba*, de feiticeiros... se estás a vender... nós mais novas, sabes, tudo aquilo que se faz hoje no mundo, posso até dizer no mundo inteiro, tem de ter «chão» (ter feitiço). Se não tens dinheiro para isso, ficas sentado.

- Nós até fazemos renda. Mas o problema é que agora todas as crianças sabem fazer renda. Ninguém te vai comprar (Entrevista com grupo de raparigas, Bairro de Belém).

Talvez mais do que de uma crise de juventude se deva falar de uma diminuição das possibilidades de assumir alguns dos modelos de masculinidade socialmente valorizados – já em si raras, já que o ideal não corresponde necessariamente às práticas – como o de ser provedor de uma família (Aboim, 2008: 283) ou possuir um emprego de prestígio (Ratele, 2008).

7.1.2. *Si ka pudi ku si família, i ka matchu*²¹⁵: masculinidades, crise económica e transformações sociais

O ideal dominante de masculinidade mais persistente no imaginário sobre África pode continuar a ser o do ‘homem grande’, cujo poder é fundamentalmente baseado na idade, mas também no prestígio e autoridade que lhe estão associados, atribuídos pela grandeza da sua família e pelo número de dependentes e subordinados (Miescher e Lindsay, 2003:3; Ratele, 2008:225). No entanto, a multiplicidade de modelos e aspirações ligados à masculinidade é uma realidade que tem sido progressivamente alimentada por expectativas relacionadas com a educação e a escolarização, a aspiração a uma ‘modernização’ da imagem individual e das famílias, ao acesso mais rápido aos recursos e à acumulação individual ou ainda a versões mais igualitárias das relações entre sexos (Miescher e Lindsay, 2003; Barker e Ricardo, 2005; Ratele, 2008; Aboim, 2008). É, muitas vezes, em relação a estas expectativas que os jovens se mostram desiludidos e não necessariamente por não adquirirem o estatuto de ‘homem grande’.

Num outro estudo (Roque, 2011), salientei as características associadas à masculinidade adulta e valorizada na Guiné-Bissau, onde a tensão entre diversos modelos de prestígio é evidente. Se, para alguns, as dimensões da família (número de mulheres e

²¹⁵ Se não controla a sua família, não é homem.

filhos)²¹⁶, a linhagem e a autoridade religiosa e espiritual são muito relevantes; para outros, o conhecimento e a educação²¹⁷ ou a riqueza material (ambos partilhados e distribuídos) assumem maior importância. No entanto, há uma questão sobre a qual quase todos parecem concordar: o homem deveria ser o provedor da família, embora isso não corresponda à realidade: um homem “completo” deve “assumir a responsabilidade da casa, de ter uma mulher”, “lutar para chegar a casa, educar os seus filhos para serem homens, para que sigam um bom caminho”, “trabalhar e sofrer para sustentar a mulher e os filhos”, é aquele que “pode resolver todos os problemas da família e da comunidade”, “alguém que *pega tesu* [que trabalha muito, que se esforça], alguém que produz”.

Alguns homens com dificuldades em sustentar a família são, por vezes, considerados menos homens: *si i ka pudi ku si família, i ka matchu*; se um rapaz é “fraco”, pobre, como seu pai, também vai ser difícil arranjar casamento. O dinheiro pode ser um factor de respeito e admiração se for bem aplicado, por exemplo, ajudando os vizinhos, e não esbanjando com “rapariguinhas”. Raros são os que referem como primeira opção que o respeito depende de ter muito dinheiro e muitas mulheres. No entanto, reconhece-se, várias vezes, que o homem que tem mais força, mais poder é aquele que é rico, já que o “dono do dinheiro” é sempre o que tem a “verdade” [razão] face à polícia e aos tribunais: o “dono da verdade” é quem paga. Segundo os entrevistados, este tipo de homens ganha medo e bajulação por interesse e não respeito. Segundo uma parte das mulheres, dinheiro não é sinónimo de respeito. Outras consideram que os homens que têm mais dinheiro são também os mais corruptos, o que, porém, não lhes retira uma certa admiração. Assim, reconhece-se que, apesar de tudo, quanto mais dinheiro tiver, mais mulheres pode ter, mais estatuto se consegue. Para alguns jovens, o dinheiro não traz respeito mas apenas poder e interesse, incluindo a possibilidade de conquistar raparigas: “poder é dinheiro, dinheiro dá

²¹⁶ Segundo alguns homens entrevistados, o que interessa “não é quem tem muito dinheiro mas aquele que mais tem gente”. Ter muitas mulheres e muitos filhos continua a ser uma forma de demonstrar poder e de ganhar respeito. No entanto, outros salientam que: “antes, casar muitas mulheres era grande *ronco* (orgulho, prestígio), era muita mão-de-obra para trabalhar no mato” mas “agora, só na *tabanca* [aldeia] é que isso acontece porque dá muita *canseira*”: para ter várias mulheres, é preciso ter dinheiro. Também alguns jovens referiram que ter muitos filhos continua a ser motivo de admiração, mesmo que não tenham capacidade para os sustentar.

²¹⁷ O conhecimento é também valorizado, quer por homens, quer por jovens, rapazes e raparigas: “respeito é para o homem que tem conhecimento, tem a verdade, que tem forma de educar as pessoas”, “é ser culto”, “alguém que vai à escola, que sabe comportar-se, que tem conhecimento”. Mas, dizem, “agora na Guiné quem tem menos conhecimento tem mais dinheiro e mais oportunidades, depende do jeito, das cunhas, mas não deve ser assim, porque alguém sem conhecimento não sabe gerir dinheiro, merece respeito mas não admiração, mesmo que seja solidário”. É de referir que alguém que tem “conhecimento” deve partilhá-lo com os outros, sob pena de ser considerado arrogante e egoísta.

mulheres, mas quando o dinheiro acaba, as mulheres vão embora”. No entanto, se um homem não tem poder económico para pagar a escola dos filhos, sustentar a casa, pode perder o respeito.

A passagem dos rapazes à idade adulta e à função de provedor vê-se largamente comprometida pela falta de recursos económicos, pela degradação da agricultura e a fuga dos jovens do trabalho agrícola e pela diminuição do emprego formal considerado digno e proveitoso; já as raparigas assumem, muitas vezes, os encargos das famílias através da inserção na economia informal e das relações com homens que contribuam para o seu sustento sem que, no entanto, isto represente uma enorme alteração no seu estatuto, uma vez que estas suas actividades são desvalorizadas ou vistas de forma negativa pelos mais velhos e pelos rapazes (Roque e Vasconcelos, 2012). Isto não significa que as raparigas não sejam afectadas pelas transformações económicas e sociais mas sim que, tendo em conta o seu estatuto de ‘menoridade’ social²¹⁸ e a nebulosa passagem à idade adulta, não se pode falar de um acréscimo de dificuldades em atingir a maioridade ou em ganhar autonomia mas sim na sua manutenção com novos contornos. Por outro lado, a presença feminina habituada nos sectores informais da economia pode até favorecer algumas mulheres e raparigas no que respeita à autonomia económica²¹⁹.

Os jovens rapazes entrevistados revelaram-se frequentemente confusos e perdidos em relação às funções que a sociedade lhes atribui e à possibilidade de cumprimento das mesmas, por exemplo, em relação às acusações frequentes de não assumirem a responsabilidade pelos filhos, que ficam ao cuidado das mães ou dos avós. Ter filhos e família continua a ser importante mesmo que não tenham como cuidá-los. No entanto, muitas famílias compreendem esta não assumpção de responsabilidades como resultado da falta de oportunidades dos jovens e, mais do que um emprego, procuram formas de os seus jovens se educarem e/ou emigrarem.

Os discursos de vitimização predominante dos jovens do sexo masculino assumem recorrentemente duas vias e termos de comparação: uma inter-geracional e uma outra intra-geracional.

²¹⁸ Segundo Jean-François Bayart (1981), tal como os jovens, as mulheres nas sociedades pré-coloniais seriam também ‘cadetes sociais’.

²¹⁹ Diouf e Collignon afirmam que, em alguns casos, o trabalho, e não o casamento, começa a ser também relevante na aquisição do estatuto de adulta para as jovens raparigas (Diouf e Collignon, 2001 : 8).

No primeiro caso, trata-se de uma via de responsabilização dos mais velhos pela sua situação que passa pela defesa de uma renovação geracional no acesso aos poucos cargos no domínio do Estado, sendo esta renovação entendida como bloqueada “para que os que estão abaixo não cresçam”²²⁰. No entanto, não são apenas os jovens, como muitas vezes é transmitido pelos mesmos, a sofrer os impactos da degradação económica, assistindo-se mesmo a ‘inversões geracionais’ nas relações de dependência, ficando o sustento da família, incluindo netos, nas mãos sobretudo das mulheres mais velhas, muitas vezes sem qualquer contribuição dos filhos (Lourenço-Lindell, 2002: 203-204).

No segundo caso, trata-se de uma via que se baseia na responsabilização das jovens pelas suas experiências de sofrimento e frustração, bem como pelos comportamentos considerados desviantes. Isto é, as vias de adaptação das raparigas ao contexto de crise prolongada onde os recursos estão concentrados em homens mais velhos e/ou com estatuto social privilegiado leva uma parte significativa dos jovens do sexo masculino a considerar-se vítima das mesmas raparigas por estas preferirem relacionar-se com homens com mais recursos, e/ou mais velhos – ainda que alguns usufruam desses mesmos recursos:

A maioria das meninas gosta dos homens que têm dinheiro. Só por interesse. 90% das mulheres aqui só gostam dos homens que têm dinheiro (...) há algumas que dizem logo directamente ao namorado ‘olha, você não tem nada para me dar. E o fulano tal quer namorar comigo, ele tem tudo, ele é empresário. Vou namorar com ele, você tem que se conformar, quando ele me der dinheiro eu posso dar-te um pouco’. Há pessoas que aceitam isso, mas eu sou orgulhoso, não posso ficar assim” (Rui, 33 anos).

Esta caracterização das raparigas e a ideia de que a vida para elas é mais fácil porque têm mais possibilidades de encontrarem sustento é comum em vários contextos africanos e corresponde a tácticas reais desenvolvidas pelas raparigas, baseadas no sexo transaccional (Groes-Green, 2013; Honwana, 2013). Mas, esta caracterização está, ao mesmo tempo, envolta em inúmeros juízos de senso comum acerca da sua responsabilidade na decadência moral das sociedades e não tanto numa compreensão mais vasta das razões destes percursos femininos e da enorme restrição das suas possibilidades.

Ao mesmo tempo, justifica-se, assim, o uso da violência contra as mulheres e o envolvimento em negócios ilícitos como forma de responder às exigências das raparigas.

No futuro, gostava de organizar a minha vida. Construir uma coisa boa... organizar a minha família... eu queria casar. Eu tenho uma namorada. Sabes que eu não gosto de ter muitas... Elas ás vezes enganavam-me e eu ficava lixado. Agora não, mas antes batia muito à minha namorada. Ela fugia de mim, tinha muito medo de mim...aqueles tempo que eu usava droga, bebia álcool... mas agora tenho somente uma namorada. Antes aqui era amor

²²⁰ Membro de Bancada, Bairro do Bandim.

verdadeiro...mas agora não sei o que é que entrou na cabeça das nossas mulheres. Amor existe mas é mais no interior do país. Aqui em Bissau é um pouco difícil. Aqui a garina se não tiveres dinheiro... mesmo se ela queria andar contigo, a família dela não vai achar bem. Vai dizer “então? Vais andar com aquele gajo? Que não te pode dar nada?”. Então há gente que tem que roubar para agradecer às raparigas... (Artur, 28 anos, Bissau, 2008).

A violência aumenta nas quadras festivas, porque as raparigas pedem coisas e até podem pedir a outros rapazes; e aí os namorados batem porque não têm meios nem emprego. (Entrevista com grupo de jovens rapazes e raparigas, Bafatá.)

Este discurso de vitimização assenta, como vemos, frequentemente numa idealização de um passado hipotético em que o amor imperava sobre o interesse. Quando confrontava os jovens com as dinâmicas conhecidas do passado em que os casamentos eram arranjados pelas famílias e, em alguns casos, as meninas eram dadas a homens muito mais velhos em casamento, quase sempre obtinha uma resposta revoltada pela comparação. No entanto, este meu questionamento acabava, pelo menos, por trazer para a conversa outras questões relevantes onde assenta a diferenciação entre estas práticas: a questão do respeito pela ordem e a questão da sanção familiar. Assim, o que realmente parece ser um factor de distúrbio é a autonomia das raparigas na prossecução destas estratégias e o facto de se tratarem de táticas individuais de acumulação – ainda que, algumas vezes, contribuam para o sustento da família – deitando por terra a réstia de poder e estatuto a que os jovens poderiam aspirar: o controlo das mulheres.

7.2. Gerindo possibilidades mínimas em enclaves sociopolíticos

A situação dos jovens em Bissau e a tipologia das violências urbanas desafia o imaginário do caos provocado por uma massa de jovens desempregados, ameaças à ordem e à tranquilidade que algumas teorias veiculam, como vimos antes. A pobreza, o sofrimento, a auto-representação como vítimas e o incumprimento das expectativas em relação a um estatuto valorizado não gera necessariamente fenómenos de violência colectiva. Interessa, por isso, compreender como se situam estes jovens perante a emergência de “culturas globais da juventude” e da “missão civilizadora” que, em nome do desenvolvimento, “tem prometido progresso, consumo e um futuro radioso aos jovens, ao mesmo tempo que esse futuro se vê gravemente comprometido pelas desigualdades cada vez maiores provocadas pelo capitalismo neoliberal” (Comaroff e Comaroff, 2000: 94-97).

Como lidam os jovens com a sua condição de elementos: “supérfluos a quem o Estado (onde ele existe) e o mercado não sabem o que fazer”? (Mbembe, 2013: 24)?

Num contexto que podemos considerar como o de um enclave sociopolítico – isto é, um espaço de onde quase todos pretendem escapar mas de onde muito poucos conseguem sair devido a inúmeras fronteiras – geográficas, políticas, socioeconómicas e geracionais. Os jovens acabam por ser forçados a encontrar formas de sobreviver a esta “moratória social” e a este lugar social “confinado” (Vigh, 2006: 89; 112) sem colocar em causa a sua frágil rede de apoio e reconhecimento social, gerindo, de forma pragmática, as possibilidades mínimas de que dispõem, sendo as “escolhas radicais” (Vigh, 2006: 112), isto é, a violência directa, muito raras.

7.2.1. “Eu conformo-me com a minha pobreza”: a partilha do sofrimento e a internalização da violência

A normalização da violência estrutural e quotidiana resultam, como vimos, na maior parte dos casos e na maior parte do tempo, em aceitação pragmática e/ou reprodução dessas violências, processo facilitado pelas operações de violência simbólica que levam os sofredores a internalizar o seu sofrimento como natural. Isso traduz-se, muitas vezes, em expressões de aceitação da fatalidade de um destino de privações, como fica patente na afirmação de Rui, “eu conformo-me com a minha pobreza, há pessoas que se sentem marginalizadas, mas eu não”, e que remete tanto para a ideia de uma “socialização para a escassez” (Farmer, 2004:3-5), como para a ideia de ajustamento entre as possibilidades e as expectativas (Bourdieu, 2000: 216).

Como afirma Henrik Vigh: “em situações de crise prolongada [vemos] pessoas que se habitam e ajustam as suas vidas à mesma, construindo contextos nos quais a desordem se torna a ordem esperada das coisas”²²¹(Vigh, 2008: 15). Mas isto não significa que não exista sofrimento, frustração, descontentamento ou até reconhecimento de, pelo menos, algumas das causas desse sofrimento. No entanto, significa que os paradigmas que explicam a violência colectiva com base numa relação mecânica entre frustração e

²²¹ Tradução livre da autora. No original: *in situations of prolonged crisis [we] see people attune and adjust their lives to it — constructing, as said, environments in which disorder becomes the expected order of things.*

agressão ou derivando da pobreza e do desemprego, apenas como questão de obtenção recursos por actores individuais, são insuficientes (cf. Cramer, 2009; 2011).

Este destino partilhado de uma “comunidade solidária de vítimas” (Kohl, 2010: 9) acentuou-se com a guerra de 1998-99, como explica este entrevistado:

Antes da guerra? Era mais fixe. Todo o mundo estava mais animado porque o nosso dinheiro não saía fora da Guiné, achávamos que o país ia sempre ter muito dinheiro. E mesmo se eu não trabalhasse, não tivesse emprego, chegava ao fim do mês e o nosso amigo que trabalhava tinha dinheiro. O nosso dinheiro tinha valor aqui. Todo o mundo estava bem. Mas depois da guerra... todo o mundo está lixado. A coisa está de cima para baixo!” (Bacar, 27 anos).

No entanto, talvez precisamente por ser um destino de precariedade e pobreza generalizado e partilhado – “depois da guerra, todo o mundo está lixado” – acaba por eventualmente não só reforçar a integração e a construção da nação (Kohl, 2010: 9-10) mas também por inibir certas formas de violência directa.

As condições de vida são muito semelhantes para a larga maioria da população e o índice de GINI que mede a desigualdade, é também relativamente baixo²²². Não é evidente uma grande diferenciação económica e social a não ser com base no acesso às redes clientelares e entre cidade e o campo, estando os habitantes de Bissau favorecidos. Estima-se que em Bissau 30% da população concentre 60% do consumo e rendimento (Governo da República da Guiné-Bissau, 2006: 12). A partilha da pobreza e a fraca desigualdade conduziria, de certa forma, a um menor sentimento de injustiça, por um lado, e, por outro, à criação ou manutenção de uma identidade ou sentimento de pertença a um grupo suficientemente fortes para diminuir a atracção por identidades alternativas, como as criadas pelos gangs, por exemplo. No entanto, isto não significa que tenha o mesmo efeito para todos os tipos de violência.

Neste contexto, resiliência e solidariedade não são características de organização idílica das sociedades africanas, são antes respostas ao abandono e negligência geradas pelas complexas redes de dependência e segurança da “economia do afecto” (Hydén, 1980), que não é uma economia irracional ou sentimental e que, apesar de um forte peso moral, é profundamente pragmática, embora dificulte a acumulação individual. Além disso:

²²² De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (UNDP, 2009) o índice de Gini é de 45.5 na Guiné-Bissau mais Baixo do que em outros países da região: Cabo Verde: 50.5; Gâmbia: 47.3; República da Guiné: 43.3; Senegal: 39.2.

Os actores económicos não estão necessariamente à procura da actividade mais prometedora ou compensadora do ponto de vista económico mas daquela que mais provavelmente garantirá mais segurança num período de tempo que seja o mais alargado possível.²²³ (Chabal, 2009: 111).

Nesse sentido, actividades baseadas no uso da violência (não tutelada ou legitimada) não conferem segurança sobretudo porque tampouco conferem prestígio ou estatuto social (como veremos no ponto seguinte), nem são permitidas pelos actores que dominam as actividades económicas ilícitas.

Alguns relatos dão-nos conta da sobrevivência de laços sociais responsáveis pela reprodução e integração económica e social, nomeadamente do “contrato inter-geracional que, em sociedades não industrializadas, implica o dever e a responsabilidade de os jovens cuidarem dos mais velhos, de acordo com o princípio generalizado da reciprocidade” e que funciona como “uma forma de segurança social” (Roth, 2008:45)

Eu sobrevivo do meu trabalho. Sou músico e faço instrumentos musicais. Claro que só isso não recompensa tudo, mas a vida é assim, se as pessoas gostam do que tu fazes, tu ganhas, se não, paciência. Depois tens a ajuda da família, pelo menos ajuda moral. Nós, em cada época de chuva, voltamos para a aldeia para trabalhar o campo familiar, temos arroz, milho, isso é a nossa obrigação, é o encontro grande na aldeia, fazemos isso durante seis meses, depois cada um pode ir procurar maneira de comprar a sua roupa, as suas coisas mas, quando há trabalho, tu vais ajudar, essas coisas ficam conservadas para comer, depois só tens que arranjar legumes, óleo. Também tens a castanha de caju, isso é 80% da vida da Guiné. Sabes, os africanos dependem uns dos outros, às vezes tens que te responsabilizar de uma família até com mais de quarenta pessoas. Alguns não querem, nem gostam disso mas isso é a cultura dos africanos. Então, podes ter um emprego, ganhas 12 mil francos, e tens que dividir com mais trinta pessoas, e divides, mas não te aborreces com isso, porque é cultura, é normal. Por exemplo, o meu pai morreu quando eu tinha 16 anos, a minha mãe morreu quando eu tinha 18, ficámos só irmãos, logo aí eu vim para Bissau fazer vida, fazer instrumentos. Quando podia comprava dois sacos arroz e levava, os meus irmãos faziam o mesmo, às vezes não conseguia arranjar nada, voltava mesmo assim, porque algum dos irmãos ia arranjar. Então, os meninos começam a ter responsabilidade já em pequenos depois é natural. (Mussa, 27 anos).

A Guiné-Bissau é muito pobre (...) os jovens vêem o esforço que os pais fazem para viver e respeitam isso (Participantes do curso de formação, 2009).

Na Guiné as pessoas não são más. Ajudam-te um pouco. Se fores a casa de alguém e essa pessoa tiver, ela vai ajudar-te, se tiveres um filho e não tiveres condições para criar, entregas a criança a quem tenha, dizes-lhe: ‘entrego-te esta criança, ofereço-te porque não tenho condições de criá-lo. (Entrevista com grupo de raparigas, Bairro de Belém).

Apesar de viver entre Bissau e a sua aldeia, por exemplo, o primeiro entrevistado permanecia integrado no funcionamento da sua sociedade de origem, reforçando a ideia de

²²³ Tradução livre da autora. No original: *Economic actors are not necessarily looking to the most economically rewarding or promising activity but to that which is likely to provide greatest security over the longest possible time frame.*

Bissau como uma “aldeia-urbana”. Aceita as suas obrigações com naturalidade e também porque ele próprio depende dessa solidariedade, não só do ponto de vista material mas também do ponto de vista da identidade e da pertença. No segundo caso, chama-se a atenção para a consideração existente para com as dificuldades das famílias e, no terceiro caso, para o alargamento destas redes de solidariedade e dependência para além da família mais circunscrita.

No entanto, estes relatos coexistem com outros precisamente opostos de dissolução destas relações e deste contrato, ao mesmo tempo que revelam a internalização da violência e da exploração através da acentuação das características culturais dos africanos:

Os irmãos africanos não ajudam, a família não apoia, só podemos contar com os amigos e namoradas ou namorados”. (Membro de bancada, Bairro da Ajuda).

[na Europa] podes não te formar que encontras trabalho em casa de uma pessoa, trabalhas lá e a pessoa paga-te. Mas se limpas para um preto como tu, não te paga. É melhor ficares sentada sem fazer nada. (Entrevista colectiva com raparigas, Bairro de Belém).

Assim, é necessário ter em conta que, sobretudo em contextos urbanos “a maior parte dos jovens africanos já não cresce em sociedades relativamente bem integradas” mas antes em sociedades onde “apenas se mantêm traços esbatidos da ordem social e da integridade cultural” (Abbink, 2005: 2). É preciso notar, porém, que os processos de urbanização e as mudanças sociais ocorrem a diferentes velocidades e com consequências distintas consoante a sociedade em análise. Bissau é um cenário híbrido onde coexistem as antigas formas de sobrevivência, identidade e redistribuição económica que sustentam os choques políticos e económicos e algum descontentamento dos jovens, e as expectativas geradas pela ideia do desenvolvimento e pela comparação com os modos de vida em outros contextos (cf. Bordonaro, 2007).

Porém, a associação automática entre urbanização, dissolução dos laços sociais e o descontrolo dos jovens, muitas vezes acompanhada por juízos moralistas acerca da família e pela idealização das sociedades rurais é errada. Verificou-se, em outros contextos, que, apesar das deslocação das famílias para os centros urbanos, os modelos de obediência e respeito pelos mais velhos se mantinham (Glaser, 2000: 22-28) e que, mesmo alterando-se, isto se verificava apenas a partir da segunda geração, uma vez que os jovens nascidos e criados em ambiente urbano já não viam as vantagens da cidade em relação ao campo e tinham expectativas diferentes das gerações anteriores (Briceño-León, 2002: 16). Neste

sentido, importa analisar as múltiplas vias que assume o controlo social exercido sobre e entre os jovens, em particular, assumindo a hibridez das regras e da regulação social.

7.2.2. “O pai é presidente, a mãe é primeiro-ministro, os filhos são deputados”:
múltiplas vias do controlo social inter- e intra-geracional

Pretendo aqui destacar um conjunto de regras, instituições e condições que parecem ser relativamente eficazes no controlo social e na restrição das opções violentas dos jovens. Estas actuam tanto através do controlo inter-geracional como da internalização do controlo por via intra-geracional, isto é, o controlo entre pares.

Refiro-me, em primeiro lugar, à concepção hierárquica da família expressa na citação inicial: “o pai é presidente, a mãe é primeiro-ministro, os filhos são deputados” (entrevista com Bacar, 27 anos), associada a um modelo hierárquico de família, de exercício do poder relativamente autoritário e da sua aceitação pelos que se encontram na base da hierarquia, assente na expectativa de um dia vir a exercer este poder. Ser homem adulto significa, de modo geral, ter poder e exercê-lo em relação às mulheres, às crianças e na comunidade. “Tem poder”, “é o chefe”, “é o porta-voz”, “faz o que quer”, “é o responsável máximo”, “o que domina”, “dono de tudo”, “dono do certo ou errado”, são algumas das expressões utilizadas para definir os homens (cf. Roque, 2011). Esta expectativa funda-se nas regras de passagem à idade adulta, de aquisição de estatuto de acordo com as características de cada grupo sociocultural e da definição dos deveres e atributos dos jovens, nomeadamente através da organização em classes de idades e garantem uma certa ordem social e inter-geracional (Abbink, 2005; Argenti, 2007; Schiefer, 2012).

É evidente que estas regras e ideais coexistem com e são transformados quotidianamente através das microestratégias desenvolvidas pelos actores sociais (Mbembe, 2013: 214). É certo que não se trata aqui de concepções absolutas e imutáveis, elas vêm sendo questionadas, por exemplo, pelo maior peso das mulheres no sustento da família, como comprovam algumas destas afirmações²²⁴:

Homem é cabeça, mulher é corpo! Mas gerência da casa é da mulher. Hoje as mulheres não aceitam viver na dependência, eu tenho marido e respeito-o porque é o chefe de família, mas há que discutir, não é só o homem que é chefe, é o homem com a mulher. O africano gosta de mandar em tudo! (Rapariga em entrevista colectiva, Bissau).

²²⁴ Originalmente recolhidas em Roque (2011).

Se existe chefe, então é a mulher... os homens não sabem nada do que se passa na casa. A mãe é que é chefe, o homem é *koitadu* [pobre] não contribui em nada (Rapariga em entrevista colectiva, Buba).

Às vezes não é correcto, o que eles mandam. Não se pode aceitar tudo, só quando é bom. Deve-se ver se é bom fazer o que mandam, se não for, não se faz, por exemplo, o casamento, cada uma deve escolher o homem que quer (Rapariga em entrevista colectiva Quinhamel).

Tem que haver separação de tarefas, cada um tem sua responsabilidade. Mas não se deve aceitar tudo. O Presidente também não pode fazer tudo o que quer... tem ministros, tem secretários... mas o pai é o eleito... pai não é posto... é chefe, mas não é absoluto (Rapaz em entrevista colectiva, Catio).

No entanto, em relação aos jovens, apesar de as ordens do “chefe” serem muitas vezes relativizadas – só se devem aceitar se forem boas, por exemplo, não deixar os filhos ir à escola ou obrigara a casar são vistas como más decisões – mantém-se a dependência económica que dificulta a assumpção de autonomia e a crítica aberta das decisões.

Em segundo lugar, refiro-me às relações de proximidade e à estreiteza dos laços sociais e à quase impossibilidade do anonimato:

Há rivalidade mas não há aquele rancor...porque nós aqui, a maioria, somos família. Eu sou teu amigo, mas para já estamos a tratar como um irmão. A tua família é a minha família, a minha família é a tua família, pronto, ficamos assim. Assim é difícil ter aquele rancor. (Rui, 33 anos).

Esta afirmação remete-nos tanto para a resolução de problemas no seio da família, e não necessariamente com recurso a entidades formais externas, como a polícia, mas também faz lembrar a caracterização da guerra de 1998 como uma guerra entre irmãos (Vigh, 2006: 70).

Em terceiro lugar, refiro-me ao controlo religioso e espiritual²²⁵. Parece-me, desde logo, muito significativo que 89% dos jovens que responderam ao inquérito se considerem praticantes de uma religião (51% muçulmanos; 40% católicos; 7% protestante ou evangélico; 1% outras). Isto não significa que a prática de uma religião implique necessariamente a ausência de violência, nomeadamente no âmbito da família. Ao mesmo tempo, sabemos que a violência pode ser organizada e justificada precisamente a partir de ideologias e grupos relacionados com a religião; no entanto, não em sido esse o caso na

²²⁵ Este controlo pode também ser pensado através da percepção da vergonha como atributo colectivo, da família alargada e não limitada ao indivíduo que pratica actos socialmente reprováveis (Bott e Hodes, 1989; Schiefer, 2012).

Guiné-Bissau. Encaro antes a prática da religião como um indicador – e não como causa de não-violência – de eficácia e aceitação do controlo social exercido pelos ensinamentos em prol de uma atitude não agressiva, do respeito pelos mais velhos e de comedimento, como expresso nesta afirmação:

Os jovens da Guiné são submissos, dependentes dos pais e do respeito pelos mais velhos, há até jovens que dormem no mesmo quarto com os pais, a hora de chegada à noite é controlada²²⁶, há também muito espírito religioso (Participantes de Curso, 2009).

Da mesma forma que considero ainda relevante (e até surpreendente) que apenas 1% dos jovens assuma ter provado algum tipo de droga, o que até está aliás, muitas vezes, relacionado com a religião, como neste caso:

Eu nunca provei droga nenhuma. O meu único vício é *uarga*²²⁷. Desde pequeno que sou contra isso. Mas as pessoas não sabem que aquilo dá problemas, só quando são presos e torturados, bom é gente que não sabe o que faz. Deus ajuda-me a ir contra isso, eu sou muçulmano, eu nunca provei vinho, mesmo se há alguns que o fazem. Eu gosto é de música. Cada um tem as suas coisas. (Mussa, 27 anos).

Mas, para além da influência das religiões monoteístas, nas quais se inclui uma crescente influência das igrejas evangélicas, o controlo social exerce-se por via do controlo espiritual ainda mais enraizado, através do medo de retaliações e castigos:

Os guineenses acreditam em mitos! Há mães que amaldiçoam os filhos e intimidam-nos, por isso, os jovens têm mais medo. Têm medo dessas coisas de *irã*, de *mandjidura*. Mas há jovens que vão ao *irã* fazer contra-feitiço para não serem apanhados depois de roubarem ou praticarem outro tipo de violência (Participantes do Curso, 2009).

Sintetizando, assumir um comportamento violento não compensa socialmente, já que em alguns casos “a sociedade afasta logo as pessoas que cometem violência, até as meninas se afastam dos jovens que cometem violência”²²⁸, não sendo uma opção muito popular de aquisição de estatuto social e admiração, mesmo entre os jovens.

O facto de grande parte dos jovens se encontrar numa posição de subordinação social e de esta durar cada vez mais tempo não significa que os jovens sejam submissos ou conformados, como também não significa que só através da violência possam demonstrar a sua insatisfação. Encarar a juventude e as tensões inter-geracionais como um factor inerentemente destrutivo ou excepcional na ordem social é errado e deve ser evitado (Abbink, 2005:3). Estas tensões e negociações inter-geracionais fazem parte da

²²⁶ 48% dos inquiridos vive com 9 ou mais pessoas e 43% com 5 a 8 pessoas.

²²⁷ Tipo de chá.

²²⁸ Participantes do Curso, INEP, 2009.

normalidade social, são recorrentes ao longo da história e as críticas sociais são operadas, muitas vezes, de forma dissimulada, através do humor ou da dramatização (Gable, 2000). A adaptação às lógicas predominantes das relações sociais, das hierarquias e da autoridade não significa uma total aceitação ou conformação com um estatuto de menoridade. A par das obrigações existe um certo grau de liberdade, os jovens vão encontrando algumas formas de contornar o controlo social e os mais velhos cedem também alguns espaços de negociação (Temudo, 2006).

Assim, em quarto lugar, na cidade, vão surgindo formas de integração e solidariedade entre pares que se constituem tanto como espaços de liberdade como de controlo social. As bancadas²²⁹, grupos informais de jovens predominantemente masculinos que se reúnem na rua, para conversar, ver o tempo passar e, por vezes, organizarem actividades conjuntas, são formas de existência social possíveis neste contexto:

- Pronto, as bancadas são sítios onde as pessoas se juntam, criam relações de amizade, ah... pronto, intercâmbio social. Ah... criar novas ideias e divergência também das ideias, é isso que podemos descrever como uma bancada!
- Bem ali é um lugar de entendimento ...
- Onde uma pessoa pode ganhar conhecimento, o que tem de bom e o que tem mau!
- Por exemplo, ali, é onde se faz a análise desportiva, é um lugar onde se marca encontros, para discutir questões de desporto, política, e como eu não sou desportista, também não sou político, é por isso que não gosto de bancada!
- Não concordo, há um prazer de participar naquela bancada, porque um homem, *um jovem também não pode ficar sozinho, parece-lhe que está preso, não é?*
- Quando as pessoas estão a divertir-se em redor da minha casa, eu, no meu bairro não num outro bairro, quando saio de serviço, ao tomar banho passo aí sempre não é? Mas também não vou aos sítios onde não conheço ninguém, vou ao sítio onde conheço as pessoas. Porque quase num raio de 500 metros ou um 1 quilómetro do meu bairro ou da zona onde moro conheço a maioria das pessoas, então ao chegar numa bancada é porque conheço alguém aí que é para sentar e perder algum tempo, para depois levantar e ir embora, mais nada! (Entrevista colectiva com membros de várias bancadas, INEP).

Estas são formas de associação juvenil, tal com os gangs juvenis, sem as actividades criminais e a violência que caracterizam os últimos. São, no fundo, formas de integração dos jovens, de aprendizagem conjunta e ainda de controlo social – quase sempre localizadas em frente às casas ou no meio delas, onde os mais velhos podem controlar – e ainda, na sua maioria, são espaços de procura do consenso e de resolução não violenta de conflitos. O facto, por exemplo, de algumas não integrarem raparigas é apontado como resultado da prevenção de ‘tensões’ na luta pelo protagonismo e atenção das mesmas.

²²⁹ Não são um fenómeno apenas guineense. Em toda a África Ocidental os jovens reúnem-se no espaço público para os mesmos fins. Na Nigéria, por exemplo, o equivalente das bancadas seriam as ‘bases’ (Ismail, 2009).

As bancadas são ainda espaços onde a frustração e a crítica são transformadas em algo colectivo muitas vezes através do humor e da ritualização das queixas (cf. Vigh, 2006:146; Kohl, 2010). No entanto, as bancadas eram vistas inicialmente, pelos mais velhos sobretudo, como potenciais desestabilizadores, fonte de manipulação política e militar. Também alguns jovens as consideram suspeitas, o que os leva a fazer a distinção entre “bancadas do bem” – dedicadas a organizar campeonatos de futebol, limpeza das ruas, festas e concursos de misses – e “bancadas do mal”, que seriam utilizadas para tráfico de droga ou organizar furtos e roubos ou simplesmente que se dedicam a actividades mal vistas como o consumo de álcool e de drogas.

No entanto, a função positiva de integração e reconhecimento social dos pares e da sociedade parece agora predominar, efectuando as bancadas funções como a vigilância e limpeza dos bairros ou ainda a dinamização cultural e desportiva dos mesmos. No entanto, cada vez mais as bancadas, cujos objectivos poderiam ser simplesmente de lazer e confraternização, são continuamente incentivadas a dedicarem-se a tarefas “mais nobres” (limpeza, campanhas de sensibilização) mas sobretudo a formalizarem-se em associações, para poderem ser vistas como grupos legítimos, organizados e de confiança. Este imperativo de ocupação dos jovens e a rejeição de movimentos espontâneos dos mesmos, vistos como inúteis ou ameaçadores, faz também com que se procurem reproduzir as associações formais onde elas não são forçosamente necessárias.

Esta necessidade de tutela e de ‘enquadramento’ dos jovens está presente em vários discursos e práticas que têm a sua origem na prevalência do paternalismo como forma de controlo político (Mbembe, 1985), como forma de controlar a ‘rebeldia’ dos jovens (e não só):

Bom, eu noto uma coisa, estes nossos governantes, que se substituem uns aos outros, querem que continuemos a ser pobres porque assim continuamos a depender deles, o mais fácil para eles é continuarem a ser superiores a nós. Porque todas as soluções que lhes vamos mostrar ou o que devemos fazer para sair desta situação, eles arranjam maneira para te impedir. Ou se vens para organizar as pessoas, para levantarem a cabeça, eles chegam perto de ti para te corromper, logo, tu esqueces os outros que estavam contigo a lutar. (Membro de bancada, Bairro de Cupilum).

- Na Guiné, há muita briga nas ruas, pancadas, bebidas alcoólicas, os jovens na discoteca, às vezes muitas brigas acontecem nas discotecas, nos bairros, as crianças mesmo. Pode haver nas escolas. Há poucos dias havia ‘uma violência’ ali no Bairro Militar porque os alunos atacaram a escola porque não havia iluminação na escola, a escola não tinha providenciado a necessidade para os alunos do curso nocturno. O que originou uma greve. Posso dizer que não é uma greve mas uma violência porque alguns atiraram as pedras à escola e isso é uma violência, estás a ver?

- Mas também é uma luta pelos direitos deles...?

- Sim, direitos deles, claro. Mas, pronto, deve haver outra maneira porque nós temos de manter uma boa atitude, nós jovens, de bom comportamento. A solução pode vir a ser encontrada sem violência, através do diálogo muito forte envolvendo outros parceiros (Entrevista com líder de organização contra a delinquência juvenil).

Como podemos ver pelo último excerto, não só se misturam formas de violência muito distintas sob um mesmo chapéu, como também se rejeita um movimento espontâneo de protesto ou revolta dos jovens, ainda que não tenha vítimas, sendo necessária a chancela dos mais velhos ou de organizações formais (parceiros) para dar credibilidade às acções dos jovens, já que eles “não sabem” como reivindicar. Esta análise da greve como violência não acontece por acaso. Revela a não aceitação social do protesto dos jovens (fora dos esquemas de crítica social e dissimulação como vimos antes) e também como este repúdio da violência se transformou em repúdio por qualquer tipo de conflito, mesmo não violento, algo que tem sido reforçado por programas internacionais que buscam o consenso social e a “cultura da paz” de forma acrítica e estandardizada.

7.2.3. “A única solução é a emigração, seja por canoa, seja por avião!”: sobreviver ao enclave

A emigração surge para quase todos os jovens como uma evidência e como demonstração de sucesso. Ela permite não só um escape individual mas também um escape, uma esperança e um projecto colectivos (Schiefer, 2012: 231-233):

Depois o teu vizinho vê o que tu fazes e quer que os filhos façam o mesmo. Se vais para a Europa, para nós, pensamos “aquele tem vida de milionário”, a família dele tem luz, boa comida na casa, “olha o que ele traz”, então tu também pensas em emigrar, os mais fortes fazem aquelas viagens arriscadas, mas depois há aqueles que se conformam, aceitam o que lhes é dado, ficam à espera. Eu gosto demais da minha terra, da minha aldeia, é um amor grande demais, mesmo que eu emigre, um dia, eu vou voltar. Os africanos emigram porque não há emprego, não se pode condenar essas pessoas, sobretudo depois de 7 de Junho. (Mussa, 27 anos).

Isto porque outras vias de melhoria das condições de vida – oportunidades de emprego formal e educação – são extremamente raras e dependem de conhecimentos e privilégios pessoais e familiares a que a maioria não acede:

Tens que trabalhar para ganhar alguma coisa, isto aqui é complicado. Na Guiné? Emprego? Aqui é o quê o emprego? Não há. Mas há actividades, o que mais há são actividades pessoais, não é emprego, mesmo as ONG já vêm com os seus trabalhadores, como é que o guineense pode trabalhar sem escola? É um grande problema. Na Guiné, as pessoas põem os sobrinhos nos postos, quem não tem família bem colocada não tem emprego, trabalho é no campo, o Estado não paga nada, cada um organiza a sua actividade. (Mussa, 27 anos).

O nosso primeiro desejo é sempre fazer o 7º e conseguir bolsa para estudar fora. A maioria que faz o 7º ano é isso pelo qual fica a lutar todo o tempo. Emigrar é a 2ª opção que temos, depois que se verifica que não temos possibilidade de conseguir bolsa, podemos depois pensar, como não há alternativa de ir com bolsa então pensamos em emigrar (Membro de bancada, Bairro de Missira).

Os resultados de bolsas estão viciados, as bolsas do governo não vão para os melhores alunos. Aqui as únicas oportunidades de ganhar dinheiro, para além de alguns comerciantes honestos, são: ir para o Governo, contrair empréstimos e não pagar ou entrar no tráfico de droga. Aqui, na Guiné, a única solução é a emigração, seja por canoa, seja por avião (Membro de bancada, Bairro de Tchada).

A ausência de emprego formal é já histórica, sobretudo desde que os programas de ajustamento estrutural iniciaram o dismantelamento da administração pública e a ajuda internacional começou a diminuir. Ao mesmo tempo, os jovens dedicam-se cada vez menos à agricultura, procuram nas cidades novas oportunidades mas raramente as encontram no sector formal. A falta de acesso às redes clientelares é particularmente grave num contexto de crise acentuada e declínio do Estado, e é a esse acesso que aspiram muitos jovens urbanos. Neste contexto, são muitas vezes frisadas as diferenças entre os sexos; entre o que é considerado trabalho digno para homens e mulheres e como isto influencia não só a auto-estima e as possibilidades de afirmação na vida adulta como também a distribuição dos fardos da sobrevivência e a recusa em aceitar um destino de menoridade e indignidade (aos seus olhos), como este diálogo ilustra:

Rapariga: Há homens que não aceitam o trabalho de empurrar o carro de mão, de vender. Querem trabalho de gabinete.

Rapaz: Nas cidades de todos os países, nenhum jovem daquele país tu vês a fazer trabalho pesado. Trabalho fino, em gabinete. Nós também queremos isso. Não queremos empurrar o carro de mão, trabalhar em obra, isso não... Nós queremos bons trabalhos (risos). De gabinete, de escrever. Eu sou pobre mas não quero um trabalho que me prejudique. Não posso ir trabalhar na obra porque o dinheiro da obra não chega depois para me curar se ficar doente. Só dá para comer, mais nada. Se estiver doente posso morrer. Então prefiro não fazer nada. Sim, estou todos os dias aqui sentado, mas todos os dias tenho dinheiro. Tenho negócios, *business*... mas é secreto. Trabalho de homem. É trabalho de segredo.

Rapariga: Trabalho de homem que escolhem, a vida dos jovens é uma vida de risco. Os jovens têm de se conformar com a vida. Há muito trabalho. Os jovens guineenses sentem-se mal a empurrar o carro de mão, mas tudo são coisas da vida. É normal. São os jovens rapazes os que são assim. As raparigas são normais, arranjam namorado que as ajudam com um pouquinho, ajudam a sair um pouco da crise. Já os rapazes não têm isso. Se os rapazes não trabalham para eles não arranjam nada. Para isso têm de escolher, se empurram o carro-de-mão, trabalham no Porto, para saírem da situação em que se encontram. Porque sabe-se como é a vida dos jovens. Mas isto de ficarem sentados, a beber uarga, a beber vinho de caju, etc. Eu conformo-me, procuro o que é que me pode ajudar, o que me vai tirar desta situação. Tenho filhos para alimentar, tenho outros para pagar-lhes a escola, tenho a renda para pagar. Mas tenho de me conformar com a vida. Faço comércio (bida), vendo e ganho o meu dinheiro, para pagar a escola dos meus filhos. Tudo isto é importante, porque tudo isso ajuda alguém na vida. Enquanto estes rapazes, tens de dizer-lhes de frente, para serem

fortes e enfrentarem a vida. A vida não é só sentar e esperar o momento. Até podes esperar o momento, mas há alturas em que tens de fazer para teres o mínimo. Se disseres que não queres suar, ficas à espera daquele trabalho de caneta, é difícil. É difícil.

Rapaz: Quero a caneta, o gabinete!

(Conversa entre um rapaz e uma rapariga, Entrevista colectiva, Bairro de Belém).

Assim, para aqueles que ficam no enclave, a gestão do dia-a-dia passa pela inserção na economia do desenrasque (Vigh, 2006: 117-139; Chabal, 2009: 107-126); pela luta pela recompensa da obediência e de aceitação do paternalismo que garantem o acesso às redes clientelares (Mbembe, 1985) de vários tipos e através de diferentes actores:

Sobrevives daqueles movimentos, apoio de alguns amigos, e outras coisas... vender material, telemóveis, computadores ... quase 89% dos jovens na Guiné fazem isso!” (Rui, 33 anos).

Nem todos o jovens são irresponsáveis mas a maioria não tem oportunidades porque os velhos ocupam tudo. Se os jovens tivessem oportunidade de aprender... Mas aqui só aprendem coisas más porque aqueles que estão à frente não os ensinam a fazer coisas boas. Então os jovens copiam o que está mal, entram na política, isso é triste, porque para ganhar posição tens que ir para a política, os jovens são obrigados a ir para o partido, dizer que ‘o tal’ faz tudo certo. Os políticos deviam ser responsáveis e não jovens que não aprenderam nada, política é difícil. Mas assim comesas a fazer política com 18 ou 20 anos sem nunca teres trabalhado e, se o teu partido ganha a eleição, então já vais ser ministro!? Isso não está certo... para mudar isso é difícil... só porque queres alguma coisa não quer dizer que fazes bem... agora, para fazerem política, não deviam meter-se só no tempo de campanha mas falar dos verdadeiros problemas da Guiné: escola e emprego. (Mussa, 27 anos).

E pela enorme capacidade de adaptação às exigências e expectativas do neoliberalismo²³⁰, apresentado como ajuda ao desenvolvimento, à construção da paz e ao empoderamento dos jovens. A imagem do jovem ‘dinâmico’ surge frequentemente nas entrevistas para designar aqueles que procuram aproveitar as oportunidades oferecidas por financiamentos atribuídos a associações de jovens. Estes jovens “empreendedores e dinâmicos” são também o alvo preferencial dos programas de ‘criação emprego’ das instituições internacionais. Estes destinam-se fundamentalmente à ocupação dos jovens através de programas de formação e micro-crédito motivando os jovens a auto-responsabilizarem-se pela sua situação de precariedade²³¹.

²³⁰ Como apontado por alguns autores, o novo interesse das instituições internacionais, nomeadamente do Banco Mundial, pelas necessidades dos jovens e seu empoderamento convive – sem que se julgue paradoxal – com as velhas prescrições neoliberais que precisamente levaram à deterioração das suas condições de vida, como a “diminuição do salário mínimo, a eliminação de instituições restritivas do mercado laboral e das protecções ao emprego que limitam a flexibilidade do mercado”, etc. (Sukarieh e Tannock, 2008: 309).

²³¹ Se não vejamos o grupo-alvo de um projecto internacional: “the beneficiaries will be chosen according to how precarious their situation is, of their level of exclusion from the job market, but also due to their motivation and determination to become more self-dependent and in a position to advance their own development”.

Mas os objectivos são muitas vezes ainda mais ambiciosos: pretende-se que os jovens sejam “multiplicadores de paz”, fugindo das situações precárias em que se encontram e servindo de “exemplo” para os outros jovens (portanto, os bandidos, delinquentes, desocupados). Não será de estranhar que, num contexto em que as redes familiares de solidariedade e sobrevivência possibilitam a manutenção dos jovens, estes não procurem um trabalho que pouco mais lhes garante, e ainda menos estatuto. Não são empregos estáveis e bem pagos, nem formação universitária, que se oferece aos jovens dos países da África subsariana, em geral, mas sim projectos de criação de emprego próprio pouco qualificado em mercados quase inexistentes e votados, na sua maioria, ao fracasso. São projectos que têm como objectivo semi-declarado manter a ordem e impedir a adesão a grupos violentos e extremistas – mas são não só pouco eficazes como também postos em causa pelo tipo de (des)organização económica global em que se inserem.

Há ainda uma dinâmica de sobrevivência ao enclave extremamente interessante que pretendo realçar. Trata-se do empenho e da esperança depositadas na educação como via de melhoria de vida e de crescimento pessoal, apesar de todas as adversidades. Isto é, ainda que as escolas públicas estejam, em alguns anos, mais tempo fechadas do que em funcionamento, que a qualidade do ensino seja muito questionável e que, no final dos estudos, estes não garantam necessariamente uma melhor posição laboral e social, os jovens continuam a investir e empenhar-se em obter a educação possível, quer nos liceus, quer nas universidades existentes no país, talvez actuando a partir do princípio de esperança enunciado no início deste capítulo.

7.2.4. “Guerra para quê?”: memória, resistências e a infrapolítica da paz

Vimos antes que, perante constrangimentos estruturais, que não os afectam apenas a eles, e perante a falta de recompensa social de uma economia violenta, a maior parte dos jovens parece recusar a violência como forma de aumentar a auto-estima e o prestígio. É possível que esta recusa social da violência esteja relacionada com a também frequente recusa do que chamam tribalismo assim como com a recusa da guerra. Isto é, parece-me importante olhar para a “infrapolítica de construção da paz” (Richmond, 2012), as micropazes que não são construídas pelas vias institucionais da paz liberal ou pelas elites mas antes por três dinâmicas sociais (e políticas) que aqui destaco.

Em primeiro lugar, pela memória da guerra e seus impactos, pelo cansaço de um pós-guerra sem fim e pela percepção da inutilidade da violência:

Na Guiné não vamos mais para a guerra porque toda a gente já está farta disso. Guerra para quê? Você fica com boa vida, eu sem nada que comer? Nem pense!”. (Rui, 33 anos).

Imagina que na Guiné-Bissau há problemas a toda a hora, se não é a guerra é o governo, e etc, etc... nós estamos fartos disso. Queremos é estudar mas a escola não chega para todos... (Entrevista colectiva com bancadas, INEP, 2009).

Não pode haver mais guerra. Nós não queremos mais guerra na nossa terra. Já chega. O que houve já passou, o da Luta²³²... queremos que acabe aí. Nós, os mais novos, queremos é paz. (Entrevista com grupo de raparigas, Belém, 2009).

Em segundo lugar, pela expectativa de um futuro de estabilidade e coesão nacional e pela constante recusa da desunião por via das diferenças étnicas:

Eu penso que tribalismo não existe. Porquê? Aquilo que nós falámos de que políticos tentam falar de tribalismo é o que eles tentam criar para poder conseguir votos, mas isso não é tribalismo. Porque hoje em dia na Guiné-Bissau, como Cabral disse, as pessoas foram lutar, e não há Papel, não há Manjaco, não há Fula, não há... Hoje em dia vemos um balanta que casa com um fula, um fula que casa com mancanha. Assim, neste sentido, não existe, mas de uma forma imaginária, politicamente ficam a falar (e pensamos que existe), mas não existe. Porque não há condições para fazer guerra tribal (Membro de bancada, Bairro da Ajuda).

Isso [diferença étnicas] não é importante, isso é uma coisa contra a qual lutamos, estar a dizer tu és deste, tu és deste... não, nós não queremos isso. Nós somos todos irmãos, somos guineenses (Membro de Bancada, Bairro de Misira).

Estas afirmações remetem-nos para Amílcar Cabral e a ideologia da construção nacional, quando garantia que “o povo africano não é tribalista. Só os oportunistas políticos são tribalistas” (Cabral 1974a: 21). Afirmações que parecem ter feito o seu caminho no imaginário popular, pelo menos no contexto urbano, apesar de o país ser muitas vezes visto como um aglomerado de diferentes grupos homogêneos e com potencial de conflito.

E, por último, pelas práticas quotidianas de resistência à guerra e a crítica aberta ou velada aos actores político-militares que promovem a desestabilização e esquecem os cidadãos. Nesta dinâmica de crítica social e política incluem-se os cada vez mais numerosos grupos de rap e hip-hop que transportam para a sua música, em primeiro lugar, a condição partilhada de vitimação e sofrimento, “cantam a Guiné que “chora”, a vidas das

²³² Luta de Libertação Nacional.

famílias guineenses, criticando e caricaturando. Cantam a violência, o abuso de poder. Cantam a ausência e a emigração” (Sousa, 2012); que transformam esse reconhecimento e esse lamento da *koitadeza* em crítica, intervenção e auto-valorização (Barros, 2012:196); e que veiculam uma memória perdida, pela falta de transmissão formal e informal, da luta de libertação e do projecto revolucionário de Amílcar Cabral (Barros e Lima, 2012). No entanto, estes *rappers* não estão imunes à cooptação por partidos e dirigentes políticos (Sousa, 2012), revelando como as possibilidades de resistência são frágeis, descontínuas e não necessariamente coerentes – tal como as vidas de grande parte destes jovens.

7.3. Da legitimidade e visibilidade das violências

Apesar de ter partido de uma análise centrada em percursos de não-violência colectiva juvenil, não pretendo negar toda e qualquer participação dos jovens em actividades violentas. Como já referido, existe, como em qualquer parte do mundo, violência e criminalidade praticada por jovens e não jovens, mais ou menos organizada e mais ou menos letal. Pretendo, aqui, analisar algumas das características da violência juvenil e da violência urbana, em Bissau, à luz de um questionamento da legitimidade, normalidade e visibilidade associadas aos diferentes tipos de violência e aos diferentes actores do complexo de segurança/insegurança na cidade. Começo por aqui reproduzir excertos do relato de Artur que me parecem extremamente relevantes como ponto de partida para entender algumas destas dinâmicas.

7.3.1. Artur

A minha vida passada, sabes como é... bebia muito e fumava muito drogas, não só *iamba*²³³, mas cocaína, heroína... Fazia vida de *bandidasgo*, vida de *ganguiça*, agredir as pessoas. A primeira coisa que eu provei foi erva, tinha 14 anos. Quando tinha 15 ou 16 anos tinha um amigo meu nigeriano, ele fazia *business* de cocaína. Isso foi antes da guerra...em noventa e seis, se não me engano. Depois, um dia, ele consumiu coca, e eu estava sentado lá, vi como ele fez. Um dia, como sabia como ele fazia aquilo, eu imitei. A minha cabeça naquele momento ficou muito quente. Apanhei vento, vento, vento, bebi uma água fresca, a ver se isso passava um pouco. Isso é bom, é muito saboroso. Bem, naquele momento, não tinha sono, fome, a coca é assim.

²³³ Cannabis.

E depois continuei a consumir, conheço muitos amigos lá no Reno [bairro de Bissau] que vendem essa cena. É no Reno que há mais disso, mas tens muitos bairros: Cupilum de Baixo, Cupilum de Cima... Lá há muito jovem que hoje não se pode controlar, há jovem que está muito estragado lá. No Bairro Militar também. É um bairro muito grande, tens muito estrangeiro, há muito bandido que mora lá, mesmo o bandido que não morava lá prefere ir para lá porque lá não há muito polícia que te incomode. Eu comprava, fumava com os meus amigos, mas depois quando o dinheiro acabava, voltava para minha casa, ia pegar o que pudesse. E também vendia.

Morava com o meu pai. De lá o meu pai começou a desconfiar ... “este gajo agora não consome só erva, consome outras coisas mais perigosas, que custam mais dinheiro”. Então, eu saí de casa para o quarto do meu amigo que vendia isso, morei lá uma semana, depois a minha mãe ficou preocupada comigo e foi lá buscar-me, trouxe-me para casa. Eu estava mesmo magrinho, magrinho, não conseguia comer muito, só pensava em consumir. Até que o dinheiro acabou, fiz muito cálculo maligno, agredia as pessoas na rua, roubava, e até tenho muito problema na minha zona, que há muitas pessoas que antes me respeitavam, agora não voltarão a respeitar. Tenho quatro irmãos. Eu sou o mais velho. Nenhum deles consome, nem cigarro. Eu só comecei por curiosidade, não tinha problemas na família nem nada. Comecei a ter problemas, quando entrei no consumo de coca. Depois, um dia um amigo meu veio com crack. O crack é mais perigoso do que coca. É mais perigoso, eu quando estava viciado naquilo tinha os dias contados. Tinha medo de morrer porque é muito perigoso. Isso foi já depois da guerra. Antes da guerra havia crack mas era muito difícil para nós mais pequenos podermos ver aquilo. Sabes que “a nossa família” [guineenses] somente conhece essa erva. Mas não é assim agora. Agora conhece-se o puro que trouxeram para cá.

Eu entretanto deixei porque cheguei a um momento que não podia mais e conheço a realidade da minha família que é um pouco pobre. A minha mãe tinha muita confiança em mim, ela nunca desistiu de mim. Desde mais pequeno até agora e começou a falar comigo, a dar aquele bom conselho, não desistiu de repente. Eu quero bem-estar para a minha vida, eu queria uma responsabilidade para assim poder criar os meus filhos e organizar a minha família. Tenho dois filhos, eles estão com a minha mãe. Os meus amigos, que também estavam nisso, não imaginam isso, famílias tão pobres, tão pobres, que vivem com menos de 500 francos por dia [menos de 1 euro]. Eu não ganho muito, sabes, trabalho do Estado aqui, muitas vezes, não paga o salário. Eu ganho 35.000 [53 euros] por mês. E quando recebo aquele dinheiro dou à minha mãe, porque tem os meus filhos lá, dou 20.000 para ela e outros 15.000 ficam para mim.

Sabes que para arranjar dinheiro para comprar droga tens que roubar. Tu não trabalhas, a tua mãe não tem dinheiro mesmo para te dar de comer, quanto mais para fumar droga. Então é assim que começas a fazer má vida, tens que entrar numa má vida, tens que roubar. Eu por duas vezes magoei pessoas, uma por causa de um fio e outra por causa de um telemóvel. Eu ando sempre com uma navalha. Antes eu também tinha uma arma, era a arma do meu pai, mas nunca usei aquilo. Com a arma eu posso intimidar, mas não vou usar porque se eu der um tiro há muitas pessoas que sentem aquele ruído e posso até matar uma pessoa, isso eu nunca fiz, mas tenho amigo que fazem isso, um deles está na prisão. Tenho mais cinco amigos meus lá. Até há raparigas nisso. Uma era a minha

namorada. Outra era minha amiga, ela é tão linda, bonita. Elas roubam os homens. Elas fazem prostituição nas ruas, quando elas estão lá com os homens elas roubam o dinheiro, os telemóveis. Elas com os amigos bandidos que elas têm. Mesmo os namorados são bandidos. E quando roubam têm protecção na rua, cada uma delas tem um bandido na rua que é amigo dela ou namorado dela, que vai para a proteger.

Vida de gang antes era uma coisa organizada mas agora é só essas pessoas que roubam na rua. Mas antes da guerra havia muito desgraçado aqui, havia bandidos armados, iam a tua casa para roubar, tinham arma, colaboravam com alguns polícias corruptos, que lhes davam a arma, mesmo se entravam na tua casa e tu tinhas uma mulher bonita, iam violar a tua mulher. Agora não, agora é só esses putos que roubam nas ruas. Aqueles grandes morreram todos no tempo da guerra. Outros que restam, emigraram para Conacri, Gâmbia porque a polícia está a perseguir muito e, quando os apanha, bate.

No negócio da coca há muito militar que está envolvido, mas todo o mundo sabe bem disso. Eles não vendem. Eles até prendem um civil se ele vender. Sabes como é que isso funciona... Porque eles não podem vender, todo o mundo sabe que ele é militar, vai ter medo, então eles dão a outros para vender. Até os nossos dirigentes. Sabes o [nome de político]? Todo o mundo sabe que ele vende droga. Se ele não vendesse droga não podia ter aqueles carros todos. Também há muito polícia nesse business. Isto é pequeno, aqui nós não podemos esconder-nos uns dos outros. Se tu matas, todo o mundo sabe que tu matas. Se tu dás um tiro numa pessoa e foges, o outro vai-te conhecer, diz que conhece aquele gajo, morava aqui e aqui... essas coisas da África. As pessoas envolvidas nisso são jovens, de 25 a 30 anos. Aqueles jovens de quinze anos somente vendem lá no Reno. Muitos deles saíram da casa do pai. Os pais expulsaram-nos de casa porque quando vendes aquilo um dia vais provar e, quando provas aquilo, vais-te agarrar mesmo. E aí começa a roubar nas casas, na tua própria casa, se o teu pai é pobre e a tua mãe é pobre, como é que eles vão comer? Mas é só roubar, não fazem mal às pessoas, mas tens outros que roubam que fazem mal, agridem as pessoas com facas, mas sabes que isso é por gozo.

Eu gosto muito de Tupac, mas não é tanto o som dele, eu gosto muito dele porque canta bem, veste bem. Aqui dizem que é bandido, aqueles mais velhos que no tempo deles não conheciam essas roupas compridas, essas calças. Mas eu gosto dele, o gajo é fixe. Podes falar mal dele, mas quando ele vier, vais gostar. Sabes, muitas pessoas gostam dos bandidos, muitos dos bandidos têm muitas pessoas que gostam deles, porque nunca lhes fizeram mal. Aqui em Bissau eu admiro o nosso presidente, muito, Nino. O gajo é tão valente. É tão valente. Fizeram guerra aqui, derrubaram ele. Correram-no lá para Portugal e muitas pessoas diziam “se Nino vier cá, nós vamos matar o Nino”. Muitas das pessoas que têm ódio dele porque mataram a família delas. Mas Nino veio cá, veio cá, candidatou-se, ganhou as eleições e, de novo, aquela gente toda que diz que quer matar Nino, agora é o melhor amigo de Nino! Eu penso que é um dom que o Nino tem. Além de dom, a etnia de Nino (Papel) aqui em Guiné é muito ‘pesada’ [forte]. Tem muito poder, é mais forte do que todas as outras etnias aqui. O segundo é Manjaco e Balanta. O meu pai é papel. A minha mãe é mancanha.

Eu sou guineense. Sou guineense. Eu posso dizer que eu sou papel, quando alguém me pergunta eu digo que sou papel, mas eu não gosto ‘dessas coisas’ (Artur, 28 anos, Bissau, 2008.).

7.3.2. “Vida de gang antes era uma coisa organizada”: bandidos não são gangs

Não foram raras as referências dos jovens à delinquência juvenil, aos bandidos ou aos bandos em Bissau. No entanto, algumas razões, que a seguir exploro, levam-me a afirmar que estas expressões não correspondem à existência de gangs juvenis.

Em primeiro lugar, apercebi-me que a utilização da palavra ‘bandido’ tem diversas conotações e corresponde a diversos tipos de comportamentos considerados desviantes mas não todos necessariamente violentos. Para se ser um bandido aos olhos dos outros não é necessário cometer algum delito ou prejudicar alguém: muitas vezes é suficiente assumir uma postura e actos considerados social e moralmente errados, como fumar e beber (vistos por muitos jovens, sobretudo muçulmanos, como uma violência em si) ou vestir-se de determinada maneira (jovens caracterizados como *dreads* ou *niggas*, aqueles que usam roupa do estilo hip-hop, brincos, piercings). Tal como nos diz Artur, aqueles que usam roupa que antes não existia. Esta tendência demonstra-se, aliás, no inquérito que realizámos, já que, perante a questão “na tua opinião, quando um polícia olha para uma pessoa, qual a primeira coisa que faz com que ele considere essa pessoa suspeita?”, 28,6% responderam “ter tatuagem, piercing ou brinco” e 24,6% referem o “modo de vestir”. Parece-me relevante frisar esta questão num contexto em que a percepção daquilo que é tido como ‘influência externa’, o ‘moderno’ ou o ‘estrangeiro’ adquire, muitas vezes, conotações negativas, mesmo nos discursos dos próprios jovens:

Os adultos pensam que jovens só pensam em diversão; os próprios jovens pensam que [ser jovem] significa imitar uma cultura diferente da deles: usar roupas caras, imitar americanos/brasileiros; acham que o que vem de fora é mais importante, imitam os países desenvolvidos embora não percebam o inglês. Gostam da imagem, da roupa de branco. Para eles, tudo o que é bom está lá fora, nada é mau” (Grupo de estudantes do Liceu Nacional).

Esta suposta imitação de fenómenos vistos como externos é apontada como factor de incitamento dos jovens à criminalidade. Mas não de quaisquer jovens. Não é de negligenciar a diferenciação entre jovens do interior e jovens urbanos, já mencionada. Os primeiros são frequentemente responsabilizados pela criminalidade:

O bairro Militar ficou com a sua reputação porque os jovens de lá mais depressa fazem revoltas, arranjam confusões. Se alguma coisa acontece eles fazem confusão, como o caso

de um polícia que matou um rapaz, por causa de uma rapariga, e eles próprios reagiram contra aquele polícia matando-o como se mata um animal. Por isso eu disse que eles são as pessoas mais violentas. Só que nós aqui [neste bairro] a religião toma conta, domina as pessoas, a maioria também vai à escola. No bairro Militar a maioria das pessoas vieram do interior, pessoas que vêm do interior, do norte, leste de várias zonas do país. (Elemento de bancada, Cupilum, 2008).

Entre razões apontadas, pelos jovens entrevistados, para a delinquência juvenil surgiram os seguintes tipos de justificação: são “jovens de zonas rurais que chegam para melhorar a vida e não encontram condições, ficam sem acolhimento e a agressão gera emprego para se sustentarem”; deve-se ao “nível académico e social”, e à “imitação da cultura não guineense” na roupa, penteado, no uso de correntes e brincos, no hábito de fumar”; devido à imitação de “filmes e novelas”; a “falta de poder económico dos pais que depois não controlam os filhos”; a vivência de violência nas suas famílias, vistas como “atrasadas” e “autoritárias”; e a vontade de quererem adquirir os mesmos bens de consumo e prestígio que os seus amigos. Assim, a delinquência e o banditismo são associados ao mesmo tempo a um atraso civilizacional e a uma incorrecta adopção de modos diferentes de apresentação e comportamento²³⁴, considerações que, só por si, revelam muito de uma carga de violência social difusa e menos visível.

Por outro lado, é evidente que alguns destes (e outros) jovens, como Artur admite, praticam actos ilícitos, alguns violentos, e que contribuem para o sentimento de insegurança em várias zonas de Bissau. A alguns dos jovens vistos como ‘bandidos’ é atribuída a pertença a bandos, por vezes referidos também como gangs. Parece-me, no entanto, que referência a gangs ou bandos que ia surgindo não corresponde às características dos gangs juvenis ou gangs de rua mas antes a actividades da criminalidade dispersa ou realizadas por grupos com um grau de organização que ultrapassa o gang juvenil e nos quais se crêem envolvidos outro tipo de actores.

Assim, se os resultados dos inquéritos indicam que 41% dos jovens inquiridos reconhece a existência de bandos nos bairros, também indicam que 51% nunca viu nenhum acto de violência cometido pelos mesmos e 68% não se lembra de há quanto tempo existem. Tal como se pode depreender do discurso de Artur, a maior parte das referências

²³⁴ Para uma análise da apropriação dos discursos da modernidade e do desenvolvimento pelos jovens de Bubaque, Bijagós, ver Bordonaro (2007; 2009). O autor defende, no entanto, que a oposição entre cultura urbana e rural, entre *kultura* e desenvolvimento, nos discursos dos jovens, deve ser entendida não como mero reflexo de uma ideologia hegemónica e de uma colonização das consciências pela agenda internacional de desenvolvimento mas sim como um problema de auto-representação táctica dos jovens em arenas ‘saturadas de poder’, colocando a ênfase nas motivações e usos individuais dos discursos (Bordonaro, 2009: 82).

parecem ser feitas a actos de violência instrumental esporádicos, estando alguns deles relacionados com o consumo de drogas, sobretudo o *crack*, a droga dos ‘pobres’, e o microcomércio das mesmas. Os jovens pobres consumidores de certas drogas entram numa espiral de autodestruição (cf. Bourgois, 1996; Bordonaro, 2012), acentuada num contexto onde não há cuidados, programas ou conhecimentos para lidar com a toxicod dependência, e onde muitas vezes não se diferenciam as próprias drogas (cigarro, cannabis, cocaína, crack são apresentados como sinónimos e com impactos semelhantes). É relevante voltar a assinalar que entre 98 e 99% dos jovens que responderam ao inquérito disseram nunca ter consumido qualquer tipo de droga listada. Isto pode significar de facto que são muito poucos os jovens que consomem ou então que têm vergonha de o dizer, sendo algo socialmente reprovável. Apesar da preocupação internacional recente com a Guiné-Bissau se relacionar com o mercado da cocaína, a maior parte dos jovens não tem poder de compra para sustentar esse consumo. Tanto o consumo como o controlo do tráfico de cocaína são práticas de outro tipo de indivíduos ou grupos, quer jovens de classes mais abastadas, os “filhos de gente importante”, quer alguns elementos da autoridade política, militar e policial.

Não consegui identificar em Bissau quaisquer das seguintes características de forma consistente: grupos fundados e mantidos através da criação de uma identidade própria; grupos para os quais a violência seja um elemento constitutivo da sua identidade e funcionamento; grupos com um grau de institucionalização e manutenção no tempo que possam ser identificados enquanto tal; grupos com regras e rituais específicos; grupos que se auto-valorizem e que permitam uma auto-identificação enquanto membro de um gang ou que assumam a prática de delitos e a utilização da violência; grupos que se confrontem na luta por territórios (pelo menos grupos de jovens).

No entanto, não se pode escamotear potenciais impactos das mudanças na economia das drogas, que podem acabar por tornar-se numa fonte de rendimento mas também de elevação da auto-estima e estatuto (Winton, 2004: 172; Barker, 2005):

É assim, sentir o rei, sentir uma pessoa mais importante no bairro, ter uma boa rapariga, de boa família e tudo, mesmo que não seja de boa família, mas é uma rapariga bonita... isso é uma fama” (Bacar, 27 anos).

Ao enveredar por actividades potencialmente violentas,

Os jovens desafiam mitos e tabus na procura de uma riqueza imediata, ao contrário de alguns dos mais velhos que, nas sociedades agrárias, subordinavam as estratégias imediatas

às estratégias de longo prazo – que asseguravam a reprodução económica, social e cultural do grupo (Temudo, 2009: 53).

Esta actividade é apenas uma das possíveis num contexto de sobrevivência baseado nas possibilidades mínimas que antes mencionámos mas que se centram fundamentalmente na economia informal e no comércio, em comprar e vender em pequenas quantidades ou oferecer serviços limitados de forma *ad hoc* (Chabal, 2009:109). No entanto, apesar de alguns jovens referirem o tráfico de droga como uma actividade que não recusariam à partida, também muitos consideram que esse tipo de actividades ilícitas é demasiado perigoso.

Isto não impede que esporadicamente vão surgindo uma espécie de proto-gangs, sendo, no entanto, de notar a relativamente rápida desmobilização dos mesmos. O caso mais recente e ilustrativo destas dinâmicas é o surgimento do grupo *Como-é-que-é*. Este grupo surgiu após o golpe de 12 de Abril de 2012 e, em alguns meses, espalhou o medo e terror por Bissau e não só – havendo notícias e suspeitas da sua acção em outras zonas do país – fazendo da violência um elemento constitutivo da sua identidade e funcionamento e não apenas instrumental. Nas minhas curtas visitas a Bissau em 2012 e 2013, várias pessoas mencionaram a sua preocupação com a emergência deste grupo, caracterizando-o sempre como algo de tipo novo e frisando, algumas, que entre os seus membros estariam jovens que tinham tido uma experiência de emigração em países europeus, nomeadamente em Portugal. Entretanto, este grupo parece ter desaparecido por via da acção das autoridades militares.

O facto de não existirem gangs com as características que foram apontadas não significa, no entanto, que não existam grupos que usam a violência, para distintos fins, incluindo, alguns deles, também jovens.

7.3.3. Militares, polícias e vigilantes: as confusas fronteiras da (i)legitimidade

A brutalidade rotineira a que está sujeita a população de Bissau, por parte das forças de “segurança”, nomeadamente a partir da última guerra, cujo palco principal foi a cidade de Bissau, é bastante visível nos relatos sobre o caos que se instalou nos períodos entre combates, bem como nos primeiros anos pós-guerra, com os abusos de alguns militares face à população:

Naquele tempo, não é, durante a guerra e depois, as pessoas estavam convencidas que não havia controlo, cada um podia fazer aquilo que queria. E sabe-se que os militares se envolveram muito, muito, muito nesse aspecto dos ataques à mão armada, de assaltos, de roubos. Muitas vezes viu-se pisadas, não é, de botas de militares, aqueles que eram apanhados porque estavam com farda militar, etc. Pronto, quando se vê uma farda é uma autoridade e está armado, portanto, era claro que tinha todos os direitos para fazer aquilo que quisesse. Então essa coisa deu mais ou menos para o país ficar sem controlo (Entrevista a dirigente de organização da sociedade civil, Bissau, 2007).

Depois da guerra de 7 de Junho, eu estava a ir para o liceu buscar o meu certificado. Uns militares viram-me e disseram-me “Tu, tu, tu...tu não sabes que não é assim que uma menina se veste?”, eu respondi “Mas como é que eu estou vestida?” e depois disseram “Não sabes que não se usa roupa curta”, Depois o que é que ele fez? Disse-me para me arrastar no chão e eu disse que não. Então pegou no punhal, cortou uma alça do vestido e depois a outra e eu fiquei nua. Pegou-me e começaram a bater-me a bater-me. Uma ‘mulher grande’ chegou e pôs-se de joelhos no chão a pedir para me deixarem, a dizer que eu ia mudar de roupa, mas eles disseram que não, depois...tiraram as alças do vestido e bateram-me. Depois eu corri e uma senhora levou-me e deu-me um vestido... [comentários dos colegas: “e não era assim só com as raparigas, também com os rapazes”]. Houve ainda um outro caso, foram apanhar a minha vizinha também que estava na sua varanda, os militares passaram, ela foi para dentro e fechou a porta, mas eles deram pontapés na porta, arrombaram e bateram-lhe” (Entrevista com alunos da UCB, 2008).

Apesar deste tipo de acontecimentos ter diminuído, ainda hoje os militares são acusados de vários tipos de abusos: “obrigarem as pessoas a levantarem-se para tomar os lugares sentados no *toca-toca* (transporte colectivo)”; “recusarem-se a pagar em restaurante” são alguns dos relatos menos violentos, já que, no inquérito que já mencionei, 33% dos jovens afirmaram ter visto nos últimos doze meses algum tipo de acto violento cometido por militares, na sua maioria, espancamentos. O controlo que exercem sobre alguns jovens que procuram denunciar os constantes atropelos da ordem política é também evidente neste excerto:

Há muita violência que não se vê. Por exemplo, os *rappers* querem cantar, cantam o que acontece no país, a realidade do país, não inventam nada, cantam aquilo que os populares estão a dizer nos cantos, mas agora são colocados contra a parede. Por exemplo, [nome de grupo] foram atacados por militares vestidos de civil que os contactaram para irem actuar a um casamento. Eles não queriam fazer o concerto, não é o género deles mas sugeriram um amigo. Quando foram encontrar esse amigo entraram num carro com essas pessoas, só que o condutor levou-os para o Estado-maior. Aí retiraram as armas, levaram-nos e bateram-lhes muito, mas felizmente estão vivos. Só que ficaram bloqueados e não querem falar disso. Há outro também que é o Masta Tito, ele é o mais procurado, ele nunca canta mas ele fala, fala a verdade embora ultrapasse o que deves dizer porque às vezes diz mesmo nomes. Ninguém o conhece porque ele não costuma fazer espectáculos. Ele é convidado secretamente, aparece, canta e sai, ninguém o apanha, canta com chapéu, as pessoas não podem identificá-lo. No último concerto que ia fazer, os militares foram procurá-lo, apareceram três [carrinhas] dupla cabine, cheias de militares com armas e ele não foi... (Vítor, 33 anos).

Além disso, é frequente surgir nas conversas a ideia de que são militares quem vende as armas no país, as quais poderiam acentuar a gravidade da criminalidade:

A maioria das pessoas que vendem as armas ali são os militares...guineenses desmobilizados. Essas pessoas fizeram a desmobilização, mas muitas pessoas não fizeram a entrega das armas... aquelas pessoas, muitas agora são delinquentes... Porque depois da guerra essas pessoas, com tanta violência, e essas pessoas não têm um tratamento psicológico... então muitos ficaram com essa situação, outros até agora têm problemas psicológicos, e outros foram obrigados a refugiar na droga, e outros foram obrigados a refugiar no álcool... Chegou a uma certa altura, agora na Guiné, fala-se do roubo à mão armada, dois, três, quatro... todos os roubos eram somente à mão armada, duas pessoas, três pessoas, fardadas com fardamentos militares, com arma e tudo, chegam ali, entram, levam as coisas” (Bacar, 27 anos).

Esta pode ser, aliás, uma das questões essenciais para compreender a inexistência de gangs juvenis, para além do controlo social quotidiano: a sua repressão. Vários entrevistados referiam-se à impossibilidade de organização de gangs devido à participação de agentes da polícia ou militares em actividades ilícitas. O controlo destas actividades é, desta forma, demasiado forte e qualquer grupo que esteja fora destes círculos de poder, sem acesso a armas e protecção, é facilmente desmantelado. Como Paul Richards lembrou, para que a violência emerja, é necessário que alguém a organize (Richards, 2005:4).

No entanto, convém assinalar que, se estes actos rotineiros são possíveis, é também graças aos exemplos da impunidade generalizada e de demonstrações de poder pela força e humilhação dos outros, que têm as suas raízes e ramificações no sistema político e que se revela em violência institucional e no funcionamento irregular da justiça.

Um dos traços mais preocupantes deste longo período pós-guerra consiste na generalização da desconfiança que se soma à falta de confiança na justiça e no Estado e na percepção da corrupção como endémica. Os e as guineenses não acreditam na justiça formal e consideram quase sempre necessário pagar ‘extras’ quer à polícia, quer aos funcionários judiciais:

Até podem apanhar aquele bandido mas a família vai chamar um familiar que é tropa ou polícia, vai fazer um pedido e soltam. É por isso que aqui há pessoas que “metem faca” noutra pessoa, amanhã você encontra logo ele na discoteca, porque o tio é comandante...” (Rui, 33 anos).

Segundo dados do Banco Mundial, existe uma baixa confiança nas instituições do Estado, confiança que é transferida, nas zonas rurais, para as instituições ditas ‘tradicionais’ e, nas zonas urbanas, para as ONG, por exemplo (World Bank, 2006:13). A este propósito devo ainda referir que com minha visita a uma das ‘prisões’ de Bissau, ficou claro que apenas aqueles que não tenham família, conhecidos ou recursos para garantir a

sua saída se encontram em situação de privação de liberdade real, como alguns estrangeiros (Libéria, Serra Leoa) ou indivíduos do interior do país. Os restantes viviam em regime bastante aberto, podendo alguns sair e ir visitar a família²³⁵.

A violência político-militar circunscrita obteve os seus frutos no que respeita à instalação do medo na sociedade, sobretudo após o assassinato do Presidente Vieira e do Chefe de Estado-Maior, entre outros, em 2009. Notei que os jovens que antes falavam de forma relativamente aberta, criticando os políticos e os militares do seu país, tinham no final de 2009, alguma relutância em responder a determinadas questões²³⁶. A explicação para este medo é bem evidente neste excerto:

Não há liberdade na Guiné, há vários políticos, e não só, que são maltratados por dizerem as coisas ... nunca houve tanto medo de falar como nesta altura... Se até o Presidente e o Chefe de Estado-maior foram assassinados, o Presidente em casa dele, que dirão os outros, as pessoas normais? Não há segurança, não há confiança nem nos militares nem nos políticos, estamos com medo mas não se pode deixar que tudo continue, eles também não podem matar toda a gente, não podem fuzilar todo o mundo, como fizeram na Guiné Conacri (Vítor, 33 anos).

Por outro lado, esta presença permanente da brutalidade física, a par da impunidade, contribui para a reprodução de comportamentos e a legitimação da sua utilização em contextos civis. A aceitação da população em relação às acções extrajudiciais revela-se na admiração de que são alvo os agentes da PIR, conhecidos como ‘angolanos’²³⁷:

Às vezes, as outras polícias não funcionam bem, bem, bem. Porque as vezes as pessoas levam ali o caso e aquilo começa a arrastar-se e às vezes os casos voltam atrás porque as pessoas estão descontentes com a forma como são tratadas. E pensam: “Olha, eu vou ali à PIR falar com os angolanos para me ajudarem porque os outros não resolveram nada, então, sinceramente já estou cansado, já estou cansado porque eles não me ajudam nada. Qual é a possibilidade de me ajudar, para dar um jeito..?” (entrevista com dois agentes da PIR).

A – Os angolanos mantêm a paz. Quando há problemas eles resolvem. Os tropas é que gostam de confusão.

Sílvia – Mas há pessoas que dizem que os angolanos são violentos.

B – Não. Porque é que dizem que os angolanos são violentos? Porque quando estás a fazer certo tipo de coisas... quando fazes uma coisa que não é bom, os angolanos vão lá e impedem aquilo, eles dizem que os angolanos são violentos (Entrevista com raparigas, Belém, Bissau, 2009).

²³⁵ Até ao final de 2010 não existiam prisões na Guiné-Bissau. Refiro-me aqui aos calabouços das esquadras de polícia da capital que normalmente estariam destinados a acolher presos preventivos por apenas algumas horas ou dias e onde acabam por permanecer por tempo indeterminado aqueles que não conseguem obter a sua liberdade através de pagamentos.

²³⁶ A situação ter-se-à deteriorado ainda mais após o golpe de 12 de Abril de 2012, período que já não incluo na minha análise.

²³⁷ A PIR é a Polícia de Intervenção Rápida, chamam-lhes angolanos porque uma boa parte são jovens que foram formados em Angola.

Várias raparigas costumam dizer que para estarem seguras, elas vão procurar um dos angolanos, dois ou três, para namorar com eles. Quando há algum problema, elas ameaçam que vão chamar os angolanos para dar ‘porrada’ (Entrevista com alunos da UCB, Bissau, 2008).

O recurso aos ‘angolanos’ como forma de garantir alguma justiça imediata é apenas uma das vertentes segundo as quais a sociedade se organiza para conter a criminalidade. Ao contrário do que sugerem as intervenções internacionais, mais do que o tráfico de droga, conviria olhar para a violência gerada pelo modelo de Estado – um Estado omissivo no que respeita à segurança da população. Em tempos de paz, a participação dos jovens em actividades violentas colectivas assenta na normalização da violência e internalização pela população da brutalidade como resposta própria à impunidade.

Os grupos de ‘vigilantes’²³⁸ nos bairros de Bissau, que ocupam várias dezenas de jovens, nomeadamente reunidos, algumas vezes, em bancadas, encontram apoio em versões globalizadas da luta contra o crime em outras partes do mundo e a chancela de organizações internacionais e nacionais²³⁹, nem sempre utilizando os métodos menos violentos:

Às vezes, alguns jovens estão lá [no Caracol] à espera que alguém venha e assaltam-nos e roubam-lhes tudo o que têm. Nós achamos que este crime não é bom para a pessoa. Sentimos que devemos ir a quem de direito [polícia], mas se lá formos não nos dão aquele apoio porque não nos vêem como uma grande organização. Mas só que ultimamente criou-se uma associação que os apanhava, os amarrava e agredia, e isso [criminalidade] diminuiu... Só que depois deixou de funcionar porque eles apanhavam uns e deixavam escapar outros que conheciam e com os quais tinham relações familiares, e deixaram de fazê-lo, uns depois acharam que não valia a pena fazê-lo, porque eles faziam isso pelo bem do Bairro e outros levavam-se pelo conhecimento (das pessoas apanhadas) e acabaram por abandonar [...] Se agredires alguém ou esfaqueares, nós é que te apanhamos, damos-te à medida. Se der para resolvermos o teu problema aqui, resolvemos logo, mas se não conseguirmos, encaminhamos-te directamente à polícia. Eles também te agridem e deixam-te aí. (Entrevista com líder de bancada, Bissau, 2009)

Apesar do reconhecimento da autoridade formal no combate à criminalidade, estes jovens actuam por mimetismo da acção da polícia e da sociedade. No entanto, este mesmo discurso revela ainda uma relação paradoxal com a polícia. Esta é, por um lado, conivente com os métodos e tem, por outro lado, uma imagem negativa dos jovens por se reunirem em bancada e por terem comportamentos considerados negativos, como fumar. A acção destes jovens citados baseia-se não apenas na necessidade fundamental de assumirem a

²³⁸ Grupos de jovens que se dedicam ao policiamento quotidiano nos bairros de modo informal ou semi-formal, quando legitimados pela polícia.

²³⁹ Como por exemplo a versão nacional da organização Norte-Americana *Youth Crime Watch*.

segurança do bairro, mas também na necessidade de reconhecimento social que lhes é negado, à partida, pela imagem do jovem desocupado, preguiçoso, delinquente²⁴⁰:

Porque, a quem vamos pedir apoio para nos proteger? À polícia? Mas eles não nos vão ver como deve ser, vão-nos ver como umas simples pessoas que se sentam (nas bancadas), e costumam chamar-nos de bandidos que costumam ficar nas bancadas. Enfim, não sabem qual é a nossa inteligência, o que pensamos, que dantes, na era deles eles nem faziam. Dizemos só que as pessoas não vejam as bancadas como locais onde os ladrões estão. É normal porque dizem que as pessoas das bancadas fumam há pessoas que fumam, mas é normal fumar e fazer crimes. Mas não é aquele fumar de fumar droga, é fumar normal. Apesar de na nossa bancada não permitirmos que as pessoas fumem, se se sentar lá não pode fumar, pedimos à pessoa para ir fumar noutra lugar para não estragarem o nosso nome. (Entrevista com líder de bancada, Bissau, 2009).

Estes grupos de jovens são um espelho da sociedade e do poder político baseados na impunidade, na inexistência de capacidade para julgar suspeitos de crimes e actos violentos e puni-los e faz imperar a lógica do castigo imediato (traduzido em tortura, castigos corporais, pagamento ao lesado, etc.), aceite pela sociedade e pelas autoridades²⁴¹. A invisibilidade deste tipo de envolvimento violento dos jovens justifica-se pela percepção da sua utilidade social e pela falta de alternativas, não se transformando num problema social e político a ter em conta.

7.3.4. A “preocupação” internacional: securitização, controlo e simulacro

Há uma mistura explosiva que pode fazer da África Ocidental uma espécie de “cocktail Molotov” de dimensão regional, cujos danos colaterais afectarão de sobremaneira a União Europeia (UE). As componentes desta mistura são a expansão demográfica, o desemprego e o narcotráfico. Os seus efeitos, aliás, já começaram a fazer-se sentir. (Ângelo e Flores, 2007: 3)

A partir de 2005, a Guiné-Bissau voltou a entrar na mira de vários doadores e governos internacionais porque passou a ser vista como um país central do comércio ilegal de drogas e um potencial de destabilização. Como podemos atestar pelo tipo de discurso que a citação em cima veicula, a consideração da Guiné-Bissau como uma periferia perigosa ou como uma ameaça não estão propriamente ou necessariamente preocupadas com o sofrimento que as dinâmicas antes analisadas infligem aos guineenses. Estas

²⁴⁰ Sílvia: E o que é que vocês acham das bancadas? A: São bons. Mas nem todas. Sílvia: Porquê? A: Sempre andam a discutir o que é mal. Ficar ali todo o tempo a discutir sem fazer nada é grave. (Entrevista com jovens polícias).

²⁴¹ É de notar que não se trata de grupos com o grau de organização na comercialização da segurança nem de violência que é atribuído aos grupos de vigilantes em outros países como a Nigéria ou a África do Sul (Ismail, 2009; Harris, 2001) mas sim de dinâmicas menos rígidas e formalizadas.

preocupações baseiam-se fundamentalmente na consideração dos jovens africanos como ameaças (por via da “explosão demográfica” e do desemprego) à segurança “internacional” ou à segurança dos Europeus, mais concretamente.

Dito de outro modo, a lógica desta preocupação não se baseia na diminuição da violência estrutural mas apenas em considerações de segurança restritas (cf. Duffield e Waddell, 2006). Apesar da manutenção do discurso sobre onexo segurança e desenvolvimento como lógica de “construção da paz”, na prática, medidas concretas são as que dizem respeito às questões de segurança, agora retiradas da esfera da soberania nacional e colocadas como ameaça à segurança internacional. A questão central para todas as agências e condição *sine qua non* para a manutenção da ajuda passou a ser a Reforma do Sector de Segurança (RSS) e o combate ao tráfico de droga com o objectivo de “proteger” os países do centro da penetração de produtos ilegais²⁴².

Esta centragem nas questões da segurança e nas suas dimensões internacionais significou na prática, até 2012, o adiamento sucessivo de desembolso dos montantes prometidos e da implementação de programas de longo-prazo que visem o desenvolvimento socioeconómico do país, condicionados pelo sucesso de programas de reorganização do sistema de segurança e justiça. Uma vez que uma reorganização séria destes sistemas provoca alterações profundas nas estruturas de poder e nas lógicas clientelares, as resistências que suscita dificilmente permitirão uma reordenação a curto ou médio prazo. Os objectivos primordiais concentraram-se na tentativa de implementar um Estado policial e penal (Wacquant, 2001) – reforma da segurança, formação policial para controlo de fronteiras ou ainda a construção de prisões – num contexto em que o Estado foi progressivamente desmantelado nas últimas décadas, reforçando uma parte importante dos actores responsáveis pela insegurança.

À miragem do Estado acrescem as miragens securitárias, as quais não alteram necessariamente o exercício do poder político e económico nem das hierarquias sociais. Permanece a impunidade, o medo e a desconfiança por parte das populações em relação às instituições político-militares, impedindo uma postura mais reivindicativa da sua parte.

²⁴² A este propósito ver uma notícia baseada numa entrevista ao então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação português, em que este afirma que “a comunidade internacional precisa de uma Guiné-Bissau estável para conseguir enfrentar o problema do narcotráfico”, assumindo-se indirectamente que os interesses de autoprotecção face ao tráfico internacional de cocaína podem garantir o interesse dos países europeus pela Guiné-Bissau (Lusa, 2010).

Ao mesmo tempo, não se alteram necessariamente o funcionamento da justiça nem das forças de segurança e os seus resultados são o reforço de mecanismos sociais violentos para auto-protecção. Perante a impossibilidade de um Estado penal – já para não falar do Estado social – ressurge a sociedade penal, reforçada por grupos de jovens que assumem e reproduzem as funções das autoridades policiais e judiciais e até das autoridades ditas “tradicionais”, sob a forma de “justiça popular” desorganizada, muitas vezes dirigidas a bodes expiatórios, sem julgamento, formação de culpa ou possibilidade de defesa.

No contexto de securitização global, os jovens guineenses passam a ser encarados pelo seu potencial de traficantes de droga, tal como já o eram em relação à disseminação da SIDA, à emigração ou como fileiras dos exércitos privados. Apesar da criminalidade juvenil não ser um fenómeno tão significativo como em outros contextos, o seu fantasma e os riscos iminentes de criminalização da juventude rondam as políticas internacionais de “consolidação da paz” – onde se inclui o combate ao tráfico de droga.

A prevenção da violência torna-se o novo eixo de acção em que os jovens são, ao mesmo tempo, elemento perturbador e elemento ‘moralizador’ da sociedade e da política. Em 2009, uma ONG juvenil conseguiu apoios nacionais e internacionais para “controlar as armas”, através de uma campanha de sensibilização e recolha de armas, num bairro de Bissau. Ora, o problema das armas ligeiras em posse civil, definido por agendas construídas artificialmente nas grandes ONG do Norte, não é um problema que os jovens tenham possibilidade de influenciar, dado o seu estatuto social. Ao mesmo tempo, cada vez mais associações juvenis dirigiam os seus interesses para o combate à “delinquência juvenil”, definida quase sempre como consumo de drogas e roubos, sem, no entanto, terem qualquer tipo de conhecimento sobre os diferentes tipos de droga, seus efeitos, etc. Encontramos nestes casos uma clara instrumentalização, pelos jovens, da captação de fundos do mercado da pobreza e da insegurança, com agendas que se distanciam da realidade e que, muitas vezes, criam ainda mais confusão sobre as causas dos problemas – de resto identificados de forma aleatória – e geram a necessidade de manter uma imagem problemática da juventude para captação desses fundos.

Já em 2008, foi levada a cabo, por uma instituição internacional, uma série de eventos para “promover a cultura de paz”, na qual os jovens eram incentivados a “construir a paz”, considerando-se os jovens capacitados após “receberem 40 horas de aulas de formação em temas relacionados a paz, como a reconciliação, terminologia da paz,

comunicação, género e paz, construção de consensos, mediação e diálogo” e a “uma pequena quantia de dinheiro – 5 mil dólares para cada grupo – para pagar os gastos essenciais de projectos”, sendo as actividades mais mediatizadas as iniciativas de associações para “tentar convencer” líderes tradicionais e militares a não entrarem em conflito²⁴³. Os problemas fundamentais deste tipo de projectos consistem, em primeiro lugar, em garantir aos jovens que após 40 horas de formação estão aptos a “multiplicar” a sua experiência; em segundo lugar no facto de reivindicarem resultados tão ambiciosos como “a criação de capital social na Guiné-Bissau” com um programa de um ano de duração baseado na reprodução sobretudo de eventos culturais; em terceiro lugar, em colocar os jovens no estatuto de responsáveis pela moralização da política e dos militares, produzindo simulacros de sensibilização para a paz.

Assim, a problemática da intervenção internacional na Guiné-Bissau não passa apenas por questões morais (interesse de quem financia ou intervém ou imagem que é passada do país) mas pela manutenção de um simulacro de realizações que, no seu conjunto, não produzem qualquer efeito. Embora alguns projectos ou iniciativas isoladas possam ser úteis e beneficiar alguns indivíduos e grupos, a percepção mais corrente por toda a parte – entre actores locais como internacionais – é a de fracasso permanente. E isto não se deve apenas à descoordenação da ajuda ou aos vícios das agências internacionais – prioridades questionáveis, invenção de necessidades e neutralização de eventuais resistências por via do controlo financeiro e de agenda – trata-se sobretudo da constatação de que o essencial da acção internacional relevante passaria sobretudo pela pressão diplomática, em casos de excepção, e pela alteração fundamental das condições de inserção da Guiné-Bissau na economia global e na alteração da própria ideologia dominante. Quando o neoliberalismo é quase inquestionável, mesmo perante as suas recorrentes falhas, os paliativos não impedem a produção de populações descartáveis ou a mera manutenção de um equilíbrio mínimo de sobrevivência e ordem. Se há imagem recorrente nas apreciações de actores internacionais é da necessidade de reconstruir tudo de novo, como se, para ter sucesso, fosse sempre necessário um *ground zero* que eliminasse a história, a política e os conflitos. Esta aspiração ignora precisamente que, em muitos contextos, as crises não são momentos excepcionas, são a normalidade (Vigh, 2008).

²⁴³ As citações dizem respeito ao relatório do projecto.

A violência está impregnada nas experiências dos jovens pobres em Bissau nas mais diversas dimensões. Seja a violência colectiva, organizada, militar, aquela que é vulgarmente chamada violência política; a violência económica e estrutural que afecta toda a sociedade através da ausência de políticas e instituições de bem-estar; a violência do dia-a-dia na família e face ao Estado e às elites; ou a violência simbólica que os auto-remete para uma posição de subordinação ou para o estigma da criminalidade.

No entanto, apesar destas vivências, a maior parte dos jovens não recorre à violência colectiva como forma de afirmação ou sobrevivência. Esta não participação dos jovens em grupos ou actividades violentas é normalmente assumida como um “não facto”. Considero, no entanto, que uma das formas de contribuir para a “desproblematização” da juventude consiste precisamente em analisar as condições em que isso acontece. Há que precisar que o sofrimento e as dificuldades de existência social não provocam necessariamente reacções violentas, podendo as razões dessa não violência situar-se na eficácia do controlo social, na relativa satisfação com a sua existência social e estatuto ou na gestão do controlo social, espiritual e económico pelos jovens.

Não foi minha intenção negar qualquer participação dos jovens de Bissau em actividades violentas, nem glorificar qualquer mecanismo de controlo social da violência. Pretendia, sim, contribuir para centrar a atenção nos mecanismos sociais e políticos de contenção da violência, sem negar que constituem, alguns deles, violência em si. Defendo que a quase inexistência de fenómenos de violência colectiva juvenil resulta tanto de condicionantes estruturais, como a baixa desigualdade social, os processos de mediação social (memória da e percepção da inutilidade da guerra, eficácia do controlo social, falta de organização) e as tácticas concretas de sobrevivência (gestão pragmática das possibilidades e reconhecimento social).

Esta não-existência de determinados tipos de violência é também resultado da violência quotidiana e rotineira normalizada, que restringe a agência dos actores, nomeadamente da repressão político-militar, e do enquadramento permanente dos jovens nas lógicas de dependência, patrimonialismo e paternalismo que ditam o acesso restrito aos recursos e a um estatuto valorizado. Isto é, estes mecanismos, que um leitor mais apressado se prestaria a qualificar como positivos, por “conterem” a potencial violência dos jovens, têm também consequências preocupantes. Assistimos, assim, à reprodução de uma lógica de desesperança perante a qual as soluções mais óbvias para o futuro dos jovens são fugir

ou esperar. A desesperança que evita a integração e organização violenta dos jovens actua também no sentido de os infantilizar e desprover do exercício de uma cidadania activa, de protesto e de resistência, conotada com rebelião, delinquência e desobediência.

Conclusões

Pretendo aqui expor as conclusões gerais da tese através de uma leitura ao mesmo tempo integrada e paralela dos estudos de caso, isto é, procurando responder de modo mais vasto às questões iniciais, mas também prestando atenção às especificidades dos estudos de caso, quando necessário. Relembro, assim, as questões que conduziram ao percurso desta tese: Como experienciam as sociedades pós-guerra a violência e quais os seus percursos? Qual o peso da guerra nas configurações contemporâneas das violências? Como, em particular, os jovens gerem as suas vidas em contextos de sofrimento e violência estrutural profundos e permanentes? O que pode influenciar percursos de violência e não-violência? E qual o papel do internacional nestas vivências quotidianas e aparentemente sem fim?

Pós-guerra: o visível, o invisível e o imprevisível

Que as guerras implicam traumas importantes e uma reconfiguração das sociedades é um ponto relativamente aceite; que o imediato período pós-guerra é simultaneamente um período de incertezas e de esperança, também. Mas, a partir daí, os percursos das sociedades são uma incógnita que as análises centradas no imediato pós-guerra e na implementação de políticas estandardizadas de reconstrução, centradas no Estado, numa definição restrita da política e nos momentos de crise e de excepção não permitem deslindar.

Não há percursos lineares nas formas como diferentes sociedades, grupos e indivíduos lidam com o seu passado de guerra, com as dificuldades do quotidiano e com a violência nas suas múltiplas formas. A capacidade de resiliência das sociedades e dos indivíduos é surpreendente, sobretudo para aqueles e aquelas que nunca viveram situações extremas de sofrimento como a guerra, a exclusão social e a crise permanente. E, no entanto, existem também múltiplos pontos e dinâmicas de reacção e/ou resistência à violência estrutural e à violência política, especificamente. Algumas destas reacções assumem formas violentas, como a adesão a gangs ou ainda a violência sexuada, outras assumem formas de aparente conformação e passividade as quais, apesar de não gerarem fenómenos de violência directa e interpessoal, não são necessariamente não-violentas. Quero com isto dizer que o sofrimento social é em si relevante; ele não precisa de gerar ameaças visíveis e destruição em massa para que dele nos ocupemos, ensinam-nos os

jovens de Bissau mas também os muitos jovens em El Salvador que, nas mesmas condições socioeconómicas e políticas que os seus pares, não aderem aos gangs. Não é impossível escapar à violência, ainda que, em alguns contextos, seja mesmo muito difícil.

Por vezes, as permanências e as continuidades históricas são mais fortes do que as transformações levadas a cabo, nomeadamente por meio de revoluções, como parece ser o caso de El Salvador e da Guiné-Bissau. Nem mesmo as experiências mais extremas e traumáticas geram a possibilidade de um *reset* social e político. Novos mundos trazem novas margens sociais e políticas mas a configuração e distribuição do poder nas sociedades parecem ser relativamente estáveis. Isto não significa que sejam imutáveis, apenas que a sua transformação é lenta e difícil e nem sempre, ou não em todos os aspectos, positiva para as margens sociais e políticas. As causas estruturais das guerras não desaparecem, muitas vezes mantém-se, mas a organização, apoio e justificação da violência e as reacções das pessoas, influenciadas, entre outras coisas, pela memória vivida ou contada da guerra, alteram-se em novos contextos.

Heranças de guerra: semelhanças e especificidades

As guerras revolucionárias seguidas por períodos de fraca transformação social e política geraram desilusão, desencantamento e desesperança em ambos países. A sensação de inutilidade da resistência atravessa o tecido social e as fronteiras geracionais. Isto tem implicações também em termos das expressões de violência quotidiana já que, no meio da conformação e do consentimento, o sofrimento e a revolta não desaparecem. No entanto, estas implicações não são automáticas e universais. Se elas podem condicionar o surgimento de grupos como os gangs, baseados num profundo mal-estar social mas sem objectivos e meios claros ou articulados de transformação política, como em El Salvador; podem também contribuir para circunscrever as possibilidades do uso da violência, como vimos no caso da Guiné-Bissau.

De forma e em intensidade distintas, a existência ou afirmação de projectos políticos de transformação social e política parecem neutralizados pelo consenso neoliberal, como em tantos outros locais. Essa parece ser uma condição quase universal pós-Guerra Fria. Em El Salvador, a esquerda só conseguiu ganhar as eleições nacionais quase vinte anos após a guerra e as tentativas de resposta diferenciada das políticas de Mano Dura, que contribuíram para o aumento da violência, revelam-se titubeantes e

tardias. Na Guiné-Bissau, a única ideologia prevalecente parece ser a do desenvolvimentismo primário, que consiste na reprodução de eternas fórmulas ditadas pelas sebtas das organizações internacionais e nunca cumpridas, associada ao permanente extractivismo das elites e de operadores externos.

Ao mesmo tempo, a repressão, a violência e o terror estatal (que inclui actores para-estatais) mimetizam-se, em primeiro lugar, em impunidade prolongada e generalizada. Guiné-Bissau e El Salvador têm das leis de amnistia conhecidas mais radicais e a impunidade é também uma característica generalizada e contundente do período pós-guerra. Em segundo lugar, através da permanência de lógicas de guerra e de militarização. Em El Salvador, estas lógicas estão presentes na actuação dos gangs como na actuação do Estado na condução das políticas de segurança pública e na manutenção difusa de grupos paramilitares, esquadrões de limpeza social e política. Na Guiné-Bissau, estas lógicas tomam corpo em grupos de militares, não subjugados ao poder executivo, detentores de poder soberano de facto e que, ao controlarem as armas, controlam, também uma eventual a resistência civil, utilizando, por vezes, o seu papel histórico na luta de libertação como justificação para a manutenção de um estatuto privilegiado e de uma legitimidade auto-proclamada.

Jovens como actores políticos e resistências (im)possíveis

A política exerce-se e constrói-se quotidianamente para além das suas expressões e actores formais e reconhecidos. É fundamental entender a micropolítica da guerra e da paz, da violência e da não-violência, da reprodução social e da resistência, da qual os jovens são também actores. Actores individuais e colectivos que idealizam e participam na reconfiguração permanente das ordens sociopolíticas, que se constituem, por vezes, em formas de soberania social, mais ou menos legitimadas pelos outros actores sociais e políticos (como os gangs ou grupos de vigilantes), e que têm impacto também na formulação de políticas e acções governamentais. Actores que navegam os contextos de violência estrutural e de impossibilidades sem que, no entanto, se eliminem totalmente fragmentos de resistência. Mesmo em casos que parecem resultado da mais pura alienação (gangs) é possível vislumbrar estes fragmentos.

Como lembra Paul Farmer “o grau no qual a agência é constrangida [pela violência estrutural] está inversamente correlacionado com a capacidade de resistir à marginalização

e outras formas de opressão” (Farmer, 2004:307). Esta complexa gestão de possibilidades e impossibilidades assume micro-percursos quase tão vastos quanto o universo de indivíduos mas expressa-se de forma semelhante na sensação de enclave, comum a tantos jovens guineenses, salvadorenhos e muito mais, e na associação das impossibilidades ao local e das possibilidades a um exterior sonhado, a emigração. Não podemos ceder à romantização das condições e acções dos jovens nas margens, como comprovam algumas das suas dimensões sexuadas analisadas, mas não significa que devemos deixar de pensar a política e a resistência através das suas perspectivas. É necessário afirmar que estes jovens não são “um problema” demográfico, económico e securitário a resolver; são sujeitos com experiências, emoções e percursos complexos a compreender (o que é diferente de desculpar ou de legitimar).

O peso da organização e do controlo sociais

Entre a violência estrutural e a violência directa, várias configurações sociopolíticas assumem um papel mediador. Instituições, regras sociais, espiritualidade podem influenciar a (não) adesão a práticas violentas. Ao contrário do que sugere o imaginário em que se inspira o discurso alicerçado no conceito de Estados “falhados”, várias formas de socialização, controlo social e até repressão operam para manter uma determinada ordem (não necessariamente democrática ou igualitária), como demonstra o caso da Guiné-Bissau, onde a ausência de incentivo directo e apoio à violência, como forma de obtenção de lucro ou estatuto, é também importante. Por outro lado, em El Salvador, o crescimento dos gangs foi acentuado pelas desestruturação social induzida pela guerra, nomeadamente por via das dinâmicas migratórias, e por políticas de deportação, assim como a sua progressiva criminalização foi possibilitada por condições de reforço da sua organização e estrutura, promovidas, não necessariamente intencionalmente mas por negligência, pelas políticas de encarceramento e pela ausência de políticas integrais de prevenção da violência.

As múltiplas vias do controlo social são ambivalentes. Pensemos, por exemplo, no papel das igrejas em El Salvador: ao mesmo tempo que prestam uma atenção e apoio, raramente prestado por outros, aos membros de gangs que pretendem reabilitar-se, reforçam, algumas vezes, as dinâmicas sectárias e conservadoras que não alteram o contexto geral de reprodução da violência. Dentro das mesmas lógicas, inserem-se vários

projectos internacionais, tanto em El Salvador como na Guiné-Bissau, centrados na transformação individual ou em simulacros de prevenção. A eficácia do controlo social exercido sobre os jovens revela, ao mesmo tempo, formas de minorização social, como vimos no caso da Guiné-Bissau.

O internacional e a reprodução da violência

A existência de hierarquias entre povos, grupos e indivíduos, segundo várias linhas de inclusão e exclusão (localização geográfica, idade, raça, classe, género), é, parece-me, bastante consensual; no entanto, as análises dividem-se a partir daí.

Há quem julgue esta configuração inevitável e normal e há quem a julgue injusta e transformável, mas há também quem, considerando-a injusta, não pense que seja possível transformar, quem ache que apenas uma reconfiguração total do sistema é válida e quem considere que apenas é possível limar algumas arestas e mitigar as injustiças.

Depois, existe o debate entre aqueles que remetem as causas para as dinâmicas locais e para as características dos actores e aqueles que procuram uma resposta mais complexa, considerando que a produção e as experiências das margens, do sofrimento e da violência são locais, e nela participam elites e margens, mas também, em grande medida, conformadas por lógicas globais, da descartabilidade gerada pelo neoliberalismo e pela lógica de valor humano atribuída pela sociedade de consumo; isto é, entre aqueles que atribuem fraco peso ao internacional e o vêem, no máximo, como resposta e solução, e aqueles que olham para o internacional como espaço de geração de problemas, entre os quais os problemas gerados pelas políticas de resposta à violência; entre aqueles que julgam esta hierarquia como supostamente colmatada pelo imaginário da soberania e da cidadania nacional e aqueles que vêem a produção de vidas descartáveis de forma cada vez mais fluida, global e sem nacionalidade.

A proposta desta tese consistiu precisamente em centrar-se, sobretudo, no segundo debate aqui exposto e suas consequências para a análise e para a acção – estas estão sempre interligadas, a acção provém de uma análise, mesmo que superficial ou confusa – isto é, tentando reflectir também sobre o primeiro debate.

Procurei demonstrar que aquilo que é visto pelas abordagens dominantes como o internacional não é autónomo nem estanque e que as experiências e dinâmicas locais devem ser entendidas também face a dinâmicas e experiências internacionais. É essencial

questionar a invisibilidade e as categorias que conduzem estudos e políticas, isto significa questionar a marginalização das perspectivas e experiências daqueles já marginalizados e questionar a centralidade da excepcionalidade e dos momentos de crise, os quais não permitem considerar a importância da normalização e da incrustação da violência no quotidiano.

Saliento aqui as implicações desta abordagem na análise das políticas internacionais, referindo-me a dois grandes tipos de políticas – as políticas pós-guerra mais tradicionais, baseadas nos modelos de intervenção desenvolvidos nos anos noventa, e as políticas de contenção de ameaças dispersas à segurança internacional e, sobretudo, aos centros do sistema internacional.

Em primeiro lugar, a condicionalidade económica e financeira dos programas de reconstrução e *peacebuilding* não tem qualquer preocupação com a redistribuição económica e a garantia de direitos de cidadania (mais além dos direitos político formais). É tenaz e implacável na garantia de regras orçamentais e procedimentais mas extremamente vaga ou omissa quando se trata da concentração da riqueza e de políticas sociais de fundo (e não projectos isolados de curto prazo que abarcam uma população mínima). Como vimos pelos exemplos históricos nos dois casos, nada propõe para travar as dinâmicas económicas e políticas violentas e geradoras de sofrimento, precariedade e, até, mais violência.

Em segundo lugar, ignoram, muitas vezes, as dimensões psicossociais (e suas componentes espirituais) dos impactos da guerra e da violência, sob a forma de traumas e sua transmissão inter-geracional; como ignoram ou tendem a co-optar e neutralizar as respostas não-formais e não-externas que as próprias sociedades encontram para lidar com o trauma e a adversidade e que fazem parte da micro-política da guerra e da paz.

Em terceiro lugar, ignoram ou despolitizam frequentemente várias dimensões e expressões de poder. Como salienta Richmond (2012) não é no sentido da emancipação e da democratização das relações, às mais variadas escalas, que actuam os projectos de paz liberal e de securitização global. É no sentido da uniformização e do controlo, mesmo quando é colocada alguma ênfase na resiliência dos actores locais e nas suas formas de auto-governo, uma reminiscência do governo indirecto colonial (Chandler, 2013; Duffield, 2002).

Por último, em particular as segundas, aparentemente menos intrusivas e intensivas, baseiam-se, no entanto, numa forte componente repressiva e criminalizante, no populismo e na extensão dos dispositivos de controlo, normalmente dirigidas aos actores mais visíveis e com menos poder e aos efeitos e não às causas da violência (Agamben, 2014), de que é exemplo histórico o fracasso da guerra às drogas e a sua constante renovação, bem como a mais recente guerra ao terrorismo.

De modo geral, estas políticas não alteram o funcionamento da ordem internacional nem local. Não alteram os mecanismos difusos e complexos em que assentam a produção de vidas secundárias e descartáveis (Bauman, 2005) e do sofrimento social. Provavelmente também não se deveria esperar que o fizessem. É esse talvez um dos dramas gerados pelo “império em negação” (Chandler, 2006): os discursos justificativos da intervenção necessitam da divisão entre salvadores e salvos e de uma retórica de resolução de problemas mas o seu alcance é reconhecidamente diminuto, levando a novos discursos justificativos das falhas, baseadas na responsabilização do “local” e, consoante o seu interesse estratégico, na utilização da força ou na negligência e exclusão.

Referências bibliográficas

- Abbink, Jon (2005) “Being young in Africa: the politics of despair and renewal” in Abbink, Jon; van Kessel, Ineke (eds.) *Vanguard or vandals. Youth, politics and conflict in África*. Leiden-Boston: Brill, 1-34.
- Aboim, Sofia (2008) “Masculinidades na encruzilhada: hegemonia, dominação e hibridismo em Maputo” *Análise Social*. 43(2), 273-295.
- Abreu, Alexandre (2010) “Threats to food sovereignty in Guinea-Bissau” *IPRIS Lusophone Countries Bulletin* 5, 2-3. Disponível em: <http://www.ipris.org/?menu=6&page=57>. Acesso em 12.06.2014.
- Ackerly, Brooke A.; Stern, Maria; True, Jacqui (2006) “Feminist methodologies for International Relations” in Ackerly, Brooke A.; Stern, Maria; True, Jacqui (eds.) *Feminist Methodologies for International Relations*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1-16.
- Ackerly, Brooke; True, Jacqui (2006) “Studying the struggles and wishes of the age: feminist theoretical methodology and feminist theoretical methods” in Ackerly, Brooke A.; Stern, Maria; True, Jacqui (eds.) *Feminist Methodologies for International Relations*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 241-260.
- Adams, Tani (2011) “Chronic violence: the new normal in Latin America”, Open Democracy, 11 de Outubro. Disponível em <https://www.opendemocracy.net/tani-adams/chronic-violence-new-normal-in-latin-america>. Acesso em 19.09.2014.
- Agamben, Giorgio (2005) *State of Exception*. Chicago, London: The University of Chicago Press.
- Agamben, Giorgio (2014) “From the State of Control to a Praxis of Destituent Power” Transcrição de um seminário de Giorgio Agamben em Atenas, 16 de Novembro de 2013. Disponível em: <http://roarmag.org/2014/02/agamben-destituent-power-democracy/>. Acesso em 12.09.2014.
- Agathangelou, Anna M. (2002) “Sexing” Globalization in International Relations: Migrant Sex and Domestic Workers in Cyprus, Greece, and Turkey” in Chowdhry, Geeta; Nair, Sheila (eds.) *Power, Postcolonialism and International Relations. Reading race, gender and class*. London, New York: Routledge, 142-169.

- Agathangelou, Anna M.; Ling, L.H.M (2004a) “The House of IR: From Family Power Politics to the Poisies of Worldism” *International Studies Review*. 6, 21-49.
- Agathangelou, Anna M.; Ling, L.H.M (2004b) “Power, Borders, Security, Wealth: Lessons of Violence and Desire from September 11” *International Studies Quarterly*. 48, 517-538.
- Agathangelou, Anna M.; Turcotte, Heather M. (2010) ‘Postcolonial Theories and Challenges to ‘First World-ism’’ in Shepherd, Laura J. (ed.) *Gender Matters in Global Politics: A Feminist Introduction to International Relations*. London: Routledge.
- Alvarenga, Patricia (1997) “Los marginados en la construcción del mundo ciudadano. El Salvador 1880-1930” *Revista de Historia*. 9 (1), 4-20.
- Amin, Samir (1972) “Underdevelopment and dependence in Black Africa – Origins and Contemporary Forms” *The Journal of Modern African Studies*. 10(4), 503-524.
- Amadiume, Ifi (1987) *Male Daughters, Female Husbands: Gender and Sex in an African Society*. London: Zed Books.
- Ângelo, Victor; Flores, Rui (2007) “A mistura explosiva da expansão demográfica, desemprego e narcotráfico na África Ocidental”. Working Paper nº 29. IPRI. Disponível em : http://www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/working_paper.php?idp=149. Acesso em 14.09.2014.
- Antoine, Philippe; Razafindrakoto ; Mireille ; Roubaud, François (2001) “Contraints de rester jeunes? Evolution de l’insertion dans trois capitales africaines : Dakar, Yaoundé, Antananarivo”. *Document de Travail* 8, Développement et insertion internationale.
- Archibugi, Daniele; Held, David (eds.) (1995) *Cosmopolitan Democracy. An Agenda for a New World Order*. Cambridge: Polity Press.
- Arendt, Hannah (1970) *On violence*. Orlando Florida: Harvest Book, Harcourt Brace & Company. [1969].
- Armstrong, Robert; Rubin, Janet S. (2001) *El Salvador: el rostro de la revolución*. San Salvador: UCA Editores. [1983].
- Argenti, Nicolas (2002) “Youth in Africa: a major resource for change” in de Waal, Alex; Argenti, Nicolas (eds.) *Young Africa. Realising the rights of children and youth*. Trenton e Asmara: Africa World Press, 123-154.
- Argenti, Nicolas (2007) *The Intestines of the State. Youth, Violence and Belated Histories in the Cameroon Grassfields*. Chicago and London: The University of Chicago Press.

- Argueta, S. *et al.* (1992) “Diagnóstico de los grupos llamados ‘maras’ en San Salvador. Factores psicosociales que prevalecen en los jóvenes que los integran”. *Revista de Psicología de El Salvador* 43, 53-84.
- Ashley, Richard (1996) “The achievements of post-structuralism” in Smith, Steve; Booth, Ken; Zalewski, Marysia (eds.) *International theory: positivism and beyond Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 240-253.
- Ashley, Richard; Walker, R. B. J. (2008) “Reading Dissidence/Writing the Discipline: Crisis and the Question of Sovereignty in International Studies” in Roach, Steven C. (ed.), *Critical Theory and International Relations: A Reader*. New York: Routledge, 343-359. (re-impressão a partir de “Reading Dissidence/Writing the Discipline: Crisis and the Question of Sovereignty in International Studies” in *International Studies Quarterly*. 34 (3), 1990, 367-416).
- Augel, Johannes (1996) “Guinea-Bissau expects its first democratic elections’ in Augel, Johannes; Cardoso, Carlos (eds.) *Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*. Bissau: INEP, 41-52.
- Ayoob, M. (2002) “Inequality and theorising in international relations: The case for subaltern realism” *International Studies Review*. 4 (3), 27-48.
- Baaz Eriksson, Maria; Stern, Maria (2009) “Why Do Soldiers Rape? Masculinity, Violence, and Sexuality in the Armed Forces in the Congo (DRC)” *International Studies Quarterly*. 53, 495-518.
- Bakare-Yusuf, Bibi (2004) “‘Yorubas Don’t Do Gender’: A Critical Review of Oyeronke Oyewumi’s The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses” in Arnfred; Signe Bakare-Yusuf, E.W; Kisiang’ani, D. Lewis, Oyewumi, O.; Steady, F.C. (eds.) *African Gender Scholarship: concepts, methodologies and paradigms*. Dakar: CODESRIA, 61-81.
- Balibar, Étienne (2001) “Outlines of a topography of cruelty: Citizenship and Civility in the Era of Global Violence” *Constellations*. 8 (1), 15-29.
- Balibar, Étienne (2009a) “Reflections on Gewalt” *Historical Materialism*. 17, 99-125.
- Balibar, Étienne (2009b) “Violence and Civility: On the Limits of Political Anthropology” *differences: A Journal of Feminist Cultural Studies* 20 (2/3), 9-35.
- Barkawi, Tarak; Laffey, Mark (1999) “The Imperial Peace: Democracy, Force and Globalization” *European Journal of International Relations*. 5(4), 403-434.

- Barkawi, Tarak; Laffey, Mark (2002) "Retrieving the Imperial: Empire and International Relations" *Millennium - Journal of International Studies*. 31 (1), 109-127.
- Barker, Gary (2005) *Dying to be Men. Youth, Masculinity and Social Exclusion*. London/New York: Routledge.
- Barker, Gary; Ricardo, Christine (2005) "Young Men and the Construction of Masculinity in Sub-Saharan Africa: Implications for HIV/AIDS, Conflict, and Violence". *World Bank Social Development Papers* 25. Washington.
- Barros, Miguel (2012) "Participação Política Juvenil em Contextos de "Suspensão" Democrática: a música rap na Guiné-Bissau" *Tomo*. 21, 169-200.
- Barros, Miguel de ; Lima, Redy Wilson (2012) "Rap Kriol(u) o Pan-africanismo de Cabral na música de intervenção juvenil na Guiné-Bissau e em Cabo-Verde" *Revista de Estudos Anti-Utilitaristas e Pós-coloniais*. 2(2), 88-116.
- Bataillon, Gilles (2008) *Génesis de las guerras intestinas en América Central (1960-1983)*. México: Fondo de Cultura Económica. [2003].
- Bauman, Zygmunt (2005) *Wasted lives. Modernity and its Outcasts*. Cambridge, Oxford, Malden: Polity.
- Bayart, Jean-François (1981) « Le politique para le bas en Afrique Noire: Questions de méthode » *Politique Africaine*. 1, 53-82.
- Bayart, Jean-François (1989) *L'État en Afrique. La politique du ventre*. Paris: Fayard.
- Bayart, Jean-François (2004) *Le gouvernement du monde. Une critique politique de la globalisation*. Paris: Fayard.
- Beristain, Carlos (ed.) (1999) *Reconstruir el tejido social. Un enfoque crítico de la ayuda humanitaria*. Barcelona: Icaria.
- Binford, Leigh (1996) *The Massacre at El Mozote: Anthropology and Human Rights*. Tucson: University of Arizona Press.
- Binford, Leigh (1999) "Hegemony in the interior of the salvadoran revolution: the ERP in northern Morazan" *Journal of Latin American Anthropology*. 4(1), 2-45.
- Binford, Leigh (2002) "Violence in El Salvador. A Rejoinder to Philippe Bourgois's 'The Power of Violence in War and Peace'" *Ethnography*. 3(2), 201-219.
- Binford, Leigh (2010) "A perfect storm of neglect and failure: postwar capitalist restoration in Northern Morazán, El Salvador" *The Journal of Peasant Studies*. 37(3), 531-557.

- Biswas, Shampa; Nair, Sheila (2010) "Introduction: International Relations and States of Exception" in Biswas, Shampa; Nair, Sheila (eds.) *International Relations and States of Exception*. London, New York: Routledge, 1-30.
- Booth, Ken (1995) "Human Wrongs and International Relations" *International Affairs*. 71 (1), 103-126.
- Booth, Ken (2001) "New wars for old" *Civil Wars*. 4 (2), 163-170.
- Booth, Ken (2007) *Theory of World Security*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Booth, Ken (2008) "Navigating the 'Absolute Novum': John H. Herz's Political Realism and Political Idealism" *International Relations*. 22(4), 510-526.
- Bott, Davi; Hodes, Matthew (1989) "Structural therapy for a West African family" *Journal of Family Therapy*. II (I), 69-179.
- Bordonaro, Lorenzo (2007) *Living at the Margins. Youth and Modernity in the Bijagó Islands (Guinea Bissau)*. Tese de Doutoramento em Antropologia. ISCTE. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/348>. Acesso em 13.09.104.
- Bordonaro, Lorenzo (2009) "Introduction: Guinea-Bissau Today. The Irrelevance of the State and the Permanence of Change" *African Studies Review*. 52 (2), 35-45.
- Bordonaro, Lorenzo (2012) "Tolerância zero crioula: Cabo Verde e a "guerra contra o crime" in Pureza, José Manuel; Roque, Sílvia; Cardoso, Katia (orgs.) *Jovens e trajetórias de violências. Os casos de Bissau e da Praia*. Coimbra: CES/Almedina, 83-106.
- Bourdieu, Pierre (1976) "Les modes de domination" *Actes de la recherche en sciences sociales*. 2 (2/3), 122-132.
- Bourdieu, Pierre (1979) *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris : Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (coord.) (1993) *La Misère du Monde*. Paris : Éditions du Seuil.
- Bourdieu, Pierre (1994) "Stratégies de reproduction et modes de domination" *Actes de la recherche en sciences sociales*. 105, 3-12.
- Bourdieu, Pierre (2000) *Pascalian Meditations*. Stanford, CA: Stanford University Press. [1997].
- Bourdieu, Pierre (2002) *La domination masculine*. Paris: Éditions du Seuil. [1998].
- Bourdieu, Pierre; Passeron, Jean-Claude (1970) *La reproduction. Eléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris : Editions de Minuit.

- Bourdieu, Pierre; Wacquant, Loïc (1992) *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago: University of Chicago Press.
- Bourgois, Philippe (1996) “In Search of Masculinity: Violence, Respect and Sexuality among Puerto Rican Crack Dealers in East Harlem” *British Journal of Criminology*. 36(3), 412-427.
- Bourgois, Philippe (2001) “The Power of Violence in War and Peace: Post-Cold War Lessons from El Salvador” *Ethnography*. 2(1), 5-34.
- Bourgois, Philippe (2002) “The Violence of Moral Binaries. Response to Leigh Binford” *Ethnography*. 3(2), 221-231.
- Bourgois, Philippe (2009) “Recognizing Invisible Violence: A Thirty-Year Ethnographic Retrospective” in Rylko-Bauer, Barbara; Whiteford, Linda; Farmer, Paul (eds.), *Global Health in Times of Violence*. Santa Fe, NM: School of Advanced Research Press, 18-40.
- Bourgois, Philippe; Scheper-Hughes, Nancy (2004) “Comments on ‘An Anthropology of Structural Violence’” *Current Anthropology*. 45(3), 317-318.
- Bourgois, Philippe; Prince, Bridget; Moss, Andrew (2004) “Everyday Violence and the Gender of Hepatitis C Among Homeless Drug-injecting Youth in San Francisco” *Human Organization*. 63(3), 253–264.
- Boutros-Ghali, Boutros (1992) *An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peacekeeping*. Report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992, New York: United Nations Department of Public Information (A/47/277 – S/24111).
- Braud, Philippe (2003) « Violence symbolique et mal-être identitaire » *Raisons politiques*. 1(9), 33-47.
- Brenneman, Robert (2012) *Homies and Hermanos: God and Gangs in Central America*. New York: Oxford University Press.
- Briceño-Léon, Roberto (2002) “La nueva violencia urbana de América Latina” *Sociologias*. 4 (8), 34-51.
- Briceño-Léon, Roberto (2005) “Urban violence and public health in Latin America: a sociological explanatory framework” *Cadernos de Saúde Pública*. 21(6), 1629-1664.
- Briceño-León, Roberto; Zubillaga, Veronica (2002) “Violence and globalization in Latin America” *Current Sociology*. 50 (1),19-37.

- Briscoe, Ivan (2013) “Non-conventional armed violence and non-state actors: challenges for mediation and humanitarian action”. *NOREF Report*. Disponível em: http://www.peacebuilding.no/var/ezflow_site/storage/original/application/00cccfab83d2359a85dcc19bb5850e0b.pdf. Acesso em 14.09.2014.
- Broadbent, Lucy (2011) “Rape in the US Military: America's Dirty Little Secret”. *The Guardian*, 9 de Dezembro. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/society/2011/dec/09/rape-us-military>. Acesso em 15.09.2012.
- Brooks, George E. (1991) “Bolama: centro de interesses imperialistas africanos, europeus, euro-africanos, americanos” *Soronda. Revista de Estudos Guineenses*. 11, 5-38.
- Brown, Chris (2013) “The poverty of Grand Theory” *European Journal of International Relations*. 19(3), 483-497.
- Butler, Judith (2009) *Frames of War. When Is Life Grievable*. London/New York: VERSO.
- Burawoy, Michael (2011) « La domination est-elle si profonde ? Au-delà de Bourdieu et de Gramsci » *Actuel Marx*. 2(50), 166-190.
- Burchill, Scott (2005) “Liberalism” in Burchill, Scott; Linklater, Andrew; Devetak, Richard; Donnelly, Jack; Paterson, Matthew (eds.) *Theories of International Relations*. New York: Palgrave Macmillan, 55-83.
- Buzan, Barry (1996) “The timeless wisdom of realism?” in Smith, Steve; Booth, Ken; Zalewski, Marysia (eds.) *International theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 47-65.
- Cabral, Amílcar (1974a) *Textos Políticos*. Porto: CEC.
- Cabral, Amícar (1974b) *PAIGC: Unidade e Luta*. Textos Amílcar Cabral 2. Lisboa [1969].
- CAD (2009), Documento da OECD sobre Estatísticas da APD para a Guiné-Bissau, disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/21/44/1881312.gif> . Consulta em 09.12.2010.
- Canal 12 (2012), Programa *Noticiero Hechos* (El Salvador), Entrevista ao líder da MS13. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=x7M2aD68HGc&feature=relmfu>. Visto em 17.07.2012.

- Cardoso, Carlos (1992) “A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social, 1926-1973” *Soronda. Revista de Estudos Guineenses*. 14, 29-64.
- Cardoso, Carlos (1996) “A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil” in Augel, Johannes; Cardoso, Carlos (eds.) *Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*. Bissau: INEP, 13-40.
- Cardoso, Carlos (2000) “Compreendendo a crise de 7 de Junho na Guiné-Bissau” *Soronda. Revista de Estudos Guineenses*. Número especial 7 de Junho, 87-104.
- Cardoso, Carlos (2004) “Formação e recomposição da elite política moderna na Guiné-Bissau: continuidades e rupturas (1910-1999)” Comunicação preparada para o *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 16 a 18 de Setembro, Coimbra.
- Cardoso, Carlos; Augel; Joahannes (1996) “Introdução” in Cardoso, Carlos; Augel, Johannes (eds.) *Guiné-Bissau 20 anos de independência: desenvolvimento e democracia. Balanços e perspectivas*. Bissau: INEP, 9-18.
- Cardoso, Carlos; Ribeiro, Rui (1987) “Considerações sobre as estruturas sócio-económicas das sociedades agrárias e sua evolução histórica – um estudo de caso” *Soronda. Revista de Estudos Guineenses*. 3, 5-20.
- Caria, Telmo (2002) “Da estrutura prática à conjuntura interactiva: relendo o *Esboço de uma teoria da prática* de Bourdieu” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 64, 135-143.
- Carranza, Marlon (2005) “Detenção ou morte: aonde os garotos “pandilleros” de El Salvador estão indo” in Dowdney, Luke (org.) *Nem guerra nem paz. Comparações internacionais de crianças e jovens em violência armada organizada*. Rio de Janeiro: COAV, Viva Rio, ISER, Iansa, 210-228.
- CDHES (2005) Informe de Derechos Humanos 2005 (não publicado).
- Chabal, Patrick; Daloz, Jean-Pierre (1999) *Africa Works: Disorder as political instrument*. Oxford: James Currey.
- Chabal, Patrick (2002) “Lusophone Africa in Historical and Comparative Perspective” in Chabal, Patrick (ed.) *A History of postcolonial Lusophone Africa*. London: Hurts & Company, 3-136.
- Chabal, Patrick (2009) *Africa. The Politics of Suffering and Smiling*. London/New York: Zed Books.

- Chan, Stephen (2011) "On the uselessness of new wars theory: lessons from African contexts" in Sylvester, Christine (ed.), *Experiencing War*. New York: Routledge, 79-93.
- Chandler, David (2006) *Empire in Denial. The Politics of State-building*. London, Ann Arbor, Mi: Pluto Press.
- Chandler, David (2008) "Human Security: The Dog That Didn't Bark" *Security Dialogue*. 39(4), 427-438.
- Chandler, David (2013) "Resilience and the Autotelic Subject: Toward a Critique of the Societalization of Security" *International Political Sociology*. 7, 210–226.
- Chase-Dunn, Christopher (1981) "Interstate System and Capitalist World-Economy: One Logic or Two?" *International Studies Quarterly*. 25 (1), 19-42.
- Ching, Erik; Tilley, Virginia (1998) "Indians, the Military and the Rebellion of 1932 in El Salvador" *Journal of Latin American Studies*. 30 (1), 121-156.
- Chowdhry, Geeta; Nair, Sheila (2002) "Introduction: Power in a postcolonial world: race, gender, and class in international relations" in Chowdhry, Geeta; Nair, Sheila (eds.) *Power, Postcolonialism and International Relations. Reading race, gender and class*. London, New York: Routledge, 1-32.
- Cockburn, Cynthia (2001) "The gendered dynamics of armed conflict and political violence" in Moser, Caroline O. N.; Clark, Fiona (eds.) *Victims, Perpetrators or Actors? Gender, Armed Conflict and Political Violence*. London/New York: Zed Books, 13-29.
- Cockburn, Cynthia (2010) "Gender Relations as Causal in Militarization and War" *International Feminist Journal of Politics*. 12(2), 139-157.
- Cohen, Stanley (2011), *Folk devils and moral panics;: The creation of the Mods and Rockers*. New York: Routledge [2002; 1972].
- Collier, Paul (2000) 'Doing Well Out of War: An Economic Perspective' in Berdal, Mats; Malone, David M. (eds.) *Greed and Grievance: Economic Agendas in Civil Wars*. Boulder, CO, London: Lynne Rienner, 91–111.
- Collier, Paul; Hoeffler, Anke (1998) "On Economic Causes of Civil War" *Oxford Economic Papers*. 50(4), 563–573.
- Collier, Paul; Hoeffler, Anke (2004) "Greed and Grievance in Civil War" *Oxford Economic Papers*. 56, 563-595.

- Comaroff, Jean ; Comaroff, John (2000) « Réflexions sur la jeunesse. Du passé à la postcolonie » *Politique Africaine*. 80, 90-110.
- Comisión de la Verdad para El Salvador (1993) “De la locura a la esperanza. La guerra de 12 años en El Salvador” in Peñate, Oscar Martínez (compilador) *El Salvador. Los Acuerdos de Paz y el Informe de la Comisión de la Verdad*, 124-293.
- CPDJS (2007) *A 15 años de los Acuerdos de Paz en El Salvador... de la esperanza a la desesperanza*. San Salvador: CPDJS.
- Costa, Gino (1999) *La Policía Nacional Civil de El Salvador (1990-1997)*. San Salvador: UCA Editores.
- Cox, Robert (1983) “Social forces, states and world order: Beyond IR theory” *Millennium: Journal of International Politics*. 10(2), 126-155.
- Cramer, Christopher (2003) “Does inequality cause conflict?” *Journal of International Development*. 15 (4), 397-412.
- Cramer, Christopher (2006) *Civil War is not a Stupid Thing*. London: Hurst & Company.
- Cramer, Christopher (2009) “Violent conflict and the very poorest”. Working Paper 12. Chronic Poverty Research Centre. ISBN: 978-1-906433-30-7.
- Cramer, Christopher (2011) “Unemployment and Participation in Violence”. Washington, DC: World Bank. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.com/handle/10986/9247>. Acesso em 12.09.2014.
- Cravo, Teresa (2012) *What's In a Label? The Aid Community's Representations of Success and Failure in Mozambique and Guinea-Bissau*. PhD Dissertation. Department of Politics and International Studies. University of Cambridge.
- Crawford, Neta C. (2009) “Human Nature and World Politics: Rethinking ‘Man’” *International Relations*. 23(2), 271-288.
- Cruz, José Miguel (1997) “Los factores posibilitadores y las expresiones de la violencia en los noventa” *Estudios Centroamericanos*. 588. Disponível em: <http://www.uca.edu.sv/publica/eca/588art4.html>. Acesso em 08.11.2013.
- Cruz, José Miguel (2006a) “El autoritarismo en la posguerra: un estudio de las actitudes de los salvadoreños” in Portilo, Nelson; Gaborit, Mauricio; Cruz, José Miguel (orgs.) *Psicología social en la posguerra*. San Salvador: UCA Editores.

- Cruz, José Miguel (ed.) (2006b) *Maras y pandillas en Centroamérica. Las respuestas de la sociedad civil organizada*. San Salvador: UCA Editores.
- Cruz, José Miguel (2009) “Global Gangs in El Salvador: *Maras* and the Politics of Violence”, Paper presented at the Global Gangs Workshop, Centre on Conflict, Development, and Peacebuilding, Geneva, May 14-15.
- Cruz, José Miguel (2012) “The Transformation of Street Gangs in Central America” *ReVista: Harvard Review of Latin America*, Winter. Disponível em: http://www.drclas.harvard.edu/publications/revistaonline/winter-2012/transformation-street-gangs-central-america?utm_source=sm&utm_medium=twitter&utm_campaign=aa. Acesso em 17.09.2014.
- Cruz, José Miguel (2014) “¿La alternativa a la tregua?” *El Faro*. 27 de Maio. Disponível em: <http://www.elfaro.net/es/201405/opinion/15444/>. Acesso em 20.09.2014.
- Cruz, José Miguel; González, Luis Armando (1997) “Magnitud de la violencia en El Salvador” *Estudios Centroamericanos*. 588. Disponível em: <http://www.uca.edu.sv/publica/eca/588art2.html>. Acesso em 08.11.2013.
- Cruz, José Miguel; Portillo Peña, Nelson (1998) *Solidaridad y violencia en las pandillas del gran San Salvador. Más allá de la vida loca*. San Salvador: UCA Editores.
- Dalton, Juan José (2012) “El Salvador: Las “maras” piden perdon e inician tregua” *Proceso*, 30 de Março. Disponível em <http://www.proceso.com.mx/?p=302883> . Acesso em 08.11.2013.
- Darby, Phillip (2009) “Rolling Back the Frontiers of Empire: Practising the Postcolonial” *International Peacekeeping*. 16(5), 699-716.
- Das, Veena; Kleinman, Arthur (2000) “Introduction” in Das, Veena; Kleinman, Arthur; Rapphele, Mamphela; Reynolds, Pamela (eds.) *Violence and Subjectivity*. Berkeley/Los Angeles/London: University of Califórnia Press, 1-18.
- De Boeck, Filip; Honwana, Alcinda (2000) « Faire et défaire la société: enfants, jeunes et politique en Afrique » *Politique Africaine*. 80, 5-11.
- Deleuze, Gilles (1988) L’Abécédaire – letra G de gauche. Entrevista a Claire Parnet. Transcrição disponível em <http://www.oeuvresouvertes.net/spip.php?article910>. Acesso em 15.09.2014.

- Demoscopia (2007) *Maras y pandillas, comunidad y policía en Centroamérica*. San José: Demoscopia.
- Diário de Bissau (2006) “Koumba Iala denuncia o PR de não estar a cumprir o acordo assinado em Dakar, 8 de Novembro.
- Dias, Eduardo Costa (1993) “A Guiné-Bissau e as dinâmicas sociais da sub-região” in Cardoso, Carlos; Augel, Johannes (eds.) *Guiné-Bissau 20 anos de independência: desenvolvimento e democracia. Balanços e perspectivas*. Bissau: INEP.
- Dias, Eduardo Costa (2000) “A balantização da Guiné-Bissau” *Público*, 5 de Dezembro. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/jornal/a-balantizacao-da-guineebissau-152127>. Acesso em 25.01.2011.
- Dias, Eduardo Costa (2006) “Regulado do Gabú (1900-1930): a difícil compatibilização entre legitimidades tradicionais e a reorganização do espaço colonial” *Africana Studia*. 9, 99-125.
- Dias, Eduardo Costa (2013) “From the Unbearable “Resilience” of Coupism to Ethnicisation: a Short Journey for the Armed Forces of Guinea-Bissau” *Nordic Journal of African Studies*. 22(1&2), 6–22.
- Dias, Jacinto Rodrigues (1996) “Agricultura” in Monteiro, Isaac (ed.) *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau. Análise dos Efeitos Sócio-Económicos*. Bissau: INEP, 317-427.
- Dillon, Michael (1998) “Criminalising Social and Political Violence Internationally” *Millennium. Journal of International Studies*. 27, 543-567.
- Dillon, Michael e Reid, Julian (2000) “Global Governance, Liberal Peace, and Complex Emergency” *Alternatives: Global, Local, Political*. 25 (1), sem paginação original.
- De Certeau, Michel (1990) *L'invention du quotidien I*. Paris: Gallimard.
- DeCesare, Donna (1998) “The children of war: street gangs in El Salvador” *NACLA Report on the Americas (Special Edition on Latin American Youth)*. XXXII (1), 21-42.
- De Waal, Alex (2002) “Realising child rights in Africa: children, young people and leadership” in De Waal, Alex; Argenti, Nicolas (eds.) *Young Africa. Realising the rights of children and youth*. Trenton e Asmara: Africa World Press, 1-28.
- Diouf, Mamadou ; Collignon, René (2001) « Les jeunes du Sud et le temps du monde : identités, conflits et adaptation » in Diouf, Mamadou ; Collignon, René (eds.) *Les*

- jeunes : hantise de l'espace public dans les sociétés du Sud ?* Éditions de l'Aube, IRD (Institut de recherche pour le développement). *Autrepart* 18.
- Djaló, Tcherno (2000) "Lições e legitimidade dos conflitos políticos na Guiné-Bissau" *Soronda. Revista de Estudos Guineenses*. Número Especial 7 de Junho, 25-36.
- Donham, Donald (2006) "Staring at suffering: violence as a subject" in Bay, Edna G.; Donham, Donald (eds.) *States of Violence. Politics, Youth and Memory in Contemporary Africa*. Charlottesville; London: University of Virginia Press, 16-33.
- Dowdney, Luke (org.) (2005) *Nem guerra nem paz. Comparações internacionais de crianças e jovens em violência armada organizada*. Rio de Janeiro: COAV, Viva Rio, ISER, Iansa
- Doyle, Michael W. (1986) "Liberalism and World Politics" *The American Political Science Review*. 80 (4), 1151-1169.
- Duarte, Aquino António (1993) "Guiné-Bissau: vinte anos de contradição entre o pensamento e a acção" in Cardoso, Carlos; Augel, Joahannes (eds.) *Guiné-Bissau 20 anos de independência: desenvolvimento e democracia. Balanços e perspectivas*. Bissau: INEP, 263-272.
- Duarte, André (2008) "Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI" *Revista Cinética* 1, 1-16. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/sobre%20a%20biopolitica.pdf>. Acesso em 03.09.2010.
- Dudley, Steven; Pachico, Elyssa (2013) "El Salvador's Gang Truce: Positives and Negatives", *InSight Crime* Junho. Disponível em: <http://www.insightcrime.org/specials/elsalvadorgangtruce.pdf>. Acesso em 08.11.013.
- Duffield, Mark (1998) "Aid Policy and Post-Modern Conflict. A Critical Review" *Occasional Paper* 19, Birmingham: School of Public Policy, University of Birmingham.
- Duffield, Mark (2001) *Global governance and the new wars: the merging of development and security*. London /New York: Zed Books.
- Duffield, Mark (2002) "Social reconstruction and the radicalization of development: aid as a relation of global liberal governance" *Development & Change*. 33(59), 1049-1071.
- Duffield, Mark (2007) *Development, Security and the Unending War. Governing the world of peoples*. Cambridge and Malden: Polity Press.

- Duffield, Mark; Waddell Nicholas (2006) "Securing Humans in a Dangerous World" *International Politics*. 43(1), 1-23.
- Dunne, Timothy (1997) "Realism" in Baylis, John; Smith, Steve (eds.) *The Globalization of World Politics. An introduction to International Relations*. Oxford: Oxford University Press, 109-124.
- Dunkerley, James (1993) *The Pacification of Central America*. London: Institute of Latin American Studies, University of London.
- Durham, Deborah (2000) "Youth and the Social Imagination in Africa: Introduction to Parts 1 and 2" *Anthropological Quarterly*. 73, (3), 113-120.
- Elshtain, Jean B. (1987) *Women and War*. New York: Basic Books.
- Embaló, Birgit (2008) "Local conflict management and the State in Bissau: a case study in three city quarters" *Soronda. Revista de Estudos Guineenses* Número Especial Experiências Locais de Gestão de Conflitos, 175-214.
- Einarsdóttir, Jónína (2004) *Tired of Weeping Mother Love, Child Death, and Poverty in Guinea-Bissau*. Madison, WI: University of Wisconsin Press.
- Ellis, Stephen (2009) "West Africa's International Drug Trade" *African Affairs*. 108(43)1, 171-196.
- Enloe, Cynthia (1989) *Bananas, Beaches, Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press.
- Enloe, Cynthia (1993) *The morning after: sexual politics at the end of the Cold War*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press.
- Enloe, Cynthia (1996) "Margins, silences and bottom rungs: how to overcome the underestimation of power in the study of international relations" in Smith, Steve; Booth, Ken; Zalewski, Marysia (eds.) *International theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 186-202.
- Enloe, Cynthia (2000) *Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- Enloe, Cynthia (2004) *The Curious Feminist. Searching for Women in a New Age of Empire*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- ERIC, IDESO, IDIES, IUDOP (2001) *Maras y pandillas en Centroamerica Volumen I*. Managua: UCA Publicaciones.

- ERIC, IDESO, IDIES, IUDOP (2004a) *Maras y pandillas en Centroamerica Volumen II*. Managua: UCA Publicaciones.
- ERIC, IDESO, IDIES, IUDOP, NITLAPAN, DIRINPRO (2004b) *Maras y pandillas en Centroamerica. Políticas juveniles y rehabilitación. Volumen III*. Managua: UCA Publicaciones.
- Erikson, Daniel P. (2008) “Requiem for the Monroe Doctrine” *Current History* February, 58-64.
- Escobar, Arturo (1995) *Encountering Development. The Making and Unmaking of the Third World*. NJ, Princeton: University Press.
- Falk, Richard (1998) *On Humane Governance*. Cambridge: Polity Press.
- Falquet, Jules (1997) “La violence domestique comme torture, réflexions sur la violence comme système à partir du cas salvadorien” *Nouvelles Questions Féministes*. 18(3/4), 129-160.
- Fanon, Frantz (2004) *The wretched of the earth*. New York: Grove Press. [1965].
- Farmer, Paul (2004) “An Anthropology of Structural Violence” *Current Anthropology*. 45 (3): 305-325.
- Farmer, Paul (1996) “On suffering and structural violence: a view from below” *Daedalus*. 125(1), sem paginação original.
- Feixa, Carles; Ferrándiz, Francisco (2005) “Epílogo: Jóvenes sin tregua” in Ferrándiz, Francisco; Feixa, Carles (eds). *Jóvenes sin tregua. Culturas y políticas de la violencia*. Barcelona. Anthropos, 209-33.
- Feixa, Carles; Canelles, Noemí (2007) “De bandas latinas a asociaciones juveniles: La experiencia de Barcelona” *Educação*. XXX 1 (61), 11-28.
- Feixa, Carles; Leccardi, Carmem (2010) “O conceito de geração nas teorias sobre juventude” *Revista Sociedade e Estado*. 25 (2), 185-204.
- FESPAD (2010) “Organizaciones de la sociedad civil frente a la situación de violencia en el país”. Comunicado de 16/07/ 2010. Disponível em: <http://www.fespad.org/sv/organizaciones-de-la-sociedad-civil-frente-a-la-situacion-de-violencia-en-el-pais> . Acesso em 17.07.2012.
- Fig, David (2014) “State of extraction: the new scramble for Africa” in Transnational Institute (org.) *State of Power 2014. Exposing the Davos Class*, 67-74. Disponível em: <http://www.tni.org/briefing/state-power-2014>. Acesso em 25.08.2014.

- Fithen, Caspar; Richards, Paul (2005) "Making War, Crafting Peace-Militia Solidarities & Demobilisation in Sierra Leone" in Richards, Paul (ed.) *No Peace, No War: Anthropology of Contemporary Armed Conflicts*. Oxford: James Currey and Athens: Ohio University Press, 117-136.
- Forrest, Joshua (2002) "Guinea-Bissau" in Chabal, Patrick (ed.) *A History of postcolonial Lusophone Africa*. London: Hurts & Company, 236-263.
- Forrest, Joshua (2003) *Lineages of state fragility: rural society in Guinea-Bissau*. Athens: Ohio University Press; London: James Currey.
- Foucault, Michel (1976) *Histoire de la sexualité I. La volonté de savoir*. Paris: Éditions Gallimard.
- Foucault, Michel (2006) *É preciso defender a sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. Carnaxide, Porto: Livros do Brasil.
- Frank, André Gunder (1966) "The development of underdevelopment" *Monthly Review*. 18(4), 17-31.
- Freire, Maria Raquel; Lopes, Paula Duarte (2008) "Reconceptualizar a paz e a violência: uma análise crítica" *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 82, 13-29.
- Gable, Eric (2000) "The culture development club: youth, neo-tradition, and the construction of society in Guinea-Bissau" *Anthropological Quarterly*. 73(4), 195-203.
- Galli, Rosemary (1989) "Estado e sociedade na Guiné-Bissau" *Soronda. Revista de Estudos Guineenses*. 8, 87-10.
- Galli, Rosemary (1990) "Liberalisation is not enough: Structural Adjustment and Peasants in Guinea-Bissau" *Review of African Political Economy*. 17(49), 52-68.
- Galli, Rosemary; Jones; Jocelyn (1987) *Guinea-Bissau: politics, economics and society*. London: Frances Pinter; Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Galtung, Johan (1969) "Violence, Peace and Peace Research" *Journal of Peace Research*. 6 (3), 167-190
- Galtung, Johan (1971) "A Structural Theory of Imperialism" *Journal of Peace Research*. 8(2), 81-117.
- Galtung, Johan (1990) "Cultural Violence" *Journal of Peace Research*. 27 (3), 291-305.
- Galtung, Johan (1996) *Peace by peaceful means. Peace and conflict, development and civilization*. Oslo: International Peace Research Institute.

- Galtung, Johan (2005) “Três formas de violência, três formas de paz. A paz, a guerra e a formação social indo-europeia” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 71, 63-75.
- Galtung, Johan; Höivik, Tord (1971) “Structural and Direct Violence: A Note on Operationalization” *Journal of Peace Research*. 8 (2), 73-76.
- Gammage, Sarah (2006) “Exporting People and Recruiting Remittances: A Development Strategy for El Salvador?” *Latin American Perspectives*.33, 75-100.
- Gartzke, Erik (2007) “The Capitalist Peace” *American Journal of Political Science*.51 (1), 166–191.
- Geneva Declaration (2011) *The Global Burden of Armed Violence*. Geneva, Geneva Declaration Secretariat.
- Giroux, Henry A. (2003) “Racial injustice and disposable youth in the age of zero tolerance” *Qualitative Studies in Education*. 16 (4), 553-565.
- Glaser, Clive (2000) *Bo-Tsotsi: The youth gangs of Soweto, 1935-1976*. Portsmouth NH: Heinemann; Oxford: James Currey; Cape Town: David Philip.
- Global Commission on Drug Policy (2014) *Sob controle: Caminhos para políticas de drogas que funcionam*. Disponível em: <http://www.gcdpsummary2014.com/bem-vindo/>. Acesso em 21.09.2014.
- Gomes, Paulo (1996) “Investimento público na província sul” in Monteiro, António Isaac (ed.) *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau. Análise dos Efeitos Sócio-Económicos*. Bissau: INEP, 43-68.
- González, Luis Armando (2002) “Estado, sociedad y economía en El Salvador (1880-1999)” in Cardenal, Rodolfo; González, Luis Armando (orgs.) *El Salvador: la transición y sus problemas*. San Salvador: UCA Editores.
- Gould, Jeffrey L.; Lauria-Santiago, Aldo (2004) “They Call Us Thieves and Steal Our Wage”: Toward a Reinterpretation of the Salvadoran Rural Mobilization, 1929–1931” *Hispanic American Historical Review*. 84 (2), 191-237.
- Governo Da República da Guiné-Bissau (2006) *Documento de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza*. Bissau. Versão não publicada.
- Gramsci, António (1999) *Selected Works from The Prison Notebooks*. Edited and translated by Quentin Hoare and Geoffrey Nowell Smith. Transcribed from the edition published by Lawrence & Wishart London [1971] – Ebook. Disponível em:

http://courses.justice.eku.edu/PLS330_Louis/docs/gramsci-prison-notebooks-vol1.pdf.
Acesso em 17.09.2014.

- Green, Linda (2004) "Comments on "An Anthropology of Structural Violence" *Current Anthropology*. 45(3), 319.
- Groes-Green, Christian (2013) "To put men in a bottle": Eroticism, kinship, female power, and transactional sex in Maputo, Mozambique" *American Ethnologist* 40(1), 102-117.
- Hagedorn, John M. (2005) "The Global Impact of Gangs" *Journal of Contemporary Criminal Justice*. 21(2), 153-169.
- Hagedorn, John M. (2008a) *A World of Gangs: Armed Young Men and Gangsta Culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Hagedorn, John M. (2008b) "Making Sense of Central America Maras" *Air & Space Power Journal*. Maio. Disponível em: <http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-s/2008/2tri08/hagedorneng.htm>. Acesso em 18.09.2014.
- Harding, Sandra (1991) *Whose Science? Whose Knowledge?: Thinking from Women's Lives*. New York: Cornell University Press.
- Hardt, Michael; Negri, Antonio (2000) *Empire*. Cambridge/London: Harvard University Press.
- Harris, Bronwyn (2001) "As for Violent Crime that's our Daily Bread: Vigilante violence during South Africa's period of transition" *Violence and Transition Series*, Vol. 1. Disponível em: <http://www.csvr.org.za/docs/vigilantism/asforviolentcrime.pdf>. Acesso em 12.09.2014.
- Harvey, David (2007) *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Havik, Philip (2002) "A dinâmica das relações de gênero e parentesco num contexto comercial: um balanço comparativo da produção histórica sobre a região da Guiné-Bissau. Séculos XVII e XIX" *Afro-Ásia*. 27, 79-120.
- Hawthorne, Walter (1999) "The production of slaves where there was no state: The Guinea-Bissau region. 1450-1815" *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*. 20(2), 97-124.
- Heggenhougen, H. K. (2004) "Comments on 'An Anthropology of Structural Violence'" *Current Anthropology*. 45(3), 320.

- Herrera, Morena (2006) “De la insurgencia a la lucha feminista: buscando la justicia social, la democracia y la equidad entre hombres y mujeres” in Lebon, Nathalie; Maier, Elizabeth (eds.) *De lo privado a lo público: 30 años de lucha ciudadana de las mujeres en América Latina*. México: Siglo XXI – UNIFEM – LASA, 349-366.
- Hilton, Sylvia L. (1998) “La “nueva” Doctrina Monroe de 1895 y sus implicaciones para el Caribe español: algunas interpretaciones coetáneas españolas” *Anuario de Estudios Americanos*. LV (1), 125-151.
- Hobsbawn, Eric (1959) *Primitive Rebels*. Manchester: The University Press.
- Hoffman, Danny (2006) “Disagreement: Dissent Politics and the War in Sierra Leone” *Africa Today*. 52 (3), 3-22.
- Honwana, Alcinda (2000), « Innocents et coupables. Les enfants-soldats comme acteurs tactiques », *Politique Africaine* 80, pp. 58-78
- Honwana, Alcinda (2013), “Changing patterns of intimacy among Young People in Africa” in Engel, Uff; Ramos, João Manel (eds.) *African Dynamics in a Multipolar World*. Leiden: Brill, 29-50.
- Honwana, Alcinda (2014) “Waithood”: Youth transitions and social change. Response to Syed Mansoob Murshed” in Foeken, Dick; Dietz, Ton; Haan, Leo; Johnson, Linda (eds.) *Development and Equity An Interdisciplinary Exploration by Ten Scholars from Africa, Asia and Latin America*. Boston: Brill, 19-27.
- Hooper, Charlotte (2001) *Manly state: Masculinities, International Relations, and Gender Politics*. New York: Columbia University Press.
- Hufford, Larry (1985) “Focus On: The U.S. in Central America: The Obfuscation of History” *Journal of Peace Research*. 22, 93-100.
- Hume, Mo (2004) “‘It’s as If you Don’t Know, Because you Don’t Do Anything about It’: Gender and Violence in El Salvador” *Environment and Urbanization*. 16, 63-72.
- Hume, Mo (2007) ‘(Young) Men With Big Guns’: Reflexive Encounters with Violence and Youth in El Salvador” *Bulletin of Latin American Research*. 26 (4), 480–496.
- Hume, Mo (2008) “The myths of Violence: Gender, Conflict, and Community in El Salvador” *Latin American Perspectives*. 162 (35) 5, 59-76.
- Huhn, Sebastian; Oettler, Anika; Peetz, Peter (2006) “Construyendo inseguridades: Aproximaciones a la violencia en Centroamérica desde el análisis del discurso” *GIGA*

working papers. 34. Disponível em:

http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=977977. Acesso em 19.09.2104.

Ibáñez, Ana Cristina (2001) “El Salvador: War and Untold Stories” in Moser, Caroline O. N. ; Clark, Fiona (eds.) *Victims, Perpetrators or Actors? Gender, Armed Conflict and Political Violence*. London/New York: Zed Books, 117-130.

INE (2011) *Inquérito Ligeiro para a Avaliação da Pobreza. Guiné-Bissau. ILAP 2*. Bissau: Instituto Nacional de Estatística.

INJUVE (2013) *Sondeo de Opinión sobre el conocimiento de los acuerdos de Paz en jóvenes de las comunidades de intervención del INJUVE*. San Salvador: Instituto Nacional de la Juventud.

Ismail, Wale; Olonisakin, Funmi; Picciotto, Bob; Wybrow, Dave (2009) “Youth Vulnerability and Exclusion (YOVEX) in West Africa: Synthesis Report”. *CSDG Papers*. King’s College London. Disponível em: http://www.securityanddevelopment.org/pdf/CSDG_Paper_21.pdf. Acesso em 20.09.2014.

Ismail, Olawale (2009) “The Dialectic of ‘Junctions’ and ‘Bases’: Youth, ‘Securo-Commerce’ and the Crises of Order in Downtown Lagos” *Security Dialogue*. 40(4–5), 463-487.

Jabri, Vivienne (2007) *War and the Transformation of Global Politics*. New York: Palgrave Macmilan.

Jabri, Vivienne (2006) “War, Security and the Liberal State” *Security Dialogue*. 37 (1), 47-64.

Jackson, Peter (2009) “Pierre Bourdieu” in Edkins, Jenny; Vaughan-Williams, Nick (eds.) *Critical Theorists and International Relations*. London, New York: Routledge, 102-113.

Jao, Mamadu (1996) “Os poderes “tradicionais” no período de transição” in Koudawo, Fafali; Mendy, Peter Karibe (eds.) *Pluralismo Político na Guiné-Bissau – uma transição em curso*. Bissau: INEP, 121-134.

Jao, Mamadu (2000) “Uma leitura do conflito guineense” *Soronda. Revista de Estudos Guineenses*, Número especial 7 de Junho, 105-124.

Jao, Mamadu (2006) “The role of external actors in post-conflict scenarios – the case of Guinea-Bissau” *Oficina do CES* 258.

- Jeffrey, Craig; McDowell, Linda (2004) "Youth in a comparative perspective. Global Change, Local Lives" *Youth & Society*. 36(2), 131-142.
- Jeffrey, Craig; Dyson, Jane (2013) "Zigzag capitalism: Youth entrepreneurship in the contemporary global South" *Geoforum* 49, 1-3.
- Jutersonke, Oliver; Muggah, Robert; Rodgers, Dennis (2009). "Gangs, Urban Violence and Security Interventions in Central America" *Security Dialogue*. 40 (4-5).
- Kaldor, Mary (2001) *New & Old Wars. Organized Violence in a Global Era*. Stanford: Stanford University Press. [1999].
- Kalyvas, Stathis N. (2001) "New" and "Old" Civil Wars: A Valid Distinction? *World Politics*. 54 (1), 99-118.
- Kansaré (2006) "Kumba quer provocar eleições antecipadas", 7 de Novembro.
- Kaplan, Robert D. (1994) 'The Coming Anarchy—How Scarcity, Crime, Overpopulation, Tribalism and Disease are Rapidly Destroying the Social Fabric of our Planet'. *The Atlantic Monthly*, February, 44-76.
- Keohane, Robert O.; Nye, Joseph (1977) *Power and Independence*. Boston: Little Brown.
- Kertzer, Joshua D.; McGraw, Kathleen (2012) "Folk Realism: Testing the Microfoundations of Realism in Ordinary Citizens" *International Studies Quarterly*. 56, 245-258.
- Kitzinger, Jenny (1995) "Qualitative Research: Introducing focus groups" *BMJ*. 311, 299-302.
- Kimmel, Michael (2005), "Masculinity and Gun Violence: The Personal Meets the Political". Comunicação preparada para o seminário "Men, Women and Gun Violence: Options for Action", UN Second Biennial Meeting of States, Nova Iorque, 14 de Julho.
- Kirmayer, Laurence (2004) "Comments on "An Anthropology of Structural Violence"" *Current Anthropology*. 45(3), 321.
- Kleinman, Arthur (2000) "The Violences of Everyday Life: The Multiple Forms and Dynamics of Social Violence" in Das, Veena; Kleinman, Arthur; Ramphele, Mamphela; Reynolds, Pamela (eds.), *Violence and Subjectivity*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 226-241.
- Kleinman, Arthur; Das, Veena; Lock, Margaret M. (1997) *Social suffering*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press.

- Kohl, Christoph (2010) « National Integration in Guinea-Bissau since Independence » *Cadernos de Estudos Africanos* [Online] 20, Disponível em: <http://cea.revues.org/155>. Acesso em 15.07.2014.
- Koonings, Kees; Kruijt, Dirk (2004) “Armed actors, organized violence and state failure in Latin America: a survey of issues and arguments” in Koonings, Kees; Kruijt, Dirk (eds.) *Armed Actors: organised violence and state failure in Latin America*. London, New York: Zed Books, 5-15.
- Koonings, Kees; Kruijt, Dirk (2007a) “Introduction: the duality of Latin American cityscapes” in Koonings, Kees; Kruijt, Dirk, (eds.) *Fractured Cities: Social exclusion, urban violence and contested spaces in Latin America*. London, New York: Zed Books, 1-6.
- Koonings, Kees; Kruijt, Dirk (2007b) “Fractured cities, second-class citizenship and urban violence” in Koonings, Kees; Kruijt, Dirk, (eds.) *Fractured Cities: Social exclusion, urban violence and contested spaces in Latin America*. London, New York: Zed Books, 7-22.
- Kothari, Smitu; Harcourt, Wendy (2004) “Introduction: The violence of development” *Development* 47(1), 3-7.
- Koudawo, Fafali (1996) “Sociedade civil e transição pluralista na Guiné-Bissau” in Koudawo, Fafali; Mendy, Peter Karibe (eds.) *Pluralismo Politico na Guiné-Bissau – uma transição em curso*. Bissau: INEP, 67-120.
- Koudawo, Fafali (2000) « La guerre des mandjuas. Crise de gouvernance et implosion d’un modèle de résorption de crises » *Soronda. Revista de Estudos Guineenses*. Número especial 7 de Junho, 153-174.
- Koudawo, Fafali (2001) *Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal*. Bissau: INEP.
- Kruijt, Dirk e Koonings, Kees (1999) “Introduction: Violence and fear in Latin America” in Koonings, Kees; Kruijt, Dirk, (eds.) *Societies of Fear: The Legacy of Civil War, Violence and Terror in Latin America*. London, New York: Zed Books, 1 -30.
- Kynoch, Gary (1999) “From the Ninevites to the Hard Livings Gang: Township Gangsters and Urban Violence in Twentieth-Century South Africa” *African Studies*. 58 (1), 55-85.
- Lara Klahr, Marco (2006) *Hoy te toca la muerte. El imperio de las Maras visto desde dentro*. México D.F.: Planeta.

- Laidler, Karen Joe; Hunt, Geoffrey (2001) “Accomplishing Femininity among Girls in the Gang” *British Journal of Criminology*. 41, 656-678.
- Larcher Carvalho, Ana (2014) “As sociedades agrárias face à crise do Estado na Guiné-Bissau: insegurança alimentar e resistências”. Comunicação preparada para o VII Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 16 de Abril.
- Lauria-Santiago, Aldo A. (1999) “Land, Community, and Revolt in Late-Nineteenth-Century Indian Izalco, El Salvador” *Hispanic American Historical Review*. 79 (5), 495-534.
- Lepri, Jean-Pierre. (1993) “En 1993, l'école bissao-guineenne a vint ans” in Cardoso, Carlos ; Augel, Johanés (eds.) *Guiné-Bissau 20 anos de independência : desenvolvimento e democracia. Balanços e perspectivas*. Bissau: INEP, 93-104.
- Liebel, Manfred (2002) “Pandillas y maras: señas de identidad” *Revista Envío*. 244. Disponível em <http://www.envio.org.ni/articulo/1161>. Acesso a 01.09.2012.
- Liebel, Manfred (2004) “Pandillas juveniles en Centroamérica o la difícil búsqueda de justicia en una sociedad violenta” *Desacatos*. 14, 85-104.
- Linklater, Andrew (2005) “Marxism” in Burchill, Scott; Linklater, Andrew; Devetak, Richard; Donnelly, Jack, Paterson, Matthew; Reus-Smit, Christian; True, Jacqui (eds.) *Theories of International Relations*. New York: Palgrave Macmillan, 110-136.
- Little, Richard (1996) “The growing relevance of pluralism?” in Smith, Steve; Booth, Ken; Zalewski, Marysia (eds.) *International theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 66-86.
- Lobao, Linda M. (1990) “Women in Revolutionary Movements: Changing Patterns of Latin American Guerrilla Struggle” *Dialectical Anthropology*. 15, 211-232.
- Lopes, Carlos (1987) *From Liberation Struggle to Independent Statehood*. Boulder: Westview Press.
- Lopes, Carlos (2004) “Confronting the challenges of leadership” *News 2*, Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.
- López, Jaime; Marroquín, David (2012) “Por temor nadie quiere hablar de desaparecidos” *elsalvador.com* 14 de Março. Disponível em: http://www.elsalvador.com/mwedh/nota/nota_completa.asp?idCat=47859&idArt=6729751. Acesso em 17/07/2012

- Lourenço-Lindell, Ilda (2002) *Walking the tight rope. Informal livelihoods and social networks in a West African city*. Department of Human Geography. Stockholm: Stockholm University. Disponível em: <http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:189997/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em 03.09.2014.
- Luciak, Ilja (1999) “Gender Equality in the Salvadoran Transition” *Latin American Perspectives*. 105-26(2), 43-67.
- Lusa (2010) “Houve um retrocesso grave na consolidação do país” diz Gomes Cravinho”, *Notícias Lusófonas*, 13 de Julho. Disponível em: <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=27455&category=Guin%E9%20Bissau>. Acesso em: 12.10.2010.
- Lusa (2013) “Guiné-Bissau precisa de mais apoio internacional” *Diário de Notícias*, 13 de Fevereiro. Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=3050984&seccao=CPLP. Consulta em 15.09.2014.
- Mackenzie, Megan (2011) “Ruling exceptions: female soldiers and everyday experiences of conflict” in Sylvester, Christine (ed.). *Experiencing War*. New York: Routledge, 64-78.
- Mackinnon, Catherine (2000) “Points against Postmodernism” *Chicago Kent Law Review*. 75, 687-711.
- Madeira, Luís Filipe ; Laurent, Stéphane ; Roque, Sílvia (2011) « The international cocaine trade in Guinea-Bissau: current trends and risks” *NOREF Working Paper*. Disponível em: <http://www.peacebuilding.no/Regions/Africa/Publications/The-international-cocaine-trade-in-Guinea-Bissau-current-trends-and-risks>. Acesso em: 12.09.2014.
- Mahoney, James (2001) “Radical, Reformist and Aborted Liberalism: Origins of National Regimes in Central America” *Journal of Latin American Studies*. 33, 221-256.
- Mamdani, Mahmood (2002) “Making Sense of Political Violence in Postcolonial Africa” *Identity, Culture and Politics*. 3(2), 1-24.
- Mamdani, Mahmood (1996) *Citizen and Subject. Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Princeton: Princeton University Press.
- Mandelbaum, Michael (1998), “Is major war obsolete?” *Survival: Global Politics and Strategy*. 40 (4): 20-38.

- Mann, Michael (1996), "Authoritarian and liberal militarism: a contribution from comparative and historical sociology" in Smith, Steve; Booth, Ken; Zalewski, Marysia (eds.). *International theory: positivism and beyond*. Cambridge, Cambridge University Press: 221-239.
- Mannheim, Karl (1998) "The Sociological Problem of Generations" in Mannheim, Karl, *Essays on the Sociology of Knowledge* [1952] Reproduzido por Taylor & Francis Books U. Disponível em: http://mediaspace.newmuseum.org/ytjpressmaterials/PDFS/ARTICLES_ABOUT_THE_GENERATION/01_The_Sociological_Problem.pdf. Acesso em 15.09.2014.
- Maroy, Christian (1995) "A análise qualitativa de entrevistas" in Albarello, Luc ; Digneffe, Françoise ; Hiernaux, Jean-Pierre, Maroy, Christian ; Ruquoy, Danielle ; de Saint-Georges, Pierre *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 117-155.
- Martel, Roxana (2006) "Las maras salvadoreñas: nuevas formas de espanto y control social" *Estudios Centroamericanos*. 61 (696), 957-978.
- Martin-Baró, Ignacio (2008) *Acción e ideología. Psicología social desde Centroamérica*. San Salvador: UCA Editores. [1983].
- Martínez, Ana Guadalupe (2008) *Las cárceles clandestinas de El Salvador*, San Salvador: UCA Editores. [1992].
- Martínez, Carlos (2012) "Raúl Mijango, excomandante guerrillero: 'Mario Belloso recomendó mi participación como mediador entre las pandillas". *El Faro*, 20 de Março. Disponível em <http://www.elfaro.net/es/201203/noticias/8062/> . Acesso em 08.11.2013.
- Martínez, Carlos; Sanz, José Luis (2012) "La nueva verdad sobre la tregua entre pandillas", *El Faro*, 11 de Setembro. Disponível em <http://www.salanegra.elfaro.net/es/201209/cronicas/9612/> . Acesso em 08.11.2013.
- Martínez, Carlos; Aráuz, Sergio; Sanz, José Luis (2014) "Fiscal usó conversaciones íntimas del padre Toño para conseguir su confesión", *El Faro*, 8 de Setembro. Disponível em: <http://www.elfaro.net/es/201409/noticias/15912/Fiscal-us%C3%B3-conversaciones-%C3%ADntimas-del-padre-To%C3%B1o-para-conseguir-su-confesi%C3%B3n.htm>. Acesso em 19.09.2014.

- Mason, T. David; Krane, Dale A. (1989) "The Political Economy of Death Squads: Toward a Theory of the Impact of State-Sanctioned Terror" *International Studies Quarterly*. 33 (2), 175-198.
- Mason, T. David (1992) "Women's Participation in Central American Revolutions: A Theoretical Perspective" *Comparative Political Studies*. 25, 63-89.
- Mauger, Gérard (2006) «Sur la violence symbolique » in Müller, Hans-Peter ; Sintomer, Yves (eds.) *Pierre Bourdieu, théorie et pratique*. Paris : La Découverte, 84-100.
- Mbangu, Lydie (2005) « Recent Cases of Article 96 Accessions ». ECDPM Discussion Paper 64, Maastricht: ECDPM.
- Mbembe, Joseph-Achile (1985) *Les jeunes et l'ordre politique en Afrique Noire*. Paris : L'Harmattan.
- Mbembe, Achile (2001) *On the Postcolony*. Berkeley: University of California Press.
- Mbembe, Achille (2013) *Sortir de la grande nuit: Essai sur l'Afrique décolonisée*. Paris: Éditions La Découverte. [2010].
- Mendy, Peter Karibe (1996) "A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau" in Koudawo, Fafali; Mendy, Peter Karibe (eds.) *Pluralismo Político na Guiné-Bissau – uma transição em curso*. Bissau: INEP, 11-66.
- Mendy, Peter Karibe (2003) « Portugal's Civilizing Mission in Colonial Guinea-Bissau: Rethoric and Reality" *International Journal of African Historical Studies*. 36(1), 35-58.
- Midlarsky, Manus I.; Roberts, Kenneth (1985) "Class, State, and Revolution in Central America: Nicaragua and El Salvador Compared" *Journal of Conflict Resolution*. 29: 163-193.
- Miescher, Stephan; Lindsay, Lisa A. (2003), "Introduction: Men and Masculinities in Modern African History" in Miescher, Stephan; Lindsay, Lisa (eds.) *Men and Masculinities in Modern Africa*. Portsmouth, NH: Heinemann, 1-29.
- Miller, Jody; Brunsom, Rod K. (2000) "Gender Dynamics in Youth Gangs: A Comparison of Males' and females' accounts" *Justice Quarterly*. 17(3), 419-448.
- Miller, Jody; Decker, Scott H. (2001) "Young Women and Gang Violence: Gender, Street Offending and Violent Victimization in the Gangs" *Justice Quarterly*. 18(1), 115-140.
- Mitchell, Jon P. (2007) "A fourth critic of the Enlightenment: Michel de Certeau and the ethnography of subjectivity" *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*. 15, 1 89-106.

- Mohanty, Chandra Talpade (1988) “Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses” *Feminist Review*. 30, 61-88.
- Monteiro, Hucco; Martins, Geraldo (1996) “Os efeitos do PAE no sector da educação” in Monteiro, António Isaac (ed.) *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau. Análise dos Efeitos Sócio-Económicos*. Bissau: INEP, 117-202.
- Montgomery, Tommie Sue (1989) “Fighting guerrillas: the United States and low intensity conflict in El Salvador” Paper prepared for the XVII International Congress of Latin American Studies Association, Miami, Florida, December 4-6.
- Moore, Joan; Hagedorn, John (2001) “Female Gangs: A Focus on Research” *Juvenile Justice Bulletin* March. Disponível em: <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/ojdp/186159.pdf>. Acesso em 12.09.2014.
- Morgenthau, Hans J. (1993) *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. New York: McGraw-Hill, revised by Kenneth Thompson e W. David Clinton. [1948].
- Moser, Caroline; van Bronkhorst, Bernice (1999) “Youth Violence in Latin America and the Caribbean: Costs, Causes, and Interventions” *Latin America and Caribbean Region Sustainable Development Working Paper 3*. The World Bank, Latin America and Caribbean Region, Environmentally and Socially Sustainable Development SMU.
- Moser, Caroline O. N. (2001), “The Gendered Continuum of Violence and Conflict: An Operational Framework” in Moser, Caroline O. N.; Clark, Fiona (eds.) *Victims, Perpetrators or Actors? Gender, Armed Conflict and Political Violence*. London/New York: Zed Books, 30-52.
- Moser, Caroline O. N.; Clark, Fiona (2001), “Introduction” in Moser, Caroline O. N. e Clark, Fiona (eds.) *Victims, Perpetrators or Actors? Gender, Armed Conflict and Political Violence*. London/New York: Zed Books, 3-12.
- Moser, Caroline; McIlwaine, Cathy (2004) *Encounters with Violence in Latin America: Urban Poor Perceptions from Colombia and Guatemala*. London: Routledge.
- Moser, Caroline e Dennis Rodgers (2005) “Change, Violence and Insecurity in Non-Conflict Situations”, Working Paper 245, London: Overseas Development Institute.
- Mouffe, Chantal (1998) “The radical centre. A politics without adversary” *Soundings*. 9, 11-23.
- Moura, Tatiana (2007) *Rostos invisíveis da violência armada. Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

- Moura, Tatiana (2010) *Novíssimas guerras. Espaços, identidades e espirais de violência*. Coimbra: Almedina/Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Moura, Tatiana; Roque, Sílvia (2009) “Invisible Vulnerabilities. The Cases of Rio de Janeiro (Brazil) and San Salvador (El Salvador)” in Day, Denis; Grindsted, Annette; Piquard, Brigitte; Zammit, David (eds.) *Cities and Crises*. Bilbao, Humanitarian Net, 73-87.
- Muggah, Robert (ed.) (2010) “Urban Violence in an Urban Village. A Case Study of Dili, Timor-Leste”. Working paper. Geneva Declaration. Disponível em : http://www.genevadeclaration.org/fileadmin/docs/regional-publications/Urban_Violence_Dili.pdf. Acesso em 18.09.2014.
- Mukendi, T. Bruno (1993) « La problématique de l’utilisation des ressources externes pour le développement de la Guinée Bissau » in Cardoso, Carlos ; Augel, Johannes (eds.) *Guiné-Bissau 20 anos de independência : desenvolvimento e democracia. Balanços e perspectivas*. Bissau: INEP, 171-214.
- Munn, Jamie (2008) “The Hegemonic Male and Kosovar Nationalism, 2000-2005” *Men and Masculinities*. 10(4): 440-456.
- Munro, Lauchlan T. (2005) “Focus-Pocus? Thinking Critically about why Aid Donors Should Focus on Doing Fewer Things in Fewer Countries” *Development and Change*. 36(3), 425-447.
- Nayak, Meghana; Suchland, Jennifer (2006) “Gender Violence And Hegemonic Projects” *International Feminist Journal of Politics*. 8(4), 467-485.
- Neal, Andrew W. (2004) “Cutting Off the King's Head: Foucault's *Society Must Be Defended* and the Problem of Sovereignty” *Alternatives*. 29, 373-398.
- Nilan, Pam; Feixa, Carles (eds.) (2006) *Global Youth?: Hybrid Identities, Plural Worlds*. London/New York: Routledge.
- Nujiten, Monique (2004) “The hope-generating machine and the positionality of the anthropologist” in Girir, Ananta Kumar; Van Harskamp, Anton; Salemik, Oscar (eds.) *The Development of Religion, The Religion of Development*, Delft: Eburon, 51-58.
- O’Brien, Donald B. Cruise (1996) “A lost generation? Youth identity and state decay in West Africa” in Werbner, Richard; Ranger, Terence (eds.) *Postcolonial identities in Africa*. Atlantic Highlands, N.J. : Zed Books, 55-74.

- Okome, Mojúbàlú Olúfúnké (2001) “African Women and Power : Reflections on the Perils of Unwarrented Cosmopolitanism” *Jenda: A journal of Culture and African Women Studies*. 1(1). Disponível em: <http://www.africaknowledgeproject.org/index.php/jenda/issue/view/4>.
- Oyèwùmí, Oyèrónké (2002), “Conceptualising Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the Challenge of African Epistemologies” *Jenda: A journal of Culture and African Women Studies*. 2(1). Disponível em: <http://www.africaknowledgeproject.org/index.php/jenda/article/view/68>.
- Oettler, Anika (2011) “The Central American Fear of Youth” *International Journal of Conflict and Violence*. 5(2), 261-276.
- Pais, José Machado (1990) “A construção sociológica da juventude – alguns contributos” *Análise Social*. XXV (105-106) (1.º, 2.º), 139-165.
- Padovani, Fernando (1991) “O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau e a discussão de um modelo” *Soronda. Revista de Estudos Guineenses*. 11, 55 - 64.
- Paris, Roland (2001) “Human Security: Paradigm Shift or Hot Air?” *International Security*. 26(2), 87-102.
- Paris, Roland (2004) *At War’s End, Building Peace after Civil Conflict*. New York, Cambridge University Press.
- Paulo, Augusto; Jao, Mamadu (1996) “Saúde” in Monteiro, António Isaac (ed.) *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau. Análise dos Efeitos Sócio-Económicos*. Bissau: INEP, 241-274.
- Pearce, Jenny (1998) “From civil war to ‘civil society’: has the end of the Cold War brought peace to Central America?” *International Affairs*. 74 (3), 587-615.
- Pélissier, René (2001) *História da Guiné. Portugueses e Africanos na Senegâmbia. 1841-1936*. Lisboa: Editorial Estampa. [1989].
- Pérez Brignoli, Héctor (1991) “Indios, comunistas y campesinos: la rebelión de 1932 en El Salvador”, *Cuaderno Agrario* 5, San José: Universidad Nacional de Costa Rica.
- Peterson, Brandt G. (2007) “Remains out of place: Race, trauma and nationalism in El Salvador” *Anthropological Theory*. 7: 59-76.
- Peterson, V. Spike-(1992) “Transgressing Boundaries: Theories of Knowledge, Gender and International Relations” *Millennium Journal of International Studies*. 21(2), 183-206.

- Peterson, V. Spike (1999) “Political Identities/Nationalism as Heterosexism” *International Feminist Journal of Politics*. 1(1), 34- 65.
- Peterson, V. Spike (2010) “Gendered Identities, Ideologies, and Practices in the Context of War and Militarism” in Sjoberg, Laura; Vias, Sandra (orgs.) *Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives*. Santa Barbara/Denver/Oxford: Praeger, 17-29.
- PNUD (2006) *Rapport National sur le développement humain en Guinée Bissau: réformer les politiques pour atteindre les objectifs du millénaire pour le développement en Guinée-Bissau*, Bissau: PNUD.
- Pureza, José Manuel (2009) “Segurança humana: vinho novo em odres velhos?” in Nasser, Reginaldo Mattar (org.) *Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões*. São Paulo: UNESP, 21-33.
- Pureza, José Manuel (2013) “A turbulência das zonas de fronteira: estereótipos, representações e violências reais” in Sousa Ribeiro, António (org.) *Representações da Violência*. Coimbra: CES/Almedina, 201-211.
- Pureza, José Manuel; Cravo, Teresa (2005) “Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 71:5-19.
- Pureza, José Manuel; Moura, Tatiana (2005) “Violência(s) e guerra(s): do triângulo ao continuum” *Revista Portuguesa de História*. 37: 45-63.
- Prieto, Alberto (2007) *Las guerrillas contemporáneas en América Latina*. Bogotá: Ocean Sur.
- Ratele, Kopano (2008) “Analysing Males in Africa: Certain Useful Elements in Considering Ruling Masculinities” *African and Asian Studies*. 7, 515-536.
- Revelli, Philippe (2004) “Por trás da violência das gangues de San Salvador” *Le Monde Diplomatique*. Disponível em <http://diplomatie.org.br/acervo.php?id=1009&tipo=acervo>. Acesso em 10.03.2014.
- Richards, Paul (1996) *Fighting for the rain forest: war, youth and resources in Sierra Leone*. Oxford: International African Institute; James Currey; Portsmouth: Heinemann.
- Richards, P., J. Vincent (2004) “Social capital and survival: prospects for community-driven development in post-conflict Sierra Leone” *Social Development Papers* 12, The World Bank. Disponível em: <http://edepot.wur.nl/34897>. Consulta em 13.09.2014.

- Richards, Paul (2005) “New War: An Ethnographic Approach” in Richards, Paul (ed.) *No Peace, No War: Anthropology of Contemporary Armed Conflicts*. Oxford: James Currey and Athens: Ohio University Press, 1-21.
- Richards, Paul (2006) “An Accidental Sect: How War Made Belief in Sierra Leone” *Review of African Political Economy*. 33(110), 651-663.
- Richmond, Oliver (2008) *Peace in International Relations*. London/New York: Routledge.
- Richmond, Oliver (2012) “A Pedagogy of Peacebuilding: Infrapolitics, Resistance, and Liberation” *International Political Sociology*. 6, 115–131.
- Rist, Gilbert (1996) *Le développement: histoire d’une croyance occidentale*. Paris: Presses de Sciences Po.
- Robben, Antonius C. G. M.; Nordstrom, Carolyn (1995) “Introduction: The Anthropology and Ethnography of Violence and Sociopolitical Conflict” in Nordstrom, Carolyn; Robben, Antonius C. G. M. (orgs.) *Fieldwork under Fire. Studies of Violence and Survival*. Berkeley, Los Angeles, Londo: University of California Press: 1-23.
- Robben, Antonius (2008) “Response to Nancy Scheper-Hughes” *Social Anthropology*. 16(1), 77-89.
- Roberts, David (2010) *Global Governance and Biopolitics. Regulating human security*. London, New York: Zed Books.
- Rocha, José Luis (2000) “Pandillas: una cárcel cultural” *Revista Envío*. 219. Disponível em <http://www.envio.org.ni/articulo/1012/>. Acesso em 18/09/2014.
- Rocha, José Luis (2008) “Youth Gangs and Religion: Links and Differences” *Revista Envío*. 322. Disponível em: <http://www.envio.org.ni/articulo/3778>. Acesso em 18/09/2014.
- Rodgers, Dennis (2006) “The State as a Gang: Conceptualizing the Governmentality of Violence in Contemporary Nicaragua” *Critique of Anthropology*. 26(3), 315–330.
- Rodgers, Dennis (2007) “Managua” in Koonings, Kees; Kruijt, Dirk, (eds.) *Fractured Cities: Social exclusion, urban violence and contested spaces in Latin America*. London, New York: Zed Books, 71-85.
- Rodgers, Dennis (2009) “Slum wars of the 21st century: gangs, mano dura and the new urban geography of conflict in Central America” *Development and change*. 40 (5): 949-976.

- Rodgers, Dennis; Muggah, Robert (2009) "Gangs as non-state armed groups: the Central American case" *Contemporary security policy*, 30 (2), 301-317. Disponível em [http://eprints.lse.ac.uk/28429/1/Gangs_as_non-state_armed_groups_\(LSERO\).pdf](http://eprints.lse.ac.uk/28429/1/Gangs_as_non-state_armed_groups_(LSERO).pdf). Acesso em 12.09.2014.
- Rodgers, Dennis; O'Neill, Bruce (2012) "Infrastructural violence: Introduction to the special issue" *Ethnography*, 13 (4), 401-412.
- Rogers, Paul (2010) "Beyond "liddism": towards real global security" *Open Democracy*, 1 de Abril, Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/paul-rogers/beyond-%E2%80%9Cliddism%E2%80%9D-towards-real-global-security>. Acesso em 19/09/2010.
- Roque, Sílvia; Cardoso, Katia (2012) "Dos atores às trajetórias: desafios de uma análise centrada na "normalidade" das violências" in Pureza, José Manuel; Roque, Sílvia; Cardoso, Katia (orgs.), *Jovens e trajetórias de violências. Os casos de Bissau e da Praia*. Coimbra: CES/Almedina, 293-298
- Roque, Sílvia; Vasconcelos, Joana (2012) "Raparigas de agora é só provocação!" Dinâmicas violentas das negociações geracionais e de género na Guiné-Bissau, in Pureza, José Manuel; Roque, Sílvia; Cardoso, Katia (orgs.), *Jovens e trajetórias de violências. Os casos de Bissau e da Praia*. Coimbra: CES/Almedina, 241-290.
- Roque, Sílvia (2011) *Um retrato da violência contra mulheres na Guiné-Bissau*. Bissau: Governo da República da Guiné-Bissau/Nações Unidas.
- Rotberg, Robert (ed.) (2003) *State Failure and State Weakness in a Time of Terror*. Washington, DC: Brookings Institution Press.
- Roth, Claudia (2008) « 'Shameful !' The inverted intergenerational contract in Bobo-Dioulasso, Burkina Faso » in Alber, Erdmute ; Sjaak van der Geest ; Susan Reynolds (eds.) *Generations in Africa. Connections and Conflicts*. Münster: Lit-Verlag.
- Rudebeck, Lars (2001) "On democracy's sustainability". SIDA Studies 4, Gottenburg: SIDA. Disponível em : <http://www.afrimap.org/english/images/documents/file42b80ddacfa6e.pdf>. Consulta em 05.09.2014.
- Rudebeck, Lars (2004) *Democratization and 'Civil society' in a West African Village*. Uppsala: Collegium for Development Studies, University of Uppsala.

- Ruíz, Maynor; Marronquín, David (2011). “Comandos contra terrorismo formarán a unidad antipandillas de El Salvador” *Elsalvador.com* 7 de Dezembro. Disponível em: http://www.elsalvador.com/mwedh/nota/nota_completa.asp?idCat=47673&idArt=6448252. Acesso em 08.11.2013.
- Salo, Elaine (2006) “*Man is ma soe: Ganging practices in Manenberg, South Africa, and the ideologies of masculinity, gender and generational relations*” in Bay, Edna G.; Donham, Donald (eds.) *States of violence: Politics, youth, and memory in contemporary Africa*. Charlottesville and London: University of Virginia Press.
- Santacruz-Giralt, Maria. L; Concha Eastman, Alberto.; Homies Unidos (2001) *Barrio adentro: La solidaridad violenta de las pandillas*. San Salvador: IUDOP.
- Santacruz-Giralt, Maria; Cruz , José Miguel (2007) “Las maras en El Salvador” in ERIC, IDESO, IDIES, IUDOP (orgs.) *Maras y pandillas en Centroamerica Vol.I*. Managua: UCA Editores.
- Santacruz Giralt, Maria (2005) “La solidariedad violenta de las pandillas callejeras: el caso de El Salvador” in Portillo, Nelson; Gaborit, Mauricio; Cruz, José Miguel (eds.) *Psicología social de la posguerra: teoría y aplicaciones desde El Salvador*. San Salvador: UCA Editores.
- Santos, Boaventura Sousa (2007) “Para além do pensamento abissal. Das linhas globais a uma ecologia dos saberes” *Novos Estudos*. 79: 71-94.
- Santos, José Vicente Tavares dos (2002) “The Worldization of Violence and Injustice” *Current Sociology*. 50(1), 123-13.
- Santos, Rita (2011) “Perspectivas feministas e pensamento sobre e para a paz: (re)conhecer as violências e resgatar as pazes” *Oficina do CES* 363. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Sanz, Jose Luís; Dada, Carlos (2013) “Ricardo Perdomo, ministro de Seguridad: “Lo que debilitó la tregua fue la falta de respuesta económica y social del gobierno”, *El Faro*, 30 de Julho. Disponível em <http://www.salanegra.elfaro.net/es/201307/entrevistas/12820/>. Acesso em 08/11/2013.
- Sanz, José Luis; Martínez, Carlos (2011) “El Salvador: Barrio 18, apogeo y caída de una pandilla”, *El puercoespín*, 28 de Novembro. Disponível em: <http://www.elpuercoespín.com.ar/2011/11/28/el-salvador-el-barrio-roto-por-las-pandillas-por-jose-luis-sanz-y-carlos-martinez/>. Acesso em 02.11.2013.

- SAS (2011) *Small Arms Survey 2011: States of Security*. Disponível em <http://www.smallarmssurvey.org/publications/by-type/yearbook/small-arms-survey-2011.html>. Acesso em 08/11/2013.
- Savenije, Wim (2009) *Maras y Barras. Pandillas y violencia juvenil en los barrios marginales de Centroamérica*. San Salvador: Universitetit Utrchet/Facultada Latinoamericana de Ciencias Sociales.
- Savenije, Wim; Andrade-Eekhoff, Katharine (2003) *Conviviendo en la Orilla. Violencia y Exclusión Social en el Area Metropolitana de San Salvador*. San Salvador: FLACSO.
- Savenije, Wim; Beltrán, Maria Antonieta (2005) *Competiendo en Bravuras. Violencia Estudiantil en el Area Metropolitano de San Salvador*. San Salvador: FLACSO:
- Savenije, Wim; Van der Borgh, Chris (2004) “Youth gangs, social exclusion and the transformation of violence in El Salvador” in Koonings, Kees; Kruijt, Dirk (eds.) *Armed Actors: organised violence and state failure in Latin America*. London, New York: Zed Books, 155-171.
- Sauvêtre, Pierre ; Lavergne, Cécile (2010) « Pour une phénoménologie de la cruauté. Entretien avec Étienne Balibar » *Tracés. Revue de Sciences humaines*, Disponível em : <http://traces.revues.org/index4926.html> . Acesso em 14.09.2014.
- Scheper-Hughes, Nancy (1996) “Small wars and invisible genocides” *Social. Science & Medicine*. 43 (5), 889-900.
- Scheper-Hughes, Nancy (1997) “Specificities: Peace-Time Crimes” *Social Identities*. 3(3), 471-498.
- Scheper-Hughes, Nancy (2008) “A talent for life: Reflections on human vulnerability and resilience” *Etnhos* 73 (1), 25-55.
- Scheper-Hughes, Nancy; Bourgois, Philippe (2004) “Introduction: Making Sense of Violence” in Scheper-Hughes, Nancy; Bourgois, Philippe (eds.) *Violence in War and Peace: An Anthology*. Oxford: Blackwell Publishing, 1-27.
- Scheurman, William E. (2010) “The (classical) Realist vision of global reform” *International Theory*. 2(2): 246–282.
- Schiefer, Ulrich (2001) *Von allen guten Geistern verlassen? Guinea-Bissau: Entwicklungspolitik und der Zusammenbruch afrikanischer Gesellschaften. Eine Fall-Studie zu Guinea-Bissau*. Habilitation Thesis. University of Münster (resumo em ingles).

- Schiefer, Ulrich (2005) “Prefácio” in Milando, João *Cooperação sem desenvolvimento*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Schiefer, Ulrich (2012) “Falhanço em cascata: como sociedades agrárias africanas em colapso perdem o controlo sobre os seus cadetes” in Pureza, José Manuel; Roque, Sílvia; Cardoso, Katia (orgs.), *Jovens e trajetórias de violências. Os casos de Bissau e da Praia*. Coimbra: CES/Almedina, 209-240.
- Scott, James C. (1985) *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven: Yale University Press.
- Scott, James (2009) *The art of not being governed: An anarchist history of upland Southeast Asia*. New Haven: Yale University Press.
- Seekings, Jeremy (2006) “Beyond Heroes and Villains: The Rediscovery of the Ordinary in the Study of Childhood and Adolescence in South Africa” *Social Dynamics*. 32:1, 1-20.
- Sévédé-Bardem, Isabelle (1997) *Précarités juvéniles en milieu urbain africain*. Paris et Montréal: L’Harmattan.
- Shayne, Julie (2004) *The Revolution Question: Feminisms in El Salvador, Chile, and Cuba*. New Brunswick, New Jersey / London: Rutgers University Press.
- Shepherd, Laura (2007) “‘Victims, Perpetrators and Actors’ Revisited: Exploring the Potential for a Feminist Reconceptualisation of (International) Security and (Gender) Violence” *BJPIR*. 9, 239–256
- Shepherd, Laura (2008) “Power and Authority in the Production of United Nations Security Council Resolution 1325” *International Studies Quarterly*. 52, 383-404.
- Shepherd, Laura (2009) “Gender, Violence and Global Politics: Contemporary Debates in Feminist Security Studies” *Political Studies Review*. 7: 208–219.
- Shepherd, Laura (2010) “Women, armed conflict and language – Gender, violence and discourse” *International Review of the Red Cross*. 92 (877), 143-159.
- Sigrist, Christian (2001) « La destruction des sociétés agraires en Afrique : esquisse théorique », *Cadernos de Estudos Africanos*. 1: 69- 83.
- Silber, Irina Carlota (2004) “Mothers/Fighters/Citizens: Violence and Disillusionment in Post-War El Salvador” *Gender & History*. 16(3), 561-587.
- Silva, António Duarte (1997) *A Independência da Guiné-Bissau e Descolonização Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento.

- Sjoberg, Laura; Gentry, Caron E. (2007) *Mothers, Monsters, Whores: Women's Violence in Global Politics*. London, New York: Zed Books.
- Sjoberg, Laura; Via, Sandra (2010) "Introduction" in Sjoberg, Laura; Via, Sandra (eds.) *Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives*. Santa Barbara / Denver / Oxford: Praeger, 1-16.
- Smith, Steve (2004) "Singing Our World into Existence: International Relations Theory and September 11" *International Studies Quarterly*. 48: 499– 515.
- Smutt, Marcela; Miranda, Lisete (1998) *El fenómeno de las pandillas en El Salvador*. San Salvador: UNICEF-FLACSO.
- Sommers, Marc (2011) "Governance, Security and Culture: Assessing Africa's Youth Bulge" *International Journal of Conflict and Violence*. 5(2), 292-303.
- Sooge, David (2002) *Give & Take: What's the Matter with Foreign Aid?* London, New York: Zed Books.
- Sørensen, Georg (2009) "'Big and Important Things' in IR: Structural Realism and the Neglect of Changes in Statehood" *International Relations*. 23(2), 223-239.
- Sousa, Joana (2012) "Rap guineense: a Guiné ouvida por todos" *Buala*. Disponível em <http://www.buala.org/pt/palcos/rap-guineense-a-guine-ouvida-por-todos>. Acessado em 12/09/2014.
- Sousa, Julião Soares (2012) *Guiné-Bissau: A destruição de um país. Desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional*. Coimbra: Edição do autor.
- Spanger, H.J. (2000) "Failed State or Failed Concept? Objections and Suggestions" Paper prepared for Failed States III: Globalisation and the Failed State, April 7-10 2000, Purdue University, Florence.
- Spivak, C. G. (1988) "Can the Subaltern Speak?" in Nelson, Cary; Grossberg, Lawrence (eds.), *Marxism and the Interpretation of Culture*. Urbana: University of Illinois Press, 271-313.
- Stanley, William (1996) *The Protection Racket State. Elite Politics, Military Extortion, and Civil War in El Salvador*. Philadelphia, PA: Temple University Press.
- Stake, Robert E. (2007) *A arte da investigação com estudos de caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Stern, Maria (2006) "Racism, sexism, classism, and much more: reading security-identity in marginalized sites" in Ackerly, Brooke A.; Stern, Maria; True, Jacqui (eds.) *Feminist*

- Methodologies for International Relations*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 174-198.
- Stokes, Doug (2003) "Countering the Soviet Threat? An Analysis of the Justifications for US Military Assistance to El Salvador, 1979–92" *Cold War History*. 3(3), 79-102.
- Suárez-Orozco, Marcelo M.; Robben, Antonius C.G.M (2000) "Interdisciplinary perspectives on violence and trauma" in Robben, Antonius C.G.M; Suárez-Orozco, Marcelo M. (eds.) *Cultures under siege. Collective violence and trauma*. Cambridge: Cambridge University Press, 1-42.
- Sukarieh, Maysoun; Tannock, Stuart (2008) "In the best interests of youth or neoliberalism? The World Bank and the New Global Youth Empowerment Project" *Journal of Youth Studies*, 11:3, 301-312
- Sylvester, Christine (1994) *Feminist Theory and International Relations in a Post-Modern Era*. New York: Cambridge University Press.
- Sylvester, Christine (2003) *Feminist International Relations An Unfinished Journey*. Cambridge/New York/Melbourne: Cambridge University Press [2002].
- Sylvester, Christine (2006) "Bare life as a development/postcolonial problematic" *The Geographical Journal*. 172(1), 66–77.
- Sylvester, Christine (2010) "Tensions in Feminist Security Studies" *Security Dialogue*. 41(6), 607–614.
- Sylvester, Christine (2011) "Experiencing war: an introduction" in Sylvester, Christine (ed.), *Experiencing war*. London/New York: Routledge, 1-7.
- Sylvester, Christine (2013) "Experiencing the end and afterlives of International Relations/theory" *European Journal of International Relations*. 19(3), 609–626.
- Temudo, Marina; Schiefer, Ulrich (2003) "Disintegration and Resilience of Agrarian Societies in Africa – the Importance of Social and Genetic Resources: A Case Study on the Reception of Urban War Refugees in the South of Guinea-Bissau" *Current Sociology*. 51(3/4), 393–416.
- Temudo, Marina Padrão (2005) "Western beliefs and local myths: a case study on the interface between farmers, NGOs and the state in Guinea-Bissau rural development interventions" in Igoe, Jim; Kelsall, Tim (eds) *Between a Rock and a Hard Place: African NGOs, donors and the state*. Durham NC: Carolina Academic Press, 243-276.

- Temudo, Marina (2006) “Cultura, agri-cultura e cultura política no sul da Guiné-Bissau: uma abordagem orientada para os actores sociais” *Lusotopie*. XIII(2), 127-154.
- Temudo, Marina Padrão (2008) “From ‘people’s struggle’ to ‘this war of today’: entanglements of peace and conflict in Guinea-Bissau” *Africa*. 78 (2), 245-261.
- Temudo, Marina Padrão (2009) “From the margins of the State to the presidential palace: the Balanta case in Guinea-Bissau” *African Studies Review*. 52 (2), 47-67.
- Terriff, Terry; Croft, S; James, L; Morgan, PM (1999) *Security Studies Today*. Cambridge: Polity Press
- Tvedten, Inger (1991) “Programas de Ajustamento Estrutural e implicações locais: o caso dos pescadores artesanais na Guiné-Bissau” *Soronda Revista de Estudos Guineenses* 11, 65-80.
- The Economist (US) “Another war falls out of fashion: El Salvador”, 11 de Janeiro, Vol.322(7741), p.40(2).
- The New York Times (2007) “The Global Scale of Migrant Money Flows”, 17 de Novembro. Disponível em: http://www.nytimes.com/interactive/2007/11/17/weekinreview/20071117_MIGRATIO_N_GRAPHIC.html?_r=0#. Consulta em 09.10.2010.
- Thrasher, Frederic Milton (1963) *The Gang: A Study of 1,313 Gangs in Chicago*. Chicago: The University of Chicago Press. [1936].
- Tilly, Charles (1985) ‘War Making and State Making as Organized Crime’ in Peter vans, Dietrich Rueschemeyer; Skocpol, Theda (eds.) *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 169-191.
- Tilly, Charles (2000) “Violent and nonviolent trajectories in contentious politics” Paper prepared for presentation to the symposium on States in Transition and the Challenge of Ethnic conflict (Russian Academy of Sciences/US National Academy of Sciences) Moscow, 29 December, Columbia University.
- Tilly, Charles (2003) *The Politics of Collective Violence*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tickner, J. Ann (1992) *Gender in International Relations Feminist Perspectives on Achieving Global Security*. New York: Columbia University Press.
- Tickner, J. Ann (2001) *Gendering World Politics. Issues and Approaches in the Post Cold War Era*. New York: Columbia University Press.

- Tickner, J. Ann (2005) “What Is Your Research Program? Some Feminist Answers to International Relations Methodological Questions” *International Studies Quarterly*. 49, 1-21.
- Trajano Filho, Wilson (1993) “Rumores: uma narrativa da nação” *Série Antropologia*. 143. Departamento de Antropologia: Universidade de Brasília.
- Trajano Filho, Wilson (2008) “O precário equilíbrio entre improvisação e regras: reflexões sobre a cultura política da Guiné-Bissau” *Revista de Antropologia*. 51(1), 233-266.
- Ugor, Paul (2013) “Extenuating Circumstances, African Youth, and Social Agency in a Late-modern World” *Postcolonial Text*. 18(3 & 4), 1-12.
- UNODC (2007) *Cocaine trafficking in West Africa: The threat to stability and development (with special reference to Guinea-Bissau)*. Vienna: UNODC. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/west_africa_cocaine_report_2007-12_en.pdf. Acesso em 10.06.2013.
- UNODC (2008) *Drug Trafficking as a Security Threat in West Africa*. Vienna: UNODC. Disponível em : <http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/Studies/Drug-Trafficking-WestAfrica-English.pdf>. Acesso em 05.03.2010.
- UNDP (2009) *Human Development Report Overcoming barriers: Human mobility and development*. New York: UNDP.
- UNDP (2013) *Human Development Report 2013: The Rise of the South: Human Progress in a Diverse World*. New York: UNDP.
- UNOWA (2007) “Urbanization and Insecurity in West Africa: Population Movements, Mega Cities and Regional Stability” *UNOWA Issue Papers*. Disponível em: <http://www.globalinitiative.net/download/general/subsaharan-africa/UNOWA%20-%20Urbanization%20and%20Insecurity%20in%20West%20Africa%20Population%20Movements,%20Mega%20Cities%20and%20Regional%20Stability.pdf>. Acesso em 02.07.2011.
- Urdal, Henrik (2006) “A Clash of Generations? Youth Bulges and Political Violence” *International Studies Quarterly*. 50, 607–629.
- Utas, Mats (2005) “Victimcy, Girlfriending, Soldiering: Tactic Agency in a Young Woman’s Social Navigation of the Liberian War Zone” *Anthropological Quarterly*. 78(2), 403-430.

- Valdez, Avelardo; Kaplan, Charles D.; Codina, Edward (2000) “Psychopathy Among Mexican American Gang Members: A Comparative Study” *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*. 44(1), 46–58.
- Valencia, Roberto (2011) “Yo violada”, *El Faro*, 24 de Julho. Disponível em: <http://www.salanegra.elfaro.net/es/201107/cronicas/4922/>. Acesso em 12.02.2012.
- Valencia, Roberto (2012). “100 días de tregua, 100 días con ocho asesinatos menos”, *El Faro*, 17 de Junho. Disponível em: <http://www.elfaro.net/es/201206/noticias/8842/>. Acesso em 08.11.2013.
- Valencia Caravantes, Daniel (2012) “La legión de los desplazados”, *El Faro*, 1 de Outubro. Disponível em: http://www.especiales.elfaro.net/es/salanegra_desplazados/. Acesso em 13.10.2012.
- Valencia Caravantes, Daniel (2013) “Fuerza Armada delibera qué hará con la orden de Funes contra violadores de derechos humanos”, *El Faro*, 29 de Outubro. Disponível em: <http://www.elfaro.net/es/201310/noticias/13762/>. Acesso em 08.11.2013.
- Valencia Caravantes, Daniel; Alvarado, Jimmy (2014) “La région de los que huyen”, *El Faro*, 17 de Agosto. Disponível em: <http://www.salanegra.elfaro.net/es/201408/cronicas/15827/La-regi%C3%B3n-de-los-que-huyen.htm>. Acesso em 20.08.2014.
- van der Borgh, Chris (2010) “The Practice of International Interventions in El Salvador: Problems of Building a Liberal Peace” Paper prepared for presentation to Seminar on Peacebuilding, Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht (Freiburg), 22 de Junho. Disponível em: http://www.remep.mpg.de/files/events/201006232/cvdb_remep_guest_lecture10.pdf. Acesso em 08.11.2013.
- van Creveld, Martin (1991) *The Transformation of War*. New York: Free Press.
- van der Drift, Roy (2000) “Democracy: legitimate warfare in Guinea-Bissau” *Soronda. Revista de Estudos Guineenses*. Número especial 7 de Junho, 37-66.
- van Maanen, Bert (1996) “Economia” in em Monteiro, António Isaac (ed.) *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau. Análise dos Efeitos Sócio-Económicos*. Bissau: INEP, 27-42.

- Velásquez Carrillo, Carlos (2009) “Do the “14 Families” Still Exist? Is There Even Still an Oligarchy?” *Revista Envío*. 336. Disponível em: <http://www.envio.org.ni/articulo/4031>. Acesso em 16.08.2014.
- Verschave, François-Xavier (2000) *Noir silence, qui arrêtera la Françafrique?* Paris: Les Arènes.
- Via, Sandra (2010) “Gender, Militarism, and Globalization: Soldiers for Hire and Hegemonic Masculinity” in Sjöberg, Laura; Via, Sandra (eds.) *Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives*. Santa Barbara, Denver, Oxford: Praeger, 42-56.
- Viegas, Caterina; Koudawo, Fafali (2000) “A crise no PAIGC: um prelúdio à guerra?” *Soronda. Revista de Estudos Guineenses*. Número especial 7 de Junho, 11-24.
- Vigh, Henrik (2006) *Navigating Terrains of War: Youth and Soldiering in Guinea-Bissau*. New York and Oxford: Berghahn Books.
- Vigh, Henrik (2008) “Crisis and Chronicity: Anthropological Perspectives on Continuous Conflict and Decline” *Ethnos: Journal of Anthropology*. 73(1), 5-24.
- Vigh, Henrik (2009) “Conflictual Motion and Political Inertia: On Rebellions and Revolutions in Bissau and Beyond” *African Studies Review*. 52 (2), 143–164.
- Viterna, Jocelyn (2006) “Pulled, Pushed and Persuaded: Explaining Women’s Mobilization into the Salvadoran Guerrilla Army” *American Journal of Sociology*. 112(1), 1-45.
- Wacquant, Loïc (2001) *Les prisons de la misère*. Paris: Raisons d'agir. [1999].
- Wacquant, Loïc (2004) “Comments on “An Anthropology of Structural Violence”” *Current Anthropology*. 45(3): 322.
- Wacquant, Loïc (2007) “Rumo à militarização da marginalização urbana” *Discursos Sediciosos* 15-16, 203-220.
- Wacquant, Loïc (2008) *Urban Outcasts. A Comparative Sociology of Advanced Marginality*, Cambridge, Malden: Polity Press.
- Wallerstein, Immanuel (1991) “World System versus World-Systems: A Critique” *Critique of Anthropology*. 11, 189-194.
- Wallerstein, Immanuel (1996) “The inter-state structure of the modern world-system” in Smith, Steve; Booth, Ken; Zalewski, Marysia (eds.) *International theory: positivism and beyond Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 87-107.

- Wallerstein, Immanuel (2004) *World-systems Analysis: An Introduction*. Durham, London: Duke University Press.
- Wallerstein, Immanuel (2011) *The Modern World-System IV. Centrist Liberalism Triumphant, 1789–1914*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- Walt, Stephen M. (1998) “International Relations. One World, Many Theories” *Foreign Policy*. Spring, 29-45.
- Waltz, Kenneth N.(1979) *Theory of International Relations*. Reading, London, Amsterdam, Dop Mills, Sydney: Addison-Wesley Publishing Company.
- Weber, Max (2000) *A política como profissão*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas [1919].
- White, Alastair (2001) *El Salvador*. San Salvador: UCA. [1973].
- Whitworth, Sandra (2005) “Militarized masculinities and the politics of peacekeeping: the Canadian case” in Booth, Ken (ed.) *Critical Security Studies in World Politics*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 89-106.
- Wickham-Crowley, Timothy P. (1989) “Understanding Failed Revolution in El Salvador: A Comparative Analysis of Regime Types and Social Structures” *Politics Society*. 17, 511-530.
- Wieviorka, Michel (1997) “O novo paradigma da violência” *Tempo Social, Revista de Sociologia* 9(1), 5-41.
- Wieviorka, Michel (2004) “Pour comprendre la violence: l’hypothèse du sujet” *Sociedade e Estado*. 19(1), 21-51.
- Williams, Michael C. (2013) “In the beginning: The International Relations enlightenment and the ends of International Relations theory” *European Journal of International Relations*.19(3), 647-665.
- Williams, Michael C. (2004) “Why Ideas Matter in International Relations: Hans Morgenthau, Classical Realism, and the Moral Construction of Power Politics” *International Organization*. 58: 633–665.
- Withfield, Teresa (2013) “Mediating criminal violence: Lessons from the gang truce in El Salvador”. *Oslo Forum Papers* 1 Centre for Humanitarian Dialogue. Disponível em: http://www.hdcentre.org/uploads/tx_news/Mediating-Criminal-Violence_01.pdf.
Consulta em 10.09.2014.

- Winton, Ailsa (2004) “Urban violence: a guide to the literature” *Environment & Urbanization*. 16 (2), 165-184.
- Wolf, Sonja (2008) *The politics of gang control. NGO advocacy in post-war El Salvador* PhD Thesis, Department of International Politics, University of Wales, Aberystwyth. Disponível em: <http://cadair.aber.ac.uk/dspace/handle/2160/1258>. Consulta em 23.08.2014.
- Wolf, Sonja (2009) “Subverting Democracy: Elite Rule and the Limits to Political Participation in Post-War El Salvador” *Journal of Latin American Studies*. 41, 429–465
- Wolf, Sonja (2011) “Peace without Justice: Violence, Marginality, and the Struggle to Build a New El Salvador” *Journal of Iberian and Latin American Research*. 17(1), 115-119.
- Wolf, Sonja (2012) “Mara Salvatrucha: The Most Dangerous Street Gang in the Americas?” *Latin American Politics and Society* 54 (1), 65-99.
- Wood, Elizabeth Jean (2001) “An Insurgent Path to Democracy: Popular Mobilization, Economic Interests, and Regime Transition in South Africa and El Salvador” *Comparative Political Studies*. 34, 862-888.
- Woodward, Susan (2000) “Violence-Prone Area or International Transition? Adding the Role of Outsiders in Balkan Violence” in Das, Veena; Kleinman, Arthur; Raphele, Mamphela; Reynolds, Pamela (eds.) *Violence and Subjectivity*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 19-45.
- World Bank (2011) *World Development Report 2011: Conflict, Security, and Development*. Washington DC: The World Bank.
- World Bank (2006) *Guinea-Bissau: Integrated Poverty and Social Assessment. Transition from Post Conflict to Long-Term Development: Policy Considerations for Reducing Poverty*, vol. I, Main Report. Report No. 34553-GW. Disponível em <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTPOVERTY/EXTPA/0,,contentMDK:21139294~menuPK:435735~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:430367,00.html> . Acesso em 18.09.2014.
- Yañéz, Sol (2002) “Apoyo Psicosocial en tiempos de oscuridad” *Estudios Centroamericanos*. 649-650, 1103-1120.
- Zaluar, Alba (1997) “Gangues, Galeras e Quadrilhas: globalização, juventude e violência” in Vianna, Hermano (org.), *Galeras Cariocas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

- Zaluar, Alba (2004) *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora.
- Zaluar, Alba (2009) “Pesquisando no perigo: Etnografias voluntárias e não acidentais” *MANA* 15(2), 557-584.
- Zilberg, Elana (2004) “Fools banished from the kingdom: Remapping Geographies of Gang Violence between the Americas (Los Angeles and San Salvador)” *American Quarterly*. 56(3), 759-779.
- Zilberg, Elana (2007) “Gangster in guerrilla face. A transnational mirror of production between the USA and El Salvador” *Anthropological Theory*. 7, 37-57.
- Zimbardo, Philip (2007) *The Lucifer Effect. How Good People Turn Evil*. London, Sidney, Auckland, Johannesburg: Rider Books.
- Žižek, Slavoj (2008), *Violência – Seis Notas à Margem*, Lisboa: Relógio D’Água Editores.